ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 110 Brasília - DF, sexta-feira, 10 de junho de 2022 SEÇÃO 1

## Sumário

Atos do Poder Judiciário ..... 1
Atos do Poder Legislativo ..... 2
Atos do Poder Executivo ..... 2
Presidência da República ..... 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 4
Ministério da Cidadania ..... 5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações ..... 6
Ministério das Comunicações ..... 10
Ministério da Defesa ..... 18
Ministério do Desenvolvimento Regional ..... 21
Ministério da Economia ..... 23
Ministério da Educação ..... 36
Ministério da Infraestrutura ..... 57
Ministério da Justiça e Segurança Pública ..... 60
Ministério de Minas e Energia ..... 67
Ministério das Relações Exteriores ..... 70
Ministério da Saúde ..... 71
Ministério do Trabalho e Previdência ..... 94
Ministério do Turismo ..... 96
Ministério Público da União ..... 97
Poder Judiciário ..... 99
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ..... 99

Esta edição é composta de 101 páginas

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

**DECISÕES**
**Ação Direta de Inconstitucionalidade e**
**Ação Declaratória de Constitucionalidade**
Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

**Acórdãos**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.089** **(1)**

ORIGEM : 7089 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAZONAS
**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Luiz Fux (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 6.5.2022 a 13.5.2022.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 49 DA LEI 3.226/2008, DO ESTADO DO AMAZONAS, QUE REESTRUTURA A REMUNERAÇÃO DA CARREIRA EM EXTINÇÃO DE ESCREVENTE JURAMENTADO DO TJAM. VIOLAÇÃO DO ART. 37, II, DA CF. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.

I - No julgamento da ADI 4.303/RN, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia, o Plenário do Supremo Tribunal Federal entendeu que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

II - Ao garantir aos detentores do cargo em extinção de Escrevente Juramentado, com diploma de bacharel em Direito, a possibilidade de integrar a tabela dos serviços jurisdicionais de Analista Judiciário II, o dispositivo questionado reestruturou a remuneração dos referidos servidores, valendo-se, para tanto, do mesmo parâmetro utilizado para aqueles que exercem atividades análogas, tais como Oficial de Justiça Avaliador, Leiloeiro e Contador de Foro.

III - O art. 49 da Lei Estadual 3.226/2008 não promoveu a indesejada transposição de servidores ou o provimento por qualquer meio de cargos sem concurso público, não se observando a transformação do cargo de Escrevente Juramentado em Analista Judiciário II.

IV - Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

**DECISÕES**
**Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

**Acórdãos**

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 891** **(2)**

ORIGEM : 891 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
AGTE.(S) : SOLIDARIEDADE
ADV.(A/S) : DANIEL SOARES ALVARENGA DE MACEDO (36042/DF)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. IMPUGNAÇÃO A ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. UTILIZAÇÃO DA ADPF COMO SUCEDÂNEO RECURSAL INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO DA SUBSIDIARIEDADE. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. O cabimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental será viável desde que haja a observância do princípio da subsidiariedade, que exige o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais, ou a verificação, *ab initio*, de sua inutilidade para a preservação do preceito. Precedentes desta CORTE.

2. A existência de outros meios idôneos ao enfrentamento da lesão constitucional alegada pelo Agravante, em razão dos quais se mostra desatendido o requisito da subsidiariedade (art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999), inviabiliza o imediato acesso à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Precedentes.

3. Arguição ajuizada com propósito de revisão de decisões judiciais. Não cabimento da ADPF como sucedâneo recursal.

4. Agravo Regimental a que se nega provimento.

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 607** **(3)**

ORIGEM : 607 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S) : PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA - MARCIO THOMAZ BASTOS
ADV.(A/S) : FLAVIA RAHAL BRESSER PEREIRA (118584/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DA TORTURA (APT)
ADV.(A/S) : SYLVIA MARIA DE VASCONCELLOS DINIZ DIAS (101037/RJ)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DIREITOS HUMANOS EM REDE
ADV.(A/S) : HENRIQUE HOLLUNDER APOLINARIO DE SOUZA (388267/SP)
AM. CURIAE. : JUSTICA GLOBAL
ADV.(A/S) : MELISANDA BERTOLETE TRENTIN (144956/RJ)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : ILTON NORBERTO ROBL FILHO (38677/DF, 43824/PR, 48138-A/SC)
ADV.(A/S) : ISABELA MARRAFON (37798/DF)
ADV.(A/S) : TATIANA ZENNI DE CARVALHO GUIMARAES FRANCISCO (24751/DF)
AM. CURIAE. : PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB
ADV.(A/S) : LUCAS DE SOUZA GONCALVES (49184/GO)
ADV.(A/S) : PETRA SILVIA PFALLER (17120/GO)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS
ADV.(A/S) : MAURICIO STEGEMANN DIETER (40855/PR, 397309/SP)
ADV.(A/S) : DEBORA NACHMANOWICZ DE LIMA (389553/SP)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : HELIO DAS CHAGAS LEITAO NETO (7855/CE)
ADV.(A/S) : LUCIANO BANDEIRA ARANTES (45016/DF, 17319/ES, 085276/RJ, 398336/SP)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE. : MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
ADV.(A/S) : WANDERSON PINHEIRO DE OLIVEIRA (53761/GO)
AM. CURIAE. : FRANCISCO DE ASSIS: EDUCACAO, CIDADANIA, INCLUSAO E DIREITOS HUMANOS
ADV.(A/S) : GABRIEL DE CARVALHO SAMPAIO (55891/DF, 252259/SP)
ADV.(A/S) : JOAO PAULO DE GODOY (365922/SP)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da arguição de descumprimento de preceito fundamental, e, na parte conhecida, julgou procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 1º, 2º (por arrastamento), 3º e 4º, este último na parte em que altera o § 5º do art. 10 do Decreto nº 8.154/2013, todos do Decreto nº 9.831/2019, bem como da expressão "designados" do *caput* do mencionado art. 10 do Decreto nº 8.154/2013, conferindo-se interpretação conforme ao dispositivo para que se entenda que os peritos do MNPCT devem ser nomeados para cargo em comissão, devendo, por consequência dessa decisão, ser restabelecida a destinação de 11 cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS 102.4 - ou cargo equivalente - aos peritos do MNPCT, garantida a respectiva remuneração, nos termos do voto do Relator. Falaram: pelo *amicus curiae* Associação para a Prevenção da Tortura (APT), a Dra. Sylvia Maria de Vasconcellos Diniz Dias; pelo *amicus curiae* Associação Direitos Humanos em Rede, o Dr. Gabriel de Carvalho Sampaio; pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil -

AVISO

Foram publicadas em 9/6/2022 as edições extras nºs 109-A e 109-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

CFOAB, a Dra. Silvia Virginia Silva de Souza; pelo *amicus curiae* Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, a Dra. Marina Pinhão Coelho Araújo; pelo *amicus curiae* Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP, o Dr. Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho; pelo *amicus curiae* Pastoral Carcerária Nacional - CNBB, a Dra. Petra Silvia Pfaller; pelo *amicus curiae* Instituto de Defesa do Direito de Defesa - Marcio Thomaz Bastos, o Dr. Belisário dos Santos Junior; e, pelo *amicus curiae* Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, o Dr. Thiago Piloni, Defensor Públido do Estado. Plenário, Sessão Virtual de 18.3.2022 a 25.3.2022.

**EMENTA**

**Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Decreto nº 9.831, de 11 de junho de 2019, que alterou o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Conhecimento parcial da arguição. Artigos 1º, 2º e 3º. Remanejamento dos 11 (onze) cargos em comissão ocupados por peritos do MNPCT e exoneração dos ocupantes. Artigo 4º, na parte em que altera o *caput* e o § 5º do art. 10 do Decreto nº 8.154/13. Transformação do cargo de perito em prestação de serviço público relevante, não remunerada. Dever do Estado de evitar e punir a tortura. Obstáculo ao trabalho de órgão cuja finalidade é a inspeção de instituições de privação de liberdade. Inconstitucionalidade. Vedação à tortura e a tratamentos desumanos ou degradantes. Abuso do poder regulamentar. Arguição de descumprimento fundamental julgada procedente, na parte de que se conhece.**

1. A vedação à tortura e a tratamentos desumanos ou degradantes decorre diretamente da Constituição de 1988, o que importa em uma obrigação imposta às autoridades dos três Poderes e de todas as esferas de governo para que cessem, façam cessar e punam tais expedientes. A realidade das instituições de privação de liberdade demonstra que o Brasil se encontra distante de cumprir esse mandamento constitucional.

2. A criação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) é resultado de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, cujo cumprimento demanda que o país não apenas instale órgão de tal natureza, mas conceda condições financeiras, administrativas e logísticas para que exerça a função de inspecionar unidades de privação de liberdade e expedir recomendações ao Poder Público visando evitar e punir a prática da tortura.

3. Da análise das competências do MNPCT e da forma de execução das atribuições dos peritos, é possível verificar que se trata de ofício de enorme responsabilidade, a ser exercido em todo o território nacional perante as mais diversas instituições públicas e privadas de privação de liberdade. Trata-se de atribuição técnica, especializada e que demanda tempo e dedicação por parte dos peritos, pois, quando não estão executando a missão em si, consistente na visita a unidades de privação de liberdade e reuniões com autoridades e sociedade civil, estão tomando providências para que a missão ocorra ou processando os dados coletados para a elaboração do relatório da missão.

4. O Decreto nº 9.831/19, ao remanejar do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para outro órgão os 11 cargos em comissão outrora destinados aos peritos do MNPCT, determinar a exoneração de seus ocupantes e transformar a atividade em serviço público não remunerado, tem o condão de fragilizar o combate à tortura no país. Tais medidas esvaziam a estrutura de pessoal técnico do MNPCT. A transformação da atividade em serviço público não remunerado impossibilita que o trabalho seja feito com dedicação integral e desestimula profissionais especializados a integrarem o corpo técnico do órgão.

5. De acordo com o art. 8º, § 1º, da Lei nº 12.847/13, os peritos do MNPCT serão nomeados pelo Presidente da República, ato de provimento originário que, como tal, pressupõe a existência de um cargo público a ser preenchido, garantidas ao titular todas as prerrogativas que decorrem do exercício da função, inclusive a remuneração e as vantagens correspondentes.

6. Obstado o exercício independente e remunerado dos mandatos dos peritos do MNPCT, conclui-se que o ato impugnado viola frontalmente a Constituição Federal, notadamente o preceito fundamental segundo o qual ninguém será submetido a tortura ou tratamento desumano ou degradante, por tratar-se de uma ação do Poder Público que obsta o trabalho de inspeção de estabelecimentos de privação de liberdade.

7. Manter um adequado quadro de peritos do MNPCT, todos ocupantes de cargos em comissão e devidamente remunerados, significa equipar adequadamente órgão e, em última análise, a Administração Pública Federal com agentes públicos capazes de levar à cabo a finalidade última de prevenir e combater a tortura no Brasil.

8. O esvaziamento de políticas públicas previstas em lei mediante atos infralegais importa em abuso do poder regulamentar e, por conseguinte, contraria a separação dos poderes. Na espécie, a violação se mostra especialmente grave diante do potencial desmonte de órgão cuja competência é a prevenção e o combate à tortura.

9. Apelo ao legislador, para que sejam estabelecidas em lei as condições necessárias para que as competências do MNPCT sejam exercidas com a devida segurança jurídica e independência, conforme compromisso assumido pelo Estado brasileiro na ordem nacional e internacional.

10. Arguição da qual se conhece em parte, quanto a qual, a ação é julgada procedente, declarando-se a inconstitucionalidade dos arts. 1º, 2º (por arrastamento), 3º e 4º, este último na parte em que altera o § 5º do art. 10 do Decreto nº 8.154/13, todos do Decreto nº 9.831/19, bem como da expressão "designados" do caput do mencionado art. 10 do Decreto nº 8.154/13, conferindo-se interpretação conforme a esse dispositivo para que se entenda que os peritos do MNPCT devem ser nomeados para cargo em comissão, devendo ser restabelecida a destinação de 11 cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS 102.4) - ou cargo equivalente - aos peritos do MNPCT, garantida a respectiva remuneração.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

# Atos do Poder Legislativo

**RETIFICAÇÃO**

Na Lei nº 14.366, de 8 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 9 de junho de 2022, Seção 1, nas páginas 2 e 3, nas assinaturas, **leia-se**: JAIR MESSIAS BOLSONARO, Paulo Guedes e Marcos José Pereira.

# Atos do Poder Executivo

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.123, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Altera a Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A As Empresas Estratégicas de Defesa - EED são essenciais para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro e fundamentais para preservação da segurança e defesa nacional contra ameaças externas." (NR)

"CAPÍTULO I-A
DO CREDENCIAMENTO E DO DESCREDENCIAMENTO

Art. 2º-A O credenciamento e o descredenciamento de pessoa jurídica como EED observarão procedimento estabelecido em ato do Ministro de Estado da Defesa.

§ 1º O descredenciamento se dará:

I - **ex officio**, pelo Ministério da Defesa, garantido o direito de defesa e no interesse da defesa nacional, na hipótese do não atendimento aos requisitos previstos no inciso IV do **caput** do art. 2º; ou

II - a pedido da EED.

§ 2º O descredenciamento a pedido da EED não afasta a obrigatoriedade do cumprimento das obrigações relacionadas com a continuidade produtiva no País até a conclusão dos projetos estratégicos e da entrega de todos os PRODEs e PEDs contratados pelas Forças Armadas ou pelo Ministério da Defesa;

§ 3º O Ministro de Estado da Defesa poderá negar o descredenciamento imediato da EED quando houver risco para o interesse da defesa nacional.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, a empresa poderá ser obrigada a permanecer na condição de EED por até cinco anos, a contar do pedido de descredenciamento.

§ 5º São nulos a alteração do ato constitutivo da pessoal jurídica, o desfazimento de bens e a redução do conhecimento científico ou tecnológico próprio ou complementado por ICT que impliquem descumprimento das condições previstas no inciso IV do **caput** do art. 2º antes do descredenciamento da EED pelo Ministro de Estado da Defesa.

Art. 2º-B O Ministério da Defesa comunicará ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Inovação e Micro e Pequenas Empresas da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, para informação à respectiva junta comercial e consequente anotação nos registros da empresa:

I - a condição de EED;

II - a perda da condição de EED; e

III - a declaração de nulidade, por ato do Ministro de Estado da Defesa, de atos registrais da EED por violação desta Lei.

Parágrafo único. A junta comercial:

I - comunicará ao Ministério da Defesa todos os atos de alteração dos registros das EED; e

II - cancelará o registro do ato declarado nulo nos termos do disposto no inciso III do **caput** deste artigo e no § 4º do art. 2º-A." (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO
*Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira*

**RETIFICAÇÃO**

Na Medida Provisória nº 1.121, de 7 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2022, Seção 1, Edição Extra, na página 1, nas assinaturas, **leia-se**: JAIR MESSIAS BOLSONARO, Anderson Gustavo Torres e Paulo Guedes.

**RETIFICAÇÃO**

No Decreto nº 11.090, de 7 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 8 de junho de 2022, Seção 1, na página 1, nas assinaturas, **leia-se**: JAIR MESSIAS BOLSONARO e Paulo Guedes.

# Presidência da República

**DESPACHOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

MENSAGEM

Nº 289, de 9 de junho de 2022. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.181-DF.

Nº 290, de 9 de junho de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 1.123, de 9 de junho de 2022.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL**

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

**SEÇÃO 1** • Publicação de atos normativos
**SEÇÃO 2** • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
**SEÇÃO 3** • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

## CASA CIVIL

## INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR W.R. MALAGGI. Processo n° 00100.000829/2022-06.

DEFIRO o credenciamento da AR DB CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.000844/2022-46.

DEFIRO o credenciamento da AR RDF SOLUÇÕES DIGITAIS. Processo n° 00100.000700/2022-90.

DEFIRO o credenciamento da AR M'ARTIN CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.000778/2022-12.

DEFIRO o credenciamento da AR GM CERTIFICADORA. Processo n° 00100.000836/2022-08.

DEFIRO o credenciamento da AR OCEANIC CONTABILIDADE. Processo n° 00100.000843/2022-00.

DEFIRO o credenciamento da AR META SERVIÇOS. Processo n° 00100.000862/2022-28.

DEFIRO o credenciamento da AR MARKCERT - TECNOLOGIA. Processo n° 00100.000741/2022-86.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

## CONSELHO DE GOVERNO

## CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

## SECRETARIA EXECUTIVA

### DECISÕES DE 8 DE JUNHO DE 2022

**O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED)**, com fulcro no inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do artigo 12 da Resolução CMED nº 03, de 29 de julho de 2003 (Regimento Interno), decidiu sobre os processos administrativos para apuração de infração, conforme anexo.

ROMILSON DE ALMEIDA VOLOTÃO

ANEXO

Processo Administrativo nº 25351.903964/2022-76
Interessado: CM HOSPITALAR S.A. (CNPJ n° 12.420.164/0003-19)

Extrato da Decisão nº 109 de 20 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 5.740,72 (cinco mil, setecentos e quarenta reais e setenta e dois centavos), em decorrência da venda de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Artigo 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, e Orientação Interpretativa nº 1, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.906699/2022-88
Interessado: ADISUL COMERCIAL EIRELI. (CNPJ n° 11.018.062/0001-47)

Extrato da Decisão nº 110, de 20 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 390.726,38 (trezentos e noventa mil, setecentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos), em decorrência da oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.904386/2022-95
Interessado: CORPHO COMÉRCIO PROD HOSPITALARES LTDA. (CNPJ n° 68.583.954/0001-08)

Extrato da Decisão nº 111, de 23 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 23.273,24 (vinte e três mil, duzentos e setenta e três reais e vinte e quatro centavos), em decorrência da venda de medicamento por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.923402/2021-68
Interessado: MEDCIM PRODUTOS HOSPITALARES E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ n° 12.212.583/0001-01)

Extrato da Decisão nº 112, de 25 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 3.245,90 (três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Artigo 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018 e Orientações Interpretativas CMED ns° 01 e 02, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.925027/2021-91
Interessado: OPEM REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA. (CNPJ n° 38.909.503/0001-57).

Extrato da Decisão nº 113, de 25 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 51.169,13 (cinquenta e um mil, cento e sessenta e nove reais e treze centavos), em virtude da comprovação da autoria e materialidade da prática da infração de envio de forma incompleta dos Relatório de Comercialização, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Resolução CMED nº 2, de 12 de março de 2014, Comunicado nº 07, de 28 de abril de 2015; Comunicado CMED nº 17, de 12 de setembro de 2017; e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.906885/2021-36
Interessado: PRO-SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI. (CNPJ n° 21.297.758/0001-03)

Extrato da Decisão nº 114, de 25 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 41.065,52 (quarenta e um mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), em decorrência da oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.904329/2022-14
Interessado: NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI. (CNPJ n° 01.733.345/0001-17)

Extrato da Decisão nº 115, de 27 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 95.849,66 (noventa e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, e Orientação Interpretativa nº 1, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.904650/2022-91
Interessado: VIDAMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. (CNPJ n° 00.635.623/0001-30)

Extrato da Decisão nº 116, de 27 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 464.384,74 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), em decorrência da oferta de medicamento por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.904987/2022-06
Interessado: NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI. (CNPJ n° 01.733.345/0001-17)

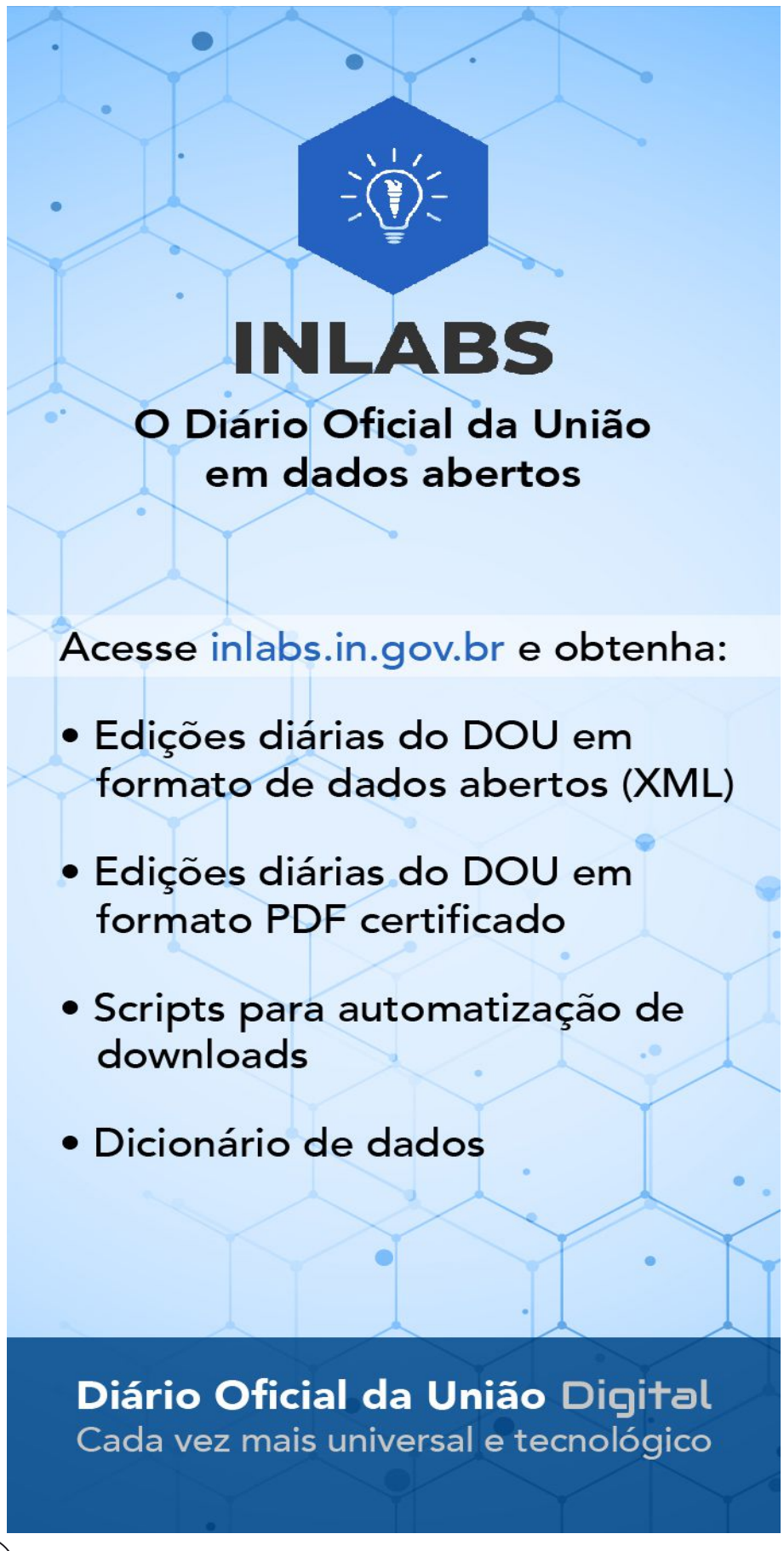
Extrato da Decisão nº 117, de 27 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 87.560,92 (oitenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais e noventa e dois centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, e Orientação Interpretativa nº 1, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.904519/2022-23
Interessado: CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS. (CNPJ nº 84.683.481/0600-72)

Extrato da Decisão nº 118, de 31 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 2.491,34 (dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e quatro centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, e Orientação Interpretativa nº 1, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.904907/2022-12
Interessado: DMC DISTRIBUIDORA, COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP. (CNPJ n° 16.970.999/0001-31)

Extrato da Decisão nº 119, de 31 de maio de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 108.166,70 (cento e oito mil, cento e sessenta e seis reais e setenta centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## SECRETARIA EXECUTIVA

### SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ACRE

**PORTARIA Nº 19, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Ministerial nº 561, de 07 de junho de 2018, Seção X, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com base na Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e o que consta nos autos, resolve:

Art. 1º Habilitar a Médica Veterinária, SAMARA DA SILVA PINHEIRO, CRMV-AC 00556, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para Aves, Equídeos e ruminantes com origem em eventos com aglomerações de animais nos municípios de Bujarí, Porto Acre, Rio Branco, Sena Madureira e Senador Guiomard do Estado do Acre. Processo SEI nº 21004.000279/2022-85.

Art. 2 Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA, através do sistema informatizado utilizado no Estado do Acre.

Art. 3 A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Art. 4- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO RENAN KAPPES BORTOLOSO

### SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA BAHIA

### SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS E SAÚDE ANIMAL

**PORTARIA Nº 39, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

O CHEFE, SUBSTITUTO, DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS E SAÚDE ANIMAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA usando das atribuições que lhe compete o item i do Art. 266 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado através da Portaria Ministerial nº. 561, de 11 de abril de 2018, publicada na Seção 1 do DOU de 13 de abril de 2018, e com base no que determina o Art. 75º do Decreto 5741 de 30 de março de 2006; no Art. 3º §3º e 4º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16 de janeiro de 2018 que aprova as Diretrizes Gerais para Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo e no Art. 4.2 Resolução da CECAIE - BA nº.01/2016 de 23/03/2016 que estabelece as norma do controle da AIE no âmbito do Estado da Bahia.

Considerando que o requerente através do processo nº 21012.005618/2022-11 constituído na SFA/BA atendeu ao disposto na legislação, que trata dos requisitos para habilitação / cadastramento de profissionais Médicos Veterinários do setor privado para atuação junto ao Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, resolve:

Habilitar / Cadastrar no PNSE com o nº. 03.06.22 o Médico Veterinário JOÃO BARRETO E SILVA NETO com inscrição no CRMV-BA sob nº 7.027-VP(BA), para execução das atividades do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, no Controle e Erradicação do Mormo e da AIE, consoante as normas dispostas no o Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e na Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16 de janeiro de 2018, e da Resolução da CECAIE - BA nº.01/2016 de 23/03/2016, no âmbito do Estado da Bahia.

O Médico Veterinário ora habilitado/cadastrado, deverá cumprir as Normas para o Controle e Erradicação do Mormo e da AIE e outras normas complementares estabelecidas pelo Departamento de Saúde Animal do MAPA, fornecer informações relacionadas com o PNSE, apresentar uma via do relatório mensal de colheita de material para Mormo ao SISA (Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários e Saúde Animal) da SFA/BA com periodicidade mensal, até o quinto dia útil do mês subsequente.

O não atendimento ao disposto nesta Portaria e ou nas Legislações vigentes, implicará na suspensão ou cancelamento do habilitado / cadastrado, estando o profissional impedido de requerer nova habilitação / cadastramento pelo prazo de 12 (doze) meses.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DOUGLAS HONÓRIO

## CORREGEDORIA

**DECISÃO DE 9 DE JUNHO DE 2022**

TERMO DE JULGAMENTO nº 170/2022/CORREG/MAPA
Referência: Processo SEI nº 21000.053044/2020-64
Interessados: J GONÇALVES COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA. - CNPJ 86.694.056/0001- 09
Assunto: Julgamento de Processo Administrativo de Responsabilização de Entes Privados - PAR

O CORREGEDOR DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no exercício da competência delegada através da Portaria MAPA nº 381, de 23 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2021, seção 1, página 10, prevista no art. 8º, §1º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, considerando o que consta dos autos epigrafados, notadamente o conteúdo do Relatório Final do colegiado processante (SEI nº 13367598), pelos fundamentos de fato e de direito apresentados pela Corregedoria, conforme Nota Técnica nº 113/2021/CG/MAPA (SEI nº 14288097), pela Consultoria Jurídica, conforme PARECER n. 00942/2021/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (SEI nº 21399751), o DESPACHO CONJUR n. 02194/2021/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (SEI nº 21399756), ratificados pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00753/2022/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (SEI nº 21399759), de 29/04/2022, os quais adoto, na forma do descrito no Despacho nº 364/CORREG (21458071), e Nota Técnica nº 63/2022/CORREG/MAPA (22012731) sem necessidade de nova fundamentação, nos termos do art. 50, parágrafo primeiro, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e sob o fundamento no art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no art. 3º do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, RESOLVO:

Art. 1º - CONHECER do PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO Administrativo, com efeito suspensivo, apresentado pelo Requerente, em razão do preenchimento dos requisitos de admissibilidade (cabimento, legitimidade e tempestividade) de seu apelo, nos termos do art. 11 do Decreto nº 8.420/2015;

Art. 2º - NEGAR PROVIMENTO, no mérito, ao pleito formulado, com força na Nota Técnica 63/2022/CORREG/MAPA (22012731), mantendo in totum a decisão estampada no bojo do Processo Administrativo de Responsabilização de Entes Privados nº 21000.053044/2020-64, conforme TERMO DE JULGAMENTO nº 132/2022/CORREG/MAPA, publicado no Diário Oficial da União em 05/05/2022 (doc. SEI nº 21490237), haja vista que, como demonstrado pela área técnica, não merece acolhimento o pedido de reconsideração apresentado pelo Requerente.

Art. 3º - DETERMINAR, nos termos do § 3º do art. 11 do Decreto nº 8.420, de 2015, que a empresa J GONÇALVES COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA. - CNPJ 86.694.056/0001- 09, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da nova decisão, cumpra as sanções que lhe foram impostas, sendo cumulativamente:

I - Pagamento de multa, no valor de R$ 4.702,80 (quatro mil, setecentos e dois reais e oitenta centavos), nos termos do inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846/2013.

II - Publicação extraordinária desta decisão, nos termos do art. 15, inciso II e art. 24 do Decreto nº 8.420, de 2015, combinado com art. 6º, inciso II e parágrafo 5º da Lei nº 12.846, de 2013, na forma de extrato de sentença, contendo os seguintes títulos dos extratos, "MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013 - Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 21000.053044/2020-64", contendo as informações do art. 1º do presente julgamento às expensas do Ente Privado apenado, cumulativamente:

a) Em uma edição de um dos quatro jornais de maior tiragem e circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC Brasil), à escolha da empresa, no espaço mínimo de 1/4 (um quarto) de uma página do primeiro caderno, e em fonte idêntica ou maior ao padrão das matérias do veículo. Ou, alternativamente, na página principal do portal da internet desses veículos.

b) Em edital afixado pelo prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias no próprio estabelecimentos ou no local de exercício das atividades, em posição que permita a visibilidade pelo público, em tamanho não inferior a 210 mm de largura e 297 mm de altura, em fonte "Arial" ou similar, tamanho de fonte não inferior a "32" para o título, e "20" para o restante do texto.

c) No sítio eletrônico do Ente Privado, acessível mediante link disponibilizado em banner fixo, contendo o título do extrato, exibido por, no mínimo, o prazo fixado na alínea anterior, para cada Ente apenado, na página principal da empresa na internet, em local de fácil visualização e em destaque, antes do início da rolagem da barra lateral do navegador em acesso por computador, com tamanho não inferior a 300 × 250px, ou, na sua ausência, na página de redes sociais vinculada ao Ente Privado, caso possua.

Art. 4º - Após publicação desta decisão, deve a Coordenação-Geral Técnica Jurídico Correcional:

a) Notificar os Órgãos de Controle, de Fiscalização e de Persecução Penal quanto ao desfecho da presente ação disciplinar, dando ciência do inteiro teor do Relatório Final, dos Pareceres Jurídicos e do Termo de Julgamento, com remessa de demais documentos pertinentes ao caso, ou através de concessão de "acesso externo" do Sistema SEI;

b) Alimentar o Sistema CGUPJ/SISCOR, com os dados desenvolvidos nos autos do Processo Administrativo em questão, a fim de dar ciência à Corregedoria-Geral da União quanto ao deslinde do feito disciplinar;

c) Inserir no CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP) as sanções ora aplicadas;

d) Emitir a Guia de Recolhimento da União em desfavor do referido Ente Privado, com prazo para pagamento de 30 (trinta) dias, conforme art. 25 do Decreto nº 8.420/2015, bem como acompanhar o adimplemento das obrigações impostas nesta decisão; e

e) Realizar os outros procedimentos correcionais de praxe até a conclusão do processo na seara administrativa.

NÉLIO DO AMPARO MACABU JÚNIOR

ANEXO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO:
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013
Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 21000.053044/2020-64

Decisão do Corregedor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União, de [...DATA...], [...PÁGINA...], pela aplicação da penalidade de multa, no valor de R$ 4.702,80 (quatro mil, setecentos e dois reais e oitenta centavos), e de publicação extraordinária da decisão administrativa em face da pessoa jurídica:

J GONÇALVES COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA. - CNPJ 86.694.056/0001- 09

cujos fatos decorrem da Operação Enredados, deflagrada em 2015 pela Polícia Federal, ante a comprovação de concessão de vantagem indevida e interferência na fiscalização, infringindo o disposto nos incisos I e V do artigo 5º da Lei n° 12.846, de 2013.

## SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

**PORTARIA SAP/MAPA Nº 1000, DE 08 DE JUNHO DE 2022**

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca PEQUENA I , na modalidade de permissionamento disposta no na modalidade de permissionamento disposta no item 6.7 do Anexo IV, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca PEQUENA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.11, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003868/2022-60, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca PEQUENA I, de propriedade de Claudionor Carlos Pinheiro, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0019067-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 443M.201.300.267-3, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de diversificada costeira, para a captura das espécies-alvo Peixes e crustáceos diversos, com área de operação no Mar Territorial do estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.03.004, que corresponde ao item 6.7, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca PEQUENA I, de propriedade de Claudionor Carlos Pinheiro, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0019067-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 443M.201.300.267-3, na modalidade de permissionamentode arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.004, que corresponde ao item 6.11, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de Junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

**PORTARIA SAP/MAPA Nº 1001, DE 08 DE JUNHO DE 2022**

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ESPADA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.4, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ESPADA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.9 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.009994/2020-66, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ESPADA, de propriedade de Hugo da Silva Oliveira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0015686-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 442-M201100074-0, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (fundo), para a captura das espécies-alvo Corvina (Micropogonias furnieri), Castanha (Umbrina canosai), Pescada (Cynoscion striatus), Abrotea (Urophycis brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP sob o nº 2.04.001, que corresponde ao item 2.4 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ESPADA, de propriedade de Hugo da Silva Oliveira, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0015686-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 442-M201100074-0, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.002, que corresponde ao item 6.9 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

## INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria INCRA SR(12)/Nº 103 de 26 de dezembro de 1995, retificada em 17/03/2022 e publicada no D.O.U Nº 56 de 23/03/2022 na seção 1 página 02 que criou o projeto de assentamento Alvorada II, código SIPRA MA0114000, onde se lê: I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Gleba Sítio Novo, com área de 9.087,9919ha (nove mil e oitenta e sete hectares, noventa e nove ares e dezenove centiares), localizado no Município de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão, e que prevê a criação de 347(trezentos e quarenta e sete) unidades agrícolas familiares; leia-se:.I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Gleba Sítio Novo, com área de 9.087,9919ha (nove mil e oitenta e sete hectares, noventa e nove ares e dezenove centiares), localizado no Município de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão, e que prevê a criação de 176(cento e setenta e seis) unidades agrícolas familiares;

### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

**RETIFICAÇÃO**

Na PORTARIA INCRA/SR-16/N° 98, de 23 de dezembro de 1998, publicada no DOU n° 1, de 04 de janeiro de 1.999, Seção 1, Pág. 12, que criou o Projeto de Assentamento PAM: onde se lê: "...5.039.9600 ha (cinco mil, trinta e nove hectares e noventa e seis ares)... leia-se: "... 5.050,6123 ha (cinco mil, cinquenta hectares, sessenta e um ares e vinte e três centiares)".

# Ministério da Cidadania

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA MC Nº 783, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Estabelece parâmetros e procedimentos sobre o processo de pagamento do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, bem como parâmetros e procedimentos para o controle de recursos orçamentários e financeiros relativos ao benefício financeiro do Programa, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhes conferem o artigo 9º, XI e o artigo 25 do Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017,

CONSIDERANDO que à Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva compete, nos termos do art. 39, inciso I, do Anexo I, do Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, implementar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos e ações de inclusão social e produtiva relativos à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, dentre os quais o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais se insere;

CONSIDERANDO que o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, é uma ação de inclusão produtiva rural direcionada a famílias residentes no meio rural em situação de extrema pobreza, famílias residentes na região do semiárido em situação de pobreza, os agricultores familiares e os beneficiários que se enquadrem nas disposições do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 , com o objetivo de gerar renda e garantir a segurança alimentar e nutricional;

CONSIDERANDO que a execução do Programa se dá por meio de diferentes parcerias, firmadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e pelo Ministério da Cidadania (MC), que utilizam distintos sistemas de informação;

CONSIDERANDO que o acompanhamento social e produtivo das famílias ocorre em etapas, de forma continuada e individualizada, seguindo um cronograma de atividades definido previamente no instrumento de parceria, e que a conclusão de uma etapa autoriza a execução da atividade seguinte prevista no referido cronograma;

CONSIDERANDO que ao Ministério da Cidadania compete, nos termos do art. 9º, V, do Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017, gerar e disponibilizar a folha de pagamento com a relação de famílias beneficiárias para o agente operador financeiro e responsável pelo repasse dos recursos às famílias;

CONSIDERANDO, que os valores e parcelamento dos benefícios para o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, seguem o disposto nos artigos 17 e 18 do Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO que os valores referentes ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, são entregues de forma individualizada, em duas parcelas, diretamente a beneficiários inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, por meio da Caixa Econômica Federal, por meio do cartão do Programa Auxílio Brasil, ou do Cartão Cidadão;

CONSIDERANDO que a publicização de regras orçamentárias e financeiras para controle de vagas empenhadas e uso dos recursos contribuem para trazer transparência ao funcionamento do Programa de Fomento às Atividades Produtiva Rurais;

CONSIDERANDO que as informações postadas nos sistemas eletrônicos são mensalmente processadas para geração de uma listagem de beneficiários aptos para o recebimento do benefício do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar as etapas do procedimento de geração da folha de pagamento do benefício financeiro do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, conforme orientação de Plano de Providências elaborado conjuntamente pela Coordenação-Geral de Fomento do Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Cidadania, constante do processo SEI n° 71000.093100/2015-12, Volume de processo 2 (0604556), página 228 até 309;, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os parâmetros e procedimentos para geração da folha de pagamentos no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, nos termos desta Portaria.

Art. 2º A geração da folha de pagamentos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais dar-se-á por meio do cruzamento de informações dos seguintes bancos de dados:

I - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, previsto no Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022;

II - Sistema Informatizado de Ater - Siater, previsto na Portaria nº 136, de 25 de outubro de 2011 e sob a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Sistema de Gestão de Ater - SGA, sob a gestão da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), ou outro sistema indicado pelo MAPA, no caso de acompanhamento social e produtivo realizado por meio do serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER), conforme artigo 6°, parágrafo único do Decreto 9.221, de 2017;

III - outros sistemas eletrônicos que registrem dados sobre o serviço de atendimento familiar para inclusão social e produtiva (Safisp), previsto no artigo 2º, § 1º do Decreto 9.221, de 2017; e

IV - banco de dados de beneficiários do Programa Fomento Rural, constituído desde janeiro de 2012 a partir da geração da primeira folha de pagamento do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e administrado pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva do Ministério da Cidadania.

Art. 3º A geração da folha de pagamentos será realizada mensalmente.

Art. 4º A Coordenação-Geral de Fomento agregará as extrações de dados de sistema eletrônico sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), Ministério da Cidadania ou outro órgão parceiro que seja responsável pelo acompanhamento social e produtivo, que permitam a identificação da família e de seus integrantes, abrangendo, no mínimo, código IBGE, nome, NIS - número de identificação social, CPF, nome da mãe e data de nascimento do responsável principal pelo projeto na família e, quando houver, do responsável secundário pelo projeto na família.

Art. 5º Para definir a relação de beneficiários aptos para o pagamento da primeira parcela, será feito cruzamento de dados da extração especificada no art. 4º com:

I - o CadÚnico, para verificar a compatibilidade dos dados cadastrais, como nome, nome da mãe, NIS, CPF e data de nascimento;

II - o CadÚnico, para verificar a residência em meio rural e a adequação da renda familiar mensal per capita ao limite de extrema pobreza e pobreza estipulados nos arts. 11, I, e 13-A, §1º, da Lei nº 12.512, de 2011;

III - o CadÚnico e o banco de dados de beneficiários do Programa Fomento Rural, para verificar se a família já foi beneficiada anteriormente pelo mesmo Programa;

IV - banco de dados de famílias que constam de listas orientadoras encaminhadas para as entidades executoras no início da execução de cada instrumento, de modo a dar previsibilidade sobre famílias que podem ser atendidas, a despeito de posterior mudança no perfil de renda; e

V - base de dados de instrumentos de parceria do Programa Fomento Rural, para verificar a data de vigência final dos instrumentos firmados e garantir tempo suficiente para acompanhamento do projeto.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II, poderá ser tomada como referência a renda familiar per capita constante de listas orientadoras enviadas às entidades executoras no início da execução dos instrumentos firmados para acompanhamento social e produtivo, respeitado limite temporal máximo de 02 anos entre a data de envio da lista e a data de transferência do benefício financeiro.

Art. 6º A Coordenação-Geral de Fomento definirá os destinatários da transferência do benefício financeiro, conferindo preferência, sucessivamente, para:

I - a mulher responsável pelo projeto produtivo e pela unidade familiar no Cadastro Único;

II - o homem responsável pelo projeto produtivo e pela unidade familiar no Cadastro Único;

III - a mulher responsável pelo projeto produtivo, ainda que não seja responsável pela unidade familiar no Cadastro Único; e

IV - o homem responsável pelo projeto produtivo, ainda que não seja responsável pela unidade familiar no Cadastro Único.

Art. 7º A Coordenação-Geral de Fomento elaborará um arquivo com dados de beneficiários aptos para pagamento da 1ª ou da 2ª parcelas, o qual será encaminhado à CAIXA, agente financeiro operador do Programa, responsável pelo processamento da folha e transferência dos recursos aos beneficiários por meio de suas agências e correspondentes bancários.

Art. 8º A Coordenação-Geral de Fomento disponibilizará às entidades executoras, por meio de mensagem eletrônica ou sistema eletrônico, as listas de famílias cuja parcela será liberada no respectivo mês, a relação de famílias com renda per capita acima do limite legal, a relação de famílias cujo NIS não foi encontrado e a relação de famílias que, por algum outro motivo, não puderam ser incluídas na folha de pagamento, indicando o motivo para tanto.

Art. 9º A extração de sistema eletrônico proveniente de órgãos parceiros responsáveis pelo acompanhamento social e produtivo deverá conter lista de famílias que:

I - receberam visita técnica para planejamento de projeto produtivo, a qual foi inserida no sistema e aprovada pelo agente responsável pela fiscalização do instrumento de parceria;

II - elaboraram projeto de estruturação social e produtiva; e

III - assinaram termo de adesão ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Art. 10. Serão consideradas como integrantes da mesma unidade familiar todas as pessoas cadastradas sob o mesmo código familiar no CadÚnico.

Art. 11. Cada parcela do recurso terá validade para saque de 03 (três) meses contados a partir da liberação para saque do recurso pela CAIXA.

Parágrafo único. Ao término desse período, o Ministério da Cidadania verificará se as famílias que não sacaram a parcela continuam aptas a seu recebimento, podendo liberar novamente a parcela para saque, mais uma vez, pelo mesmo período.

Art. 12. Para definir a relação de beneficiários aptos para o pagamento da segunda parcela, a Coordenação-Geral de Fomento enviará para as entidades executoras lista das famílias que sacaram o benefício há no mínimo um mês, que indicarão, por meio de mensagem eletrônica ou sistema eletrônico, as que estão aptas a receber a 2ª parcela e as que não estão aptas a receber a 2ª parcela e a justificativa para tanto.

Art. 13. Com o intuito de garantir tempo adequado para o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos produtivos, para as parcerias firmadas entre o Ministério da Cidadania e órgãos parceiros responsáveis pelo acompanhamento social e produtivo dos beneficiários, a partir da data de publicação desta Portaria, fixam-se os seguintes prazos máximos para liberação, pelo Ministério, do recurso do Programa de Fomento aos beneficiários:

I - a primeira parcela será transferida para as famílias beneficiárias até no máximo 3 (três) meses antes do encerramento da vigência do instrumento de parceria; e

II - a segunda parcela será transferida para as famílias beneficiárias até no máximo 2 (dois) meses após o encerramento da vigência do instrumento de parceria.

§1º A transferência dos recursos será realizada em duas parcelas e será condicionada à assinatura do termo de adesão e à apresentação do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar nos termos do Art.17. do Decreto 9.221, de 6 de dezembro de 2017.

§2º A parceria mencionada diz respeito àquela firmada por meio de instrumento para execução do acompanhamento social e produtivo prestado às famílias.

§3º A previsão de pagamento contida nos incisos I e II, foi calculada com base no estudo do tempo médio estabelecido para a execução dos projetos, de forma a viabilizar os resultados esperados.

Art. 14. Ficam estabelecidos os parâmetros e procedimentos para o controle de recursos orçamentários e financeiros relativos ao benefício financeiro do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, nos termos desta Portaria.

Art. 15. A dotação orçamentária deverá ser empenhada a partir da ocorrência do fato gerador da despesa orçamentária, que é a celebração de instrumento de parceria, com o respectivo Plano de Trabalho, que garanta a oferta dos serviços de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva.

§1º O empenho das despesas deve contemplar apenas aquelas parcelas previstas dentro do próprio exercício financeiro ao qual pertence a referida dotação orçamentária.

§2º Na nota técnica de empenho da dotação orçamentária anual, deverão constar informações sobre o número de vagas reservados, a unidade da federação, e dado identificador único da parceria a que o recurso orçamentário estará vinculado.

Art. 16. O desembolso financeiro será realizado a partir da inclusão das famílias beneficiárias na folha de pagamento do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com a transferência dos recursos sendo realizada diretamente às famílias beneficiárias por meio do agente operador do Programa, a Caixa Econômica Federal.

§ 1° Deverá ser realizado o controle de recursos financeiros e vagas empenhadas, para garantir que os pagamentos por famílias tenham correspondência com os recursos empenhados por parceria e por ano orçamentário.

§ 2° A segunda liberação de parcelas, que não foram sacadas pelos beneficiários no prazo legal, não será considerada no consumo de vagas empenhadas disponíveis.

§ 3º Para aplicação da regra constante do § 2º, deverão ser empenhados novos créditos orçamentários para atendimento das famílias remanescentes da parceria.

Art. 17. Compete à área técnica, no exercício de sua função gerencial, adotar controles específicos para o acompanhamento da execução da política pública envolvida, estando o Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais dispensado de manifestação.

Art. 18. Fica revogada a Instrução Operacional SESAN/MDS nº 1, de 30 de outubro de 2018.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

## SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

## SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### PORTARIA Nº 66, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Torna pública lista anexa das programações financeiras referente à emenda parlamentar de relatoria do exercício de 2021 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, e

Considerando a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamento de 2022;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022; e

Considerando a Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, resolve:

Art. 1º Torna pública lista anexa das programações financeiras referente à emenda parlamentar de relatoria do exercício de 2021 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

Art. 2º As programações descritas no anexo desta Portaria visam a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (219G), tendo como destinação:

I - a aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes, para fins de investimento (GND 4); e

II - o incremento de maneira temporária as transferências regulares e automáticas financeiras para fins de custeio (GND 3).

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social adotará as providências necessárias para as transferências de recursos aos respectivos Fundos de Assistência Social estabelecidos nesta Portaria, em conformidade com os procedimentos da modalidade de transferência fundo a fundo, e somente após cumpridos os requisitos pelos entes federados das condições previstas na Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

| UF | ENTE FEDERADO | ANO | AÇÃO ORÇAMENTÁRIA | EMENDA | PROGRAMAÇÃO | VALOR | GND | NOTA DE EMPENHO | PROCESSO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ES | MUCURICI | 2021 | 219G | 202181000789 | 320360120210002 | 459.429,00 | 4 | 2021NE404909 | 71000094685202128 |
| MG | GOVERNADOR VALADARES | 2021 | 219G | 202181000789 | 312770120210002 | 500.000,00 | 3 | 2021NE404915 | 71000095400202176 |
| MT | SANTO ANTONIO DO LEVERGER | 2021 | 219G | 202181000789 | 510780020210003 | 280.000,00 | 4 | 2021NE405752 | 71000096103202148 |
| DF | FUNDO ESTADUAL | 2021 | 219G | 202181000789 | 530010820210010 | 1.000.000,00 | 4 | 2021NE404699 | 71000094880202158 |
| PA | BOM JESUS DO TOCANTINS | 2021 | 219G | 202181000789 | 150157620210001 | 247.000,00 | 3 | 2021NE404828 | 71000095513202171 |
| PA | VIGIA | 2021 | 219G | 202181000789 | 150820920210001 | 100.000,00 | 3 | 2021NE405710 | 71000090326202100 |
| PB | BAYEUX | 2021 | 219G | 202181000789 | 250180720210004 | 100.000,00 | 3 | 2021NE404922 | 71000095517202150 |

# Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

## CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

### EXTRATO DE PARECER Nº 32

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01245.007935/2022-21 (734)

CNPJ: 48.031.918/0035-73 - FILIAL

Razão Social: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO

ome da Instituição: CAMPUS DE SOROCABA - INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Endereço da Instituição: Avenida Três de Março s/n, Alto da Boa Vista, CEP 18.087-180, Sorocaba/SP

Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0680.2022

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 32/2022/CONCEA/MCTI. A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

KÁTIA DE ANGELIS LOBO D'AVILA

### EXTRATO DE PARECER Nº 33

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º , inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e art. 10 da Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer para o seguinte pedido de vinculação de centro público ou privado ao Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP:

Processo: 01200.002202/2013-25 (150)

CIAEP: 02.0108.2021

CNPJ detentor do CIAEP: 22.075.444/0001-29 MATRIZ

Razão Social: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE LAVRAS

Nome da Instituição: FELA

Endereço da Instituição: Rua Padre José Poggel, 506 -Centenário, CEP. 37.200-000, Lavras/MG

Modalidade de solicitação: Vinculação de centro público ou privado ao Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP.

Decisão: DEFERIDO

CNPJ(s) incluído(s) no CIAEP:

CNPJ: 28.893.771/0001-74 MATRIZ

Razão Social: LG Cursos Ltda.

Nome da Instituição: *******

Endereço: Fazenda Betânia, s/n° Zona Rural - CEP: 35.540-000 - Oliveira/MG

O Concea, após análise do pedido de vinculação de centro público ou privado ao Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 33/2022/CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021.

O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

KÁTIA DE ANGELIS LOBO D'AVILA

## INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO

### PORTARIA INSA Nº 91, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Estabelece os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão no âmbito do Instituto Nacional do Semiárido-INSA do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

A Diretora do Instituto Nacional do Semiárido - INSA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 6º da Portaria MCTI nº 5.120, de 18 de agosto de 2021 e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e demais legislações correlatas ao programa de gestão do governo federal, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, no âmbito do Instituto Nacional do Semiárido, de acordo com o art. 10 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e conforme Anexos I a IV a esta Portaria.

Art. 2º O Programa de Gestão nesta unidade abrangerá as atividades descritas na Tabela de Atividades constante no Anexo III a esta Portaria.

Art. 3º Serão adotados os seguintes regimes de execução do Programa de Gestão nesta unidade:

I - regime de execução parcial: quando o participante executa a atividade laboral presencialmente e fora das dependências do órgão, e registra cronograma com a indicação dos dias nos quais estará presente no órgão, dispensado do registro de frequência; ou

II - regime de execução integral: quando o participante da modalidade teletrabalho executa a atividade laboral fora das dependências do órgão, dispensado do registro de frequência.

Art. 4º Os resultados e benefícios esperados para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a partir da instituição do Programa de Gestão no âmbito desta unidade, são os seguintes:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da Instituição;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VII - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

VIII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Art. 5º Poderão participar do Programa de Gestão desta unidade até 100% (cem por cento) do total da força de trabalho elegível, ou seja, o contingente de servidores cujas atividades desempenhadas sejam compatíveis com a modalidade teletrabalho, atendidas as hipóteses de vedação citadas no Art. 10.

Art. 6º O participante selecionado para o teletrabalho será responsável por prover e manter a infraestrutura e equipamentos necessários para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação.

Art. 7º Para participar do Programa de Gestão nesta unidade, o candidato selecionado na forma dos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, deverá dar aceite na documentação necessária, assim como observar as atribuições e responsabilidades do participante do Programa de Gestão, nos termos do art. 22, da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

Art. 8º O participante, no teletrabalho, que tiver sua entrega avaliada com a nota de 0 (zero) a 4 (quatro), 3 (três) vezes consecutivas, injustificadamente, será desligado do teletrabalho, com retorno às atividades presenciais no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

§ 1º O participante com o desligamento de que trata o caput só poderá se candidatar a um novo Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, após 4 (quatro) meses do seu desligamento, contados a partir do dia seguinte ao da data de retorno às atividades presenciais.

§ 2º Fica facultado ao servidor desligado recorrer ao órgão colegiado da área onde está vinculado, com manifestação do Titular de Nível A.

§ 3º Em caso de reincidência consecutiva, o servidor desligado só poderá se candidatar novamente após dois anos.

Art. 9º A Tabela de Atividades, o Plano de Trabalho e o Termo de Ciência e Responsabilidade deverão ser registrados no Sistema do Programa de Gestão SISPG-INSA.

Art. 10. Fica vedada a participação no Programa de Gestão do agente público que se encontrar nas seguintes situações:

I - estiver em cumprimento de penalidade disciplinar, administrativa ou judicial, que importe em suspensão das atividades inerentes à posição ocupada;

II - não estiver, na data da seleção, devidamente habilitado e plenamente capaz de realizar suas atividades, ou não se declarar possuidor de perfil adequado;

III - for ocupante de DAS níveis 1, 2 e 3, FCPE níveis 1, 2 e 3 ou FG níveis 3, 2 e 1, na hipótese de regime integral de execução de teletrabalho;

IV - for ocupante de DAS/FCPE nível 4 (inclusive) ou superior, em qualquer hipótese;

V - tiver sido desligado de 2 Programas de Gestão anteriores do Instituto, por não atingimento de metas nos últimos seis meses anteriores à data de manifestação de interesse em participar.

Art. 11. O participante do Programa de Gestão poderá ser convocado para comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, com antecedência mínima de:

I - ocupante de DAS/FCPE/FG nível 3: 24 (vinte e quatro) horas;

II - ocupantes de DAS/FCPE/FG níveis 1 e 2: 48 (quarenta e oito) horas;

III - não ocupantes de DAS/FCPE/FG: 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo único. O não comparecimento pessoal à unidade organizacional quando convocado, sem a devida justificativa, será considerado descumprimento às regras do Programa de Gestão e ensejará o desligamento do participante.

Art. 12. As informações especificadas no § 1º do art. 28 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, serão divulgadas no sítio eletrônico do Instituto Nacional do Semiárido, ressalvadas as informações consideradas sigilosas, conforme legislação vigente.

Art. 13. Poderá ser estabelecido, por meio de alteração desta Portaria, o adicional de produtividade de até 20% (vinte por cento) após o período inicial de 6 (seis) meses, a contar da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MÔNICA TEJO CAVALCANTI

ANEXO I

| TABELA DE GRUPOS DE ATIVIDADES | | | |
|---|---|---|---|
| UNIDADE ORGANIZACIONAL: SEADM | | GRUPO DE ATIVIDADES | |
| Nome do Grupo | Sigla | Descrição | Código |
| Atividades de ocorrência | AO | Atividades que impeçam o participante de executar o Plano de trabalho inicialmente previsto pela chefia imediata. | SEADM_AO |
| Gestão Administrativa | ADM | Atividades de gestão e execução administrativa das setores do Departamento, incluindo apoio administrativo, gestão de documentos, gestão de tempo, acompanhamento de atividades técnicas, apoio à realização de eventos e gestão de pessoal da unidade. | SEADM_ADM |
| Sistemas | SIS | Atividades de gestão, acompanhamento, operacionalização e execução de Sistemas estruturantes da Administração Pública Federal e demais sistemas institucionais. | SEADM_SIS |
| Demandas de Órgãos de Controle e de Informação | DAI | Atendimento às demandas provenientes dos órgãos de controle e afins, bem como demandas esporádicas afetas às competências do Departamento. | SEADM_DAI |
| Comunicação | COM | Atividades de edição de publicações, elaboração de elementos de visualização para dashboards, painéis e publicações; apresentação, divulgação e comunicação; criação de conteúdo, manutenção e atualização de portais eletrônicos. | SEADM_COM |
| Avaliação de Desempenho | AVAL | Atividades inerentes ao processo de Avaliação de Desempenho. | SEADM_AVAL |
| Gestão Orçamentária e Financeira | COF | Atividades relativas à Gestão Orçamentária e Financeira das ações de competência do Departamento de Administração | SEADM_COF |
| Gestão Contábil e de Custos | GCC | Realizar atividades relativas à Gestão Contábil e de Custos | SEADM_GCC |
| Gestão de Transferências Voluntárias | GTV | Formalização de instrumentos, acompanhamento financeiro e demais ações relacionadas a Transferências Voluntárias. | SEADM_GTV |
| Gestão de Contratações Públicas | COL | Gestão e acompanhamento das atividades relativas a Contratações Públicas. | SEADM_COL |
| Gestão de Contratos Administrativos | CONT | Gestão e acompanhamento das atividades relativas a contratos em execução no INSA. | SEADM_CONT |
| Gestão de Logística, Infraestrutura e Patrimônio | PAT | Atividades relativas à Logística, Infraestrutura e Patrimônio no âmbito da Administração do INSA. | SEADM_PAT |

ANEXO II

| TABELA DE PARÂMETROS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa de Complexidade | Descrição | Horas | |
| | | Presencial | Teletrabalho |
| A | Altíssima complexidade | 40 | 40 |
| B | Alta complexidade | 24 | 24 |
| C | Média-alta complexidade | 16 | 16 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| D | Média complexidade | 10 | 10 |
| E | Média-baixa complexidade | 8 | 8 |
| F | Baixa complexidade | 4 | 4 |
| G | Baixíssima complexidade | 1 | 1 |

ANEXO III

TABELA DE ATIVIDADES

| Grupo de Atividades (código) | Atividade (descrição) | Atividade (código) | Faixa de complexidade | Tempo de execução em horas (presencial) | Tempo de execução em horas (teletrabalho) | Ganho de produtividade (percentual) | Entregas esperadas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SEADM_ADM | Realizar apoio administrativo | AT01 | A | 40 | 40 | 0% | Apoio administrativo realizado (abertura, distribuição e atualização de processos no SEI, gestão de e-mails institucionais, atendimento ao público, atendimento a fornecedores, acompanhar as demandas atribuídas aos colaboradores, emissão de passagens e diárias, abertura de chamados, atualização de listas de contatos, controle de planilhas Excel, organização de documentos/pastas na rede e etc.) |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Elaborar e revisar documentos técnicos | AT02 | A | 40 | 40 | 0% | Elaboração de documentos técnicos sob responsabilidade da unidade, documentos oficiais, incluindo parecer, nota técnica, nota informativa, relatório, manifestação, acordo de cooperação, projeto básico, termo de referência, despacho, ofício, memorando, ata, e-mail, minuta, estudo técnico, edital, relatório técnico, plano de ação, projeto e programas de trabalho, Script, gráfico, dashboard e etc. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Realizar gestão de equipe e da unidade | AT03 | A | 40 | 40 | 0% | Gestão de equipe e das atividades da unidade realizadas (estabelecimento da grade de horário da equipe, controle de frequência no SISREF, gestão de férias e licenças, pactuação de metas e atividades com as equipes de trabalho, pactuação de metas, realização de avaliação de desempenho, recrutamento de estagiários e secretárias, e etc.) |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Realizar acompanhamento e monitoramento técnico | AT04 | A | 40 | 40 | 0% | Controle de material de expediente, atualização de listas de contatos, organização de documentos/pastas na rede, gestão da administração predial das edificações do INSA, acompanhamento e divulgação de publicações em veículos de comunicação internos e externos (DOU, BPS, SGP/ME, TCU e outros), etc. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Produzir e editar documentos diversos | AT05 | A | 40 | 40 | 0% | Documentos (ofícios, memorandos, despachos, notas técnicas, notas informativas, etc.), normativos, manuais, regimentos, portarias, termos, projetos, e-mails, comunicados, estudos técnicos, relatórios, publicados (inclusive documentos produzidos em respostas às editais, planos, entre outros, elaborados e/ou assinados e/ou demandas administrativas das unidades internas e externas do INSA. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_AVAL | Realizar Avaliações de Desempenho | AT06 | A | 40 | 40 | 0% | Avaliações de desempenho realizadas (estabelecimento e pactuação de metas de desempenho individual dos servidores, apuração e avaliação de resultados, avaliações de desempenho para fins de progressão funcional etc.). Realizar as etapas da Avaliação de Desempenho Institucional (atividades para definição dos responsáveis pela Unidades de Avaliação - UA, fixação de metas globais e intermediárias, apuração parcial das metas estabelecidas e apuração final do ciclo.) |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_COM | Elaborar, revisar e atualizar documentos e meios utilizados para comunicação e divulgação do INSA | AT07 | A | 40 | 40 | 0% | Materiais elaborados, revisados e atualizados (Comunicados, Informativos, Manuais, Formulários, Check list, material para apresentação/exposição, Folder e outros) e criação de conteúdo, manutenção e atualização de portais eletrônicos do INSA e elaboração e planejamento de eventos e feiras de divulgação. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_SIS | Realizar gestão e operacionalização dos sistemas | AT08 | A | 40 | 40 | 0% | Ação executada e acompanhamento nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal e demais sistemas institucionais (SEI, SIAFI, SIAPE, SIAPENET,SISGRU, SISREF, SINC, SIORG, SIMULERH, SIGEPE, GFIP/SEFIP, DIRF, RAIS, SeCI, SIADS, COMPRASNET CONTRATOS, COMPRAS e outros), incluindo acompanhamento, atualização, cadastramento, extração e inserção de informações nos sistemas realizadas. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_DAI | Elaborar, revisar, gerir e acompanhar demandas dos órgãos de controle, da Lei de Acesso à Informação (LAI) e de outros órgãos setoriais do MCTIC | AT09 | A | 40 | 40 | 0% | Demandas atendidas (respostas de e-sic, acesso à informação, órgãos de controle, outros órgãos setoriais, setorial contábil, setorial financeira, responder a questionários, formulários, análises e contribuições e proposições solicitadas por outros institutos de pesquisa, auditorias, da Ouvidoria, da Corregedoria, da AGU, dos órgãos centrais do sistemas estruturadores, dos demais ministérios setoriais, dos órgãos de controle (CGU e TCU), do Poder Legislativo (Requisição de Informação Legislativa), do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos órgãos de segurança pública, etc). |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_COF | Realizar Gestão e Execução financeira da Unidade | AT10 | A | 40 | 40 | 0% | Recursos financeiros liberados para o INSA (envolvendo ações relacionadas a: solicitação de cota financeira à setorial financeira; liberação e remanejamentos de recursos financeiros para atender ao programa de trabalho. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Realizar Gestão e Execução orçamentária da Unidade | AT11 | A | 40 | 40 | 0% | Gestão orçamentária realizada (execução do orçamento alocado ao INSA, fornecimento de informações sobre a execução orçamentária dos de projetos, solicitações e acompanhamento das alterações durante o exercício, etc. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Realizar atividades inerentes a Execução orçamentaria e financeira | AT12 | A | 40 | 40 | 0% | Atividades de execução orçamentária e financeira realizadas; execução de despesas, registro de suprimentos de fundos concedidos, gestão financeira e conformidade de registro de gestão realizadas; liquidações de documentos, empenhos emitidos, pagamentos realizados, autorizações, descentralizações, programações e rateio de despesas feitos; operação de liberação e retenção de conta vinculada realizada. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_GCC | Realizar gestão contábil da Unidade | AT13 | A | 40 | 40 | 0% | Acompanhamento, atendimento, atualização, correção, análise, revisão, orientação e inserção de informações contábeis realizadas. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Realizar gestão de informações de custos da Unidade | AT14 | A | 40 | 40 | 0% | Acompanhamento, atendimento, atualização, correção, análise, revisão, orientação e inserção de informações de custos realizadas. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_GTV | Realizar formalização e acompanhamento e prestação de contas dos instrumentos de Transferências Voluntárias | AT15 | A | 40 | 40 | 0% | Formalização, acompanhamento e controle orçamentário e financeiro, análise de prestação de contas e pagamentos dos instrumentos de Transferências Voluntárias realizadas. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_COL | Realizar gestão de licitações e compras | AT16 | A | 40 | 40 | 0% | Envio e gestão do Plano de Contratações Anual; realização de processos licitatórios (incluindo os do Órgão Central) e contratações diretas; participação em comissões de licitações efetivadas; Adesão a Atas de Registro de Preços. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_CONT | Realizar Gestão e Fiscalização de contratos e compras | AT17 | A | 40 | 40 | 0% | Acompanhamento e fiscalização contratual realizados; gestão de custos atrelados aos contratos administrativos realizada; contratos, termos, acordos e instrumentos congêneres firmados; prorrogações, reajuste de preços, repactuação, reequilíbrio contratuais efetivados; processos de penalidade de licitantes e fornecedores finalizados, acompanhamento e fiscalização contratual. Encaminhamento com termo de atesto para pagamento de Faturas e Notas fiscais dos contratos e compras. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_PAT | Realizar gestão de logística, infraestrutura e patrimônio | AT18 | A | 40 | 40 | 0% | Gestão de material realizada, incluindo o Almoxarifado Virtual Nacional; Gestão do Plano de Contratações Anual em relação aos materiais de consumo realizada; gestão do patrimônio realizada; gestão dos contratos terceirizados efetivada; gestão de frota do MCTI, transporte de pessoal, material e mobiliário realizada; gestão de infraestrutura predial realizada. |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| SEADM_AO | Atestado de Comparecimento próprio de dependente ou familiar às consultas médicas e realização de exames de saúde) | AT19 | A | 40 | 40 | 0% | Atividade de ocorrência (AO). |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Execução de atividades inerentes a cursos, concursos públicos com pagamento de GECC | AT20 | A | 40 | 40 | 0% | Atividade de ocorrência (AO). |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Licença para tratamento de saúde | AT21 | A | 40 | 40 | 0% | Atividade de ocorrência (AO). |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Recesso para comemoração das festas de final de ano | AT22 | A | 40 | 40 | 0% | Atividade de ocorrência (AO). |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Férias | AT23 | A | 40 | 40 | 0% | Atividade de ocorrência (AO). |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Feriados e pontos facultativos não registrados no sistema | AT24 | A | 40 | 40 | 0% | Atividade de ocorrência (AO). |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Participação em ação de desenvolvimento profissional em serviço (cursos e treinamentos) | AT25 | A | 40 | 40 | 0% | Atividade de ocorrência (AO). |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | | | A | 40 | 40 | 0% | |
| | Realização de atividade em outra unidade ou Reuniões e Eventos e Ferias fora do âmbito do INSA | AT26 | B | 24 | 24 | 0% | Atividade de ocorrência (AO). |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |
| | Outras ocorrências de afastamento previstas em lei | AT27 | A | 40 | 40 | 0% | Atividade de ocorrência (AO). |
| | | | B | 24 | 24 | 0% | |
| | | | C | 16 | 16 | 0% | |
| | | | D | 10 | 10 | 0% | |
| | | | E | 8 | 8 | 0% | |
| | | | F | 4 | 4 | 0% | |
| | | | G | 1 | 1 | 0% | |

# Ministério das Comunicações

## SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

### PORTARIA MCOM Nº 5.095, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.007632/2022-97, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO TAMBAÚ LTDA, CNPJ nº 12.912.622/0001-75, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de PATOS/PB, o canal 38 (trinta e oito), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

### PORTARIA MCOM Nº 5.104, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 01250.002458/2017-71, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ TVE, CNPJ nº 80.234.537/0001-55, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de PALOTINA/PR, o canal 50 (cinquenta), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

### PORTARIA MCOM Nº 5.105, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.007639/2022-17, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, CNPJ nº 60.133.972/0001-86, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de BOCAIÚVA/MG, o canal 35 (trinta e cinco), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

### PORTARIA MCOM Nº 5.106, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.007641/2022-88, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO BAHIA S/A, CNPJ nº 13.425.269/0001-61, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de PÉ DE SERRA/BA, o canal 29 (vinte e nove), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

### PORTARIA MCOM Nº 5.110, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.007649/2022-44, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA, CNPJ nº 02.856.995/0001-12, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de ARAGUANÃ/TO, o canal 23 (vinte e três), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

### PORTARIA MCOM Nº 5.118, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008014/2022-64, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER LTDA., CNPJ nº 01.856.226/0001-51, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de PONTA PORÃ (Fazenda Campanario)/MS, o canal 20 (vinte), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

### PORTARIA MCOM Nº 5.121, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008013/2022-10, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL, CNPJ nº 86.445.293/0001-36, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de LAGUNA/SC, o canal 43 (quarenta e três), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

### PORTARIA MCOM Nº 5.135, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008057/2022-40, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ nº 43.665.629/0001-63, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de PATROCÍNIO/MG, o canal 44 (quarenta e quatro), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.143, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008064/2022-41, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA, CNPJ nº 21.229.281/0001-29, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de CAMPO BELO/MG, o canal 14 (quatorze) para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.147, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008062/2022-52, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RBS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 68.737.857/0001-22, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de PORTO BELO/SC, o canal 24 (vinte e quatro), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.151, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008063/2022-05, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO EDUC E CULTURAL DE INTEG DO OESTE DE MINAS, CNPJ nº 38.520.912/0001-67, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de FORMIGA/MG, o canal 24 (vinte e quatro), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.154, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008061/2022-16, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TV VALE DO URUARÁ LTDA, CNPJ nº 63.827.174/0001-42, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de URUARÁ/PA, o canal 35 (trinta e cinco), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.155, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008219/2022-40, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO A CRÍTICA LIMITADA, CNPJ nº 04.382.099/0001-94, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de ITACOATIARA/AM, o canal 25 (vinte e cinco), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.157, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008220/2022-74, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S/A, CNPJ nº 45.039.237/0001-14, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de CAMBUÍ/MG, o canal 25 (vinte e cinco), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.166, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008259/2022-91, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL SANTA BÁRBARA, CNPJ nº 23.947.690/0001-96, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de BARÃO DE COCAIS/MG, o canal 40 (quarenta), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.182, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 01250.008831/2020-01, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ nº 03.862.216/0001-54, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

| UF | Município | Canal Digital | Caráter | Manifestação de Interesse |
|---|---|---|---|---|
| PA | BREVES | 18 (dezoito) | Primário | SEQ-R09998 |
| RS | URUGUAIANA | 47 (quarenta e sete) | Primário | SEQ-R10283 |

**PORTARIA MCOM Nº 5.186, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008229/2022-85, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A., CNPJ nº 60.509.239/0001-13, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de ITAJAÍ/SC, o canal 39 (trinta e nove), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.187, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53000.008125/2011-13, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade AMAZÔNIA CABO LTDA, CNPJ nº 02.311.604/0001-84, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

| UF | Município | Canal Digital | Caráter | Manifestação de Interesse |
|---|---|---|---|---|
| AP | OIAPOQUE | 30 (trinta) | Primário | SEQ-R08754 |
| RO | ROLIM DE MOURA | 47 (quarenta e sete) | Primário | SEQ-R08714 |

**PORTARIA MCOM Nº 5.192, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53500.002470/2021-76, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade AMAZÔNIA CABO LTDA, CNPJ nº 02.311.604/0001-84, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de FEIJÓ/AC, o canal 46 (quarenta e seis), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.222, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 01250.017965/2018-90, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade EMPRESA PERNAMBUCO DE COMUNICAÇÃO S/A EPC CNPJ nº 17.659.736/0001-79, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

| UF | Município | Canal Digital | Caráter | Manifestação de Interesse |
|---|---|---|---|---|
| PE | LIMOEIRO | 47 (quarenta e sete) | Primário | SEQ-G08690 |
| PE | TAQUARITINGA DO NORTE | 46 (quarenta e seis) | Primário | SEQ-G08739 |

**PORTARIA MCOM Nº 5.224, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53000.021413/2011-55, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ, CNPJ nº 05.787.268/0001-39, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

| UF | Município | Canal Digital | Caráter | Manifestação de Interesse |
|---|---|---|---|---|
| PI | AMARANTE (Serra das Araras) | 14 (quatorze) | Primário | SEQ-R05688 |
| PI | BARRAS | 27 (vinte e sete) | Primário | SEQ-R05691 |
| PI | CAMPO MAIOR | 26 (vinte e seis) | Primário | SEQ-R05693 |
| PI | COCAL | 26 (vinte e seis) | Primário | SEQ-R05695 |
| PI | FLORIANO | 14 (quatorze) | Primário | SEQ-R05698 |
| PI | PIRACURUCA | 25 (vinte e cinco) | Primário | SEQ-R04200 |

**PORTARIA MCOM Nº 5.233, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.008971/2022-91, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO PRETO, CNPJ nº 03.637.986/0001-01, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

| UF | Município | Canal Digital | Caráter | Manifestação de Interesse |
|---|---|---|---|---|
| MG | ARINOS | 16 (dezesseis) | Primário | SEQ-R13989 |
| MG | BURITIS | 16 (dezesseis) | Primário | SEQ-R13992 |
| MG | JOÃO PINHEIRO | 35 (trinta e cinco) | Primário | SEQ-R04314 |

**PORTARIA MCOM Nº 5.244, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008267/2022-38, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TELEVISÃO NORTE LTDA., CNPJ nº 14.339.220/0001-59, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de SENA MADUREIRA/AC, o canal 50 (cinquenta), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.250, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008222/2022-63, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV VALE DO ITAJAÍ LTDA., CNPJ nº 76.368.240/0001-05, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de RIO DO SUL/SC, o canal 31 (trinta e um), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.261, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.009024/2022-17, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA, CNPJ nº 11.953.923/0001-84, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de ORIXIMINÁ/PA, o canal 41 (quarenta e um), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.281, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.008974/2022-24, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUI, CNPJ nº 05.787.268/0001-39, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de PICOS/PI, o canal 46 (quarenta e seis), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.291, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.008258/2022-47, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS LTDA., CNPJ nº 13.985.114/0001-80, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

| UF | Município | Canal Digital | Caráter | Manifestação de Interesse |
|---|---|---|---|---|
| PI | FLORIANO | 41 (quarenta e um) | Primário | SEQ-R10968 |
| RN | AÇU | 41 (quarenta e um) | Primário | SEQ-R10971 |

**PORTARIA MCOM Nº 5.329, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.009629/2022-16, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, CNPJ nº 25.640.004/0001-65, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de ITUIUTABA (Morro do Baú)/MG, o canal 28 (vinte e oito), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.331, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53000.039044/2013-19, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIGUARA, CNPJ nº 02.056.745/0001-06, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de PARANAIGUARA/GO, o canal 27 (vinte e sete), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5,333, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.009236/2022-02, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TELEVISÃO IGUAÇU SA, CNPJ nº 76.600.188/0001-70, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de SÃO MATEUS DO SUL/PR, o canal 23 (vinte e três), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.335, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.009908/2022-71, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ nº 03.862.216/0001-54, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de QUARAÍ/RS, o canal 47 (quarenta e sete), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.342, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.009244/2022-41, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV VITÓRIA RÉGIA LTDA, CNPJ nº 00.277.036/0001-17, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de CÁCERES/MT, o canal 41 (quarenta e um), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.344, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53900.062735/2015-34, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, CNPJ nº 05.461.142/0001-70, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de LAGOA DA PRATA (Martins Guimarães)/MG, o canal 33 (trinta e três), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.350, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.009243/2022-04, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO BANDEIRANTES DO PARANÁ LTDA, CNPJ nº 77.969.145/0001-20, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de CASTRO/PR, o canal 38 (trinta e oito), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.487, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53900.038506/2016-80, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade EMPRESA DE TELEVISÃO JOÃO PESSOA LTDA, CNPJ nº 24.294.209/0001-73, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BOQUEIRÃO/PB, o canal 17 (dezessete), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.490, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 01250.030298/2019-11, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ TVE, CNPJ nº 80.234.537/0001-55, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MATINHOS/PR, o canal 35 (trinta e cinco), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.503, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.009720/2022-23, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO OSNY JOSÉ GONÇALVES, CNPJ nº 72.448.640/0001-70, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MIRIM DOCE/SC, o canal 22 (vinte e dois), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

**PORTARIA MCOM Nº 5.534, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.008224/2022-52, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO SÉCULO VINTE E UM, CNPJ nº 59.016.873/0001-35, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BOTELHOS/MG, o canal 47 (quarenta e sete), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

## DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

**PORTARIAS DE 8 DE JUNHO DE 2022**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e nº 294, de 30 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | Valor (R$) | Enquadramento Legal | Portaria | Embasamento da Portaria de Multa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53900.070504/2015 | Associação Comunitária Novo Amanhecer | RADCOM | Presidente Dutra | BA | Multa | 1.068,64 | Art. 40, VII e XXIX do Decreto nº 2.615/98. | Portaria DEIRF n° 4828 de 08/06/2022 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.069083/2015 | Rádio Pirajuí Ltda | FM | Pirajuí | SP | Multa | 3.272,72 | Art. 62 da Lei nº 4.117/62. | Portaria DEIRF n° 4880 de 08/06/2022 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |
| 53900.060583/2015 | Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Araçuaí | RADCOM | Araçuaí | MG | Multa | 534,32 | Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98. | Portaria DEIRF n° 4926 de 08/06/2022 | Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 |

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

**PORTARIA Nº 4.899, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Reconsiderar a decisão exarada pela Portaria nº 1564/2019/SEI-MCTIC, de 09 de julho de 2019 do processo nº 53504.004405/2015, acatando o recurso administrativo anulando a citada portaria e arquivar sem aplicação de sanção.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

| N° do Processo | Entidade | Serviço | Município | UF | Sanção | Portaria |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 53504.004405/2015 | Rádio Nova Bebedouro Ltda | OM | Bebedouro | SP | Arquivamento | Portaria DEIRF n° 4899 de 08/06/2022 |

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

## DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

### DESPACHO Nº 190/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.006120/2021-22, que trata do Aviso de Chamamento Público nº 01/2021/SEI-MCOM, publicado no Diário Oficial da União de 08 de fevereiro de 2021, com o intuito de selecionar pessoas jurídicas para executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de OSÓRIO/RS, para utilização do canal 47 (quarenta e sete), resolve:

Art. 1º Tornar pública, nos termos do item 4 do Aviso de Chamamento Público, a classificação do procedimento de seleção em questão, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao seu respectivo número do processo e a este Despacho.

Art. 2º Após a fase recursal, e caso mantida a classificação, será realizada a análise da documentação apresentada pela(s) entidade(s) no Chamamento Público, conforme a ordem definida no Anexo, para então serem iniciados os trâmites com vistas à formalização da autorização à concorrente selecionada.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

ANEXO

| Processo | Entidade | I - Entidade Concorrente com canal designado | I - Classificação Parcial | II- Entidade possui estação com canal primário | Localidade da estação mais próxima da | Distância entre a estação mais próxima da entidade, na mesma UF e | II - Classificação Parcial | III - A entidade Manifestou interesse nos termos | Processo Indicado nos termos da Portaria nº 6.197/2018 ou da | Data e hora da manifestação de interesse nos termos da | III - Classificação Parcial | IV - Data e hora da manifestação de interesse | Classificação Final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | como canal de rede na UF em questão | | na mesma UF e no mesmo canal | entidade, na mesma UF e mesmo canal | mesmo canal, e as coordenadas geográficas do canal | | da Portaria nº6.197/2018 ou da Portaria nº 141/2020 | Portaria nº 141/2020 | Portaria nº 6.197/2018 ou da Portaria nº 141/2020 | | nos termos deste Aviso | |
| | | | | primário na mesma UF e no mesmo canal | | incluído (km)coordenadas geográficas do canal incluído (km) | | | | | | | |
| 53115.003982/ 2021-01 | RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. | SIM | 1 | SIM | SAPIRANGA | 75,24 | 1 | SIM | 01250.024831/ 2019-14 | 16/05/2019 14:59 | 1 | 11/02/2021 16:00 | 1 |
| 53115.004538/ 2021-03 | TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA. | NÃO | 2 | SIM | BENTO GONÇALVES | 144,14 | 2 | NÃO | N/A | N/A | 2 | 19/02/2021 14:35 | 2 |
| 53115.003515/ 2021-73 | FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA | NÃO | 2 | NÃO | N/A | N/A | 3 | NÃO | N/A | N/A | 3 | 08/02/2021 10:38 | 3 |
| 53115.003697/ 2021-82 | SISTEMA DE COMUNICAÇÕES PANTANAL SC LTDA. | NÃO | 2 | NÃO | N/A | N/A | 3 | NÃO | N/A | N/A | 3 | 09/02/2021 14:44 | 4 |
| 53115.004847/ 2021-75 | RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER LTDA. | NÃO | 2 | NÃO | N/A | N/A | 3 | NÃO | N/A | N/A | 3 | 23/02/2021 12:38 | 5 |

# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
## ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

### ATO Nº 7.847, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Expedir autorização à ESCUNA CRIATIVA TRANSPORTES MARITIMOS LTDA, CNPJ nº 44.480.443/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

## ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
## UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### ATO Nº 7.206, DE 24 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53504.002159/2022-78. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A, CNPJ nº 02302100000106, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

### ATOS DE 9 DE JUNHO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 8.006 - Processo nº 53516.001435/2022-41: AGROTERRA E MECANICA SANTO INACIO LTDA, CNPJ nº 07.465.104/0001-10.

Nº 8.011 - Processo nº 53516.001353/2022-05: ELIANE TEIXEIRA GUIMARAES, CPF nº ***.763.349-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

### ATOS DE 7 DE JUNHO DE 2022

Nº 7.837 - Processo nº 53504.011442/2021-18. Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à RÁDIO PINDAMONHANGABA LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 54.246.574/0001-73, na localidade de Pindamonhangaba/SP, até 03/11/2031, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

Nº 7.864 - Processo nº 53504.003111/2022-87. Expede autorização ao FELIPE AUGUSTO LEITE MARINI, CPF nº ***.578.577-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

### ATOS DE 8 DE JUNHO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 7.961 - Processo nº 53504.003271/2022-26. ARCILON ALVES DA ROCHA JUNIOR, CPF nº ***.459.068-**;

Nº 7.963 - Processo nº 53504.003282/2022-14. MARCO AURELIO ANTAS TORRONTEGUY, CPF nº ***.253.470-**;

Nº 7.964 - Processo nº 53504.003267/2022-68. JOSÉ ROBERTO MORENO JUNIOR, CPF nº ***.547.948-**.

Extinguir, por renúncia, a autorização, adaptada e consolidada, outorgada ao para explorar o Serviço Rádio do Cidadão e, concomitante, faz-se necessário a exclusão do Serviço de interesse restrito - 002, bem como da autorização para uso de radiofrequência associada em razão de só possuir este serviço ativo de:

Nº 7.955 - Processo nº 53504.013786/2021-53. SIDNEY DALBEN, CPF nº ***.163.558-**, FISTEL nº 80108941760.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

### ATOS DE 7 DE JUNHO DE 2022

Nº 7.832. Processo nº 53542.000757/2022-56. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a DIVINO GRACIANO BERTOLDO, CPF nº ***.621.221-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.840. Processo nº 53542.001108/2022-72. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a EDIVANDER GANZAROLI, CPF nº ***.388.901-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.841. Processo nº 53542.002141/2022-10. Expede autorização a AD & D AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 40.396.796/0001-68, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.845. Processo nº 53542.001110/2022-41. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a EVANDRO FERREIRA DE LIMA, CPF ***.286.088-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.846. Processo nº 53542.002137/2022-51. Expede autorização a MINERAÇÃO CAPITAL LTDA., CNPJ nº 04.785.364/0001-85, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.848. Processo nº 53542.001144/2022-36. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a HERMEROILDO NOGUEIRA JUNIOR, CPF nº ***.890.911-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.851. Processo nº 53542.001153/2022-27. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JOSÉ ANTÔNIO CARDOSO DE ABREU, CPF nº ***.425.441-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.853. Processo nº 53542.001154/2022-71. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JOSÉ ANTÔNIO FONSECA LOPES, CPF nº ***.127.656-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.859. Processo nº 53542.001156/2022-61. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JOSÉ IRIVAN CAMPOS DE ANDRADE, CPF nº ***.729.071-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.860. Processo nº 53542.001162/2022-18. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JOSÉ NICOLAU DA SILVA, CPF nº ***.121.444-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.862. Processo nº 53542.001215/2022-09. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a DANIEL SOARES, CPF nº ***.081.549-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.863. Processo nº 53542.001218/2022-34. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a LUÍZ CARLOS DA SILVA, CPF nº ***.310.591-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.872. Processo nº 53542.000279/2021-01. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a AGROPECUÁRIA LAGOA FORMOSA BOLIVIA II LTDA, CNPJ nº 26.298.109/0001-40, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 7.874. Processo nº 53542.001142/2022-47. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a FRANCISCO FERREIRA LIMA, CPF nº ***.087.031-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.878. Processo nº 53542.002167/2022-68. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a ANTÔNIO MEDRADO ALKIMIM, CPF nº ***.514.128-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 7.879. Processo nº 53542.002168/2022-11. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a DGMAR CARNEIRO LUÍZ, CPF nº ***.726.371-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 7.881. Processo nº 53542.001237/2022-61. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a ARITANAN GONTIJO DE SOUZA, CPF nº ***.370.101-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.882. Processo nº 53542.001238/2022-13. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a ARMANDO QUEIROZ DE ABREU, CPF nº ***.066.991-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

## UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

### ATOS DE 29 DE ABRIL DE 2022

Nº 5.921. Processo nº 53548.000389/2022-96. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, ANTONIO VARGAS DA SILVA, CPF nº ***.664.101-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 5.925. Processo nº 53548.000364/2022-92. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS FILHO, CPF nº ***.382.478-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

### ATOS DE 6 DE JUNHO DE 2022

Nº 7.795. Processo nº 53548.001006/2022-05. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, APARECIDO RIBEIRO VIANA, CPF nº ***.582.441.**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

Nº 7.806. Processo nº 53548.000986/2022-11. Outorga autorização para uso de radiofreqüências ao NELSON FAVARETTO, CPF nº ***.577.478-**, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

### ATO Nº 7.850, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53548.001013/2022-07. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, DANIEL DE SOUZA CAMPOS MARTINS, CPF nº ***.367.651.**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

### ATO Nº 8.008, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Expedir autorização para uso de radiofrequência à TONE MARINHO GONDIM, CPF: XXX.587.914-XX, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente
Substituto

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

### ATO Nº 7.861, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53578.001728/2022-02. Outorga autorização de uso de radiofrequências a Nelcides de Almeida Mello, CPF nº ***.270.259-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

### ATO Nº 7.959, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53581.000175/2022-11: declara extinta, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito e do único serviço notificado, Rádio do Cidadão, outorgada a Narciso Lopes da Silva, CPF nº ***.068.691-**, declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequência associada.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

### CONSULTA PÚBLICA Nº 40, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.049769/2022-75, proposta de Alteração nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.

As propostas de inclusão e de alteração de canais em Planos Básicos visam tão somente avaliar a viabilidade técnica de canais de Radiodifusão, que, ou já foram outorgados, ou serão objeto de novas outorgas a serem realizadas pelo Ministério das Comunicações. Consequentemente, o que se pretende com esta Consulta Pública é simplesmente verificar se as alterações propostas provocam interferência em canais de outros prestadores de serviço, que, nesse caso, devem se manifestar.

Desta forma, a Consulta Pública em tela não se refere a iniciativa de cunho normativo e, por isso, não está vinculada ao disposto na Lei 13.848, de 25 de junho de 2019 e no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que expressamente se aplicam a Atos normativos expedidos pela Anatel, sendo, portanto, despiciendo a atendimento do prazo para consulta pública e a elaboração de Análise de Impacto Regulatório previstos nos citados dispositivos.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico https://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel/Home.aspx, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo Participa, de Consulta Pública, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23 horas e 59 minutos do décimo dia da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

**ATO Nº 2.764, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022**

Processo nº 53500.064960/2021-66. Transfere integralmente, de forma onerosa, a autorização para exploração de Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito expedida a ENSITE BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 07.729.336/0001-39, para a AMERICA NET S.A., CNPJ nº 01.778.972/0001-74.

TAWFIC AWWAD JÚNIOR
Superintendente
Substituto

**ATO Nº 3.344, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022**

Processo nº 53500.053617/2021-96. Transfere integralmente, de forma onerosa, a autorização para exploração de Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito expedida a INFOBY - CASA DA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 15.249.313/0001-55, para UNIFIQUE TELECOMUNICACOES S/A, CNPJ nº 02.255.187/0001-08.

TAWFIC AWWAD JÚNIOR
Superintendente
Substituto

## GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

**ATOS DE 27 DE MAIO DE 2022**

Nº 7.383 Processo nº 53500.045810/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jateí/MS.

Nº 7.384 Processo nº 53500.045811/2022-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Bonito do Iguaçu/PR.

Nº 7.385 Processo nº 53500.045812/2022-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Agrolândia/SC.

Nº 7.386 Processo nº 53500.045816/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Inocência/MS.

Nº 7.387 Processo nº 53500.045817/2022-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Terra Nova do Norte/MT.

Nº 7.388 Processo nº 53500.045818/2022-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vila Maria/RS.

Nº 7.389 Processo nº 53500.045819/2022-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jateí/MS.

Nº 7.390 Processo nº 53500.045820/2022-70. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Televisao Paraiba Ltda, CNPJ 08.584.526/0001-78, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Soledade/PB.

Nº 7.391 Processo nº 53500.045821/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO TIBAGI LTDA, CNPJ 76.554.757/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Bonito do Iguaçu/PR.

Nº 7.392 Processo nº 53500.045830/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 17.962.660/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pinhão/PR.

Nº 7.393 Processo nº 53500.045831/2022-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 17.962.660/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Quedas do Iguaçu/PR.

Nº 7.394 Processo nº 53500.045903/2022-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PASSARO DA ILHA FM SC LTDA, CNPJ 19.092.725/0001-85, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Guaranésia/MG.

Nº 7.396 Processo nº 53500.045956/2022-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO BOM JESUS DE RADIO E TELEVISAO, CNPJ 04.277.848/0001-13, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Pindamonhangaba/SP.

Nº 7.397 Processo nº 53500.046025/2022-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMMANUEL TELECOMUNICACOES LTDA -EPP, CNPJ 25.206.796/0001-64, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Volta Redonda/RJ.

Nº 7.398 Processo nº 53500.046026/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMMANUEL TELECOMUNICACOES LTDA -EPP, CNPJ 25.206.796/0001-64, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Palmas/TO.

Nº 7.399 Processo nº 53500.046118/2022-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMG PUBLICIDADE E COMUNICAO LTDA., CNPJ 00.992.045/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto Alegre do Norte/MT.

Nº 7.400 Processo nº 53500.046310/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA COLMEIA DE PORTO UNIAO LTDA ME, CNPJ 85.605.251/0001-52, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto União/SC.

Nº 7.401 Processo nº 53500.046446/2022-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PARAISENSE 820 AM LTDA, CNPJ 04.824.542/0001-30, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Sebastião do Paraíso/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATO Nº 7.422, DE 28 DE MAIO DE 2022**

Processo nº 53500.045712/2022-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMISSORA VALE DO APODI LTDA, CNPJ 02.381.328/0001-20, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Apodi/RN.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 30 DE MAIO DE 2022**

Nº 7.427 Processo nº 53500.044613/2022-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SENADO FEDERAL, CNPJ 00.530.279/0001-15, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Teresina/PI.

Nº 7.428 Processo nº 53500.036200/2022-40. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CATU, CNPJ 13.800.685/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Catu/BA.

Nº 7.429 Processo nº 53500.045465/2022-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, na localidade de Parintins/AM.

Nº 7.430 Processo nº 53500.045489/2022-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, na localidade de Cruzeiro do Sul/AC.

Nº 7.431 Processo nº 53500.046552/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nioaque/MS.

Nº 7.432 Processo nº 53500.046553/2022-58. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita do Pardo/MS.

Nº 7.433 Processo nº 53500.046555/2022-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nioaque/MS.

Nº 7.434 Processo nº 53500.046556/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita do Pardo/MS.

Nº 7.435 Processo nº 53500.046720/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à OCAN COMUNICACAO DIGITAL SE LTDA, CNPJ 10.741.961/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Teresina/PI.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 1º DE JUNHO DE 2022**

Nº 7.569 Processo nº 53500.046251/2022-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA, CNPJ 58.945.338/0001-04, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rosana/SP.

Nº 7.570 Processo nº 53500.046256/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA, CNPJ 58.945.338/0001-04, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Roseira/SP.

Nº 7.571 Processo nº 53500.046260/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA, CNPJ 58.945.338/0001-04, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Sagres/SP.

Nº 7.572 Processo nº 53500.047116/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ANDRADAS LTDA, CNPJ 17.043.183/0001-25, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Andradas/MG.

Nº 7.573 Processo nº 53500.047388/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO GOVERNADOR MANOEL DE CASTRO, CNPJ 04.043.488/0001-95, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Morada Nova/CE.

Nº 7.574 Processo nº 53500.047453/2022-49. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBN - REDE BRASIL NORTE DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 01.662.019/0001-66, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Posse/GO.

Nº 7.575 Processo nº 53500.047795/2022-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL E ASSISTENCIAL DIARIO DO AMAPA, CNPJ 09.556.963/0001-40, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Macapá/AP.

Nº 7.576 Processo nº 53500.047826/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO NORTE LTDA, CNPJ 14.339.220/0001-59, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Branco/AC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 6 DE JUNHO DE 2022**

Nº 7.763 Processo nº 53500.039432/2022-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICACOES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Murici/AL.

Nº 7.790 Processo n° 53500.033379/2022-83. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à UNDERBID RADIO-COMUNICACAO SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 02.042.271/0001-35, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 7.816 Processo n° 53500.047587/2022-60. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ALGAR TELECOM S/A, CNPJ nº 71.208.516/0001-74, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal.

Nº 7.823 Processo nº 53500.048238/2022-65. Expede autorização à FW NET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 41.148.026/0001-69, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.824 Processo nº 53500.048433/2022-95. Expede autorização à DIRECAO HOLDING EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 36.042.654/0001-25, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 7 DE JUNHO DE 2022**

Nº 7.875 Processo n° 53500.040973/2022-21. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ nº 37.185.266/0001-66, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal.

Nº 7.876 Processo nº 53500.043276/2022-21. Expede autorização à NGS NET COMUNICACOES MULTIMIDIA LTDA, CNPJ/MF nº 31.983.969/0001-53, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.877 Processo nº 53500.044523/2022-15. Expede autorização à BRUNO SAVI GONCALVES, CNPJ/MF nº 20.082.724/0001-39, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.880 Processo n° 53500.047598/2022-40. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ALGAR TELECOM S/A, CNPJ nº 71.208.516/0001-74, associada à autorização para execução do STFC/Radiotelefônico - Estações Terrestres.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Nº 7.926 Processo nº 53115.030808/2021-23. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, associada à autorização para execução de Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais.

Nº 7.972 Processo nº 53500.019867/2022-88. Extingue, por cassação, a autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, expedida a FL NETWORKS EIRELI, CNPJ nº 10.438.409/0001-48, por meio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

**ATOS DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Nº 8.029 Autoriza PREFEITURA DO MUNICIPIO DE VALINHOS, CNPJ nº 45.787.678/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Valinhos/SP, no período de 09/06/2022 a 07/08/2022.

Nº 8.030 Autoriza Novatel Telecom Ltda, CNPJ nº 04.837.983/0001-76, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Itaituba/PA, no período de 18/06/2022 a 30/07/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA GM-MD Nº 3.247, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Dispõe sobre o Comitê de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa - CSIN-MD.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nos arts. 15, inciso IV, e 16 do Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, na Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 27 de maio de 2020, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60586.000457/2021-45, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o Comitê de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa - CSIN-MD.

CAPÍTULO I

FINALIDADE DO CSIN-MD

Art. 2º O CSIN-MD tem a finalidade de assessorar o Ministro de Estado da Defesa nas atividades relacionadas à Segurança da Informação no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, observado o disposto no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação - PNSI.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIAS DO CSIN-MD

Art. 3º Compete ao CSIN-MD:

I - deliberar sobre assuntos relativos à PNSI no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

II - assessorar quanto à implementação das ações de segurança da informação;

III - constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação, observadas as regras do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019;

IV - participar da elaboração das normas internas relativas à segurança da informação da administração central do Ministério da Defesa;

V - propor alterações à Política de Segurança da Informação - POSIN e às normas internas de segurança da informação da administração central do Ministério da Defesa;

VI - deliberar sobre normas internas de segurança da informação.

Parágrafo único. A POSIN de que trata o inciso V do caput é aprovada pelo Ministro de Estado da Defesa.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO DO CSIN-MD

Seção I

Composição

Art. 4º O CSIN-MD será composto pelos seguintes membros:

I - Gestor da Segurança da Informação, que o coordenará;

II - Chefe do Gabinete do Ministro;

III - Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional;

IV - Chefe da Assessoria de Inteligência de Defesa do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

V - Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional;

VI - Subchefe de Comando e Controle da Chefia de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e

VII - Diretor Técnico do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

§ 1º Cada membro do CSIN-MD terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros suplentes do CSIN-MD deverão ser oficiais superiores ou servidores ocupantes de Cargos Comissionados Executivos - CCE ou Funções Comissionadas Executivas - FCE equivalentes ou superiores ao nível 13.

§ 3º Os membros suplentes do CSIN-MD deverão possuir, preferencialmente, conhecimento na área de segurança da informação.

§ 4º O Gestor da Segurança da Informação de que trata o caput, inciso I, e respectivo suplente, será indicado pelo Secretário-Geral e designados pelo Ministro de Estado da Defesa.

§ 5º Os demais membros suplentes do CSIN-MD serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados pelo Secretário-Geral.

Seção II

Funcionamento e Competências

Art. 5º O CSIN-MD reunir-se-á, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que houver necessidade, por convocação do seu Coordenador ou por solicitação de dois ou mais de seus membros.

Parágrafo único. Os membros do CSIN-MD que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão, preferencialmente, de forma presencial e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão por meio de videoconferência.

Art. 6º As reuniões do CSIN-MD ocorrerão com o quórum de maioria absoluta, enquanto as deliberações poderão ser tomadas por consenso dos presentes.

Parágrafo único. As deliberações do CSIN-MD serão tomadas na forma de resolução.

Art. 7º Ao Coordenador do CSIN-MD compete:

I - convocar, dirigir, supervisionar e coordenar as atividades do CSIN-MD, promovendo as medidas necessárias ao cumprimento das suas competências;

II - representar o CSIN-MD em suas relações internas e externas;

III - submeter à votação do Comitê as matérias a serem apreciadas pelo CSIN-MD;

IV - convidar pessoas ou representantes de outras instituições ou de outros setores do Ministério da Defesa, conforme as especificidades dos assuntos a serem debatidos, para comparecer às reuniões e prestar assessoramentos especializados; e

V - definir a pauta das reuniões do CSIN-MD.

Parágrafo único. O Coordenador do CSIN-MD, além do voto ordinário, proferirá o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 8º Aos demais membros do CSIN-MD compete:

I - participar das reuniões, apresentando propostas e questões de ordem e debatendo as matérias sob exame;

II - propor a convocação de reunião extraordinária, sempre que houver assunto urgente e de caráter relevante;

III - propor ao CSIN-MD alterações na pauta de reuniões do Comitê; e

IV - propor itens da pauta da reunião seguinte do CSIN-MD.

Art. 9º O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da administração central do Ministério da Defesa participará das reuniões do CSIN-MD e prestará subsídios ao colegiado, sem direito a voto.

Seção III

Grupos de Trabalho do CSIN-MD

Art. 10. Os grupos de trabalho de que trata o art. 3º, inciso III, devem observar as seguintes regras:

I - serão compostos por intermédio de resolução do CSIN-MD;

II - não poderão ter mais de sete membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estarão limitados a quatro grupos de trabalho com funcionamento simultâneo.

CAPÍTULO IV

GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 11. Compete à Alta Administração do Ministério da Defesa a governança da segurança da informação, que será exercida por meio do Comitê de Governança do Ministério da Defesa - CG-MD, subsidiado pelo CSIN-MD.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria, a Alta Administração do Ministério da Defesa é constituída pelo Ministro de Estado da Defesa, pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelo Secretário-Geral, nessa ordem de precedência, consideradas as respectivas autoridades e estruturas organizacionais que compõem suas áreas de competência.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A participação de membros e convidados nos trabalhos do CSIN-MD, inclusive nos grupos de trabalho de que trata o art. 10, será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada, e deverá ser desempenhada sem prejuízo das atribuições de cargos ou funções que ocupam nos respectivos órgãos.

Art. 13. Fica revogada a Portaria Normativa nº 55/GM-MD, de 29 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 144, Seção 1, página 14, de 29 de julho de 2020.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2022.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**PORTARIA GM-MD Nº 3.256, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Altera o anexo da Portaria n° 2.641/MD, de 8 de outubro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto n° 7.970, de 28 de março de 2013, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo n° 60314.000012/2022-46, resolve:

36a Reunião Deliberativa da Comissão Mista da Indústria de Defesa

Art.1° O anexo da Portaria n° 2.641/MD, de 8 de outubro de 2014, passa a vigorar acrescido do Produto de Defesa - PRODE, conforme abaixo:

| PRODE | NOME EMPRESARIAL/CNPJ |
|---|---|
| SERVIÇO DE PROJETOS, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE INFRAESTRUTURA PARA SISTEMAS CRÍTICOS | CLEMAR ENGENHARIA LTDA<br>83.932.418/0001-64 |

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**PORTARIA GM-MD N° 3.258, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Altera o anexo da Portaria n° 1.345/MD, de 28 de maio de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto n° 7.970, de 28 de março de 2013, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo n° 60314.000012/2022-46, resolve:

36a Reunião Deliberativa da Comissão Mista da Indústria de Defesa

Art. 1° O anexo da Portaria n° 1.345/MD, de 28 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido dos Produtos Estratégicos de Defesa - PED, conforme abaixo:

| Nº DE ORDEM | PED | NOME EMPRESARIAL/CNPJ |
|---|---|---|
| 1. | SERVIÇOS DE PROJETO E DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES PARA E-NAVIGATION | IACIT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.<br>56.035.876/0001-28 |
| 2. | SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE PLATAFORMA DO SUBMARINO NUCLEAR ALVARO ALBERTO | IHM ENGENHARIA E SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA<br>00.388.601/0001-13 |
| 3. | VIATURA UNIDADE APOIO EM SOLO AV-UAS | AVIBRÁS INDÚSTRIA AEROESPACIAL S.A<br>60.181.468/0005-85 |
| 4. | ABRIGOS SUBTERRÂNEOS | CLEMAR ENGENHARIA LTDA<br>83.932.418/0001-64 |
| 5. | GABINETE SEGURO | CLEMAR ENGENHARIA LTDA<br>83.932.418/0001-64 |
| 6. | CENTRAL DE INTEROPERABILIDADE MODULAR CIM-2000 | INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL<br>00.444.232/0001-39 |
| 7. | TRANSCEPTOR RONDON VEICULAR TRC-1222V | INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL<br>00.444.232/0001-39 |
| 8. | TRANSCEPTOR RONDON HANDHELD TRC-1222HH | INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL<br>00.444.232/0001-39 |
| 9. | TRANSCEPTOR MALLET HANDHELD TRC-1193HH | INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL<br>00.444.232/0001-39 |
| 10. | MÓDULO ROTEADOR DE DADOS MRD-2000 | INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL<br>00.444.232/0001-39 |
| 11. | MÓDULO ROTEADOR DE ÁUDIO MRA-2000 | INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL<br>00.444.232/0001-39 |
| 12. | MÓDULO RÁDIO UHF MRU-2000 | INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL<br>00.444.232/0001-39 |
| 13. | MÓDULO COMPUTADOR TÁTICO MCT-2000 | INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL<br>00.444.232/0001-39 |
| 14. | PLASTEX M-BR | INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL<br>00.444.232/0001-39 |
| 15. | SISTEMA HOSPITALAR MODULAR PRÉ-FABRICADO (PREFABRICATED MODULAR SYSTEMS®) | PFM MEDICAL CONSULTORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA<br>37.608.087/0001-94 |
| 16. | PISTOLA TAURUS G2C - CALIBRE .40 | TAURUS ARMAS S.A<br>92.781.335/0001-02 |
| 17. | FUZIL TAURUS -14,5 (SEMI-AUTO) - CALIBRE 5,56 NATO | TAURUS ARMAS S.A<br>92.781.335/0001-02 |
| 18. | AEROFLEX E-80 FUNDO CROMATO DE ESTRÔNCIO | ANATIN TINTAS LTDA<br>06.220.344/0001-92 |
| 19. | FTD - SIMULADOR DE VÔO AVANÇADO A-29 SUPER TUCANO | EMBRAER S.A.<br>07.689.002/0001-89 |
| 20. | RMT 0300 M - RADAR METEOROLÓGICO BANDA X DE DUPLA POLARIZAÇÃO | IACIT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.<br>56.035.876/0001-28 |
| 21. | SERVIÇOS RELACIONADOS A RADARES METEOROLÓGICOS BANDA X | IACIT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.<br>56.035.876/0001-28 |
| 22. | SERVIÇOS DE PROTEÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURAS CONTRA RPAS (REMOTELY PILOTED AIRCRAFT SYSTEM) | IACIT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.<br>56.035.876/0001-28 |
| 23. | SCE 0300D - DRONEBLOCKER COM TECNOLOGIA DE VARREDURA, BARRAGEM OU MODO HÍBRIDO | IACIT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.<br>56.035.876/0001-28 |
| 24. | UTM 0100D - SISTEMA DE DETECÇÃO E MONITORAMENTO DE RPAS PARA UNMANED TRAFFIC MANAGEMENT | IACIT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.<br>56.035.876/0001-28 |
| 25. | CLIPE TIPO FZU-18-B BGB/BPB | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 26. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-1A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 27. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-1B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 28. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-1C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 29. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-2A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 30. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-2B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 31. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-2C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 32. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-3A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 33. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-3B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 34. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-3C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 35. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-4A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 36. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-4B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 37. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-4C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 38. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-5A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 39. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-5B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 40. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-83-5C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 41. | CORPO CARREGADO BGB-83-1A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 42. | CORPO CARREGADO BGB-83-1B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |
| 43. | CORPO CARREGADO BGB-83-1C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA<br>17.285.030/0001-94 |

| | | |
|---|---|---|
| 44. | CORPO CARREGADO BGB-83-2A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 45. | CORPO CARREGADO BGB-83-2B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 46. | CORPO CARREGADO BGB-83-2C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 47. | CORPO CARREGADO BGB-83-3A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 48. | CORPO CARREGADO BGB-83-3B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 49. | CORPO CARREGADO BGB-83-3C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 50. | CORPO CARREGADO BGB-83-4A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 51. | CORPO CARREGADO BGB-83-4B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 52. | CORPO CARREGADO BGB-83-4C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 53. | CORPO CARREGADO BGB-83-5A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 54. | CORPO CARREGADO BGB-83-5B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 55. | CORPO CARREGADO BGB-83-5C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 56. | EMPENAGEM BGB-83 | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 57. | DRESSING-FF BGB-83 | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 58. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-1A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 59. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-1B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 60. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-1C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 61. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-2A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 62. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-2B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 63. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-2C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 64. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-3A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 65. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-3B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 66. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-3C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 67. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-4A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 68. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-4B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 69. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-4C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 70. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-5A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 71. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-5B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 72. | BOMBA PROPÓSITOS GERAIS BGB-84-5C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 73. | CORPO CARREGADO BGB-84-1A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 74. | CORPO CARREGADO BGB-84-1B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 75. | CORPO CARREGADO BGB-84-1C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 76. | CORPO CARREGADO BGB-84-2A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 77. | CORPO CARREGADO BGB-84-2B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 78. | CORPO CARREGADO BGB-84-2C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 79. | CORPO CARREGADO BGB-84-3A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 80. | CORPO CARREGADO BGB-84-3B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 81. | CORPO CARREGADO BGB-84-3C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 82. | CORPO CARREGADO BGB-84-4A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 83. | CORPO CARREGADO BGB-84-4B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 84. | CORPO CARREGADO BGB-84-4C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 85. | CORPO CARREGADO BGB-84-5A | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 86. | CORPO CARREGADO BGB-84-5B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 87. | CORPO CARREGADO BGB-84-5C | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 88. | ALÇA SUSPENSÃO BGB-84/BPB | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 89. | REFORÇADOR BGB-83/84 | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 90. | EMPENAGEM BGB-84 | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 91. | DRESSING-FF BGB-84/BPB | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 92. | BOMBA PENETRAÇÃO BPB-2000-1B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 93. | BOMBA PENETRAÇÃO BPB-2000-2B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 94. | BOMBA PENETRAÇÃO BPB-2000-3B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 95. | BOMBA PENETRAÇÃO BPB-2000-4B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 96. | BOMBA PENETRAÇÃO BPB-2000-5B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 97. | CORPO CARREGADO BPB-2000-1B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 98. | CORPO CARREGADO BPB-2000-2B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |

| | | |
|---|---|---|
| 99. | CORPO CARREGADO BPB-2000-3B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 100. | CORPO CARREGADO BPB-2000-4B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 101. | CORPO CARREGADO BPB-2000-5B | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 102. | EMPENAGEM BPB-2000 | MAC JEE INDÚSTRIA DE DEFESA LTDA 17.285.030/0001-94 |
| 103. | RADAR METEOROLÓGICO BANDA S - MODELO RMD 710S | SAAB SENSORES E SERVIÇOS BRASIL LTDA 06.916.109/0001-50 |
| 104. | TÚNEL DE CHOQUE À COMBUSTÃO PARA ENSAIO HIPERSÔNICO | THRUONE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA 19.462.710/0001-61 |

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**PORTARIA GM-MD N° 3.260, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Altera o anexo da Portaria n° 2.056/MD, de 15 de agosto de 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto n° 7.970, de 28 de março de 2013, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo n° 60314.000012/2022-46, resolve:

36a Reunião Deliberativa da Comissão Mista da Indústria de Defesa

Art. 1° O anexo da Portaria n° 2.056/MD, de 15 de agosto de 2014, passa a vigorar acrescido da Empresa de Defesa - ED, conforme abaixo:

| ED | CNPJ |
|---|---|
| SAAB SENSORES E SERVIÇOS BRASIL LTDA | 06.916.109/0001-50 |

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**PORTARIA GM-MD N° 3.261, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Altera o anexo da Portaria n° 1.346 /MD, de 28 de maio de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto n° 7.970, de 28 de março de 2013, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo n° 60314.000012/2022-46, resolve:

36a Reunião Deliberativa da Comissão Mista da Indústria de Defesa

Art. 1° O anexo da Portaria n° 1.346/MD, de 28 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido das Empresas Estratégicas de Defesa - EED, conforme abaixo:

| Nº DE ORDEM | EED | CNPJ |
|---|---|---|
| 1. | CLEMAR ENGENHARIA LTDA | 83.932.418/0001-64 |
| 2. | IHM ENGENHARIA E SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA | 00.388.601/0001-13 |

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**PORTARIA GM-MD N° 3.262, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Desclassifica Produto Estratégico de Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto n° 7.970, de 28 de março de 2013, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo n° 60314.000012/2022-46, resolve:

36a Reunião Deliberativa da Comissão Mista da Indústria de Defesa

Art. 1° Desclassificar, como Produto Estratégico de Defesa - PED, o item abaixo:

| PED | NOME EMPRESARIAL/CNPJ | PORTARIA DE CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA VINCULADOS A PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO, E OBTENÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL MILITAR-NAVAL E AO PROJETO DO MÍSSIL ANTINAVIO NACIONAL (MAN-SUP) - EMGEPRON | EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON 27.816.487/0001-31 | PORTARIA N° 2.640/MD, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014. |

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**PORTARIA GM-MD N° 3.264, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Descredencia Empresa de Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto n° 7.970, de 28 de março de 2013, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo n° 60314.000012/2022-46, resolve:

36a Reunião Deliberativa da Comissão Mista da Indústria de Defesa

Art. 1° Descredenciar, como Empresa de Defesa - ED, a instituição abaixo:

| ED | CNPJ | PORTARIA DE CREDENCIAMENTO |
|---|---|---|
| CLEMAR ENGENHARIA LTDA | 83.932.418/0001-64 | PORTARIA N° 2.666/GM-MD, DE 7 DE AGOSTO DE 2020. |

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

# Ministério do Desenvolvimento Regional

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

**PORTARIA Nº 1.864, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 6° da Portaria n. 664, de 14 de dezembro de 2017, constante no processo administrativo n. 59020.000322/2017-10, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Monte Alegre - PA, para ações de Defesa Civil até 02/01/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

**PORTARIA Nº 1.871, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Aliança - PE, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Aliança - PE, no valor de R$ 254.960,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil novecentos e sessenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009867/2022-81.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

**PORTARIA Nº 1.872, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Entre Rios - SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Entre Rios - SC, no valor de R$ 141.985,00 (cento e quarenta e um mil novecentos e oitenta e cinco reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009749/2022-73.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

**PORTARIA Nº 1.873, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 3° da Portaria n. 23, de 17 de janeiro de 2012, constante no processo administrativo nº 59050.001167/2011-14, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Belo Horizonte - MG, para ações de Defesa Civil até 22/12/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

**PORTARIA Nº 1.875, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

| UF | Município | Desastre | Decreto | Data | Processo |
|---|---|---|---|---|---|
| AM | Careiro da Várzea | Inundações - 1.2.1.0.0 | 037 | 22/04/2022 | 59051.015878/2022-19 |
| AM | Uarini | Inundações - 1.2.1.0.0 | 049 | 16/05/2022 | 59051.015947/2022-86 |
| BA | Planaltino | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 212 | 06/05/2022 | 59051.015859/2022-84 |
| ES | Mucurici | Vendaval - 1.3.2.1.5 | 3.501 | 20/05/2022 | 59051.015914/2022-36 |
| PE | Chã de Alegria | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 028 | 30/05/2022 | 59051.016038/2022-65 |
| PE | Igarassu | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 057 | 28/05/2022 | 59051.015980/2022-14 |
| PE | Ilha de Itamaracá | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 081 | 31/05/2022 | 59051.016016/2022-03 |
| PE | Limoeiro | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 072 | 29/05/2022 | 59051.015981/2022-51 |
| PE | São Lourenço da Mata | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 022 | 28/05/2022 | 59051.015999/2022-52 |
| PE | Sirinhaém | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 014 | 28/05/2022 | 59051.016017/2022-40 |
| PR | Rio Azul | Inundações - 1.2.1.0.0 | 97 | 28/04/2022 | 59051.015706/2022-37 |
| RN | Tenente Laurentino Cruz | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 017 | 24/05/2022 | 59051.015885/2022-11 |
| SC | Araranguá | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 10.516 | 03/05/2022 | 59051.015977/2022-92 |
| SC | Lages | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 19.542 | 05/05/2022 | 59051.015984/2022-94 |
| SC | Lauro Muller | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 146 | 26/05/2022 | 59051.015857/2022-95 |
| SC | Orleans | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 5.251 | 04/05/2022 | 59051.015998/2022-16 |

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

**PORTARIA Nº 1.876, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Três Rios - RJ, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Três Rios - RJ, no valor de R$ 1.512.399,43 (um milhão, quinhentos e doze mil trezentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59000.007576/2021-83.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2021NE000338, Programa de Trabalho: 06.182.2218.8348.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

**PORTARIA Nº 1.884, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Dionísio - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Dionísio - MG, no valor de R$ 453.336,68 (quatrocentos e cinquenta e três mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009514/2022-81.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

**PORTARIA Nº 1.885, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Guimarânia - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Guimarânia - MG, no valor de R$ 144.141,60 (cento e quarenta e quatro mil cento e quarenta e um reais e sessenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009564/2022-69.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

**PORTARIA Nº 1.886, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Mateus Leme - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Mateus Leme - MG, no valor de R$ 752.274,03 (setecentos e cinquenta e dois mil duzentos e setenta e quatro reais e três centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009319/2022-51.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

**PORTARIA Nº 1.887, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

| UF | Município | Desastre | Decreto | Data | Processo |
|---|---|---|---|---|---|
| AL | Matriz de Camaragibe | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 05 | 26/05/2022 | 59051.016063/2022-49 |
| AL | Tanque D`Arca | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 11 | 06/06/2022 | 59051.016060/2022-13 |
| PE | Altinho | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 592 | 25/04/2022 | 59051.015688/2022-93 |
| RN | São Francisco do Oeste | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 217 | 16/05/2022 | 59051.015904/2022-09 |

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

### SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

**ATO Nº 934, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 847ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 07/06/2022, nos termos do art. 4º, inciso XII, § 3º e do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 131, de 11/03/2003, e nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu:

Art. 1º - Declarar reservada à AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL a disponibilidade hídrica caracterizada pelas vazões naturais afluentes, constantes do Anexo I, subtraídas das vazões médias destinadas ao atendimento de outros usos consuntivos a montante, constantes do Anexo II, e eventuais vazões destinadas a mecanismos de transposição de peixes e de embarcações, além de vazões remanescentes em eventual trecho de vazão reduzida.

Art. 2º - As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica do aproveitamento hidrelétrico PCH Toco Preto, Município de Campos Belos, Estado de Goiás.

O inteiro teor da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

**ATO Nº 935, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 847ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 7/6/2022, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30 de outubro de 2017, resolveu:

Revogar a outorga emitida a FABIANO RONEI CHEMELLO, por meio da Resolução ANA nº 2325, de 16 de outubro de 2019, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

O inteiro teor da Revogação de Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ASS ANDRÉ PANTE

# Ministério da Economia

## SECRETARIA EXECUTIVA

### SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

**PORTARIA SGC/ME Nº 5.227, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Subdelega competência ao Departamento de Riscos, Controles e Conformidade da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento para atuar como Seccional de Contabilidade das unidades gestoras da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento.

A SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso II do art. 18 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o dispositivo no art. 9º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência ao Departamento de Riscos, Controles e Conformidade da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento para atuar como seccional de contabilidade das unidades gestoras da SETO.

Art. 2º O Departamento de Riscos, Controles e Conformidade será responsável pelo exercício das competências atribuídas ao órgão setorial de contabilidade do Ministério da Economia, definidas no art. 8º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, no âmbito da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SPOA/MF nº 425 de 14 de agosto de 2018.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE CALAZANS
Secretária

## SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

### SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 47, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Altera a Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 132 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

VII - solução de TIC para fins desta Instrução Normativa: conjunto de bens e/ou serviços que apoiam processos de negócio mediante a conjugação de recursos de TIC, de acordo com as premissas definidas no Anexo II desta Instrução Normativa;" (NR)

"Art. 9º .....

.....

§ 9º A publicação do Estudo Técnico Preliminar da Contratação em sítio eletrônico de fácil acesso, pelo órgão interessado em aderir a Ata de Registro de Preço, é condição para viabilizar a autorização de adesão exarada pelo órgão gerenciador, observadas as demais disposições legais." (NR)

Art. 2º O ANEXO da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"ANEXO I

.....

.....

8. AQUISIÇÕES DE ATIVOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

8.1. Nas aquisições de bens de tecnologia da informação e comunicação, o instrumento convocatório deverá prever que:

I - as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, serão exigidas como requisito de qualificação dos bens a serem adquiridos; e

II - serão aceitas certificações emitidas, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, como também aquelas emitidas por organismos acreditados por esse Instituto, os quais podem ser consultados por meio do endereço eletrônico: https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/acreditacao/organismos-acreditados.

8.2. Nos casos de comprovada inviabilidade técnica para a obtenção de certificações ou de aquisição de bens de elevada singularidade e personalização, o órgão poderá, de forma justificada, dispensar as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 2010.

8.3. Para fins de cumprimento do Decreto nº 7.174, de 2010, os bens de tecnologia da informação e comunicação abrangidos pelas certificações de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 2010, são aqueles listados no Anexo A da Portaria Inmetro nº 170, de 10 de abril de 2012, com exceção do Grupo 'Equipamentos eletroeletrônicos para uso em escritórios'." (NR)

Art. 3º Fica instituído o ANEXO II da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, com a seguinte redação:

"1. Para fins do disposto no inciso VII do art. 2º desta Instrução Normativa, consideram-se soluções de TIC os bens e/ou serviços que se adequam à definição de pelo menos uma das categorias a seguir:

1.1. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE TIC

a) São considerados recursos de TIC equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação da informação, a exemplo de: desktops, notebooks, coletores de dados do tipo personal digital assistant - PDA, equipamentos de coleta de dados satelitais, monitores de vídeo, impressoras, impressoras térmicas, scanners de documentos, tablets, incluindo-se serviços de manutenção e suporte desses equipamentos;

b) Excluem-se dessa categoria mouses, teclados, caixas de som, projetores, televisores em geral, dispositivos Radio Frequency Identification - RFID, impressoras 3D, aparelhos telefônicos (como fixos, celulares e smartphones), relógio de ponto, rádio comunicadores e estações rádio base, câmeras fotográficas e webcam adquiridas isoladamente, cartuchos, toners e demais insumos de impressão, plotters, drones e veículos tripulados ou não tripulados, equipamentos de segmento médico, construção civil, tráfego aéreo, máquinas de produção industrial, equipamentos de raio-x (inclusive para controle de acesso), segmentos de áudio e vídeo, fechaduras eletrônicas, bloqueadores de sinais de celular e gravadores de áudio digital ou analógico.

1.2. DESENVOLVIMENTO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS

a) São considerados recursos de TIC serviços de desenvolvimento, manutenção preventiva ou corretiva, sustentação, testes, inclusive de segurança, qualidade, engenharia de dados, customização e evolução de software e sistemas computacionais e aplicativos móveis, incluindo elaboração, manutenção e sustentação de painéis e outros produtos de Business Intelligence.

1.3. HOSPEDAGEM DE SISTEMAS

a) São considerados recursos de TIC a disponibilização de sistemas, aplicativos ou sítios eletrônicos em servidores próprios ou de terceiros por meio de modelo de hosting, co-location ou outros.

1.4. SUPORTE E ATENDIMENTO A USUÁRIO DE TIC

a) São considerados recursos de TIC os serviços de atendimento a requisições de suporte a infraestrutura de TIC, resolução de incidentes e investigação de problemas e suporte técnico de microinformática a usuários de TIC;

b) Excluem-se a contratação de call centers ou contact centers para serviços gerais não relacionados exclusivamente à TIC e à contratação de serviços de suporte a soluções de audiovisual.

1.5. INFRAESTRUTURA DE TIC

a) São considerados recursos de TIC os serviços associados ao conjunto de componentes técnicos, hardware, software, bancos de dados implantados, procedimentos e documentação técnica usados para disponibilizar informações, incluindo serviços de segurança digital (controle lógico e biométrico), certificação digital, operação e suporte técnico;

b) Excluem-se dessa categoria materiais e serviços de vigilância patrimonial (a exemplo de soluções de Circuito Fechado de TV - CFTV, analógico ou digital, e seus componentes e serviços acessórios), serviços de engenharia civil ou manutenção predial, serviços financeiros ou bancários, controle de acesso físico (como portas, catracas e elevadores), soluções de cabeamento estruturado que permita conectividade à rede de telecomunicações (como fibra ótica, conectores, conduítes e cabos de rede de dados), infraestrutura elétrica (como nobreaks e geradores) e hidráulica (como sistema de refrigeração), ainda que venham a integrar sala de datacenter e sistema de combate a incêndio.

1.6. COMUNICAÇÃO DE DADOS

a) São considerados recursos de TIC a transmissão digital de dados e informações entre dispositivos, sistemas e redes de comunicação, incluindo acesso à Internet (como links MPLS, WAN/LAN), soluções de videoconferência, de transmissão e recebimento de mensagens de texto - SMS e de recebimento ou processamento de dados satelitais;

b) Excluem-se dessa categoria os serviços de telefonia fixa comutada - STFC, Serviço Móvel Pessoal - SMP, VoIP (telefonia baseada em voz sobre IP), centrais telefônicas, PABX (física ou virtual) ou infraestrutura de telefonia interna ou externa destinada ao tráfego de voz digital ou não digital.

1.7. SOFTWARE E APLICATIVOS

a) São considerados recursos de TIC programas de computador que realizam ou suportam o processamento de informações digitais, independente da forma de licenciamento (a exemplo de perpétuo, subscrição, cessão temporária);

b) Excluem-se dessa categoria programas embarcados em equipamentos não classificados como recursos de TIC.

1.8. IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO

a) São considerados recursos de TIC serviços de impressão, cópia e digitalização de documentos;

b) Excluem-se serviços de impressão 3D, serviços de impressão gráfica (a exemplo de plotagem e banners), e serviços arquivísticos de massa documental (classificação, recuperação e digitalização).

1.9. CONSULTORIA EM TIC

a) São considerados recursos de TIC serviços de consultoria e aconselhamento em TIC;

b) Excluem-se dessa categoria, a prestação de serviços: de produção de conteúdo multimídia e gestão de conteúdos de sites web e mídias sociais, de fornecimento de conteúdo digital, assinaturas de periódicos eletrônicos, notícias e informes, publicidade e de comunicação social em meio digital.

1.10. COMPUTAÇÃO EM NUVEM

a) São considerados recursos de TIC os serviços de computação em nuvem, tais como Infrastructure as a Service - IaaS, Platform as a Service - PaaS, Software as a Service - SaaS, DataBase as a Service - DBaaS, Device as a Service - DaaS, Containers as a Service - CaaS, Function as a Service - FaaS e BigData as a Service - BDaaS, serviços de orquestração de multi-nuvem, suporte e brokerage de nuvem.

1.11. INTERNET DAS COISAS - IoT

a) São considerados recursos de TIC apenas os dispositivos ou serviços que utilizem tecnologia IoT conectados ou que integrem um ou mais sistemas de informação desenvolvidos ou mantidos pelo órgão, enviando, processando, recebendo ou armazenando dados.

1.12. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

a) São considerados recursos de TIC os serviços de avaliação e testes de segurança (a exemplo de testes de intrusão, pentest, simulação de adversários), gestão de vulnerabilidades e tratamento de incidentes, Security as a Service - SECaaS, segurança de redes, Serviço de Monitoria de eventos de segurança - SOC e serviços técnicos de consultoria em segurança da informação e privacidade;

b) Excluem-se dessa categoria serviços e/ou equipamentos de segurança das informações que não estejam em suporte digital.

1.13. ANÁLISE DE DADOS, APRENDIZADO DE MÁQUINA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

a) São considerados recursos de TIC os serviços de Inteligência de Negócio (Business Intelligence), Inteligência Artificial, Aprendizado de Máquina, Big Data, governança de dados, arquitetura de dados e soluções de geoprocessamento." (NR)

Art. 4º Ficam revogadas:

a Orientação Normativa SLTI/MP nº 1, de 20 de agosto de 2015; e

a Portaria STI/MP nº 20, de 14 de junho de 2016.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 1º de julho de 2022.

FERNANDO ANDRE COELHO MITKIEWICZ

## SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

## SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### PORTARIA SPU/ME Nº 5.191, DE 7 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, com fundamento no disposto no Parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e nos elementos que integram o Processo Administrativo SEI nº 19739.141423/2021-15, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de Habitação de Interesse Social, na modalidade de locação social, os seguintes imóveis da União:

I- Terreno localizado na Rua Comandante Antônio Manhães de Matos, S/N, situado no lugar denominado Cabanga, Bairro de São José, no Município do Recife, Estado de Pernambuco, conceituado como acrescido de marinha, de natureza urbana, cadastrado no SPIUnet sob o RIP nº 2531 01161.500-4, objeto da matrícula nº 59.118, do 1º Cartório do Registro de Imóveis do Recife, registrado em nome da União Federal, com área total de 27.885,90 m².

II- Prédio localizado na Avenida Dantas Barreto, nº 1080, Bairro de São José, no Município do Recife, Estado de Pernambuco, constituído em um lote de terreno conceituado como terreno de marinha e acrescidos, de natureza urbana, cadastrado no SPIUnet sob o RIP nº 2531 00502.500-4, objeto da matrícula nº 40.704, do 1º Cartório do Registro de Imóveis do Recife, registrado em nome da União Federal, com área total de terreno de 352,92 m² e área construída de 2.218,40 m².

Art. 2º Os imóveis tratados nesta Portaria são de interesse público na medida em que serão destinados como ativos imobiliários, que serão utilizados para desenvolvimento projeto piloto de Parceria Público-Privada voltado para a Habitação de Interesse Social, com a construção de 415 unidades habitacionais, a serem direcionadas à modalidade de LOCAÇÃO SOCIAL, no âmbito da Política Nacional de Habitação e do Programa Casa Verde e Amarela, Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União do Estado de Pernambuco dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis e à Prefeitura Municipal do Recife/PE, acompanhado dos respectivos memoriais descritivos das áreas as quais ela se refere.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

### PORTARIA SPU/ME Nº 5.287, DE 9 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e considerando a ata de reunião (SEI 25473952), realizada em 07 de junho de 2022, conforme previsto no art. 10-A do Anexo I da Portaria nº 8729, de 20 de julho de 2021, com alteração dada pela Portaria SPU/ME nº 11.067, de 9 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação onerosa dos bens a seguir discriminados, mediante venda, precedida de licitação, na modalidade concorrência pública eletrônica, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 9.636, de 15 de maio de 1998, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e nas demais normas aplicáveis:

| Item | UF | Município | Endereço | Matrícula | Cartório | Tipo de Imóvel | Área (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | MG | Juiz de Fora | Rua Santo Antonio 711, Centro | 2032 | Cartório de 1º Ofício do Registro de Imóveis de Juiz de Fora | Edifício / Prédio | Terreno: 604,50<br>Benfeitoria: 581,25 |
| 2 | MG | Barbacena | Rodovia BR 040 KM 697, São Pedro | 28077 | Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Barbacena | Terreno | 12.219,89 |
| 3 | RS | Porto Alegre | Rua Santo Inácio 56, Apto. 201 e Box de estacionamento nº 14, Moinhos de Vento | 100574 e 100575 | Cartório de Registro de Imóveis da 1º Zona de Porto Alegre | Apartamento e Box | Privativa: 194,31<br>Box: 21,42 |
| 4 | RS | Porto Alegre | Avenida Farrapos 285, Edificio Alles, Floresta | 134634 | Cartório de Registro de Imóveis da 1º Zona de Porto Alegre | Edifício / Prédio | Terreno: 280,00<br>Benfeitoria: 2.338,47 |

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria SPU/ME Nº 3.088, DE 06 DE ABRIL DE 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 68, de 8 de abril de 2022, Seção 1, página 51,

Onde se lê:

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º fica o outorgado cessionário obrigado a pagar à União, a título de retribuição pelo uso do imóvel, o valor mensal de R$ 7.456,01 (sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e um centavo).

§ 1º O valor da retribuição à União será pago em parcelas mensais e sucessivas vencíveis no último dia útil de cada mês e, nas parcelas não pagas até o vencimento será acrescido multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 2º O valor anual do contrato de R$ 89.472,12 (oitenta e nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais e doze centavos), equivalente a 12 parcelas mensais do valor previsto no caput será corrigido a cada 12 (doze) meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

Leia-se:

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º fica o outorgado cessionário obrigado a pagar à União, a título de retribuição pelo uso do imóvel, o valor semestral de R$ 39.736,42 (trinta e nove mil e setecentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos).

§ 1º O valor da retribuição à União será pago em parcelas semestrais e sucessivas vencíveis no último dia útil dos meses de junho e dezembro de cada ano pelo valor proporcional, nas parcelas não pagas até o vencimento será acrescido multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 2º O valor anual do contrato de R$ 79.472,84 (setenta e nove mil e quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), equivalente a 2 parcelas semestrais do valor previsto no caput, que será corrigido a cada 12 (doze) meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

Art. 5º Ficam diferidas as parcelas referentes ao 1º ano para pagamento junto das parcelas do 2º ano, no último dia útil dos meses de junho e dezembro.

## SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

### DESPACHO

Processo nº 19687.103261/2022-51

A Secretária Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia - ME, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 4º do Decreto nº 2.487, de 2 de fevereiro de 1998, no artigo 7º da Portaria nº 406, de 8 de dezembro de 2020, e nas Cláusulas Sexta, Oitava e Nona do Contrato de Desempenho com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro:

CONSIDERANDO que a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade exerce a supervisão do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

CONSIDERANDO o teor do Relatório do Contrato de Desempenho do Ano 2021, apresentado pelo Inmetro; do Relatório de Monitoramento, emanado pela Comissão de Orientação, Acompanhamento e Avaliação (CAA), e do Relatório de Avaliação Anual; e

CONSIDERANDO os documentos constantes nos autos do Processo SEI nº 19687.103261/2022-51.

APROVA o cumprimento dos resultados pelo INMETRO quanto aos indicadores e metas previstos para o ano de 2021.

DANIELLA MARQUES CONSENTINO

## SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

### INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.087, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.057, de 9 de dezembro de 2021, e a Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, que regulamentam os processos de consulta no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXIV do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 48 a 50 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 2.057, de 9 de dezembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13. .....

§ 1º O disposto no caput aplica-se aos órgãos públicos da administração direta que optarem por apresentar a consulta por meio do e-CAC.

§ 2º No caso de consulta formulada por pessoa física, fica dispensada a adesão ao DTE prevista no caput até que seja implementada a funcionalidade de assinatura avançada para o termo de opção por DTE.

§ 3º A condição estabelecida no caput será considerada atendida no caso de consulta realizada por pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), com a aceitação do Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN), nos termos do art. 122 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018." (NR)

"Art. 28. .....

.....

Parágrafo único. No caso de consulta formulada com defeito sanável ou com ausência de informação necessária para a solução, nas hipóteses de que tratam os incisos I, II e XI a XIII do caput do art. 26, o interessado poderá retificar ou complementar a consulta no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência da intimação de que trata o inciso II do caput." (NR)

"Art. 29. .....

.....

§ 3º No caso de consulta formulada com defeito sanável ou com ausência de informação necessária para a solução, nas hipóteses de que tratam os incisos I, II e XI a XIII do caput do art. 26, o interessado poderá retificar ou complementar a consulta no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência da intimação de que trata o § 2º." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. .....

§ 1º O disposto no caput aplica-se aos órgãos públicos da administração direta que optarem por apresentar a consulta por meio do e-CAC.

§ 2º No caso de consulta formulada por pessoa física, fica dispensada a adesão ao DTE prevista no caput até que seja implementada a funcionalidade de assinatura avançada para o termo de opção por DTE.

§ 3º A condição estabelecida no caput será considerada atendida no caso de consulta realizada por pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), com a aceitação do Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN), nos termos do art. 122 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018." (NR)

"Art. 28. .....

Parágrafo único. No caso de consulta formulada com defeito sanável ou com ausência de informação necessária para a solução, nas hipóteses de que tratam os incisos I, II e XI a XIV do caput do art. 27, o interessado poderá retificar ou complementar a consulta no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência da intimação de que trata o inciso II do caput." (NR)

"Art. 29. .....

.....

§ 3º No caso de consulta formulada com defeito sanável ou com ausência de informação necessária para a solução, nas hipóteses de que tratam os incisos I, II e XI a XIV do caput do art. 27, o interessado poderá retificar ou complementar a consulta no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência da intimação de que trata o § 2º." (NR)

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

## INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.086, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar, e regula o processo de credenciamento de seus prestadores.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no parágrafo único do art. 813 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro, e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar, e regula o processo de credenciamento de seus prestadores.

Parágrafo único. O serviço de perícia a que se refere o caput inclui a avaliação de equipamentos de segurança e sistemas informatizados e a emissão de laudo pericial sobre o estado e o valor residual de mercadorias.

CAPÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO

Seção I

Do Prestador de Serviços de Perícia

Art. 2º O serviço de perícia a que se refere o art. 1º será realizado por:

I - laboratórios da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);

II - órgãos e entidades da Administração Pública;

III - entidades privadas, inclusive as classificadas como serviços sociais autônomos; ou

IV - peritos autônomos.

Parágrafo único. Para realização das atividades previstas nesta Instrução Normativa, os órgãos, entidades e peritos a que se referem os incisos II a IV do caput, deverão ser previamente credenciados, ressalvada a hipótese prevista no art. 23.

Seção II

Das Autoridades Credenciadoras

Art. 3º São autoridades credenciadoras:

I - em âmbito nacional, o Coordenador-Geral de Administração Aduaneira;

II - em âmbito regional, o Superintendente da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal; e

III - em âmbito local, o titular de unidade com jurisdição sobre os serviços aduaneiros.

§ 1º A competência prevista nesta Seção poderá ser delegada pelas autoridades previstas nos incisos I e II do caput, em âmbito nacional e regional, respectivamente, à autoridade referida no inciso III.

§ 2º O credenciamento de órgãos, entidades ou peritos será realizado a critério da respectiva autoridade credenciadora.

Seção III

Do Credenciamento de Órgãos e Entidades da Administração Pública e de Entidades Privadas

Art. 4º O credenciamento de órgãos e entidades da Administração Pública e de entidades privadas, inclusive as classificadas como serviços sociais autônomos, será efetivado mediante a publicação de Ato Declaratório Executivo (ADE), emitido pela autoridade credenciadora.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, serão exigidas:

I - cópia do ato constitutivo ou de sua última consolidação;

II - lista com a identificação e qualificação profissional dos peritos que atuarão em nome do órgão ou da entidade, por área de atuação, mediante apresentação dos documentos previstos nos incisos I a III e na alínea "c" do inciso IV do art. 10; e

III - comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, apenas para os casos disciplinados pelo art. 7º.

Art. 5º O credenciamento de entidades privadas, exceto as classificadas como serviços sociais autônomos, decorre do credenciamento dos peritos a ela vinculados, na condição de sócio ou empregado, a ser efetivado em conformidade com o processo seletivo previsto na Seção IV e mediante a publicação de ADE.

§ 1º O ADE a que se refere o caput deverá indicar a entidade privada credenciada e todos os peritos a ela vinculados, observado ainda o disposto no art. 12.

§ 2º Para fins do disposto no caput, serão exigidas:

I - habilitação jurídica, nos termos do art. 6º; e

II - regularidade fiscal e trabalhista, para os casos disciplinados pelo art. 7º.

§ 3º O cumprimento das exigências previstas no § 2º será verificado por ocasião do processo seletivo a que se refere o caput.

§ 4º Não poderá ser credenciada a entidade privada à qual tenha sido aplicada a sanção de cancelamento de credenciamento nos 2 (dois) últimos anos, nos termos do disposto no § 6º do art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 6º A habilitação jurídica das entidades privadas, exceto as classificadas como serviços sociais autônomos, será verificada com base em:

I - documento de identificação dos dirigentes ou dos representantes legais da entidade privada;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado no órgão competente, no caso de sociedade empresarial, observado o disposto no § 1º; e

IV - registro do ato constitutivo e comprovante de eleição da diretoria em exercício, no caso de sociedade simples.

§ 1º A entidade constituída como sociedade por ações deverá apresentar, também, comprovante de eleição de seus administradores.

§ 2º O objeto social da entidade deverá ser compatível com a área de atuação para a qual pretende obter o credenciamento.

Art. 7º A regularidade fiscal e trabalhista das entidades privadas será verificada com base:

I - no preenchimento de condições para emissão de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND);

II - na comprovação da regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da entidade;

III - na comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

IV - na comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Seção IV

Do Credenciamento de Peritos

Art. 8º O credenciamento de peritos autônomos e dos vinculados a entidades privadas, exceto as classificadas como serviços sociais autônomos, será realizado por meio de processo seletivo público conduzido por comissão de seleção designada pela autoridade credenciadora.

§ 1º Para fins do disposto no caput, compete à autoridade credenciadora:

I - estabelecer a quantidade de peritos a serem credenciados, por área de atuação; e

II - homologar e divulgar o resultado do processo seletivo.

§ 2º Será permitida a realização de processo seletivo único para atender a mais de uma unidade da RFB, hipótese em que as competências previstas neste artigo serão exercidas conjuntamente pelas respectivas autoridades credenciadoras.

§ 3º Não poderá ser credenciado o perito:

I - a quem tenha sido aplicada a sanção de cancelamento de credenciamento nos 2 (dois) últimos anos, nos termos do § 6º do art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003; ou

II - vinculado à entidade:

a) à qual tenha sido aplicada a sanção de cancelamento de credenciamento, nos 2 (dois) últimos anos, nos termos do § 6º do art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003; ou

b) que não cumpra as exigências estabelecidas no § 2º do art. 5º.

Art. 9º O processo seletivo para o credenciamento de que trata esta Seção será iniciado com a publicação de edital de seleção no Diário Oficial da União (DOU), na forma de extrato, e no site da RFB na Internet, no endereço <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>.

Parágrafo único. No edital a que se refere o caput deverá constar, no mínimo:

I - a indicação da área de atuação e o número de vagas, discriminados por unidade da RFB com jurisdição sobre o serviço de perícia, se for o caso;

II - o prazo, a forma, o local de entrega e a relação dos documentos exigidos, observado o disposto no art. 10;

III - os critérios de pontuação e classificação dos candidatos, observado o disposto no art. 11;

IV - a indicação expressa de que o credenciamento será feito em caráter precário e sem vínculo empregatício com a RFB; e

V - a data e a forma de divulgação do resultado.

Art. 10. Para inscrição no processo seletivo, o candidato deverá atender à exigência prevista no inciso I do art. 7º e apresentar:

I - documento de identificação;

II - comprovante de vinculação ao órgão regulador da profissão, caso existente;

III - currículo instruído com:

a) atestado do órgão regulador do exercício profissional, comprobatório da habilitação ao exercício da profissão e da especialização na área técnica pretendida, se for o caso;

b) certificados dos cursos de especialização pertinentes à área técnica pretendida, com carga horária superior a 60 (sessenta) horas-aula; e

c) comprovante de experiência profissional mínima de 2 (dois) anos na área técnica pretendida, com ou sem vínculo empregatício;

IV - certidão de regularidade relativa ao pagamento:

a) das contribuições previdenciárias devidas na condição de contribuinte individual, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

b) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); e

c) das contribuições exigidas para o exercício profissional;

V - termo de adesão, no qual se comprometa a cumprir todas as disposições estabelecidas nesta Instrução Normativa, inclusive as relativas às tabelas constantes do Anexo Único; e

VI - outros documentos exigidos no edital de seleção para garantir a prestação eficaz do serviço de perícia.

Art. 11. Para fins de classificação no processo seletivo, serão observados os seguintes critérios no cálculo da pontuação, comprovados na forma do § 5º:

I - tempo na área de atuação como perito credenciado por unidade da RFB: 1 (um) ponto para cada 2(dois) anos de atuação, limitado a 4 (quatro) pontos;

II - tempo de experiência como empregado ou autônomo na área de atuação específica: 1 (um) ponto para cada 2 (dois) anos de experiência, limitado a 4 (quatro) pontos; e

III - participação nos seguintes cursos diretamente relacionados à área de atuação:

a) curso de pós-graduação:

1. lato sensu, na área específica: 1 (um) ponto por curso, limitado a 4 (quatro) pontos; e

2. stricto sensu, na área específica: 2 (dois) pontos por curso, limitado a 4 (quatro) pontos; e

b) curso de especialização na área específica com carga horária superior a 60 (sessenta) horas-aula: 0,5 (meio) ponto por curso, limitado a 1 (um) ponto.

§ 1º Os candidatos que cumprirem o disposto no art. 10 e no edital serão classificados por ordem decrescente de pontuação, apurada na forma prevista nos incisos I a III do caput, e selecionados, nessa ordem, de acordo com o número de vagas previsto no edital, conforme previsto no inciso I do parágrafo único do art. 9º.

§ 2º Em caso de empate entre candidatos classificados, será selecionado o candidato que obtiver maior pontuação atribuída segundo os critérios previstos no inciso III, no inciso II e no inciso I do caput, nessa ordem.

§ 3º Depois de aplicados os critérios de desempate estabelecidos no § 2º, caso persista o empate, será selecionado o candidato mais velho, computado o número exato de dias de vida.

§ 4º No caso de desistência de candidato selecionado, ou de descredenciamento ou cancelamento do credenciamento de perito, a autoridade credenciadora poderá convocar o próximo candidato classificado no último processo seletivo conforme disposto no edital, pelo restante do prazo previsto no art. 13.

§ 5º A comprovação do tempo de:

I - atuação como perito credenciado pela RFB será feita mediante apresentação de cópia do ato que formalizou o credenciamento;

II - experiência como empregado na área específica será feita mediante apresentação da carteira de trabalho que contenha o registro do contrato de trabalho para o cargo específico; e

III - serviço como autônomo será feita mediante apresentação das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) emitidas pelo órgão regulador da profissão.

Art. 12. O credenciamento de perito autônomo ou vinculado a entidade privada será efetivado mediante emissão de ADE da autoridade credenciadora, publicado no DOU, do qual constará:

I - o nome do credenciado e, se for o caso, da entidade privada à qual está vinculado;

II - as áreas de atuação do credenciado;

III - o prazo de validade e a indicação do caráter precário do credenciamento; e

IV - as localidades onde o credenciado exercerá a atividade.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 2º do art. 8º, cada autoridade credenciadora emitirá o ADE de credenciamento no âmbito de sua respectiva jurisdição.

Seção V

Da Validade e do Controle do Credenciamento

Art. 13. Nos casos previstos nos incisos II a IV do art. 2º, o credenciamento será concedido a título precário e terá validade pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data da publicação do ADE que o efetivou, prorrogável uma única vez, por igual período, a critério da autoridade credenciadora.

Art. 14. O controle dos credenciamentos será exercido pelas unidades da RFB para as quais os órgãos ou entidades da Administração Pública, as entidades privadas, ou os peritos estiverem credenciados.

Art. 15. Caso haja alterações na lista de peritos a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 4º, o órgão ou a entidade da Administração Pública e a entidade privada classificada como serviço social autônomo credenciados deverão comunicar o fato formalmente à RFB, mediante a entrega da relação atualizada dos peritos a eles vinculados.

Parágrafo único. Ficará impedido de realizar perícia o profissional cujo nome não conste da lista atualizada a que se refere o caput.

Art. 16. A entidade privada credenciada será responsável pelos serviços prestados, juntamente com o perito a ela vinculado.

§ 1º No caso de desligamento de perito vinculado, a entidade privada credenciada deverá comunicar a ocorrência do fato à autoridade credenciadora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do desligamento.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º:

I - o perito fica automaticamente descredenciado na data da comunicação da ocorrência e a entidade privada credenciada deverá entregar à autoridade credenciadora a lista atualizada de peritos vinculados e a documentação dos peritos substitutos; e

II - a autoridade credenciadora deverá publicar um novo ADE com a lista atualizada dos peritos vinculados à entidade privada credenciada.

Art. 17. Fica vedada à entidade privada credenciada, durante o prazo validade do credenciamento:

I - manter, diretamente ou por intermédio de seus sócios, acionistas ou administradores, vínculo:

a) de qualquer natureza com empresa importadora ou exportadora, despachante aduaneiro, transportador ou depositário de mercadoria sujeita a controle aduaneiro; ou

b) de prestação de serviço com entidade representativa de classe empresarial cujos interesses possam conflitar com o objeto da perícia a efetuar; e

II - atuar em perícia, de qualquer natureza, como assistente técnico das pessoas indicadas no inciso I do caput.

Parágrafo único. A entidade privada credenciada poderá formalizar consulta à autoridade credenciadora sobre a possível existência do conflito de interesses a que refere a alínea "b" do inciso I do caput.

Art. 18. Fica vedado ao perito, autônomo ou vinculado a entidade privada, durante o prazo validade do credenciamento:

I - manter vínculo:

a) societário, empregatício ou contratual com empresa importadora ou exportadora, despachante aduaneiro, transportador ou depositário de mercadoria sujeita a controle aduaneiro; ou

b) empregatício com entidade representativa de classe empresarial cujos interesses possam conflitar com o objeto da perícia a efetuar; e

II - atuar em perícia, de qualquer natureza, como assistente técnico das pessoas indicadas no inciso I do caput.

Parágrafo único. O perito poderá formalizar consulta à autoridade credenciadora sobre a possível existência do conflito de interesse a que se refere a alínea "b" do inciso I do caput.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA

Seção I

Dos Intervenientes Interessados na Perícia

Art. 19. Considera-se interveniente diretamente interessado na perícia, observado o disposto no § 1º:

I - o importador, caso o objeto da perícia seja mercadoria de procedência estrangeira;

II - o exportador, caso o objeto da perícia seja mercadoria a exportar;

III - o transportador, no caso de medições a bordo na importação ou na exportação; ou

IV - o depositário, caso haja indício de irregularidade na sua atuação.

§ 1º Assume integralmente a condição de interveniente diretamente interessado o interveniente que tiver pedido de perícia autorizado, nos termos do inciso II do caput do art. 20.

§ 2º As pessoas que comprovem legítimo interesse no resultado da perícia poderão ser autorizadas a acompanhá-la, juntamente com o interveniente de que trata esta Seção.

Seção II

Da Solicitação de Perícia

Art. 20. Compete ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil solicitar a perícia de que trata esta Instrução Normativa:

I - de ofício, no exercício de suas atribuições; ou

II - a pedido do interveniente, após análise de conveniência administrativa ou da fiscalização.

§ 1º O órgão ou a entidade da Administração Pública, a entidade privada, ou perito por eles designado, manifestará ciência de sua designação, preferencialmente por meio eletrônico.

§ 2º Para fins de designação do perito, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que solicitar a perícia deverá observar os procedimentos previstos no art. 22.

§ 3º A perícia poderá ser solicitada, inclusive, nos casos de instrução processual ou como elemento de formação da convicção da autoridade administrativa para a tomada de decisão em processo administrativo.

§ 4º Caso a mercadoria a ser periciada se encontre em local sob jurisdição dos serviços aduaneiros de unidade da RFB distinta da unidade interessada na perícia, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, responsável pelo procedimento, poderá solicitar ao titular daquela a designação de órgão, entidade ou perito.

Art. 21. O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que solicitar a perícia formulará os quesitos que deverão ser respondidos pelo perito.

§ 1º Quesitos adicionais poderão ser formulados pelo interveniente diretamente interessado na perícia, desde que não demandem pronunciamento em relação a quaisquer indicações sobre posições, subposições, itens ou códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

§ 2º As pessoas a que se refere o art. 19 poderão utilizar assistência técnica para fins de acompanhamento da perícia.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o assistente técnico será indicado livremente e sua remuneração será estabelecida em contrato.

Art. 22. No caso de perícia prestada por entidade privada ou por perito autônomo, a unidade da RFB responsável pelo controle do credenciamento estabelecerá sistema de rodízio para designação do perito responsável.

§ 1º Em caso de impedimento de qualquer natureza que determine a recusa da prestação de serviço de perícia, a entidade ou perito designado deverá declarar o fato e justificar as razões da recusa, hipótese em que deverá haver nova designação, observada a sequência do rodízio a que se refere o caput.

§ 2º Os peritos designados na forma prevista no caput poderão ser substituídos, por decisão fundamentada da autoridade credenciadora, mediante nova designação.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica no caso de designação feita pelos órgãos e entidades credenciados na forma do art. 4º, inclusive os serviços sociais autônomos, hipótese em que caberá a eles o controle sobre a indicação dos peritos.

Art. 23. Caso necessária a realização de perícia ou retirada de amostra em área de atuação para a qual inexista credenciado, o titular da unidade com jurisdição sobre o serviço aduaneiro relacionado à perícia poderá designar, ad hoc, perito ou amostrador não credenciado, desde que este possua comprovada especialização ou experiência profissional.

Parágrafo único. A designação será realizada por meio de despacho de designação, juntado ao dossiê no Portal Único de Comércio Exterior (Pucomex), dispensada a emissão de ADE para o caso específico.

Art. 24. É vedado ao credenciado solicitar a realização, por terceiro, de qualquer procedimento relacionado à perícia para a qual tenha sido designado, exceto se previamente autorizado pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que solicitou o procedimento.

§ 1º O perito designado poderá solicitar ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil a que se refere o caput autorização para que outros peritos credenciados da mesma unidade da RFB o auxiliem na realização da perícia.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o perito designado e o perito auxiliar emitirão um único laudo pericial, e a remuneração devida pelo serviço poderá ser repartida entre os peritos, de comum acordo entre eles.

Art. 25. Apenas o perito responsável pela realização da perícia e seu eventual auxiliar poderão ter acesso aos locais onde se encontram armazenadas mercadorias importadas ou a exportar.

Art. 26. A perícia prestada por órgãos ou entidades da Administração Pública poderá ser realizada em laboratórios instalados na unidade da RFB onde se encontra a mercadoria a ser periciada.

Seção III

Da Perícia por Amostragem

Subseção I

Da Coleta de Amostras

Art. 27. A perícia de que trata esta Instrução Normativa poderá ser realizada, a critério do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que a solicitar, sobre amostra da mercadoria objeto do procedimento fiscal.

§ 1º A coleta da amostra a que se refere o caput será realizada por:

I - laboratório da RFB;

II - órgão ou entidade da Administração Pública, entidade privada ou perito credenciado; ou

III - amostrador credenciado de comprovada especialização ou experiência profissional, caso os indicados nos incisos I ou II não realizem a referida coleta na localidade onde se encontra a mercadoria.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III do § 1º, o amostrador fica responsável, também, pelo envio das unidades de amostra ao laboratório.

§ 3º A coleta de amostra poderá ser realizada, a critério do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil a que se refere o caput:

I - em local não alfandegado; ou

II - pelo interveniente diretamente interessado na perícia, em caso de inviabilidade de sua realização pelas pessoas indicadas no § 1º.

Art. 28. Deverão ser coletadas 3 (três) unidades de amostra, que serão identificadas, autenticadas e tornadas invioláveis, na presença do interveniente diretamente interessado na perícia ou, no caso de ausência deste, do depositário.

§ 1º O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pela fiscalização emitirá Termo de Coleta de Amostra, com cópia ao interveniente diretamente interessado, assinado por todos os presentes, do qual deverão constar todas as informações necessárias à perfeita identificação da amostra, incluídas a quantidade e a qualidade das amostras coletadas, e:

I - caso o interveniente a que se refere o caput seja o responsável pela coleta, seu ateste de que a amostra é representativa da mercadoria objeto do procedimento fiscal respectivo e foi retirada com as cautelas necessárias à sua conservação e inviolabilidade, de maneira a evitar dano ou ameaça de dano à coletividade ou ao meio ambiente; ou

II - caso o interveniente a que se refere o caput não seja o responsável pela coleta, sua declaração de que a amostra é representativa da mercadoria objeto do procedimento fiscal respectivo e foi retirada com as cautelas necessárias à sua conservação e inviolabilidade, observado o disposto no § 2º.

§ 2º Caso o interveniente diretamente interessado pela perícia não esteja presente no momento da coleta da amostra, a declaração prevista no inciso II do § 1º será firmada pelo depositário.

§ 3º A integridade das unidades de amostra a que se refere o caput deverá ser assegurada mediante lacração ou, na ausência desta, por qualquer outro dispositivo de segurança, nos termos do inciso I do § 1º do art. 333 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

§ 4º As amostras deverão ser reduzidas ao mínimo suficiente para garantir a realização dos procedimentos da perícia.

Subseção II

Da Destinação das Amostras e do Prazo de Guarda

Art. 29. As 3 (três) unidades de amostra a que se refere o art. 28 serão destinadas da seguinte forma:

I - 1 (uma) à perícia a ser realizada;

II - 1 (uma) à contraprova, em caso de impugnação da perícia; e

III - 1 (uma) à análise de desempate, em caso de divergência de resultados da perícia das unidades de amostras a que se referem os incisos I e II.

§ 1º A unidade de amostra referida no inciso II do caput deverá ficar sob a guarda do interveniente diretamente interessado na perícia.

§ 2º No caso de extravio, perda, deterioração ou destruição que impeça a análise da amostra referida no inciso II do caput, prevalecerá, para todos os efeitos legais, o resultado do exame laboratorial da amostra a que se refere o inciso I do caput.

§ 3º A unidade de amostra referida no inciso III do caput deverá ficar sob os cuidados:

I - do laboratório da RFB;

II - do recinto alfandegado onde ocorreu a coleta das amostras, nos termos do inciso V do art. 9º da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022;

III - da unidade da RFB com jurisdição sobre os serviços aduaneiros, nos casos em que o recinto seja administrado pela RFB e o laudo seja realizado por peritos; ou

IV - de pessoa jurídica designada pela RFB.

§ 4º A unidade de amostra enviada ao laboratório da RFB, nos termos do inciso I do § 3º, deverá estar acompanhada de 1 (uma) cópia do Termo de Coleta de Amostra de que trata o § 1º do art. 28, da solicitação de perícia e do comprovante do pagamento referido no inciso I do caput do art. 44.

Seção IV

Da Quantificação de Mercadorias a Granel

Art. 30. No caso de mercadoria a granel, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo despacho aduaneiro poderá solicitar perícia caso considere o relatório de quantificação de mercadoria emitido por empresa de inspetoria independente inconclusivo para os fins a que se presta.

Parágrafo único. O relatório de quantificação a que se refere o caput será aceito se tiver sido produzido para atender interesse:

I - do transportador;

II - do depositário;

III - do exportador, no caso de importação; ou

IV - do importador, quando se tratar de exportação.

Art. 31. A quantificação de mercadoria a granel transportada por veículo aquático ou terrestre será realizada por meio de pesagem, medição direta ou mensuração.

§ 1º No caso de mercadoria a granel transportada por veículo aquático, a quantificação será realizada por amostragem, segundo critérios de gestão de riscos.

§ 2º A pesagem será realizada em balança:

I - rodoviária ou ferroviária;

II - de fluxo intermitente; ou

III - de fluxo contínuo.

§ 3º A medição direta será realizada por instrumento medidor do fluxo de mercadoria a granel, líquida ou gasosa.

§ 4º A mensuração será efetuada:

I - pelo cálculo da variação do deslocamento, que corresponde à diferença dos deslocamentos em função da variação dos calados ou draft survey;

II - pela medição do espaço vazio do tanque;

III - pela medição do espaço cheio do tanque;

IV - por meio da utilização de equipamentos automatizados de medição; ou

V - por outros critérios estabelecidos por órgão oficial ou entidade autorizada.

§ 5º Para fins da mensuração prevista no § 4º, será efetuada a medição inicial e a final, admitidas aferições intermediárias durante a operação caso a embarcação mude de berço de atracação ou a pedido do interessado, desde que deferido pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que solicitar a perícia.

§ 6º A pesagem, a medição direta e a mensuração efetuadas na forma prevista no inciso IV do § 4º são consideradas modalidades automatizadas de quantificação da mercadoria a granel.

§ 7º A quantificação realizada da forma automatizada prevista no § 6º ou por empresa de inspetoria independente será aceita preferencialmente em relação àquela executada por perito credenciado.

§ 8º A disponibilização de medidor de fluxo para tanques e recintos destinados a armazenagem de mercadoria líquida a granel poderá ser dispensada pelo titular da unidade de despacho da RFB, desde que seja possível estabelecer com precisão as quantidades embarcadas ou desembarcadas, mediante mensuração do volume dos tanques realizada por outros equipamentos automatizados, tais como radares, com medição de nível ou outro meio de efeito equivalente.

§ 9º Para fins de determinação da preferência ou da dispensa de que tratam, respectivamente, os §§ 7º e 8º, será considerado o histórico das diferenças apuradas entre as quantificações previstas nos referidos dispositivos e aquelas executadas por peritos credenciados, as quais deverão ser realizadas aleatoriamente e segundo critérios resultantes de gestão de riscos.

Art. 32. A quantificação de mercadoria sólida a granel transportada por via terrestre ou descarregada diretamente de embarcação para veículos terrestres será realizada, preferencialmente, por meio de pesagem em balança rodoviária ou ferroviária, utilizada na expedição ou recepção.

Parágrafo único. A unidade da RFB responsável pela análise fiscal da declaração poderá aceitar as informações do conhecimento de carga ou do documento que acompanhar o veículo ou unidade de carga, hipótese em que fará a verificação por amostragem, segundo critérios de gestão de riscos.

Art. 33. No caso de quantificação de mercadoria a granel realizada a bordo por perito, fica dispensada a medição em terra efetuada pelo terminal, exceto se o titular da unidade da RFB com jurisdição sobre o serviço aduaneiro relacionado à perícia assim o exigir, por motivo devidamente justificado.

Art. 34. A quantificação realizada por meio de mensuração de mercadoria descarregada ou embarcada será realizada sempre no início e no final da operação correspondente, independentemente do número de importadores ou exportadores em cada terminal de descarga ou embarque.

Art. 35. No caso de mensuração de mercadoria a granel realizada a bordo, cada unidade da RFB de despacho envolvida no procedimento emitirá um laudo pericial, para cada tipo de mercadoria embarcada ou descarregada, exceto na hipótese prevista no § 3º.

§ 1º Caso uma mesma mercadoria pertença a mais de um importador ou exportador, o custo em moeda corrente do respectivo laudo será rateado entre os interessados, proporcionalmente à quantidade de mercadoria pertencente a cada um.

§ 2º O titular da unidade com jurisdição sobre o serviço aduaneiro relacionado à perícia poderá determinar a emissão de um laudo pericial para cada ponto de atracação da embarcação.

§ 3º Será emitido um único laudo para a totalidade das mercadorias embarcadas ou descarregadas simultaneamente.

§ 4º Para fins do disposto no caput, caso a mensuração envolva mais de uma unidade de despacho aduaneiro, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que solicitar a perícia poderá determinar a emissão de laudos suplementares.

Art. 36. O laudo referente à mensuração de mercadoria a granel só terá validade se acompanhado de planilhas que evidenciem os métodos e os cálculos utilizados para fundamentar as suas conclusões.

Seção V

Da Emissão de Laudos

Art. 37. Dos laudos periciais destinados a identificar e a quantificar mercadoria importada ou a exportar deverão constar:

I - a explicitação e a fundamentação técnica das verificações, testes, ensaios ou análises laboratoriais empregados na identificação da mercadoria;

II - a indicação das fontes, referências bibliográficas e normas nacionais e internacionais empregadas na elaboração do laudo, que tenham relação direta com a mercadoria objeto de verificação, teste, ensaio ou análise laboratorial; e

III - no caso de quantificação de mercadoria a granel, a exposição dos métodos e dos cálculos utilizados para fundamentar as conclusões do respectivo laudo.

§ 1º Do laudo a que se refere o caput não poderão constar quaisquer indicações sobre posições, subposições, itens ou códigos da NCM.

§ 2º O laudo que for emitido por:

I - órgão ou entidade da Administração Pública ou por serviço social autônomo deverá ser assinado pelo perito responsável e pelo representante legal do órgão ou da entidade, com indicação do ato que lhe confere os pertinentes poderes;

II - entidade privada deverá ser assinado pelo perito responsável a ela vinculado e por seu representante legal; ou

III - perito autônomo deverá ser assinado pelo próprio.

§ 3º Nos casos dispostos nos incisos I e II do § 2º, o perito poderá assinar individualmente, caso em que a entidade deverá apresentar um relatório com a listagem de todos os laudos lavrados por seus peritos vinculados no mês anterior, convalidando-os legal e tecnicamente.

§ 4º O relatório que trata o § 1º será assinado pelo representante legal da entidade e entregue até o 5º dia do mês subsequente à lavratura dos laudos, sendo anexado ao processo que outorgou o credenciamento à entidade.

§ 5º Os laudos a que se referem o § 2º deverão ser assinados preferencialmente com certificação digital.

Art. 38. O responsável pela emissão do laudo deverá manter sua via original em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de sua emissão, e apresentá-la à fiscalização aduaneira, caso solicitado.

Parágrafo único. Uma cópia do laudo, preferencialmente em formato digital, será entregue pelo responsável por sua emissão:

I - diretamente à RFB, acompanhada do Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), do boleto de cobrança ou da nota fiscal de serviço e, caso solicitado, do respectivo comprovante de registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); e

II - ao interveniente diretamente interessado.

Art. 39. O prazo para emissão e entrega do laudo pericial de que trata esta Seção à RFB será fixado pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que solicitar a perícia.

Parágrafo único. No caso de laudos periciais de quantificação de mercadoria, o prazo será, obrigatoriamente, de 2 (dois) dias úteis, no caso de importação, e de 5 (cinco) dias úteis, no caso de exportação, contado da data da desatracação ou do desfundeio da embarcação, conforme registro no módulo de controle de carga aquaviária do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), denominado Siscomex Carga, exceto se outro prazo for determinado pelo titular da unidade da RFB com jurisdição sobre o serviço aduaneiro relacionado à perícia, por motivo devidamente justificado.

Art. 40. Os laudos periciais que não atenderem aos requisitos previstos nesta Seção não serão aceitos, e as falhas ou omissões neles apontadas deverão ser sanadas no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data da ciência da intimação do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que solicitar a perícia.

Art. 41. É vedada a divulgação de laudos periciais emitidos em decorrência de perícia realizada nos termos desta Instrução Normativa.

Seção VI

Da Impugnação da Perícia

Art. 42. É facultado ao interveniente diretamente interessado apresentar reclamação acerca de procedimento da perícia e, aos demais, notificar a fiscalização sobre qualquer irregularidade observada durante sua realização.

§ 1º Caso a reclamação ou notificação referida no caput esteja relacionada a:

I - questão que possa ser resolvida imediatamente, buscar-se-á solucioná-la no momento e no local em que o procedimento estiver sendo realizado; ou

II - circunstância capaz de prejudicar a fidedignidade do resultado da perícia, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil determinará que os atos eventualmente praticados com vício sejam refeitos, se possível.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso II do § 1º, caso a autoridade aduaneira não reconheça motivo suficiente para refazer o procedimento, o reclamante poderá apresentar recurso, por escrito e instruído com elementos de prova, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data da ciência do ato do Auditor-Fiscal.

§ 3º A apresentação do recurso na forma prevista no § 2º não prejudica a continuidade dos procedimentos fiscais relativos à perícia.

Art. 43. O interveniente diretamente interessado poderá impugnar o resultado do laudo pericial, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data da ciência do interessado.

§ 1º No caso do laudo relativo à análise da unidade de amostra a que se refere o inciso I do caput do art. 29, o impugnante poderá demandar perícia em contraprova.

§ 2º Após o término do prazo estabelecido no caput sem que tenha sido apresentada impugnação ou após a decisão final a ela relativa, a unidade de amostra analisada, ou o que dela restar, será restituída ao lote de origem ou disponibilizada a quem este tenha sido entregue.

§ 3º Caso as análises das unidades de amostra a que se referem os incisos I e II do caput do art. 29 não apresentem divergência, a unidade de amostra a que se refere o inciso III do caput do referido artigo também será restituída ao lote de origem ou disponibilizada a quem este tenha sido entregue.

§ 4º Enquanto houver litígio ou possibilidade de litígio relativo à ação fiscal decorrente do resultado da perícia, a unidade de amostra a que se refere o inciso III do caput do art. 29 deverá ficar sob a guarda dos responsáveis previstos no § 3º daquele artigo.

Seção VII

Serviços e Despesas Relativas à Perícia

Art. 44. Os serviços e as despesas relativos à perícia serão pagos pelo interveniente diretamente interessado, com base nas tabelas constantes do Anexo Único, a título de:

I - remuneração dos laboratórios da RFB, dos órgãos, das entidades e dos peritos pelos serviços de perícia por eles realizados;

II - remuneração do amostrador credenciado pelo serviço de coleta de amostra e envio para análise; e

III - ressarcimento de despesa de transporte dos responsáveis pela perícia previstos no inciso I, caso devida.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, são também devidos pelo interveniente diretamente interessado:

I - a remuneração pela realização de testes, ensaios ou análises laboratoriais em laboratório, solicitados pelo perito, desde que previamente autorizados pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que solicitar a perícia;

II - as despesas com a estada do perito em local para o qual não estiver credenciado, calculadas de acordo com o valor correspondente à diária devida a servidor público de nível superior da Administração Pública Federal direta para a localidade onde será prestada a perícia, observados os mesmos critérios de cálculo para a concessão;

III - o custeio do fornecimento de recipientes e embalagens destinados ao acondicionamento de amostras; e

IV - o custeio do transporte do perito ou do amostrador credenciado, na hipótese de indisponibilidade de meio de transporte público para o local onde será realizada a perícia ou a coleta de amostra.

§ 2º As despesas previstas nos incisos I, III e IV do § 1º serão pagas diretamente ao prestador do serviço ou fornecedor do produto.

§ 3º Não será devida qualquer remuneração adicional ao perito pelo serviço de coleta de amostra e seu envio para análise em laboratório.

§ 4º O pagamento pelos serviços prestados por perito:

I - autônomo, será efetuado mediante RPA, com o regular cumprimento das obrigações tributárias eventualmente devidas, emitido em 2 (duas) vias, caso em que 1 (uma) cópia digitalizada deverá ser anexada ao processo ou declaração de mercadorias correspondente, sem prejuízo do regular prosseguimento dos serviços prestados;

II - vinculado a entidade privada ou a serviço social autônomo, será efetuado diretamente à entidade, como receita própria; e

III - em nome de órgão ou entidade da Administração Pública, será regulamentado pelo respectivo ADE de credenciamento, e poderá ser efetuado ao órgão ou à entidade credenciada, ou diretamente aos peritos.

§ 5º A unidade da RFB com jurisdição sobre o serviço aduaneiro relacionado à perícia deverá zelar pela fiel observância das tabelas constantes do Anexo Único.

§ 6º O pagamento de perícias deverá ser realizado por meio de funcionalidade específica a ser disponibilizada no Pucomex, a partir data de sua disponibilização no endereço eletrônico <https://portalunico.siscomex.gov.br/portal/>, caso em que ficará dispensada a juntada do RPA para instrução da declaração aduaneira.

§ 7º Os valores de que tratam a Tabela "A" e a Tabela "B" do Anexo Único desta Instrução Normativa serão devidos por laudo técnico solicitado, independentemente do número de itens de mercadorias ou de embarques parciais do produto importado ou exportado, constante do pedido.

§ 8º O pedido de laudo técnico deve conter todos os dados referentes à mercadoria para possibilitar a sua identificação pelo perito credenciado, evitando o acesso a documentos fiscais por parte de terceiros.

Art. 45. Será devida remuneração pela quantificação de mercadoria a granel realizada a bordo somente:

I - em relação aos porões ou tanques da embarcação que transportarem a mesma mercadoria a ser quantificada; e

II - se constar expressamente da designação do perito responsável pela perícia que a mercadoria transportada em determinado porão ou tanque deve ser quantificada.

Parágrafo único. Não será remunerada a medição de tanques de água de lastro, tanques de água doce ou tanques de outros líquidos do navio, por ocasião da quantificação prevista no caput.

CAPÍTULO IV

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 46. Em caso de inobservância das disposições previstas nesta Instrução Normativa, os órgãos, as entidades e os peritos credenciados ficam sujeitos às sanções previstas nos incisos I a III do caput do art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. As autoridades credenciadoras de que trata o art. 3º deverão registrar os órgãos, as entidades e os peritos credenciados na forma desta Instrução Normativa, bem como as sanções a eles eventualmente aplicadas, no Portal de Cadastros RFB a ser consultado no Pucomex.

Parágrafo único. Enquanto não for implantada a sistemática referida no caput, as autoridades credenciadoras manterão prontuários dos órgãos, das entidades e dos peritos credenciados, nos quais deverão constar os dados contidos nos processos de credenciamento, as anotações das sucessivas designações para a prestação de perícia e as demais ocorrências.

Art. 48. Para fins de cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o titular da unidade da RFB com jurisdição sobre o serviço aduaneiro relacionado à perícia poderá estabelecer rotinas operacionais que atendam às peculiaridades locais.

Art. 49. Os credenciamentos em vigor na data de publicação desta Instrução Normativa permanecerão válidos pelo prazo previsto nos respectivos ADE.

Art. 50. Os processos seletivos para credenciamento iniciados e não concluídos na data de publicação desta Instrução Normativa deverão se adequar às regras nela estabelecidas.

Art. 51. Os laudos periciais farão parte do Banco Nacional de Laudos e poderão ser utilizados pela RFB, a qualquer tempo, na instrução processual e em outros procedimentos de seu interesse ou da Fazenda Nacional.

Art. 52. A Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) poderá estabelecer, no exercício do gerenciamento das atividades a que se refere o art. 147 da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020:

I - os níveis de amostragem e os critérios a que se referem os §§ 1º e 9º do art. 31 e o parágrafo único do art. 32;

II - o modelo padrão de edital para seleção de peritos;

III - os padrões de quesitos para laudos técnicos;

IV - critérios para o credenciamento de órgãos e entidades da Administração Pública e de serviços sociais autônomos;

V - modelos de termos;

VI - disposições complementares sobre a coleta de amostras, inclusive no que se refere a recipientes;

VII - critérios para garantir a economicidade e a prestação eficaz dos serviços de perícia;

VIII - hipóteses adicionais de devolução das unidades de amostra;

IX - os procedimentos para juntada e consulta ao acervo a que se refere o art. 51, e os responsáveis pela preservação e guarda dos laudos nele constantes; e

X - sistemas e procedimentos obrigatórios para o gerenciamento do cadastro de intervenientes.

§1º Observado o disposto no caput, ato do Coordenador-Geral de Administração Aduaneira poderá atribuir a uma ou mais unidades da RFB a competência para a análise de laudo pericial e para a cobrança ou constituição do crédito tributário decorrente de seu resultado.

§2º Aplica-se o disposto nos arts. 8º ao 18 ao credenciamento de amostrador, no que couber, conforme ato normativo da Coana.

Art. 53. Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa RFB nº 1.063, de 10 de agosto de 2010;

II - a Instrução Normativa RFB nº 1.800, de 21 de março de 2018;

III - a Instrução Normativa RFB nº 1.815, de 18 de julho de 2018;

IV - a Instrução Normativa RFB nº 1.851, de 29 de novembro de 2018; e

V - a Instrução Normativa RFB nº 1.885, de 17 de abril de 2019.

Art. 54. Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de julho de 2022.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

ANEXO ÚNICO

TABELAS DE REMUNERAÇÃO E de RESSARCIMENTO

Tabela "A" - Laudo pericial relativo à identificação de mercadoria encaminhada para análise laboratorial:

| | |
|---|---|
| Laudo pericial | R$ 1.959,28 |

Tabela "B" - Laudo pericial relativo à identificação de mercadoria realizada por órgão, entidade ou perito credenciado:

| | |
|---|---|
| Laudo pericial | R$ 3.802,50 |

Tabela "C" - Laudo pericial relativo à quantificação de mercadoria a granel:

| | |
|---|---|
| Draft Survey (inicial/final) (por navio) | R$ 3.802,50 |
| Draft Survey (intermediária) (por navio) | R$ 1.901,25 |
| Tanque de terra e/ou bordo (por unidade) | R$ 675,00 |
| Caminhão/barcaça/vagão/contêiner/isotanque (por unidade) | R$ 450,00 |

Obs.: o valor máximo a ser cobrado por solicitação de perícia para mensuração de tanques de terra e/ou bordo ou para mensuração de caminhões/barcaças/vagões/contêineres/isotanques é o valor referente à perícia do tipo Draft Survey (inicial/final).

Tabela "D" - Laudo pericial relativo à quantificação de mercadoria a granel localizada em plataforma de petróleo ou monoboia:

| | |
|---|---|
| Plataforma de petróleo ou monoboia (unidade) | R$ 3.802,50 |

Obs.: o valor da Tabela "D" será acrescido do adicional previsto no § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Tabela "E" - Laudo pericial suplementar, inclusive o primeiro:

| | |
|---|---|
| Valor individual por laudo pericial suplementar | R$ 58,53 |

Obs.: para a emissão de laudo pericial suplementar, não se aplica o ressarcimento de despesa de transporte da

Tabela "F"

Tabela "F" - Valor de ressarcimento de despesa de transporte, por deslocamento de ida e volta, caso o serviço seja executado em local distinto daquele para o qual o perito está credenciado:

| | |
|---|---|
| Distância percorrida/via terrestre (por Km) | R$ 1,44 |

Tabela "G" - valor da remuneração devida ao amostrador credenciado relativa à coleta de amostra e custo de envio ao laboratório:

| | |
|---|---|
| Coleta de amostra | R$ 214,32 |
| Custo de transporte | R$ 117,52 |

Obs.: os valores da Tabela "G" deverão ser deduzidos dos valores da Tabela "A" ou "B", caso o serviço de coleta de amostra e envio ao laboratório sejam realizados pelo amostrador credenciado.

### PORTARIA RFB Nº 183, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Altera a Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, que estabelece normas gerais e procedimentos para o alfandegamento de local ou recinto, para prorrogar o prazo de que trata o art. 43.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XIX do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 43. Para fins do disposto nos arts. 6º a 25, os locais ou recintos que se encontrem alfandegados terão até 30 de novembro de 2022 para cumprirem os novos requisitos técnicos e operacionais e outras exigências.

....." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos I e II do art. 43 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor na data de sua publicação.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

## SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Aplica a pena de perdimento dos veículos objetos do processo que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 104, V, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, declara:

Art. 1º Findo administrativamente o processo relacionado no Anexo Único.

Art. 2º O perdimento dos veículos objetos desse processo, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ANEXO ÚNICO

| SEQ. | PROCESSO | AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO |
|---|---|---|
| 01 | 14108.720274/2015-10 | 0130100-23396/2016 |

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESPECIAL/DEFIS03/SRRF03/RFB Nº 5, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Concede o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na SRRF03/DIFIS no exercício das atribuições conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, bem como art. 5º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e em consonância com o exarado no Termo de Informação Fiscal constante do processo 13075.055282/2022-74, declara:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei 11.945, de 4de junho de 2009, para atividade de GRÁFICA (GP), conforme inciso V, art. 8º, da IN RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, pelo prazo de 3 (três) anos a partir da publicação no DOU:

I - Registro Especial nº GP-03101/00203;

II - Beneficiário: QUALIGRAF EDITORA E GRAFICA LTDA

III - CNPJ: 02.933.302/0001-48

IV - Endereço: Rua Barão de Sobral, 1425

Bairro: Montese

Fortaleza - CE

CEP: 60420-770

Art. 2º O contribuinte está obrigado ao cumprimento da legislação tributária, em vigor e alterações posteriores, envolvendo operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial das exigências estabelecidas na IN RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

IDELMAR PEREIRA MATOS JÚNIOR

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

### PORTARIA SRRF04 Nº 190, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Altera a Portaria SRRF04 nº232, de 8 de abril de 2020, que estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 359 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada na edição extra no Diário Oficial da União (DOU)

de 27 de julho de 2020, considerando o disposto no art. 5º da Portaria RFB nº 1.863, de 30 de outubro de 2014, publicada no Boletim de Serviço da RFB de 31 de outubro de 2014, na Portaria RFB nº 457, de 30 de março de 2016, publicada no DOU de 30 de março de 2016 e na Portaria ME nº 371, de 23 de julho de 2019, publicada no DOU de 25 de julho de 2019, tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, publicada no DOU de 13 de março de 2020, nas Portarias RFB nº 543 e 547, de 20 de março de 2020, publicadas no DOU de 23 de março de 2020, na Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, publicada no DOU de 2 de abril de 2020, e o contexto de medidas emergenciais de atendimento durante o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), resolve:

Art 1º Ficam revogadas as alíneas "f" e "g" do item 2 do ANEXO ÚNICO da Portaria SRRF04 nº 232, de 8 de abril de 2020.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Atualiza as marcas comerciais relativas aos Registros Especiais nº 06104/72 e 06104/106

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso III do §1º do Art. 299 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta no processo administrativo nº 10640.000334/2005-14, declara:

Art.1º.- O estabelecimento da empresa INDÚSTRIA PEREIRINHA LTDA, CNPJ 00.739.372/0001-34, situado na Fazenda da Lage, s/nº, Zona Rural, Guarará-MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/72 e 06104/106, como engarrafador e produtor, conforme Atos Declaratórios Executivos nº 15, de 9 de março de 2005 e nº 1, de 6 de janeiro de 2009, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora-MG.

Art. 2º.- O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir, engarrafar e a comercializar os produtos abaixo discriminados:

| NCM | PRODUTO | MARCA COMERCIAL | CAPACIDADE RECIP. (ml) | REGISTRO NO MAPA |
|---|---|---|---|---|
| 22084000 | Cachaça | Pereirinha | 500,600,700,750 e 1000 | MG 000110-4.000001 |
| 22084000 | Cachaça | Pereirinha Ouro (Carvalho) | 50,500,700 e 750 | MG 000110-4.000002 |
| 22084000 | Cachaça (Reserva Especial Carvalho) | Pereirinha | 750 | MG 000110-4.000003 |
| 22084000 | Cachaça (Reserva Especial Amburana) | Pereirinha | 750 | MG 000110-4.000004 |
| | | | | |
| 22084000 | Cachaça (Reserva Especial Jequitibá Rosa) | Pereirinha | 750 | MG 000110-4.000005 |
| 22084000 | Cachaça | Pereirinha Ouro (Amburana) | 670,700 750 | MG 000110-4.000006 |
| 22084000 | Cachaça | Pereirinha Duas Madeiras | 500,700 e 750 | MG 000110-4.000007 |
| 22084000 | Cachaça | Pereirinha Ouro (Bálsamo) | 100 e 500 | MG 000110-4.000008 |
| 22084000 | Cachaça | Pereirinha, Pereirinha Jequitibá Rosa | 500 e 1000 | MG 000110-4.000009 |

Art. 3º.- A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Art. 4º.- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS ADRIANO AMORIM

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 27, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, habilitada para operar no REGIME ESPECIAL DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA EMPRESAS EXPORTADORAS (RECAP), de que trata a Instrução Normativa SRFB nº 1.911/2019

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos tendo em vista o disposto na Lei n° 11.196. de 21/11/2005, no Decreto n° 5.649. de 29/12/2005 e no Decreto n° 5.789. de 25/05/2006, e na Instrução Normativa -IN SRFB n° 1.911 de 11/10/2019-DOU 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo nº 13031.916152/2021-43, declara:

Art. 1°. Habilitada ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP a pessoa jurídica BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S A, CNPJ n° 05.943.917/0001-43 na condição de pessoa jurídica Não preponderantemente exportadora a que se refere o § 2º do art. 13 da Lei n° 11.196, de 21/11/2005, e na forma do art. 565° da Instrução Normativa SRFB n° 1.911 de 11/10/2019- DOU 15/10/2019.

Art. 2°. Os bens de capital sujeitos ao benefício ora reconhecido encontram-se listados no Anexo XXV da Instrução Normativa IN-RFB 1.911/2019 de acordo com o Decreto 5.789, de 25/05/2006 e alterações.

Art. 3°.O prazo de fruição do benefício de suspensão conforme determina o art 14, §2°,Inciso II da Lei 11.196 de 21/11/ 2005 extingue-se depois de decorridos 3 três anos contados da habilitação do RECAP de acordo com o art.565 da IN-RFB 1.911/2019.

Art. 4°. Demais critérios, condições e procedimentos, deverão obedecer ao disposto na legislação de regência e Instrução Normativa-IN-SRFB n° 1.911 de 11/10/2019 DOU 15/10/2019.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
## EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/RFB Nº 66, DE 19 DE MAIO DE 2022

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA 7ª SRRF, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002 com redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007, a Portaria SRRF07 nº 75, de 27 maio de 2021 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13113.128333/2021-18, resolve:

Art. 1º Conceder a habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, regulamentado pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no que diz respeito ao artigo 9º-A da Lei nº 10.925/2004, à pessoa jurídica LATICÍNIOS BELLA VITA LTDA, CNPJ 05.807.365/0001-46, referente ao processo MAPA Processo Eletrônico SEI nº 000014.0952505/2021, conforme Edital publicado no Diário Oficial da União de 23/11/2021, número 219, seção 3, período de execução de 01/05/2021 a 30/04/2024.

Art. 2º A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data de protocolização do relatório de conclusão do projeto de investimento aprovado por meio do processo MAPA Processo Eletrônico SEI nº 000014.0952505/2021, independentemente da publicação de ato pela RFB, nos termos do disposto no artigo 21 da supracitada instrução normativa.

Art. 4º O presente Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA CAETANO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/RFB Nº 67, DE 26 DE MAIO DE 2022

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA 7ª SRRF, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002 com redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007, a Portaria SRRF07 nº 75, de 27 maio de 2021 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13113.150322/2021-14, resolve:

Art. 1º Conceder a habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, regulamentado pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no que diz respeito ao artigo 9º-A da Lei nº 10.925/2004, à pessoa jurídica LATICÍNIOS BIMBO LTDA, CNPJ 00.647.381/0001-03, referente ao processo MAPA nº 000014.1145340/2021, conforme Edital publicado no Diário Oficial da União de 10/11/2021, número 211, seção 3, período de execução de 09/07/2021 a 09/07/2023.

Art. 2º A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data de protocolização do relatório de conclusão do projeto de investimento aprovado por meio do processo MAPA nº 000014.1145340/2021, independentemente da publicação de ato pela RFB, nos termos do disposto no artigo 21 da supracitada instrução normativa.

Art. 4º O presente Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA CAETANO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
## DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.143478/2022-11, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", artigo 5º e artigo 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para a navegação de apoio marítimo NETUNO OFFSHORE LTDA, CNPJ (matriz) nº 13.520.817/0001-32 e o estabelecimento de CNPJ nº 13.520.817/0003-02, até 22/06/2027, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MASTROIANI CESAR MACHADO DOS SANTOS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VRA Nº 1, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Exclusão do Registro de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º Excluída, a pedido, do Registro de Despachante Aduaneiro a seguinte inscrição:

| NOME | CPF | PROCESSO |
|---|---|---|
| ALEXANDRE BENTO ANICETO | 017.968.047-11 | 10073.723868/2022-03 |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUÍS BRONZATTI MORELLI

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VRA Nº 2, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Exclusão do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º Excluída, a pedido, do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro a seguinte inscrição:

| NOME | CPF | PROCESSO |
|---|---|---|
| MARCO ANTÔNIO CAREZZATO | 014.470.938-44 | 10073.723869/2022-40 |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUÍS BRONZATTI MORELLI

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

### PORTARIA ALF/VCP Nº 51, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Altera a Portaria ALF/VCP nº 19, de 26 de julho de 2021, que dispõe sobre os documentos de instrução da DI e da DSI em importações de cavalos, qualquer que seja o canal de conferência aduaneira.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU nº 142, de 27/07/2020, resolve:

Art. 1º A Portaria ALF/VCP nº 19, de 26 de julho de 2021, publicada no DOU nº 142, de 29 de julho 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º-A .....

§1º A comunicação referida no caput deverá ser encaminhada à Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos, por meio dos e-mails institucionais infoimportcavalos.sp.alfvcp@rfb.gov.br e plantao.sp.alfvcp@rfb.gov.br, contendo a data e a hora previstas para a chegada do animal, o número do voo e a companhia aérea responsável pelo transporte, o nome completo do animal, o número do conhecimento de carga e o número do dossiê eletrônico Pucomex vinculado, ou a ser vinculado, à declaração de importação.

§2º ....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

### PORTARIA ALF/VCP Nº 52, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Delega competência para o chefe e o chefe substituto da Seção de Programação e Logística (SAPOL)

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU nº 142, de 27/07/2020, e o disposto no artigo 1º da Portaria ALF/SPO nº 11, de 03 de junho de 2022, publicado no DOU nº 106, de 06/06/2022, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao chefe e ao chefe substituto da Seção de Programação e Logística (SAPOL) para a autuação, instrução e condução de processos de ressarcimento ao erário, tendo como sujeitos passivos pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem vínculo de contrato com a Administração, quando se tratar da administração de recursos patrimoniais, no âmbito da Alfândega de Viracopos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.173532/2022-53, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica GALI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 13.494.052/0001-03.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Hélio Valgas 1, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.042991-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.830, de 19 de maio de 2020, aprovado pela Portaria SPE nº 311, de 24/08/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Hélio Valgas Solar Participações S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.431.519/0001-10.

Art. 3º No período até 25/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.174158/2022-11, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica GALI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 13.494.052/0001-03.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Hélio Valgas 2, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.042992-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.831, de 19 de maio de 2020, aprovado pela Portaria SPE nº 313, de 24/08/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Hélio Valgas Solar Participações S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.431.519/0001-10.

Art. 3º No período até 25/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.174204/2022-74, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica GALI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 13.494.052/0001-03.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Hélio Valgas 3, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.042993-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.832, de 19 de maio de 2020, aprovado pela Portaria SPE nº 314, de 24/08/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Hélio Valgas Solar Participações S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.431.519/0001-10.

Art. 3º No período até 25/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.174226/2022-34, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica GALI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 13.494.052/0001-03.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Hélio Valgas 4, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.042994-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.833, de 19 de maio de 2020, aprovado pela Portaria SPE nº 317, de 24/08/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Hélio Valgas Solar Participações S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.431.519/0001-10.

Art. 3º No período até 25/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.174814/2022-78, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica GALI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 13.494.052/0001-03.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Hélio Valgas 5, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.042995-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.834, de 19 de maio de 2020, aprovado pela Portaria SPE nº 316, de 24/08/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Hélio Valgas Solar Participações S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.431.519/0001-10.

Art. 3º No período até 25/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.175019/2022-05, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica GALI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 13.494.052/0001-03.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Hélio Valgas 6, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - C EG : UFV.RS.MG.042996-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.835, de 19 de maio de 2020, aprovado pela Portaria SPE nº 312, de 24/08/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Hélio Valgas Solar Participações S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.431.519/0001-10.

Art. 3º No período até 25/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.175320/2022-19, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica GALI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 13.494.052/0001-03.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Hélio Valgas 7, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.042997-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.836, de 19 de maio de 2020, aprovado pela Portaria SPE nº 318, de 24/08/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Hélio Valgas Solar Participações S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.431.519/0001-10.

Art. 3º No período até 25/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.175362/2022-41, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica GALI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 13.494.052/0001-03.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Hélio Valgas 8, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.042998-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.837, de 19 de maio de 2020, aprovado pela Portaria SPE nº 315, de 24/08/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Hélio Valgas Solar Participações S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.431.519/0001-10.

Art. 3º No período até 25/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.175505/2022-15, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica GALI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 13.494.052/0001-03.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Hélio Valgas 9, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.042999-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.838, de 19 de maio de 2020, aprovado pela Portaria SPE nº 310, de 24/08/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Hélio Valgas Solar Participações S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.431.519/0001-10.

Art. 3º No período até 25/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.175553/2022-11, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica GALI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 13.494.052/0001-03.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Hélio Valgas 10, cadastrada com o Código Único do

Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.043001-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.839, de 19 de maio de 2020, aprovado pela Portaria SPE nº 309, de 24/08/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Hélio Valgas Solar Participações S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.431.519/0001-10.

Art. 3º No período até 25/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 176, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.334758/2022-37, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08113/00293, para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 27.568.225/0001-03

Razão Social: BMF - GRÁFICA E EDITORA LTDA

Endereço: Avenida Doutor Alberto Jackson Byington, 3.015 - Industrial Anhanguera

CEP: 06276-000 - Osasco - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 177, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.334832/2022-15, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08113/00292, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 27.568.225/0001-03

Razão Social: BMF - GRÁFICA E EDITORA LTDA

Endereço: Avenida Doutor Alberto Jackson Byington, 3.015 - Industrial Anhanguera

CEP: 06276-000 - Osasco - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 178, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.335245/2022-43, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08103/00098, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 32.795.963/0001-15

Razão Social: ASTRAL CULTURAL EDITORA LTDA

Endereço: Avenida Duque de Caxias, 11-70 - andar 8

CEP: 17012-151 - Bauru - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 179, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.335245/2022-43, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08103/00097, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 32.795.963/0001-15

Razão Social: ASTRAL CULTURAL EDITORA LTDA

Endereço: Avenida Duque de Caxias, 11-70 - andar 8

CEP: 17012-151 - Bauru - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

## DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

Transferência de veículo consular

O DELEGADO DA DECEX/SP, no exercício das atribuições do Artigo 364, inciso VI do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, atendendo à SAT n°201 , de 28/06/2021, e ao que consta do Processo nº13032.264016/2022-37, em tramitação nesta Delegacia, declara:

Com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009 , que , após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União , o veículo marca:I/AUDI , modelo:Q3 TFSI AMBIENTE, ano-fabricação: 2017, ano-modelo: 2017, chassi: WAUDFA8U9HR069075, cor: AZUL, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente a Maria Isabel Castaneda Lozano,CPF:238.921.358-86 desembaraçado com privilégio diplomático em 05/06/2017, através da declaração de importação nº17/0827678-7, registrada na Alfândega Porto de Paranagua, estará liberado para fins de transferência de propriedade para Gabriel Ribeiro de Oliveira, CPF:489.030.428-24, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Conceder Habilitação Definitiva, à Pessoa Jurídica que menciona, no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, o art. 10 da Portaria RFB nº 20, de 05 de abril de 2021, e o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 625 a 642 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo/dossiê nº 10906.063815/2022-73, declara:

Art. 1º Concedida a Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à Pessoa Jurídica H E IND E COM DE LATICINIOS LTDA, CNPJ nº 82.197.690/0001-85, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de edital publicado no DOU de 04/02/2022, Seção 3, Pág. 3, com período de execução de 01/01/2021 a 31/12/2023.

Art. 2º Caso se apure que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a habilitação ao Programa e fruição de seus benefícios, fica sujeita ao cancelamento de ofício da presente habilitação, nos termos do art. 27 do Decreto nº 8.533/2015, do art. 9º da Lei nº 10.925/2004 e do art. 646 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Conceder Habilitação Definitiva, à Pessoa Jurídica que menciona, no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, o art. 10 da Portaria RFB nº 20, de 05 de abril de 2021, e o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 625 a 642 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo/dossiê nº 10906.065937/2022-02, declara:

Art. 1º Concedida a Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à Pessoa Jurídica INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LACTOLAR EIRELI, CNPJ nº 09.016.383/0001-60, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de edital publicado no DOU de 04/03/2022, Seção 3, Pág. 3, com período de execução de 30/06/2021 a 29/06/2024.

Art. 2º Caso se apure que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a habilitação ao Programa e fruição de seus benefícios, fica sujeita ao cancelamento de ofício da presente habilitação, nos termos do art. 27 do Decreto nº 8.533/2015, do art. 9º da Lei nº 10.925/2004 e do art. 646 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Conceder Habilitação Definitiva, à Pessoa Jurídica que menciona, no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, o art. 10 da Portaria RFB nº 20, de 05 de abril de 2021, e o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 625 a 642 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo/dossiê nº 10906.099898/2022-39, declara:

Art. 1º Concedida a Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à Pessoa Jurídica LATICINIOS BECKER LTDA, CNPJ nº 81.566.747/0001-03, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de edital publicado no DOU de 03/03/2022, Seção 3, Pág. 3, com período de execução de 01/08/2021 a 28/07/2024.

Art. 2º Caso se apure que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a habilitação ao Programa e fruição de seus benefícios, fica sujeita ao cancelamento de ofício da presente habilitação, nos termos do art. 27 do Decreto nº 8.533/2015, do art. 9º da Lei nº 10.925/2004 e do art. 646 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Conceder Habilitação Definitiva, à Pessoa Jurídica que menciona, no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, o art. 10 da Portaria RFB nº 20, de 05 de abril de 2021, e o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 625 a 642 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo/dossiê nº 10906.060996/2022-86, declara:

Art. 1º Concedida a Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à Pessoa Jurídica VITALAC INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA, CNPJ nº 80.054.786/0001-69, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de edital publicado no DOU de 04/02/2022, Seção 3, Pág. 3, com período de execução de 01/11/2021 a 31/10/2024.

Art. 2º Caso se apure que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a habilitação ao Programa e fruição de seus benefícios, fica sujeita ao cancelamento de ofício da presente habilitação, nos termos do art. 27 do Decreto nº 8.533/2015, do art. 9º da Lei nº 10.925/2004 e do art. 646 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Concede habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e nos arts. 562 a 569 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 10906.192501/2021-04, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, nos termos do caput do art. 13 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para a pessoa jurídica MIRALUZ IND E COM DE MADEIRAS LTDA, CNPJ nº 75.596.106/0001-07.

Art. 2º O benefício de que trata o artigo anterior poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 3 (três) anos contados da data de adesão ao Recap e aplica-se a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º Os bens amparados por este regime especial, conforme o art. 16 da Lei nº 11.196/2005, são apenas aqueles relacionados no anexo ao Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.581, de 26 de setembro de 2008.

Art. 4º Caso se apure que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão, fica sujeita ao cancelamento de ofício da presenta habilitação, nos termos do art. 8º do Decreto nº 5.649/2005 e do art. 571 da IN RFB nº 1.911/2009.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Concede habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e nos arts. 562 a 569 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 10906.072134/2022-04, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, na condição de pessoa jurídica em início de atividade, nos termos do § 2º do art. 13 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para a pessoa jurídica MILLPAR S.A, CNPJ nº 44.611.387/0001-98.

Art. 2º O benefício de que trata o artigo anterior poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 3 (três) anos contados da data de adesão ao Recap e aplica-se a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º A fruição está condicionada ao compromisso de auferir receita bruta decorrente de exportação para o exterior em percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços, durante o período de 3 (três) anos-calendário subsequentes ao início da utilização dos bens adquiridos no regime, conforme Termo de Compromisso apresentado pela beneficiária, fundado na legislação citada.

Art. 4º Os bens amparados por este regime especial, conforme o art. 16 da Lei nº 11.196/2005, são apenas aqueles relacionados no anexo ao Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.581, de 26 de setembro de 2008.

Art. 5º Caso se apure que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão, fica sujeita ao cancelamento de ofício da presenta habilitação, nos termos do art. 8º do Decreto nº 5.649/2005 e do art. 571 da IN RFB nº 1.911/2009.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOA Nº 6, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Cancela Registro Especial de Controle de Papel Imune de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência definida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e de acordo com o contido no processo administrativo nº 13961.000028/2002-09, declara:

Art. 1º - Cancelado, a pedido do contribuinte, o Registro Especial de Controle de Papel Imune, na atividade USUÁRIO, sob nº UP-09201/00011, do estabelecimento da empresa Verde Vale Comunicações, Assessoria e Consultoria Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 02.214.246/0001-91, situado na Rua João José de Guimarães 130, no município de Sombrio/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SERGIO LUIZ GARBIN

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOA Nº 7, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Cancela Registro Especial de Controle de Papel Imune de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência definida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e de acordo com o contido no processo administrativo nº 13961.000028/2002-09, declara:

Art. 1º - Cancelado, a pedido do contribuinte, o Registro Especial de Controle de Papel Imune, na atividade GRÁFICA, sob nº GP-09201/00101, do estabelecimento da empresa Verde Vale Comunicações, Assessoria e Consultoria Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 02.214.246/0001-91, situado na Rua João José de Guimarães 130, no município de Sombrio/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SERGIO LUIZ GARBIN

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 16, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL lotado na Equipe de Fiscalização EF1 em Caxias do Sul/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11080.727096/2013-53 E 13033.125747/2022-58, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10101/00502, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA, concedido através do ADE 0036/2013 de 05/07/2013, da pessoa jurídica ANS IMPRESSOES GRAFICAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.677.050/0001-21

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 17, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL lotado na Equipe de Fiscalização EF1 em Caxias do Sul/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11080.001825/2010-03 E 13033.123438/2022-43, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº UP-10101/00332, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de USUÁRIO, concedido através do ADE 0043/2010 de 29/04/2010, da pessoa jurídica ASSOCIACAO CULTURAL E BENEFICENTE PADRE REUS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 92.864.446/0001-82

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 18, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL lotado na Equipe de Fiscalização EF1 em Caxias do Sul/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11065.725726/2018-58 E 13033.119792/2022-73, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10101/00361, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA, concedido através do ADE 0030/2018 de 27/12/2018, da pessoa jurídica BENVENUTTI GRAFICA E EDITORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 09.504.362/0001-94

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 19, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL lotado na Equipe de Fiscalização EF1 em Caxias do Sul/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 13026.000329/2001-13 E 19614.745844/2022-15, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10104/00060, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA, concedido através do ADE 0037/2010 de 17/06/2010, da pessoa jurídica EDITORA GRAFICA GESPI LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 93.3068.680/001-03

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

### PORTARIA DEVAT/RF10 Nº 8, DE 7 DE JUNHO DE 2022

Exclui pessoa jurídica do Refis.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, o inciso IV do art. 2º do Decreto 3.431, de 24 de abril de 2000, o art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e a Portaria SRRF10 nº 54, de 1º de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pedido, a pessoa jurídica ANDRIUS INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA, CNPJ 91.511.543/0001-29, com efeitos a partir 30/05/2022, conforme registrado no processo administrativo 11020.728123/2022-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEANDRO TESSARO RAMOS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO
## EQUIPE REGIONAL DE BENEFÍCIOS FISCAIS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Declara o registro como pessoa jurídica preponderantemente exportadora - Regime de Suspensão do IPI, de que tratam os artigos 12 a 20 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, com as alterações posteriores, da pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, integrante da Equipe Regional de Benefícios Fiscais (EBEN), em face do disposto nos artigos 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, 4º, inciso II, da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e 17 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e o que consta do processo nº 13033.076067/2022-01, declara:

Art. 1º O registro da pessoa jurídica Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S/A, CNPJ nº 88.124.383/0001-50, como pessoa jurídica preponderantemente exportadora - Regime de Suspensão do IPI, de que tratam os artigos 12 a 20 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 2009, observadas as condições previstas nessa Instrução.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALDIR PEDRO LAZZARI

## SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

### PORTARIA SETO/ME Nº 5.299, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Subdelega competência para a prática de atos relativos a concessão, programação, acumulação e interrupção de férias dos agentes públicos no âmbito da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento.

O SECRETÁRIO ESPECIAL ADJUNTO DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 6º da Portaria FAZENDA/ME nº 80, de 13 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2019, considerando os termos do art. 54 da Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 19953.100501/2022-78, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Chefe de Gabinete da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento e, em seus afastamentos ou impedimentos legais e eventuais ao Chefe de Gabinete Substituto, para a prática de atos relativos a concessão, programação, acumulação e interrupção de férias dos agentes públicos no âmbito da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à vigência desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

### RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 28, de 2 de junho de 2022, publicado no DOU de 3 de junho de 2022, página 48, no item 1.1.2., onde se lê: "...D-SAR2.0+"; leia-se: "...D-SAT2.0+".

## CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 20 DE MAIO DE 2022

Aos 20 dias do mês de maio do ano de 2022, às 15 horas e 08 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Economia, registrando a presença da Conselheira Presidente Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (Representante do ME), do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU) e de seu suplente Silvio Caracas de Moura Neto, da Conselheira Daniela de Melo Faria (Representante do Estado do Rio de Janeiro), da equipe de assessoria técnica Cecília Góia, Luciana Vicky Mazloum, Brenda Thais Borges, Luíza Basílio Lage, Sheila Lelia Medeiros, Diogo Pires Geraldini, Daniella Correa Eschiletti, Ricardo Kalil Moraes.

O Conselho deliberou acerca dos seguintes Processos: 14022.161200/2022-16, 14022.161171/2022-84, 19953.100182/2022-09, 19953.100186/2022-89, 19953.100226/2022-92, 19953.100221/2022-60, 19953.100227/2022-37.

1) PROCESSO 14022.161200/2022-16:

O processo trata de pedido de compensação financeira apresentado pelo Instituto Rio Metrópole do Estado do Rio de Janeiro (IRM), com o objetivo de viabilizar a implementação de auxílio saúde, auxílio alimentação/refeição e auxílio transporte para os seus servidores, nos termos do art. 8º, § 2, I e § 3º, da LC nº 159/2017.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal decidiu pelo Arquivamento do processo.

2) PROCESSO 14022.161171/2022-84

O processo trata de procedimento administrativo instaurado tendo em vista a solicitação de autorização prévia do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA) para a realização de compensação financeira, pretendendo majorar o valor do Auxílio Alimentação pago aos seus servidores.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal decidiu pelo Arquivamento do processo.

3) PROCESSO 19953.100182/2022-09

O processo trata de procedimento administrativo instaurado para apurar potencial violação à vedação expressa no inciso III do artigo 8° da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação da Lei Estadual n° 9.537, de 29 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Rio de Janeiro (SPSMERJ), promovendo diversas alterações, sobretudo no que tange à estrutura remuneratória.

Conclusão: Por maioria, vencido voto da Conselheira Sarah Tarsila, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal decidiu pela expedição de ofício ao Estado do Rio de Janeiro para que seja esclarecido se já houve a publicação de ato normativo específico implementando as alterações de que dispõe a Lei Estadual n° 9.537, de 29 de dezembro de 2021.

4) PROCESSO 19953.100186/2022-89

O processo trata de análise sobre o atendimento da demanda formulada pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (CSRRF-RJ) à Governança Estadual, mediante o Ofício SEI nº 80180/2022/ME, de 21 de março de 2022, solicitando encaminhamento pelo Estado do Rio de Janeiro de informações relativas às concessões de incentivos fiscais após a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal decidiu pela expedição de ofício ao diretor executivo do CONFAZ, solicitando apoio no esclarecimento das questões levantadas e também decidiu por contactar a subsecretaria de receita do Estado do Rio de Janeiro.

5) PROCESSO 19953.100226/2022-92

O processo trata de possível violação do disposto no art. 8º, VI, da LC nº 159/2017, decorrente da publicação do Ato Executivo de Decisão Administrativa AEDA 026/Reitoria/2022 da Universidade do Estado do Rio de janeiro (UERJ), de 25 de março de 2022, que estabelece a concessão de auxílio Transporte para os servidores ativos da UERJ.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro deliberou pelo arquivamento do processo.

6) PROCESSO 19953.100221/2022-60

O processo trata de possível violação do disposto no art. 8º, VI, da LC nº 159/2017, decorrente da publicação do Ato Executivo de Decisão Administrativa AEDA 025/Reitoria/2022 da Universidade do Estado do Rio de janeiro (UERJ), de 25 de março de 2022, que estabelece a concessão de auxílio saúde para os servidores ativos da UERJ.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro deliberou pelo arquivamento do processo.

7) PROCESSO 19953.100227/2022-37

O processo trata de possível violação do disposto no art. 8º, VI, da LC nº 159/2017, decorrente da publicação do Ato Executivo de Decisão Administrativa AEDA 027/Reitoria/2022 da Universidade do Estado do Rio de janeiro (UERJ), de 25 de março de 2022, que institui o auxílio educação em benefício dos dependentes dos servidores ativos da UERJ.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro deliberou pelo arquivamento do processo.

DELIBERAÇÕES EXTRAPAUTA

a) Agendamento das Reuniões Ordinárias do CSRRF-RJ, para os seguintes meses: JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO de 2022.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro definiu as seguintes datas para as próximas Reuniões Ordinárias do CSRRF-RJ, finalizando assim a programação para o ano de 2022: 21/06, 28/07, 25/08, 28/09, 27/10, 29/11 e 21/12/2022.

b) A conselheira Sarah solicitou registro acerca dos pedidos de dilação de prazos dos processos encaminhados pelo Estado do Rio de Janeiro.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro determinou a dilação de prazo para o Estado nos processos em que há tal solicitação, em 15 dias.

Realizadas as considerações finais, a presidente do conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi encerrou a reunião às 16h13min.

### EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 31 DE MAIO DE 2022

Aos 31 dias do mês de maio do ano de 2022, às 10 horas e 5 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Economia, registrando a presença da Conselheira Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (Representante do ME), da Conselheira Daniela de Melo Faria (Representante do Estado do Rio de Janeiro) e por ocasião de férias regulares do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU), a presença de seu suplente Silvio Caracas de Moura Neto, da equipe de assessoria técnica Cecília Góia, Luciana Vicky Mazloum, Brenda Thais Borges, Luíza Basílio Lage, Sheila Lelia Medeiros, Diogo Pires Geraldini, Daniella Correa Eschiletti, Ricardo Kalil Moraes.

O Conselho deliberou acerca dos seguintes Processos: 19953.100232/2022-40, 19953.100179/2022- 87, 19953.100239/2022-61, 19953.100777/2021-75.

1) PROCESSO 19953.100232/2022-40

O Processo trata de procedimento administrativo instaurado tendo em vista a publicação da lei Nº 9627 de 04 de abril de 2022, que cria, no âmbito da secretaria de estado de administração penitenciária, órgão de gestão do sistema prisional, o cargo de agente de execução penal, com carreira e atribuições peculiares ao antigo quadro técnico da SEAP. A análise é realizada face ao disposto no artigo 8°, II da Lei Complementar N° 159, de 19 de maio de 2017.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro concluiu pela regularidade do normativo e arquivamento do processo.

2) PROCESSO 19953.100179/2022-87

Trata-se de Processo administrativo instaurado para apurar indício de violação ao art. 8° da Lei Complementar n° 159/2017, especificamente quanto ao inciso VI: "a criação, majoração, reajuste ou adequação de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios remuneratórios de qualquer natureza, inclusive indenizatória, em favor de membros dos Poderes, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, de servidores e empregados públicos e de militares;". Esse indício de violação corresponde à majoração do auxílio saúde aos servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro - DPGE, conforme informado por esse órgão por meio de formulário referente ao mês de janeiro de 2022 no ambiente do Sistema de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal - SiSRRF.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro deliberou pela representação do Estado no processo.

3) PROCESSO 19953.100239/2022-61

O Processo trata da publicação da Lei n° 9.625, de 04 de abril de 2022 que autorizou o Poder Executivo a conceder reajuste no valor do auxílio alimentação e transporte aos integrantes da saúde, dos agentes da Polícia Militar, DEGASE, Polícia Penal e Corpo de Bombeiros.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro concluiu pelo encaminhamento de ofício ao estado comunicando a decisão pelo arquivamento do processo, incluindo a recomendação para que a Lei n° 9.625, de 04 de abril de 2022 não seja regulamentada, pela sua inconstitucionalidade apontada pela assessoria jurídica do estado.

4) PROCESSO 19953.100777/2021-75

O Processo trata da publicação da Lei Estadual n° 9.450, de 5 de novembro de 2021, que altera a Lei Estadual n° 4.800, de 29 de junho de 2006, a qual dispõe, por sua vez, sobre a reestruturação do Quadro de Pessoal da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, instituindo auxílio-saúde.

Conclusão: Por maioria, vencido voto da Conselheira Daniela de Melo Faria, e considerando a separação da matéria referente ao auxílio educação em outro processo já existente que trata do auxílio creche, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal decidiu pela representação do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do Auxílio Saúde, regulamentado pela Portaria Reitoria n° 135 de 02 de maio de 2022.

Realizadas as considerações finais, a presidente do conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi encerrou a reunião às 10h35min.

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

## SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

## GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

### ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 9 DE JUNHO DE 2022

Nº 19.882 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a ANTONIO ANDRE RODRIGUES DOS SANTOS, CPF nº 169.569.198-93, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.883 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a ROGÉRIO SEVERINO BRITO, CPF nº 100.169.408-22, para prestar os serviços de Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.884 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a META CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS INSTITUCIONAIS LTDA., CNPJ nº 34.369.665, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

## INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

### PORTARIA Nº 202, DE 4 DE MAIO DE 2022 (*)

Concessão de bolsas no âmbito do Subprograma Pronametro-Ensino para alunos dos cursos de nível médio técnico em Metrologia e Biotecnologia, do Inmetro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia,

Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e na Portaria Inmetro n 145, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 19/03/2018, e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.002459/2022-04; resolve:

Art. 1º Aprovar a concessão de bolsa aos alunos matriculados no 4º ano dos cursos de nível médio técnico em Biotecnologia e Metrologia, mantidos pelo Inmetro, que obtiveram média final no terceiro ano igual ou superior a 5,0 (cinco), e que executarão atividades de estágio supervisionado nas unidades operacionais do Inmetro, conforme tabelas em anexo:

Art. 2º As bolsas implementadas terão duração de até 12 (doze) meses a partir de abril/2022, respeitado o prazo de duração do estágio supervisionado, e condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Inmetro.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2022.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR

ANEXO

Técnico em Biotecnologia

| Alunos Selecionados | Nível de Bolsa |
|---|---|
| Athyrson Alan dos Santos Martins | DCT-10 100% |
| Atman Arjuna Herculano da Cunha | DCT-10 100% |
| Ester da Costa da Silva | DCT-10 100% |
| Hellen da Costa Belício | DCT-10 100% |
| Jhenifer Marques da Silva | DCT-10 100% |
| Júlia Lamego S. de Oliveira M. de Barros | DCT-10 100% |
| Júlia Pinheiro da Silva | DCT-10 100% |
| Maria Eduarda de Sousa Amorim | DCT-10 100% |
| Maria Eduarda Silva Barbosa | DCT-10 100% |
| Mayara Fontes de Oliveira dos Santos | DCT-10 100% |
| Micaella dos Santos Carriço | DCT-10 100% |
| Nicole Rosa Alves Moreira | DCT-10 100% |
| Tainara de Freitas Martins | DCT-10 100% |
| Vinicius Ribeiro da Costa | DCT-10 100% |

Técnico em Metrologia

| Alunos Selecionados | Nível de Bolsa |
|---|---|
| Aghata Kamilly Misael Felipe | DCT-10 100% |
| Anne Elisa Fonseca Rodrigues da Silva | DCT-10 100% |
| Augusto Silva e Silva | DCT-10 100% |
| Carolina Andrade da Silva | DCT-10 100% |
| Clara Helena Barbosa Soares | DCT-10 100% |
| Gabriella Costa da Silva | DCT-10 100% |
| Geovana Nogueira Martins | DCT-10 100% |
| Guilherme Faria Barreto | DCT-10 100% |
| Kauã Cassiano Egypto Gomes | DCT-10 100% |
| Laiza de Freitas Santos | DCT-10 100% |
| Maria Ina Dorigo da Silva | DCT-10 100% |
| Matheus de Oliveira Carvalho Gardioli | DCT-10 100% |
| Raphael dos Santos Machado Chaves | DCT-10 100% |
| Tamiris Marques dos Santos | DCT-10 100% |

(*) Republicada por ter saído com incorreções no original publicado no Diário Oficial da União n° 85, de 06 de maio de 2022, Seção 1, pág 68.

**PORTARIA Nº 233, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

Renovação de bolsas concedidas aos alunos (as) dos Programas de Pós-Graduação mantidos pelo Inmetro - Turmas 2020 e 2021.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e na Portaria Inmetro nº 145, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 19/03/2018, e considerando o que consta no processo SEI 0052600.004660/2022-18, resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de bolsas concedidas aos alunos (as) matriculados em 2020 e 2021 nos cursos de Mestrado dos Programas de Pós-Graduação em Metrologia e Qualidade e Pós-Graduação em Metrologia, mantidos pelo Inmetro, conforme quadros abaixo.

Quadro 1. Mestrado Profissional em Metrologia e Qualidade

| Aluno(a) Bolsista | Turma | Período de Renovação |
|---|---|---|
| Felipe Nascimento dos Santos | 2020 | Maio a Setembro/2022 |
| Isabelle da Silva Cavalcante | 2020 | Maio a Setembro/2022 |
| Suiane Moraes Machado | 2020 | Maio a Setembro/2022 |

Quadro 2. Mestrado Acadêmico em Metrologia

| Aluno(a) Bolsista | Turma | Período de Renovação |
|---|---|---|
| Isabela de Melo Monstranges Alves | 2021 | Maio/2022 a Março/2023 |
| Nádia Cristina da Silva Pedro | 2021 | Maio/2022 a Março/2023 |

Art. 2º A vigência da bolsa terá duração de acordo com o prazo final regulamentar dos cursos, bem como estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Inmetro.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2022.

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

**PORTARIA SUFRAMA Nº 285, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa AGILE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAL PLÁSTICO LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, os termos do Parecer de Engenharia nº 83/2022/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 96/2022/COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.002557/2022-96, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa AGILE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAL PLÁSTICO LTDA., CNPJ: 13.639.735/0001-01, Inscrição SUFRAMA: 20.0130.73-0, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 83/2022/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 96/2022/COAPA/CGPRI/SPR, para produção FITA DE MATERIAIS PLÁSTICOS DIVERSOS, EXCETO DE TECIDO, PARA IMPRIMIR DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, COM OU SEM ADESIVAÇÃO, código SUFRAMA 2167, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 22, de 20 de abril de 2017;

II - o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), na Região Amazônica, em cada ano-calendário, correspondente a 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) do faturamento incentivado bruto, no mínimo, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, decorrente da dispensa da etapa estabelecida pelo inciso I do Art. 1º da Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 22/2017;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução CAS nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

**PORTARIA SUFRAMA Nº 284, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Aprova o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa TESA BRASIL LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, os termos do Parecer de Engenharia nº 81/2022/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 95/2022/COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.011865/2021-21, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa TESA BRASIL LTDA., CNPJ:04.480.645/0002-00, Inscrição SUFRAMA: 20.0109.37-5, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 81/2022/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 95/2022/COAPA/CGPRI/SPR, para produção FITA ADESIVA, código SUFRAMA 0399, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 18, de 27 de abril de 2020;

II - o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), na Amazônia Ocidental ou Amapá, em cada ano-calendário, à alíquota de 1,5 % (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre o faturamento bruto, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, decorrente da dispensa da etapa estabelecida no inciso I do Art. 1º da Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 18/2020;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V- o cumprimento das exigências contidas na Resolução CAS nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

# Ministério da Educação

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

### PORTARIA Nº 447, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Altera a Portaria Setec nº 603, de 8 de dezembro de 2021, que instituiu o Grupo de Trabalho - GT, com a finalidade de elaborar e apresentar proposta de critérios e procedimentos para alteração de tipo de unidade e criação de novas unidades de ensino, conforme art. 16 da Portaria MEC nº 713, de 2021.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 16 do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no art. 16 da Portaria MEC nº 713, de 8 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º A Portaria Setec nº 603, de 8 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O GT terá o prazo de duzentos e dez dias para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório final." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TOMÁS DIAS SANT' ANA

## SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 432, de 3 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de nº 85, de 7 de maio de 2021, Seção 1, página 90, nas linhas 1 e 3 do anexo, na coluna 5, onde se lê: "Faculdade Integradis", leia-se: "Faculdade ITEC", conforme Nota Técnica nº 82/2022/CGCIES/DIREG/SERES/SERES (Processo SEI nº 23000.029511/2021-41).

Na Portaria nº 432, de 3 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de nº 85, de 7 de maio de 2021, Seção 1, página 90, nas linhas 1 e 2 do anexo, na coluna 7, onde se lê: "Rua Manoel Torres, 4079, Bairro Salgadinho, Patos-PB", leia-se: "Rua Manoel Mota, s/n, Bairro Monte Castelo, Patos-PB", conforme Nota Técnica nº 82/2022/CGCIES/DIREG/SERES/SERES (Processo SEI nº 23000.029511/2021-41).

## CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

### PORTARIA Nº 494, DE 8 DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, nomeado pela Portaria MEC nº 165, de 24/03/2021, publicada no D.O.U. de 25/03/2021, Seção 2, pág. 23, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Homologar e tornar público o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas de Professor Substituto das unidades Itaguaí, Maracanã, Maria da Graça e Petrópolis, de que trata o Edital n°. 06/2022, de 09 de maio de 2022, publicado no DOU de 12/05/2022, Seção 3, páginas 44 a 48, de acordo com a seguinte classificação:

ITAGUAÍ - EDUCAÇÃO FÍSICA

| **NOME** | RESULTADO **FINAL** | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| MILLER PEREIRA GUIMARÃES | 7,33 | 1º COLOCADO |
| MARINA RODRIGUES BERTONI | 6,87 | 2º COLOCADO |

ITAGUAÍ - ENGENHARIA MECÂNICA (Materiais e Metalurgia)

| NOME | RESULTADO FINAL | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| FABIO DA COSTA GARCIA FILHO | 5,72 | 1º COLOCADO |
| LÍVIO DE CARVALHO VALERIANO | 5,66 | 2º COLOCADO |
| ARTHUR ADEODATO | 5,34 | 3º COLOCADO |
| PEDRO IVO GUIMARÃES DE VASCONCELLOS | 4,94 | 4º COLOCADO |

ITAGUAÍ - ENGENHARIA MECÂNICA (Ciências Térmicas)

| NOME | RESULTADO FINAL | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| ORION FERREIRA PINHEIRO | 8,27 | 1º COLOCADO |
| JEFFERSON GOMES DO NASCIMENTO | 5,08 | 2º COLOCADO |
| JUAN DIEGO DOS SANTOS HERINGER | 4,33 | 3º COLOCADO |
| VINICIUS SOARES MEDEIROS | 3,91 | 4º COLOCADO |

ITAGUAÍ - ENGENHARIA ELÉTRICA

| NOME | RESULTADO FINAL | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| THOMAS MOREIRA CAMPELLO | 8,32 | 1º COLOCADO |
| RENAN SILVA SANTOS | 8,25 | 2º COLOCADO |
| HAROLDO MONTEIRO RIBEIRO JUNIOR | 6,00 | 3º COLOCADO |

ITAGUAÍ - ENGENHARIA ELETRÔNICA

| NOME | RESULTADO FINAL | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| THAIS MARTINS MENDES | 7,07 | 1º COLOCADO |
| TIAGO MOTTA QUIRINO | 6,97 | 2º COLOCADO |
| KARINE PAIVA GUIMARAES | 6,40 | 3º COLOCADO |
| RAPHAEL DE SOUZA DOS SANTOS | 6,30 | 4º COLOCADO |
| FERNANDO AGUSTÍN PAZOS | 6,20 | 5º COLOCADO |
| JORGE ANGELO MITRIONE SOUZA | 5,87 | 6º COLOCADO |
| THIAGO MONTEIRO TUXI | 5,77 | 7º COLOCADO |

MARIA DA GRAÇA - QUÍMICA

| NOME | RESULTADO FINAL | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| DÉBORA RAMOS DE OLIVEIRA | 9,41 | 1º COLOCADO |
| FREDERICO ANDERSON PASSOS SCHOENE | 8,53 | 2º COLOCADO |
| JÉSSICA DE MELLO MARTINS | 7,98 | 3º COLOCADO |
| URBANO LUIZ MARQUES DE PAULA | 7,87 | 4º COLOCADO |
| ESTHER SARAIVA AREAS | 7,70 | 5º COLOCADO |
| MAYSA COSTA ALVES | 6,69 | 6º COLOCADO |

PETRÓPOLIS - QUÍMICA

| NOME | RESULTADO FINAL | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| NOÉLIA MAYER DA COSTA | 7,83 | 1º COLOCADO |
| DANIELE LEONEL DA ROCHA | 7,27 | 2º COLOCADO |
| WAGNER CAMPOS DA SILVA | 6,78 | 3º COLOCADO |
| RAFAELE MOTTA DA SILVA | 6,56 | 4º COLOCADO |

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURÍCIO SALDANHA MOTTA

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

### PORTARIA Nº 1.445, DE 9 DE JUNHO DE 2022

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Presidencial de 31.03.2021, publicado no D.O.U de 05.04.2021:

- considerando a Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, publicada no DOU de 28/05/2020;
- considerando o Decreto Legislativo nº 6 de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública;
- considerando a Lei nº 14.314, de 24/03/2022, que alterou a Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, para ajustar o período de suspensão da contagem dos prazos de validade dos concursos públicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19, resolve:

I - Retificar a portaria IFMT nº 929/2021, publicada no DOU de 06.05.2021, conforme abaixo:

| Edital de Abertura | Cargos | Publicação da homologação no DOU | Publicação da Prorrogação no DOU | Prazo de validade, contado da homologação | Novo Vencimento, conforme LC nº 173/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edital nº 57 de 29.05.2019 | Cargos de Técnico Administrativo em Educação | Portaria nº 3.025/2019, publicada no D.O.U. de 03.12.2019 | - | 03.12.2020 | 09.07.2021 |

II - Retificar o prazo de validade do concurso público já homologado que teve seus prazos suspensos conforme a Portaria IFMT nº 1.567/2020, vigentes quando da alteração da LC nº 173/2020, conforme abaixo:

| Edital de Abertura | Cargos | Publicação da homologação no DOU | Publicação da Prorrogação no DOU | Prazo de validade, contado da homologação | Novo Vencimento, conforme LC nº 173/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edital nº 57 de 29.05.2019 | Cargos de Técnico Administrativo em Educação | Portaria nº 3.025/2019, publicada no D.O.U. de 03.12.2019 | 08.06.2021 | 03.12.2020 | 09.07.2023 |

III - Cientifiquem-se e cumpram-se.

JULIO CÉSAR DOS SANTOS

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS

### PORTARIA GABREITOR/IFSUDMG Nº 529, DE 9 DE JUNHO DE 2022

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Presidencial de 20-04-2021, publicado no Diário Oficial da União, Edição nº 74, de 22-04-2021, Seção 2, página 01, e, considerando o Memorando Eletrônico nº 35/2022 - REIDGP, de 08-06-2022, e, considerando, ainda, o Decreto Legislativo nº 6/2020 e a Lei nº 14.314, de 24-03-2022, publicada no Diário da União de 25-03-2022, Seção 1, página 5, que altera a Lei Complementar nº 173, de 27-05-2020, para ajustar o período de suspensão da contagem dos prazos de validade dos concursos públicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o novo período de validade dos concursos públicos abaixo relacionados:

| Edital | Cargo | Homologação | Vencimento | Prorrogação de validade até | Novo Vencimento LC 173/2020 | Novo vencimento após a Lei 14.314/2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/2018 | Técnico-Administrativo em Educação | 06/08/2019 | 06/08/2021 | - | 19/05/2022 | 19/05/2023 |
| 02/2018 | Técnico-Administrativo em Educação | 06/08/2019 | 06/08/2021 | - | 19/05/2022 | 19/05/2023 |
| 03/2018 | Docente | 13/11/2019 | 13/11/2021 | - | 26/08/2022 | 26/08/2023 |
| 05/2016 | Docente | 09/02/2018 | 09/02/2020 | 09/02/2022 | 22/11/2022 | 22/11/2023 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ DINIZ DE OLIVEIRA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
## PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

### PORTARIA Nº 1.044, DE 8 DE JUNHO DE 2022

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Alfenas, no uso de suas atribuições legais, delegadas por meio da Portaria nº 2318/2019, de 23-10-2019, publicada no DOU em 25-10-2019, Seção 1, fls. 50 e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.000777/2021-08, resolve:

Prorrogar pelo período de 30-06-2022 a 29-06-2023 a validade do Processo Seletivo para Professor Visitante e Professor Visitante Estrangeiro, realizado por meio do Edital nº 05/2021-Vaga D-Reabertura, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 79/2021, de 29-06-2021, publicado no DOU de 30-06-2021, Seção 3, fls. 76.

JULIANA GUEDES MARTINS

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
## PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

### PORTARIA/SEI Nº 815, DE 9 DE JUNHO DE 2022

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e de suas competências delegadas por meio da Portaria nº 282, de 05/03/2021, publicada no DOU de 11/03/2021, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 38/2022 - GRST/CAMP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE LETRAS - CAMPUS JUIZ DE FORA

1.1.1 - Seleção nº 28: Departamento de Letras Estrangeiras Modernas - Processo nº 23071.912156/2022-11 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | CAMILA RIBEIRO LISBOA | 7,71 |

2 - Edital nº 40/2022 - GRST/CAMP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

2.1 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

2.1.1 - Seleção nº 29: Departamento de Fisioterapia - Processo nº 23071.911276/2022-06 - Nº Vagas: 01 (uma)

| NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO |
|---|

3 - Edital nº 43/2022 - GRST/CAMP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

3.1 - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS - CAMPUS JUIZ DE FORA

3.1.1 - Seleção nº 31: Departamento de Finanças e Controladoria - Processo nº 23071.912678/2022-79 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | PRISCYLA DE MOURA LOPES FURTADO | 7,16 |

4 - Edital nº 55/2022 - GRST/CAMP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

4.1 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

4.1.1 - Seleção nº 41: Departamento de Medicina - Processo nº 23071.914420/2022-90 - Nº Vagas: 01 (uma)

| NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO |
|---|

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA MERCÊS OLIVEIRA DE FARIA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
## CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

### RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1-CONSEPE/CONSAD, DE 10 DE MAIO DE 2022

Disciplina os procedimentos para formalização e execução de projetos acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE e o Conselho de Administração - CONSAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas, respectivamente, pelo art. 17, III e XII; e art. 19, III, IV e XI, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecerem normas para disciplinar os procedimentos operacionais de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, desenvolvimento científico e tecnológico e estímulo à inovação, desenvolvidos com a finalidade de dar apoio à UFRN;

CONSIDERANDO a exigência do art. 6º c/c art. 4º, V, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, determinando que o colegiado superior da IFES discipline seu relacionamento com a Fundação de Apoio quanto aos projetos acadêmicos desenvolvidos com sua colaboração; e

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.127519/2021-89, resolve:

Art. 1º Disciplinar os procedimentos para formalização e execução de projetos acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Parágrafo único. Os projetos acadêmicos a que se refere o caput compreendem a seguinte classificação e respectiva subclassificação constante do Anexo I:

I - projetos de ensino;
II - projetos de pesquisa;
III - projetos de extensão;
IV - projetos de desenvolvimento institucional;
V - projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;
VI - projetos de estímulo à inovação; e
VII - projetos integrados.

TÍTULO I

DOS PROJETOS DE ENSINO

Art. 2º Projetos de ensino são ações para desenvolver cursos com os seguintes objetivos:

I - atender necessidades específicas de instituições parceiras;
II - ofertar ensino não regular para atender demandas da sociedade; e
III - contribuir para melhoria da qualidade do ensino da graduação.

Art. 3º Os projetos de ensino compreendem:

I - projetos de ensino para oferta de turmas de mestrado e doutorado profissionais;
II - projetos de ensino para oferta de turmas de mestrado e doutorado interinstitucionais;
III - projetos de cursos de pós-graduação lato sensu; e
IV - projetos de ensino de graduação.

CAPÍTULO I

DOS PROJETOS DE ENSINO PARA OFERTA DE TURMAS DE MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAIS

Art. 4º Os projetos de ensino para oferta de turmas de mestrado e doutorado profissionais têm por objetivo oferecer capacitação para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho.

Seção I

Da formalização e tramitação

Art. 5º Os projetos de ensino para oferta de turmas de mestrado e doutorado profissionais devem conter as seguintes informações:

I - estrutura curricular conforme projeto pedagógico do curso aprovada pela CAPES;
II - definição e objetivos da turma de mestrado ou doutorado profissional que está sendo proposta;
III - duração, carga horária, número de vagas, local e datas de início e término da turma de mestrado ou doutorado profissional;
IV - corpo docente com respectiva titulação e vinculação;
V - edital de seleção devidamente aprovado e publicizado pelo colegiado do programa de pós graduação, quando couber;
VI - resultado do processo seletivo contendo a relação dos aprovados, quando couber;
VII - planilha de custos demonstrando o cálculo do custo por aluno da turma proposta;
VIII - plano de trabalho contendo metas, indicação da fonte de recursos e demonstrativo de receitas e despesas;
IX - manifestação dos parceiros interessados pela oferta da turma de mestrado e doutorado profissionais; e
X - minuta do instrumento jurídico.

Art. 6º Os projetos de ensino para oferta de turmas de mestrado e doutorado profissionais são propostos pelos programas de pós-graduação e, obrigatoriamente, aprovados pelos respectivos colegiados.

§ 1º Os cursos de mestrados e doutorados profissionais serão apreciados, em última instância, pela Comissão de Pós-graduação da Pró-reitoria de Pós-graduação.

§ 2º O início da turma só poderá ocorrer após a celebração do instrumento jurídico com os parceiros interessados.

Art. 7º O funcionamento acadêmico dos cursos de mestrados e doutorados profissionais seguem normas instituídas pelo Regulamento da Pós-graduação.

Seção II

Das fontes de recursos

Art. 8º Constituem fontes de recursos para a execução de projetos de ensino para oferta de turmas de mestrados e doutorados profissionais:

I - receitas de convênios, termos de cooperação, contratos ou outros ajustes similares celebrados com entidades públicas e privadas, instituições sem fins lucrativos e entidades governamentais;
II - recursos provenientes de Termos de Execução Descentralizadas - TEDs celebrados com órgãos da Administração Pública Federal; e
III - recursos orçamentários da UFRN alocados ao Programa de Qualificação Institucional - PQI.

Parágrafo único. Os instrumentos jurídicos previstos no inciso I serão assinados pelo Reitor e pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação.

Art. 9º Fica vedada a cobrança de mensalidades a estudantes para oferecimento de turmas de mestrado e doutorados profissionais.

Seção III

Do plano de aplicação financeiro

Art. 10. Os recursos captados na forma do art. 8º só poderão ser utilizados nas atividades acadêmicas da turma de mestrado ou doutorado profissionais, sendo destinados ao financiamento dos seguintes itens de despesas:

I - bolsas de estudos;
II - retribuição pecuniária;
III - criação e manutenção de laboratórios e equipamentos necessários ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas;
IV - viagens para pesquisas de campo e congressos científicos; e
V - outras despesas relacionadas ao funcionamento e desenvolvimento acadêmico da turma.

§ 1º As bolsas de estudos são destinadas a estudantes das turmas de mestrados e doutorados profissionais conforme critérios e condições previstos no projeto acadêmico de ensino.

§ 2º A retribuição pecuniária é destinada aos docentes das turmas de mestrados e doutorados profissionais, conforme critérios e condições previstos no projeto acadêmico de ensino.

Art. 11. Os docentes que receberem retribuição pecuniária para o desenvolvimento de atividades em componentes curriculares vinculadas às turmas de mestrados e doutorados profissionais terão sua participação limitada a 32 horas semanais nos casos de módulos, sem prejuízo de suas atividades acadêmicas regulares (art. 53, II, da Lei 9.394, de 1996).

Parágrafo único. Os docentes que realizarem atividades em turmas de mestrados e doutorados profissionais sem recebimento de retribuição pecuniária poderão contabilizar as atividades desempenhadas na carga horária regular de ensino.

Art. 12. A execução das despesas previstas no art. 10 será realizada por cada Programa de Pós-Graduação consoante plano de aplicação aprovado pelo Colegiado de curso, revertendo-se as sobras de recursos para sua manutenção.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS DE ENSINO PARA OFERTA DE TURMAS DE MESTRADO E DOUTORADO INTERINSTITUCIONAIS

Art. 13. Os projetos de ensino para oferta de turmas temporárias de mestrado e doutorado interinstitucionais tem por objetivo a qualificação de profissionais de nível superior mediante a celebração de instrumento jurídico entre a UFRN e instituições parceiras para a realização de projeto de cooperação de ensino de pós-graduação stricto sensu.

§ 1º A UFRN poderá atuar como instituição promotora da turma de mestrado ou doutorado interinstitucional, responsabilizando-se pela promoção, gestão e coordenação acadêmica.

§ 2º As turmas temporárias de mestrado e doutorado interinstitucionais são formalizadas mediante a celebração de instrumento jurídico e respectivo plano de trabalho entre a UFRN e as instituições parceiras.

§ 3º Os procedimentos operacionais para a celebração de projetos a que se referem o caput seguem regras definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e pelo regulamento da Pós-graduação da UFRN.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Art. 14. Os projetos de cursos de pós-graduação lato sensu compreendem as seguintes modalidades:

I - projetos de cursos de especialização;
II - projetos de cursos de residência; e
III - projetos de cursos de aperfeiçoamento.

§ 1º Os projetos de cursos de especialização tem por objetivo oferecer capacitação profissional, sendo formalizados para atender demanda específica nas diversas áreas do conhecimento, sem caráter permanente, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

§ 2º Os projetos de cursos de residência são destinados à formação profissional em diversas áreas do conhecimento com base em casos reais ou prática profissional em serviço, com duração e carga horária definidos no projeto de cada curso.

§ 3º Os projetos de cursos de aperfeiçoamento têm por objetivo fornecer atualização e aperfeiçoamento de habilidades profissionais demandadas pelo mercado de trabalho, sem caráter permanente, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas.

Art. 15. Os projetos de cursos de pós-graduação lato sensu serão propostos por programas de pós-graduação, departamentos, unidades acadêmicas ou núcleos interdisciplinares, devendo ser aprovados por seus respectivos colegiados e pelo Conselho do Centro ou da Unidade Acadêmica, e apreciados, em última instância, pela Comissão de Pós-graduação da Pró-reitoria de Pós-graduação - PPG.

§ 1º A formalização acadêmica dos projetos de cursos de pós-graduação lato sensu segue normas instituídas pelo Regulamento da Pós-graduação.

§ 2º A divulgação e início dos cursos só poderão ocorrer após a sua aprovação final mediante emissão de portaria específica.

§ 3º Caso o projeto tenha colaboração da Fundação de Apoio, o início do curso só poderá ocorrer após a celebração do instrumento jurídico específico.

Seção I

Das fontes de recursos

Art. 16. Constituem fontes de recursos dos cursos de pós-graduação lato sensu:

I - taxas de matrícula;

II - mensalidades de estudantes;

III - receitas de contratos celebrados com entidades públicas e privadas;

IV - recursos provenientes de Termos de Execução Descentralizadas - TEDs celebrados com órgãos da Administração Pública Federal; e

V - recursos orçamentários da UFRN alocados ao Programa de Qualificação Institucional - PQI.

§ 1º Os recursos relacionados no caput só poderão ser utilizados nas atividades acadêmicas do curso.

§ 2º As sobras de recursos deverão ser repassadas à unidade executora.

Art. 17. Os cursos de pós-graduação lato sensu destinarão vagas complementares em seus processos seletivos de um mínimo de 10% (dez por cento) das vagas para servidores da UFRN, visando a atender as necessidades de qualificação dos servidores docentes e técnicos administrativos da instituição.

Parágrafo único. Em caso de curso autofinanciado, os servidores selecionados serão isentos de taxas e mensalidades, exceto os valores referentes à aquisição de material didático.

Art. 18. No caso de comprovada hipossuficiência financeira, os alunos de demanda social serão isentos do pagamento de taxas e mensalidades, exceto os valores referentes à aquisição de material didático.

Parágrafo único. As solicitações de isenção serão analisadas pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.

CAPÍTULO IV

DOS PROJETOS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Art. 19. Projetos de ensino de graduação são ações contendo atividades de caráter educativo, social, artístico, científico ou tecnológico, formulados com a finalidade de ofertar ensino não regular de graduação para atender demandas específicas da sociedade e garantir à melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem da graduação, compreendendo as seguintes modalidades:

I - projetos de cursos de graduação não regular;

II - projetos suplementares de ensino; e

III - projetos de eventos de ensino.

Seção I

Dos projetos de cursos de graduação não regular

Art. 20. Os projetos de cursos de graduação não regular destinam-se à oferta de cursos de graduação em diferentes áreas do conhecimento, visando ao atendimento de grupos específicos previstos em lei com vistas a ampliação e qualificação da oferta de educação superior, especialmente, a formação de professores.

Art. 21. São características dos projetos de cursos de graduação não regular:

I - estar previsto em lei específica;

II - ser de iniciativa de entidades públicas;

III - estar voltado ao ensino de cursos de graduação;

IV - ser projeto autofinanciado; e

V - não estar submetido à edital, podendo ser cadastrado em fluxo contínuo.

Seção II

Dos projetos suplementares de ensino

Art. 22. Os projetos suplementares de ensino articulam atividades de ensino e aprendizagem destinada à comunidade interna, sem caráter compulsório, podendo envolver atividades complementares ou atividades teórico-práticas pertencentes à dimensão da formação específica prevista nos cursos envolvidos com os seguintes objetivos:

I - estimular o desenvolvimento de ações, no âmbito do ensino, voltadas para melhoria dos cursos de graduação;

II - aprofundar estudos dos conteúdos programáticos ligados aos componentes curriculares ofertados nos cursos;

III - contribuir para a promoção de atividades que auxiliem na adoção de novas formas de pensar e desenvolver o processo de ensino e aprendizagem; e

IV - propiciar um olhar voltado às ações de ensino, promovendo a interdisciplinaridade de conhecimentos relevantes ao curso.

Art. 23. São características dos projetos suplementares de ensino:

I - ser de iniciativa autônoma de docentes;

II - ser projeto autofinanciado e voltado para o ensino de graduação;

III - não ser submetido à edital, podendo ser cadastrado em fluxo contínuo; e

IV - contemplar a integração entre as áreas do conhecimento dos cursos envolvidos.

Art. 24. São participantes dos projetos suplementares de ensino os professores, os servidores técnico-administrativos e os estudantes, os quais poderão assumir os papéis de coordenadores, colaboradores e participantes, respectivamente.

§ 1º O coordenador docente assumirá as seguintes responsabilidades:

I - submeter proposta de projeto suplementar de ensino;

II - executar e acompanhar a realização do projeto;

III - coordenar as ações definidas com os colaboradores; e

IV - apresentar relatório final de desenvolvimento do projeto após sua finalização.

§ 2º Cada projeto poderá ter coordenador docente adjunto com as mesmas atribuições do coordenador que o substituirá, em caso de impedimento legal, exceto no que se refere à submissão da proposta.

§ 3º A equipe de colaboradores do projeto será responsável por participar no todo ou em parte das atividades de gestão e execução do projeto.

§ 4º Poderão integrar a equipe de colaboradores docentes do quadro da UFRN, servidores técnico-administrativos da UFRN, estudantes da graduação e pós-graduação, além de membros da comunidade externa.

§ 5º Os participantes estudantes de graduação da UFRN são o público-alvo das atividades do projeto, os quais se beneficiarão da ação proposta.

Art. 25. Os projetos suplementares de ensino deverão ser aprovados pela plenária do Departamento ou Unidade Acadêmica Especializada a qual o coordenador está vinculado.

Art. 26. A Pró-reitoria de Graduação será responsável pela homologação e acompanhamento da execução dos projetos suplementares de ensino.

Art. 27. O docente coordenador poderá solicitar renovação do projeto por no máximo três vezes ou submeter nova proposta, caso atendidas as seguintes condições:

I - os relatórios dos projetos anteriores tenham sido aprovados pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Ensino - CAAPE;

II - não existam pendências nos sistemas administrativo e acadêmico, relativas aos projetos de ensino; e

III - ter realizado no período anterior avaliação de novos projetos como avaliador ad hoc, desde que tenha sido convocado.

Seção III

Dos Projetos de eventos de ensino

Art. 28. Os projetos de eventos de ensino visam promover, mostrar e divulgar ações de ensino para estudantes da Universidade articuladas com o interesse técnico, cultural, científico, artístico e esportivo.

Parágrafo único. Os eventos de ensino podem ser caracterizados como: campanhas em geral, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, debate, encontro, oficina, minicursos, espetáculo, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, simpósio e torneio, entre outras manifestações, que congreguem pessoas em torno de objetivos específicos.

Art. 29. São objetivos dos projetos de eventos de ensino:

I - contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico nos cursos técnicos e de graduação;

II - contribuir para o processo de formação do cidadão; e

III - discutir temáticas relevantes para a formação acadêmica dos estudantes.

Art. 30. Os projetos de eventos de ensino deverão ser aprovados pela plenária do Departamento ou Unidade Acadêmica Especializada a qual o coordenador está vinculado.

Art. 31. A Pró-reitoria de Graduação será responsável pela homologação e acompanhamento da execução dos projetos de eventos de ensino.

TÍTULO II

DOS PROJETOS DE PESQUISA

Art. 32. Projetos de pesquisa são ações desenvolvidas com o objetivo de gerar conhecimentos ou soluções de problemas científicos e/ou tecnológicos além do domínio dos saberes, mediante análise, reflexão crítica, síntese e aprofundamento de ideias a partir da colocação de um problema de pesquisa e do emprego de métodos científicos.

CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Art. 33. Os projetos de pesquisa, segundo a natureza, são classificados na forma a seguir:

I - projetos de pesquisa com inovação tecnológica: projetos contendo atividades de pesquisa científica e tecnológica que:

a) busquem introduzir novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente; e

b) visem ao desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo.

II - projetos de pesquisa sem inovação tecnológica: projetos contendo atividades de pesquisa científica destinadas à geração de novos conhecimentos para o avanço da ciência (pesquisa básica) ou destinadas à geração de conhecimentos para a solução de problemas práticos (pesquisa aplicada), não classificados no inciso I.

Parágrafo único. Para efeito do disposto na alínea a, inciso I, do caput entende-se por ambiente produtivo e social as organizações com ou sem fins lucrativos capazes de gerar ganhos econômicos e sociais a partir de atividades de inovação tecnológica, incluindo as tecnologias sociais.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Art. 34. Os projetos de pesquisa, segundo a captação de recursos financeiros, são classificados na forma a seguir:

I - projetos com financiamento interno;

II - projetos com financiamento externo;

III - projetos com financiamento interno e externo; e

IV - projetos sem financiamento.

§ 1º O financiamento interno caracteriza-se pela alocação de recursos financeiros oriundos do orçamento próprio da UFRN.

§ 2º O financiamento externo caracteriza-se pela alocação de recursos financeiros oriundos de agências de fomento, autarquias, fundações, entidades públicas ou privadas, sociedades de economia mista, órgãos governamentais nacionais ou internacionais e instituições congêneres, de acordo com as normas e legislação vigentes aplicáveis a todas essas fontes.

§ 3º Os projetos sem financiamento são aqueles apresentados de forma contínua sem alocação de recursos financeiros, podendo receber apoio de natureza não financeira.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO DOS RECURSOS

Art. 35. A gestão dos recursos financeiros dos projetos de pesquisa poderá ser feita pelo próprio coordenador em se tratando de projetos de fomento externo direto ao pesquisador ou projetos institucionais submetidos a editais pela UFRN ou pela Fundação de Apoio, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos de parceria.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS DE FORMALIZAÇÃO E TRAMITAÇÃO

Art. 36. Os projetos de pesquisa serão cadastrados na Pró-reitoria de Pesquisa mediante registro no sistema SIG-Projetos, encaminhados para aprovação institucional no âmbito departamental ou das Unidades Acadêmicas Especializadas e, em seguida, homologados pelo conselho de Centro ou pelo conselho da Unidade Acadêmica Especializada (art. 128 do Regimento Geral da UFRN aprovado pela Resolução nº 014/1997-CONSUNI, de 12 de deaembro de 1997).

§ 1º No âmbito departamental ou da Unidade Acadêmica Especializada os projetos deverão ser aprovados, respectivamente, pelo plenário do Departamento ou pelo conselho da Unidade Acadêmica Especializada de lotação do coordenador.

§2º No caso de projetos que envolvam várias unidades, a aprovação será realizada pelo conselho da Unidade executora.

§ 3º A homologação dos projetos no âmbito de cada Centro ou Unidade Acadêmica Especializada poderá ser realizada por comissão de pesquisa ou equivalente, mediante delegação de competência.

§ 4º Cabe à Pró-reitoria de Pesquisa providenciar a avaliação de mérito dos projetos de pesquisa em casos específicos de concessão de auxílios.

§ 5º Os projetos de pesquisa executados ou conduzidos por Pró-reitorias, Superintendências, Secretarias e Unidades Suplementares serão submetidos à aprovação da Câmara de Pesquisa do CONSEPE.

§ 6º Nos casos de projetos que demandem atenção especial em relação ao sigilo, conforme previsto no artigo 7º, §1º c/c com o artigo 23, inciso VI da Lei nº 12.527/11, poderá ser submetido o seu resumo para aprovação pelo chefe do Departamento ou Diretor da Unidade Acadêmica Especializada e para homologação no âmbito de cada Centro ou Unidade Acadêmica Especializada ou, no caso de projetos que envolvam várias unidades, pelo chefe ou dirigente da unidade executora.

§ 7º Do resumo a que se refere o § 6º deverão constar os dados básicos para conhecimento, tais como: órgão financiador, pesquisadores participantes, carga horária de cada participante, orçamento financeiro, objetivos e atividades que justifiquem a classificação do projeto quanto à natureza acadêmica.

§ 8º A coordenação dos projetos de pesquisa será exercida por docente efetivo na UFRN, docentes vinculados ao Programa de Professor Colaborador Voluntário - PPCV, Professores Visitantes contratados de acordo com legislação específica ou servidores técnico-administrativos em educação detentores de cargos que tenham como atribuições funcionais a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, consoante art. 2º, VIII, da Lei nº 10.973, de 2004.

Art. 37. Na formalização do projeto de pesquisa com inovação tecnológica poderá estar prevista a possibilidade de ocorrência de risco tecnológico na execução das ações de pesquisa.

§ 1º Entende-se por risco tecnológico a possibilidade de insucesso no desenvolvimento de solução, decorrente de processo em que o resultado é incerto em função do conhecimento técnico-científico insuficiente à época em que se decide pela realização da ação (art. 2º, III, do Decreto nº 9.283/18).

§ 2º Os projetos de pesquisa que envolvam risco tecnológico deverão apresentar justificativa circunstanciada do risco associado no ato da aprovação do projeto mediante indicação do impacto e probabilidade de ocorrência.

§ 3º Os projetos de pesquisa que envolverem risco tecnológico poderão ter o ressarcimento à Universidade dispensado mediante justificativa circunstanciada, que deverá ser aprovado pelo CONSEPE (art. 6º, §§1º e 2º, da Lei nº 8.958/94).

Art. 38. Quando os projetos de pesquisa realizarem atividades de inovação tecnológica, a Agência de Inovação - AGIR deverá pronunciar-se sobre a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes.

Art. 39. As prorrogações dos projetos de pesquisa deverão ser formalizadas pelo coordenador e homologadas pelo chefe do Departamento ou diretor da Unidade Acadêmica Especializada de lotação do coordenador ou, no caso de projetos que envolvam várias unidades, homologadas pelo chefe ou diretor da Unidade Executora.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 40. Os resultados acadêmicos alcançados no âmbito dos projetos de pesquisa serão informados pelo coordenador no sistema SIG-Projetos, conforme modelo disponibilizado pela Pró-reitoria de Pesquisa.

Art. 41. Os resultados acadêmicos vinculados pelo coordenador a cada projeto de pesquisa serão divulgados em plataforma pública, preservando-se todos os direitos e obrigações relacionados ao direito autoral e embargos previstos na legislação vigente.

Art. 42. Caberá a cada Departamento ou Unidade Acadêmica Especializada a avaliação dos resultados acadêmicos alcançados no âmbito dos projetos de pesquisa aprovados por estas unidades.

Parágrafo único. No caso de projetos de pesquisa executados ou conduzidos por Pró-reitorias, Superintendências, Secretarias e Unidades Suplementares a avaliação dos resultados acadêmicos alcançados será realizada pela Câmara de Pesquisa do CONSEPE.

CAPÍTULO VII

DA EQUIPE TÉCNICA DOS PROJETOS DE PESQUISA

Seção I

Dos pesquisadores públicos

Art. 43. Os servidores, que preencham a condição de pesquisadores públicos, podem executar projetos de pesquisa com a captação de recursos externos de organizações públicas, organizações privadas ou organizações da sociedade civil, bem como com o apoio institucional da Universidade mediante a concessão de recursos financeiros e/ou não financeiros.

§ 1º Entende-se por pesquisador público o servidor ocupante de cargo efetivo ou detentor de função ou emprego público que realize, como atribuição funcional, atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação (art. 2º, VIII, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004).

§ 2º Fica permitida a participação de pesquisadores públicos de outras Instituições em projetos de pesquisa aprovados pela Universidade.

§ 3º A seleção dos pesquisadores públicos observará os critérios definidos no art. 141.

Seção II

Dos pesquisadores visitantes

Art. 44. Os líderes de grupos de pesquisa, bem como coordenadores de projetos de pesquisa, poderão contar com pesquisadores visitantes nacionais e estrangeiros com nível de excelência reconhecido para contribuir com programas de pesquisa e viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico.

§ 1º A verificação da condição de pesquisadores visitantes observará os seguintes requisitos:

I - existência de chamada pública veiculada em canais institucionais de comunicação ou instrumentos de divulgação científica, termo de cooperação técnica celebrada com outras instituições científicas e tecnológicas ou outro instrumento equivalente;

II - curriculum vitae, observando-se a titulação de doutor na área de conhecimento exigida, o desenvolvimento de atividades de coordenação ou colaboração em projetos de pesquisa e publicação de trabalhos científicos;

III - plano de trabalho contendo a descrição das atividades científicas a serem realizadas; e

IV - observância das disposições da Lei nº 13.445, de 2017, e do Decreto nº 9.199, de 2017, no caso de pesquisador visitante estrangeiro, quanto à concessão de visto para o desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão universitária.

§ 2º A verificação da condição de pesquisadores visitantes será de responsabilidade do coordenador do projeto, homologada pelos dirigentes das seguintes unidades:

I - Departamento Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada responsáveis pela aprovação do projeto; ou

II - Pró-reitorias, Superintendências, Secretarias e Unidades Suplementares quando responsáveis pela submissão de projetos aprovados pela Câmara de Pesquisa do CONSEPE.

Seção III

Dos pesquisadores convidados

Art. 45. Os coordenadores de projetos de pesquisa poderão convidar pesquisadores doutores, nacionais ou internacionais, tais como, professores eméritos, professores substitutos, professores visitantes, professores colaboradores voluntários da UFRN e servidores comissionados, de reconhecida capacidade técnica e liderança científica, com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas em projetos de pesquisa.

§ 1º A verificação da condição de pesquisadores convidados observará os seguintes requisitos:

I - existência de chamada pública veiculada em canais institucionais de comunicação, ressalvado o disposto no art. 138;

II - possuir título de doutor em áreas de conhecimento relacionadas às atividades de pesquisa;

III - demonstrar habilitação profissional de inserção no processo científico comprovada pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas;

IV - apresentar curriculum vitae demonstrando o desenvolvimento de atividades de coordenação ou colaboração em projetos de pesquisa e publicação de trabalhos científicos; e

V - submeter plano de trabalho contendo a descrição das atividades científicas a serem realizadas.

§ 2º A verificação da condição de pesquisadores convidados será de responsabilidade do coordenador do projeto, homologada pelos dirigentes das seguintes unidades:

I - Departamento Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada responsáveis pela aprovação do projeto; ou

II - Pró-reitorias, Superintendências, Secretarias e Unidades Suplementares quando responsáveis pela submissão de projetos aprovados pela Câmara de Pesquisa do CONSEPE.

Seção IV

Dos pesquisadores convidados ilustres

Art. 46. Os coordenadores de projetos de pesquisa poderão convidar pesquisadores ilustres, nacionais e estrangeiros, de notório reconhecimento na comunidade científica pelos prêmios ou distinções recebidos com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas de excelência em projetos de pesquisa.

§ 1º Caberá ao coordenador do projeto apresentar justificativa para solicitação de pesquisador convidado ilustre com base nos seguintes requisitos:

I - avaliação do curriculum vitae:

II - comprovação dos prêmios ou distinções recebidos; e

III - plano de trabalho contendo a descrição das atividades científicas a serem realizadas.

§ 2º A verificação da condição de pesquisadores convidados ilustres será de responsabilidade do coordenador do projeto, homologada pelos dirigentes das seguintes unidades:

I - Departamento Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada responsáveis pela aprovação do projeto; ou

II - Pró-reitorias, Superintendências, Secretarias e Unidades Suplementares quando responsáveis pela submissão de projetos aprovados pela Câmara de Pesquisa do CONSEPE.

Seção V

Dos especialistas convidados

Art. 47. Os coordenadores de projetos de pesquisa poderão convidar especialistas de reconhecida qualificação profissional e acadêmica para complementar a competência da equipe técnica dos projetos.

§ 1º A verificação da condição de especialistas convidados observará os seguintes requisitos:

I - existência de chamada pública veiculada em canais institucionais de comunicação, ressalvado o disposto no art. 138;

II - possuir título de especialista ou de mestre ou, nos casos de projetos de inovação tecnológica, comprovada experiência profissional; e

III - demonstrar comprovada experiência e/ou conhecimentos em áreas relacionadas às atividades a serem desenvolvidas no projeto de pesquisa; e

IV - submeter plano de trabalho contendo a descrição das atividades a serem realizadas.

§ 2º A verificação da condição de especialistas convidados será de responsabilidade do coordenador do projeto, homologada pelos dirigentes das seguintes unidades:

I - Departamento Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada responsáveis pela aprovação do projeto; ou

II - Pró-reitorias, Superintendências, Secretarias e Unidades Suplementares quando responsáveis pela submissão de projetos aprovados pela Câmara de Pesquisa do CONSEPE.

Seção VI

Dos servidores técnico-administrativos

Art. 48. Os servidores técnico-administrativos poderão participar de projetos de pesquisa como colaboradores desde que devidamente autorizados pelo dirigente da respectiva unidade de lotação e desde que não haja comprometimento das suas atribuições funcionais e da jornada de trabalho a que estão submetidos.

§ 1º Excepcionalmente, os servidores técnico-administrativos poderão coordenar projetos de pesquisa desde que os cargos que ocupam tenham como atribuições funcionais a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, consoante art. 2º, VIII, da Lei nº 10.973, de 2004.

§ 2º A seleção dos servidores técnico-administrativos observará os critérios definidos no art. 141.

Seção VII

Dos estudantes

Art. 49. Os estudantes da educação básica, profissional técnica de nível médio, da graduação e da pós-graduação poderão participar de projetos de pesquisa, observando-se os seguintes requisitos:

I - estudantes da educação básica, profissional técnica de nível médio, e da graduação por meio de vínculo a programas de iniciação científica, programas de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação e a projetos com financiamento externo; e

II - estudantes da pós-graduação como pesquisadores com atribuições específicas delineadas no respectivo projeto de pesquisa.

§ 1º A participação de estudantes em projetos de pesquisa pode ou não ser acompanhada do pagamento de bolsas de pesquisa ou bolsa de estímulo à inovação, de acordo com a legislação vigente.

§ 2º Nos casos descritos no inciso I, será necessária a orientação e o acompanhamento do plano de atividades do estudante por pesquisador qualificado.

Art. 50. Cabe ao orientador escolher e indicar estudante para iniciação científica ou de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação com perfil e desempenho acadêmico compatíveis com as atividades previstas, observando princípios éticos, excluídas indicações que configurem nepotismo, conflito de interesse e impedimentos legais.

§ 1º É vedada a indicação de estudantes para exercer atividades não relacionadas às ações acadêmicas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

§ 2º O orientador poderá, mediante justificativa, finalizar o vínculo dos estudantes mencionados no caput, podendo indicar estudantes substitutos para as vagas desde que satisfeitos os prazos operacionais adotados pela Pró-reitoria de Pesquisa.

§ 3º O pesquisador deverá incluir o nome do estudante de iniciação científica ou de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação nas publicações e nos trabalhos apresentados em congressos e seminários, cujos resultados tiveram a participação efetiva do estudante.

§ 4º Caso o orientador seja impossibilitado de continuar orientando seus estudantes de iniciação científica ou de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação, a Pró-reitoria de Pesquisa indicará, quando possível, novo orientador de forma a não prejudicá-los no desenvolvimento de suas atividades.

Art. 51. Os estudantes de iniciação científica ou de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação deverão cumprir os seguintes requisitos e compromissos:

I - estar regularmente matriculado em curso de graduação ou ensino básico;

II - dedicar-se às atividades acadêmicas de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

III - ser selecionado e indicado por pesquisador orientador;

IV - executar o plano de atividades aprovado;

V - apresentar anualmente relatório dos resultados parciais ou finais das atividades realizadas em congressos de iniciação científica e tecnológica promovidos pela instituição segundo forma estabelecida pela Pró-reitoria de Pesquisa; e

VI - fazer referência à sua condição de estudante de iniciação científica ou de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação nas publicações e trabalhos apresentados.

Art. 52. Para ser pesquisador colaborador de projeto de pesquisa, o estudante de pós-graduação deve estar regularmente matriculado em programa de pós-graduação.

Art. 53. A seleção de estudantes observará os critérios definidos no art. 141.

TÍTULO III

DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

Art. 54. Projetos de extensão são instrumentos que formalizam ações de caráter educativo, social, artístico, cultural, científico e tecnológico executadas por meio da interação com os diversos setores da sociedade com a participação de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, visando ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento, bem como à atuação da Universidade na realidade social.

Art. 55. Os projetos de extensão formalizam as seguintes ações definidas no regulamento da extensão:

I - cursos;

II - eventos;

III - produtos;

IV - projetos de intervenção; e

V - prestação de serviços.

Art. 56. Os projetos de extensão devem ser registrados no SIG-projetos para análise e aprovação pelo Plenário do Departamento ou Direção da Unidade Acadêmica em que se encontrem lotados os servidores membros da equipe e, em seguida, avaliados pela Pró-Reitoria de Extensão.

§ 1º Quando realizados em colaboração com outras instituições, os projetos de extensão devem contar com a concordância das instituições parceiras.

§ 2º Os projetos de extensão devem conter registro da equipe responsável pela realização das ações, bem como da carga horária semanal a ser cumprida.

Art. 57. Os projetos de extensão são coordenados por docentes ou servidores técnico-administrativos com nível superior pertencentes ao quadro permanente da UFRN, garantida a participação de estudantes.

Parágrafo único. É função do coordenador a inclusão de planos de trabalho de bolsistas de extensão ou voluntários que participem como colaboradores dos projetos de extensão.

Art. 58. A seleção de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes para participarem dos projetos de extensão observará os critérios definidos no art. 141.

CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE RECURSOS

Art. 59. Os projetos de extensão, segundo as fontes de recursos financeiros, são classificados na forma a seguir:

I - projetos com financiamento interno;

II - projetos com financiamento externo;

III - projetos com financiamento interno e externo; e

IV - projetos sem financiamento.

§ 1º O financiamento interno caracteriza-se pela alocação de recursos financeiros oriundos do Fundo de Apoio à Extensão - FAEX ou de outras fontes do orçamento próprio da UFRN, podendo receber apoio de natureza não financeira.

§ 2º O financiamento externo caracteriza-se pela alocação de recursos financeiros oriundos de agências de fomento, pessoas físicas, autarquias, fundações, entidades públicas ou privadas, sociedades de economia mista, órgãos governamentais nacionais ou internacionais e instituições congêneres, de acordo com a legislação aplicável.

§ 3º Os projetos sem financiamento são aqueles apresentados de forma contínua sem alocação de recursos financeiros, podendo receber apoio de natureza não financeira.

§ 4º Os projetos com financiamento interno e externo de iniciativa de servidores serão apresentados e registrados no sistema SIG-Projetos em fluxo contínuo.

§ 5º A gestão dos recursos financeiros dos projetos com financiamento interno e/ou externo poderá ser feita pela UFRN ou pela Fundação de Apoio, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos específicos.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS DE CURSOS DE EXTENSÃO

Art. 60. Os projetos de cursos de extensão universitária têm por objetivo a realização de cursos com duração determinada de caráter educativo, social, ambiental, cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico, que permitam a relação teoria-prática.

§ 1o Os cursos podem ser de caráter presencial, semipresencial ou à distância.

§ 2º Nos cursos de modalidade presencial, os estudantes realizarão atividades didáticas e avaliações na presença do professor/instrutor.

§ 3º Os cursos de modalidade semipresencial devem ser realizados com um mínimo de 10% de carga horária presencial;

§ 4º Os cursos de modalidade à distância são realizados com o uso de meios e de tecnologias de informação e comunicação com o objetivo de desenvolver atividades educativas em lugares ou tempos diversos, compreendendo atividades realizadas em ambientes virtuais e on-line, bem como em momentos presenciais obrigatórios.

§ 5º Os cursos de modalidade à distância devem ser organizados de acordo com os referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (SEED/MEC-2007) e legislação vigente com previsão de aula para apresentação de conteúdo programático do curso e dos ambientes virtuais de aprendizagem, avaliações de estudantes, tutorias presenciais e atividades em laboratórios de ensino, se necessário.

§ 6º Os cursos de extensão não poderão ter carga horária superior a 8 horas diárias.

Art. 61. Constituem cursos de extensão universitária:

I - cursos de iniciação ou divulgação;

II - cursos de atualização; e

III - cursos de capacitação.

§1º Os cursos de iniciação ou divulgação têm como objetivo desenvolver noções introdutórias em determinada área do conhecimento ou divulgar conhecimentos técnicos, tecnológicos, científicos, artísticos e culturais, nas diversas áreas de conhecimento.

§2º Os cursos de atualização têm como objetivo a aquisição de novos conteúdos, habilidades ou técnicas científicas ou culturais relacionadas à determinada área de conhecimento.

§3º Os cursos de capacitação têm como objetivo socializar conhecimentos sistematizados e divulgar técnicas em áreas profissionais específicas, com vistas ao aprimoramento do desempenho profissional ou ao manejo mais adequado de procedimentos ou técnicas.

§ 4º Os cursos de extensão terão carga horária máxima de 160 (cento e sessenta) horas.

§ 5º Os cursos que ultrapassem a carga horária determinada no §4º deverão apresentar justificativa para sua execução.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS DE EVENTOS DE EXTENSÃO

Art. 62. Os projetos de eventos de extensão têm por objetivo a realização de atividades de curta duração, sem caráter contínuo, caracterizados por atividade específica que envolva comunidade externa e comunidade acadêmica, com difusão do conhecimento ou produto cultural, artístico, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

Art. 63. Os eventos são classificados nas seguintes modalidades:

I - congresso, simpósio: evento de âmbito regional, nacional ou internacional de abrangência temática ampla;

II - seminário, encontro, jornada, colóquio, fórum, reunião: evento de âmbito regional, nacional ou internacional, relativo a campos de conhecimentos especializados;

III - palestra, conferência, mesa redonda: exposição proferida por especialista, acompanhada ou não de debate.;

IV - ateliê, ciclo de estudo, semanas de estudo, oficina: conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter prático, organizado e executado de maneira sistemática ou pontual, objetivando trabalhar conteúdo ou habilidade específica e/ou a capacitação do participante no uso de técnica ou equipamento específico;

V - exposição, feira, salão, mostra: exibição pública de trabalhos acadêmicos, obras de arte, produtos e/ou serviços;

VI - espetáculo, festival, concerto, recital: show, sarau, apresentação de dança, obra teatral, exibição de filme, documentário, entre outros, sendo festival o conjunto desses tipos de eventos;

VII - evento esportivo: campeonato, torneio, olimpíada, entre outros;

VIII - lançamento de produção ou publicação: atividade de divulgação e apresentação de produção ou de publicação gerada por atividade de pesquisa ou extensão; e

IX - campanha: ação pontual de mobilização e divulgação que visa a um objetivo definido, envolvendo a comunidade acadêmica.

§ 1º Na realização de eventos de extensão, o projeto deve incluir atividades que promovam e estimulem a participação de estudantes.

§ 2º O evento de extensão deverá garantir no mínimo 10% das vagas para público externo do total de participantes, sendo vedada a submissão de projetos com percentual inferior ao indicado.

§ 3º Cabe ao coordenador do evento averiguar a participação dos inscritos para fins de certificação pela PROEX.

CAPÍTULO IV

DOS PROJETOS DE PRODUTOS DE EXTENSÃO

Art. 64. Os projetos de produtos de extensão têm por objetivo a divulgação de resultados de ações de extensão, ensino e/ou pesquisa para difusão e divulgação artística, cultural, científica ou tecnológica.

§ 1º Os produtos são caracterizados por livros, anais, artigos, textos, revistas, manuais, cartilhas, jornais e relatórios, materiais didáticos, vídeos, áudios, filmes, programas de rádio e TV, softwares, jogos, modelos didáticos, partituras, arranjos musicais, peças teatrais, mídias informacionais, performances artísticas, dentre outros.

§ 2º O desenvolvimento de produtos de extensão deve ser desencadeado por uma outra ação de extensão em prol da sociedade, garantida a participação de estudantes.

CAPÍTULO V

DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO

Art. 65. Os projetos de intervenção têm por objetivo a realização de atividades por meio da interação com os diversos setores da sociedade, visando ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento, bem como à atuação da Universidade na realidade social por meio de ações de caráter educativo, social, artístico, cultural, científico e tecnológico.

CAPÍTULO VI

DOS PROJETOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 66. Os projetos de prestação de serviços têm por objetivo a realização de atividades, com a participação de servidores e estudantes da Universidade, visando a solução de problemas dos meios profissional ou social, a transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade, e o atendimento as expectativas e necessidades da comunidade externa, representada por pessoas físicas, entidades públicas e privadas, e organizações da sociedade civil.

Art. 67. Os projetos de prestação de serviços deverão conter as seguintes informações:

I - descrição dos serviços a serem realizados;

II - caracterização da relevância da atividade para a sociedade e/ou para a Universidade;

III - cronograma de execução;

IV - forma de financiamento e cronograma de desembolso;

V - plano de aplicação financeira;

VI - relação dos docentes, estudantes, servidores técnicos administrativos da UFRN e/ou profissionais externos envolvidos na prestação dos serviços com especificação detalhada de suas atribuições e qualificação; e

VII - caracterização da natureza acadêmica ou científica da atividade, nos casos de serviços técnicos especializados.

Art. 68. É vedado o uso do nome da instituição, das dependências, dos recursos materiais e humanos em atividades de prestação de serviço, realizadas por docentes e por técnico-administrativos, sem a formalização de projetos e/ou planos de trabalho.

Parágrafo único. A execução de projetos e planos de trabalho sem autorização institucional configurará infração sujeita às penalidades disciplinares cabíveis e o ressarcimento dos prejuízos causados à Universidade pelo uso indevido de seus recursos materiais e/ou humanos.

Art. 69. Nos projetos de prestação de serviços, caso seja determinada a priori a possibilidade de geração de propriedade industrial ou programas de computador, a atividade não poderá ser enquadrada como prestação de serviços, devendo ser ajustada por meio de acordo de parceria, que deverá prever a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria (art. 9º, §2º, da Lei nº 10.973/04 com redação dada pela Lei nº 13.243/16).

§ 1º Caso a propriedade intelectual prevista no caput seja identificada durante a execução do projeto de prestação de serviços, o contrato vigente será rescindido e redirecionado para a celebração de acordo de parceria.

§ 2º Cabe a Agência de Inovação - Agir se pronunciar sobre as atividades de que trata este artigo.

Art. 70. As atividades de prestação de serviços são classificadas nas seguintes categorias:

I - serviços técnicos especializados;

II - serviços técnicos profissionais; e

III - serviços de atendimento ao público.

Seção I

Dos serviços técnicos especializados

Art. 71. Os serviços técnicos especializados, disciplinados na Política de Inovação da Universidade, referem-se à execução de atividades de natureza técnico-científica voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica nos ambientes produtivo e social (art. 8º, caput, da Lei nº 10.973, de 2004).

§ 1º As atividades de natureza técnico-científica mencionadas no caput compreendem atividades complementares ou instrumentais destinadas à adequação e à melhoria do sistema produtivo das entidades contratantes, sem a geração de propriedade intelectual.

§ 2º Considera-se sistema produtivo o conjunto de pessoas, departamentos, instalações, máquinas, equipamentos e processos necessários à produção de tecnologias, produtos e serviços inovadores.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, entende-se por ambiente produtivo e social as organizações com ou sem fins lucrativos capazes de gerar ganhos econômicos ou sociais a partir de atividades de inovação e de pesquisa científica e tecnológica.

Art. 72. Os serviços técnicos especializados são classificados nas seguintes modalidades:

I - serviços de assistência científica: referem-se às atividades de assessoria e consultoria para elaboração e execução de estudos e projetos de pesquisa aplicada das entidades contratantes, visando a solução de problemas específicos no ambiente produtivo, cujos resultados sejam de uso exclusivo dessas entidades;

II - serviços laboratoriais: referem-se à assistência técnica para a realização de testes, análises e ensaios de produtos, materiais e substâncias de interesse exclusivo das entidades contratantes; e

III - serviços técnico-operacionais: referem-se à assistência técnica às entidades contratantes por meio da avaliação de conformidade às normas, às boas práticas de produção, aos regulamentos e às especificações, envolvendo as seguintes categorias de serviços:

a) logística de produção e beneficiamento de produtos;

b) manutenção preventiva de máquinas e equipamentos;

c) medições, certificações e ensaios;

d) reparo, conserto, ajuste, revisão, reforma e recuperação de máquinas e equipamentos;

e) montagem, supervisão de montagem, desmontagem, instalação e início de operação prestados em equipamentos e/ou máquinas;

f) calibração envolvendo análises de dimensão, pressão, temperatura, umidade, eletricidade, dentre outros;

g) suporte, manutenção, instalação, implementação, integração, implantação, customização, adaptação, certificação, migração, configuração, parametrização, tradução ou localização de programas de computador (software);

h) controle tecnológico e fiscalização de obras; e

i) transporte de sedimentos e assessoramento de reservatórios.

Art. 73. Equiparam-se a serviços de assistência científica as atividades de projetos de pesquisa sob encomenda, definidos no parágrafo único, do art. 109, contratados por entidades públicas e privadas, mediante contraprestação financeira à Universidade, cujos resultados alcançados sejam de uso exclusivo dos contratantes e não gerem propriedade industrial ou programas de computador (art. 8º, §2º, da Lei nº 10.973, de 2004).

Seção II

Dos serviços técnicos profissionais

Art. 74. Os serviços técnicos profissionais referem-se ao desenvolvimento de atividades fundamentadas em técnicas e conhecimentos teóricos nas diversas áreas de conhecimento da Universidade, classificadas nos seguintes tipos:

I - consultorias, assessorias, auditorias, vistorias, relatórios e orientações técnicas e outros serviços similares;

II - exames, perícias e laudos técnicos em áreas específicas do conhecimento, tais como, análise de solos, exames agropecuários e botânicos, análise farmacêutica, qualidade de produtos, laudos médicos, psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, perícia contábil, dentre outros;

III - atendimento jurídico e judicial: consultoria e orientação judicial à população de baixa renda e organizações não governamentais, bem como ações judiciais em convênio com o poder público;

IV - realização de concursos: logística de preparação e realização de concurso para seleção de pessoal em entidades públicas e privadas, envolvendo atividades de elaboração, aplicação, fiscalização, correção e revisão de provas, bem como supervisão e avaliação de resultados;

V - assistência à saúde humana, inclusive a assistência oferecida pelas clínicas escola da UFRN: atendimento psicológico, odontológico e análises clínicas laboratoriais;

VI - exames de proficiência: aferição de conhecimentos e habilidades na língua portuguesa e em línguas estrangeiras;

VII - traduções técnicas e científicas: tradução de textos acadêmicos, livros e documentos técnico-científicos;

VIII - serviços de tradução e interpretação de língua brasileira de sinais/língua portuguesa; e

IX - outras atividades classificadas como serviços técnicos profissionais pela Pró-reitoria de Extensão.

Seção III

Dos serviços de atendimento ao público

Art. 75. Os serviços de atendimento ao público referem-se a oferta de serviços ao público externo em galerias, museus, laboratórios, bibliotecas, estação climatológica, áreas de experimentos agronômicos e aquícolas, dentre outros.

Seção IV

Da classificação dos projetos de prestação de serviços quanto à demanda

Art. 76. Os projetos de prestação de serviços quanto à demanda pelas atividades são classificados nos seguintes tipos:

I - projetos com demanda determinada: quando envolver a contratação de serviços para execução imediata com identificação do tomador do serviço, do prazo de execução, da equipe executora, da carga horária semanal dos participantes e, quando couber, a respectiva retribuição pecuniária; e

II - projetos com demanda indeterminada: quando envolver a celebração de instrumento jurídico para execução futura de demandas de prestação de serviços, não definidas quando da elaboração do projeto, dirigidas a uma área específica de conhecimento da Universidade ou a diversas áreas.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso II, a cada demanda solicitada, o coordenador responsável pela atividade deverá cadastrar plano de trabalho no sistema SIGProjetos e submeter à homologação do coordenador do projeto, bem como obter aprovação do(s) Chefe(s) do Departamento(s) ou do(s) Diretor(es) da(s) Unidade(s) Acadêmica(s) Especializada(s) de lotação dos servidores envolvidos.

§ 2º O plano de trabalho de que trata o § 1º deverá conter a descrição das atividades a serem realizadas, o prazo de execução dos serviços, os recursos financeiros e materiais envolvidos, a identificação do tomador do serviço e relação da equipe executora com a respectiva carga horária semanal e, quando couber, a retribuição pecuniária.

Seção V

Da participação de estudantes em projetos de prestação de serviços

Art. 77. Os estudantes de graduação e do ensino técnico poderão participar de projetos de prestação de serviços com a percepção de bolsa de estágio mediante a celebração de termo de compromisso, conforme estabelecido na Lei nº 11.788, de 2008, c/c art. 8º do Decreto nº 7.416, de 2010, incluindo plano de trabalho devidamente validado pelo coordenador do projeto e contratação de seguro contra acidentes pessoais, bem como observar às normas de segurança estabelecidas em Resolução específica.

Parágrafo único. A participação orientada de estudantes na prestação de serviços deverá atender ao disposto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, como atividade complementar de formação e aperfeiçoamento.

Art. 78. Os estudantes de Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu poderão colaborar em projetos de prestação de serviços com remuneração efetuada por meio de pró-labore com a incidência de tributos e contribuições aplicáveis à espécie.

TÍTULO IV

DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Art. 79. Os projetos de desenvolvimento institucional compreendem os programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições da Universidade, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional, vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de projetos específicos (art. 1º, §1º, da Lei nº 8.958, de 1994).

§ 1º A atuação da Fundação de Apoio em projetos de desenvolvimento institucional para melhoria de infraestrutura limitar-se-á às obras laboratoriais e à aquisição de materiais, equipamentos e outros insumos diretamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica (art. 1º, §2º, da Lei nº 8.958, de 1994).

§ 2º É vedado o enquadramento no conceito de desenvolvimento institucional, quando financiadas com recursos repassados pela Universidade à Fundação de Apoio de (art. 1º, §3º, da Lei nº 8.958, de 1994):

I - atividades como manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância, reparos, copeiragem, recepção, secretariado, serviços administrativos na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia e demais atividades administrativas de rotina, bem como as respectivas expansões vegetativas, inclusive por meio do aumento no número total de pessoal; e

II - outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiada.

Art. 80. Os projetos de desenvolvimento institucional são propostos por unidades da instituição cujas ações estão previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Universidade, mediante cadastro no sistema SIG-Projetos, e, em seguida, encaminhados à Pró-reitoria de Planejamento para que seja dado prosseguimento ao feito e confirmada à adequação das atividades ao PDI, nos termos do art. 1º, §1º, da Lei nº 8.958, de 1994.

Art. 81. Os projetos de desenvolvimento institucional serão apreciados pelo CONSAD (art. 6º, §2º, Decreto nº 7.423, de 2010).

TÍTULO V

DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Art. 82. Os projetos de desenvolvimento científico e tecnológico são propostos por unidades da instituição com o objetivo de fomentar e/ou promover estudos e atividades científicas e/ou tecnológicas em áreas de interesse institucional.

§ 1º Os projetos de desenvolvimento científico e tecnológico podem ser submetidos na forma de programas de pesquisa, devendo prever em suas metas projetos específicos de pesquisa visando garantir o alcance dos objetivos propostos.

§ 2º A execução das ações previstas nos projetos de desenvolvimento científico e tecnológico pode abranger risco tecnológico, no todo ou em parte, observando-se as disposições dos §§ 2º e 3º, do art. 37.

Art. 83. Quando os projetos de desenvolvimento científico e tecnológico realizarem atividades de inovação tecnológica, a Agência de Inovação - AGIR deverá pronunciar-se sobre a titularidade da propriedade intelectual (propriedade industrial ou programa de computador) e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes.

Art. 84. Os projetos de desenvolvimento científico e tecnológico serão apreciados pelo colegiado competente da unidade proponente ou pela Câmara de Pesquisa do CONSEPE para unidades que não dispõem de colegiado (art. 6º, §2º, Decreto nº 7.423, de 2010).

Art. 85. A formação da equipe técnica dos projetos de desenvolvimento científico e tecnológico observará os mesmos critérios definidos para a formação da equipe técnica dos projetos de pesquisa definidos no capítulo VII, do Título II, art. 43 a 53, desta Resolução.

Art. 86. Caberá a cada Departamento ou Unidade Acadêmica Especializada a avaliação dos resultados acadêmicos alcançados no âmbito dos projetos de desenvolvimento científico e tecnológico aprovados por estas unidades.

Parágrafo único. No caso de projetos executados ou conduzidos por Pró-reitorias, Superintendências, Secretarias e Unidades Suplementares a avaliação dos resultados acadêmicos alcançados será realizada pela Câmara de Pesquisa do CONSEPE.

TÍTULO VI

DOS PROJETOS DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Art. 87. Os projetos de estímulo à inovação, de interesse institucional, são desenvolvidos com o objetivo de fomentar atividades de inovação tecnológica no ambiente produtivo e social.

Art. 88. Os projetos de estímulo à inovação são propostos por unidades da instituição que tenham dentre seus objetivos fomentar ou desenvolver atividades de inovação tecnológica e/ou extensão tecnológica.

Art. 89. Os projetos de estímulo à inovação serão apreciados pelo colegiado competente da unidade proponente ou pela Câmara de Pesquisa do CONSEPE para unidades que não dispõem de colegiado (art. 6º, §2º, Decreto nº 7.423, de 2010).

TÍTULO VII

DOS PROJETOS INTEGRADOS

Art. 90. Os projetos acadêmicos integrados articulam atividades indissociáveis de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação tecnológica visando à produção e a disseminação de conhecimento científico e tecnológico por servidores e estudantes da Universidade.

Art. 91. São consideradas atividades realizadas em projetos acadêmicos integrados:

I - extensão tecnológica: integra as dimensões acadêmicas de extensão e inovação tecnológica;

II - formação e capacitação científica e tecnológica: integra as dimensões acadêmicas de ensino e inovação tecnológica;

III - estudos técnico-científicos: integram as dimensões acadêmicas de pesquisa e extensão; e

IV - outras ações integradas que contemplem pelo menos duas das dimensões de ensino, pesquisa e/ou extensão.

CAPÍTULO I

DA EXTENSÃO TECNOLÓGICA

Art. 92. A extensão tecnológica é a atividade acadêmica integrada de extensão e inovação tecnológica que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado (art. 2º, inciso XII da Lei nº 10.973, de 2004).

Art. 93. São objetivos da extensão tecnológica:

I - estabelecer conexão entre as ações empreendedoras da Universidade com empresas, entidades públicas e organizações da sociedade civil, criando um ambiente de estímulo para auxiliar no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos, serviços e processos inovadores;

II - auxiliar na geração de novos conhecimentos tecnológicos e sua disseminação;

III - promover o desenvolvimento de soluções tecnológicas, bem como proporcionar sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

IV - promover o desenvolvimento de tecnologias sociais, bem como proporcionar sua disponibilização à sociedade;

V - auxiliar na transformação de conhecimento acadêmico em produtos, processos e serviços inovadores;

V - auxiliar no processo de transferência de tecnologia ou de licenciamento, envolvendo a aquisição, a compreensão, a absorção e a aplicação de determinada tecnologia ou processo inovador;

VI - integrar os laboratórios da Universidade com as atividades produtivas da região para resultar na criação de produtos, serviços e empreendimentos sustentáveis; e

V - apoiar os inventores independentes na proteção da propriedade intelectual envolvendo direitos autorais, marcas e patentes por meio das seguintes ações (art. 22-A, da Lei nº 10.973, de 2004):

a) análise de viabilidade técnica e econômica do objeto de invenções;

b) assistência para transformação de invenções em produto ou processo com os mecanismos financeiros e creditícios dispostos na legislação;

c) assistência para constituição de empresa que produza o bem objeto de invenções; e

d) orientação para transferência de tecnologia para empresas já constituídas.

CAPÍTULO II

DA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Art. 94. As atividades de formação e capacitação científica e tecnológica são ações integradas de ensino com inovação tecnológica visando formar e capacitar recursos humanos e agregar especialistas em ICTs, empresas, entidades públicas e organizações da sociedade civil que contribuam para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e para as atividades de extensão tecnológica, de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia (art. 21-A, da Lei nº 10.973, de 2004).

Art. 95. São objetivos das ações integradas de formação e capacitação científica e tecnológica:

I - agregar especialistas em ciência, tecnologia e inovação nas ICTs, empresas, entidades públicas e organizações da sociedade civil com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do país;

II - contribuir para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;

III - contribuir para as atividades de extensão tecnológica, de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia;

IV - dotar a pesquisa e o sistema produtivo de recursos humanos qualificados visando aumentar o potencial interno de geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos no processo produtivo e social de bens e serviços; e

V - formar especialistas na proteção da propriedade intelectual e na transferência de tecnologia.

Parágrafo único. As atividades de formação e capacitação científica e tecnológica serão executadas para atendimento a acordos de parcerias e cooperações técnicas firmados com ICTs, empresas, entidades públicas e organizações da sociedade civil para a realização de cursos de mestrado e doutorado profissionais, cursos de aperfeiçoamento, cursos de especialização, cursos de residências e cursos de extensão nas modalidades de iniciação ou divulgação, atualização e capacitação.

CAPÍTULO III

DOS ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

Art. 96. Os estudos técnico-científicos são atividades integradas de pesquisa e extensão destinados à promoção do desenvolvimento institucional de organizações parceiras bem como ao desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas, tecnológicas e de pesquisa.

Art. 97. Constituem atividades integradas de estudos técnico-científicos:

I - fortalecimento dos arranjos produtivos locais e o aumento da competitividade das empresas;

II - desenvolvimento e inclusão social, por meio de ações de diagnóstico, implementação, absorção, aplicação e difusão de tecnologias desenvolvidas;

III - desenvolvimento de estudos de viabilidade econômico-financeira;

IV - elaboração de diagnósticos e avaliações sobre processos organizacionais;

V - realização de estudos sobre tecnologia da informação e comunicação;

VI - elaboração de diagnósticos e avaliações sobre a realidade social, cultural e ambiental;

VII - análise e avaliação de políticas públicas e programas governamentais;

VIII - modernização da gestão pública;

IX - estudos ambientais envolvendo o manejo e conservação da fauna e flora, gerenciamento e monitoramento de resíduos e efluentes, monitoramento de qualidade da água e de sedimentos, monitoramento da qualidade do ar e emissões atmosféricas, estudos de mudanças climáticas, dentre outros;

X - elaboração de diagnósticos e avaliações sobre a realidade da educação básica, técnica, tecnológica e superior;

XI - desenvolvimento de ações educativas, sociais, artísticas, comunicação, direitos humanos, meio-ambiente, saúde, trabalho, culturais e científicas ou tecnológicas, articuladas com o ensino, a pesquisa e a extensão;

XII - desenvolvimento de novas práticas e metodologias de ensino;

XIII - desenvolvimento e avaliação de materiais didáticos; e

XIV - outros estudos técnico-científicos nas diversas áreas do conhecimento.

Parágrafo único. A execução dos estudos a que se refere o caput deve proporcionar retorno à Universidade por meio de intercâmbios culturais, técnicos e científicos ou de propagação do nome e da competência da UFRN.

CAPÍTULO IV

DA FORMALIZAÇÃO, TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO

Art. 98. Os projetos integrados serão cadastrados na Pró-reitoria de Extensão mediante registro no sistema SIG-Projetos, encaminhados para aprovação institucional no âmbito departamental ou das Unidades Acadêmicas Especializadas e, em seguida, homologados pelo conselho de Centro ou pelo conselho da Unidade Acadêmica Especializada.

§ 1º No âmbito departamental ou da Unidade Acadêmica Especializada os projetos integrados deverão ser aprovados, respectivamente, pelo plenário do Departamento ou pelo conselho da Unidade Acadêmica Especializada de lotação do coordenador.

§2º No caso de projetos que envolvam várias unidades, a aprovação será realizada pelo conselho da Unidade executora.

§ 3º A homologação dos projetos integrados no âmbito de cada Centro ou Unidade Acadêmica Especializada poderá ser realizada com o auxílio de comissão de pesquisa ou equivalente, mediante delegação de competência.

§ 4º Os projetos integrados executados ou conduzidos por Pró-reitorias, Superintendências, Secretarias e Unidades Suplementares serão submetidos à aprovação das respectivas Câmaras de Ensino, Pesquisa e/ou Extensão que assessoram CONSEPE.

§ 5º Caberá a Pró-reitoria de Extensão, conjuntamente com a(s) Pró-reitoria(s) relacionada(s) às atividades preponderantes dos projetos integrados, emitir parecer de revisão.

§ 6º Caberá à Pró-reitoria de Extensão a responsabilidade pela gestão das informações dos projetos acadêmicos integrados cadastrados nos sistemas SIG-Projetos.

Art. 99. A coordenação dos projetos integrados será exercida por docente efetivo na UFRN, docentes vinculados ao Programa de Professor Colaborador Voluntário - PPCV, Professores Visitantes contratados de acordo com legislação específica ou servidores técnico-administrativos em educação detentores de cargos que tenham como atribuições funcionais a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, consoante art. 2º, VIII, da Lei nº 10.973, de 2004.

Art. 100. Nos casos de projetos que demandem atenção especial em relação ao sigilo, conforme previsto no artigo 7º, §1º c/c com o artigo 23, inciso VI da Lei nº 12.527, de 2011, poderá ser submetido o seu resumo para aprovação pelo chefe do Departamento ou Diretor da Unidade Acadêmica Especializada ou, no caso de projetos que envolvam várias unidades, pelo chefe ou dirigente da unidade executora; e para homologação no âmbito de cada Centro ou Unidade Acadêmica Especializada.

Parágrafo único. Do resumo a que se refere o caput deverão constar os dados básicos para conhecimento, tais como: órgão financiador, servidores participantes, carga horária de cada participante, orçamento financeiro, objetivos e atividades que justifiquem a classificação do projeto quanto à natureza acadêmica.

Art. 101. Os projetos integrados que contenham a dimensão inovação tecnológica deverão ser apreciados pela Agência de Inovação - AGIR quanto a propriedade intelectual e participação nos ganhos econômicos.

Art. 102. As prorrogações dos projetos integrados deverão ser formalizadas pelo coordenador e homologadas pelo chefe do Departamento ou diretor da Unidade Acadêmica Especializada de lotação do coordenador ou, no caso de projetos que envolvam várias unidades, homologadas pelo chefe ou diretor da Unidade Executora.

Art. 103. Caberá a cada Departamento ou Unidade Acadêmica Especializada a avaliação dos resultados acadêmicos alcançados no âmbito dos projetos integrados aprovados por estas unidades.

§ 1º No caso de projetos integrados executados ou conduzidos por Pró-reitorias, Superintendências, Secretarias e Unidades Suplementares a avaliação dos resultados acadêmicos alcançados será realizada pelas respectivas Câmaras de Ensino, Pesquisa e/ou Extensão que assessoram o CONSEPE.

§ 2º Os resultados acadêmicos alcançados no âmbito dos projetos integrados serão informados pelo coordenador no sistema SIG-Projetos, conforme modelo disponibilizado pela Pró-reitoria de Extensão.

Art. 104. A formação da equipe técnica dos projetos integrados observará os mesmos critérios definidos para a formação da equipe técnica dos projetos de pesquisa definidos no capítulo VII, do Título II, art. 41 a 51, desta Resolução.

TÍTULO VIII

DA RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA

Art. 105. A retribuição pecuniária constitui-se em ganho eventual pago na forma de adicional variável a servidores efetivos, docentes e técnico-administrativos, por trabalho prestado para a realização de atividades eventuais de natureza acadêmica previstas em projetos acadêmicos ou planos de trabalho de prestação de serviços devidamente aprovados pelas instâncias competentes da Universidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, a retribuição pecuniária somente será caracterizada como ganho eventual quando concedida a servidores efetivos para desenvolvimento de atividades que não comprometam suas atribuições funcionais, observando-se os limites de carga horária semanal e anual definidas nos incisos IV e V, do parágrafo único, do art. 116.

Art. 106. A retribuição pecuniária será paga com a incidência dos tributos aplicáveis à espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como vedada a referência como base de cálculo para qualquer benefício adicional ou vantagem coletiva ou pessoal, consoante artigo 8º, § 3º, da Lei nº 10.973, de 2004.

Art. 107. Não integram o salário de contribuição os pagamentos feitos a servidores efetivos, docentes e técnico-administrativos, a título de retribuição pecuniária, pelas seguintes razões:

I - a retribuição pecuniária trata-se de um ganho eventual (art. 28, § 9º, alínea "e", item 7, da Lei nº 8.212, de 1991), consoante previsão contida no artigo 8º, § 4º, da Lei nº 10.973, de 2004;

II - a retribuição pecuniária não incorpora-se aos vencimentos, à remuneração e aos proventos de aposentadoria (art. 8º, § 3º, da Lei nº 10.973, de 2004); e

III - a participação de servidores da Universidade em projetos acadêmicos referidos no art. 1º, da Lei 8.958, de 1994, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza (art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.958, de 1994).

Parágrafo único. Por efeito das disposições dos incisos I a II, não incide contribuição previdenciária sobre os pagamentos realizados pela Fundação de Apoio a título de retribuição pecuniária a servidores efetivos (Recurso Especial STJ nº 852.133-DF 2006/0127497-7).

CAPÍTULO I

DA RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA PAGA PELA UNIVERSIDADE

Art. 108. A Universidade poderá pagar diretamente retribuição pecuniária aos servidores efetivos pela execução das seguintes atividades:

I - participação em turmas temporárias de mestrados e doutorados profissionais para cumprimento de demandas de empresas privadas, instituições sem fins lucrativos e entidades governamentais;

II - participação em turmas temporárias de mestrados e doutorados interinstitucionais para cumprimento de plano de trabalho celebrado com instituições parceiras;

III - participação de docentes em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas ao ensino, pesquisa ou extensão (art. 21, inciso II, da Lei nº 12.772, de 2012);

IV - serviços técnico especializados nas condições estabelecidas nos art. 71, 72 e 73;

V - participação de docentes em bancas verificadoras para revalidação e reconhecimento de diploma de curso realizados no exterior nos níveis de Graduação, de Mestrado e de Doutorado, nos termos de Resolução específica (art. 21, inciso II, da Lei nº 12.772, de 2012); e

VI - atividades administrativas e de apoio às atividades de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. As atividades enquadradas no inciso IV dependerão de aprovação de projeto acadêmico pelas instâncias competentes ou, no caso de urgência na realização da atividade, autorizada pelo Reitor condicionada à aprovação do projeto pelas instâncias competentes no prazo máximo de 30 dias.

CAPÍTULO II

DA RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA PAGA PELA FUNDAÇÃO DE APOIO

Art. 109. A Fundação de Apoio poderá ser autorizada pela Universidade a pagar retribuição pecuniária a título de ganho eventual aos servidores efetivos por trabalho prestado em projetos de ensino, pesquisa e extensão (art. 21, inciso XI, da Lei nº 12.772, de 2012), projetos de desenvolvimento institucional e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico (art. 21, inciso XII, da Lei nº 12.772, de 2012) para realizar as seguintes atividades:

I - projetos de ensino:

a) participação em turmas temporárias de mestrados e doutorados profissionais pelo desempenho de atividades de regência de aulas, coordenação, orientação, tutoria, preceptoria e apoio acadêmico em cumprimento a demandas de empresas privadas, instituições sem fins lucrativos e entidades governamentais;

b) participação em turmas temporárias de mestrados e doutorados interinstitucionais pelo desempenho de atividades de regência de aulas, coordenação, orientação, tutoria, preceptoria e apoio acadêmico em cumprimento a planos de trabalho celebrados com instituições parceiras;

c) cursos de pós-graduação lato sensu nas modalidades de aperfeiçoamento, especialização e residência realizando atividades de coordenação, docência, apoio acadêmico, orientação, preceptoria e tutoria com recursos captados por meio de cobranças individuais ou por meio de contratos de prestação de serviços celebrados com entidades públicas e privadas; e

d) atividades administrativas e de apoio às atividades de projetos de ensino.

II - projetos de pesquisa:

a) projetos de pesquisa sob encomenda com atividades equiparadas a serviços de assistência científica nos termos do art. 71, cujos resultados alcançados são de uso exclusivo dos contratantes sem geração de propriedade intelectual (art. 8º, § 2º, da Lei nº 10.973, de 2004); e

b) atividades administrativas e de apoio às atividades de projetos de pesquisa.

III - projetos de extensão:

a) cursos de extensão nas modalidades de iniciação ou divulgação, atualização e capacitação com recursos captados por meio de cobranças individuais ou por meio de contratos de prestação de serviços celebrados com entidades públicas e privadas no âmbito da atividade contratada;

b) serviços técnicos especializados de assistência científica, laboratoriais e de assistência técnica voltados às atividades de inovação e à pesquisa científica e tecnológica nos ambientes produtivo e social contratados por entidades públicas e privadas, mediante contraprestação financeira, no âmbito da atividade contratada (art. 8º, §2º, da Lei nº 10.973, de 2004);

c) estudos técnico-científicos para atendimento a contraprestação de serviços celebrados com entidades públicas e privadas no âmbito da atividade contratada;

d) eventos e atividades de extensão universitária que visem promover, mostrar e divulgar ações de interesse técnico, social, científico, tecnológico, artístico e esportivo;

e) serviços técnicos profissionais para o desenvolvimento de consultorias, assessorias, auditorias, vistorias, relatórios e orientações técnicas; exames, perícias e laudos técnicos em áreas específicas do conhecimento; atendimento jurídico e judicial; realização de concursos; assistência à saúde humana; exames de proficiência; traduções técnicas e científicas com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada; e

f) atividades administrativas e de apoio às atividades de projetos de extensão.

IV - projetos de desenvolvimento institucional e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico:

a) atividades de natureza científica e tecnológica em assuntos de especialidade do docente (art. 21, inciso XII, da Lei nº 12.772, de 2012); e

b) atividades administrativas e de apoio às atividades de projetos de desenvolvimento.

V - projetos integrados.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II, alínea a, entende-se por projeto de pesquisa sob encomenda aqueles celebrados por força de editais de licitação, cartas convites, termos de referências e instrumento similares; aqueles cujos repasses financeiros sejam condicionados a entregas de resultados da pesquisa; aqueles cujos resultados previstos no plano de trabalho do instrumento jurídico estejam protegidos por cláusula de sigilo; aqueles cuja propriedade intelectual seja exclusiva dos contratantes; e aqueles cujo aproveitamento econômico das criações resultantes seja exclusivo dos contratantes.

Art. 110. É vedado o pagamento de retribuição pecuniária a servidores efetivos sem a devida autorização do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão em projetos acadêmicos ou planos de trabalho de prestação de serviços (art. 19, §1º, inciso VI, alínea b, item 2, da Lei nº 14.116, de 2020).

Art. 111. Fica vedada à Fundação de Apoio efetuar pagamento, a qualquer título, a servidores efetivos por serviços prestados de forma autônoma, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos, exceto nos casos previstos nesta Resolução (art. 19, VII, da Lei nº 14.116, de 2020).

CAPÍTULO III

DA RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA PAGA POR OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 112. O docente com dedicação exclusiva poderá oferecer a outras instituições colaboração esporádica de natureza científica e tecnológica em assuntos de sua especialidade, inclusive em polos de inovação tecnológica, com a recebimento de retribuição pecuniária paga diretamente pela instituição contratante, nos termos do art. 21, inciso XII, da Lei nº 12.772, de 2012.

§ 1º A colaboração esporádica prevista no caput dependerá de aprovação de projeto acadêmico ou plano de trabalho pelo chefe imediato do docente e pelo plenário do departamento ou unidade acadêmica especializada.

§ 2º As atividades previstas no caput deste artigo não poderão exceder isoladamente ou em conjunto, a 8 (oito) horas semanais ou 416 (quatrocentas e dezesseis) horas anuais, computando-se, também, as atividades previstas no art. 109 (art. 21, § 4º, da Lei nº 12.772, de 2012).

§ 3º Os docentes que forem convocados para prestar colaboração esporádica a outras instituições em cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão para ministrar disciplinas em módulos, excepcionalmente, poderão cumprir até o limite de 32 horas por módulo, comprometendo a carga horária equivalente a 4 semanas, segundo considerações contidas no art. 117.

Art. 113. Fica autorizada a participação esporádica de docente em regime de dedicação exclusiva em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à sua área de atuação com percepção de retribuição pecuniária paga por ente distinto da Universidade, nos termos do art. 21, inciso VIII, da Lei nº 12.772, de 2012.

Parágrafo único. A colaboração esporádica prevista no caput dependerá de aprovação de plano de trabalho pelo chefe imediato do docente, limitada a 30 (trinta) horas anuais (art. 21, §1º, da Lei nº 12.772, de 2012).

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DE RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA

Art. 114. Os valores referenciais das retribuições pecuniárias por serviços prestados pagos pela Universidade ou pela Fundação de Apoio serão determinados em cada projeto de pesquisa e extensão em conformidade com a proposta de prestação de serviços aprovada pela instituição financiadora.

Art. 115. Os projetos de desenvolvimento institucional, os projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, os projetos de ensino, compreendendo os cursos de aperfeiçoamento e especialização, e os projetos de extensão para desenvolvimento de cursos de atualização, capacitação e iniciação ou divulgação terão os valores referenciais da retribuição pecuniária definidos em resolução do CONSAD.

Art. 116. A participação de servidores efetivos em projetos acadêmicos com a percepção de retribuição pecuniária não integra a sua jornada de trabalho, exceto nas atividades de prestação de serviços técnicos especializados voltadas à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo previstas nos artigos 8º, da Lei nº 10.973, de 2004 (Parecer nº 2/2016/DEPCONSU/PGF/AGU).

Parágrafo único. Para efeito do caput, a participação esporádica dos servidores docentes e técnicos administrativos nos projetos acadêmicos com a percepção de retribuição pecuniária deverá atender aos seguintes requisitos:

I - a participação dos membros da equipe do projeto acadêmico deverá ser autorizada pelo respectivo Chefe do Departamento, Diretor da Unidade Acadêmica Especializada ou dirigente de órgão administrativo, obedecendo-se o cumprimento de suas atribuições funcionais;

II - confirmação da autorização pelo Reitor mediante a celebração de instrumento jurídico do projeto;

III - no caso do servidor docente, a participação fica restrita ao cumprimento da carga horária mínima de ensino, que deverá ser atestada no Plano Individual de Trabalho Docente - PID ou mediante declaração do chefe da unidade de lotação do docente demonstrando que sua participação no projeto acadêmico não prejudicará suas atribuições regulares de ensino;

IV - no caso de servidor docente em qualquer regime de trabalho, com ou sem dedicação exclusiva, desenvolvendo atividades de prestação de serviços em projetos acadêmicos, a carga horária dedicada a essas atividades fica limitada a 8 (oito) horas semanais ou 416 (quatrocentas e dezesseis) horas anuais, nos termos dos incisos XI e XII, e § 4º, do art. 21, da Lei nº 12.772, de 2012; ou

V - no caso de servidores técnico-administrativos desenvolvendo atividades de prestação de serviços em projetos acadêmicos, a carga horária dedicada a esses projetos não deverá exceder a 8 (oito) horas semanais ou 416 (quatrocentas e dezesseis) horas anuais.

Art. 117. Considerando a autonomia universitária para a Universidade fixar o currículo dos seus cursos e programas (art. 53, II, da Lei nº 9.394, de 1996), os docentes que participarem de cursos de pós-graduação lato sensu e cursos de extensão organizados em módulos poderão, excepcionalmente, cumprir carga horária semanal de até 32 horas nas atividades de ensino.

TÍTULO IX

DAS BOLSAS ACADÊMICAS

Art. 118. As bolsas constituem-se em doação de recursos financeiros a pesquisadores, servidores e estudantes para a realização de atividades acadêmicas de interesse público, desde que observadas as seguintes condições:

I - têm características de temporariedade e eventualidade;

II - não configuram vínculo empregatício;

III - não importam em contraprestação de serviços; e

IV - não constituem vantagem econômica para Universidade, Fundação de Apoio ou pessoa interposta.

Art. 119. Para efeito do disposto no art. 36, inciso I, do Decreto nº 9.580, de 2018 (Regulamento do Imposto de Renda), são tributáveis as bolsas pagas pela Universidade e pela Fundação de Apoio, exceto quando atendidas as condições estabelecidas nos incisos I a IV, do art. 118 (art. 26, da Lei nº 9.250, de 1995).

Parágrafo único. As condições previstas nos incisos I a IV, do art. 115 serão declaradas, com base nas cláusulas do instrumento jurídico do projeto, pelo coordenador do projeto, com apoio de técnicos da Pró-reitoria de Planejamento, e avaliadas pela fonte pagadora em respeito ao art. 45, parágrafo único da Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional) c/c art. 775, do Decreto nº 9.580, de 2018 (Regulamento do Imposto de Renda).

Art. 120. Consideram-se atendidas as condições previstas nos invisos I a IV, do art. 118, quando a Universidade e a Fundação de Apoio celebrarem instrumentos jurídicos de financiamento de projetos em parceria em PD&I, projetos em mútua colaboração e projetos institucionais.

§ 1º Projetos em parceria em PD&I são aqueles executados em colaboração com instituições públicas e privadas, cuja propriedade industrial e a participação nos resultados econômicos decorrentes da exploração das criações resultantes da parceria sejam compartilhadas em proporção estabelecida nos acordos de parceria ou instrumentos jurídicos específicos, consoante art. 9º, caput, e § 2º, da Lei nº 10.973, de 2004; ou a propriedade intelectual resultante da produção científica (base de dados para pesquisa, avaliações e diagnósticos, modelos teóricos, sistemas estruturados, etc.) possa ser utilizada por estudantes e servidores da Universidade para a produção de artigos científicos, teses, dissertações, monografias e TCCs.

§ 2º Projetos em mútua cooperação são aqueles executados por meio de Termos de Execução Descentralizada - TEDs com órgãos e/ou entidades integrantes do orçamento da União (Decreto nº 10.426, de 2020) ou por meio de convênios ou instrumentos congêneres celebrados com órgãos estaduais e municipais, cuja propriedade industrial ou produção científica resultante seja de interesse recíproco para atendimento as necessidades de interesse público (art. 1º, § 3º, do Decreto nº 6.170, de 2007).

§ 3º Projetos institucionais são aqueles fomentados diretamente pela Universidade com recursos de seu orçamento ou arrecadados pela Fundação de Apoio para a formação e execução de projetos de pesquisa com ou sem inovação tecnológica, cuja propriedade industrial ou produção científica resultante pertença exclusivamente à Universidade, podendo ser compartilhada com os pesquisadores participantes conforme estabelecido em termos de outorga ou contrato de parceria (contrato acadêmico).

§ 4º Para efeito dos §§ 1º ao 3º deste artigo, a propriedade industrial pode ser classificada em uma das seguintes criações: invenções, modelo de utilidade; programas de computador; nova cultivar; cultivar derivada; desenho industrial; topografia de circuito integrado; serviço inovador; desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologia, produto e processo ou qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental.

Art. 121. As bolsas pagas pela Universidade e pela Fundação de Apoio são classificadas nas seguintes modalidades:

I - bolsas de estudo;

II - bolsas de ensino;

III - bolsas de extensão;

IV - bolsas de pesquisa; e

V - bolsas de estímulo à inovação.

CAPÍTULO I

DAS BOLSAS DE ESTUDO

Art. 122. As bolsas de estudo têm por objetivo contribuir para a formação e capacitação de estudantes com participação nas seguintes atividades de natureza acadêmica, técnica e profissional:

I - cursos de pós-graduação stricto sensu;

II - cursos de residência; e

III - cursos de extensão nas modalidades de atualização e capacitação.

§ 1º As bolsas de estudo concedidas no âmbito dos cursos de pós-graduação stricto sensu têm por finalidade criar condições de permanência de estudantes regulares em cursos de mestrado e doutorado, especialmente os instalados nos campi do interior do estado, bem como ampliar a qualidade acadêmica por meio do fomento à pesquisa nos programas de pós-graduação da Universidade.

§ 2º As bolsas de estudo concedidas no âmbito de cursos de residência têm por finalidade favorecer a inserção qualificada de estudantes regulares no mercado de trabalho em áreas estratégicas de interesse institucional.

§ 3º As bolsas de estudo concedidas no âmbito de cursos de extensão têm por finalidade promover a atualização e capacitação técnica e profissional, de interesse social, de estudantes especiais definidos nos termos do artigo 59, §2º do Estatuto da UFRN.

Art. 123. Os critérios de oferta das bolsas de estudo para seleção dos estudantes, fontes de financiamento, valores e demais condições serão definidos em editais específicos ou em projetos acadêmicos de ensino, extensão ou integrados aprovados pelas instâncias competentes da Universidade.

Seção I

Das bolsas de estudo pagas pela Universidade

Art. 124. A Universidade poderá pagar bolsas de estudo a estudantes pela participação nas seguintes atividades:

I - cursos de pós-graduação stricto sensu;

II - cursos de residência; e

III - cursos de extensão nas modalidades de atualização e capacitação.

§ 1º A concessão de bolsas de estudo a estudantes regulares matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu, devem seguir as seguintes diretrizes:

I - indicar a fonte de recursos;

II - adotar como referência os valores máximos definidos pela CAPES;

III - observar o período máximo de 12 meses, podendo ser renovada mediante avaliação de desempenho até o 24º mês para os cursos de mestrado e até 48º mês para os cursos de doutorado;

IV - exigir dedicação exclusiva do estudante ao curso; e

V - impedir a acumulação da bolsa de estudo com outro tipo de rendimento ou outro tipo de bolsa acadêmica.

§ 2º A concessão de bolsas de estudo a estudantes regulares matriculados em cursos de residência devem seguir as seguintes diretrizes:

I - estar vinculada a projeto acadêmico;

II - observar valores definidos em normas ou pelo órgão financiador; e

III - observar o período de até 18 meses, podendo ser renovada mediante avaliação de desempenho até o 24º mês.

§ 3º A concessão de bolsas de estudo a estudantes especiais para participar de cursos de extensão nas modalidades de atualização e capacitação devem seguir as seguintes diretrizes:

I - estar vinculada a projeto acadêmico;

II - observar valores definidos em normas ou pelo órgão financiador; e

III - observar o período máximo de vigência do projeto acadêmico podendo ser renovada mediante renovação do respectivo projeto.

Seção II

Das bolsas de estudo pagas pela Fundação de Apoio

Art. 125. A Fundação de Apoio poderá pagar bolsas de estudos a estudantes da Universidade pela participação nas seguintes atividades devidamente aprovadas em projeto acadêmico:

I - cursos de residência, observando-se as regras instituídas nos incisos I a III, § 2º, do artigo 124; e

II - cursos de extensão nas modalidades de atualização e capacitação, observando-se as regras instituídas nos incisos I a III, § 3º, do art. 124.

CAPÍTULO II

DAS BOLSAS DE ENSINO

Art. 126. A bolsa de ensino constitui-se em instrumento de apoio e incentivo a projetos de formação e capacitação de recursos humanos.

Art. 127. As atividades de ensino com a concessão de bolsas a servidores não poderão comprometer suas atribuições funcionais, não integrando a carga horária total de trabalho (art. 4º, § 2º, da Lei nº 8.958, de 1994).

Seção I

Das bolsas de ensino pagas pela Universidade

Art. 128. A Universidade poderá pagar bolsas de ensino a servidores efetivos pelo desempenho de atividades de regência de aulas, coordenação, orientação, tutoria, preceptoria e apoio acadêmico no âmbito de projetos de ensino relacionados a:

I - programas oficiais de formação de professores (art. 21, IV, da Lei nº 12.772, de 2012); e

II - ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec (art. 9º, §1º, da Lei nº 12.513/11).

III - ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera (art. 33-A e § 1 da Lei nº 12.695, de 20/12); e

IV - outras ações de formação de recursos humanos previstos em leis específicas.

Seção II

Das bolsas de ensino pagas pela Fundação de Apoio

Art. 129. A Fundação de Apoio poderá pagar bolsa de ensino a servidores efetivos pelo desempenho de atividades de regência de aulas, coordenação, orientação, tutoria, preceptoria e apoio acadêmico quando autorizada pela Universidade em projetos de ensino relacionados a:

I - programas oficiais de formação de professores (art. 21, IV, da Lei nº 12.772, de 2012);

II - ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec (art. 9º, §1º, da Lei nº 12.513, de 2011).

III - ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera (art. 33-A, § 1º da Lei nº 12.695/12); e

IV - outras ações de formação de recursos humanos previstos em leis específicas.

Art. 130. Fica vedada a concessão de bolsas de ensino pela Fundação de Apoio para o cumprimento de atividades regulares de magistério de graduação e pós-graduação na Universidade (art. 13, III, do Decreto nº 7.423, de 2010).

Parágrafo único. A vedação prevista no caput aplica-se também a docentes do Ensino Básico Técnico e Tecnológico - EBTT.

CAPÍTULO III

DAS BOLSAS DE EXTENSÃO

Art. 131. A bolsa de extensão constitui-se em instrumento de apoio à execução de projetos desenvolvidos em interação com os diversos setores da sociedade que visem ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento.

Seção I

Das bolsas de extensão pagas pela Universidade

Art. 132. A Universidade poderá pagar bolsas de extensão a servidores efetivos e estudantes de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação em projetos de extensão relacionados a:

I - programas oficiais de formação de professores (art. 21, IV, da Lei nº 12.772, de 2012);

II - ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec (art. 9º, §1º, da Lei nº 12.513, de 2011);

III - estudos técnico-científicos para organizações governamentais e entidades sem fins lucrativos visando ao cumprimento de parcerias e cooperações técnicas (art. 26 da Lei nº 9.250, de 1995); e

IV - outras ações de extensão com financiamento externo.

Parágrafo único. Em caso de ações de extensão com financiamento interno poderá haver pagamento de bolsas, exclusivamente, a estudantes.

Seção II

Bolsas de extensão pagas pela Fundação de Apoio

Art. 133. A Fundação de Apoio poderá pagar bolsa de extensão a servidores efetivos e estudantes de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação quando autorizada pela Universidade em projetos de extensão relacionados a:

I - programas oficiais de formação de professores (art. 21, IV, da Lei nº 12.772, de 2012);

II - ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec (art. 9º, §1º, da Lei nº 12.513, de 2011);

III - estudos técnico-científicos para organizações governamentais e entidades sem fins lucrativos visando ao cumprimento de parcerias e cooperações técnicas (art. 26 da Lei nº 9.250, de 1995); e

IV - outras ações de extensão com financiamento externo.

Parágrafo único. Em caso de ações de extensão com financiamento interno poderá haver pagamento de bolsas, exclusivamente, a estudantes.

CAPÍTULO IV

DAS BOLSAS DE PESQUISA

Art. 134. As bolsas de pesquisa constituem-se em instrumento de incentivo à execução de projetos de pesquisa científica visando à produção de novos conhecimentos científicos (pesquisa básica) ou a solução de problemas práticos de natureza científica (pesquisa aplicada) nas diversas áreas do conhecimento humano.

Art. 135. As bolsas de pesquisa poderão ser concedidas pela Universidade ou pela Fundação de Apoio quando devidamente autorizadas em projetos de pesquisa a docentes, servidores técnico-administrativos, estudantes de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, pesquisadores convidados e visitantes, e especialistas convidados, observando-se os critérios de seleção definidos no art. 141 e critérios de avaliação definidos no capítulo VII, do Título II, art. 43 a 53 desta Resolução.

CAPÍTULO V

DAS BOLSAS DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Art. 136. As bolsas de estímulo à inovação constituem-se em instrumentos de incentivo às atividades de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidas nos seguintes projetos acadêmicos:

I - projetos de pesquisa com inovação tecnológica: contendo atividades de desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias, produtos, processos e serviços inovadores;

II - projetos de desenvolvimento científico e tecnológico: apenas para metas e atividades relacionadas com o desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias, produtos, processos e serviços inovadores;

III - projetos de estímulo à inovação: fomento de atividades de inovação tecnológica no ambiente produtivo e social; e

IV - projetos integrados com inovação tecnológica: desenvolvimento de atividades de extensão tecnológica nos termos dos art. 92 e 93, e formação e capacitação de recursos humanos nos termos dos art. 94 e 95.

Art. 137. As bolsas de estímulo à inovação poderão ser concedidas pela Universidade ou pela Fundação de Apoio, conforme previsão contida no art. 9º, § 1º, da Lei nº 10.973, de 2004, quando devidamente autorizadas nos projetos relacionados nos incisos I ao IV do art. 136, a docentes, servidores técnico-administrativos, estudantes de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, pesquisadores convidados e visitantes, e especialistas convidados, observando-se os critérios de seleção definidos no art. 141 e critérios de avaliação definidos no capítulo VII, do Título II, art. 43 a 53 desta Resolução.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS À CONCESSÃO DE BOLSAS

Seção I

Dos bolsistas

Art. 138. Os projetos acadêmicos somente deverão prever a concessão de bolsas aos seguintes colaboradores:

I - a servidores ativos ocupantes de cargo público de provimento efetivo da UFRN, nos termos do art. 4º e art. 4º-B da Lei nº 8.958, de 1994;

II - a servidores militares ou empregados públicos de outras Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) que participarem de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de fomento à inovação, desenvolvidos pela UFRN em parceria com instituições públicas e privadas ou em parceria direta com a Fundação de Apoio (§1º, art. 9º, da Lei nº 10.973, de 2004);

III - a estudantes de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, inclusive de outras instituições de ensino, nos termos do art. 4º-B, da Lei nº 8.958, de 1994, c/c §1º, art. 9º, da Lei nº 10.973, de 2004; e

IV - a pesquisadores visitantes, pesquisadores convidados ilustres, pesquisadores convidados e especialistas convidados.

Art. 139. Quando o projeto acadêmico previr a participação de pesquisadores e especialistas convidados de outras IFES, a concessão de bolsas a esses pesquisadores fica condicionada à autorização de sua participação pela respectiva instituição de origem.

Art. 140. Os professores substitutos, professores visitantes, professores colaboradores voluntários da UFRN e servidores comissionados poderão compor a equipe de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na condição de pesquisadores ou especialistas convidados.

Seção II

Da seleção dos bolsistas

Art. 141. A concessão de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e estímulo à inovação será precedida de seleção dos beneficiários (item 9.2.1.5 do Acórdão 2731/2008-TCU-Plenário), avaliando-se a qualificação técnica e científica e a qualidade acadêmica dos projetos submetidos quanto às metas e aos resultados propostos, observando-se os seguintes critérios de seleção:

I - em se tratando de projetos acadêmicos submetidos a editais públicos ou financiamento externo, inclusive por meio de descentralização orçamentária, a seleção dos bolsistas poderá ser realizada pelos órgãos financiadores por meio de edital próprio ou por meio de análise da capacidade técnica da equipe inicial de pesquisadores que compõem a equipe executora do projeto.

II - em se tratando de projetos institucionais fomentados diretamente pela Universidade com recursos próprios, a seleção dos bolsistas será precedida de edital, exceto os membros da equipe inicial responsável pela concepção do projeto.

§ 1º Durante a execução dos projetos quaisquer inclusões ou substituições de membros da equipe executora com percepção de bolsas deverão ser precedidas de processo seletivo, exceto no caso de substituição de coordenador e vice-coordenador.

§ 2º Consideram-se membros da equipe executora dos projetos, para efeito do § 1º, os servidores efetivos, docentes e técnicos administrativos, pesquisadores convidados, especialistas convidados e servidores militares ou empregados públicos de outras Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs).

§ 3º Em se tratando de pesquisadores visitantes, a seleção será realizada por meio de chamadas públicas veiculadas em instrumentos de divulgação científica de grande circulação na comunidade científica nacional e internacional com critérios mínimos definidos no art. 44.

§ 4º A seleção de pesquisadores convidados e especialistas convidados será realizada por meio de chamadas públicas publicadas no site da Universidade e demais meios de comunicação contendo critérios mínimos definidos no art. 45, § 1º e no art. 47, § 1º, respectivamente.

§ 5º Os estudantes são, obrigatoriamente, selecionados em quaisquer fases dos projetos, por meio de processo seletivo, em observância aos princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade consoante art. 4º-B c/c art. 2º, da Lei nº 8.958, de 1994.

§ 6º Ficam dispensados de seleção os pesquisadores convidados ilustres, nacionais e estrangeiros, visto que a sua participação nos projetos decorre de notório reconhecimento na comunidade científica pelos prêmios ou distinções recebidos.

Art. 142. Os projetos, planos de trabalho e seleções para concessão de bolsas, abrangendo todas as etapas, serão publicados no Boletim Interno e divulgados no site da UFRN (item 9.2.1.5 do Acórdão nº 2731/2008-TCU-Plenário).

Seção III

Dos limites e condições

Art. 143. A participação de servidores efetivos em projetos acadêmicos com a percepção de bolsas não poderá comprometer suas atribuições funcionais e não integra as suas jornadas de trabalho, exceto nas atividades voltadas à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo previstas no art. 9º da Lei nº 10.973, de 2004 (Parecer nº 2/2016/DEPCONSU/PGF/AGU).

Parágrafo único. Para efeito do caput, a participação esporádica dos servidores docentes e técnicos administrativos nos projetos acadêmicos com a percepção de bolsas deverá atender aos seguintes requisitos:

I - a participação dos membros da equipe do projeto acadêmico deverá ser autorizada pelo respectivo Chefe do Departamento, Diretor da Unidade Acadêmica Especializada ou dirigente de órgão administrativo, obedecendo-se o cumprimento de suas atribuições funcionais;

II - confirmação da autorização pelo Reitor mediante a celebração de instrumento jurídico do projeto; e

III - no caso do servidor docente, a participação fica restrita ao cumprimento da carga horária mínima de ensino, que deverá ser atestada no Plano Individual de Trabalho Docente - PID ou mediante declaração do chefe da unidade de lotação do docente demonstrando que sua participação no projeto acadêmico não prejudicará suas atribuições regulares de ensino.

Art. 144. A participação de servidores, inclusive docentes com dedicação exclusiva, em projetos acadêmicos com a percepção de bolsas, com fundamento no art. 4º c/c 4º-B da Lei 8.958, de 1994, fica limitada a 20 (vinte) horas semanais, exceto nas atividades compatíveis com art. 9º da Lei nº 10.973/04 consoante Parecer nº 24/2016/DEPCONSU/PGF/AGU.

Parágrafo único. Contabiliza-se na carga horária fixada no caput as atividades de prestação de serviços remuneradas por meio de retribuição pecuniária.

Art. 145. A participação em projetos acadêmicos de colaboradores externos com a percepção de bolsas, fica sujeita aos limites estabelecidos no art. 146 e 147, comprovados por meio de declaração emitida pelo beneficiário.

Seção III

Dos valores das bolsas

Art. 146. Os valores referenciais de bolsas concedidas em projetos acadêmicos não poderão ultrapassar os limites estabelecidos em resolução do Conselho de Administração - CONSAD, observando-se a compatibilidade com a formação do bolsista, a carga de trabalho e à natureza do projeto.

Parágrafo único. Para a fixação dos valores de bolsas, alternativamente, poderão ser utilizados os valores referenciais adotados pelos órgãos oficiais de fomento.

Art. 147. Os valores de bolsas concedidas a servidores efetivos, participantes de projetos acadêmicos, deverão observar os seguintes critérios:

I - limites máximos fixados em resolução do Conselho de Administração - CONSAD;

II - não ultrapassar a remuneração regular do servidor (art. 7º, § 2º, do Decreto nº 7.423, de 2010); e

III - limite máximo da soma da remuneração do servidor, retribuições pecuniárias e bolsas percebidas não poderá exceder, a cada competência, o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a teor do art. 37, XI, da Constituição da República (art. 7º, §4º, do Decreto nº 7.423, de 2010).

§ 1º Os valores das parcelas de bolsas somente podem ser elevados se houver, durante a execução do projeto, mudança de titulação do bolsista, aumento de carga de trabalho demonstrado em plano de trabalho individual ou revisão de valores por parte da coordenação do projeto desde que o pedido não ocorra dentro do prazo final de 1/3 (um terço) da vigência do instrumento jurídico ou do projeto acadêmico, respeitados os critérios estabelecidos no caput.

§ 2º Entende-se por remuneração regular o somatório do vencimento básico e da retribuição por titulação.

Art. 148. O valor mensal da bolsa a pagar, quando processada com abate teto em função da regra prevista no inciso III, do art. 147, poderá ser aumentado até o limite do montante previsto inicialmente no plano de aplicação dos recursos financeiros, quando houver aumento do teto constitucional.

Seção IV

Das quantidades de bolsas

Art. 149. As bolsas serão concedidas em quantidades mensais compatíveis com a duração do projeto, somente admitindo-se acréscimos de quantidade de bolsas, observando-se os critérios do art. 147, justificadamente, quando houver:

I - prorrogações do instrumento jurídico em decorrência de acréscimos de metas vinculadas ao objeto do projeto;

II - repactuações para alcançar os resultados do projeto em razão de risco tecnológico considerado na origem ou outras causas inerentes à pesquisa que inviabilizem a execução das metas e resultados do projeto; ou

III - elevação do valor da bolsa para dar continuidade às atividades do projeto durante a vigência do instrumento jurídico, desde que o pedido não ocorra dentro do prazo final de 1/3 (um terço) da vigência do instrumento jurídico do projeto acadêmico e não haja necessidade de repactuação com o financiador, respeitados os limites estabelecidos no art. 147.

Seção V

Dos cancelamentos

Art. 150. A concessão da bolsa será cancelada quando se verificar uma das seguintes hipóteses:

I - o estudante ou pesquisador não desempenhar as atividades especificadas no plano de trabalho do projeto, sem justificativa fundamentada, ou deixar de apresentar os relatórios de atividades;

II - a pedido do coordenador do projeto, devidamente justificado, quando for necessária a substituição de estudante e/ou pesquisador;

III - quando a remuneração do servidor, retribuições e bolsas percebidas ultrapassar o limite estabelecido no art. 147; e

IV - a pedido do estudante ou pesquisador.

Seção VI

Das vedações

Art. 151. São vedados:

I - a concessão de bolsas para o cumprimento de atividades regulares de magistério de graduação e pós-graduação;

II - a concessão de bolsas a servidores a título de retribuição pelo desempenho de funções comissionadas;

III - a concessão de bolsas a servidores técnico-administrativos a título de retribuição pelo desempenho de atividades administrativas inerentes ao cargo;

IV - a concessão de bolsas a servidores pela participação nos conselhos das Fundações de Apoio;

V - a cumulatividade do pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº, da Lei nº 8.112, de 1990, com a concessão de bolsas para a mesma atividade;

VI - o pagamento de bolsas que caracterizem contraprestação de serviços (Solução de Consulta 140 - COSIT - Receita Federal, de 21 de setembro de 2021);

VII - a concessão de bolsas a cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade do coordenador e vice-coordenador do projeto (Súmula Vinculante STF nº 13);

VIII - o pagamento de bolsa para qualquer pessoa que tenha vínculo empregatício com a Fundação de Apoio; e

IX - o pagamento de bolsas para servidores de forma concomitante com a subcontratação irregular de pessoas físicas e jurídicas que executem efetivamente o objeto do contrato.

TÍTULO X

DO RELACIONAMENTO DA UNIVERSIDADE COM A FUNDAÇÃO DE APOIO

Art. 152. A Universidade poderá obter colaboração da sua Fundação de Apoio para a execução de projetos acadêmicos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, desenvolvimento científico e tecnológico, e estímulo à inovação com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.958, de 1994, e/ou no art. 9º da Lei nº 10.973, de 2004.

Parágrafo único. O relacionamento da Fundação de Apoio com a Universidade tem por objeto serviços de gerenciamento administrativo e financeiro necessários à execução dos projetos acadêmicos referidos no caput, segundo condições estabelecidas em instrumentos jurídicos.

CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS GERENCIADOS PELA FUNDAÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE RECURSOS

Art. 153. Os projetos acadêmicos apoiados pela Fundação de Apoio são classificados segundo as fontes de recursos para o financiamento das ações, nos seguintes tipos:

I - tipo A: são projetos cuja execução depende de captação e recebimento de recursos financeiros diretamente pela Fundação de Apoio, sem ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional, necessários à formação e à execução de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação, fundamentados no art. 3º, §1º da Lei nº 8.958, de 1994, c/c art. 18, parágrafo único, da Lei nº 10.973, de 2004 (Parecer nº 14/13/DEPCONSU/PGF/AGU);

II - tipo B: são projetos executados com repasse financeiro à Fundação de Apoio de recursos do orçamento da Universidade provenientes de dotações próprias, de Termos de Execução Descentralizada de órgãos e entidades integrantes do orçamento da União (Decreto nº 10.426, de 2020) ou por meio de convênios celebrados com Estados e Municípios (art. 1º, §3º, do Decreto nº 6.170/07) com fundamento no art. 1º, da Lei nº 8.958, de 1994;

III - tipo C: são projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação da Universidade executados com recursos financeiros concedidos pela Fundação de Apoio, mediante cooperação financeira, para a realização de atividades de interesse recíproco em mútua cooperação com a finalidade de estimular e apoiar a pesquisa científica e tecnológica, a extensão tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico, a criação de ambientes promotores de inovação, a formação e a capacitação de recursos humanos, dentre outras (art. 53, X, da Lei nº 9.394, de 1996, c/c art. 3º, da Lei nº 10.973, de 2004); e

IV - tipo D: são projetos financiados pela FINEP, CNPq, agências oficiais de fomento, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas (art. 1º-A da Lei nº 8.958/94 c/c art. 3º-A da Lei nº 10.973/04); as organizações sociais e entidades privadas (art. 1º-B da Lei nº 8.958/94); e demais entidades governamentais, com a finalidade de dar apoio à Universidade por intermédio da Fundação de Apoio.

§ 1º Para efeito do inciso I, fica autorizada a Fundação de Apoio captar diretamente recursos das seguintes fontes:

I - prestação de serviços em projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados por servidores nos termos do art. 21, inciso XI, da Lei nº 12.772, de 2012, com ulterior formalização dos respectivos projetos pelas instâncias competentes da UFRN;

II - receitas da Universidade de que tratam os art. 4º ao 8º, 11 e 13, da Lei nº 10.973, de 2004, a serem aplicados exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, conforme contrato de parceria celebrado (art. 18, parágrafo único, da Lei nº 10.973, de 2004); e

III - recursos financeiros necessários à formação e à execução de projetos acadêmicos aprovados por departamentos ou unidades acadêmicas especializadas de lotação do seu coordenador com ulterior formalização pelas demais instâncias competentes da UFRN; e

IV - mensalidades de cursos de extensão e pós-graduação lato sensu após a celebração do instrumento jurídico específico.

§ 2º Parcela dos recursos arrecadados diretamente pela Fundação de Apoio em projetos tipo A para prestação de serviços poderá ser destinada à formação e execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas institucionais, vinculados à unidade executora, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei nº 8.958, de 1994, conforme previsto no instrumento jurídico.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PARCERIA

Art. 154. São instrumentos jurídicos de parceria celebrados para instrumentalizar as relações da Universidade com a Fundação de Apoio:

I - contratos de parceria: também denominados de contratos acadêmicos, são instrumentos celebrados diretamente com a Fundação de Apoio com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.958, de 1994, para apoiar projetos acadêmicos de interesse institucional;

II - acordos de parceria de PD&I: instrumentos celebrados com instituições públicas ou privadas, com interveniência da Fundação de Apoio, com fundamento no art. 9º da Lei nº 10.973, de 2004, para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento de tecnologias, produtos, serviços ou processos inovadores ou formação e capacitação científica e tecnológica de recursos humanos; e

III - convênios: instrumentos de cooperação financeira celebrados por iniciativa da Fundação de Apoio com fundamento no art. 53, X, da Lei nº 9.394, de 1996, para a realização de atividades de interesse recíproco em mútua cooperação em projetos da UFRN, tipo C, de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação executados mediante a concessão de recursos realizada pela Fundação de Apoio, podendo os recursos serem executados diretamente pela Fundação ou serem repassados à Universidade (convênios de receitas).

Seção I

Da formalização dos instrumentos jurídicos

Art. 155. Os projetos acadêmicos a serem apoiados pela Fundação de Apoio, devidamente aprovados, homologados e revisados pelas unidades competentes da Universidade, serão encaminhados à Pró-reitoria de Planejamento para celebração de instrumento jurídico específico.

§ 1º A Diretoria de Projetos Acadêmicos - DPA da Pró-reitoria de Planejamento observará se o processo está devidamente instruído com os seguintes documentos:

I - projeto acadêmico, conforme modelo instituído no sistema SIG-Projetos;

II - ata de aprovação do projeto, segundo modelo padrão, em plenária do Departamento ou conselho da Unidade Acadêmica Especializada ou, no caso de projetos de desenvolvimento institucional e de desenvolvimento científico e tecnológico, resolução de colegiado superior;

III - no caso de projetos de pesquisa e projetos integrados, parecer de homologação do Centro ou da Unidade Acadêmica Especializada ou das Câmaras de Ensino, Pesquisa e/ou Extensão que assessoram o CONSEPE;

IV - parecer de revisão do projeto pela Pró-reitoria relacionada à natureza do projeto;

V - parecer da Agência de Inovação - AGIR nos projetos de pesquisa com inovação, nos projetos de desenvolvimento científico e tecnológico com inovação tecnológica, nos projetos de fomento à inovação e nos projetos de extensão tecnológica sobre a propriedade industrial e participação nos ganhos econômicos das criações resultantes;

VI - plano de aplicação dos recursos do projeto avaliado pela Fundação de Apoio;

VII - minuta do instrumento jurídico a ser firmado pela Fundação de Apoio e pela UFRN, nos casos de projetos acadêmicos dos tipos C e D;

VIII - declarações de atendimento ao limite remuneratório e carga horária devidamente assinada pelos servidores beneficiários de bolsas ou retribuição pecuniária;

IX - autorização emitida pela chefia imediata para participação de servidores nos projetos acadêmicos; e

X - no caso de projetos com inovação tecnológica, mapa de risco tecnológico elaborado pelo coordenador, se houver.

§ 2º No caso de cursos de pós-graduação lato sensu:

I - projeto acadêmico, conforme modelo instituído no sistema SIG-Projetos;

II - ata de aprovação do projeto no modelo padrão pelo conselho do Centro ou da Unidade Acadêmica Especializada;

III - portaria de aprovação emitida pela Pró-reitoria de Pós-graduação; e

IV - declarações de atendimento ao limite remuneratório e carga horária devidamente assinada pelos servidores beneficiários de retribuição pecuniária.

§ 3º O chefe do Departamento ou Diretor da Unidade Acadêmica Especializada poderá, de acordo com o art. 55, inciso X do Regimento Geral da UFRN, aprovar ad referendum o projeto acadêmico a ser desenvolvido, desde que submeta o seu ato à ratificação pelo Plenário do Departamento ou pelo Conselho da Unidade Acadêmica Especializada na primeira reunião subsequente.

Art. 156. Nos casos de autorização institucional para a participação em editais públicos, chamadas públicas ou outras formas de financiamento externo, a proposta de projeto acadêmico deverá ser cadastrada no sistema SIG-Projetos, sendo submetido apenas o seu resumo ao Reitor, no qual deverão constar os dados básicos para conhecimento, tais como: órgão financiador, pesquisadores participantes, orçamento financeiro, objetivos e atividades que justifiquem a classificação quanto à natureza do projeto.

Art. 157. Os instrumentos jurídicos específicos dos projetos acadêmicos a serem gerenciados pela Fundação de Apoio deverão regular os direitos e deveres de ambas as partes, sendo obrigatórias as seguintes disposições:

I - os recursos financeiros repassados à Fundação de Apoio serão depositados em instituição financeira oficial, em contas específicas de cada projeto, identificadas com o nome do projeto, da unidade executora e da Fundação de Apoio (§2º, do art. 4º-D, da Lei nº 8.958, de 1994);

II - a movimentação dos recursos dos projetos acadêmicos deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados (§2º, do art. 4º-D, da Lei nº 8.958, de 1994);

III - a Fundação de Apoio somente poderá movimentar os recursos financeiros correspondentes à parcela para cobertura das despesas de custeio das atividades programadas, pagamento de retribuição pecuniária, bolsas, equipamentos, materiais permanentes nacionais e importados, obras e instalações laboratoriais, mediante expressa solicitação do coordenador ou, quando houver, do vice-coordenador do projeto acadêmico;

IV - as notas fiscais comprobatórias das despesas realizadas pela Fundação de Apoio devem ser identificadas com o número do instrumento jurídico e título do projeto acadêmico, ficando à disposição da UFRN e dos órgãos de controle pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, contados do término da vigência do instrumento jurídico, podendo mantê-las em arquivos digitais;

V - a Fundação de Apoio se obriga a transferir, até o último dia útil do mês seguinte ao da arrecadação, à Conta Única do Tesouro Nacional, o ressarcimento previsto nos art. 177 e 179 desta Resolução, devidas às unidades executoras, centros acadêmicos e fundos acadêmicos;

VI - os bens gerados ou adquiridos pela Fundação de Apoio em razão da gestão administrativa e financeira dos projetos acadêmicos, compreendendo as obras, materiais e equipamentos, deverão ser incorporados ao patrimônio da UFRN desde a sua aquisição (§ 5º, do art. 1º, da Lei nº 8.958, de 1994 c/c §2º, do art. 13, da Lei nº 13.243, de 2016), os quais ficarão sob a responsabilidade da Unidade Executora, observadas as especificidades dos órgãos e agências de financiamento estabelecidas previamente nos instrumentos de concessão de financiamento (art. 13 da Lei nº 13.243, de 2016);

VII - a Fundação de Apoio responsabiliza-se pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias dos recursos humanos por ela contratados, para a execução das atividades do projeto acadêmico (art. 5º, da Lei nº 8.958, de 1994);

VIII - na conclusão do objeto dos instrumentos jurídicos relacionados aos projetos tipo A e B, o saldo financeiro, caso existente, depois de retirados os recursos necessários à rescisão dos funcionários contratados e à cobertura de riscos trabalhistas, será transferido à Conta Única do Tesouro Nacional; e

IX - na conclusão do objeto dos instrumentos jurídicos relacionados aos projetos acadêmicos tipo D, o saldo financeiro, caso existente, depois de retirados todos os recursos necessários à rescisão dos funcionários contratados e à cobertura de riscos trabalhistas, será transferido à Conta Única do Tesouro Nacional, observadas as especificidades dos órgãos e agências de financiamento estabelecidas previamente nos instrumentos de concessão de financiamento ou cláusula de devolução de sobras de recursos acordada com o financiador.

Art. 158. Concluída a tramitação dos projetos acadêmicos na Pró-reitoria de Planejamento, o processo será encaminhado para parecer jurídico a ser emitido pela Procuradoria Jurídica da UFRN.

Parágrafo único. O pronunciamento da Procuradoria Jurídica será dispensado nos casos de processos que abranjam objeto de manifestação referencial, isto é, aquela que envolva matérias idênticas e recorrentes, consoante Orientação Normativa nº 55/14, de 23 de maio de 2014, da Advocacia Geral da União.

Art. 159. Para a formalização dos projetos tipo C a Fundação de Apoio deverá solicitar a elaboração e tramitação à UFRN, por intermédio da Pró-reitoria relacionada à natureza acadêmica do projeto, que providenciará os trâmites necessários à aprovação pelas unidades acadêmicas da Universidade, conforme previstos neste regulamento.

Art. 160. A vigência dos instrumentos jurídicos será determinada com base no cronograma de execução das atividades dos projetos acadêmicos, não podendo ser superior aos prazos estabelecidos por órgãos financiadores em convênios, contratos, acordos de parceria, termos de execução descentralizada ou similares.

Seção II

Dos termos aditivos

Art. 161. Os instrumentos jurídicos poderão ser alterados por meio de termos aditivos para repactuação de prazos de vigência, metas, resultados acadêmicos, valores, repasse de recursos, remuneração, ressarcimento, prestação de contas ou cláusulas específicas relacionadas à continuidade de execução dos projetos acadêmicos.

§ 1º As alterações dos instrumentos jurídicos serão solicitadas, formalmente, pelo coordenador do projeto à Fundação de Apoio.

§ 2º As solicitações de alterações dos instrumentos jurídicos serão acompanhadas dos seguintes documentos, no que couber:

I - justificativa acadêmica sobre a necessidade e pertinência do aditivo, contendo:

a) resultados alcançados;

b) situação atual do cumprimento de metas;

c) adequação das metas para o novo recurso ou novo prazo; e

d) inclusão de novas metas.

II - plano de aplicação dos novos recursos financeiros;

III - relação dos novos resultados acadêmicos a serem alcançados;

IV - cronograma de atividades alterado; e

V - parecer da Pró-reitoria relacionada à natureza do projeto.

Art. 162. Quando as alterações forem relacionadas a aditamentos de vigência, o coordenador encaminhará solicitação à Fundação de Apoio antes do término da vigência do instrumento jurídico.

§ 1º Em se tratando de pedidos de alterações de instrumentos jurídicos de projetos tipo B com financiamento externo, o coordenador encaminhará solicitação à Fundação de Apoio 60 (sessenta) dias antes do término da vigência do instrumento jurídico, que encaminhará a UFRN para submeter os pedidos aos órgãos financiadores para aprovação, quando exigido no instrumento jurídico.

§ 2º A prorrogação do prazo de execução do projeto possibilitará a continuidade da execução orçamentária do saldo porventura existente.

Art. 163. Os termos aditivos serão submetidos ao pronunciamento da Procuradoria Jurídica nos termos do art. 158.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PROJETOS ACADÊMICOS

Art. 164. Cada projeto acadêmico terá, obrigatoriamente, um coordenador acadêmico, podendo ser servidor autor da proposta do projeto ou servidor designado por autoridade competente.

§ 1º Os projetos acadêmicos que exijam elevada carga de trabalho para o controle e gestão financeira, bem como o acompanhamento criterioso de execução das metas e do alcance dos resultados previstos, poderão ter a função de vice-coordenador acadêmico.

§ 2º Durante a execução do projeto, havendo necessidade de substituição da coordenação ou da vice-coordenação, o chefe da unidade de lotação do docente deverá formalizar a indicação do(s) novo(s) responsável(eis) pelo projeto.

Art. 165. O coordenador e, quando houver, o vice-coordenador dos projetos acadêmicos, deverão observar os seguintes dispositivos, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas nesta Resolução:

I - requisitar as despesas das atividades programadas no projeto acadêmico, bem como acompanhar e atestar a sua execução;

II - garantir a legitimidade da execução da despesa em benefício dos objetivos do projeto acadêmico;

III - encaminhar, justificadamente, os eventuais pedidos de aditamento de instrumentos jurídicos firmados para dar execução ao projeto acadêmico, pelo menos 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência;

IV - apresentar relatórios de prestação de contas para projetos do tipo A e B, conforme estabelecido no instrumento jurídico;

V - prestar aos órgãos competentes, quando solicitado, todas as informações necessárias à prestação de contas físico-financeira dos projetos;

VI - acompanhar o repasse dos recursos orçamentários e/ou financeiros e dirimir pendências junto aos órgãos concedentes, quando se tratar de recursos descentralizados para financiamento dos projetos acadêmicos; e

VII - observar o cumprimento das normas de segurança da UFRN;

Parágrafo único. As responsabilidades dos coordenadores e vice-coordenadores não finalizam com a conclusão do prazo de vigência do projeto acadêmico, devendo prestar informações, sempre quando solicitadas, aos órgãos de controle interno e externo para fins de atendimento de prestações de contas e diligências.

Art. 166. A inobservância, por parte do coordenador e do vice-coordenador dos prazos e obrigações estabelecidos nesta Resolução e no instrumento jurídico do projeto, bem como a inexecução parcial ou integral do objeto do projeto, não coberta pelo risco tecnológico a que se refere o art. 36 e o art. 80, § 1º, implicará no impedimento de coordenação de novos projetos acadêmicos até a regularização da situação pendente, sem prejuízo de outras sanções legalmente estabelecidas no Capítulo V da Lei nº 8.112, de 1990 c/c os artigos 200 a 212 do Regimento Geral da UFRN (art. 3º, da Instrução Normativa TCU 71, de 2012).

Art. 167. Desde que o projeto seja conduzido nos moldes pactuados, o relatório de execução do objeto poderá ser aprovado mesmo que os resultados obtidos sejam diversos daqueles previstos em função do risco tecnológico ou das incertezas intrínsecas à atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação, devidamente comprovadas, com a consequente aprovação das contas, com ou sem ressalvas, sem que o beneficiário dos recursos financeiros seja obrigado a restituí-los (§ 6º, do art. 58, do Decreto nº 9.283, de 2018).

Art. 168. Para efeito do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021 c/c art. 10 do Decreto nº 9.507, de 2018, e de modo a garantir a segregação de funções, em cada projeto acadêmico do tipo B, deverá existir um fiscal, com as seguintes atribuições:

I - assistir e subsidiar o coordenador do projeto no tocante a elaboração das metas e dos resultados a serem obtidos;

II - verificar o alcance das metas ou resultados previstos nos planos de trabalho dos instrumentos jurídicos dos projetos acadêmicos com base em relatório de avaliação de resultados conforme previstos nos art. 40 e 84 (item 9.2.1.4 do Acordão nº 2731/2008-TCU-Plenário e art. 8º, III, do Decreto nº 10.426, de 2020); e

III - apresentar relatório de fiscalização, atestando a regular execução do objeto contratual.

Parágrafo único. As providências que ultrapassarem as atribuições previstas nos incisos I a III do caput, inclusive aquelas relativas à avaliação acadêmica de metas e resultados, deverão ser encaminhadas à Pró-reitoria competente consoante art. 117, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 169. A fiscalização da execução dos contratos dos projetos acadêmicos do tipo B será desempenhada por um representante, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão da UFRN, a ser designado pelo Pró-reitor de Planejamento, devendo possuir qualificação para exercer as atribuições inerentes a esta função.

Art. 170. A avaliação dos resultados acadêmicos dos projetos tipos A, C e D, quando necessária, será realizada pela Pró-reitoria relacionada à natureza acadêmica dos projetos.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS PROJETOS ACADÊMICOS

Art. 171. Todo projeto elaborado deverá conter plano de aplicação dos recursos financeiros com a estimativa das receitas e a fixação das despesas, de acordo com sua natureza e especificidade.

Art. 172. As despesas fixadas deverão contemplar, no que couber, os seguintes gastos para a execução dos projetos acadêmicos:

I - despesas de custeio das atividades programadas;

II - concessão de retribuição pecuniária, conforme art. 105 a 117;

III - concessão de bolsas, conforme art. 118 a 151;

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes nacionais e importados;

V - obras e instalações laboratoriais;

VI - impostos e contribuições patronais;

VII - ressarcimento à Universidade, conforme art. 177 a 179; e

VIII - remuneração à Fundação de Apoio, conforme art. 180.

§ 1º As despesas de custeio devem contemplar, segundo a necessidade de cada projeto, gastos com pessoal disponibilizado pela Fundação de Apoio, prestação de serviços, diárias, passagens, materiais de consumo, despesas acessórias de importação, despesas com publicação de editais e extratos de instrumentos contratuais e respectivos aditivos, dentre outras.

§ 2º A estimativa da receita deverá contemplar a(s) fonte(s) de recursos relacionada(s) ao objeto do projeto acadêmico ou, no caso dos projetos tipo A, contemplará as receitas provenientes de serviços, diretamente arrecadadas pela Fundação de Apoio.

§ 3º Caso a receita prevista não se realize, caberá ao coordenador reformular o plano de aplicação dos recursos financeiros, ajustando as despesas à receita arrecadada, mantendo, proporcionalmente, o recolhimento da remuneração da Universidade e das despesas de gerenciamento do projeto.

§ 4º Os valores de diárias nacionais e internacionais destinadas a apoiar a participação de pesquisadores e colaboradores em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação terão como referência os valores fixados por agências oficiais de fomento ou os valores praticados na administração pública.

Art. 173. A gestão dos gastos prevista no art. 172, incisos I a VI será de responsabilidade do coordenador do projeto e do ordenador de despesas, observando-se a correspondência necessária com o plano de aplicação dos recursos financeiros.

Art. 174. O plano de trabalho dos projetos e o plano de aplicação dos recursos financeiros, sob justificativa formal, podem ser alterados, observadas as seguintes condições:

I - solicitação formal do coordenador do projeto à Fundação de Apoio, que, por sua vez, encaminhará à Diretoria de Projetos Acadêmicos da Pró-Reitoria de Planejamento, em se tratando de projetos tipo A e B, somente no caso de remanejamento entre rubricas ou por exigência do financiador;

II - solicitação formal do coordenador do projeto diretamente à Fundação de Apoio, no caso de projeto tipo C; e

III - solicitação formal do coordenador, com anuência da Fundação de Apoio, ao órgão financiador, na hipótese de projetos tipo D.

§ 1º Nos casos de projetos acadêmicos tipo B, cujos recursos são provenientes de convênios celebrados entre a UFRN e estados ou municípios as alterações do plano de aplicação dos recursos financeiros somente poderão ser realizadas após autorização do órgão concedente, solicitada pelo Gabinete do Reitor.

§ 2º Nos casos de projetos acadêmicos tipo B, cujos recursos são provenientes de Termos de Execução Descentralizadas - TEDs as alterações do plano de aplicação dos recursos financeiros somente serão submetidas ao órgão financiador se houver detalhamento de rubricas em diversos elementos de gastos ou se houver obrigação expressa no instrumento jurídico.

§ 3º O plano de aplicação dos recursos financeiros não poderá ser alterado para elevar o valor mensal da bolsa de cada beneficiário, salvo se houver mudança de titulação do beneficiário ou aumento de carga de trabalho demonstrado em plano de trabalho individual, respeitados os limites estabelecidos no art. 147.

§ 4º Os remanejamentos de dotações de capital para dotações de custeio estarão condicionados à autorização prévia do órgão financiador desde que haja previsão nos instrumentos jurídicos celebrados.

§ 5º No caso de dotações de capital destinadas à remuneração da Universidade por meio de infraestrutura, equipamentos e/ou materiais permanentes, somente poderão ser feitos remanejamentos para dotações de custeio, contando com saldos de economias orçamentarias, após adquiridos os bens previstos no projeto.

§ 6º Somente será permitido o reforço de dotação com fonte de recursos provenientes de rendimentos de aplicação financeira quando não houver saldo orçamentário suficiente na respectiva dotação.

§ 7º Somente será permitido autorizar pagamentos de despesas com suporte em dotação orçamentária reforçada, mediante alteração do plano de trabalho, a partir da data de solicitação da alteração por meio de ofício encaminhado pelo coordenador à Fundação de Apoio.

§ 8º Nas solicitações de alterações orçamentárias que demandem homologação de ordem acadêmica, o coordenador deverá realizar solicitação formal à Fundação de Apoio com as devidas justificativas e documentos comprobatórios relacionada à natureza do projeto.

Art. 175. Excepcionalmente, a Fundação de Apoio poderá realizar pagamentos após a vigência do instrumento jurídico de despesas previstas e executadas na vigência dos projetos que não tiveram cobertura financeira por inadimplência ou outro fator que justifique o atraso de repasse de recursos do órgão financiador (art. 38, § 3 º, do Decreto nº 9.283, de 2018).

Art. 176. A execução orçamentária e financeira dos Termos de Execução Descentralizada - TED observará as seguintes regras de controle:

I - abertura de contas bancárias específicas para cada fonte de recursos em cada projeto; e

II - escrituração contábil específica para cada fonte de recursos em cada projeto de forma a evidenciar os saldos dos recursos financeiros não utilizados a serem devolvidos à unidade descentralizadora dentro do prazo de 30 dias após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro (art. 7º, § 2º, do Decreto nº 10.426, de 2020).

CAPÍTULO V

DO RESSARCIMENTO À UNIVERSIDADE

Seção I

Do ressarcimento na execução acadêmica de projetos

Art. 177. O ressarcimento à Universidade pela execução acadêmica de projetos terá como base de cálculo a somatória dos gastos operacionais previstos no art. 172, incisos I a III, observando-se as participações estabelecidas em resolução do Conselho de Administração - CONSAD, sendo distribuído, quando couber, entre a Unidade Executora, o Centro Acadêmico ou a Unidade Acadêmica Especializada e os Fundos Acadêmicos de Ensino, de Pesquisa ou de Extensão.

§ 1º A distribuição de parcela do ressarcimento à Unidade Executora destina-se a cobertura das despesas indiretas com manutenção de suas atividades acadêmicas e administrativas associadas à execução do projeto.

§ 2º A distribuição de parcela do ressarcimento ao Centro Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada servirá ao desenvolvimento institucional, mediante a melhoria de sua infraestrutura.

§ 3º A distribuição de parcela do ressarcimento para os Fundos Acadêmicos visa dar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da instituição, sendo gerenciada pela Pró-reitoria respectiva.

Art. 178. É vedada a renúncia de receita proveniente de ressarcimento à Universidade, exceto no caso de projetos de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico com inovação tecnológica que prevejam a ocorrência de risco tecnológico, mediante fundamentação circunstanciada e aprovada pelo CONSEPE (art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.958, de 1994, incluído pela Lei nº 12.863, de 2013).

§ 1º Em sendo aprovada a dispensa de ressarcimento pelo CONSEPE, o uso de bens e serviços da Universidade será contabilizado como contrapartida, mediante previsão contratual de participação nos ganhos econômicos derivados da execução do projeto, na forma da Lei nº 10.973, de 2004 (art. 6º, §1º, da Lei nº 8.958, de 1994, incluído pela Lei nº 12.863, de 2013).

§ 2º Demonstrado o interesse acadêmico da Universidade, o ressarcimento financeiro poderá ser substituído por aquisição de equipamentos e obras de infraestrutura ou, excepcionalmente, substituído por participação nos resultados decorrentes de exploração econômica da propriedade intelectual.

Seção II

Do ressarcimento pelo uso de bens e serviços

Art. 179. A Fundação de Apoio poderá utilizar bens e serviços da Universidade, mediante ressarcimento, pelo prazo necessário à elaboração e execução dos projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, desenvolvimento científico e tecnológico, e de estímulo à inovação, mediante ressarcimento previamente definido para cada projeto no contrato de parceria ou instrumento jurídico legal próprio (art. 6º, da Lei nº 8.958, de 1994).

Parágrafo único. Para efeito do caput, a Fundação de Apoio poderá utilizar, para o alcance dos objetivos dos projetos acadêmicos, laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais, serviços técnicos especializados, serviços profissionais e demais instalações.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO À FUNDAÇÃO DE APOIO

Art. 180. A remuneração à Fundação de Apoio refere-se à retribuição pelos serviços de gerenciamento administrativo e financeiro dos projetos acadêmicos, definida por critérios objetivos, segundo a complexidade de cada projeto, aprovados por norma do Conselho Deliberativo da Fundação de Apoio.

§ 1º Fica vedada a antecipação de remuneração nos casos de projetos tipo B.

§ 2º Em se tratando de projetos tipo D para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, cujo objeto seja compatível com a Lei nº 10.973, de 2004, financiadas por agências de fomento ou entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos, voltadas a atividades de pesquisa, a remuneração da fundação fica limitado a 15% (art. 74, do Decreto nº 9.283, de 2018).

§ 3º Em se tratando de projetos tipo D para desenvolvimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, fundamentados na lei de informática, a remuneração da fundação pode ser superior ao percentual estabelecido no § 2º.

§ 4º Os percentuais para o cálculo da remuneração à Fundação de Apoio para cada natureza de projeto serão definidos em resolução específica do CONSAD.

CAPÍTULO VII

DA PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES NOS PROJETOS ACADÊMICOS

Art. 181. Os estudantes de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu poderão participar de projetos acadêmicos, desde que as atividades a serem realizadas sejam compatíveis com sua área de formação e contribuam para o processo de ensino-aprendizagem e a inserção no processo científico e tecnológico (art. 4º-B, Lei nº 8.958, de 1994).

Art. 182. A participação de estudantes em projetos acadêmicos poderá ser remunerada mediante a concessão de bolsas de estudo, extensão, pesquisa e estímulo à inovação em valores mensais estabelecidos em resolução do CONSAD, podendo, alternativamente, serem adotados os valores acordados com o órgão financiador.

Parágrafo único. No caso de projetos de ensino, a participação de estudante somente será possível mediante programas de monitoria, estágio curricular ou extracurricular em docência, podendo os projetos dessa natureza concederem bolsas de monitoria ou de incentivo à docência.

Art. 183. Os estudantes de graduação e do ensino técnico poderão participar de projetos de extensão na modalidade de prestação de serviços com a percepção de bolsa de estágio mediante a celebração de termo de compromisso, conforme estabelecido na Lei nº 11.788, de 2008 c/c art. 8º do Decreto nº 7.416, de 2010 e art. 6º, § 8º, do Decreto 7.423, de 2010.

Parágrafo único. A participação orientada de estudantes na prestação de serviços deverá atender ao disposto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, como atividade complementar de formação e aperfeiçoamento.

Art. 184. Os estudantes de Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu poderão colaborar em projetos de extensão na modalidade de prestação de serviços com remuneração efetuada por meio de pró-labore com a incidência de tributos e contribuições aplicáveis à espécie, nos termos do art. 192.

Art. 185. Para o apoio às suas atividades operacionais e administrativas, a Fundação de Apoio utilizará, preferencialmente, estudantes da UFRN, como forma de contribuir para a sua formação profissional, concedendo-lhes bolsa de estágio com base na Lei nº 11.788, de 2008.

Art. 186. A participação de estudantes em projetos acadêmicos efetivar-se-á mediante contratação de seguro contra acidentes pessoais, observância às normas de segurança estabelecidas em Resolução específica e celebração de termo de compromisso, incluindo plano de trabalho devidamente validado pelo coordenador do projeto.

CAPÍTULO VIII

DA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO DOS PROJETOS ACADÊMICOS

Seção I

Da colaboração de servidores da Universidade

Art. 187. Para efeito do disposto no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 7.423, de 2010, os projetos devem ser realizados por no mínimo 2/3 (dois terços) de pessoas vinculadas à Universidade, incluindo servidores docentes e técnico-administrativos, estudantes regulares, pesquisadores de pós-doutorado e bolsistas com vínculo formal a programas de pesquisa da Universidade.

§ 1º Em casos devidamente justificados e aprovados pelo CONSEPE ou CONSAD, dependendo da natureza dos projetos, poderão ser realizados projetos com a colaboração da Fundação de Apoio com participação de pessoas vinculadas à Universidade em proporção inferior à prevista no caput deste artigo, atentando-se para as seguintes condições:

I - observar a participação de no mínimo 1/3 (um terço) de servidores da Universidade, em conformidade com o art. 6º, § 4º, do Decreto nº 7.423, de 2010; e

II - admitir, alternativamente, proporção inferior a 1/3 (um terço) de servidores da Universidade, desde que não ultrapasse o limite de 10% (dez por cento) do número total de projetos realizados em colaboração com a Fundação de Apoio, em conformidade com o art. 6º, § 5º, do Decreto nº 7.423, de 2010.

§ 2º Para o cálculo da proporção referida no caput, não se incluem os participantes externos vinculados às empresas contratadas para prestação de serviços aos projetos acadêmicos.

Seção II

Da colaboração do pessoal da Fundação de Apoio

Art. 188. Para a execução do apoio aos projetos acadêmicos contratados, a Fundação de Apoio poderá utilizar pessoal do seu quadro funcional, devidamente capacitado, para colaborar na execução das metas previstas e alcançar os resultados pretendidos, mediante remuneração, até o limite de 1/3 (um terço) do quantitativo de colaboradores do projeto vinculados à Universidade, visando ao cumprimento das condições estabelecidas no art. 187.

§ 1º Para efeito do art. 4º, § 3º, da Lei nº 8.958, de 1994, a Fundação de Apoio não poderá disponibilizar nos projetos acadêmicos pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestar serviços ou atender necessidades de caráter permanente da Universidade.

§ 2º Compreendem pessoal administrativo e de manutenção, consoante art. 1º, § 3º, inciso I, da Lei nº 8.958, de 1994, funcionários com atribuições para o desenvolvimento de manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância, reparos, copeiragem, recepção, secretariado, serviços administrativos na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia e demais atividades administrativas de rotina, bem como as respectivas expansões vegetativas.

Art. 189. A responsabilidade a qualquer título pelo pessoal do quadro funcional permanente da Fundação de Apoio, disponibilizado nos termos do caput do art. 188, inclusive na gestão de recursos humanos, é da Fundação de Apoio, conforme art. 5º, da Lei nº 8.958, de 1994, que poderá, a qualquer tempo, incluir, excluir ou remover seu pessoal de determinado projeto para outro, em decorrência de conclusão de atividades às quais lhe foram destinadas, insubsistência financeira ou encerramento do projeto acadêmico.

Parágrafo único. É vedada a remoção/migração de pessoal prevista no caput quando se tratar de contratação temporária para apoio exclusivo às atividades relacionadas a determinado projeto acadêmico.

Art. 190. Quando houver a necessidade de a Fundação de Apoio contratar pessoal especializado no objeto do projeto acadêmico, com ou sem processo seletivo, a especificação dos perfis técnicos e profissionais do cargo será feita conjuntamente com o coordenador do projeto.

§ 1º No caso de contratação de pessoal por meio de processo seletivo, a Fundação de Apoio designará banca examinadora composta por três membros, sendo dois indicados pelo Coordenador do projeto e um representante indicado pela Fundação de Apoio.

§ 2º Nos processos de contratação de pessoal sem processo seletivo, fica vedado à Fundação de Apoio, consoante estabelece o inciso I, alíneas a e b, § 2º, art. 3º, da Lei nº 8.958, de 1994, incluído pela Lei nº 12.863, de 2013, contratar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de:

a) servidor da universidade que atue na direção da Fundação de Apoio; e

b) ocupantes de cargos de direção superior da universidade.

CAPÍTULO IX

DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Art. 191. Na aquisição de bens e serviços necessários à realização das atividades dos projetos acadêmicos, a Fundação de Apoio deverá observar o regulamento de aquisições de bens e serviços instituído pelo Decreto nº 8.241, de 2014.

§ 1º A Fundação de Apoio poderá utilizar os pregões eletrônicos da Universidade, bem como demais procedimentos licitatórios para a aquisição de bens e serviços necessários à realização dos projetos acadêmicos.

§ 2º Nos processos de contratação de fornecimento de bens e serviços sem licitação, fica vedado à Fundação de Apoio, consoante estabelece o art. 3º , § 2º, inciso II, alíneas a, b e c, da Lei nº 8.958, de 1994, incluído pela Lei nº 12.863, de 2013, contratar pessoas jurídicas que tenham como proprietário, sócio ou cotista:

a) dirigentes da Fundação de Apoio;

b) servidor da universidade; e

c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de dirigentes da Fundação de Apoio ou de servidor da universidade.

§ 3º A vedação prevista no § 2º poderá, também, ser observada por meio de autodeclaração do fornecedor de bens e serviços.

Art. 192. A Fundação de Apoio poderá contratar consultoria de pessoas físicas para realizar atividades em projetos acadêmicos, mediante a celebração de instrumento jurídico específico, observada a legislação aplicável.

Art. 193. É vedado o pagamento por quaisquer serviços prestados, consultorias, assistências técnicas ou assemelhados, a bolsistas de projetos acadêmicos e funcionários da Fundação de Apoio.

CAPÍTULO X

DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 194. A Fundação de Apoio deverá, na execução dos projetos acadêmicos, observar as normas aprovadas pelos órgãos colegiados superiores da Universidade e submeter-se aos controles finalístico e de gestão a serem exercidos pelo CONSAD (art. 12, do Decreto nº 7.423, de 2010) com o auxílio da Pró-Reitoria de Planejamento, Pró-reitoria de Administração e Auditoria Interna mediante as seguintes atribuições:

I - à Pró-Reitoria de Planejamento:

a) implantar a sistemática de gestão, controle e fiscalização dos instrumentos jurídicos de forma a individualizar o gerenciamento dos recursos envolvidos em cada um deles;

b) verificar a segregação de funções e responsabilidades na gestão dos instrumentos jurídicos, bem como na prestação de contas, de modo a evitar que a propositura, homologação, assinatura, coordenação e fiscalização do projeto se concentrem em um único servidor, em especial o seu coordenador; e

c) exercer os controles internos relacionados às informações declaradas por membros dos projetos quanto aos limites de carga horária e valores de bolsas e retribuição pecuniária.

II - à Pró-reitoria de Administração:

a) estabelecer rotinas de recolhimento à conta única dos recursos devidos à Universidade, quando da disponibilidade daqueles pelos agentes financiadores de projetos acadêmicos; e

b) analisar os processos de prestação de contas, observando a legalidade, economicidade e legitimidade das despesas.

III - à Auditoria Interna:

a) auditar a concessão de bolsas no âmbito de projetos, especialmente, para evitar que sejam realizados pagamentos de bolsas a servidores concomitantemente com a gratificação de encargo de curso e concurso, instituída pelo artigo 76-A, da Lei nº 8.112, de 1990, bem como o pagamento de prestação de serviços a pessoas físicas e jurídicas com a mesma finalidade;

b) auditar a atuação dos coordenadores de projetos, segundo determina o art. 6º, § 11, do Decreto nº 7.423, de 2010, de maneira a evitar o favorecimento a parentes e cônjuges de servidores da Universidade, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, seja no fornecimento de bolsas, seja pela contratação de pessoas físicas ou jurídicas pela Fundação de Apoio, em consonância com a Súmula Vinculante nº 13;

c) auditar os processos de licitações realizados pela Fundação de Apoio quando se tratar da utilização de recursos de projetos acadêmicos dos tipos A e B, verificando o emprego regular da legislação aplicável, bem como os demais princípios de administração pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

d) acompanhar o cumprimento pela Fundação de Apoio das exigências previstas no art. 195; e

e) subsidiar o Conselho de Administração, na apreciação das contas anuais da Fundação de Apoio com informações provenientes dos relatórios de auditoria elaborados como resultado das ações de auditoria previstas nas alíneas "a" a "d".

Art. 195. Em cumprimento ao art. 4º-A, da Lei nº 8.958, de 1994, incluído pela Lei nº 12.863, de 2010, a Fundação de Apoio deverá divulgar, na íntegra, em sítio da rede mundial de computadores as seguintes informações sobre os projetos acadêmicos contratados:

I - instrumentos contratuais;

II - relatórios semestrais de execução dos instrumentos contratuais;

III - relação de pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza;

IV - relação de pagamentos de qualquer natureza efetuados a pessoas físicas e jurídicas; e

V - prestações de contas dos instrumentos contratuais.

Parágrafo único. Visando garantir o sigilo e a segurança dos projetos de pesquisa, inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, consoante estabelece o §´1º, art. 7º c/c inciso VI, art. 23, da Lei nº 12.527, de 2011, fica dispensada a publicação do teor dos respectivos projetos, incluindo problemas de pesquisa, método científico, plano de trabalho, metas e resultados a serem alcançados.

Art. 196. A Fundação de Apoio deverá enviar prestação de contas físico-financeira dos projetos acadêmicos tipos A e B, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos de contratação, e prestação de contas final do ressarcimento financeiro e/ou não financeiro da Universidade dos projetos acadêmicos tipo D à Coordenadoria de Convênios da Pró-reitoria de Administração, devidamente acompanhada de toda a documentação necessária para análise, preferencialmente, por meio eletrônico.

§ 1º A prestação de contas física consiste na emissão do relatório de cumprimento do objeto, elaborados pelo coordenador do projeto.

§ 2º A prestação de contas financeira, elaborada pela Fundação de Apoio, consiste na demonstração de arrecadação das receitas e na demonstração de execução das despesas, instruída com os documentos relacionados no Anexo II.

§ 3º A análise da prestação de contas física de projetos tipo B ficará a cargo da Pró-reitoria de Planejamento, por meio da Divisão de Fiscalização de Projetos Acadêmicos, e da Superintendência de Infraestrutura, quando da existência de obras laboratoriais.

§ 4º A análise da prestação de contas física de projetos tipo A ficará a cargo da Pró-reitoria relacionada à natureza acadêmica do projeto.

§ 5º A análise da prestação de contas financeira ficará a cargo da Pró-reitoria de Administração, por meio da Coordenadoria de Convênios.

§ 6º Em caso de inconsistência de dados, informações ou documentos, a Universidade poderá emitir diligência à Fundação de Apoio, concedendo prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou cumprimento da obrigação, prorrogável por igual período, mediante justificativa expressa.

§ 7º Nas situações em que a diligência ensejar em pedido de devolução de recursos financeiros, caberá à Fundação de Apoio proceder à devolução, não excluindo o direito de regresso dos valores devidos e adoção de medidas quanto aos responsáveis, tais como, suspensão de pagamento de bolsas, retribuição pecuniária, diárias e passagens, conforme o caso.

§ 8º A prestação de contas final do ressarcimento financeiro e/ou não financeiro da Universidade, elaborada pela Fundação de Apoio, consiste na apresentação dos documentos comprobatórios indicados nos itens 1, 2, 5, 7, 9, 10, 13, 19 e 23 do Anexo II.

Art. 197. A prestação de contas dos projetos tipo D será encaminhada pela Fundação de Apoio ao órgão financiador segundo as exigências estabelecidas no instrumento jurídico e no Decreto nº 8.240, de 2014.

Art. 198. Em se tratando de prestação de contas de projetos tipo B, financiados com recursos provenientes de descentralizações de recursos orçamentários ou obtidos por meio de convênios ou instrumentos similares, caberá ao coordenador prestar informações relevantes sobre a execução do objeto, apresentar relatórios de cumprimento de metas e/ou alcance dos objetivos previstos no instrumento jurídico, sanar eventuais diligências e apresentar razões de justificativas quando solicitadas.

CAPÍTULO XI

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA FUNDAÇÃO DE APOIO

Art. 199. A cada 5 anos, o Reitor designará comissão especial para avaliar o desempenho da Fundação de Apoio por meio de indicadores e parâmetros de avaliação de desempenho, análise do relatório de gestão, análise dos demonstrativos contábeis e de dados de outras Fundações de Apoio para proporcionar o desempenho comparado, bem como verificar a observância às determinações contidas no art. 4ºA, da Lei nº 8.958, de 1994 em conformidade com o art. 2º, III, da Lei nº 8.958, de 1994, e Portaria Conjunta MEC/MCTIC nº 42, de 24 de julho de 2017.

Parágrafo único. O Conselho de Administração apreciará o relatório de avaliação de desempenho da Fundação de Apoio para efeito de pedido de recredenciamento ao MEC/MCTI, consoante disposição contida no art. 5º, § 1º, II, do Decreto nº 7423, de 2010.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 200. Aplicam-se as disposições desta Resolução, no que couber, às ações autofinanciadas, aos projetos internos com financiamento institucional, aos projetos externos submetidos a editais públicos ou chamadas públicas com gestão administrativa e financeira diretamente pela Universidade.

Art. 201. Os projetos de pesquisa financiados por entidades privadas, quando gerenciados diretamente pela Universidade, destinará o valor equivalente a remuneração que seria devido a Fundação de Apoio à constituição do fundo de apoio à pesquisa.

Art. 202. A execução orçamentária e financeira dos projetos tipo C e D obedecerá, respectivamente, às normas instituídas pelo órgão financiador e pela Fundação de Apoio, adotando-se integralmente as normas da fundação quando o financiador não exigir ou não dispuser de normas próprias.

Art. 203. A titularidade da propriedade intelectual obtida com a realização dos projetos acadêmicos, bem como a participação nos resultados da exploração das criações resultantes de parcerias, será regida no instrumento jurídico do projeto ou em instrumento jurídico específico, segundo os regramentos estabelecidos pela Lei nº 10.793, de 2004, e pela Política de Inovação da Universidade.

Art. 204. Os valores referenciais de bolsas de estudo, ensino, pesquisa, extensão e estímulo à inovação e os valores referenciais de retribuição pecuniária serão fixados e revisados pelo Conselho de Administração - CONSAD.

Art. 205. Os projetos acadêmicos que ainda não tiverem sido aprovados pelas instâncias competentes devem enquadrar-se ao que determina esta Resolução a partir da data de sua vigência.

Art. 206. Ficam revogadas as seguintes Resoluções:

I - Resolução nº 061/2016 - CONSAD, de 15 de dezembro de 2016;
II - Resolução nº 023/2018 - CONSEPE, de 19 de março de 2018;
III - Resolução nº 033/2018-CONSEPE, de 03 de abril de 2018;
IV - Resolução nº 065/2018-CONSAD, de 6 de dezembro de 2018;
V - Resolução nº 212/2018-CONSEPE, de 13 de novembro de 2018;
VI - Resolução nº 243/2018 -CONSEPE, de 04 de dezembro de 2018;
VII - Resolução nº 021/2018-CONSAD, de 17 de maio de 2018;
VIII - Resolução nº 032/2019-CONSEPE, de 02 de abril de 2019;
IX - Resolução nº 030/2019 -CONSAD, de 09 de maio de 2019; e
X - Resolução nº 106/2019-CONSAD, de 5 de dezembro de 2019.

Art. 207. Esta Resolução entrará em vigor em 1 de agosto de 2022.

HENIO FERREIRA DE MIRANDA

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO/SUBCLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS SEGUNDO A NATUREZA

| CLASSIFICAÇÃO | SUBCLASSIFICAÇÃO | |
|---|---|---|
| **Ensino** | Mestrados e Doutorados profissionais | |
| | Pós-graduação lato sensu (especialização, residência e aperfeiçoamento) | |
| | Graduação (cursos de graduação não regular, projetos suplementares de ensino e eventos de ensino) | |
| **Pesquisa** | Sem inovação tecnológica (pesquisa científica) | |
| | Com inovação tecnológica (pesquisa científica e tecnológica) - listar os resultados previstos da inovação tecnológica | |
| **Extensão** | Cursos (iniciação ou divulgação, atualização e capacitação) | |
| | Eventos | |
| | Produtos | |
| | Projetos de intervenção | |
| | Prestação de serviços | |
| **Desenvolvimento** | Institucional | Obras laboratoriais |
| | | Equipamentos e materiais relacionados à pesquisa e à inovação |
| | | Ações do PDI |
| | Científico e Tecnológico | Sem inovação tecnológica |
| | | Com inovação tecnológica - listar os resultados previstos da inovação tecnológica |
| **Fomento à Inovação** | | |
| **Projetos Integrados** | Extensão tecnológica (extensão e inovação) | |
| | Formação e capacitação científica e tecnológica (ensino e inovação) | |
| | Estudos técnico-científicos (pesquisa e extensão) | |
| | Outras ações integradas (ensino, pesquisa e/ou extensão) | |

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS PROJETOS ACADÊMICOS TIPO A E B

1. Plano de trabalho do projeto acadêmico e os documentos que aprovaram suas alterações e/ou detalhamentos, quando houver;
2. Íntegra do contrato e seus aditivos, quando houver, seguidos do(s) extrato(s) de publicação no Diário Oficial da União-DOU;
3. Relatório de execução físico-financeira;
4. Relatório de cumprimento do objeto;
5. Demonstrativo das receitas e despesas do período;
6. Declaração de guarda dos documentos contábeis;
7. Extratos bancários, demonstração de conciliação bancária e comprovante de rendimentos referentes ao período;
8. Relação de pagamentos do período, organizada em ordem cronológica, segregada por rubrica, identificando o nome do beneficiário e seu CPF ou CNPJ e número do documento fiscal;
9. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, com indicação do número do respectivo documento fiscal, data de emissão, quantidade, valor unitário, valor total e número do tombamento, e relação consolidada na prestação de contas final;
10. Termos de tombamento que atestem a transferência de responsabilidade dos bens adquiridos pela Fundação de Apoio com os recursos do projeto para o patrimônio da Universidade;
11. Relatório/parecer do fiscal de obras, descrevendo o estado ou andamento da construção, as ocorrências que impactaram negativamente o cumprimento do cronograma, bem como as perspectivas para a conclusão da obra laboratorial;
12. Termo de recebimento de obra laboratorial subscrito pelas autoridades competentes da Fundação de Apoio, da entidade executora da obra e da Superintendência de Infraestrutura;
13. Documentos fiscais ou equivalentes com a data de emissão e descrição do bem adquirido, serviço prestado ou auxílio concedido, contendo a identificação do número do instrumento contratual e demais elementos que evidenciem a pertinência entre a execução da despesa, no todo ou em parte, e o objeto do contrato;
14. Relação dos empregados e dos colaboradores que perceberam bolsa ou retribuição pecuniária com indicação da rubrica, dos valores, da carga horária executada no projeto e do período em mês(es) e ano(s) correspondentes, e a relação consolidada na prestação de contas final;
15. Comprovação do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas referentes às folhas de pagamento;
16. Relação dos treinados e capacitados em caso de projetos de ensino, especialmente, cursos de extensão, quando for o caso;
17. Despacho de homologação e adjudicação das licitações realizadas ou justificativas para dispensa ou inexigibilidade com respectivo embasamento legal;
18. Atas de licitações, quando houver;
19. Comprovante de pagamento e guia de recolhimento de valores devidos a título de ressarcimento financeira à UFRN e de saldo do projeto à conta única do Tesouro, quando for o caso;
20. Relação dos valores arrecadados no período com a indicação dos respectivos credores, quando possível, para os projetos tipo A;
21. Declaração de "nada consta ou de débitos" referentes aos recursos financeiros arrecadados pela Fundação de Apoio nos projetos tipo A;
22. Declaração do coordenador, quando for o caso, sobre a existência ou não existência de pagamentos de bolsas e serviços prestados por pessoas físicas ou jurídicas com a mesma finalidade para execução do objeto do projeto; e
23. Demais documentos comprobatórios que evidenciem a pertinência entre a execução das despesas, no todo ou em parte, do objeto do contrato, solicitados em diligências pela Diretoria de Contabilidade e Finanças.

**RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 3-CONSEPE/CONSAD, DE 17 DE MAIO DE 2022**

Atualiza a Política de Internacionalização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE e o Conselho de Administração - CONSAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas, respectivamente, pelo art. 17, III e XII ; e art. 19, III, IV e XI, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a importância da internacionalização das universidades brasileiras para o avanço da produção acadêmico-científica; das práticas de trabalho nos níveis estratégico, tático e operacional; e o consequente desenvolvimento social e econômico do país;

CONSIDERANDO a fundamentação da própria ideia de "universidade", baseada no diálogo constante com Instituições de Ensino Superior e institutos de pesquisa de todas as partes do mundo;

CONSIDERANDO as ações de internacionalização da UFRN por meio da participação em programas e redes de universidades no Brasil e no exterior e a necessidade de ampliar e consolidar com qualidade sua presença na comunidade acadêmica internacional;

CONSIDERANDO a importância de institucionalizar as ações de internacionalização como prática acadêmica constante, regulamentada em todos os níveis da administração;

CONSIDERANDO a importância de atrair e receber professores, estudantes, servidores técnico-administrativos e pesquisadores estrangeiros como forma de intensificar a internacionalização na instituição;

CONSIDERANDO a importância de promover a mobilidade da comunidade acadêmica da UFRN como forma de diversificar e aprimorar a formação de recursos humanos e geração de conhecimentos;

CONSIDERANDO a importância da internacionalização no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN;

CONSIDERANDO a Resolução nº 018/2020-CONSUNI, de 18 de dezembro de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 245/2020, de 18 de dezembro de 2020; e

CONSIDERANDO o que consta no processo, nº 23077.016089/2022-51, resolve:

Art. 1º Aprovar a atualização da Política de Internacionalização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN com a finalidade de orientar e institucionalizar as ações de internacionalização relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à inovação e a à gestão em consonância com as disposições do Plano de Desenvolvimento Institucional.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º A Política de Internacionalização da UFRN estabelece os princípios norteadores do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão das ações que envolvem a cooperação técnica e científica internacional, tanto em termos de produção científica quanto de mobilidade de docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos.

§ 1º Entende-se como internacionalização, para os fins desta Resolução e como orientação para as ações da UFRN, a cooperação pacífica e produtiva com instituições de ensino e de pesquisa, bem como com instituições cujas atividades promovam, direta ou indiretamente, o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão e a inovação científica e social, oriundas de todos os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

§ 2º Entende-se por mobilidade, para fins desta Política de Internacionalização, o livre trânsito de docentes, de estudantes e de servidores técnico-administrativos, incluindo participantes de projetos de inovação e empreendedorismo, entre a UFRN e as instituições estrangeiras parceiras, devidamente amparados por acordos de cooperação.

§ 3º O princípio norteador das relações da UFRN com seus parceiros brasileiros ou internacionais é o da reciprocidade, como forma de promover o equilíbrio, em ações de internacionalização.

§ 4º As disposições tratadas nesta Política de Internacionalização deverão nortear as iniciativas e os projetos desenvolvidos nas diferentes unidades ou cursos da UFRN.

Art. 3º Participam desta Política de Internacionalização todas as Unidades Acadêmicas da UFRN e seus parceiros institucionais brasileiros que venham, eventualmente, fazer parte de projetos da UFRN ligados à internacionalização.

§ 1º As instituições públicas de ensino superior no Estado do Rio Grande do Norte terão assegurada sua participação nas ações de internacionalização da UFRN, a partir de acordos firmados, como forma de promover a internacionalização no estado e de fortalecer esse processo nas instituições parceiras.

§ 2º Os estudantes, docentes, pesquisadores, servidores técnico-administrativos e empreendedores estrangeiros poderão ser recebidos na UFRN, mediante projetos desenvolvidos no âmbito de acordos previamente firmados com suas instituições.

Seção I

Das diretrizes da Política de Internacionalização

Art. 4º São diretrizes da Política de Internacionalização:

I - o norteamento das ações de internacionalização pelo princípio da reciprocidade;

II - a divulgação, junto à comunidade internacional, das áreas de produção de conhecimento da UFRN;

III - o estabelecimento de parcerias internacionais, como forma de aprender com outras realidades e levar o conhecimento produzido na UFRN a outras instituições;

IV - a promoção de projetos que fortaleçam a inserção da UFRN em redes internacionais de produção de conhecimento; e

V - a ampliação da presença de estudantes, docentes e técnicos estrangeiros na UFRN, como forma de consolidar sua inserção internacional.

Seção II

Dos objetivos da Política de Internacionalização

Art. 5º A Política de Internacionalização da UFRN tem como objetivo principal a consolidação da Instituição no cenário científico, artístico e cultural internacional.

Art. 6º São objetivos específicos da Política de Internacionalização:

I - incentivar a participação de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes da UFRN em projetos e programas nacionais e internacionais;

II - promover áreas acadêmicas estratégicas na UFRN que apresentem interesse internacional;

III - estabelecer acordos de cooperação com instituições estrangeiras e brasileiras, visando ações recíprocas de internacionalização;

IV - ampliar a presença de estudantes, técnicos, professores e pesquisadores estrangeiros na UFRN; e

V - promover a formação continuada dos diferentes setores da comunidade acadêmica da UFRN em instituições parceiras no exterior.

Seção III

Do Comitê de Gestão da Internacionalização

Art. 7º Fica instituído o Comitê de Gestão da Internacionalização com a finalidade de elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Anual das Ações de Internacionalização, bem como deliberar sobre suas alterações.

Art. 8º O Comitê de Gestão da Internacionalização tem a seguinte composição:

I - Secretário de Relações Internacionais;

II - Pró-reitor de Extensão;

III - Pró-reitor de Graduação;

IV - Pró-reitor de Pesquisa;

V - Pró-reitor de Pós-graduação;

VI - Pró-reitor de Gestão de Pessoas;

VII - Pró-reitor de Assuntos Estudantis

VIII - um representante escolhido entre os Diretores de Centros; e

IX - um representante escolhido entre os Diretores de Unidades Acadêmicas Especializadas.

Art. 9º Do funcionamento do Comitê de Gestão da Internacionalização:

§ 1º O funcionamento do Comitê de Gestão da Internacionalização obedecerá às disposições do Regimento Geral sobre os Órgãos Colegiados.

§ 2º O mandato dos membros VIII e IX do Comitê de Gestão da Internacionalização é de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º O Comitê de Gestão da Internacionalização será presidido pelo Secretário de Relações Internacionais e, na sua ausência, pelo Secretário de Relações Internacionais Adjunto.

§ 4º O Comitê de Gestão da Internacionalização reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente.

§ 5º As deliberações do Comitê de Gestão da Internacionalização são tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente apenas o voto de desempate.

CAPÍTULO II

DA MOBILIDADE DISCENTE INTERNACIONAL

Art. 10. A Mobilidade Discente Internacional na UFRN deverá abranger tanto os estudantes regulares que partem para realizar atividades acadêmico-científicas ou de empreendedorismo em instituição estrangeira parceira da UFRN, quanto estudantes de outras instituições que vêm realizar atividades acadêmicas na UFRN.

§ 1º Os estudantes regulares da UFRN que são contemplados com vagas em projetos de Mobilidade Discente Internacional podem concorrer, havendo disponibilidade orçamentária, a auxílio institucional para esse fim, consideradas as características do projeto e a inexistência de sobreposição a auxílios da mesma natureza originados de outras fontes de recursos.

§ 2º Os estudantes de outras IES recebidos na UFRN em programas de Mobilidade Discente Internacional poderão concorrer a auxílio institucional para esse fim, limitado aos itens previstos em acordo específico com a IES de origem.

Art. 11. Entre os estudantes candidatos ao auxílio institucional em projetos de Mobilidade Discente Internacional, fica assegurada a prioridade aos estudantes socioeconomicamente carentes, segundo condições estabelecidas no Programa de Assistência Estudantil gerenciado pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil.

§ 1º Os estudantes de outra IES, candidatos ao auxílio institucional em projetos de Mobilidade Discente internacional, deverão apresentar documento oficial da IES de origem, solicitando a assistência da UFRN.

§ 2º A atribuição de qualquer benefício aos estudantes da UFRN pode estender-se aos estudantes regulares de qualquer nacionalidade ou condição social, desde que respeitada a prioridade mencionada no caput deste artigo.

§ 3º A UFRN poderá oferecer bolsas a estudantes que se inscrevam em um período de mobilidade internacional nos cursos da Universidade, através de editais destinados a estudantes de outras IES, na medida da disponibilidade de recursos para esse fim, oriundos de seu próprio orçamento ou da captação efetuada por projetos específicos, visando ao estímulo de áreas estratégicas para o seu desenvolvimento acadêmico-científico.

Seção I

Das modalidades de mobilidade discente internacional

Art. 12. A Mobilidade Discente Internacional deve abranger todas as áreas que compõem a vida acadêmica, possibilitando a realização fora da UFRN de qualquer modalidade de atividade em todos os níveis do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação.

§ 1º A Mobilidade Discente Internacional organiza-se nas seguintes modalidades:

I - realização de parte dos estudos de graduação em IES estrangeira;

II - realização de parte dos estudos de pós-graduação em IES estrangeira;

III - realização de atividades de pesquisa em outra IES ou instituição relacionada ao campo em que se desenvolve a pesquisa;

IV - realização de atividades de extensão em outra IES ou instituição conveniada com a UFRN para esse fim;

V - realização de cursos de graduação em regime de dupla titulação;

VI - realização de cursos de pós-graduação em regime de dupla titulação ou de cotutela; e

VII - realização de estágios em IES ou empresas estrangeiras conveniadas com a UFRN para esse fim.

§ 2º A realização de qualquer modalidade de Mobilidade Discente Internacional implica, necessariamente, na existência de acordo de cooperação entre a UFRN e as demais IES ou outras instituições envolvidas, sem o qual as atividades não terão o reconhecimento oficial da UFRN.

§ 3º Ficam isentas da obrigatoriedade de acordo de cooperação prévio as atividades que se inserem em projetos, consórcios, associações ou redes de que a UFRN faça parte como membro.

§ 4º As mesmas modalidades são aplicáveis a estudantes de outra IES que vêm realizar atividades acadêmicas na UFRN.

§ 5º As modalidades de Mobilidade Acadêmica Internacional poderão ser aplicadas, também, nos casos em que venham a realizar-se em instituições brasileiras, desde que estas participem de projetos ou programas relativos à internacionalização em parceria com a UFRN.

§ 6º Os estudantes de cursos técnicos da UFRN poderão participar de atividades de Mobilidade Discente Internacional nas modalidades julgadas pertinentes para esse nível de ensino pela Secretaria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - SEBTT.

Art. 13. As atividades de mobilidade deverão ocorrer sem prejuízo das atividades acadêmicas regulares do estudante, baseadas nos princípios da flexibilidade e da equivalência de conteúdos.

Art. 14. Ao retornar da atividade de mobilidade, em qualquer das modalidades, o estudante deverá encaminhar à Secretária de Relações Internacionais - SRI os comprovantes expedidos pela instituição que o recebeu para fins de registro em seu histórico.

Art. 15. Aos estudantes de outras IES que ingressarem na UFRN para atividades de mobilidade de qualquer uma das modalidades descritas no § 1º do art. 12 terão os mesmos direitos e os mesmos deveres dos estudantes regulares.

Parágrafo único. A Secretaria de Relações Internacionais - SRI é responsável pelo provimento de informações aos interessados em realizar atividades de mobilidade na UFRN, bem como pelo encaminhamento do ingresso de estudantes de instituições parceiras estrangeiras nos cursos da UFRN.

Art. 16. As atividades envolvendo dupla titulação, de graduação ou pós-graduação, bem como a cotutela, dependerão de acordos específicos firmados com outra IES, respeitadas as exigências das agências de fomento e dos regulamentos da Graduação e da Pós-graduação.

Art. 17. As atividades de estágio, notadamente aquelas que envolvem acordos com empresas, deverão ser avaliadas pela Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD ou pela Pró-reitoria de Pós-graduação - PPG.

Art. 18. A mobilidade de estudantes para participação em cursos, estágios ou visitas técnicas em empresas, ICTs ou entidades públicas e privadas fica sujeita à sua inserção em projetos desenvolvidos na UFRN, incluindo aqueles que estão vinculados às incubadoras, aos parques tecnológicos e aos parceiros da UFRN envolvidos no ecossistema da inovação.

Art. 19. A duração das atividades acadêmicas em uma instituição estrangeira deverá obedecer aos seguintes prazos:

I - estudos de graduação em outra IES: até três períodos letivos;

II - estudos de pós-graduação em outra IES: até seis meses para os estudantes de Mestrado e até um ano para os estudantes de Doutorado;

III - atividades de pesquisa em outra IES: até seis meses;

IV - atividades de extensão em outra IES: até seis meses; e

V - demais atividades: duração determinada nos acordos específicos.

Parágrafo único. Os prazos que excederem aqueles estipulados nos incisos I a V deverão constar em acordos específicos com outra IES ou, caso não haja acordo específico, ficarão sujeitos à avaliação da Secretaria de Relações Internacionais - SRI, ouvida as Coordenações dos cursos envolvidos e à aprovação da PROGRAD, da PPG ou da SEBTT, conforme o caso.

Seção II

Dos projetos e programas de mobilidade discente internacional

Art. 20. Os estudantes de graduação, pós-graduação ou cursos técnicos da UFRN que se candidatarem a projetos ou programas de Mobilidade Discente Internacional deverão, sendo ou não contemplados com apoio financeiro da UFRN, obedecer estritamente às regras de seleção interna, bem como às exigências dos editais internos ou externos.

§ 1º A participação dos estudantes fica condicionada ao atendimento dos critérios estipulados para seu nível de ensino com a respectiva participação da Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD, da Pró-reitoria de Pós-graduação - PPG ou da Secretaria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - SEBTT.

§ 2º Uma vez selecionados, interna e/ou externamente, os estudantes da UFRN deverão se dirigir à Coordenação de Curso para dar entrada em seu processo de mobilidade, que deverá ser encaminhado à Secretaria de Relações Internacionais - SRI, responsável pela orientação da composição desse processo.

Art. 21. A saída de estudantes da UFRN fica sujeita à aprovação de plano de estudos pelos Coordenadores de Curso nas duas IES e à homologação e registro da mobilidade de acordo com os procedimentos definidos pela Secretaria de Relações Internacionais - SRI e pelas unidades responsáveis por cada nível de ensino, respeitado o princípio da flexibilidade para a equivalência de conteúdos cursados.

§ 1º A saída de estudantes da UFRN para realizar parte dos estudos de pós-graduação em outra IES fica sujeita aos projetos específicos de cada Programa de Pós-graduação.

§ 2º A saída de estudantes da UFRN para atividades de pesquisa em outra IES fica condicionada à participação do estudante em projeto de pesquisa formalmente registrado na Pró-reitoria de Pesquisa - PROPESQ da UFRN ou em algum outro órgão de fomento que preveja a participação da outra IES envolvida.

§ 3º A saída de estudantes da UFRN para atividades de extensão em IES ou instituição estrangeira poderá ocorrer mediante participação do estudante nas seguintes atividades de extensão:

I - projeto de extensão formalmente registrado na UFRN, que tenha previsto atividades específicas em parceria com outra IES;

II - projeto de extensão desenvolvido em cooperação entre universidades ou em rede; e/ou

III - projeto de extensão da universidade que acolhe o estudante.

§ 4º Para efeito do § 3º poderá ser avaliada e/ou contemplada a atribuição de auxílio para a mobilidade de participantes de projetos de extensão que não sejam estudantes da UFRN, ouvida a Pró-reitoria de Extensão - PROEX.

Seção III

Do auxílio financeiro à mobilidade discente internacional

Art. 22. O estudante em Mobilidade Discente Internacional poderá receber auxílio financeiro

determinado no âmbito de cada projeto para a cobertura unitária ou cumulativa dos seguintes itens:

I - financiamento das despesas referentes à documentação necessária para a viagem;

II - financiamento total ou parcial do deslocamento dos estudantes;

III - financiamento total ou parcial do alojamento dos estudantes;

IV - financiamento total ou parcial da alimentação dos estudantes;

V - contratação de seguros de viagem e/ou seguro-saúde;

VI - apoio para aquisição de material didático ou instrumental; e

VII - financiamento total ou parcial do teste de proficiência em língua estrangeira.

§ 1º As características do auxílio financeiro à Mobilidade Discente Internacional, bem como o número de estudantes a ser contemplado em cada projeto, ficam sujeitos à aprovação dos Colegiados Superiores competentes, após terem tramitado pela Plenária do Departamento e pelo Conselho de Centro ou Unidae Acadêmica Especializada, devendo ficar estabelecida e declarada no projeto a fonte de recursos que se encarregará do custeio, assumido em corresponsabilidade pelas unidades envolvidas, de acordo com portarias emitidas em cada situação.

§ 2º O financiamento previsto nos itens II e III deverá obedecer ao disposto em Resolução específica aprovada pelo CONSAD.

§ 3º A determinação dos valores atribuídos a cada item coberto pelo auxílio financeiro à Mobilidade Discente Internacional deverá levar em conta os custos de deslocamento, hospedagem e alimentação nas localidades específicas em que serão realizadas as atividades, devendo ser apresentada em planilha própria para esse fim no corpo de cada projeto.

§ 4º A Coordenação de curso fica responsável pela apresentação das solicitações do auxílio à Mobilidade Discente Internacional nos casos dos estudantes que realizarão estudos ou estágios em outras instituições e que não participam de programas externos específicos.

Art. 23. A atribuição de auxílio a estudantes em uma das atividades descritas no art. 12, § 1º impede-o de concorrer, simultaneamente, ao auxílio financeiro em outras modalidades, mesmo que sua participação esteja comprovada em projetos simultâneos em atividades distintas.

Parágrafo único. Fica igualmente vedada a atribuição de assistência em qualquer das modalidades de mobilidade em simultaneidade com bolsas ou outras formas de auxílio financiadas pela UFRN, bem como por quaisquer agências ou instituições externas.

Art. 24. A concessão de qualquer tipo de assistência pela UFRN fica condicionada à existência de recursos próprios para esse fim.

Sub-seção I

Dos requisitos gerais de concessão

Art. 25. São requisitos gerais para a concessão do auxílio financeiro à Mobilidade Discente Internacional:

I - ser estudante regular da UFRN ou da IES de origem;

II - estar oficialmente inscrito em projetos de pesquisa ou extensão, nos casos em que o auxílio financeiro deva cobrir esse tipo de atividade;

III - apresentar, como estudante da UFRN, no período de concessão do auxílio financeiro, desempenho acadêmico satisfatório, em frequência e aprovação, segundo a avaliação da PROGRAD, da PPG ou da SEBTT, de acordo com seu nível de ensino;

IV - apresentar como estudante de graduação de outra IES carta de sua IES de origem, atestando a necessidade do auxílio financeiro;

V - apresentar como estudante de pós-graduação da UFRN ou de outra IES carta do seu programa de origem e de seu orientador, atestando a necessidade do auxílio financeiro;

VI - desenvolver com competência, assiduidade e zelo acadêmico as atividades de pesquisa, extensão e inovação, devidamente atestadas pela PROPESQ ou pela PROEX, previstas em seu projeto de Mobilidade Discente Internacional; e

VII - assinar termo de compromisso, conforme modelo definido pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE, no caso de estudantes de graduação; pela PPG, no caso de estudantes de pós-graduação; ou pela SEBTT, no caso de estudantes de cursos técnicos.

Art. 26. Os prazos para solicitação de auxílio financeiro à Mobilidade Discente Internacional, nas modalidades I e V, definidas art. 25, deverão constar no Calendário Oficial da UFRN, determinados em conjunto pela PROGRAD e pela SRI, que analisarão e decidirão sobre os casos omissos.

Sub-seção II

Dos requisitos específicos de concessão

Art. 27. O candidato a auxílio financeiro à Mobilidade Discente Internacional deve atender, além dos requisitos gerais da seleção interna, a requisitos específicos de outros editais internos e/ou externos, conforme a natureza de cada projeto.

§ 1º Fica instituída, como requisito específico, a aprovação em exame de proficiência na língua estrangeira em uso na IES para a qual o estudante queira se dirigir em função da realização de atividades de Mobilidade Discente Internacional, ou a apresentação de certificado equivalente em um exame oficial de proficiência linguística emitido por instituições acreditadas pelo país de destino.

§ 2º Fica autorizado ao Instituto Ágora realizar, periodicamente, exame de proficiência na língua estrangeira em uso na IES para a qual o estudante queira se dirigir.

§ 3º Os exames expedidos pelo Instituto Ágora não terão valor nos casos em que as IES parceiras da UFRN ou os programas de mobilidade externos determinem a exigência de exames internacionais de proficiência em línguas estrangeiras.

Seção IV

Da certificação das atividades de mobilidade discente internacional

Art. 28. O estudante da UFRN ou de outra IES que tenha participado de atividade de Mobilidade Discente Internacional terá direito à certificação pela IES de destino, nas condições determinadas nos acordos de cooperação.

§ 1º O estudante da UFRN deverá apresentar à Coordenação de seu curso, ao regressar, segundo a atividade de moblilidade desenvolvida:

I - comprovante oficial da IES de destino de sua aprovação nas atividades curriculares de graduação ou pós-graduação;

II - certificação de seu desempenho em atividade de extensão, de pesquisa ou de inovação assinada pelo responsável pelo projeto na IES de destino; ou

III - comprovação do cumprimento das exigências dos acordos específicos nos demais casos.

§ 2º O estudante de outra IES deverá receber da UFRN os mesmos documentos oficiais comprobatórios relacionados no § 1º.

Seção V

Da avaliação das atividades de mobilidade discente internacional

Art. 29. A avaliação das atividades de Mobilidade Discente Internacional será coordenada pela Secretaria de Relações Internacionais - SRI, por meio de formulários próprios, preferencialmente, por via eletrônica.

§ 1º Os formulários de avaliação deverão ser preenchidos:

I - pelos estudantes participantes, abrangendo toda a experiência de mobilidade feita em caráter obrigatório;

II - pelos coordenadores de curso; e

III - pelos coordenadores dos projetos de estudos, pesquisa, extensão ou inovação.

§ 2º A Secretaria de Relações Internacionais -SRI responsabiliza-se pela interpelação das IES parceiras, nos casos em que o processo de avaliação aponte que a reciprocidade prevista nos acordos de cooperação não tenha ocorrido.

§ 3º A Secretaria de Relações Internacionais - SRI, juntamente com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE, responsabiliza-se pela recondução do estudante a sua IES de origem, nos casos em que ficar comprovada falta grave ou o descumprimento de qualquer norma acadêmica ou que sejam desobedecidas as leis do país em que se localiza a IES de destino.

CAPÍTULO III

DA MOBILIDADE DOCENTE EM ATIVIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Art. 30. A Mobilidade Docente em Atividades de Internacionalização refere-se a participação de docentes efetivos da UFRN em atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação no âmbito de:

I - estudos e missões no exterior;

II - eventos internacionais com apresentação de trabalho científico devidamente aprovado;

III - eventos internacionais de grande destaque na comunidade científica; ou

IV - outras atividades docentes internacionais julgadas relevantes para o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN.

Seção I

Do apoio financeiro às atividades de docentes da universidade no exterior

Art. 31. Os docentes efetivos da UFRN que forem desenvolver as atividades previstas no art. 30, representando a UFRN ou outra instituição relacionada ao ensino, à pesquisa, à extensão ou à inovação, incluindo aquelas que promovem a inovação e o empreendedorismo, poderão concorrer a apoio financeiro da UFRN, consideradas as características do projeto e a inexistência de sobreposição de auxílios financeiros da mesma natureza originados de outras fontes de recursos.

Parágrafo único. Ficam excluídas das atividades passíveis de receber a assistência de que trata o caput a participação de docentes da UFRN ou de outras IES em bancas de qualificação ou defesa de mestrado e doutorado, bem como de bancas de concursos para provimento de vagas de docentes.

Art. 32. O auxílio financeiro às atividades docentes no exterior será determinado no âmbito de cada projeto submetido aos editais de fluxos contínuos, lançados pela Secretaria de Relações Internacionais - SRI, de acordo com os recursos financeiros previstos no orçamento da UFRN ou oriundos de órgãos de fomento externo e a(s) modalidade(s) de apoio a ser(em) implementada(s) a cada trimestre, visando ao financimaneto dos seguintes intens de despesas:

I - financiamento total ou parcial do deslocamento dos docentes;

II - concessão de diárias que poderão cobrir total ou parcialmente o período da mobilidade;

III - contratação de seguros de viagem e/ou seguro-saúde; e

IV - financiamento total ou parcial da taxa de inscrição, no caso da participação em eventos.

Sub-seção I

Dos procedimentos de concessão

Art. 33. A participação dos docentes da UFRN nas missões internacionais e nas reuniões realizadas em território nacional relacionadas ao processo de internacionalização será definida anualmente pela Secretaria de Relações Internacionais - SRI, de acordo com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Parágrafo único. Caberá ao Gabinete do Reitor, por meio das avaliações da Secretaria de Relações Internacionais - SRI, definir a participação da UFRN em missões propostas por outras instituições, governamentais ou não governamentais, fora do planejamento anual.

Art. 34. O apoio à participação de docentes da UFRN em eventos ou outras atividades docentes no exterior será atribuído àqueles que se submeterem a edital de fluxo contínuo que será lançado pela Secretaria de Relações Internacionais - SRI, estabelecendo os prazos para apresentação de pedidos de acordo com a data de realização do evento ou da atividade docente.

§ 1º Os pedidos de que trata o caput deverá ser formulado por meio de projeto contendo:

I - descrição do evento e a comprovação do aceite do trabalho a ser apresentado ou o detalhamento da atividade docente a ser realizada, com a devida documentação expedida pela instituição que receberá o docente;

II - parecer favorável de Programa de Pós-graduação; e

III - demais documentos que deverão compor o projeto, de acordo com o que for exigido no edital.

§ 2º Os pedidos serão apresentados à Secretaria de Relações Internacionais - SRI, que deverá encaminhar o processo às demais unidades e, finda a análise de todas as instâncias, elaborar a lista dos docentes contemplados com apoio financeiro.

§ 3º Os docentes não contemplados deverão receber a análise de mérito de seu projeto e a justificativa para a não concessão do pedido, podendo apresentar recurso ao resultado, de acordo com os prazos estabelecidos no edital.

§ 4º Os docentes contemplados ficam obrigados a entregar à Secretaria de Relações Internacionais - SRI toda documentação nos prazos estabelecidos, bem como fornecer informação adicional necessária à implementação do apoio financeiro, em conformidade com as regras estabelecidas em edital

Sub-seção II

Dos requesitos de concessão

Art. 35. São requisitos gerais para a concessão de apoio financeiro às atividades docentes no exterior:

I - ser docente efetivo da UFRN com título de doutor ou com título de mestre, caso sua participação seja relevante para os objetivos do projeto;

II - estar oficialmente inscrito em projetos acadêmicos em pelo menos uma das seguintes dimensões: ensino, pesquisa, extensão ou inovação e atividades de gestão que não tenham financiamento específico para participação em atividades docentes no exterior;

III - apresentar, no período referente aos três anos anteriores ao período de concessão do apoio financeiro, desempenho acadêmico relevante devidamente registrado no SIGAA, preferencialmente, com destaque internacional na área em que atua, quando não se tratar de interesse relacionado ao Plano de Desenvolvimento Institucional; e

IV - assinar termo de compromisso junto à Secretaria de Relações Internacionais - SRI, no qual estará prevista, quando do seu retorno, a obrigatoriedade de apresentação de relatório e de apresentação sobre a experiência à comunidade da UFRN, guardados os devidos sigilos exigidos pela atividade.

Art. 36. Entre os docentes candidatos ao apoio financeiro, fica assegurada a prioridade àqueles que, cumpridas as exigências do art. 30, nessa ordem:

I - participarem de missão promovida pela UFRN ou por outras instituições com participação da UFRN, que tenha interesse relevante para seu Plano de Desenvolvimento Institucional e para sua política de internacionalização;

II - obtiverem a análise de mérito de sua solicitação por órgão de fomento nacional, federal ou regional, ou internacional, sem concessão ou com concessão parcial de recursos financeiros, ouvida a comissão específica instituída com esta finalidade; e

III - apresentarem em seus projetos a previsão de mais de uma atividade acadêmico-científica.

§ 1º Os docentes candidatos a apoio financeiro para participação em eventos e missões no exterior se comprometem em manter atualizadas as respectivas informações relacionadas a produtividade acadêmico-científica no SIGAA.

§ 2º A participação dos docentes nas missões internacionais da UFRN, que podem incluir também a participação em reuniões estratégicas realizadas no Brasil, será definida de acordo com a necessidade específica de cada ação de internacionalização, ouvidas as áreas e unidades interessadas.

§ 3º Compete à Secretaria de Relações Internacionais - SRI apresentar ao Gabinete do Reitor o planejamento de cada missão a que se refere o § 2º.

Seção II

Do apoio financeiro às atividades de docentes estrangeiros

Art. 37. Docentes ou pesquisadores estrangeiros atuando na UFRN em atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão ou à inovação, incluindo aquelas que promovem o empreendedorismo, poderão concorrer ao apoio financeiro da UFRN, comprovadas a importância de sua atuação para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Parágrafo único. O apoio financeiro a docentes ou pesquisadores estrangeiros será concedido mediante seleção realizada a partir de editais, obedecendo às mesmas exigências apresentadas aos docentes da UFRN, conforme os art. 32 a 36, condicionada à existência de recursos no orçamento da UFRN.

CAPÍTULO IV

DA MOBILIDADE DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM ATIVIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Art. 38. A Mobilidade de Servidores Técnico-Administrativos em Atividades de Internacionalização refere-se à participação de servidores técnico-administrativos efetivos da UFRN em atividades em pelo menos uma das seguintes dimensões: ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, no âmbito de:

I - estudos e missões no exterior;

II - eventos internacionais com apresentação de trabalho científico devidamente aprovado;

III - eventos internacionais de grande destaque na comunidade científica; ou

IV - outras atividades internacionais julgadas relevantes para o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN.

Seção I

Do auxílio financeiro às atividades de servidores técnico-administrativos no exterior

Art. 39. Os servidores tecnico-administrativos efetivos da UFRN que forem desenvolver as atividades previstas no art. 38, representando a UFRN ou outra instituição relacionada à gestão, ao ensino, à pesquisa, à extensão ou à inovação, incluindo aquelas que promovem o empreendedorismo, poderão concorrer a apoio financeiro da UFRN, consideradas as características do projeto e a inexistência de sobreposição de auxílios financeiros da mesma natureza originados de outras fontes de recursos.

Art. 40. O auxílio financeiro às atividades de servidores técnico-administrativos no exterior será determinado no âmbito de cada projeto submetido aos editais de fluxos contínuos, lançados pela Secretaria de Relações Internacionais - SRI, de acordo com os recursos financeiros previstos no orçamento da UFRN ou oriundos de órgãos de fomento externo e a(s) modalidade(s) de apoio a ser(em) implementada(s) a cada trimestre, visando ao financimaneto dos seguintes intens de despesas:

I - financiamento total ou parcial do deslocamento dos servidores técnico-administrativos;

II - concessão de diárias que poderão cobrir total ou parcialmente o período da mobilidade;

III - contratação de seguros de viagem e/ou seguro-saúde; e

IV - financiamento total ou parcial da taxa de inscrição, no caso da participação em eventos.

Seção II

Das condições para a concessão

Art. 41. São requisitos gerais para a concessão de auxílio financeiro a servidores técnico-administrativos da UFRN:

I - participar de atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e de ações estratégicas de desenvolvimento da gestão universitária;

II - participar de atividades externas de capacitação, eventos, estudos ou missões no exterior que não tenham financiamento específico para participação no exterior;

III - apresentar resultado de avaliação do desempenho profissional favorável, no período de três anos anteriores ao período de concessão do auxílio financeiro, devidamente registrado no SIGRH-UFRN, por meio da avaliação de desempenho;

IV - não estar respondendo a Processo Administrativo Disciplinar - PAD no momento da solicitação e durante o período de concessão do auxílio financeiro; e

V - assinar termo de compromisso obrigando-se a apresentar à UFRN relatório e apresentação sobre a experiência vivenciada, preservando-se o sigilo imposto pela atividade.

Seção II

Dos procedimentos de concessão

Art. 42. A participação dos servidores técnico-administrativos da UFRN nas atividades de internacionalização será definida anualmente pela Secretaria de Relações Internacionais - SRI e pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP, segundo os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Parágrafo único. Caberá ao Gabinete do Reitor, com base nas avaliações da Secretaria de Relações Internacionais - SRI e da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas PROGESP, definir a participação da UFRN em atividades de internacionalização fora do planejamento anual, propostas por outras instituições governamentais ou não governamentais.

Art. 43. O auxílio financeiro somente será concedido a servidores técnico-administrativos da UFRN que se inscreverem nas atividades de internacionalização, segundo regras estabelecidas em editais de fluxo contínuo, lançados pela SRI e pela PROGESP.

Art. 44. Os pedidos de concessão de auxílio financeiro deverá conter as seguintes informações:

I - descrição das atividades de internacionalização com a devida documentação expedida pela instituição que receberá o servidor técnico-administrativo; e

II - documentos exigidos no edital de seleção.

§ 1º Os pedidos serão apresentados à Secretaria de Relações Internacionais - SRI, que deverá encaminhá-los a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP para análise de mérito.

§ 2º Os servidores técnico-administrativos contemplados ficam obrigados a entregar à Secretaria de Relações Internacionais - SRI toda documentação nos prazos estabelecidos em edital, bem como qualquer informação adicional necessária à implementação do auxílio.

§ 3º Os servidores técnico-administrativos não contemplados poderão apresentar recurso de acordo com os prazos estabelecidos no edital.

Art. 45. Dentre os servidores técnico-administrativos, fica assegurada prioridade àqueles que, cumpridas as exigências do art. 44, nessa ordem:

I - forem participar de estudo ou missão promovidos pela UFRN ou por outras instituições com a participação da UFRN, que apresentem relevante interesse para o Plano de Desenvolvimento Institucional e para a política de internacionalização da Universidade;

II - obtiverem análise de mérito de sua solicitação por órgão de fomento nacional, regional ou internacional;

III - apresentarem projetos e/ou trabalhos que estão inseridos no Programa de Qualificação Institucional da UFRN; ou

IV - apresentarem, em seus projetos, a previsão de mais de uma atividade de natureza técnica, acadêmica ou científica.

Art. 46. Nos casos de servidores técnico-administrativos que também sejam estudantes com vínculo ativo na UFRN, a concessão de auxílio finaceiro observará as disposições das normas que estabelecem os afastamentos de servidores da UFRN.

Art. 47. A participação de servidores técnico-administrativos nos estudos ou missões internacionais da UFRN, inclusive a participação em reuniões estratégicas realizadas no Brasil, será definida de acordo com a necessidade específica de cada ação de internacionalização, ouvidas as áreas e unidades interessadas, sendo de responsabilidade da Secretaria de Relações Internacionais - SRI e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP, a apresentação ao Gabinete do Reitor do planejamento de cada evento, atividade técnica, estudo ou missão.

CAPÍTULO V

DA COOPERAÇÃO COM INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

Seção I

Dos acordos de cooperação internacional

Art. 48. Para oficializar a cooperação científica e acadêmica com outras instituições no contexto da internacionalização, a UFRN firmará convênios ou acordos de cooperação, devidamente amparados pela legislação brasileira.

§ 1º Os convênios são documentos de parceria firmados pela UFRN com instituições brasileiras ou estrangeiras para fins de financiamento de projetos ou programas, sendo estipuladas as responsabilidades das partes e as regras de propriedade dos resultados obtidos.

§ 2º Os acordos de cooperação são documentos de parceria firmados pela UFRN com instituições brasileiras ou estrangeiras para fins acadêmico-científicos, devendo estipular as atividades a serem desenvolvidas e, se for o caso, as fontes de recurso para o custeio das atividades.

Seção II

Dos países e instituições de interesse

Art. 49. No âmbito desta Política de Internacionalização, a UFRN está aberta a cooperar com todo e qualquer país que tenha o reconhecimento da comunidade internacional e que mantenha relações diplomáticas com o Brasil.

§ 1º Para consolidar a internacionalização de seus programas e cursos, observadas as áreas prioritárias definidas pelo Comitê de Gestão da Internacionalização, realizar-se-ão parcerias com instituições de comprovada excelência.

§ 2º A cooperação com instituições latino-americanas é prioridade desta Política de Internacionalização, como forma de colaborar com a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, conforme exposto no parágrafo único, do art. 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 3º As parcerias com instituições dos países em desenvolvimento com o estabelecimento de projetos de cooperação Sul-Sul e com os BRICS têm importância destacada, visando o compartilhamento de conhecimentos para a solução de problemas locais ou regionais.

Art. 50. Em casos de participação dos diferentes cursos, programas ou projetos da UFRN em editais externos que tenham exigências específicas relativamente aos países e/ou instituições cuja parceria é favorecida, ficam os responsáveis pelos cursos, programas ou projetos livres para buscar a parceria desejada, incentivando-se, sempre que possível, a inclusão de parceiros do hemisfério sul para reafirmar a responsabilidade social da UFRN como instituição de ensino pública brasileira.

CAPÍTULO VI

DO FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Art. 51. As atividades de internacionalização poderão ser financiadas por:

I - parcerias estabelecidas com outras instituições, no âmbito dos convênios ou acordos de cooperação firmados pela UFRN;

II - agências de fomento governamentais ou não-governamentais, brasileiras ou estrangeiras;

III - doações em conformidade com a regulamentação interna vigente; e

IV - recursos do orçamento da UFRN, executados por qualquer uma de suas unidades administrativas e acadêmicas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52. Os casos omissos relativos à Política de Internacionalização da UFRN serão analisados pela Secretaria de Relações Internacionais - SRI mediante consulta às unidades administrativas e acadêmicas diretamente envolvidas.

Art. 53. Revogam-se as seguintes Resoluções:

I - Resolução nº 051/2013-CONSEPE, de 02 de abril de 2013;

II - Resolução nº 091/2014-CONSEPE, de 03 de junho de 2014;

III - Resolução nº 189/2017-CONSEPE, de 20 de novembro;

IV - Resolução 217/2019-CONSEPE, de 10 de dezembro de 2019; e

V - Resolução nº 216/2019-CONSEPE, de 10 de dezembro de 2019.

Art. 54. Esta Resolução entra em vigor em 01 de agosto de 2022.

HENIO FERREIRA DE MIRANDA

**RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 4-CONSEPE-CONSAD, DE 17 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa de Assistência Estudantil - PAE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas, respectivamente, pelo art. 17, III e XII e art. 19, III, IV e XI; do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO o princípio constitucional da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola instituído no art. 206, inciso I, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o art. 4º, inciso VIII, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), prevê o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE), na Meta 10, estratégia 10.9 determina institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

CONSIDERANDO a determinação prevista no art. 2º, § 2º, do Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, para a Universidade definir os critérios e a metodologia de seleção dos estudantes de graduação presencial a serem beneficiados com as ações de assistência estudantil do programa;

CONSIDERANDO as orientações expressas no Ofício-Circular nº 16/2019-CGRE/DIPPES/SESU/SESU-MEC, o qual apresenta inconformidades e boas práticas de gestão para os recursos do PNAES;

CONSIDERANDO a Resolução nº 018/2020-CONSUNI, de 18 de dezembro de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 245/2020, de 18 de dezembro de 2020; e

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.024749/2022-78, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Assistência Estudantil - PAE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

TÍTULO I

DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Art. 2º O Programa de Assistência Estudantil - PAE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN tem por objetivo prover meios aos estudantes de graduação, de pós-graduação, da educação infantil, de anos iniciais do ensino fundamental e de cursos técnicos de nível médio, a fim de viabilizar a igualdade de oportunidades, melhorar o desempenho acadêmico e garantir a permanência e conclusão de curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos que contribuam para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

Art. 3º São objetivos do Programa de Assistência Estudantil - PAE:

I - contribuir para a permanência, êxito e conclusão de estudantes de cursos na UFRN em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

II - Contribuir para a redução dos índices de repetência e evasão de estudantes em decorrência da situação de vulnerabilidade socioeconômica;

III - facilitar a acessibilidade de pessoas com necessidades específicas permitindo a permanência, êxito e conclusão do curso em formação acadêmica com qualidade;

IV - contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes; e

V - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação e respeito à diversidade humana.

Art. 4º As ações do PAE são realizadas por meio da concessão de:

I - bolsas: recursos financeiros ofertados com o propósito de incentivar e fomentar a formação acadêmica integral, bem como contribuir para a permanência dos estudantes na Instituição;

II - auxílios: recursos ofertados de forma financeira ou estrutural para atendimento às necessidades específicas de permanência e êxito do estudante na Instituição; e

III - serviços: programas, projetos e ações que visem atender às necessidades socioeconômicas, psicossociais, pedagógicas e de saúde física e mental da comunidade estudantil.

CAPÍTULO I

DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA

Seção I

Dos requisitos gerais de seleção dos beneficiários

Art. 5º São requisitos gerais para seleção dos beneficiários de auxílios e bolsas de assistência estudantil do PAE:

I - ser estudante regularmente matriculado na graduação, na pós-graduação, na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e nos cursos técnicos de nível médio da UFRN;

II - ser estudante prioritário, nos termos do art. 11;

III - não ter vínculo empregatício, exceto nos casos em que a renda declarada obedeça ao limite de até um salário mínimo e meio;

IV - assinar Termo de Compromisso conforme modelo definido nos casos previstos em edital;

V - não acumular diferentes modalidades de bolsas, exceto a bolsa atleta; e

VI - não acumular auxílios e/ou bolsas da mesma modalidade no semestre quando matriculados, concomitantemente, em cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação ofertados pela UFRN.

§ 1º Além dos requisitos gerais previstos nos incisos I a VI, os candidatos a auxílios e bolsas de assistência estudantil devem atender a requisitos específicos, conforme a natureza do benefício, nos termos desta Resolução e/ou editais acadêmicos.

§ 2º É permitida a acumulação de bolsas de assistência estudantil com os auxílios previstos nesta Resolução e qualquer outro tipo de ajuda financeira proveniente de órgãos públicos ou privados, exceto nos casos em que haja comprovada duplicidade de auxílio ou bolsas com o mesmo objeto e finalidade.

§ 3º Estudantes em programas de mobilidade nacional ou internacional, mesmo que sem o objetivo de obtenção de diploma na UFRN, podem ser atendidos pelo PAE.

Art. 6º Para a renovação dos benefícios, além dos requisitos previstos no art. 5º, serão necessários a partir da concessão:

I - no caso de estudantes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, apresentar desempenho acadêmico satisfatório a partir do semestre de concessão do benefício, considerada a frequência geral de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento);

II - no caso de estudantes dos cursos técnicos de nível médio, apresentar desempenho acadêmico satisfatório a partir do semestre de concessão do benefício, considerados:

a) frequência geral de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento); e

b) média geral de, no mínimo, 7 (sete), exceto nos casos em que os estudantes forem aprovados por conselho de classe, inclusive em regime de dependência.

III - no caso de estudantes de graduação, apresentar desempenho acadêmico satisfatório a partir do semestre de concessão do benefício, apresentando Índice de Eficiência de Carga Horária (IECH) igual ou superior ao valor médio deste índice para os estudantes do mesmo curso; e

IV - no caso de estudantes de pós-graduação será considerado o Índice de Desempenho Acadêmico - IRA, o qual varia de 3 a 5.

Parágrafo único. As situações de rendimento que não atendam o estabelecido no caput serão analisadas por equipe multiprofissional, que emitirá parecer técnico.

Art. 7º A seleção de estudantes para as bolsas do PAE será feita mediante registro no Cadastro Único da UFRN.

Art. 8º A seleção de beneficiários para os auxílios do PAE será feita mediante processo seletivo, via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas -SIGAA, entre estudantes inscritos no cadastro único que estiverem identificados como prioritários, observando-se a condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Parágrafo único. Os casos excepcionais poderão ser analisados e concedidos mediante processo administrativo devidamente motivado.

Seção II

Do cadastro único

Art. 9º O Cadastro Único da UFRN é um formulário eletrônico acessível no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA, tendo por objetivo registrar informações socioeconômicas da comunidade estudantil necessárias à identificação de estudantes com perfil prioritário para acesso às bolsas, aos auxílios e aos serviços do PAE.

§ 1º O Cadastro Único deverá ser preenchido pelos estudantes da UFRN a cada semestre letivo, sendo obrigatório para aqueles que pleiteiam bolsas, auxílios e serviços do PAE, exceto nos casos de estudantes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental que deverá ser preenchido por responsável legal.

§ 2º O preenchimento do Cadastro Único é de exclusiva responsabilidade do estudante ou de seu responsável legal, bem como a veracidade das informações prestadas e dos documentos comprobatórios da situação socioeconômica familiar.

§ 3º Os documentos comprobatórios necessários à avaliação socioeconômica, anexados no ato da adesão ao Cadastro Único, serão divulgados pela equipe técnica de serviço social da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE.

§ 4º O preenchimento e/ou anexo de documento incorreto poderá acarretar na perda do direito de acesso às bolsas, aos auxílios e aos serviços do PAE.

Art. 10. Caberá à Comissão Intersetorial do Cadastro Único, a ser designada pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE, a coordenação do Cadastro Único da UFRN, mantendo-o atualizado de modo a assegurar o controle das concessões de benefícios a cada beneficiário incluído no PAE.

Parágrafo único. O gerenciamento, a orientação e o monitoramento do Cadastro Único serão de responsabilidade da equipe técnica de serviço social da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE.

Seção III

Da avaliação socioeconômica

Art. 11. Considera-se estudante prioritário aquele que possua renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio e/ou comprove situação de vulnerabilidade e/ou risco social por meio de avaliação socioeconômica.

Parágrafo único. A comprovação da situação de vulnerabilidade socioeconômica a que se refere o caput será realizada por meio de avaliação socioeconômica a partir das informações registradas e documentos inseridos pelo estudante no Cadastro Único disponibilizado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA, contendo as seguintes informações:

I - situação atual de moradia do estudante;

II - condição patrimonial de moradia e de acesso a bens e serviços do estudante e do grupo familiar;

III - nível de escolaridade do estudante;

IV - tipo de instituição de conclusão do ensino básico: escola pública, filantrópica ou escola particular com ou sem bolsa integral;

V - participação ou não do estudante na renda familiar;

VI - trabalho do estudante, se for o caso: local, remuneração, tipo de vínculo e atividade;

VII - membros do grupo familiar: quantidade de membros, grau de parentesco, renda familiar e ocupação;

VIII - situação de escolaridade do pai, da mãe ou responsável;

IX - situação de saúde do estudante e do grupo familiar;

X - Informações sobre dados do estudante ou membro do grupo familiar com deficiência; e

XI - itens de conforto familiar e respectivas quantidades.

Art. 12. A equipe técnica de serviço social será responsável pela análise socioeconômica e validação da condição de prioridade do estudante.

§ 1º A análise a que se refere o caput utilizará de instrumentos/técnicas necessários para fundamentar o estudo socioeconômico dos beneficiários do PAE.

§ 2º A equipe técnica de serviço social se utilizará de entrevista social, análise documental, visita domiciliar, parecer técnico, dentre outros instrumentos/técnicas cabíveis para a realização do estudo socioeconômico.

§ 3º Quando necessário, a avaliação psicossocial será realizada para complementar a análise socioeconômica.

CAPÍTULO III

DO FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

Art. 13. As ações do PAE serão financiadas com as seguintes fontes de recursos:

I - recursos provenientes do orçamento da UFRN;

II - recursos captados por meio de instrumentos jurídicos celebrados com órgãos públicos e entidades com ou sem fins lucrativos;

III - recursos provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES;

IV - recursos provenientes do Programa Educação de Qualidade destinados à assistência de estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;

V - recursos provenientes do Programa Educação Básica de Qualidade destinado ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica; e

VI - outras fontes de recursos orçamentários.

§ 1º Os recursos provenientes do orçamento da UFRN serão especificados na distribuição orçamentária anual a ser submetida à aprovação do CONSAD, discriminando as fontes de recursos para cada ação do PAE.

§ 2º As fontes de recursos captadas por meio de instrumentos jurídicos celebrados com órgãos públicos e entidades com ou sem fins lucrativos são especificadas nos respectivos planos de trabalho.

§ 3º Os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES são repassados à Universidade anualmente pelo Ministério da Educação ou consignados diretamente no orçamento destinado à UFRN (art. 7º e 8º, do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010).

§ 4º Os recursos destinados à assistência aos estudantes das Instituições Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica, descritos nos incisos IV e V, são repassados à Universidade anualmente pelo Ministério da Educação, conforme definido na Lei Orçamentária Anual - LOA (art. 165, § 5º, inciso I, da Constituição Federal).

§ 5º Os recursos utilizados pela Pós-graduação são advindos do orçamento da UFRN, seguindo programação orçamentária definida pelo Governo Federal.

Art. 14. As ações do PAE financiadas com recursos do PNAES serão, prioritariamente, concedidas a estudantes de graduação presencial oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e que se enquadrem na condição de vulnerabilidade socioeconômica (art. 5º, do Decreto nº 7.234/ 2010).

§ 1º Para auxílios e bolsas custeadas com recursos advindos do PNAES é necessário que o estudante seja considerado prioritário no Cadastro Único da UFRN.

§ 2º O acesso aos serviços disponibilizados pelo PAE, custeados com recursos advindos do PNAES, é destinado ao estudante considerado prioritário no Cadastro Único da UFRN.

Art. 15. Além dos auxílios, bolsas de assistência estudantil e serviços compreendidos no PAE, os recursos do PNAES também poderão financiar bolsas de estudo, pesquisa e extensão vinculadas a projetos acadêmicos formalmente aprovados pela Universidade, com a participação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, consoante previsão legal contida no art. 3º, do Decreto nº 7.234/ 2010.

Art. 16. Além dos auxílios e bolsas de assistência estudantil compreendidas no PAE, os recursos orçamentários provenientes da Lei Orçamentária Anual - LOA destinados à assistência aos estudantes das Instituições Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica poderão financiar outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e êxito do desempenho do estudante.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA

Art. 17. A avaliação e acompanhamento das ações do PAE serão realizados a cada 2 (dois) anos pela Comissão Própria de Avaliação - CPA com base em indicadores de desempenho institucional.

Parágrafo único. Inclui-se na avaliação e monitoramento previstos no caput as ações financiadas com recursos provenientes do PNAES.

Art. 18. A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE realizará, periodicamente, monitoramento do desempenho acadêmico dos estudantes dos programas de assistência estudantil financiados pelo PNAES, pesquisa de impacto e satisfação das bolsas e auxílios concedidos pelo PAE.

Art. 19. A Secretaria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - SEBTT realizará, periodicamente, por meio de relatórios técnicos, monitoramento das Unidades Acadêmicas Especializadas ofertantes de cursos técnicos de nível médio e do Núcleo da Educação Infantil Colégio de Aplicação (NEI CAp/UFRN) a fim de avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes contemplados com bolsas e auxílios concedidos pelo PAE, financiados com recursos orçamentários previstos nos incisos IV e V do art. 13.

TÍTULO II

DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS

Art. 20. Os auxílios estudantis compreendem:

I - auxílio alimentação;

II - auxílio transporte;

III - auxílio moradia;

IV - auxílio creche;

V - auxílio saúde menstrual;

VI - auxílio óculos;

VII - auxílio instrumental;

VIII - auxílio emergencial;

IX - auxílio inclusão digital;

X - auxílio financeiro; e

XI - auxílio permanência na educação básica.

§ 1º Os auxílios mencionados no caput serão concedidos com base em critérios de avaliação das condições socioeconômicas previstas nos art. 5º e 6º desta Resolução.

§ 2º O acesso aos auxílios a que se referem o caput, exceto os auxílios previstos nos incisos VIII e X, se dará por meio de processos seletivos regidos por editais específicos a cada semestre letivo.

§ 3º Estudantes vinculados ao ensino infantil, ensino fundamental, cursos técnicos de nível médio e de pós-graduação poderão ser beneficiários de auxílios estudantis desde que sejam custeados com recursos orçamentários destinados a esse fim.

CAPÍTULO I

DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Art. 21. O auxílio alimentação tem por objetivo suprir necessidades alimentares dos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, mediante fornecimento de refeições pelo restaurante universitário da UFRN.

§ 1º Excepcionalmente, poderá ser concedido auxílio alimentação em espécie quando ocorrer as seguintes situações:

I - suspensão das atividades ou de inexistência de restaurante universitário nos campi; ou

II - nos casos de comprovação médica de restrição alimentar, quando não houver viabilidade de atendimento pelo restaurante universitário.

§ 2º O auxílio alimentação poderá ser acumulado com outra modalidade de auxílio e bolsa de assistência estudantil, desde que atendidos os requisitos específicos para sua concessão, isoladamente ou em conjunto.

§ 3º O acesso dos estudantes ao auxílio alimentação na modalidade do restaurante universitário será realizado nas seguintes formas.

I - gratuita: destinado aos estudantes prioritários, conforme estabelecido no art. 11; e

II - parcialmente subsidiado: destinado aos estudantes com renda per capita familiar entre 1,5 e 3 salários mínimos.

§ 4º Durante os períodos de recesso acadêmico, a necessidade da manutenção do auxílio alimentação deverá ser comprovada pelo beneficiário mediante desenvolvimento de atividade formativa ou assistencial.

§ 5º O acesso de estudantes de pós-graduação ao auxílio alimentação está condicionado ao não recebimento de bolsas de mestrado ou de doutorado.

CAPÍTULO II

DO AUXÍLIO TRANSPORTE

Art. 22. O auxílio transporte destina-se ao custeio de deslocamento de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica às atividades curriculares, por meio de concessão financeira para aquisição de passagens.

Art. 23. O auxílio transporte poderá ser acumulado com outra modalidade de auxílio e bolsa de assistência estudantil, exceto com auxílio moradia, desde que atendidos os requisitos específicos para sua concessão, isoladamente ou em conjunto.

Parágrafo único. Ao estudante beneficiado com o auxílio moradia, na modalidade residência universitária, poderá ser fornecido o auxílio transporte nos casos em que a residência universitária esteja localizada em município distinto da sede onde o curso presencial é oferecido.

CAPÍTULO III

DO AUXÍLIO MORADIA

Art. 24. O auxílio moradia visa assegurar habitação a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica cujo grupo familiar não resida na cidade onde realiza o curso ou cidades limítrofes da sede do curso, por meio do acesso à vaga em residência estudantil ou concessão de auxílio em espécie.

§ 1º Poderá ser assistido com o auxílio moradia, independentemente da territorialidade, estudantes oriundos da zona rural com inviabilidade de deslocamento para a sede do curso, ou em situação de grave violação de direitos humanos e/ou sob risco de vida.

§ 2º As condições previstas no § 1º serão identificadas a partir de parecer técnico do serviço social.

§ 3º O auxílio em espécie será concedido a estudantes não contemplados com direito a ocupação de vaga em residência estudantil, e que atendam aos critérios estabelecidos pelo Programa de Assistência Estudantil na UFRN, observando-se os limites orçamentários disponíveis.

Art. 25. O direito à ocupação de vaga em residência universitária ou ao auxílio moradia em espécie são concedidos cumulativamente com o auxílio alimentação e com outras modalidades de auxílios e bolsas de assistência estudantil previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. O direito à ocupação de vaga em residência estudantil será concedido de acordo com critérios estabelecidos pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE, prioritariamente, a estudantes da UFRN em primeiro curso técnico de nível médio, de graduação ou de pós-graduação presenciais que sejam socioeconomicamente carentes.

Seção I

Das prioridades

Art. 26. O direito à concessão do auxílio moradia a estudantes de graduação deverá atender à seguinte ordem de prioridade:

I - estudantes em primeiro curso de graduação presencial;

II - estudantes de cursos presenciais com formação em dois ciclos, desde que a única graduação anterior seja de curso de primeiro ciclo e que o ingresso no curso de segundo ciclo tenha sido imediatamente após a conclusão do curso de primeiro ciclo;

III - estudantes que tenham ingressado uma única vez em novo curso de graduação presencial sem concluir curso anterior;

IV - estudantes reingressantes que tenham concluído um primeiro curso na UFRN, que nunca foram atendidos pelo PAE;

V - estudantes reingressantes que tenham concluído um primeiro curso em outra instituição de ensino superior; e

VI - estudantes reingressantes que tenham concluído um primeiro curso na UFRN e já tenham sido beneficiados pelo PAE;

Art. 27. Estudantes de pós-graduação poderão ser beneficiários de auxílio moradia desde que sejam custeados com recursos orçamentários próprios e os beneficiários não sejam contemplados com bolsas de mestrado ou doutorado.

Art. 28. O direito à concessão do auxílio moradia a estudantes dos cursos técnicos de nível médio deverá atender à seguinte ordem de prioridades:

I - estudantes em um primeiro curso técnico presencial;

II - estudantes adolescentes, menores de 18 anos;

III - estudantes reingressantes em curso técnico presencial;

IV - estudantes reingressantes em curso técnico presencial que tenham concluído um primeiro curso em outra instituição; e

V - estudantes reingressantes em curso técnico presencial que tenham concluído um primeiro curso na UFRN e já tenham sido beneficiados pelo PAE.

Art. 29. O direito à ocupação de vaga nas residências estudantis ou a concessão de auxílio moradia em espécie a estudantes de pós-graduação devem observar as seguintes prioridades:

I - primeiro, estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica sem bolsa; e

II - segundo, estudantes com bolsa que mantenham a condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Seção II

Dos requisitos de concessão, renovação e vigência

Art. 30. A avaliação e vigência das solicitações de concessão e a renovação do auxílio moradia ocorrem a cada semestre letivo, sendo concedidas por meio de processos seletivos regidos em editais específicos.

Art. 31. A renovação do auxílio moradia está condicionada ao atendimento simultâneo dos seguintes requisitos:

I - ser estudante prioritário conforme previsto no art. 11;

II - estar regularmente matriculado em número de disciplinas que permita o término do curso dentro do limite máximo de integralização curricular estabelecido pelo Regulamento dos Cursos de Graduação da UFRN e, para os cursos técnicos, estabelecido pelo Regulamento dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio da UFRN;

III - apresentar, a partir do semestre de concessão do auxílio, desempenho acadêmico em conformidade com art. 6º desta Resolução;

IV - no caso de estudantes de graduação, pós-graduação e estudantes do cursos técnicos de nível médio, proceder de acordo com os direitos e deveres dispostos no Regimento para Funcionamento das Residências Estudantis; e

V - não ter completado as condições para colar grau no semestre objeto da avaliação, conforme apurado no registro acadêmico do beneficiário, exceto para os casos previstos pelo art. 26, inciso I, desta Resolução.

§ 1º Desatendidas quaisquer das condições estabelecidas no caput e respectivos incisos, o estudante terá a sua solicitação indeferida, podendo, a partir do prazo estabelecido em edital, interpor recurso.

§ 2º O recurso interposto na forma do § 1º será avaliado pelo serviço social de cada unidade.

Art. 32. Indeferido o requerimento do benefício, poderá o estudante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, interpor recurso administrativo, contado a partir da divulgação do resultado parcial do processo seletivo.

§ 1º O recurso será dirigido à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE ou à unidade que proferiu a decisão, que, não o reconsiderando no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, o encaminhará à autoridade imediatamente superior.

§ 2º A autoridade superior terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para decidir sobre o recurso.

§ 3º Da decisão da autoridade superior caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis para a Comissão de Assuntos Estudantis, que decidirá de forma terminativa o recurso administrativo.

Art. 33. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 34. O recurso não será reconhecido quando interposto fora do prazo e após exaurida a esfera administrativa.

Parágrafo único. Não sendo acatado o recurso, o auxílio do beneficiário será cancelado mediante as seguintes condições:

I - concedido aos estudantes da moradia estudantil o prazo de 30 (trinta) dias para desocupar as instalações da residência;

II - cancelado para os estudantes beneficiados com o auxílio moradia em espécie o pagamento do benefício no mês subsequente, a contar da data de recebimento da notificação contendo o parecer da avaliação do recurso; e

III - será convocado novo beneficiário, de acordo com a lista classificatória resultante do processo seletivo do semestre.

Art. 35. Ao estudante de graduação e cursos técnicos de nível médio que tiver atendido às condições para a conclusão do seu curso será concedido o prazo de 30 (trinta) dias, após a integralização da carga horária, para a desocupação da moradia estudantil e finalização do auxílio moradia em espécie.

§ 1º Ao estudante de pós-graduação que tiver defendido sua dissertação ou tese será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação da moradia estudantil e finalização do auxílio moradia em espécie.

§ 2º O prazo a que se refere o caput poderá ser prorrogado por igual período mediante recurso à Comissão de Assuntos Estudantis - CAE.

Art. 36. Da decisão proferida pelo órgão ou autoridade competente, caberá recurso ao Conselho de Administração da UFRN - CONSAD.

CAPÍTULO IV

DO AUXÍLIO CRECHE

Art. 37. O auxílio creche, efetuado por meio de pagamento em espécie, tem por objetivo subsidiar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na contratação de serviços de creches ou de cuidadores para seus filhos, visando contribuir com a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e a consequente redução da retenção e da evasão escolar associadas às dificuldades da maternidade ou paternidade.

§ 1º O auxílio creche será concedido, prioritariamente, aos estudantes em primeiro curso dos diferentes níveis de ensino.

§ 2º Poderá ser atendido a(o) estudante que possuir filho menor, entre 0 a 6 anos incompletos.

§ 3º A concessão do auxílio ocorrerá somente a um dos pais ou responsável legal, quando ambos forem estudantes da UFRN.

§ 4º A concessão do auxílio será destinada ao pai ou a mãe que detiver a guarda legal do dependente, em caso de pais separados.

§ 5º O estudante com dois ou mais filhos poderá receber até dois auxílios creche, a depender da disponibilidade orçamentária.

§ 6º O auxílio é concedido durante o semestre letivo a partir do mês de concessão.

§ 7º Ao término do semestre letivo, haverá prorrogação do pagamento do benefício até a divulgação do resultado parcial do edital de renovação do semestre subsequente.

Art. 38. O auxílio creche poderá ser acumulado com outra modalidade de auxílio e bolsa de assistência estudantil, desde que atendidos os requisitos específicos para sua concessão, isoladamente ou em conjunto.

CAPÍTULO V

DO AUXÍLIO SAÚDE MENSTRUAL

Art. 39. O auxílio saúde menstrual destina-se a aquisição de insumos para a higiene menstrual de estudantes identificados como prioritários nos termos do art. 11 com o objetivo de garantir a dignidade menstrual.

§ 1º O auxílio saúde menstrual será concedido em até 02 (duas) vezes por semestre e poderá ser acumulado com outras modalidades de auxílios e bolsas de assistência estudantil, desde que atendidos os requisitos específicos para sua concessão, isoladamente ou em conjunto.

§ 2º O valor do auxílio saúde menstrual será definido pelo CONSAD.

§ 3º Quando da publicação do resultado do processo seletivo para o auxílio menstrual, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE tornará público apenas parte do CPF dos beneficiários com a finalidade de preservação pessoal.

CAPÍTULO VI

DO AUXÍLIO ÓCULOS

Art. 40. O auxílio óculos, efetuado por meio de pagamento em espécie em parcela única, tem por objetivo subsidiar despesas de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para aquisição de óculos com lentes corretivas, contribuindo para sua permanência e conclusão do curso.

§ 1º O auxílio óculos será concedido, prioritariamente, aos estudantes em primeiro curso dos diferentes níveis de ensino.

§ 2º É permitida a compra de uma armação com lentes corretivas ou um par de lentes de contato corretivas.

§ 3º Não é permitida a compra de óculos de sol ou acessórios.

§ 4º A compra deverá ser feita somente após o recebimento do auxílio.

§ 5º A prestação de contas do auxílio óculos é obrigatória e deverá ser realizada pelo estudante conforme previsto em edital específico.

§ 6º Ao estudante já contemplando com o auxílio óculos somente poderá realizar nova solicitação após o intervalo mínimo de 12 (doze) meses.

Art. 41. O auxílio óculos poderá ser acumulado com outra modalidade de auxílio e bolsa de assistência estudantil, desde que atendidos os requisitos específicos para sua concessão, isoladamente ou em conjunto.

CAPÍTULO VII

DO AUXÍLIO INSTRUMENTAL

Art. 42. O auxílio instrumental, efetuado por meio de pagamento em espécie, tem por objetivo subsidiar a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, didático-acadêmicos ou matérias de biossegurança para atender exigências de componentes curriculares de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para sua permanência e conclusão do curso.

§ 1º O auxílio instrumental será concedido, prioritariamente, aos estudantes em primeiro curso dos diferentes níveis de ensino.

§ 2º A condição de residente estudantil não desautoriza a solicitação do auxílio instrumental.

Art. 43. O auxílio instrumental será custeado com os recursos especificados no art. 13 desta Resolução, condicionado à disponibilidade orçamentária, por meio de edital específico conduzido pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE ou pelas escolas especializadas.

Parágrafo único. Os valores do auxílio instrumental serão estabelecidos em editais específicos, tendo por base a distribuição orçamentária aprovada pelo CONSAD.

Art. 44. O auxílio instrumental poderá ser acumulado com outra modalidade de auxílio e bolsa de assistência estudantil, desde que atendidos os requisitos específicos para sua concessão, isoladamente ou em conjunto.

CAPÍTULO VIII

DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Art. 45. O auxílio emergencial, de caráter excepcional e temporário, tem por objetivo atender demandas que coloquem em risco a permanência na Universidade de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou risco social, regularmente matriculados em cursos na UFRN.

§ 1º O benefício será concedido uma única vez mediante processo administrativo devidamente motivado por parecer de equipe técnica multiprofissional da UFRN.

§ 2º O auxílio emergencial é efetuado por meio de pagamento em espécie ao estudante até o limite de seis parcelas.

§ 3º O auxílio emergencial poderá ser acumulado com outra modalidade de auxílio e bolsa de assistência estudantil, desde que atendidos os requisitos específicos para sua concessão, isoladamente ou em conjunto.

§ 4º O valor do auxílio emergencial será definido pelo CONSAD.

CAPÍTULO IX

DO AUXÍLIO INCLUSÃO DIGITAL

Art. 46. O auxílio inclusão digital objetiva contribuir para que os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em cursos presenciais, possam adquirir pacotes de dados e acesso à internet de forma a participar integralmente das atividades acadêmicas, nas seguintes situações:

I - estudantes com dificuldade no acompanhamento de atividades de ensino, mediadas por tecnologias digitais de informação e comunicação, prioritariamente, àqueles que residam em localidade de difícil acesso à internet;

II - estudantes que estejam em regime de exercício domiciliar; e

III - estudantes com necessidade específica.

§ 1º O auxílio será concedido em até 03 (três) parcelas.

§ 2º O valor do auxílio inclusão digital será definido pelo CONSAD.

CAPÍTULO X

DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Art. 47. O auxílio financeiro destina-se ao custeio de despesas de estudantes da UFRN para participarem de atividades e eventos acadêmicos, artísticos, culturais, esportivos e de mobilidade acadêmica estudantil oficialmente reconhecidos e de interesse institucional, bem como desenvolverem atividades formativas constitutivas do Projeto Pedagógico do Curso.

§ 1º Os eventos acadêmicos, culturais, esportivos e de mobilidade acadêmica estudantil compreendem atividades de natureza técnico-científica, didático-pedagógica, esportiva e cultural.

§ 2º A mobilidade acadêmica estudantil tem por objetivo estimular o desenvolvimento acadêmico-científico em áreas estratégicas de estudantes regulares da UFRN que pretendem realizar atividades em outra IES, brasileira ou estrangeira.

§ 3º As despesas a que se referem o caput envolvem:

I - transporte, quando não for possível usar o transporte da UFRN;

II - taxa de inscrição em evento;

III - hospedagem;

IV - alimentação; e

V - aquisição de passaporte.

§ 4º Em caráter excepcional, na hipótese de participações coletivas envolvendo grupos de estudantes da UFRN, o auxílio financeiro pode incluir outras despesas além das previstas no § 3º.

§ 5º O grupo a que se refere o § 4º deve ter reconhecimento formal no âmbito da UFRN mediante aprovação de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Seção I

Dos critérios de concessão

Art. 48. O auxílio financeiro será concedido a estudantes devidamente matriculados na UFRN em cursos de graduação, pós-graduação stricto sensu e cursos técnicos de nível médio.

§ 1º A concessão do auxílio financeiro não possui processo seletivo, devendo cada unidade analisar o mérito das solicitações dos estudantes.

§ 2º O auxílio financeiro não é destinado, exclusivamente, a estudantes prioritários, devendo observar as disposições desta Resolução.

Art. 49. O auxílio financeiro somente poderá ser concedido 02 (duas) vezes por ano, salvo excepcionalidade a ser devidamente avaliada, podendo ser acumulado com outra modalidade de auxílio e bolsa de assistência estudantil, desde que atendidos os requisitos específicos para sua concessão, isoladamente ou em conjunto.

Art. 50. O interesse institucional a que se refere o art. 47 será aferido pela unidade concedente, realizando a análise de mérito por meio dos seguintes parâmetros:

I - a natureza e relevância qualitativa das atividades a serem desenvolvidas pelo estudante como instrumento para sua formação acadêmica e capacitação profissional, vinculadas, prioritariamente, ao Projeto Pedagógico do Curso - PPC;

II - a qualidade do trabalho ou atividade a ser apresentada no evento;

III - a relevância atribuída à participação do estudante na representação da UFRN; e

IV - a inserção da atividade em programa institucional coordenado por Pró-reitoria, Secretaria ou Órgãos responsáveis pela implementação das políticas acadêmicas da UFRN.

Parágrafo único. Os casos relativos ao mérito não relacionados aos incisos I a IV serão analisados pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE e pela Pró-reitoria ou Unidade Acadêmica diretamente envolvida com o caso concreto.

Art. 51. Cabe ao diretor da unidade o indeferimento ou o deferimento parcial ou total do pedido de auxílio financeiro.

Art. 52. O auxílio financeiro é concedido em caráter individual, não sendo autorizado mais de um autor no caso de coautoria de trabalho, excetuando-se as atividades de natureza cultural, artística, acadêmica ou esportiva caracterizadas pela apresentação em grupo.

Art. 53. Não será concedido auxílio financeiro nos seguintes casos:

I - mais de 02 (dois) auxílios financeiros, por ano, ao mesmo estudante para participação em evento, exceto para aulas de campo, projetos de extensão, projetos de pesquisa, eventos esportivos e culturais, mobilidade acadêmica ou outra atividade devidamente justificada;

II - para participação em evento sem apresentação de trabalho, exceto quando o solicitante for convidado oficialmente para nele atuar;

III - a estudante que pretenda comparecer a quaisquer tipos de eventos na categoria de participante ouvinte;

IV - quando a solicitação do estudante for realizada após a data de início do evento; e

V - quando o estudante estiver com status "formado" no SIGAA.

Seção II

Da origem e gestão dos recursos

Art. 54. O auxílio financeiro será financiado com recursos provenientes do orçamento da UFRN ou de fontes orçamentárias distintas, captadas por meio de instrumentos jurídicos celebrados com órgãos públicos e entidades com ou sem fins lucrativos.

Art. 55. Os recursos provenientes do orçamento da UFRN destinados à concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação, pós-graduação e da educação profissional técnica de nível médio poderão ser gerenciados e aplicados em regime de coparticipação entre as unidades.

§ 1º Os recursos provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e Educação Profissional e Tecnológica serão disponibilizados somente aos estudantes que se adequarem aos critérios estabelecidos pelos respectivos programas.

§ 2º Os auxílios financeiros concedidos aos estudantes de cursos técnicos de nível médio são concedidos à conta dos orçamentos das respectivas Unidades Acadêmicas Especializadas.

§ 3º Os auxílios financeiros concedidos a estudantes de curso de pós-graduação stricto sensu são concedidos à conta dos orçamentos da Pró-reitoria de Pós-Graduação e/ou respectivos Programas de Pós-Graduação.

§ 4º Em se tratando de auxílio financeiro concedido em decorrência de acordos celebrados pela UFRN, o gerenciamento e controle do mérito cabem à Unidade Acadêmica ou secretaria responsável pela execução do acordo ou à coordenação do convênio, observadas as normas específicas dos órgãos concedentes dos recursos.

§ 5º Na hipótese de participações coletivas envolvendo grupos de estudantes da UFRN, os recursos para pagamento do auxílio financeiro serão provenientes de disponibilidades orçamentárias das respectivas Pró-reitorias, Secretarias ou Unidades Acadêmicas a que se vincula o grupo.

Art. 56. Os requerimentos de auxílio financeiro para participação de estudantes em atividades/eventos organizados por entidades estudantis serão analisados pelo dirigente da unidade acadêmica a que se vincula o curso ou cursos representados por essas entidades.

§ 1º O auxílio financeiro de que trata o caput será concedido para no máximo 05 (cinco) representantes da entidade.

§ 2º No caso de entidade representativa de estudantes de todos os cursos da UFRN, o requerimento será submetido e analisado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE.

Art. 57. O pagamento do auxílio financeiro será efetuado em conta bancária vinculada ao estudante.

Seção III

Dos valores de referência

Art. 58. Os valores de referência do auxílio financeiro serão estabelecidos em Resolução do CONSAD com base no estabelecimento de valor-dia.

§ 1º O valor-dia é o limite de valor estabelecido por dia de atividade ou evento, cotado em moeda nacional, observados os destinos.

§ 2º Para a contagem do valor-dia serão considerados os dias do evento ou atividade, excluídos os dias de deslocamento.

Art. 59. A planilha do valor de referência será composta pelos seguintes valores:

I - localidade;

II - valor de referência para estudantes prioritários; e

III - valor de referência para estudantes não-prioritários.

Art. 60. Fica limitada à concessão do auxílio financeiro a 05 (cinco) valores-dia, observada a disponibilidade orçamentária da unidade concedente.

Art. 61. Em caráter excepcional, o auxílio financeiro pode exceder os valores de referência estabelecidos em Resolução do CONSAD, desde que o evento ou atividade objeto da participação do estudante esteja incluídos em uma ou mais das seguintes situações:

I - quando houver relevante interesse institucional, o qual deverá ser comprovado por meio de declaração assinada por diretor de Unidade Acadêmica ou Pró-reitoria diretamente envolvida com o caso concreto;

II - esteja incluído em programas institucionais de ensino, pesquisa ou extensão devidamente comprovado no requerimento do auxílio;

III - esteja incluído em projeto pedagógico do curso, pesquisa ou extensão devidamente comprovado no requerimento do auxílio; ou

IV - quando o estudante for considerado em situação de vulnerabilidade social, nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. O requerimento de auxílio financeiro de caráter excepcional deve ser solicitado em até 05 (cinco) dias úteis de antecedência à data de início do evento ou atividade, acompanhado do plano de aplicação dos recursos e da identificação das fontes orçamentárias que financiarão a despesa, devidamente autorizados pelos respectivos ordenadores de despesa.

Art. 62. Os valores de referência poderão ser atualizados pelo CONSAD, tendo como referência e limites de atualização os percentuais de correção monetária do Banco Central.

Art. 63. Os valores do auxílio financeiro financiado com recursos captados por meio de instrumentos jurídicos celebrados com órgãos públicos e entidades com ou sem fins lucrativos são definidos nos respectivos planos de trabalho ou em normas do agente financiador.

Seção IV

Da formalização dos requerimentos

Art. 64. O estudante que solicitar auxílio financeiro deverá instruir o requerimento com os seguintes documentos:

I - programa do evento do qual pretende participar com inserção do objeto do pedido;

II - cópia do trabalho a ser apresentado no evento, tais como, congresso, simpósio e assemelhados destinados a divulgar trabalhos acadêmicos, podendo ser aceitos, em casos excepcionais, e a critério do órgão concedente, resumos da apresentação;

III - documento/carta/convite expedido pelos organizadores do evento que comprove a aceitação do trabalho a ser apresentado como apresentador ou palestrante;

IV - justificativa do coordenador de curso ou do professor responsável/professor orientador para apreciação do órgão concedente, conforme o caso, explicitando a relevância da atividade ou evento no processo de formação e capacitação do estudante em relação ao curso ou disciplina a que esteja relacionado a atividade ou evento;

V - comprovante de inscrição em atividade regular do curso gerado pelo Sistema de Registro de Atividades Acadêmicas.

VI - no caso de congressos e similares:

a) documento comprobatório de aceite do trabalho expedida pelo evento;

b) declaração ou comprovante de vínculo institucional do estudante;

c) resumo ou trabalho completo a ser apresentado, podendo ser original ou cópia;

d) Justificativa do responsável pela unidade concedente contendo o nome do estudante, nome do trabalho a ser apresentado, nome do evento, período e local de realização e a relevância do evento para a UFRN e para a formação acadêmica do estudante; e

e) folder ou programação oficial do evento.

VII - no caso de aulas de campo e similares:

a) declaração ou comprovante de vínculo institucional do estudante;

b) diário de classe ou outro comprovante dos estudantes matriculados na disciplina, emitido pelo sistema SIGAA; e

c) declaração do coordenador, chefe de departamento ou professor responsável pela disciplina informando a atividade a ser realizada, período e local de realização e a relevância da atividade na formação acadêmica do estudante.

VIII - no caso de estágios realizados fora da UFRN:

a) declaração ou comprovante de vínculo institucional do estudante;

b) declaração do coordenador, chefe de departamento ou professor responsável pela disciplina informando a atividade a ser realizada, período e local de realização e a relevância da atividade na formação acadêmica do estudante;

c) contrato de estágio; e

d) termo de responsabilidade da UFRN assinado pelo coordenador do curso.

IX - no caso de projetos de pesquisa e extensão:

a) comprovação de vínculo do estudante com o projeto, emitido pelo sistema SIGAA; e

b) declaração do coordenador do projeto ou Pró-reitoria informando a atividade a ser realizada, período e local de realização e a relevância da atividade na formação acadêmica do estudante e para o desenvolvimento do projeto.

X - no caso de mobilidade acadêmica estudantil:

a) declaração ou comprovante de vínculo institucional do estudante;

b) requerimento do estudante à unidade responsável pelo controle da mobilidade estudantil; e

c) declaração da unidade responsável pelo controle da mobilidade estudantil contendo a finalidade à qual se destina o auxílio financeiro, os valores a serem concedidos em moeda nacional e o convênio ou acordo na qual a mobilidade está vinculada.

XI - no caso de eventos esportivos:

a) declaração ou comprovante de vínculo institucional do estudante;

b) ofício da direção do Complexo de Esporte e Eventos da UFRN;

c) regulamento da competição;

d) detalhamento do gasto; e

e) convite da entidade promotora do evento.

XII - no caso de eventos culturais:

a) declaração ou comprovante de vínculo institucional do estudante;

b) documento comprobatório expedido pelos organizadores do evento que comprove a participação do estudante ou grupo como apresentador ou palestrante;

c) cópia do trabalho a ser apresentado;
d) ementa da oficina artísticas a ser realizada, se for o caso;
e) comprovante de aceitação do trabalho ou oficina artística; e
d) declaração de integrante de grupo artístico para se apresentar no evento.
Parágrafo único. Nos casos de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica será necessária a apresentação de declaração de estudante prioritário emitida via SIGAA após validação do cadastro único.

Seção V

Da prestação de contas

Art. 65. Em até 30 (trinta) dias após a realização do evento ou atividade, os beneficiários de auxílio financeiro deverão prestar contas aos Centros Acadêmicos, Pró-reitorias ou Unidades Acadêmicas Especializadas aos quais os recursos estão vinculados, mediante apresentação dos seguintes documentos que comprovem sua efetiva participação:

I - no caso de congressos e similares:
a) certificado de participação;
b) certificado de apresentação de trabalho, quando for o caso; ou
c) comprovante de atuação como palestrante ou debatedor, quando for o caso.

II - no caso de aulas de campo:
a) declaração do professor responsável pela disciplina, coordenador de curso ou chefe de departamento contendo descrição, local e período da atividade; e
b) frequência dos estudantes gerada pelo sistema SIPAC devidamente assinada.

III - no caso de projetos de pesquisa ou extensão:
a) declaração devidamente assinada pelo coordenador do projeto contendo descrição, local e período de realização da atividade.

IV - no caso de estágios realizados fora da UFRN:
a) declaração devidamente assinada pelo coordenador do projeto contendo descrição, local e período de realização da atividade;
b) declaração da entidade em que foi realizado o estágio contendo local e período da atividade; e
c) cópia de relatório das atividades realizadas no estágio.

V - no caso de mobilidade acadêmica estudantil:
a) comprovante da efetiva participação nas atividades de mobilidade estudantil;
b) comprovante de passagem;
c) comprovante de aquisição de passaporte, quando for o caso; e
d) comprovante de visto e pagamento de visto, quando for o caso.

VI - no caso de eventos esportivos:
a) certificado de participação no evento;
b) comprovantes dos gastos; e
c) comprovante de passagem e cartão de embarque, em caso de passagem aérea.

VII - no caso de eventos culturais:
a) certificado de participação no evento;
b) certificado de apresentação, quando for o caso;
c) comprovantes de gastos; e
d) comprovante de passagem e cartão de embarque, em caso de passagem aérea.

§ 1º Para efeito da alínea b, inciso II, é vedado o envio de folha de frequência gerada após o período do evento.

§ 2º Estando o valor do auxílio financeiro dentro dos limites estabelecidos nos valores de referência aprovados pelo CONSAD, presumem-se efetuados os gastos elencados no art. 47, § 2º, sendo necessário para a prestação de contas apenas a apresentação dos documentos relacionados no art. 65.

§ 3º Quando houver participação de recursos provenientes do PNAES, a prestação de contas deverá ser realizada à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE.

§ 4º Para a prestação de contas de auxílio financeiro em caráter excepcional previsto no art. 61, além dos documentos previstos no caput, o estudante deverá apresentar comprovantes de todas as despesas autorizadas no art. 47, §2º, em conformidade com o valor do auxílio concedido.

§ 5º Os comprovantes das despesas deverão apresentar o nome completo do estudante.

§ 6º Nos casos em que o estudante não comprovar integralmente as despesas excepcionais requeridas, deverá devolver a diferença entre valor da requisição e as despesas comprovadas à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU.

Art. 66. Os servidores proponentes da requisição responderão solidariamente pela prestação de contas do estudante, podendo ser aplicadas sanções previstas na legislação vigente.

Art. 67. A falta de prestação de contas pelo estudante dentro do prazo estabelecido no caput do art. 65 incorre em irregularidade administrativa que implica, enquanto não sanada a pendência, nas seguintes sanções, controladas pelos sistemas informacionais da UFRN:

I - suspensão para pleitear nova solicitação de auxílio financeiro ou qualquer outro auxílio estudantil;

II - suspensão do direito de acesso a bolsas pagas pelo PAE ou por outros órgãos financiadores; e

III - não emissão de declaração eletrônica de nada consta relativa à pendência na prestação de contas com assistência estudantil para a colação de grau ou diplomação.

CAPÍTULO XI

DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 68. O auxílio permanência na educação básica tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na Instituição ofertante de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental da UFRN, com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito.

§ 1º O auxílio permanência na educação básica destina-se a contribuição do custeio da formação educacional, tais como transporte, material escolar, fardamento, internet e os demais gastos inerentes ao processo de ensino/aprendizagem.

§ 2º O número de estudantes a serem atendidos pelo auxílio permanência na educação básica será definido em edital específico, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º O valor do auxílio permanência na educação básica será definido pelo CONSAD.

§ 4º O auxílio permanência na educação básica poderá ser acumulado com outra modalidade de auxílio e bolsa de assistência estudantil, desde que atendidos os requisitos específicos para sua concessão, isoladamente ou em conjunto.

TÍTULO III

DAS BOLSAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Art. 69. As bolsas de assistência estudantil podem ser concedidas nas seguintes modalidades:

I - bolsa de apoio técnico;
II - bolsa PROMISAES;
III - bolsa atleta; e
IV - bolsa acessibilidade.

CAPÍTULO I

DA BOLSA DE APOIO TÉCNICO

Art. 70. A bolsa de apoio técnico tem por objetivo contribuir para a permanência e o sucesso do estudante em cursos técnico de nível médio e de graduação presencial, oportunizando a inserção em atividades institucionais que contribuam para sua formação profissional e cidadã.

Art. 71. As atividades dos bolsistas de apoio técnico devem ser realizadas em turno compatível com os horários de aulas ou outras atividades curriculares para não prejudicar o desempenho acadêmico do estudante, respeitando também os intervalos de refeições.

§ 1º O estudante pleiteante a bolsa de apoio técnico somente poderá assumir as atividades na unidade de lotação após a homologação do cadastro pelo serviço social da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE;

§ 2º Não será efetuado pagamento de bolsa retroativa pelo fato de o estudante ter assumido suas funções na unidade de lotação antes da homologação do cadastro por parte do serviço social;

§ 3º As atividades do bolsista deverão seguir o calendário acadêmico da UFRN, possibilitando um período de 30 (trinta) dias de recesso anual, de acordo com o plano de atividades.

§ 4º O recesso de 30 (trinta) dias poderá ser dividido em dois períodos de 15 (quinze) dias, conforme recesso acadêmico da Universidade, desde que cumprido, no mínimo, 06 (seis) meses de desempenho de atividades no setor onde está vinculado.

§ 5º A carga horária do bolsista de apoio técnico deverá ser estipulada em 20 (vinte) horas semanais.

Art. 72. As atividades de apoio técnico deverão constar de Plano de Atividades registrado no Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA e serem orientadas por um professor ou servidor técnico-administrativo efetivos da UFRN, aos quais competem:

I - orientar os bolsistas nas suas atividades no setor onde se desenvolvem;
II - designar e acompanhar as referidas atividades;
III - garantir um ambiente harmônico e saudável para o desenvolvimento das atividades previstas, criando as condições para o bom convívio coletivo;
IV - autorizar a participação do bolsista em atividades acadêmicas de seu interesse, mediante solicitação prévia;
V - oferecer condições adequadas aos estudantes que desenvolvem atividades em lugares insalubres; e
VI - realizar avaliação de desempenho do bolsista.

Art. 73. A declaração de bolsista será emitida pela direção da unidade por meio dos sistemas SIG-UFRN, especificando o período e a carga horária semanal de atividades.

CAPÍTULO II

DA BOLSA PROMISAES

Art. 74. A bolsa PROMISAES, instituída pelo Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, por meio do Decreto nº 4.875/2003, visa atender estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos de graduação, participantes do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), que realizarem atividade no âmbito da UFRN, nos termos da Portaria nº 745/2012.

§ 1º A bolsa PROMISAES somente será concedida mediante editais, na medida da disponibilidade de recursos do Programa PNAES ou de captação efetuada por projetos específicos.

§ 2º A análise socioeconômica e documental será realizada pela Equipe de Serviço Social da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE.

§ 3º As indicações de parecer serão homologadas pela Secretaria de Relações Internacionais - SRI.

§ 4º O valor da bolsa PROMISAES será estabelecido pelo CONSAD, considerando as orientações contidas no Decreto nº 4.875, de 11 de novembro de 2003.

CAPÍTULO III

DA BOLSA ATLETA

Art. 75. A bolsa atleta tem por objetivo apoiar estudantes regulares da UFRN, em vulnerabilidade socioeconômica, que se dedicam a regime de treinamento regular em determinada modalidade esportiva no âmbito da UFRN.

§ 1º O beneficiário da bolsa atleta deverá representar a UFRN em eventos esportivos universitários na esfera estadual, regional e nacional.

§ 2º A bolsa atleta não poderá ser acumulada com o recebimento de bolsa com a mesma finalidade, concedida por entidades públicas ou privadas.

§ 3º A concessão da bolsa será por período letivo, podendo ser renovada mediante critérios estabelecidos em edital.

CAPÍTULO IV

DA BOLSA ACESSIBILIDADE

Art. 76. A bolsa acessibilidade tem por objetivo atender estudantes que apresentem algum tipo de deficiência ou transtorno do espectro autista e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo o intuito de facilitar a acessibilidade, a permanência e a conclusão do curso.

Art. 77. O quantitativo de bolsas será determinado em edital específico, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

Seção I

Dos requisitos para concessão

Art. 78. São requisitos para concessão da bolsa acessibilidade:

I - estar regularmente matriculado em curso de ensino básico, técnico e tecnológico - EBTT, de graduação ou de pós-graduação;

II - apresentar deficiência física, intelectual, auditiva, visual, surdocegueira e/ou múltipla ou ser pessoa com transtorno do espectro autista de acordo com as definições do art. 5º, do Decreto nº 5.296/2004, da Lei nº 12.764/2012, e art. 2º, da Lei nº13.146/2015;

III - ser assistido pela Secretaria de Inclusão e Acessibilidade - SIA e dispor dos critérios adotados pela Política Nacional de Assistência Estudantil para concessão de bolsas e auxílios;

IV - atender aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica dispostos no art. 11 desta Resolução;

V - não receber outro tipo de bolsa acadêmica ou de apoio técnico e administrativo da UFRN, de agência de fomento ou de outra natureza;

VI - estar inscrito em pelo menos 01 (um) componente curricular no semestre letivo; e

VII - participar de atividades de ensino, pesquisa ou extensão, ou em ações desenvolvidas pela Secretaria de Inclusão e Acessibilidade - SIA.

Art. 79. A prioridade na concessão das cotas de bolsas acessibilidade será estabelecida pela avaliação socioeconômica.

Seção II

Da duração e renovação

Art. 80. A duração da bolsa acessibilidade será de 12 (doze) meses, podendo ser renovada anualmente, até o término do curso do beneficiário.

§ 1º A renovação do benefício terá por base os critérios expresso no art. 6º desta Resolução.

§ 2º Estudantes que não atinjam os índices acadêmicos citados no art. 6º e estejam recebendo apoio educacional pela equipe da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade - SIA poderão ter sua bolsa acessibilidade renovada, em caráter excepcional, após análise por equipe multiprofissional, que emitirá parecer técnico para cada caso específico.

Art. 81. Cabe à Secretaria de Inclusão e Acessibilidade - SIA o acompanhamento e monitoramento dos bolsistas.

Seção III

Do cancelamento

Art. 82. A bolsa acessibilidade será cancelada nos seguintes casos:

I - por solicitação do estudante;
II - por abandono ou perda do vínculo acadêmico;
III - por extrapolar o limite máximo de integralização curricular estabelecido pelo Regulamento dos Cursos de EBTT, de Graduação e de Pós-Graduação da UFRN;
IV - por passar a receber bolsa acadêmica ou de apoio técnico da UFRN, de agência de fomento ou de outra natureza;
V - por passar a exercer atividade remunerada pública ou privada que exceda a renda per capita de um salário mínimo e meio;
VI - por não apresentar frequência mínima exigida no curso, sem justificativa; e
VII - por descumprimento de normas de conduta estabelecidas pela UFRN.

TÍTULO IV

DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Art. 83. Os serviços de assistência estudantil envolvem ações complementares que visam ampliar a assistência a estudantes da Universidade, estruturados nos seguintes eixos temáticos:

I - esporte, cultura e lazer;

II - atenção às condições sociais, socioeducativa e de apoio pedagógico; e

III - atenção integral à saúde do estudante.

Parágrafo único. Cabe à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE e Unidades Acadêmicas Especializadas a orientação, organização e supervisão dos serviços de assistência e atividade ofertados aos estudantes.

Seção I

Serviços de esporte, cultura e lazer

Art. 84. Compreendem os serviços de esporte, cultura e lazer:

I - ações de desenvolvimento e fortalecimento do crescimento artístico, político, cultural e de lazer dos estudantes, propiciando a continuidade do processo pedagógico, com ênfase na inclusão social, respeito e reconhecimento da diversidade humana; e

II - ações extensionistas de incentivo à prática esportiva e a participação em eventos esportivos.

Seção II

Serviços de atenção às condições sociais, socioeducativa e de apoio pedagógico

Art. 85. Compreendem os serviços de atenção às condições sociais, socioeducativa e de apoio pedagógico:

I - promoção de ações, programas e projetos voltados à inclusão social, ao respeito à diversidade humana e às necessidades educacionais específicas;

II - democratização de informações e orientações sobre direitos e deveres que perpassam as ações, bolsas e auxílios no âmbito do Programa de Assistência Estudantil - PAE da UFRN;

III - elaboração de materiais técnicos e informativos para a comunidade acadêmica, visando socializar informações e produção do conhecimento no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais e do Programa de Assistência Estudantil - PAE na UFRN;

IV - atividades de pesquisa e de extensão no âmbito do Programa de Assistência Estudantil, visando contribuir para o aprimoramento das ações desenvolvidas na UFRN;

V - execução de projeto de extensão, por meio de roda de conversa, sobre cuidados com o patrimônio público, em especial nas residências estudantis;

VI - planejamento e desenvolvimento de ações educacionais para o público em acompanhamento pedagógico, em parceria com outros setores; e

VII - orientação de estudos em disciplinas básicas de cálculo, com o apoio técnico de bolsistas selecionados das áreas tecnológica e/ou exatas.

Seção III

Serviços de atenção à saúde do estudante

Art. 86. Compreendem serviços de atenção à saúde do estudante:

I - agendamento e encaminhamento do estudante à assistência médica, nutricional e odontológica realizada por setores parceiros;

II - encaminhamento do estudante à rede de saúde pública do respectivo município;

III - promoção de ações, programas e projetos para aprimoramento do processo de estudo e aprendizagem; e

IV - promoção de ações, programas e projetos direcionados à saúde psíquica do estudante e a prevenção de doenças e agravos.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 87. Os valores dos auxílios e bolsas de assistência estudantil serão estabelecidos em Resolução do CONSAD.

Art. 88. Não será permitida a acumulação de bolsas em nenhuma das modalidades, inclusive aquelas administradas pela FUNPEC, cabendo à Unidade concedente a verificação das informações relativas ao processo de concessão.

Art. 89. A soma dos valores de bolsa e auxílios recebidos pelos estudantes não poderá ultrapassar o limite de um salário mínimo e meio.

Art. 90. Os estudantes da UFRN poderão desenvolver atividades de pesquisa e extensão de forma voluntária, sem caracterizar estágio remunerado, sendo certificados no mérito, em consonância com as atividades desenvolvidas, desde que cumpridas as exigências estabelecidas nos projetos ou programas institucionais em que forem inseridas.

Art. 91. Os casos omissos ou excepcionais serão analisados por Pró-reitorias, Unidades Acadêmicas ou Unidades Acadêmicas Especializadas diretamente envolvidas com o caso concreto e, no âmbito administrativo, pela Câmara de Administração do Conselho de Administração - CONSAD, nos termos do Estatuto e do Regimento Geral da UFRN.

Art. 92. Revogam-se as seguintes Resoluções:

I - Resolução nº 045-CONSAD, de 22 de novembro de 2012;

II - Resolução nº 023/2014-CONSAD, de 21 de agosto de 2014;

III - Resolução nº 027/2010-CONSAD, de 16 de setembro de 2010;

IV - Resolução nº 023/2019-CONSAD, de 25 de abril de 2019;

V - Resolução nº 054/2021-CONSAD, de 18 de março de 2021;

VI - Resolução nº 163/2014-CONSEPE, de 19 de agosto de 2014;

VII - Resolução nº 249/2018-CONSEPE, de 20 de dezembro de 2018; e

VIII - Resolução nº 031/2019-CONSEPE, de 02 de abril de 2019.

Art. 93. Esta Resolução entra em vigor em 01 de agosto de 2022.

HENIO FERREIRA DE MIRANDA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

### PORTARIA UFRJ Nº 135, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Delega competências ao Diretor do Instituto de Biologia.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, nomeada pelo Decreto de 31 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2019, no uso de suas atribuições legais, estatutária e regimental, com base nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200/67, visando à descentralização prevista na Reforma Administrativa, resolve:

Art. 1º Delegar competências ao Diretor do Instituto de Biologia, e, na sua ausência, ao seu substituto, para ordenação de despesas, desempenhando as tarefas abaixo listadas, em conjunto com as já determinadas pelo Estatuto e Regimento-Geral da UFRJ, de acordo com o parágrafo único do art. 12 do Decreto-Lei n° 200/67:

I - autorizar:

a) empenhos e pagamentos conforme limite orçamentário;

b) aquisição de bens e serviços.

II - assinar:

a) adjudicação e homologação de licitações nas modalidades previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02;

b) justificativa e autorização da dispensa e inexigibilidade de licitação;

c) contratos de prestação de serviços ou de aquisição relacionados com a atividade-fim da Unidade.

III - executar a Conformidade de Gestão da Unidade.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2.164, de 12 de março de 2018, publicada no Boletim UFRJ nº 12, de 22 de março de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2022.

DENISE PIRES DE CARVALHO

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

### PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

### DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

### PORTARIA Nº 619/DDP, DE 8 DE JUNHO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.019696/2022-14, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia Civil - ECV/CTC, instituído pelo Edital nº 067/2022/DDP, de 28 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 80, Seção 3, de 29/04/2022.

Campo de conhecimento: Engenharia Civil

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais, sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos com deficiência.

Nº de Vagas: 01 (uma).

| Classificação | Candidato | Média final |
|---|---|---|
| 1º | Geannina Terezinha dos Santos Lima | 9,0 |

Lista de Pessoas com Deficiência:

NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

### PORTARIA Nº 623/DDP, DE 9 DE JUNHO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 23080.022666/2022-95 resolve:

1 - Retificar a Portaria 609/DDP/2022, publicada no Diário Oficial da União nº 108, Seção 1, de 08/06/2022.

Onde se lê:

Candidato 2º Pedro Luiz Baratieri

Leia-se:

Candidato 2º Pedro Luz Baratieri

2 - Retificar a Portaria 611/DDP/2022, publicada no Diário Oficial da União nº 108, Seção 1, de 08/06/2022.

Onde se lê:

Candidato 1º Luis Antonio Escorteganha Pollo

Leia-se:

Candidato 1º Luiz Antonio Escorteganha Pollo

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

### PORTARIA Nº 628/DDP, DE 9 DE JUNHO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024860/2022-13, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Pediatria - DPT/CCS, instituído pelo Edital nº 079/2022/DDP, de 19 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 95, Seção 3, de 20/05/2022.

Campo de conhecimento: Pediatria

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

Nº de Vagas: 01 (uma).

| Classificação | Candidato | Média final |
|---|---|---|
| 1º | Silvia Antunes Pereira Sambatti Pieralisi | 9,75 |

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

### PORTARIA Nº 1.116, DE 8 DE JUNHO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 28 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º. HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n° 001 de 03/01/2022, publicado no DOU em 04/01/2022, retificado em 13/01/2022, 14/01/2022, 07/02/2022, 14/02/2022 e 12/04/2022, referente ao CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento de vagas do cargo de PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, por Unidade, Código, Área de Conhecimento, Classe/Padrão/Nível, Regime de Trabalho e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme a seguir:

| Unidade | Código | Área | Classe/ Padrão/ Nível | Regime de Trabalho | Lista | Candidato | Classificação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FEFF | 0122FEFF01 | Esportes Coletivos | Adjunto A, Nível 1 | DE | AC | LUCAS LEONARDO | 1º |
| | | | | | AC | RODRIGO GHEDINI GHELLER | 2º |

Art. 2º. ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

### PORTARIA Nº 531, DE 8 DE JUNHO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta do Processo de nº. 23113.046897/2021-76; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Letras Estrangeiras/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº 001/2022, publicado no D.O.U. em 21/01/2022, e no Correio de Sergipe em 22/01/2022, retificado através dos Editais de Retificação nº 1, 2 e 3, publicados no DOU em 10/02/2022, 07/03/2022 e 26/04/2022, respectivamente, e Edital Complementar, publicado no D.O.U em 18/03/2022, conforme informações que seguem:

| | |
|---|---|
| **Matérias de Ensino** | Língua Francesa |
| **Disciplinas** | Língua Francesa I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII; Fonética Francesa; Francês Instrumental; Compreensão e Expressão Oral em Língua Francesa; Expressão Escrita em Língua Francesa; Temas de Cultura e Civilização Francófonas; Tradução e versão em Português/Francês; História da Língua Francesa; Seminário de Língua Francesa |
| **Cargo/Nível** | Adjunto-A - Nível I |
| **Regime de Trabalho** | Dedicação Exclusiva |
| **Resultado Final** | |
| **Ampla Concorrência** | 1º LUGAR: ROSALIA RITA EVALDT PIROLLI - 82,59<br>2º LUGAR: JOZELMA DE OLIVEIRA RAMOS - 66,17 |
| **Cotas (Lei nº 12.990/2014)** | Nenhum candidato aprovado |
| **Cotas (Decreto nº 3.298/1999)** | Nenhum candidato aprovado |

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTER JOVINIANO DE SANTANA FILHO

### PORTARIA Nº 534, DE 8 DE JUNHO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.046454/2019-73/Departamento de Geografia/Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 19/07/2022, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 015/2019, publicado no D.O.U. em 14/10/2019, para a Matéria de Ensino "Geografia Humana, Geografia Regional e Ensino de Geografia", homologado através da Portaria nº 860, de 16/07/2021, publicada no D.O.U. em 19/07/2021, seção 1, página 129, retificada através da Portaria nº 883, de 22/07/2021, publicada no D.O.U. em 23/07/2021, seção 1, página 66.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTER JOVINIANO DE SANTANA FILHO

# Ministério da Infraestrutura

## CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

### DELIBERAÇÃO Nº 261, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Altera a Resolução CONTRAN nº 928, de 28 de março de 2022, que estabelece critérios e requisitos técnicos para a homologação dos cursos e das plataformas tecnológicas, na modalidade de ensino à distância.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), ad referendum do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X e o § 3º do art. 12 e os arts. 141 e 156 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.017464/2022-47, resolve:

Art. 1º Esta Deliberação altera a Resolução CONTRAN nº 928, de 28 de março de 2022, que estabelece critérios e requisitos técnicos para a homologação dos cursos e das plataformas tecnológicas, na modalidade de ensino à distância, quando requerida por instituições ou entidades públicas ou privadas especializadas.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 928, de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

" Art. 19 .....

.....

§ 6º Se o resultado da validação for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) ou o condutor não possuir biometria coletada na base nacional de imagens do RENACH, o sistema de gestão da entidade homologada deve bloquear o prosseguimento do processo, e o condutor deve realizar coleta de biometria facial junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal de registro de sua CNH.

§ 6º-A Nos casos previstos no § 6º, comprovada a inviabilidade de validação na base nacional de imagens do RENACH, a validação da biometria poderá ser feita diretamente no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal de registro da CNH.

.....

§ 8º Para a validação de que trata o § 7º, a entidade homologada poderá utilizar imagem que foi coletada e validada junto ao órgão máximo executivo de trânsito da União ou, no caso do § 6º-A, junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no momento da matrícula do aluno, e armazenada pelo sistema da entidade homologada.

....."(NR)

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

### DELIBERAÇÃO Nº 262, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Altera a Resolução CONTRAN nº 587, de 23 de março de 2016, que estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), ad referendum do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X e o § 3º do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.009989/2022-17, resolve:

Art. 1º Esta Deliberação altera a Resolução CONTRAN nº 587, de 23 de março de 2016, que estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação).

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 587, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.6º.....

§ 5º O dígito gravado na décima posição do PIN poderá corresponder ao ano de fabricação do veículo ou ao ano-modelo." (NR)

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

## SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

### PORTARIA Nº 658, DE 1º DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 7º da Portaria nº 46, de 11 de março de 2021, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007, do Ministro da Infraestrutura;

Considerando o constante dos autos do processo nº 50000.027495/2021-25, resolve:

Art. 1º. Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado de Alagoas para o exercício de 2022 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º. Revogar o Anexo II da Portaria nº 1.475, de 03 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2021, edição nº 232, seção 1, página 69.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE FERNANDES QUEIROZ

ANEXO

Unidade da Federação: **Alagoas**

Processo nº **50000.027495/2021-25**

1ª ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2022
PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO ROTINEIRA
Relação de Empreendimentos

| META | DESCRIÇÃO | SERVIÇO A SER EXECUTADO | EXTENSÃO KM | VALOR (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Rodovias: AL-101/105/210/215/220/401/404/407 | Conservação Rotineira Rodoviária - Maceió | 172,40 | 620.867,96 |
| 2 | Rodovias: AL-110/115/120/225/450/482/486/487 | Conservação Rotineira Rodoviária - Arapiraca | 284,50 | 1.158.965,94 |
| 3 | Rodovias: AL-110/210/410/440 | Conservação Rotineira Rodoviária - Cajueiro | 126,50 | 323.439,40 |
| 4 | Rodovias: AL-101/105/110/225/415/420/455 | Conservação Rotineira Rodoviária - Coruripe | 257,60 | 645.278,70 |
| 5 | Rodovias: AL-101/105/430/435/465/480 | Conservação Rotineira Rodoviária - Matriz de Camaragipe | 199,00 | 627.989,91 |
| 6 | Rodovias: AL-120/130/135/145/490/499 | Conservação Rotineira Rodoviária - Santana do Ipanema | 262,80 | 643.396,28 |
| 7 | Rodovias: AL-110/205/430/440 | Conservação Rotineira Rodoviária - União dos Palmares | 40,00 | 457.070,76 |
| 8 | Operação tapa-buracos | Aquisição de Materiais | 1.788,00 | 377.353,01 |
| **Total Geral** | | | | **4.854.361,96** |

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

| META | SERVIÇO A SER EXECUTADO | EXTENSÃO (km) | TRIMESTRE | | | | VALOR (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 1º | 2º | 3º | 4º | |
| 1 | Conservação Rotineira Rodoviária - Maceió | 172,4 | 155.216,99 | 155.216,99 | 155.216,99 | 155.216,99 | 620.867,96 |
| 2 | Conservação Rotineira Rodoviária - Arapiraca | 284,5 | 176.247,837 | 327.572,700 | 327.572,700 | 327.572,700 | 1.158.965,94 |
| 3 | Conservação Rotineira Rodoviária - Cajueiro | 126,5 | 80.859,85 | 80.859,85 | 80.859,85 | 80.859,85 | 323.439,40 |
| 4 | Conservação Rotineira Rodoviária - Coruripe | 257,6 | 161.319,675 | 161.319,675 | 161.319,675 | 161.319,675 | 645.278,70 |
| 5 | Conservação Rotineira Rodoviária - Matriz de Camaragipe | 199,0 | 156.997,477 | 156.997,477 | 156.997,477 | 156.997,477 | 627.989,91 |
| 6 | Conservação Rotineira Rodoviária - Santana do Ipanema | 262,8 | 160.849,07 | 160.849,07 | 160.849,07 | 160.849,07 | 643.396,28 |
| 7 | Conservação Rotineira Rodoviária - União dos Palmares | 40,0 | 39.267,69 | 139.267,69 | 139.267,69 | 139.267,69 | 457.070,76 |
| 8 | Aquisição de Materiais | 1.788,00 | 31.838,25 | 31.838,25 | 31.838,25 | 31.838,25 | 127.353,01 |
| **TOTAIS** | | | **962.596,84** | **1.297.255,03** | **1.297.255,04** | **1.297.255,04** | **4.854.361,96** |

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
## GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

### PORTARIA Nº 8.111, DE 23 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.017506/2022-17, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Santa Alice;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0391;

III - município (UF): Mirassol d'Oeste (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 35' 15'' S / 058° 02' 40'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1131/SIA, de 5 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2012, Seção 1, página 30.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 8.112, DE 23 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.017727/2022-95, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Do Gaúcho;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: AP0003;

III - município (UF): Laranjal do Jari (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 00° 49' 55'' S / 052° 30' 13'' W;

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1492/SAI, de 25 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 26 de julho de 2012, Seção 1, página 5.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 8.143, DE 25 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.017959/2022-43, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Gauba;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RO0083;

III - município (UF): Pimenta Bueno (RO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 11° 38' 26'' S / 061° 04' 54'' W

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 8.150, DE 26 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.018136/2022-35, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Recanto das Araras;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: TO0094;

III - município (UF): Mateiros (TO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 10° 17' 39'' S / 046° 33' 02'' W

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 8.152, DE 26 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.018322/2022-74, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Pacuruxu;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0233;

III - município (UF): Santa Mercedes (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 15' 23'' S / 051° 43' 44'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1115/SIA, de 5 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2012, Seção 1, página 30.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 8.159, DE 27 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.018528/2022-02, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Tibagi;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: CE0036;

III - município (UF): Guaramiranga (CE);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 04° 15' 05'' S / 038° 57' 06'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 726/SIA, de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2012, Seção 1, página 1.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 8.160, DE 27 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.018545/2022-31, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Heliponto privado ao nível do solo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Recreio;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RJ0054;

III - município (UF): Rio de Janeiro (RJ);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 00' 29'' S / 043° 26' 49'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2.183/SIA, de 16 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2012, Seção 1, página 80.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 8.168, DE 27 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.018986/2022-33, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Cosmos Aviação Agrícola;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: GO0082;

III - município (UF): Chapadão do Céu (GO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 24' 28'' S / 052° 37' 48'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 202/SIA, de 24 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2014, Seção 1, página 8.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

### PORTARIA Nº 8.189, DE 30 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015246/2022-45, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Portobello;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RJ0016;

III - município (UF): Mangaratiba (RJ);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 55' 39'' S / 044° 04' 48'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 829/SIA, de 2 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 3 de maio de 2012, Seção 1, página 2.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 8.199, DE 31 DE MAIO DE 2022**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.019053/2022-63, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Serra da Pintura;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: GO0096;

III - município (UF): Santa Fé de Goiás (GO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 34' 03'' S / 051° 12' 39'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1272/SIA, de 26 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2012, Seção1, página 3.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 8.202, DE 1º DE JUNHO DE 2022**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.019282/2022-88, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Flamboyant;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: GO0158;

III - município (UF): Goiânia (GO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 16° 42' 35'' S / 049° 14' 19'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 232/SIA, de 24 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2013, Seção 1, página 5.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

**PORTARIA Nº 8.226, DE 2 DE JUNHO DE 2022**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.018968/2022-51, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Terra Nova;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0551;

III - município (UF): João Pinheiro (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 52' 27'' S / 46° 3' 38'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

## SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

**PORTARIA Nº 8.237, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.021802/2022-10, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária UIRAPURU TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 07.382.021/0001-68, com sede social em Fortaleza (CE), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2006-05-2CHP-01-02, emitido em 2 de junho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

**PORTARIA Nº 8.244, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.021800/2022-12, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária CEARÁ TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 03.003.930/0001-97, com sede social em Teresina (PI), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2006-05-2CHT-03-02, emitido em 2 de junho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

**PORTARIA Nº 8.245, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.017054/2022-62, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária TÁXI AÉREO HÉRCULES LTDA., CNPJ nº 74.046.731/0001-04, com sede social em Foz do Iguaçu (PR), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2003-04-5CDZ-01-02, emitido em 1º de junho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

**PORTARIA Nº 8.246, DE 3 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.028091/2022-04, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária NOVA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 06.945.502/0001-71, com sede social em Santa Rita do Passa Quatro (SP), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2010-06-4IAD-04-03, emitido em 22 de junho de 2021.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

**PORTARIA Nº 8.252, DE 6 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.018896/2022-31, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária TERRA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 92.339.753/0001-44, com sede social em Cachoeira do Sul (RS), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2012-10-5IFS-08-01, emitido em 31 de maio de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

**PORTARIA Nº 8.254, DE 6 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.021761/2022-53, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária SOLAG SOL E LUA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 02.948.463/0001-05, com sede social em Nova Mutum (MT), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2011-03-4IBY-05-02, emitido em 9 de outubro de 2020.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

**PORTARIA Nº 8.266, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.017177/2022-01, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária AVIAÇÃO AGRÍCOLA BUTTARELLO LTDA., CNPJ nº 56.487.630/0001-97, com sede social em Campinópolis (MG), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2011-09-4IDK-06-02, emitido em 16 de maio de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

**PORTARIA Nº 8.275, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.020274/2022-73, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária TOCANTINS AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 27.522.456/0001-78, com sede social em Araguaína (TO), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2018-09-6OPE-04-01, emitido em 1 de junho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

## GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

## GERÊNCIA TÉCNICA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MANUTENÇÃO

### PORTARIA Nº 8.205, DE 1º DE JUNHO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MANUTENÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22, inciso IV, da Portaria nº 4.919/SPO, de 30 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.054789/2021-96, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 2206-01/ANAC, emitido em 6 de junho de 2022 em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico AEROPOLIMENTO (AEROPOLIMENTO LTDA).

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO VIANA TORRES

# AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

## DIRETORIA COLEGIADA

### RESOLUÇÃO Nº 5.981, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Referenda a Resolução nº 5.980, de 1º de junho de 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 079, de 9 de junho de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.020646/2022-64, resolve:

Art. 1º Referendar a Resolução nº 5.980, de 1º de junho de 2022, que alterou a Resolução nº 5.977, de 7 de abril de 2022, a qual dispõe sobre a estrutura organizacional da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 197, DE 9 DE JUNHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 068, de 9 de junho de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.441990/2016-45, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Autopista Fluminense S/A, para negar a concessão do efeito suspensivo desde sua interposição e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa no patamar de 288,75 (duzentos e oitenta e oito inteiros e setenta e cinco centésimos) URT's, por violação ao art. 7º, inciso VII, da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão - Edital nº 004/2007.

Art. 4º Autorizar a SUROD, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no art. 85, §3º, da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão - Edital nº 004/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 198, DE 9 DE JUNHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 070, de 9 de junho de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.003316/2022-12, delibera:

Art. 1º Homologar o resultado do Leilão para concessão do sistema rodoviário da BR-116/465/493/RJ/MG à proponente consagrada vencedora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A, que apresentou o lance de R$ 0,15592/km, para trechos homogêneos de pista simples, em valores de outubro de 2021, obedecendo o desconto incidente sobre o valor máximo admitido para a tarifa básica de pedágio, nos termos e condições dispostas no Edital nº 01/2022.

Art. 2º A homologação vincula a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A ao cumprimento das condições prévias à assinatura do contrato, contidas no edital a que se refere o art. 1º.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

### PORTARIA Nº 3.122, DE 8 JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT NO ESTADO DO PARÁ no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Diretor Geral do DNIT, conforme Regimento Interno/DNIT - Art. 144, Inciso XXIV, bem como, da delegação de competência disposta no do inciso IV do artigo 1º da Portaria nº 7.013 de 07/12/2021, publicado no Diário Oficial da União, nº 234 de 14/12/2021, o qual que versa sobre a contratação de obra de caráter emergencial, por dispensa de licitação conforme os casos enquadrados no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, ou inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/21, resolve:

RATIFICAR a DECLARAÇÃO da situação de EMERGÊNCIA na Rodovia BR-155/PA, especificamente no Lote 3 (km 250,70 ao km 344,40 - de acordo com o SNV202204A), conforme identificado pelo Relatório (SEI nº 11570504) e seus anexos, onde comunica a ocorrência de degradação de certas porções desta rodovia., proferida pelo Coordenador de Engenharia Terrestre, conforme Declaração de Situação de Emergência (Sei nº 11610304), nos termos do Processo SEI nº 50602.001410/2022-81.

MARCELO COSTA SORTICA DE SOUZA

# Ministério da Justiça e Segurança Pública

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA MJSP Nº 99, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Estado do Amazonas.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, c/c o inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido nos Processos Administrativos nº 08020.005106/2020-25 e nº 08000.055006/2020-88, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Governo do Estado do Amazonas, na Operação Arpão I (Médio Solimões), em ações de combate ao crime organizado, ao narcotráfico e aos crimes ambientais, na calha do Rio Negro e Solimões, no Estado do Amazonas, em atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por noventa dias.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO RAMIREZ LORENZO

### PORTARIA MJSP Nº 101, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Estado de Roraima.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, a Portaria MJSP nº 43, de 8 de março de 2022, e o contido nos Processos Administrativos nº 08001.005760/2018-42, nº 08000.002758/2019-11, nº 08000.009399/2019-14, nº 08027.000468/2019-26, nº 08000.050217/2019-91, nº 08000.012560/2020-71 e nº 08000.011480/2021-89, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no Estado de Roraima, em apoio aos órgãos de segurança pública do Estado, para atuar nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por noventa dias, no período de 12 de junho a 9 de setembro de 2022.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

# SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

## DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### DESPACHO Nº 444/CSA-SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08084.002596/2022-25. REPRESENTADA: BRASAL REFRIGERANTES S.A. INTERESSADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC

Ante os indícios de infração ao disposto nos artigos 4º, inciso I, III e IV; 37, § 1º, 66 e 67, da Lei 8.078/1990 e, além disso, aos ditames de legislação sanitária de regência, em seus artigos 12 e 21 do Decreto-Lei nº 986 de 1969 e Resolução RDC nº 259/2002 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, acolho a Nota Técnica nº 44/2022/CSA-SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ, elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (CGCTSA), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão, e determino, assim, a instauração de processo administrativo, no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), notificando-se as empresas COCA-COLA INDÚSTRIAS LTDA (CNPJ: 45.997.418/0001-53) e BRASAL REFRIGERANTES S.A.(CNPJ: 45.997.418/0001-53), para apresentarem defesa, na forma do disposto nos artigos 42 e 44 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto nº 9.150, alterado pelo Decreto nº 9.360/18, no prazo de dez dias.

Outrossim, consoante descrito na Nota Técnica nº 44/2022/CSA-SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ, os indícios de ofensa ao consumidor no caso em tela se direcionam a critérios informacionais. Não se fala, pois, em produto impróprio ao consumo, trata-se de informação omissa e incompleta. Assim, considerando-se que não se trata de falha no produto, mas falha na informação, quaisquer medidas adotadas para apuração do feito e adequação informacional dos produtos em análise, serão mais efetivas se adotadas de forma centralizada, gerando efeitos mais rápidos e resposta mais efetiva ao consumidor.

E, nos termos do que prevê a Lei nº 9.784/1999, Decreto nº 7.738, de 2012, Decreto n. 2.181, de 1997, Decreto nº 10.417 de 7 de julho de 2020, resta evidente a competência de atuação desta Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (SENACON) para avocar os procedimentos administrativos que tramitam em âmbito nacional, eis que a Senacon é um órgão federal que concentra suas atividades no planejamento, elaboração, coordenação e execução da Política Nacional das Relações de Consumo, sendo legítima e pertinente a AVOCAÇÃO dos procedimentos administrativos que tramitam em âmbito nacional, por critérios de Eficiência, Celeridade e Economia Processual, conforme bem preceitua o Caput do artigo 37 da Constituição Federal.

Assim, oficie-se ao Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, conforme dispõe o artigo 16 do Decreto 10.417 de 7 de julho de 2020, para que se manifeste acerca da pertinência da avocação, por esta Secretaria, dos processos administrativos indicados na Nota Técnica nº 44/2022/CSA-SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ.

Determino, ainda, a expedição de ofício, nos termos do art. 106 da Lei nº 8.078/90, aos Procons estaduais e municipais das capitais, bem como aos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, dando-lhes ciência da instauração do Processo Administrativo no âmbito deste Departamento. Intime-se. Oficie-se. Publique-se.

LAURA POSTAL TIRELLI
Diretora
Substituta

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
## DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
## COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

### DESPACHOS DE 9 DE JUNHO DE 2022

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 256/2022 de 08/06/2022, 257/2022 de 08/06/2022, 259/2022 de 09/06/2022 e 260/2022 de 09/06/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.002759/2022-98 Requerente: K H ELETRONICOS - EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: ALI HUSSEIN Data Nascimento: 20/12/2020 Passaporte: LR2225475 País: LIBANO Mãe: NAJALA HARB Pai: HASSAN HUSSEIN.

Processo: 08228.004860/2022-83 Requerente: BANCO BTG PACTUAL S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: CHRISTIAN MACLEAN PATON Data Nascimento: 28/03/1996 Passaporte: ER0127705 País: BAHAMAS Mãe: Dawn Patrice Darville Pai: Michael Lennox Paton.

Processo: 08228.005443/2022-58 Requerente: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: YUNG BIN KUO Data Nascimento: 02/08/1982 Passaporte: 309297504 País: TAIWAN Mãe: CHAO TI KUO CHIU Pai: CHAO SHUN KUO.

Processo: 08228.005669/2022-59 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: SANTIAGO GARCIA LOPEZ Data Nascimento: 13/12/1979 Passaporte: AAG441076 País: ARGENTINA Mãe: MARIA ISABEL ALRIC Pai: JORGE GARCIA.

Processo: 08228.005667/2022-61 Requerente: NIAGRO NICHIREI DO BRASIL AGRICOLA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: TOSHIHIRO KAWASHIMA Data Nascimento: 10/12/1984 Passaporte: TT2120891 País: JAPAO Mãe: SUZUKO KAWASHIMA Pai: RIICHI KAWASHIMA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.005611/2022-13 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SIEGFRIED SEILER Data Nascimento: 25/10/1957 Passaporte: C2FW5R6X7 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.005614/2022-49 Requerente: MATEC BRASIL EQUIPAMENTOS DE FILTRAGEM LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Andrea Tonazzini Data Nascimento: 22/11/1954 Passaporte: YB7470868 País: ITALIA.

Processo: 08228.005460/2022-95 Requerente: DOPPELMAYR BRASIL SISTEMAS DE TRANSPORTE LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: PASCAL WALCH Data Nascimento: 31/10/1994 Passaporte: U2771834 País: AUSTRIA.

Processo: 08228.005538/2022-71 Requerente: RIP SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Francesco Valdevies Data Nascimento: 28/07/1963 Passaporte: YA6790272 País: ITALIA.

Processo: 08228.005640/2022-77 Requerente: RIP SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Cosimo Lacarbonara Data Nascimento: 11/05/1961 Passaporte: YB6899728 País: ITALIA.

Processo: 08228.005379/2022-13 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ROGER JUAN MACARLUPU SANCHEZ Data Nascimento: 08/04/1972 Passaporte: 118791613 País: PERU.

Processo: 08228.005536/2022-82 Requerente: PASCHOALIN CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: BRAD JOSEPH ROSELLO Data Nascimento: 20/07/1974 Passaporte: 565738694 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.005358/2022-91 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JUAN CARLOS RODRIGUEZ VAZQUEZ Data Nascimento: 05/04/1966 Passaporte: PAE640745 País: ESPANHA.

Processo: 08228.005365/2022-91 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JUAN MARIA SANCHO PEREZ Data Nascimento: 13/09/1991 Passaporte: PAG172413 País: ESPANHA.

Processo: 08228.005346/2022-65 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: CHU KEN FUI Data Nascimento: 08/09/1995 Passaporte: A53207456 País: MALASIA.

Processo: 08228.005642/2022-66 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: THOMAS ANDREW WHARRY Data Nascimento: 31/03/1976 Passaporte: 124301676 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.005560/2022-11 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JINQIU WANG Data Nascimento: 15/12/1995 Passaporte: EJ5627045 País: CHINA.

Processo: 08228.005396/2022-42 Requerente: CREC8 BRASIL XINCHUAN LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JIANG WANG Data Nascimento: 04/09/1973 Passaporte: EB7205714 País: CHINA.

Processo: 08228.005400/2022-72 Requerente: CREC8 BRASIL XINCHUAN LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: WENJUN WAN Data Nascimento: 25/12/1985 Passaporte: E11774799 País: CHINA.

Processo: 08228.005565/2022-44 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JIAN LI Data Nascimento: 04/06/1988 Passaporte: E73867238 País: CHINA.

Processo: 08228.005593/2022-61 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ZHI LI Data Nascimento: 06/09/1988 Passaporte: EJ49823165 País: CHINA.

Processo: 08228.005594/2022-14 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: FENG YAO Data Nascimento: 26/04/1986 Passaporte: EJ5627482 País: CHINA.

Processo: 08228.005656/2022-81 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: XIAOXIONG LU Data Nascimento: 14/10/1992 Passaporte: EJ3103144 País: CHINA.

Processo: 08228.005664/2022-26 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: HAO LIU Data Nascimento: 15/11/1999 Passaporte: EH7214778 País: CHINA.

Processo: 08228.005639/2022-42 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Nuno Miguel Coutinho Marques Data Nascimento: 11/01/1977 Passaporte: CB679084 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.005363/2022-19 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Donald Data Nascimento: 25/08/1972 Passaporte: 507736057 País: IRLANDA DO NORTE.

Processo: 08228.005064/2022-68 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: David James King Data Nascimento: 17/02/1986 Passaporte: 576793226 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.005249/2022-72 Requerente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: John Rey Ednalaguim Atienza Data Nascimento: 11/08/1994 Passaporte: P1865848B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.005382/2022-29 Requerente: NOV INTERVENTION AND STIMULATION EQUIPMENT - AFTERMARKET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Jules Emile Meulemans Data Nascimento: 12/03/1952 Passaporte: BG42LD4D6 País: HOLANDA.

Processo: 08228.005690/2022-54 Requerente: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JAESUNG LEE Data Nascimento: 26/02/1983 Passaporte: M59178905 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.005540/2022-41 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: MARCO MALTER Data Nascimento: 26/05/1977 Passaporte: YB1512939 País: ITALIA Imigrante: LUCA BRENNA Data Nascimento: 31/03/1964 Passaporte: YA4604687 País: ITALIA Imigrante: LORENZO SAVASTANO Data Nascimento: 08/01/1988 Passaporte: YA4776972 País: ITALIA Imigrante: ANDREA D'ANGELO Data Nascimento: 16/11/1977 Passaporte: YA9892140 País: ITALIA.

Processo: 08228.004884/2022-32 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: RAFAEL ABARCA ARCADIO Data Nascimento: 30/05/1982 Passaporte: G37239254 País: MEXICO.

Processo: 08228.005441/2022-69 Requerente: CAPUANI DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: Jens Kempe Data Nascimento: 16/05/1968 Passaporte: C23CNRJL3 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.005448/2022-81 Requerente: CAPUANI DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: József Föglein Data Nascimento: 17/09/1975 Passaporte: BD4471952 País: HUNGRIA.

Processo: 08228.005454/2022-38 Requerente: CAPUANI DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: Lukasz Barnaba Szczesniak Data Nascimento: 18/05/1989 Passaporte: EG 9835427 País: POLONIA.

Processo: 08228.005387/2022-51 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: KURT LORBER Data Nascimento: 14/06/1972 Passaporte: U3894171 País: AUSTRIA.

Processo: 08228.005549/2022-51 Requerente: BHS CORRUGATED SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Alberto Galvan Andrade Data Nascimento: 24/05/1985 Passaporte: PAI915168 País: ESPANHA.

Processo: 08228.005383/2022-73 Requerente: GOLDWIND EQUIPAMENTOS E SOLUCOES EM ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: YE LIU Data Nascimento: 11/03/1992 Passaporte: EJ2975669 País: CHINA.

Processo: 08228.005655/2022-35 Requerente: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MICHAEL JOHN BOOM Data Nascimento: 09/06/1959 Passaporte: 552783915 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: DAMON KEITH MC INTIRE Data Nascimento: 23/11/1962 Passaporte: 663341444 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.005355/2022-56 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Herve Jacques Denis Botta Data Nascimento: 06/03/1969 Passaporte: 13FV03249 País: FRANCA.

Processo: 08228.004632/2022-11 Requerente: HARBIN ELECTRIC MACHINERY (BRAZIL) COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: LEI CHEN Data Nascimento: 30/01/1982 Passaporte: PE1858296 País: CHINA Imigrante: YU KONG Data Nascimento: 08/06/1984 Passaporte: PE1858295 País: CHINA.

Processo: 08228.005314/2022-61 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: STUART TERRY OGILVIE Data Nascimento: 15/10/1986 Passaporte: 550125915 País: REINO UNIDO Imigrante: Ross Anthony Bowring Data Nascimento: 23/07/1985 Passaporte: 121998612 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.005410/2022-16 Requerente: AZIMUT DO BRASIL FABRICACAO DE IATES LTDA Prazo: 12 Mêses Imigrante: LUCA CABIDDU Data Nascimento: 26/02/1975 Passaporte: YB6912187 País: ITALIA.

Processo: 08228.005477/2022-42 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Oliver Abril Palma Data Nascimento: 02/12/1983 Passaporte: PAL339120 País: ESPANHA.

Processo: 08228.005369/2022-71 Requerente: MATISA DO BRASIL PROJETOS DE VIA FERREA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Julien Raphaël Chatelain Data Nascimento: 29/06/1982 Passaporte: X1155183 País: SUICA Imigrante: Marco Alves Data Nascimento: 07/03/1988 Passaporte: X8571008 País: SUICA.

Processo: 08228.005666/2022-15 Requerente: MATISA DO BRASIL PROJETOS DE VIA FERREA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: NICOLAS PAUL FRANZ HORAT Data Nascimento: 09/08/1988 Passaporte: X2141349 País: SUICA.

Processo: 08228.005676/2022-51 Requerente: MATISA DO BRASIL PROJETOS DE VIA FERREA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: PABLO GOMEZ GARCIA Data Nascimento: 29/01/1979 Passaporte: XDE128854 País: ESPANHA.

Processo: 08228.005374/2022-82 Requerente: SENGI SOLAR IMPORTACAO E EXPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 15/12/2022 Imigrante: LEI WANG Data Nascimento: 16/07/1999 Passaporte: EJ5319745 País: CHINA.

Processo: 08228.005391/2022-11 Requerente: SENGI SOLAR IMPORTACAO E EXPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 15/12/2022 Imigrante: TENGFEI LIU Data Nascimento: 13/06/1992 Passaporte: EH1015012 País: CHINA Imigrante: WENQIANG LIAO Data Nascimento: 31/03/1995 Passaporte: EE1223057 País: CHINA Imigrante: JUNZU HE Data Nascimento: 21/07/1993 Passaporte: EJ5307619 País: CHINA.

Processo: 08228.005395/2022-14 Requerente: SENGI SOLAR IMPORTACAO E EXPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 15/12/2022 Imigrante: GUANGZHAO LIN Data Nascimento: 27/11/1982 Passaporte: EB2503009 País: CHINA Imigrante: NIANCUN ZHANG Data Nascimento: 26/08/1977 Passaporte: EG7376140 País: CHINA Imigrante: CONGSHUO CUI Data Nascimento: 06/05/1997 Passaporte: EJ5439690 País: CHINA Imigrante: QIANKUN LIU Data Nascimento: 11/10/1990 Passaporte: EH1015014 País: CHINA Imigrante: MIAO ZHOU Data Nascimento: 29/12/1975 Passaporte: EH9264657 País: CHINA Imigrante: YAO WANG Data Nascimento: 14/03/1995 Passaporte: EC5140240 País: CHINA.

Processo: 08228.005406/2022-41 Requerente: SENGI SOLAR IMPORTACAO E EXPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 15/12/2022 Imigrante: YANG CHANG Data Nascimento: 06/12/1992 Passaporte: EB0787828 País: CHINA Imigrante: YIZU HE Data Nascimento: 03/03/2003 Passaporte: EJ5307627 País: CHINA Imigrante: MENGKE LI Data Nascimento: 27/04/1995 Passaporte: E91446945 País: CHINA Imigrante: RU JIA Data Nascimento: 30/01/1997 Passaporte: EJ1792554 País: CHINA Imigrante: SHENGHUA CHEN Data Nascimento: 06/12/1972 Passaporte: EH7475866 País: CHINA Imigrante: WEI LI Data Nascimento: 06/09/1992 Passaporte: EG9273765 País: CHINA Imigrante: HONGXUAN HUANG Data Nascimento: 01/03/2000 Passaporte: EJ5307620 País: CHINA.

Processo: 08228.005430/2022-89 Requerente: SENGI SOLAR IMPORTACAO E EXPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 15/12/2022 Imigrante: ZHENSONG GAO Data Nascimento: 17/01/1993 Passaporte: ED4072902 País: CHINA.

Processo: 08228.005434/2022-67 Requerente: SENGI SOLAR IMPORTACAO E EXPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 15/12/2022 Imigrante: XINGXING ZHU Data Nascimento: 27/04/1992 Passaporte: EJ4617640 País: CHINA.

Processo: 08228.005696/2022-21 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Arne Pedersen Data Nascimento: 06/04/1969 Passaporte: 213484357 País: DINAMARCA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.005993/2022-77 Requerente: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 180 Dias Imigrante: Pablo Jesus Piñeiro Fernandez Data Nascimento: 27/06/1962 Passaporte: PAH307567 País: ESPANHA.

Processo: 08228.006702/2022-68 Requerente: APR ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: JOHN MCTAGGART Data Nascimento: 17/07/1952 Passaporte: 123424332 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006760/2022-91 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: PATRICIO ESTEBAN MEDINA SEPÚLVEDA Data Nascimento: 02/08/1967 Passaporte: F14355139 País: CHILE.

Processo: 08228.006766/2022-69 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: FERNANDO ANTONIO MUÑOZ ROSAS Data Nascimento: 16/12/1975 Passaporte: F40089327 País: CHILE.

Processo: 08228.006270/2022-95 Requerente: SMI DO BRASIL COMERCIO , IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 30 Dias Imigrante: RUGGERO RINALDI Data Nascimento: 05/01/1985 Passaporte: YA7278374 País: ITALIA.

Processo: 08228.006825/2022-15 Requerente: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JORGE ANGELES ORTIZ Data Nascimento: 26/08/1994 Passaporte: N02883532 País: MEXICO.

Processo: 08228.006826/2022-43 Requerente: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JORGE ARMANDO OROZCO RAMIREZ Data Nascimento: 20/03/1980 Passaporte: N03123725 País: MEXICO.

Processo: 08228.007068/2022-81 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 30/09/2022 Imigrante: ODRIC BEAUVOIT Data Nascimento: 07/09/1998 Passaporte: 22DE35626 País: FRANCA.

Processo: 08228.006835/2022-34 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: NIEK KLEIN GOTINK Data Nascimento: 02/06/1994 Passaporte: NN1KFRH02 País: HOLANDA.

Processo: 08228.006883/2022-22 Requerente: DEMATIC SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTACAO DE MATERIAIS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Jhan Jairo Oswaldo Zelaya Lopez Data Nascimento: 11/10/1994 Passaporte: YB8439512 País: ITALIA.

Processo: 08228.006907/2022-43 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 30/09/2022 Imigrante: SÉBASTIEN COLAMARIA Data Nascimento: 16/09/1985 Passaporte: 19AL18595 País: FRANCA.

Processo: 08228.006908/2022-98 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 30/09/2022 Imigrante: NICOLAS MAGNOUX Data Nascimento: 30/11/2000 Passaporte: 22CI51257 País: FRANCA.

Processo: 08228.006949/2022-84 Requerente: APR ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Mikhail Tetyukhin Data Nascimento: 31/10/1986 Passaporte: N11417766 País: CAZAQUISTAO.

Processo: 08228.006950/2022-17 Requerente: APR ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: PETER KAY Data Nascimento: 30/04/1960 Passaporte: 51094755 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006953/2022-42 Requerente: APR ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: ROBERT MICHAEL HEATH Data Nascimento: 04/03/1962 Passaporte: 551796044 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.006960/2022-44 Requerente: APR ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: VIKTOR KOSTYLEV Data Nascimento: 02/05/1991 Passaporte: 76 3548600 País: RUSSIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.005384/2022-18 Requerente: SAAB AERONAUTICA MONTAGENS S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: CARL MARTIN ARTHUR LOORD Data Nascimento: 15/11/1994 Passaporte: AA0051758 País: SUECIA.

Processo: 08228.005646/2022-44 Requerente: SAAB AERONAUTICA MONTAGENS S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: Johan Christer Karlsson Data Nascimento: 18/07/1973 Passaporte: 97507832 País: SUECIA.

Processo: 08228.005109/2022-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Felix Roman Sanchez Cortecia Data Nascimento: 13/03/1974 Passaporte: 160848580 País: VENEZUELA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 05/2017

Processo: 08228.006831/2022-56 Requerente: SHIPLOG SERVICOS DE AGENCIAMENTO MARITIMO E LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jessica Turdo Data Nascimento: 22/02/1996 Passaporte: C3JWLGR2T País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.005919/2022-51 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jyothi Das Velu Swaminathan Data Nascimento: 02/04/1969 Passaporte: Z5968559 País: INDIA.

Processo: 08228.005978/2022-29 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Michael Anthony McGurk Data Nascimento: 20/06/1974 Passaporte: 562215829 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.004436/2022-39 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 02/12/2023 Imigrante: REYNALDO TALAVERA COSTAN Data Nascimento: 21/07/1973 Passaporte: P7637782B País: FILIPINAS Imigrante: ANDRES JR. BARANDA MAGBANUA Data Nascimento: 21/11/1978 Passaporte: P7964460B País: FILIPINAS Imigrante: ROMULO JR. DE LEON TABLANG Data Nascimento: 06/09/1983 Passaporte: P1810804B País: FILIPINAS Imigrante: CARLITO LAZARO LACERONA Data Nascimento: 08/04/1972 Passaporte: P7597552A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004106/2022-43 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ANTREAS KONE Data Nascimento: 28/08/1989 Passaporte: K00338086 País: CHIPRE.

Processo: 08228.004455/2022-65 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/07/2022 Imigrante: GRANT RICHARD MACDONALD Data Nascimento: 26/12/1975 Passaporte: 124277464 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.004484/2022-27 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 11/02/2022 Imigrante: OVE BÖRJE VALDEMAR HÖRGERUD Data Nascimento: 27/07/1971 Passaporte: 94117760 País: SUECIA.

Processo: 08228.004493/2022-18 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 11/02/2022 Imigrante: SUNIL KUMAR Data Nascimento: 09/11/1982 Passaporte: Z3987060 País: INDIA.

Processo: 08228.004498/2022-41 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: SUNDARAM LINGESAN Data Nascimento: 01/05/1969 Passaporte: N0188169 País: INDIA.

Processo: 08228.004510/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ILDEFONSO MALAZARTE COSTELO Data Nascimento: 13/12/1959 Passaporte: P7903277A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004938/2022-61 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ANGELO MANUEL ALMANZOR ALEGRE Data Nascimento: 09/05/1985 Passaporte: P6964432B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004942/2022-28 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 11/02/2022 Imigrante: HARIHARAN SAKTHIVEL Data Nascimento: 08/08/1991 Passaporte: Z3962669 País: INDIA.

Processo: 08228.004489/2022-51 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 11/02/2022 Imigrante: MOHAMMAD AMJAD HOSSAIN MAJUMDAR Data Nascimento: 12/01/1980 Passaporte: BR0078903 País: BANGLADESH.

Processo: 08228.004944/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 11/02/2022 Imigrante: SAURABH LILADHAR PEDNEKAR Data Nascimento: 09/12/1985 Passaporte: Z3875255 País: INDIA.

Processo: 08228.005504/2022-87 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: EDGAR BENAVIDEZ BATALON Data Nascimento: 08/11/1984 Passaporte: P1965901B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004540/2022-23 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 11/02/2022 Imigrante: VIKAS SHUKLA Data Nascimento: 13/06/1988 Passaporte: Z3224764 País: INDIA.

Processo: 08228.005539/2022-16 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Alok Kumar Chaubey Data Nascimento: 01/06/1980 Passaporte: Z5460640 País: INDIA.

Processo: 08228.005661/2022-92 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ullasa Kota Data Nascimento: 11/05/1980 Passaporte: Z5602469 País: INDIA.

Processo: 08228.005668/2022-12 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Pushpankar Data Nascimento: 27/04/1991 Passaporte: Z3762059 País: INDIA.

Processo: 08228.005635/2022-64 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: Wojciech Jacek Kostanek Data Nascimento: 17/11/1973 Passaporte: ET5444747 País: POLONIA.

Processo: 08228.005624/2022-84 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 17/10/2022 Imigrante: Agustinus Salili Data Nascimento: 18/07/1987 Passaporte: B8021044 País: INDONESIA.

Processo: 08228.005917/2022-61 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 17/10/2022 Imigrante: Lando Wilhelmus Dorothea Maria Data Nascimento: 03/07/1994 Passaporte: NU2286K36 País: HOLANDA.

Processo: 08228.005618/2022-27 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: RENATO Data Nascimento: 17/10/1967 Passaporte: P9446108A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.005957/2022-11 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 01/01/2024 Imigrante: DENNY LEE JOHNSON Data Nascimento: 20/06/1978 Passaporte: 673984214 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.005349/2022-15 Requerente: MAERSK DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 02/05/2023 Imigrante: Jessica Mary Elise Ryals Data Nascimento: 03/07/1986 Passaporte: 538832217 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 07/2017

Processo: 08228.007025/2022-11 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 02 Anos Imigrante: Caroline Isabelle Velay Data Nascimento: 02/02/1991 Passaporte: 20DE50768 País: FRANCA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.004903/2022-21 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 24 Mêses Imigrante: MINGXUAN HUANG Data Nascimento: 05/04/1997 Passaporte: E21450047 País: CHINA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 21/2017

Processo: 08228.005891/2022-51 Requerente: PLANALTINA ESPORTE CLUBE LTDA Prazo: 12 Mêses Imigrante: ERITREAN HASSEN MOHAMMED SHERIF Data Nascimento: 11/09/1980 Passaporte: K0000288 País: ERITRÉIA Mãe: MOLUOK RAMADAN Pai: MOHAMMED SHERIF.

Processo: 08228.006939/2022-49 Requerente: MINAS TENIS CLUBE Prazo: 3 Anos Imigrante: AUSTIN JAKE WILMOT Data Nascimento: 15/03/1998 Passaporte: 546991162 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Melissa Manning Wilmot Pai: Curtis Scott Wilmot.

Processo: 08228.006783/2022-12 Requerente: LIGA SOROCABANA DE BASQUETE Prazo: 12 Mêses Imigrante: OSCAR ENRIQUE ZEPHYRINE GARCIA Data Nascimento: 02/06/2000 Passaporte: PA0860254 País: PANAMA Mãe: ESPERANZA GARCIA CANTALICIO Pai: EDWIN ARISTIDES ZEPHYRINE CARRINGTON.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2018 (Art. 2º)

Processo: 08228.005694/2022-32 Requerente: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 4 Mêses Imigrante: PATRICK JOHN DYER Data Nascimento: 21/12/1991 Passaporte: 519067098 País: ESTADOS UNIDOS.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.005628/2022-62 Requerente: ATC SYSTEMS REPRESENTACOES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: IAN FRANK CROMPTON Data Nascimento: 11/02/1961 Passaporte: 560587923 País: GRA-BRETANHA Mãe: Marilyn Crompton Pai: Howard Frank Crompton.

Processo: 08228.005678/2022-41 Requerente: VERISURE BRASIL MONITORAMENTO DE ALARMES S.A Prazo: 01 Ano Imigrante: CARLOS ANGEL GONZALEZ ARAGON Data Nascimento: 30/11/1982 Passaporte: PAH516981 País: ESPANHA Mãe: Inmaculada-Concepción Aragón y Diaz Pai: Angel González y Trena.

Processo: 08228.006977/2022-18 Requerente: CUIABA ESPORTE CLUBE LTDA Prazo: 13/11/2022 Imigrante: Antônio José Cardoso de Oliveira Data Nascimento: 09/10/1982 Passaporte: CB297085 País: PORTUGAL Mãe: Maria Manuela Sousa Cardoso de Oliveira Pai: Antonio José da Conceição Oliveira.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 6º c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.005122/2022-53 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YOUJIANG ZHU Data Nascimento: 18/12/1972 Passaporte: E36898199 País: CHINA.

Processo: 08228.005359/2022-34 Requerente: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: DAE BOK CHO Data Nascimento: 16/01/1976 Passaporte: M99912130 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.004370/2022-87 Requerente: INICIATIVAS E DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO - IDB BRASIL S/A Prazo: 3 Anos Imigrante: EMILIO IZQUIERDO MERLO Data Nascimento: 08/04/1980 Passaporte: PAK756786 País: ESPANHA.

Processo: 08228.005362/2022-58 Requerente: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: EVINESER BASA AZURNA Data Nascimento: 28/03/1975 Passaporte: P5357744B País: FILIPINAS.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017 (Art. 3º)

Processo: 08228.004078/2022-64 Requerente: HUATE BIOTEC IND COM LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: CAIMING CAO Data Nascimento: 25/04/1977 Passaporte: EJ4007959 País: CHINA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.005545/2022-73 Requerente: MALTERIA SOUFFLET BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: CLAIRE PORRECA Data Nascimento: 25/07/1996 Passaporte: 21AK62950 País: FRANCA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 20/2017

Processo: 08228.006699/2022-82 Requerente: SAEED MOHAMMAD ZADEH Prazo: 30/11/2022 Imigrante: Saeed Mohammadzadeh Data Nascimento: 21/09/1977 Passaporte: I49421970 País: IRA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 21/2017

Processo: 08228.006938/2022-11 Requerente: MINAS TENIS CLUBE Prazo: 12 Mêses Imigrante: LUIS ELIAN ESTRADA MAZORRA Data Nascimento: 10/03/2000 Passaporte: J314626 País: CUBA Mãe: Leonor Caridad Mazorra Vaillant Pai: Luís Epifânio Estrada Leon.

Processo: 08228.006088/2022-34 Requerente: ASSOCIACAO PORTUGUESA DE DESPORTOS Prazo: 01 Ano Imigrante: YAVIR KADIR WHITE QUINTERO Data Nascimento: 10/02/2003 Passaporte: passaporte País: PANAMA Mãe: YANITZE DAMARIS QUINTERO BROOKS Pai: JAIRO ARIEL JEFF.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.005711/2022-31 Requerente: LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PAUL-HENRI MARIE ERIC MOREL Data Nascimento: 09/09/1991 Passaporte: 13CI48624 País: FRANCA Mãe: ANNE MARIE PIERRE GERARD Pai: YVES MARIE CLAUDE MOREL.

Processo: 08228.004658/2022-51 Requerente: GEA - CONSULTORIA EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: Helder Bruno Ferreira Pereira Data Nascimento: 25/04/1981 Passaporte: CB675496 País: PORTUGAL Mãe: Maria do Ceu Lopes Ferreira Pereira Pai: Joaquim Cruz Pereira .

Processo: 08228.005106/2022-61 Requerente: SBW DO BRASIL AGRIFLORICULTURA EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: RENE FARENHOUT Data Nascimento: 25/07/1962 Passaporte: BYC9CP393 País: HOLANDA Mãe: Johanna Jacoba de Voogd Pai: Arie Marinus Farenhout.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 14/2017)

Processo: 08228.001841/2022-11 Instituição: MISSAO BATISTA DO SUL DO BRASIL Prazo: 25/04/2024 Imigrante: AMBER MICHELLE HILL Data Nascimento: 29/04/1984 Passaporte: 566193526 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: BETH GAYLENE GOODWIN Pai: ROBERT SCOTT HILL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.005749/2022-12 Requerente: ANDRESSA HEIMBECHER SOARES Prazo: 02 Anos Imigrante: KRYSTELLE DELOSO CAMPOMANES Data Nascimento: 13/06/1988 Passaporte: P2514794B País: FILIPINAS Mãe: JUDITH SABIT DELOSO Pai: EDWIN ACOSTA CAMPOMANES.

Processo: 08228.005475/2022-53 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 02 Anos Imigrante: ELVIR AVDIC Data Nascimento: 20/01/1982 Passaporte: C7448M1FT País: ALEMANHA Mãe: ESEFA AVDIC Pai: LATIF AVDIC.

Processo: 08228.005625/2022-29 Requerente: SEMP TCL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETROELETRONICOS S. A. Prazo: 24 Mêses Imigrante: WEIWEN LIANG Data Nascimento: 13/11/1987 Passaporte: E61654882 País: CHINA Mãe: XIUMEI SHI Pai: DUOLIAN LIANG.

Processo: 08228.005105/2022-16 Requerente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Jiwoo Lee Data Nascimento: 07/02/1992 Passaporte: M83925532 País: COREIA DO SUL Mãe: Hwa Suk Kang Pai: Jonghyun Lee.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.001719/2022-29 Requerente: WONSEOK CHOI Prazo: 1 Ano Imigrante: WONSEOK CHOI Data Nascimento: 12/10/1984 Passaporte: M91147800 País: COREIA DO SUL Mãe: MISUN LEE Pai: BONGSIL CHOI.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.005457/2022-71 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: JONEL ALISON DAGUNAN Data Nascimento: 08/08/1980 Passaporte: P7072380B País: FILIPINAS Mãe: PERFECTA ALISON DAGUNAN Pai: NARCISO ADOLFO DAGUNAN SR..

Processo: 08228.005479/2022-31 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: MARLOWE JAY BERZA LAO CUBELO Data Nascimento: 03/04/1988 Passaporte: P6086667B País: FILIPINAS Mãe: MELANIA BETONIO BERZA Pai: MIGUEL CLORIBEL LAO CUBELO JR..

Processo: 08228.005522/2022-69 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: ROMEO JR. LAMAYO CAYETANO Data Nascimento: 09/12/1969 Passaporte: P4065439A País: FILIPINAS Mãe: CLARITA LAMAYO CAYETANO Pai: ROMEO CAYETANO.

Processo: 08228.005530/2022-13 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: ERVIN BOLANO OMONGOS Data Nascimento: 17/11/1974 Passaporte: P7644459B País: FILIPINAS Mãe: GERMANICA BOLANO Pai: ESTAQUIO OMONGOS.

Processo: 08228.005482/2022-55 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: MICHAEL AUGOSTO NANALE DE LEON Data Nascimento: 15/08/1982 Passaporte: P8580250A País: FILIPINAS Mãe: ARSENIA SOBREMONTE NANALE Pai: PAULINO SERRANO DE LEON.

Processo: 08228.005490/2022-18 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: PAULO ANGELO CHUA ANGELES Data Nascimento: 12/01/1979 Passaporte: P6917902B País: FILIPINAS Mãe: MILAGROS PANGILINAN CHUA Pai: FLORANTE STA MARIA ANGELES.

Processo: 08228.005496/2022-79 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: ROB BERNARDUS SCHALKS Data Nascimento: 31/08/1990 Passaporte: BXL7D9J65 País: HOLANDA Mãe: MARIA AGNES ALOFS Pai: BERNARDUS PETRUS JOHANNES MARIA SCHALKS.

Processo: 08228.005500/2022-15 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: RODGIE CHAVEZ DUCAY Data Nascimento: 13/02/1983 Passaporte: P4540352A País: FILIPINAS Mãe: VIRGINIA CHAVEZ DUCAY Pai: ROLANDO YBANEZ DUCAY.

Processo: 08228.005505/2022-21 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: ROEL PIQUERO GALINATO Data Nascimento: 02/03/1983 Passaporte: P8139922B País: FILIPINAS Mãe: LEONCIA TIMPO PIQUERO Pai: NEMESIO LADERA GALINATO.

Processo: 08228.005512/2022-23 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: RONIE CUETO GUTIERREZ Data Nascimento: 21/10/1978 Passaporte: P4976995B País: FILIPINAS Mãe: LORENZA AGUILAR CUETO Pai: PABLO DIMAANO GUTIERREZ.

Processo: 08228.004671/2022-19 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 29/10/2022 Imigrante: Niteen Shashikant Khatu Data Nascimento: 26/02/1978 Passaporte: Z2983896 País: INDIA Mãe: Khatu Bharati Shashikant Pai: Khatu Shashikant Bhikusheth.

Processo: 08228.004675/2022-99 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 29/10/2022 Imigrante: Reynante Ortiz Vigilla Data Nascimento: 09/02/1971 Passaporte: P5188359B País: FILIPINAS Mãe: Primitiva Guingon Ortiz Pai: Vicente Cocos Vigilla.

Processo: 08228.004828/2022-14 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 29/10/2022 Imigrante: Joseph Sebastian Kunnath Data Nascimento: 25/05/1958 Passaporte: R0349842 País: INDIA Mãe: Mariamma Joseph Pai: Joseph Kunnath.

Processo: 08228.004886/2022-21 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Gio Montaño Batiancila Data Nascimento: 03/10/1995 Passaporte: P2013752B País: FILIPINAS Mãe: Lorelie Medallo Montaño Pai: Danilo Descartin Batiancila.

Processo: 08228.005319/2022-92 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Alejandro Payabyab Sunga Data Nascimento: 02/10/1979 Passaporte: P0857714B País: FILIPINAS Mãe: Primitiva Payabyab Pai: Victoriano Sunga.

Processo: 08228.005324/2022-11 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Audun Idar Dekkerhus Data Nascimento: 01/03/1983 Passaporte: 33496962 País: NORUEGA Mãe: Aud Marie Dekkerhus Pai: Idar Dagfinn Dekkerhus.

Processo: 08228.005328/2022-83 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Bartosz Kot Data Nascimento: 08/04/1981 Passaporte: EK3866917 País: POLONIA Mãe: Bernadeta Gabriela Kot Pai: Czeslaw Kot.

Processo: 08228.005342/2022-87 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Felmore Daniel Ricarte Miraflor Data Nascimento: 11/12/1974 Passaporte: P1121250B País: FILIPINAS Mãe: Monina Saga Ricarte Pai: Jayme Rosales Miraflor.

Processo: 08228.005350/2022-23 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jan Seigfred Broqueza Mendoza Data Nascimento: 11/01/1991 Passaporte: P2953759B País: FILIPINAS Mãe: GLENDA PALLES BROQUEZA Pai: ALFREDO MANGUBAT MENDOZA.

Processo: 08228.004752/2022-19 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 29/10/2022 Imigrante: Michael Srinivas Devdas Data Nascimento: 05/10/1970 Passaporte: Z4636905 País: INDIA Mãe: Annapushpam Devdas Pai: Muthu Devadas.

Processo: 08228.004755/2022-44 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 29/10/2022 Imigrante: Ran Singh Data Nascimento: 15/08/1963 Passaporte: Z4821366 País: INDIA Mãe: Lichhama Devi Pai: Ramji Lal.

Processo: 08228.004759/2022-22 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 29/10/2022 Imigrante: Saifuddin Baber Data Nascimento: 20/04/1976 Passaporte: Z3604673 País: INDIA Mãe: Noor Jahan Pai: Salimuddin.

Processo: 08228.004764/2022-35 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 29/10/2022 Imigrante: Victor-Aurelian Georgescu Data Nascimento: 11/05/1970 Passaporte: 058273591 País: ROMENIA Mãe: Ana Georgescu Pai: Dumitru Georgescu.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021

Processo: 08228.004838/2022-33 Requerente: CONSTANCE MARY MALLERET Prazo: 1 Ano Imigrante: CONSTANCE MARY MALLERET Data Nascimento: 26/08/1994 Passaporte: 123234713 País: REINO UNIDO.

CONCOMITÂNCIA

A Coordenadora Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o(a) Imigrante SHINJI HASHIZUME a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na LSL TRANSPORTES LTDA. Processo: 08228.005271/2022-12, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011193/2021-93.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

**DESPACHOS**

Despacho nº 5780/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0028488/2021
Interessado: NEHUSCHUTA ALEXANDRE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente ter apresentado certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5781/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0028312/2021
Interessada: KETTELIE JOSEPH
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão da recorrente não ter apresentado legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem.

Despacho nº 5782/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0026893/2021
Interessado: LOUM MATAR
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, tradução e legalização do atestado de antecedentes criminais do país de origem e certidão da Justiça Estadual, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental. Além disso, o requerente apresentou certificado de proficiência sem realização de curso de Língua Portuguesa, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5783/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0026394/2021
Interessado: BOTAMBA IPOMBELA HERVE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal, cópia do passaporte, ainda que vencido, observadas as normas do Mercosul, com a digitalização de todas as folhas e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 5784/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0026175/2021
Interessada: EDLINE HILAIRE SAINT
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos II, III e IV do art.65 c/c inciso II do art. 66 da Lei nº 13.445/2017, em razão da recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem devidamente legalizada, além do certificado de comprovação de capacidade de comunicação em língua portuguesa em conformidade com a legislação vigente à época do seu pedido, além de não ter apresentado comprovante de residência por prazo indeterminado no Brasil por, no mínimo, um ano imediatamente anterior ao pedido, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 5785/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0025892/2021
Interessado: WISMICK AUGUSTIN
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios

fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem.

Despacho nº 5786/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0001369/2020
Interessado: SHAH SAUD
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, Atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 5787/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0005815/2020
Interessada: MARIA GUADALUPE BAUTA VALDIVIA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão da recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem, da Justiça Federal e Estadual, e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa em conformidade com a Portaria Interministerial nº 623, de 2020.

Despacho nº 5788/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0126902/2021
Interessado: RICARDO APOLINARIO CALZADA CORREA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nono art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, em razão do recorrente não ter cumprido, no momento processual oportuno, a notificação para seu comparecimento na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 5789/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0082851/2021
Interessado: MOHAMMAD KOUSSA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos II e IV, do art. 65 c/c inciso II, do art. 66, da Lei nº 13.445, de 2017, tendo em vista que o requerente se ausentou por 5 meses do Brasil, bem como apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

## COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

### PORTARIA Nº 605, DE 9 DE JUNHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve

Declarar a perda da nacionalidade brasileira da pessoa abaixo relacionada, nos termos do art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma dos art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017:

CATARINA YUE LI, nascida em 03 de outubro de 2003, filha de Li Guisheng e de Tian Xuefang, adquirindo a nacionalidade chinesa. (Processo nº 08018.032334/2022-89);

Considerando que a perda de nacionalidade foi concedida a título precário, a requerente deverá apresentar a cópia da página de identificação do passaporte chinês, no prazo de 18 (dezoito) meses, para complementação da instrução processual, sob pena de anulação do ato, tendo em vista o compromisso do Brasil para a redução da apatridia e em analogia ao disposto no art. 39 da Portaria MJ nº 623, de 13 de novembro de 2020.

LIGIA MARIA DUARTE PEREIRA

### PORTARIA Nº 606, DE 9 DE JUNHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma dos Art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199/2017:

MARIANE NAZARETH DO VALE, nascida em 21 de abril de 1990, filha de Maria do Perpétuo Socorro do Vale Menezes, adquirindo a nacionalidade Holandesa. (Processo nº 08018.032508/2022-11);

MILENA DE MELO KUPSTAITIS que passou assinar MILENA OPITZ, nascida em 21 de outubro de 1989, filha de Sergio Camargo Kupstaitis e de Antonia Rejane de Melo Kupstaitis, adquirindo a nacionalidade Austríaca. (Processo nº 08018.031137/2022-42);

PAULA REGGIORI FERES ALVES, nascida em 13 de outubro de 1992, filha de Paulo Sérgio Feres Alves e de Izabel Cristine Reggiori Alves, adquirindo a nacionalidade Holandesa. (Processo nº 08018.031136/2022-06);

REBECCA MEIN CHUNG CHUNG que passou assinar MEIN CHUNG CHUNG nascida em 14 de julho de 1991, filha de Chung Mo Chung e de Hae Sun Chung Choi, adquirindo a nacionalidade Coreana. (Processo nº 08018.031398/2022-62) e;

RODRIGO POUSAS NAVARRO, nascido em 10 de fevereiro de 1981, filho de Moyses Alberto Navarro e de Cleusa Maria Pousas Navarro, adquirindo a nacionalidade Holandesa. (Processo nº 08018.011104/2022-86).

LIGIA MARIA DUARTE PEREIRA

### PORTARIA Nº 607, DE 9 DE JUNHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ASIM AFTAB - G427791-0, natural do Paquistão, nascido em 01 de outubro de 1988, filho de Razia Parveen e de James Masih, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0019006/2020);

ASPIL GUERRIER - G200404-J, natural do Haiti, nascido em 30 de agosto de 1982, filho de Luckner Guerrier e de Christilia Choute, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0113956/2021);

GERALDA MARCELUS - G261814-X, natural do Haiti, nascida em 04 de janeiro de 1992, filha Excellent Marcelus e de Cidane Louissaint, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0142986/2021);

GHYATH ALTAKI - G314428-9, natural da Síria, nascido em 08 de maio de 1982, filho de Ayman Altaki e de Nada Alkawati, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0181817/2022);

JANNAT AMMAR MOHAMMED AMHIMMID - F127621-G, natural da Líbia, nascida em 20 de janeiro de 2000, filha de Ammar Mohammed Amhimmd e de Fathia Al Mhrm, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0109775/2021);

MOHAMMAD SHABBIR ALOM - G096738-V, natural de Bangladesh, nascido em 05 de setembro de 1987, filho de Somir Uddin e de Azibun Nessa, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0077030/2021);

NARIMAN YAHIA - G353842-H, natural da Síria, nascida em 22 de agosto de 2002, filha de Nabil Yahia e de Nedaa Almohamad, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0019070/2020) e

PATRAS MASIH - V835343-U, natural do Paquistão, nascido em 24 de março de 1974, filha de Nazir Masih e Bashiran Bibi, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0008352/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LÍGIA MARIA DUARTE PEREIRA

**DESPACHOS**

Despacho nº 25/2022/DINAC_PERDA_DE _NACIONALIDADE/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Processo MJSP nº: 08018.017429/2022-72
Interessado(a): ANA SONA SUNG

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria MJSP Nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, resolve:

EXTINGUIR o processo nº 08018.017429/2022-72, referente ao Pedido de Perda da Nacionalidade de ANA SONA SUNG, tendo em vista a desistência da interessada, nos termos dos art. 51 e 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 66/2022/DINAC_IGUALDADE_DE_DIREITOS/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: JOANA CAEIRO DA SILVA MARQUES
Processo: 08018.031983/2022-62

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende ao requisito elencado no artigo 15, do Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, bem como o disposto no art. 18, § 1º da Portaria nº 623/2020.

LIGIA MARIA DUARTE PEREIRA

**DESPACHOS**

Despacho nº 5790/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0118316/2021
Interessado: AHMED SAMAN ATYIAH ABUKHADRA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5791/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0126972/2021
Interessado: BERLINE FILS LAROSE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da tradução do atestado de antecedentes criminais do país de origem, bem com a legalização ou apostilamento do mesmo, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017

Despacho nº 5792/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0102444/2021
Interessado: ROBERT CALIXTE FILS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão original de antecedentes criminais do país de origem com a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal e não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa de acordo com o disposto Portaria nº 623, não atendendo, portanto, às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5793/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0123956/2021
Interessado: YOUVELIE JEAN LOUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data; além de não ter apresentado o Comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; e de ter apresentado certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento dos incisos III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5794/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0129924/2021
Interessado: LUIS ALBERTO DIAZ YANGALI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou do Brasil por 426 (quatrocentos e vinte e seis) dias no período de 19/10/2017 a 19/10/2021, também não fazendo jus à redução de prazo em razão de seus filhos brasileiros gozarem de naturalização provisória recaindo neste caso a ressalva prevista no art. 235, inciso I do Decreto 9.199/2017 e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5795/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0110275/2021
Interessado: MUHAMMAD MAZHER YOUSAF

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não comprovou a efetiva manutenção do casamento com cônjuge brasileira, já que a certidão de casamento se encontra desatualizada (2016), para comprovação da residência reduzida para, no mínimo, 1 (um) ano imediatamente anterior à data do pedido, não apresentou a declaração conjunta de ambos os cônjuges a respeito da continuidade de efetiva união e convivência, devidamente notificado, apresentou comprovante de residência em nome de terceiros, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa com declaração de curso sem informação de avaliação presencial, sem histórico escolar e sem conteúdo programático, não cumprindo o disposto na Portaria retromencionada e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II, III , do art. 65 c/c inciso III, do art. 66, ambos da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 5796/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0171444/2022
Interessado: JHONSON JOSEPH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5797/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008721/2020
Interessado: YVES ANTOINE ALBERT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoa Física - CPF, não atendendo, portanto, à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5798/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0018587/2020
Interessada: SANDRINE JEAN FRANCOIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente passaporte, certidões de nascimento dos filhos, certificado de língua portuguesa e antecedentes criminais da justiça estadual, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 5799/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0041403/2021
Interessado: MACOUMBA CISSE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, e foi apresentado certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento dos incisos III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5800/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049618/2021
Interessado: ANIS UR RAHMAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente permaneceu por um ano, dois meses e dezoito dias fora do País nos últimos quatro anos, não comprovou a proficiência em língua portuguesa em conformidade com o previsto no § 4°, inciso I, letra "d", do art. 5°, já que não foi juntada documentação demonstrando a realização de avaliação presencial do discente, que é domiciliado em local diverso da sede, em instituição de educação superior conveniada ao estabelecimento responsável e credenciada pelo Ministério da Educação, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, do art. 65, da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5801/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047582/2021
Interessado: MOHAMMAD IQBAL HOSSAIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país; além de ter apresentado certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, e portanto não atende à exigência contida nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5802/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0030749/2021
Interessado: HASHIM GHANI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o imigrante não comprovou a proficiência em língua portuguesa em conformidade com o previsto nos §§ 4° e/ou 5°, inciso I, letra "d", art. 5°, com documentos recepcionados pela Portaria retromencionada e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 5803/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0018169/2020
Interessado: GUILLERMO JULIO PINO BATISTA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente, apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual fora da validade, bem como, devidamente notificado, apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo do país de origem sem a devida legalização/ apostilamento, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5804/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0019302/2020
Interessada: MAHELYN GONZALEZ OCHOA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente apresentou comprovante de residência desatualizado (01/2020), não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual dos locais onde residiu no últimos 4(quatro) anos, bem como apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, fora de validade (21/10/2019), foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, Incisos II, III e IV da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5805/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013563/2020
Interessado: MILOURDE EXALUS SALOMON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não comprovou residência com documento recepcionado nos termos do art. 56 da Portaria retromencionada, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como não apresentou a certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5806/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0017255/2020
Interessado: WILLYGUENS EDOUARD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5775/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Tornar sem efeito
Interessado: ENAS ADEL RAGAB MARKOUS
Processo: 235881.0177226/2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve: Tornar sem e feito Portaria nº 595, de 7 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 8 de junho de 2022, seja tornada sem efeito, tendo em vista a duplicidade, publicado no Diário Oficial da União de 02 de dezembro de 2021, que concedeu a naturalização ordinária à ENAS ADEL RAGAB MARKOUS - G251455-4, natural da Líbia, nascida em 28 de julho de 1994, filha de Adel Ragab Markous e de Ganedla Ado Zaid Abousahmen, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0177226/2022), tendo em vista a duplicidade.

LÍGIA MARIA DUARTE PEREIRA

**RETIFICAÇÃO**

No Despacho Nº 5583/2022/DINAT_Naturalizacao/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS, publicado na Seção 1, pág. 78 do Diário Oficial da União de 9 de junho de 2022,

Onde se lê:

Despacho Nº 5583/2022/DINAT_Naturalizacao/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Não conhecimento do recurso de pedido de naturalização
Interessado: ALPHA OUMAR DIALLO
Processo: 08457.000534/2017-36

Leia-se:

Despacho Nº 5583/2022/DINAT_Naturalizacao/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Não conhecimento do recurso de pedido de naturalização
Interessado: ISBELINE THEODORICE
Processo: 08385.005548/2020-32

## DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

**DESPACHOS**

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a exata data de nascimento de NANDINHO LUIS GOMES, incluído na Portaria nº 586, de 6 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2022, é 09 de fevereiro de 1985, e não como constou. Processo: 08000.014848/2022-41

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a exata data de nascimento de MARIA FERNANDA CAMPUGIANI BERRETTA, incluído na Portaria nº 4.319, de 13 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2021, é 16 de agosto 1974, e não como constou. Processo: 08018.032662/2022-85

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome da genitora de RANA ASIM RAZA - G286601-D, incluído na Portaria nº 448, de 12 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2022, é NASEEM AKHTAR, e não como constou. Processo: 08018.032467/2022-55

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a exata data de nascimento de ROBERTO HERNANDEZ SANTIESTEBAN - G006734-J, incluído na Portaria nº 311 de 01 de abril de 2022 publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2022, é 15 de julho de 1971, e não como constou. Processo: 08018.032422/2022-81

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que ALI ABDULLAH FOUAD ELSAID ALI ELAWADY, incluído na Portaria nº 588, de 6 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 07 de junho de 2022, é natural do QATAR, e não como constou. Processo: 08018.032488/2022-71

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome dos genitores de PABLO ANTONIO JIMENEZ MEDINA - V007320 - W, incluído na Portaria nº 2.766, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2020, é Alberto Jimenez e Suzana Medina, e não como constou. Processo: 08018.031281/2022-89

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a exata data de nascimento de DENIS LUC LOUIS JULIEN - V813347-7, incluído na Portaria nº 586, de 6 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 07 de junho de 2022, é 19 de junho de 1958, e não como constou. Processo: 08084.003242/2022-06

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que ENAS ADEL RAGAB MARKOUS, incluída na Portaria nº 586, de 6 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2022, é filha de Adel Ragab Markous e de Ganedla Ado Zaid Abousahmen, e não como constou.

ELISA MARIA LEANDRO DE SOUSA REIS

## DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
## COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

### PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 780, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: A COLMEIA (Brasil - 2019)
Produtor(es): Gabriela Bervian
Diretor(es): Gilson Vargas
Distribuidor(es): LANÇA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Suspense/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000838/2022-40
Requerente: LANÇA FILMES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

### PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 781, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: A FANTÁSTICA FÁBRICA DE GOLPES (THE COUP D`ÉTAT FACTORY, Brasil - 2022)
Produtor(es): Quechua Films
Diretor(es): Dirty Movies Ltd
Distribuidor(es): QUECHUA FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000924/2022-52
Requerente: VICTOR MANOEL ALMEIDA FRAGA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

### PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 782, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: SAPATO 36 (Brasil - 2022)
Produtor(es): Nosotros & Los Demas (Vilabela Produções Artísticas Ltda.)
Diretor(es): Petrônio Lorena
Distribuidor(es): CAVIDEO PRODUÇÕES, COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE FILMES LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000957/2022-01
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

### PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 783, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: UM LUGAR BEM LONGE DAQUI - TRAILER 5K (WHERE THE CRAWDADS SING, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Besty Danbury
Diretor(es): Olivia Newman
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama/Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.001029/2022-55
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

### PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 784, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: X: A MARCA DA MORTE (X, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): A24
Diretor(es): TI West
Distribuidor(es): Playarte
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Suspense/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Medo e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001040/2022-15
Requerente: PLAYARTE PICTURES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

### PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 785, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: O TELEFONE PRETO - TRAILER 4H (THE BLACK PHONE, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Scott Derrickson
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Suspense/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Medo
Processo: 08017.001044/2022-01
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

### DESPACHO Nº 261, DE 9 DE JUNHO DE 2022

DESPACHO Nº 261/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS

Processo MJ nº: 08017.001011/2022-53

Trailer: "TREM-BALA - TRAILER 3"

Tendo em vista a solicitação de reconsideração da classificação indicativa do trailer "TREM-BALA - TRAILER 3", com fulcro no Art. 62. da Portaria n° 502 de 23 de novembro de 2022, faz-se a seguintes considerações:

Os elementos identificados na análise são determinantes para a classificação final da obra, conforme NOTA TÉCNICA Nº 18/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS/MJ;

A análise técnica não identificou conteúdos díspares em relação à classificação indicativa de "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos".

Desta forma, determina-se a manutenção da classificação indicativa atribuída à obra "TREM-BALA - TRAILER 3" para "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos", por conter linguagem imprópria e violência.

EDUARDO DE ARAUJO NEPOMUCENO
Coordenador

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

### DESPACHOS DE 9 DE JUNHO DE 2022

Despacho SG Nº 759/2022 - Ato de Concentração nº 08700.002482/2022-71. Requerentes: Intercement Brasil S.A., Mineração Fazenda dos Borges Ltda., Britadora Borges Ltda. e Sales Imobiliária Ltda. Advogados: André Lucenti Estevam, Juliano Battella Gotlib e Guilherme Schimidt M. e A. Garcia. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 760/2022 - Ato de Concentração nº 08700.003009/2022-19. Requerentes: TGRJ-22 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e BHG Imobiliária Hotelaria e Turismo Ltda. Advogados: Leonardo Maniglia Duarte, Fernanda Lins Nemer, Ana Valéria Fernandes e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 761/2022 - Ato de Concentração nº 08700.003027/2022-92. Requerentes: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e Vale do Paraná S.A. - Álcool e Açúcar. Advogados: Aurélio Marchini, Ana Paula Paschoalini e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 762/2022 - Ato de Concentração nº 08700.003300/2022-89. Requerentes: Jalles Machado S.A.; Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.; e ERB-MG Energias S.A. Advogados: Daniel Costa Rebello, Eduardo Caminati e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 764/2022 - Ato de Concentração nº 08700.003058/2022-43. Requerentes: Cencosud Brasil Comercial S.A., Giga BR Distribuidor e Atacadista Ltda. e AFN Participações Ltda. Advogados: Michelle Marques Machado, Ricardo Gaillard e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 765/2022 - Ato de Concentração nº 08700.003330/2022-95. Requerentes: FL Gestão e Participações Ltda.; FSH Participações S.A.; Bahia Etanol Holding Ltda.; Bahia Etanol Cogeração de Energia Elétrica Ltda.; Amerra Biocana II LLC e CVI GVF Brazil Recovery I LLC. Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Daniel Costa Rebello e José Rubens Battazza Iasbech. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

### PORTARIA FUNAI Nº 522, DE 2 DE JUNHO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, que aprovou o Estatuto da Fundação Nacional do Índio, e pela Portaria 666/PRES, de 17 de julho de 2017, que aprovou o Regimento Interno da Funai, e combinado com o art. 7° do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

CONSIDERANDO os relatórios e elementos constantes no Processo Funai nº 08620-083438/2012-71 e no Processo Funai nº 00466.002008/2021-76, que trata da "proposta de interdição de área" da Terra Indígena Pirititi, localizada no município de Rorainópolis, estado de Roraima;

CONSIDERANDO o reconhecimento dos direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, nos termos do art. 231 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o reconhecimento do direito dos índios às terras que ocupam, devendo ser assegurado pelo órgão federal de assistência aos índios, segundo determina o art. 25 da Lei n° 6.001, de 17 de dezembro de 1973;

CONSIDERANDO que nos limites descritos na Portaria nº 1.549/PRES/2018, segundo elementos dos autos acima referidos, encontram-se índios isolados, nos termos do inciso I do art. 4° da Lei n°6.001/73,

CONSIDERANDO a Ação Civil Pública n.º 1004027- 19.2021.4.01.4200, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 6 (seis) meses o prazo estabelecido no art. 1º da Portaria Funai n° 440, de 1° de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2021, Seção 1, página 368, a contar do seu termo final de vigência, estabelecendo a restrição de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai, na área de 40.095 hectares e perímetro aproximado de 192 quilômetros, da referida Terra Indígena Pirititi, nos municípios de Rorainópolis, estado de Roraima, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de monitoramento e proteção territorial e física do povo indígena Pirititi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

# Ministério de Minas e Energia

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 651/GM/MME, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 36, de 5 de maio de 2022, e o que consta do Processo nº 48340.001209/2020-18, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o retorno ao trabalho em regime presencial dos servidores e empregados públicos em exercício no Ministério de Minas e Energia, nos termos da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 36, de 5 de maio de 2022.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput os servidores abrangidos pela Portaria Normativa nº 9/GM/MME, de 28 de abril de 2021.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 117/GM/MME, de 18 de março de 2020;

II - a Portaria nº 558/GM/MME, de 18 de outubro de 2021; e

III - a Portaria nº 580/GM/MME, de 21 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

### PORTARIA Nº 652/GM/MME, DE 8 DE JUNHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 18 do Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48330.000029/2020-38, resolve:

Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, documentação técnica do Grupo de Trabalho de Metodologia da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP, denominado "Relatório de Validação da Versão 16 do Programa SUISHI - Modelo de Simulação a Usinas Individualizadas em Sistemas Hidrotérmicos Interligados - Modo para Cálculo de Energia Firme", que apresenta propostas de aprimoramentos, abordando o seguinte tema: Validação do Modelo SUISHI, no modo de simulação para o cálculo de energia firme do Modelo SUISHI, para a implementação da Versão 16.

Parágrafo único. Os documentos e informações pertinentes podem ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas.

Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento da proposta de que trata o art. 1º, serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, pelo prazo de doze dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

### PORTARIA Nº 653/GM/MME, DE 9 DE JUNHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 18 do Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48330.000188/2020-32, resolve:

Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, documentação técnica do Grupo de Trabalho de Metodologia da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP, que trata dos temas propostos pela CPAMP para os próximos ciclos de atividades.

Parágrafo único. Os documentos e as informações pertinentes podem ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas.

Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento da proposta de que trata o art. 1º, serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, pelo prazo de trinta dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

### PORTARIA Nº 1.443/SPE/MME, DE 7 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001959/2022-51. Interessada: Omega Desenvolvimento de Energia 5 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 38.112.927/0001-96. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Assuruá 4 I, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.050463-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.355, de 10 de agosto de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

### PORTARIA Nº 1.444/SPE/MME, DE 7 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001959/2022-51. Interessada: Omega Desenvolvimento de Energia 8 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 38.286.402/0001-77. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Assuruá 4 II, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.050464-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.356, de 10 de agosto de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

### PORTARIA Nº 1.445/SPE/MME, DE 7 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001959/2022-51. Interessada: Omega Desenvolvimento de Energia 7 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 38.112.944/0001-23. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Assuruá 4 III, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.050465-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.357 de 10 de agosto de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

### PORTARIA Nº 1.446/SPE/MME, DE 7 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001959/2022-51. Interessada: Omega Desenvolvimento de Energia 6 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 38.050.924/0001-75. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Assuruá 4 IV, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.050466-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.358, de 10 de agosto de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

### PORTARIA Nº 1.447/SPE/MME, DE 7 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001959/2022-51. Interessada: Omega Desenvolvimento de Energia 3 S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 38.049.586/0001-51. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Assuruá 4 V, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.050467-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.359, de 10 de agosto de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

**PORTARIA Nº 1.448/SPE/MME, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001959/2022-51. Interessada: Omega Desenvolvimento de Energia 2 S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 38.049.608/0001-83. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Assuruá 4 VI, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.050468-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.360, de 10 de agosto de 2021, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

**PORTARIA Nº 1.449/SPE/MME, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001648/2022-11. Interessada: SER - Sistemas de Energia Renovável Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.247.020/0001-76. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Panati 5, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.038394-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.763, de 16 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

**PORTARIA Nº 1.450/SPE/MME, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001643/2022-80. Interessada: SER - Sistemas de Energia Renovável Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.247.020/0001-76. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Panati 2, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.038390-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.760, de 16 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

**PORTARIA Nº 1.451/SPE/MME, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, e o que consta nos Processos nº 48340.001457/2022-21, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Solares Fotovoltaicas na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se ao Ponto de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

| Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL | Empreendimento | Potência Total (MW) | Garantia Física de Energia (MW médio) |
|---|---|---|---|
| UFV.RS.MG.040857-3.01 | Janaúba 1 | 51,45 | 15,3 |
| UFV.RS.MG.040858-1.01 | Janaúba 2 | 51,45 | 15,3 |
| UFV.RS.MG.040859-0.01 | Janaúba 3 | 51,45 | 15,3 |
| UFV.RS.MG.040860-3.01 | Janaúba 4 | 51,45 | 15,4 |
| UFV.RS.MG.040861-1.01 | Janaúba 5 | 51,45 | 15,4 |
| UFV.RS.MG.040862-0.01 | Janaúba 6 | 51,45 | 15,4 |
| UFV.RS.MG.040863-8.01 | Janaúba 7 | 51,45 | 15,3 |
| UFV.RS.MG.040864-6.01 | Janaúba 8 | 51,45 | 15,4 |
| UFV.RS.MG.040865-4.01 | Janaúba 9 | 51,45 | 15,4 |
| UFV.RS.MG.040866-2.01 | Janaúba 10 | 51,45 | 15,3 |
| UFV.RS.MG.040867-0.01 | Janaúba 11 | 51,45 | 15,3 |
| UFV.RS.MG.040868-9.01 | Janaúba 12 | 51,45 | 15,5 |
| UFV.RS.MG.040869-7.01 | Janaúba 13 | 51,45 | 15,5 |
| UFV.RS.MG.040870-0.01 | Janaúba 14 | 51,45 | 15,5 |

**PORTARIA Nº 1.452/SPE/MME, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001645/2022-79. Interessada: SER - Sistemas de Energia Renovável Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.247.020/0001-76. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Panati 3, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.038392-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.761, de 16 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

**PORTARIA Nº 1.453/SPE/MME, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001647/2022-68. Interessada: SER - Sistemas de Energia Renovável Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.247.020/0001-76. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Panati 4, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.038393-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.762, de 16 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

**PORTARIA Nº 1.454/SPE/MME, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001725/2022-12. Interessada: MEZ 10 Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 43.394.276/0001-04. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de implantação de instalações de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 5 do Leilão nº 01/2021-ANEEL (Contrato de Concessão nº 15/2021-ANEEL, de 30 de setembro de 2021), de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.057, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005389/2022-99. Interessada: Energisa Tocantins Transmissora de Energia S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para desapropriação, em favor da Interessada, a área de terra necessária à ampliação da Subestação 230/138 kV Gurupi, localizada no município de Gurupi, estado do Tocantins. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta nos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.060, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001383/2022-42. Interessada: Usina Laguna - Álcool e Açúcar Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública, em favor da Usina Laguna - Álcool e Açúcar Ltda., para instituição de servidão administrativa, as áreas de terra necessárias à passagem da LT 138 kV SE Elevadora UTE Laguna - SE Seccionadora Batayporã II e à passagem do trecho de linha de transmissão que perfaz o seccionamento da LT 138 kV Nova Andradina - Porto Primavera, na Subestação Batayporã II, e, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da SE 138 kV Seccionadora Batayporã II, localizada no estado de Mato Grosso do Sul. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estão disponíveis em http:biblioteca.aneel.gov.br .

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.061, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002298/2022-00. Interessada Copel Distribuição S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Copel Distribuição S.A., a área de terra necessária à passagem de trecho da Linha de Distribuição Ivaiporã - Manoel Ribas, localizada nos municípios de Cândido Abreu e Manoel Ribas, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.066, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004876/2022-34. Interessada Enel Distribuição Ceará. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Enel Distribuição Ceará - Enel CE, das áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Distribuição Crato II - Nova Olinda 02C1, localizada no estado do Ceará. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br .

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.072, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002864/2021-94. Interessada: Enel Green Power Aroeira 04 S.A. Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 10.281, de 6 de julho de 2021, que trata da Declaração de Utilidade Pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Enel Green Power Aroeira 04 S.A., das áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Transmissão Aroeira - Ourolândia II, localizada nos municípios de Morro do Chapéu e Ourolândia, estado da Bahia. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br .

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.043, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004899/2021-68. Interessadas: CEMIG Distribuição S/A - Cemig-D, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig-GT, Empresa Santos Dumond de Energia S.A. - ESDE, Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. - Mantiqueira, São Gotardo Transmissora de Energia S.A. - São Gotardo, Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. - SLTE, Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. - SMTE, Serra Paracatu Transmissora de Energia Ltda. - SPTE e Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Prorrogar a vigência das tarifas da CEMIG Distribuição S/A - Cemig-D, até 21 de junho de 2022, que constam nos Anexos da Resolução Homologatória nº 2.877, de 25 de abril de 2021, e dá outras providências. As íntegras dessas Resoluções e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

**DESPACHO Nº 1.485, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos: 48500.000892/2020-96, 48500.000893/2020-31, 48500.000894/2020-85, 48500.001685/2014-19, 48500.002325/2016-98, 48500.002496/2014-55, 48500.003343/2014-25. Interessado: Brilhante Projetos SPE Ltda.. Decisão: Indeferir pedido de alteração de cronograma das UFV Taboleiro do Meio II a VIII. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

**DESPACHO Nº 1.493, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Processo nº 48500.003177/1999-85. Interessado: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS. Decisão: alterar as características técnicas da UTE Ibirité, outorgada por meio da Resolução nº 520, de 29 de novembro de 2001, e cadastrada no CEG sob o nº UTE.GN.MG.001096-0.01. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.501, DE 6 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando as atribuições da Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, o que consta do Processo nº 48500.004372/2013-23 e em atenção às informações contidas no e-mail s/nº, de 22 de novembro de 2021, protocolado na ANEEL sob o nº 48524.010381/2021-00, decide: (i) registrar o novo endereço da sede da empresa Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A., CNPJ nº 17.858.631/0001-49, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055 - Conjuntos 111 e 112, sala 01, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, São Paulo/SP.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

**DESPACHO Nº 1.508, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Processo nº: 48100.001152/1996-71. Interessado: Celesc Geração S.A. Decisão: (i) Homologar a série de vazões mensais necessários ao cálculo da garantia física da PCH Celso Ramos - CEG PCH.PH.SC.000742-0.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br/.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.520, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando as atribuições da Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, o que consta do Processo nº 48500.001130/2020-15 e em atenção às informações contidas no e-mail s/nº, de 16 de março de 2022, protocolado na ANEEL sob o nº 48524.003174/2022-00, decide: (i) registrar a alteração da razão social da Stratus Comercializadora de Energia Ltda para Tecnotrading Comercializadora de Energia Ltda, inscrita no CNPJ nº 35.356.318/0001-94, objeto do Despacho nº 647 de 2020; e (ii) registrar o novo endereço da sede da titular na Avenida Robert Kennedy, 615 e 625 - Bloco 1, Planalto, CEP 09895-003, São Bernardo do Campo/SP.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

**DESPACHO Nº 1.526, DE 7 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando as atribuições da Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, o que consta do Processo nº 48500.001175/2020-81 e em atenção às informações contidas no e-mail s/nº, de 15 de dezembro de 2021, protocolado na ANEEL sob o nº 48524.011286/2021-00, decide: (i) registrar a alteração da razão social da XP Comercializadora de Energia Ltda para XP Comercializadora de Energia S.A., inscrita no CNPJ nº 34.475.373/0001-30, objeto do Despacho nº 2.249, de 2021; e (ii) registrar o novo endereço da sede da titular na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - 29° andar (parte), Torre Sul, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, São Paulo/SP.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

**DESPACHO Nº 1.538, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme as atribuições estipuladas na Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 395, de 4 de dezembro de 1998, combinadas com as Resoluções Normativas nº 673, de 4 de agosto de 2015, e nº 875, de 10 de março de 2020, e do Processo nº 48500.004017/2005-64, decide: (i) tornar sem efeito o Ofício nº 821/2005-SGH/ANEEL, de 3 de agosto de 2005, que efetivou o registro ativo para desenvolvimento dos estudos de Projeto Básico da PCH Rondon I; (ii) revogar o Despacho nº 956, de 11 de maio de 2006, e o Despacho nº 2.466, de 25 de outubro de 2006, que, respectivamente, conferiu o aceite e aprovou o Projeto Básico da PCH Rondon I, localizada no rio Comemoração, integrante da sub-bacia 15, no município de Pimenta Bueno, no estado de Rondônia, em razão da ausência de manifestação em prosseguir com a outorga de autorização desse empreendimento hidrelétrico; e (iii) disponibilizar o aproveitamento Rondon I, presente no estudo de inventário aprovado pela Resolução nº 202, de 30 de junho de 1998, para solicitação de DRI-PCH por parte de qualquer interessado, nos termos da Resolução Normativa nº 875, de 2020.

RENATO MARQUES BATISTA

**DESPACHO Nº 1.540, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Processo nº: 48500.004774/2022-19. Interessada: Múltipla Participações Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Bela Vista, com 7.288 kW de potência instalada, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.MG.040829-8.01, localizada no rio Preto, nos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.541, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Processo nº: 48500.004775/2022-63. Interessada: Múltipla Participações Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Falcão, com 8.480 kW de potência instalada, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.RJ.040833-6.01, localizada no rio Preto, nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.542, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Processo nº: 48500.004776/2022-16. Interessada: Múltipla Participações Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Zelinda, com 5.390 kW de potência instalada, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.RJ.040837-9.01, localizada no rio Preto, nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.543, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Processo nº: 48500.004777/2022-52. Interessada: Múltipla Participações Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Córrego Santa Maria, com 6.485 kW de potência instalada, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.RJ.040832-8.01, localizada no rio Preto, nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.545, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Processo nº: 48500.004778/2022-05. Interessada: Múltipla Participações Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Ribeirão da Onça, com 5.592 kW de potência instalada, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.RJ.040836-0.01, localizada no rio Preto, nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

**DESPACHO Nº 1.530, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003031/2019-26, decide suspender a operação comercial da unidade geradora (UG) 01 da CGH José Togni, Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) CGH.PH.MG.027139-0.01, no período compreendido entre 30 de novembro de 2019 e 26 de outubro de 2020.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA

**DESPACHO Nº 1.531, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003033/2019-15, decide suspender a operação comercial da unidade geradora (UG) 01 da CGH Ubirajara Machado de Moraes, Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) CGH.PH.MG.000298-4.01, a partir do dia 17 de fevereiro de 2020.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA

**DESPACHOS DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 10 de junho de 2022.

Nº 1.546 Processo nº: 48500.005058/2019-53. Interessados: Canta Geração e Comércio de Energia SPE S/A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UTE Cantá. Unidades Geradoras: UG1, de 10.000,00 kW. Localização: Município de Cantá, no estado de Roraima.

Nº 1.547 Processo nº: 48500.002673/2020-41. Interessados: Sol Serra do Mel II SPE S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Serra do Mel II. Unidades Geradoras: UG1 a UG10, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br/.

RODRIGO CÉSAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

**DESPACHO Nº 1.478, DE 2 DE JUNHO DE 2022**

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, e o que consta do Processo nº 48500.003564/2017-46, decide: anuir previamente aos Contratos de Prestação de Garantia Corporativa a serem celebrados entre a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, Companhia Energética de Pernambuco - Celpe, Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern, Elektro Redes S.A. e Neoenergia Distribuição Brasília S.A., contratantes, e a Neoenergia S.A, contratada, conforme minutas apresentadas.

MARIA LUIZA FERREIRA CALDWELL

**DESPACHO Nº 1.528, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Processo nº: 48500.005303/2022-28. Interessadas: Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. e Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. Decisão: anuir previamente à celebração do Contrato de prestação serviços de integração de religadores e reguladores de tensão no sistema 13,8kV distribuídos pelo Estado da Paraíba entre as Interessadas (contratantes) e a Energisa Soluções S.A. (contratada), conforme minuta apresentada. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

MARIA LUIZA FERREIRA CALDWELL
Superintendente Adjunta

**DESPACHO Nº 1.537, DE 8 DE JUNHO DE 2022**

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA E O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhes foram delegadas por meio das Portarias n° 4.659, de 18 de julho de 2017, e nº 3.926, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, na correspondência protocolada sob o nº 48513.014641/2022-00 e o constante do Processo nº 48500.005276/2021-11; decidem: (i) considerar atendida, pela Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 3.786, de 7 de dezembro de 2021; e (ii) estabelecer que o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 33/2017-ANEEL deverá ser assinado pela concessionária em até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho.

MARIA LUIZA FERREIRA CALDWELL
Superintendente Adjunta de Fiscalização Econômica e financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

## SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

**DESPACHO Nº 781, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.004776/2021-27, decide por: (i) negar provimento à reclamação interposta pela LF Comércio de Grãos Ltda.; (ii) determinar que a Enel Distribuição Goiás efetue a correção da classificação da unidade consumidora nº 10006758299 para a classe comercial; (iii) determinar que a Enel Distribuição Goiás efetue a cobrança das quantias não recebidas, limitando-se aos últimos 3 (três) ciclos de faturamento imediatamente anteriores ao ciclo vigente, nos termos do inciso I do art. 113 da Resolução Normativa nº 414/2010; e (iv) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ RUELLI

# AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

## SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

**DESPACHO**
Relação nº 64/2022

Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo ao débito de (TAH), no prazo de 10(dez) dias:
EDUARDO LINS DE MEDEIROS - 848.316/2012 - Not. 19/2020 - R$ 1.379,23

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

## DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 1 (MG)

**DESPACHO**
Relação nº 334/2022

BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. - 834851/1994 - No despacho publicado no DOU de 01/06/2022 | Número 103 | Página 416 | Relação 283/2022, onde se lê "tornar sem efeito os Autos de Infração nº 947/2004 e 958/2004", leia-se "tornar sem efeito os Autos de Infração nº 947/2004 e 948/2004".

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe da DIRAR-1 MG

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA REGULATÓRIA

**DESPACHO**
Relação nº 37/2022

Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)

830.508/1978-MINERBRAS MINERAÇÕES BRASILEIRAS LTDA ME - Publicado DOU de 25.03.2022, Relação n° 25/2022, Seção I, pág. 188- Onde se lê: "... concedo a anuência prévia e autorizo a averbação dos atos de cessão total de Portaria de lavra nº 1.729/1985 - Processo nº 27203.830.508/1978-02-Cessionário: Silva e Oliveira Projetos Mineração Ltda-Me - CNPJ: 19.178.784/0001-70...". Leia-se: "...concedo a anuência prévia e autorizo a averbação dos atos de cessão total da Portaria de lavra nº 1.729/1985 - Processo nº 27203.830.508/1978-02 - Cessionário: Terra Viva Consultoria e Mineração Ltda - CNPJ: 19.178.784/0001-70...".

821.330/1999-COMERCIO E DISTRIBUICAO DE AGUA MINERAL BZG LTDA - Publicado DOU de 01.04.2022, Relação n° 27/2022, Seção I, pág. 320- Onde se lê: "... concedo a anuência prévia e autorizo a averbação dos atos de cessão total de portaria de lavra nº 349/2006-Processo nº 27202.821.330/1999-35. Cessionário: Comércio e Distribuição de Água Mineral DZG Ltda-CNPJ: 36.754.138/0001-23....". Leia-se: "...autorizo a averbação dos atos de cessão total de portaria de lavra nº 349/2006 - Processo nº 27202.821.330/1999-35-Cessionario: Comércio e Distribuição de Água Mineral BZG Ltda-CNPJ: 36.754.138/0001-23..."

005.761/1965-SANTANENSE MINERACAO S.A. - Publicado DOU de 29.03.2022, Relação n° 26/2022, Seção I, pág. 196- Onde se lê: "... concedo anuência prévia e autorizo a averbação dos atos de cisão parcial da portaria de lavra nº 477/1992-Processo nº 27203.005.761/1965-42-Beneficiaria:Santanense Mineração S/A - CNPJ: 08.852.207/0001-04...". Leia-se: "...concedo a anuência prévia e autorizo a averbação dos atos de cisão parcial da portaria de lavra nº 477/1992- Processo nº 27203.005.761/1965-42-Beneficiaria: Santanense Mineração S/A-CNPJ: 36.927.922/0001-96 ...".

800.736/1974-JANNUZZI CECCHETTINI & CIA LTDA. - Publicado DOU de 09.06.2017, Relação n° 147/2017, Seção I, pág. 105- Onde se lê: "...Arrendante: Jannuzzi Cecchettini & Cia Ltda - CNPJ: 45.603.099/0001-54. Leia-se - a Arrendatário. Ds2 Engenharia e Comércio Ltda-CNPJ: 09.388.890/0001-25...".

805.152/1973-ESPANHA MINERAÇÃO E ARQUITETURA EIRELI - Publicado DOU de 22.11.2021, Relação n° 131/2021, Seção I, pág. 196- Onde se lê: "... CNPJ: 02.845.645/0001-50 - Calpar Comércio de Calcário Ltda....", Leia-se: "... CNPJ:76.109.594/0001-35- Calpar Comércio de Calcário Ltda..."

YURI FARIA PONTUAL DE MORAES
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

**ALVARÁ Nº 4.709, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Fase de Autorização de Pesquisa

O Superintendente de Pesquisa e Recursos Minerais DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48054.831018/2022-71-Alexandre Antonio Abrão (Documento SEI: 4262458)

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

**ALVARÁ Nº 4.718, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Fase de Autorização de Pesquisa

O Superintendente de Pesquisa e Recursos Minerais DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48054.831023/2022-83-PRO-FLORA AGROFLORESTAL LTDA (Documento SEI: 4262465)

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

# AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

## DIRETORIA I

## SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

**RETIFICAÇÃO**

Na AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 333, DE 1º DE JUNHO DE 2022, publicada no DOU de 02 de junho de 2022, Seção 1, página 136:

Onde se lê:

| CNPJ |
|---|
| 62.695.036/0001-94 |
| 62.695.036/0059-00 |

Leia-se:

| CNPJ |
|---|
| 62.695.036/0001-94 |
| 62.695.036/0059-00 |
| 62.695.036/0033-71 |
| 62.695.036/0037-03 |

**RETIFICAÇÃO**

No DESPACHO SDL-ANP Nº 745, DE 1º DE JUNHO DE 2022, publicado no DOU de 02 de junho de 2022, Seção 1, página 137:

Onde se lê:

" (...) CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A - CNPJ nº 92.779.503/0001-25."

Leia-se:

" (...) CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A - CNPJ nº 92.779.503/0001-25 e CNPJ nº 92.779.503/0016-01. "

# Ministério das Relações Exteriores

## FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

**PORTARIA FUNAG Nº 67, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Altera o art. 16 do Anexo I da Portaria FUNAG nº 65, de 8 de fevereiro de 2022 - Regimento Interno da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso I, do Anexo I, do Decreto nº 10.943, de 24 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º O art. 16, do Anexo I, da Portaria FUNAG nº 65, de 8 de fevereiro de 2022, que aprovou o Regimento Interno da Fundação Alexandre de Gusmão, passa a vigorar com a seguinte alteração:

" Art. 16 .....

.....

Parágrafo único. A Auditoria Interna vincula-se, administrativamente, ao Conselho de Administração Superior, observado o disposto no art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000." (NR)

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor em 1º de julho de 2022.

MÁRCIA LOUREIRO

## Ministério da Saúde

### GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA GM/MS Nº 1.388, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Define os procedimentos cirúrgicos prioritários no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, altera e exclui atributos e inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Prótese e Materiais Especiais do SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a relevância de medidas que contribuam para a eficiência do Sistema, propiciando o melhor uso possível dos recursos públicos;

Considerando a necessidade de fomentar a realização dos procedimentos cirúrgicos considerados prioritários no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da reorganização e da ampliação do acesso, em especial àqueles com demanda reprimida identificada; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC/SAES/MS), constante no NUP-SEI nº 25000.060101/2022-84, resolve:

Art. 1º Ficam definidos como procedimentos cirúrgicos prioritários no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e alterados os valores na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, os procedimentos constantes do Anexo I.

Parágrafo único. Os procedimentos cirúrgicos prioritários no âmbito do SUS são aqueles estabelecidos conjuntamente pelas esferas de gestão do Sistema como de grande demanda reprimida e causas de filas de espera significativas, compondo, portanto, gargalos ao provimento do cuidado no tempo oportuno e constituindo, dessa forma, objeto de implementação de estratégias efetivas com o potencial de aprimorar acesso e qualidade assistencial.

Art. 2º Fica incluído, no Grupo 03, Subgrupo 01, Forma de Organização 04 na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, o procedimento 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação, conforme o Anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. O procedimento de que trata o caput será financiado por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC por um período de 06 (seis) meses, para a formação de série histórica necessária à sua incorporação ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos estados, do Distrito Federal e municípios.

Art. 3º Fica incluído, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, o subtipo de financiamento 0079 - Pré-cirúrgico em Cirurgias Prioritárias e as compatibilidades entre os procedimentos constantes do Anexo III.

Art. 4º Fica excluído o atributo complementar 044-Cirurgias Eletivas dos procedimentos relacionados no Anexo IV.

Art. 5º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) no montante anual de R$ 336.806.128,20 (trezentos e trinta e seis milhões, oitocentos e seis mil cento e vinte e oito reais e vinte centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

§ 1º O recurso de que trata o caput refere-se ao reajuste do valor dos procedimentos prioritários financiados por meio do limite financeiro de Média e Alta Complexidade-MAC, descritos no Anexo I e distribuídos por estados, Distrito Federal e municípios conforme Anexo V.

§ 2º Fica estabelecido que o procedimento 04.18.01.003-0 - Confecção de fístula arteriovenosa p/ hemodiálise, continuará sendo financiado por meio do Fundo de ações Estratégicas e Compensação-FAEC.

Art. 6º Cabe aos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal, a organização e a definição dos critérios regulatórios que garantam o acesso preferencial aos pacientes cuja solicitação já esteja inserida na regulação.

Art. 7º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos aos Fundos de Saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 8º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Planos Orçamentários 0000 e 0005.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais nos sistemas de informações do SUS a partir da competência seguinte à da sua publicação e efeitos financeiros na 7ª parcela de 2022.

DANIEL MEIRELLES FERNANDES PEREIRA

ANEXO I - ALTERA VALOR

| Código | Procedimento | Alteração de Valores |
|---|---|---|
| 04.02.01.002-7 | Paratireoidectomia | Alterar Serviço Hospitalar: R$ R$ 482,34 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 350,96 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 833,30 |
| 04.05.02.001-5 | Correção cirúrgica de estrabismo (acima de 2 músculos) | Alterar Serviço Ambulatorial: R$ 1.661,76 |
| | | Alterar Total Ambulatorial: R$ 1.661,76 |
| | | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 1.192,37 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 469,39 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 1.661,76 |
| 04.05.02.002-3 | Correção cirúrgica do estrabismo (até 2 músculos) | Alterar Serviço Ambulatorial: R$ 1.167,82 |
| | | Alterar Total Ambulatorial: R$ 1.167,82 |
| | | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 840,07 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 327,75 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 1.167,82 |
| 04.05.03.004-5 | Fotocoagulação a laser (por sessão) | Alterar Serviço Ambulatorial: R$ 107,61 |
| | | Alterar Total Ambulatorial: R$ 107,61 |
| 04.05.03.014-2 | Vitrectomia posterior | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 1.918,15 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 749,14 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 2.667,29 |
| 04.05.03.016-9 | Vitrectomia posterior com infusão de perfluocarbono e endolaser | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 3.301,25 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 881,87 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 4.183,12 |
| 04.05.03.017-7 | Vitrectomia posterior com infusão de perfluocarbono/óleo de silicone/endolaser | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 3.698,94 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 1.002,90 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 4.701,84 |
| 04.05.03.019-3 | Pan-fotocoagulação de retina a laser | Alterar Serviço Ambulatorial: R$ 430,46 |
| | | Alterar Total Ambulatorial: R$ 430,46 |
| | | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 258,28 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 172,18 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 430,46 |
| 04.05.05.002-0 | Capsulotomia a yag laser | Alterar Serviço Ambulatorial: R$ 112,77 |
| | | Alterar Total Ambulatorial: R$ 112,77 |
| 04.06.02.056-6 | Tratamento cirúrgico de varizes (bilateral) | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 260,11 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 573,37 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 833,48 |
| 04.06.02.057-4 | Tratamento cirúrgico de varizes (unilateral) | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 260,11 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 432,08 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 692,19 |
| 04.07.02.027-6 | Fistulectomia / fistulotomia anal | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 248,41 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 115,49 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 363,90 |
| 04.07.03.002-6 | Colecistectomia | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 640,33 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 356,01 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 996,34 |
| 04.07.03.003-4 | Colecistectomia videolaparoscópica | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 746,46 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 245,99 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 992,45 |
| 04.07.04.006-4 | Hernioplastia epigástrica | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 586,82 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 214,91 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 801,73 |
| 04.07.04.009-9 | Hernioplastia inguinal (bilateral) | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 399,57 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 210,49 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 610,06 |
| 04.07.04.010-2 | Hernioplastia inguinal / crural (unilateral) | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 427,52 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 210,45 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 637,97 |
| 04.07.04.011-0 | Hernioplastia recidivante | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 399,57 |
| | | Alterar Serviço Profissional: R$ 196,76 |
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 596,33 |

| | | |
|---|---|---|
| 04.08.01.014-2 | Reparo de rotura do manguito rotador (inclui procedimentos descompressivos) | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 232,65<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 190,86<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 423,51 |
| 04.08.03.065-8 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via ântero-posterior nove ou mais níveis | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 2.595,28<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 1.656,01<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 4.251,29 |
| 04.08.03.066-6 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via anterior oito níveis | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 2.344,88<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 1.435,21<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 3.780,09 |
| 04.08.03.069-0 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via anterior posterior até oito níveis | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 1.998,13<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 874,95<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 2.873,08 |
| 04.08.03.07-20 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via anterior sete níveis | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 1.998,13<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 874,95<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 2.873,08 |
| 04.08.03.073-9 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior oito níveis | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 2.095,20<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 874,95<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 2.970,15 |
| 04.08.03.076-3 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior nove níveis | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 2.346,32<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 1.435,21<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 3.781,53 |
| 04.08.03.080-1 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior doze níveis ou mais | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 2.346,32<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 1.435,21<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 3.781,53 |
| 04.08.03.081-0 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior dez níveis | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 2.346,32<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 1.435,21<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 3.781,53 |
| 04.08.03.082-8 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior onze níveis | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 2.346,32<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 1.435,21<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 3.781,53 |
| 04.08.03.086-0 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior seis níveis | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 2.154,73<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 1.435,21<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 3.589,94 |
| 04.08.03.090-9 | Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior sete níveis | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 2.317,68<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 1.435,21<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 3.752,89 |
| 04.08.04.007-6 | Artroplastia de revisão ou reconstrução do quadril | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 1.864,15<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 539,99<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 2.404,14 |
| 04.08.04.008-4 | Artroplastia total primária do quadril cimentada | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 1.924,25<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 417,46<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 2.341,71 |
| 04.08.04.009-2 | Artroplastia total primária do quadril não cimentada/ híbrida | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 1.357,14<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 382,34<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 1.739,48 |
| 04.08.05.005-5 | Artroplastia total de joelho- revisão/ reconstrução | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 1.818,86<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 388,34<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 2.207,20 |
| 04.08.05.006-3 | Artroplastia total primaria do joelho | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 1.317,32<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 336,41<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 1.653,73 |
| 04.08.05.016-0 | Reconstrução ligamentar intra-articular do joelho (cruzado anterior) | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 1.818,85<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 475,47<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 2.294,32 |
| 04.08.05.089-6 | Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com meniscectomia parcial/ total | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 305,06<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 170,74<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 475,80 |
| 04.09.01.018-9 | Litotripsia | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 294,39<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 259,61<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 554,00 |
| 04.09.01.020-0 | Nefrectomia parcial | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 926,42<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 278,95<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 1.205,37 |
| 04.09.01.021-9 | Nefrectomia total | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 939,27<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 283,16<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 1.222,43 |
| 04.09.01.022-7 | Nefrolitotomia | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 901,07<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 270,65<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 1.171,72 |
| 04.09.01.023-5 | Nefrolitotomia percutânea | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 780,04<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 367,71<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 1.147,75 |
| 04.09.01.028-6 | Nefrostomia c/ ou s/ drenagem | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 668,56<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 262,63<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 931,19 |
| 04.09.01.029-4 | Nefrostomia percutânea | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 597,34<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 262,53<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 859,87 |
| 04.09.01.056-1 | Ureterolitotomia | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 844,39<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 252,68<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 1.097,07 |
| 04.09.03.004-0 | Ressecção endoscópica de próstata | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 381,11<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 470,47<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 851,58 |
| 04.09.04.024-0 | Vasectomia | Alterar Serviço Ambulatorial: R$ 438,87<br>Alterar Total Ambulatorial: R$ 438,87<br>Alterar Serviço Hospitalar: R$ 190,92<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 247,95<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 438,87 |
| 04.09.06.010-0 | Histerectomia (por via vaginal) | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 396,19<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 262,64<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 658,83 |
| 04.09.06.011-9 | Histerectomia c/ anexectomia (uni / bilateral) | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 733,04<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 370,60<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 1.103,64 |
| 04.09.06.012-7 | Histerectomia subtotal | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 508,50<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 273,43<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 781,93 |
| 04.09.06.013-5 | Histerectomia total | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 590,44<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 317,49<br>Alterar Total Hospitalar: R$ 907,93 |
| 04.09.06.015-1 | Histerectomia videolaparoscópica | Alterar Serviço Hospitalar: 400,24<br>Alterar Serviço Profissional: 265,08<br>Alterar Total Hospitalar: 665,32 |
| 04.09.06.018-6 | Laqueadura tubária | Alterar Serviço Hospitalar: R$ 286,47<br>Alterar Serviço Profissional: R$ 199,01 |

| | | |
|---|---|---|
| | | Alterar Total Hospitalar: R$ 485,48 |
| 04.18.01.003-0 | Confecção de fístula arteriovenosa p/ hemodiálise | Alterar Serviço Ambulatorial: R$ 859,20 |
| | | Alterar Total Ambulatorial: R$ 859,20 |

Anexo II - Inclui procedimento

| | |
|---|---|
| Procedimento | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação |
| Descrição | Consiste em procedimento de complementação de valores para a cobertura de consultas pré-anestésica e para avaliação de risco cirúrgico, se couber, bem como de exames laboratoriais e de imagem eventualmente necessários previamente à realização de procedimentos cirúrgicos eletivos. |
| Modalidade de Atendimento | 01 - Ambulatorial; 02 - Hospitalar |
| Complexidade | Média Complexidade; Alta Complexidade |
| Financiamento | 04 - Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC) |
| Sub-Tipo de Financiamento | 0079 - Pré-cirúrgico em Cirurgias Prioritárias |
| Instrumento de Registro | 04 - AIH (Proc. Especial); 07 - APAC (Proc. Secundário) |
| Sexo | Ambos |
| Quantidade Máxima | 1 |
| Idade Mínima | 0 meses |
| Idade Máxima | 130 anos |
| Valor Serviço Ambulatorial | R$ 29,32 |
| Valor Total Ambulatorial | R$ 29,32 |
| Valor Serviço Hospitalar | R$ 29,32 |
| Valor Serviço Profissional | R$ 0,00 |
| Valor Total Hospitalar | R$ 29,32 |
| CBO | 2211-05 - Biólogo; 2212-05 - Biomédico; 2234-15 - Farmacêutico analista clínico; 2231-F9 - Médico residente; 2251-20 - Médico cardiologista; 2251-24 - Médico pediatra; 2251-25 - Médico clínico; 2251-27 - Médico pneumologista; 2251-42 - Médico da estratégia de saúde da família; 2251-50 - Médico em medicina intensiva; 2251-70 - Médico generalista; 2251-85 - Médico hematologista; 2252-25 - Médico cirurgião geral; 2252-30 - Médico cirurgião pediátrico; 2252-70 - Médico ortopedista e traumatologista; 2253-20 - Médico em radiologia e diagnóstico por imagem; 2253-35 - Médico patologista clínico/medicina laboratorial |
| Serviço Classificação: | 121-001 - Radiologia (Diagnóstico por Imagem); 122-003 - Exame Eletrocardiográfico (Serviço de Diagnóstico por Métodos Gráficos/Dinâmicos); 145-001 - Exames Bioquímicos (Serviço de Diagnóstico por Laboratório Clínico); 145-002 - Exames hematológicos e hemostasia (Serviço de Diagnóstico por Laboratório Clínico); 145-005 - Exames de uroanálise (Serviço de Diagnóstico por Laboratório Clínico) |
| Renases: | 076 - Diagnóstico por Imagem; 086 - Exames Complementares de Diagnóstico: Exames Bioquímicos; 088 - Exames Complementares de Diagnóstico: Exames de Uroanálise; 089 - Exames Complementares de Diagnóstico: Exames Hematológicos e Hemostasia; 102 - Métodos Diagnósticos em Cardiologia |

ANEXO III - Compatibilidades

| Procedimento principal | Procedimento especial/secundário | Quantidade |
|---|---|---|
| 04.02.01.002-7 - Paratireoidectomia | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.06.02.056-6 - Tratamento cirúrgico de varizes (bilateral) | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.06.02.057-4 - Tratamento cirúrgico de varizes (unilateral) | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.07.02.027-6 - Fistulectomia / fistulotomia anal | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.07.03.002-6 - Colecistectomia | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.07.03.003-4 - Colecistectomia videolaparoscópica | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.07.04.006-4 - Hernioplastia epigástrica | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.07.04.009-9 - Hernioplastia inguinal (bilateral) | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.07.04.010-2 - Hernioplastia inguinal / crural (unilateral) | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.07.04.011-0 - Hernioplastia recidivante | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.01.014-2 - Reparo de rotura do manguito rotador (inclui procedimentos descompressivos) | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.065-8 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via ântero-posterior nove ou mais níveis | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.066-6 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via anterior oito níveis | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.069-0 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via anterior posterior até oito níveis | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.07-20 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via anterior sete níveis | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.073-9 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior oito níveis | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.076-3 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior nove níveis | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.080-1 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior doze níveis ou mais | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.081-0 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior dez níveis | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.082-8 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior onze níveis | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.086-0 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior seis níveis | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.03.090-9 - Tratamento cirúrgico de deformidade da coluna via posterior sete níveis | 03.01.04.016-8 - Exames Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.04.007-6 - Artroplastia de revisão ou reconstrução do quadril | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.04.008-4 - Artroplastia total primária do quadril cimentada | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.04.009-2 - Artroplastia total primária do quadril não cimentada/ híbrida | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.05.005-5 - Artroplastia total de joelho- revisão/ reconstrução | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.05.006-3 - Artroplastia total primaria do joelho | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.05.016-0 - Reconstrução ligamentar intra-articular do joelho (cruzado anterior) | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.08.05.089-6 - Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com meniscectomia parcial/ total | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.01.018-9 - Litotripsia | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.01.020-0 - Nefrectomia parcial | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.01.021-9 - Nefrectomia total | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |

| | | |
|---|---|---|
| 04.09.01.022-7 - Nefrolitotomia | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.01.023-5 - Nefrolitotomia percutânea | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.01.028-6 - Nefrostomia c/ ou s/ drenagem | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.01.029-4 - Nefrostomia percutânea | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.01.056-1 - Ureterolitotomia | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.03.004-0 - Ressecção endoscópica de próstata | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.04.024-0 - Vasectomia | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.06.010-0 - Histerectomia (por via vaginal) | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.06.011-9 - Histerectomia c/ anexectomia (uni / bilateral) | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.06.012-7 - Histerectomia subtotal | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.06.013-5 - Histerectomia total | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.06.015-1 - Histerectomia videolaparoscópica | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.09.06.018-6 - Laqueadura tubária | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |
| 04.18.01.003-0 - Confecção de fístula arteriovenosa p/ hemodiálise | 03.01.04.016-8 - Procedimentos Pré-Operatórios realizados na Rede de Saúde - Complementação | 1 |

ANEXO IV - Exclui Atributo Complementar

| Código | Nome | Exclui atributo |
|---|---|---|
| 0403020123 | TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDROME COMPRESSIVA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO AO NIVEL DO CARPO | Exclui o Atributo Complementar 044-Cirurgia Eletiva |
| 0404010016 | ADENOIDECTOMIA | |
| 0404010024 | AMIGDALECTOMIA | |
| 0404010350 | TIMPANOPLASTIA (UNI / BILATERAL) | |
| 0404010482 | SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO | |
| 0404010520 | SEPTOPLASTIA REPARADORA NÂO ESTÉTICA | |
| 0405020015 | CORRECAO CIRURGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS) | |
| 0405020023 | CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS) | |
| 0405030045 | FOTOCOAGULACAO A LASER | |
| 0405030142 | VITRECTOMIA POSTERIOR | |
| 0405030169 | VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO E ENDOLASER | |
| 0405030177 | VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO/ÓLEO DE SILICONE/ENDOLASER | |
| 0405030193 | PAN-FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA A LASER | |
| 0405050020 | CAPSULOTOMIA A YAG LASER | |
| 0405050097 | FACECTOMIA C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR | |
| 0405050100 | FACECTOMIA S/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR | |
| 0405050119 | FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RIGIDA | |
| 0405050321 | TRABECULECTOMIA | |
| 0405050372 | FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL | |
| 0406020566 | TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (BILATERAL) | |
| 0406020574 | TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES (UNILATERAL) | |
| 0407020276 | FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL | |
| 0407020284 | HEMORROIDECTOMIA | |
| 0407030026 | COLECISTECTOMIA | |
| 0407030034 | COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA | |
| 0407040064 | HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA | |
| 0407040080 | HERNIOPLASTIA INCISIONAL | |
| 0407040099 | HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL) | |
| 0407040102 | HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL) | |
| 0407040110 | HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE | |
| 0408010142 | REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIMENTOS DESCOMPRESSIVOS) | |
| 0408020300 | TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR | |
| 0408020326 | TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM GATILHO | |
| 0408040092 | ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO QUADRIL NÃO CIMENTADA / HÍBRIDA | |
| 0408050063 | ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO JOELHO | |
| 0408050160 | RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO ANTERIOR) | |
| 0408050659 | TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HALUX VALGUS C/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO | |
| 0408050896 | TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL / TOTAL | |
| 0408060212 | RESSECÇÃO DE CISTO SINOVIAL | |
| 0409010200 | NEFRECTOMIA PARCIAL | |
| 0409010219 | NEFRECTOMIA TOTAL | |
| 0409010286 | NEFROSTOMIA C/ OU S/ DRENAGEM | |
| 0409010294 | NEFROSTOMIA PERCUTANEA | |
| 0409010561 | URETEROLITOTOMIA | |
| 0409030040 | RESSECCAO ENDOSCOPICA DE PROSTATA | |
| 0409040240 | VASECTOMIA | |
| 0409060011 | CERCLAGEM DE COLO DO UTERO | |
| 0409060100 | HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL) | |
| 0409060119 | HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA (UNI / BILATERAL) | |
| 0409060127 | HISTERECTOMIA SUBTOTAL | |
| 0409060135 | HISTERECTOMIA TOTAL | |
| 0409060151 | HISTERECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA | |
| 0409060186 | LAQUEADURA TUBARIA | |

ANEXO V - Distribuição dos Valores

| UF | Código IBGE gestor | Nome IBGE gestor | Gestão | Impacto anual (R$) |
|---|---|---|---|---|
| AC | 120000 | ACRE | Estadual | 869.455,62 |
| AC TOTAL | | | | 869.455,62 |
| AL | 270000 | ALAGOAS | Estadual | 49.597,11 |
| AL | 270030 | ARAPIRACA | Municipal | 620.032,23 |
| AL | 270070 | BATALHA | Municipal | 56.986,27 |
| AL | 270170 | CAPELA | Municipal | 1.033,23 |
| AL | 270230 | CORURIPE | Municipal | 113.540,88 |
| AL | 270430 | MACEIO | Municipal | 3.444.142,95 |
| AL | 270630 | PALMEIRA DOS INDIOS | Municipal | 474.626,38 |
| AL | 270640 | PAO DE ACUCAR | Municipal | 12.232,99 |
| AL | 270670 | PENEDO | Municipal | 209.828,24 |
| AL | 270690 | PILAR | Municipal | 54.897,86 |
| AL | 270800 | SANTANA DO IPANEMA | Municipal | 108.071,04 |
| AL | 270860 | SAO MIGUEL DOS CAMPOS | Municipal | 386.375,48 |
| AL | 270915 | TEOTONIO VILELA | Municipal | 2.830,70 |
| AL | 270930 | UNIAO DOS PALMARES | Municipal | 113.684,96 |
| AL TOTAL | | | | 5.647.880,31 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| AM | 130000 | AMAZONAS | Estadual | 3.739.752,87 |
| AM | 130014 | APUI | Municipal | 5.295,18 |
| AM | 130030 | AUTAZES | Municipal | 2.277,80 |
| AM | 130050 | BARREIRINHA | Municipal | 452,52 |
| AM | 130060 | BENJAMIN CONSTANT | Municipal | 68.863,63 |
| AM | 130068 | BOA VISTA DO RAMOS | Municipal | 219,28 |
| AM | 130080 | BORBA | Municipal | 4.959,80 |
| AM | 130090 | CANUTAMA | Municipal | 288,16 |
| AM | 130100 | CARAUARI | Municipal | 12.433,55 |
| AM | 130110 | CAREIRO | Municipal | 16.420,36 |
| AM | 130120 | COARI | Municipal | 60.867,13 |
| AM | 130160 | FONTE BOA | Municipal | 21.517,27 |
| AM | 130170 | HUMAITA | Municipal | 77.644,00 |
| AM | 130185 | IRANDUBA | Municipal | 33.104,37 |
| AM | 130190 | ITACOATIARA | Municipal | 36.615,20 |
| AM | 130240 | LABREA | Municipal | 8.881,82 |
| AM | 130250 | MANACAPURU | Municipal | 144.434,78 |
| AM | 130260 | MANAUS | Municipal | 77.334,23 |
| AM | 130270 | MANICORE | Municipal | 4.401,25 |
| AM | 130290 | MAUES | Municipal | 60.243,80 |
| AM | 130310 | NOVA OLINDA DO NORTE | Municipal | 288,16 |
| AM | 130320 | NOVO AIRAO | Municipal | 8.202,16 |
| AM | 130340 | PARINTINS | Municipal | 104.086,62 |
| AM | 130353 | PRESIDENTE FIGUEIREDO | Municipal | 46.079,26 |
| AM | 130356 | RIO PRETO DA EVA | Municipal | 3.129,38 |
| AM | 130390 | SAO PAULO DE OLIVENCA | Municipal | 698,25 |
| AM | 130420 | TEFE | Municipal | 43.973,88 |
| AM | 130423 | TONANTINS | Municipal | 507,43 |
| AM TOTAL | | | | 4.582.972,13 |
| AP | 160000 | AMAPA | Estadual | 863.400,12 |
| AP TOTAL | | | | 863.400,12 |
| BA | 290000 | BAHIA | Estadual | 13.755.295,63 |
| BA | 290070 | ALAGOINHAS | Municipal | 42.323,68 |
| BA | 290100 | AMARGOSA | Municipal | 8.480,41 |
| BA | 290210 | ARACI | Municipal | 21.925,83 |
| BA | 290290 | BARRA DO CHOCA | Municipal | 1.982,25 |
| BA | 290320 | BARREIRAS | Municipal | 318.667,21 |
| BA | 290350 | BELO CAMPO | Municipal | 3.612,27 |
| BA | 290390 | BOM JESUS DA LAPA | Municipal | 69.262,25 |
| BA | 290410 | BOQUIRA | Municipal | 288,16 |
| BA | 290440 | BREJOLANDIA | Municipal | 938,44 |
| BA | 290460 | BRUMADO | Municipal | 184.612,08 |
| BA | 290500 | CACULE | Municipal | 26.905,85 |
| BA | 290520 | CAETITE | Municipal | 208.111,24 |
| BA | 290570 | CAMACARI | Municipal | 144.757,71 |
| BA | 290630 | CANAVIEIRAS | Municipal | 12.036,53 |
| BA | 290650 | CANDEIAS | Municipal | 39.262,68 |
| BA | 290680 | CANSANCAO | Municipal | 18.860,89 |
| BA | 290690 | CARAVELAS | Municipal | 3.809,03 |
| BA | 290710 | CARINHANHA | Municipal | 20.912,82 |
| BA | 290750 | CATU | Municipal | 28.468,22 |
| BA | 290780 | CICERO DANTAS | Municipal | 9.886,38 |
| BA | 290910 | CORIBE | Municipal | 5.373,49 |
| BA | 290930 | CORRENTINA | Municipal | 10.440,35 |
| BA | 290980 | CRUZ DAS ALMAS | Municipal | 636,78 |
| BA | 291005 | DIAS D´AVILA | Municipal | 42.923,29 |
| BA | 291070 | EUCLIDES DA CUNHA | Municipal | 153.872,25 |
| BA | 291072 | EUNAPOLIS | Municipal | 99.341,66 |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | Municipal | 1.250.888,17 |
| BA | 291085 | FILADELFIA | Municipal | 8.602,11 |
| BA | 291120 | GANDU | Municipal | 7.923,20 |
| BA | 291170 | GUANAMBI | Municipal | 218.346,46 |
| BA | 291190 | IACU | Municipal | 11.695,94 |
| BA | 291200 | IBIASSUCE | Municipal | 12.487,70 |
| BA | 291320 | IBOTIRAMA | Municipal | 3.061,71 |
| BA | 291360 | ILHEUS | Municipal | 216.041,06 |
| BA | 291400 | IPIRA | Municipal | 1.819,09 |
| BA | 291460 | IRECE | Municipal | 14.987,46 |
| BA | 291465 | ITABELA | Municipal | 23.205,53 |
| BA | 291470 | ITABERABA | Municipal | 1.814,00 |
| BA | 291480 | ITABUNA | Municipal | 355.532,58 |
| BA | 291560 | ITAMARAJU | Municipal | 108.905,89 |
| BA | 291640 | ITAPETINGA | Municipal | 109.104,60 |
| BA | 291700 | ITIUBA | Municipal | 11.333,35 |
| BA | 291750 | JACOBINA | Municipal | 245.048,01 |
| BA | 291760 | JAGUAQUARA | Municipal | 4.348,31 |
| BA | 291800 | JEQUIE | Municipal | 119.221,45 |
| BA | 291810 | JEREMOABO | Municipal | 27.695,70 |
| BA | 291840 | JUAZEIRO | Municipal | 43.164,87 |
| BA | 291920 | LAURO DE FREITAS | Municipal | 51.276,50 |
| BA | 291950 | LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA | Municipal | 72.478,43 |
| BA | 291955 | LUIS EDUARDO MAGALHAES | Municipal | 69.318,18 |
| BA | 291980 | MACAUBAS | Municipal | 24.186,49 |
| BA | 291992 | MADRE DE DEUS | Municipal | 9.823,64 |
| BA | 292050 | MARACAS | Municipal | 10.002,87 |
| BA | 292100 | MATA DE SAO JOAO | Municipal | 95.043,03 |
| BA | 292110 | MEDEIROS NETO | Municipal | 20.743,96 |
| BA | 292150 | MONTE SANTO | Municipal | 40.269,66 |
| BA | 292170 | MORRO DO CHAPEU | Municipal | 49.889,75 |
| BA | 292200 | MUCURI | Municipal | 55.057,79 |
| BA | 292300 | NOVA VICOSA | Municipal | 35.832,38 |
| BA | 292360 | PARAMIRIM | Municipal | 14.106,09 |
| BA | 292400 | PAULO AFONSO | Municipal | 86.734,26 |
| BA | 292460 | PINDOBACU | Municipal | 5.604,65 |
| BA | 292520 | POJUCA | Municipal | 13.322,73 |
| BA | 292530 | PORTO SEGURO | Municipal | 63.469,20 |
| BA | 292550 | PRADO | Municipal | 17.548,51 |
| BA | 292580 | QUEIMADAS | Municipal | 2.715,34 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| BA | 292610 | RETIROLANDIA | Municipal | 986,40 |
| BA | 292740 | SALVADOR | Municipal | 4.138.584,45 |
| BA | 292770 | SANTA CRUZ CABRALIA | Municipal | 991,12 |
| BA | 292800 | SANTALUZ | Municipal | 13.502,63 |
| BA | 292810 | SANTA MARIA DA VITORIA | Municipal | 59.717,77 |
| BA | 292870 | SANTO ANTONIO DE JESUS | Municipal | 2.791,85 |
| BA | 292890 | SAO DESIDERIO | Municipal | 29.880,44 |
| BA | 292900 | SAO FELIX | Municipal | 377.430,49 |
| BA | 292905 | SAO FELIX DO CORIBE | Municipal | 10.725,59 |
| BA | 292920 | SAO FRANCISCO DO CONDE | Municipal | 20.810,65 |
| BA | 292950 | SAO SEBASTIAO DO PASSE | Municipal | 15.294,74 |
| BA | 292960 | SAPEACU | Municipal | 31.087,17 |
| BA | 293010 | SENHOR DO BONFIM | Municipal | 62.605,27 |
| BA | 293050 | SERRINHA | Municipal | 58.593,09 |
| BA | 293070 | SIMOES FILHO | Municipal | 166.658,93 |
| BA | 293135 | TEIXEIRA DE FREITAS | Municipal | 307.060,73 |
| BA | 293190 | TUCANO | Municipal | 1.224,74 |
| BA | 293260 | URANDI | Municipal | 9.136,48 |
| BA | 293330 | VITORIA DA CONQUISTA | Municipal | 1.008.562,19 |
| BA | 293360 | XIQUE-XIQUE | Municipal | 44.795,50 |
| BA TOTAL | | | | 25.126.078,20 |
| CE | 230000 | CEARA | Estadual | 722.579,83 |
| CE | 230020 | ACARAU | Municipal | 74.001,60 |
| CE | 230030 | ACOPIARA | Municipal | 34.738,95 |
| CE | 230100 | AQUIRAZ | Municipal | 17.816,69 |
| CE | 230110 | ARACATI | Municipal | 63.478,77 |
| CE | 230120 | ARACOIABA | Municipal | 71.487,84 |
| CE | 230125 | ARARENDA | Municipal | 3.593,20 |
| CE | 230130 | ARARIPE | Municipal | 1.973,50 |
| CE | 230170 | AURORA | Municipal | 39.475,55 |
| CE | 230190 | BARBALHA | Municipal | 382.746,60 |
| CE | 230210 | BATURITE | Municipal | 1.916,57 |
| CE | 230230 | BELA CRUZ | Municipal | 6.434,09 |
| CE | 230240 | BOA VIAGEM | Municipal | 41.720,87 |
| CE | 230250 | BREJO SANTO | Municipal | 217.531,26 |
| CE | 230260 | CAMOCIM | Municipal | 75.228,82 |
| CE | 230270 | CAMPOS SALES | Municipal | 2.042,38 |
| CE | 230280 | CANINDE | Municipal | 97.392,61 |
| CE | 230350 | CASCAVEL | Municipal | 20.012,29 |
| CE | 230360 | CATARINA | Municipal | 5.501,45 |
| CE | 230370 | CAUCAIA | Municipal | 115.443,32 |
| CE | 230380 | CEDRO | Municipal | 52.176,44 |
| CE | 230410 | CRATEUS | Municipal | 100.904,12 |
| CE | 230420 | CRATO | Municipal | 447.677,63 |
| CE | 230428 | EUSEBIO | Municipal | 111.727,66 |
| CE | 230430 | FARIAS BRITO | Municipal | 35.542,86 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | Municipal | 3.677.429,09 |
| CE | 230470 | GRANJA | Municipal | 33.650,02 |
| CE | 230500 | GUARACIABA DO NORTE | Municipal | 17.626,64 |
| CE | 230520 | HIDROLANDIA | Municipal | 945,99 |
| CE | 230523 | HORIZONTE | Municipal | 77.591,91 |
| CE | 230540 | ICO | Municipal | 117.188,27 |
| CE | 230550 | IGUATU | Municipal | 134.868,19 |
| CE | 230580 | IPU | Municipal | 93.556,82 |
| CE | 230590 | IPUEIRAS | Municipal | 20.029,68 |
| CE | 230600 | IRACEMA | Municipal | 6.385,38 |
| CE | 230630 | ITAPAGE | Municipal | 29.872,48 |
| CE | 230640 | ITAPIPOCA | Municipal | 224.808,96 |
| CE | 230670 | JAGUARETAMA | Municipal | 1.666,51 |
| CE | 230680 | JAGUARIBARA | Municipal | 3.905,46 |
| CE | 230690 | JAGUARIBE | Municipal | 23.148,12 |
| CE | 230730 | JUAZEIRO DO NORTE | Municipal | 143.069,99 |
| CE | 230740 | JUCAS | Municipal | 30.101,33 |
| CE | 230750 | LAVRAS DA MANGABEIRA | Municipal | 7.595,33 |
| CE | 230760 | LIMOEIRO DO NORTE | Municipal | 27.834,73 |
| CE | 230765 | MARACANAU | Municipal | 1.279.869,91 |
| CE | 230770 | MARANGUAPE | Municipal | 72.095,79 |
| CE | 230810 | MAURITI | Municipal | 20.896,10 |
| CE | 230830 | MILAGRES | Municipal | 2.368,54 |
| CE | 230850 | MOMBACA | Municipal | 29.821,86 |
| CE | 230870 | MORADA NOVA | Municipal | 89.002,37 |
| CE | 230900 | MUCAMBO | Municipal | 15.494,18 |
| CE | 230930 | NOVA RUSSAS | Municipal | 3.482,02 |
| CE | 230950 | OROS | Municipal | 24.195,33 |
| CE | 231020 | PARACURU | Municipal | 46.385,87 |
| CE | 231030 | PARAMBU | Municipal | 23.699,28 |
| CE | 231050 | PEDRA BRANCA | Municipal | 43.607,97 |
| CE | 231070 | PENTECOSTE | Municipal | 42.395,64 |
| CE | 231130 | QUIXADA | Municipal | 92.200,27 |
| CE | 231140 | QUIXERAMOBIM | Municipal | 100.380,05 |
| CE | 231160 | REDENCAO | Municipal | 46.522,27 |
| CE | 231180 | RUSSAS | Municipal | 77.825,46 |
| CE | 231200 | SANTANA DO ACARAU | Municipal | 4.505,99 |
| CE | 231220 | SANTA QUITERIA | Municipal | 47.544,25 |
| CE | 231230 | SAO BENEDITO | Municipal | 191.136,92 |
| CE | 231240 | SAO GONCALO DO AMARANTE | Municipal | 25.298,53 |
| CE | 231290 | SOBRAL | Municipal | 517.816,68 |
| CE | 231310 | TABULEIRO DO NORTE | Municipal | 5.411,63 |
| CE | 231320 | TAMBORIL | Municipal | 3.738,76 |
| CE | 231330 | TAUA | Municipal | 195.620,67 |
| CE | 231340 | TIANGUA | Municipal | 258.933,37 |
| CE | 231400 | VARZEA ALEGRE | Municipal | 76.627,97 |
| CE | 231410 | VICOSA DO CEARA | Municipal | 48.075,76 |
| CE TOTAL | | | | 10.799.373,22 |
| DF | 530000 | DISTRITO FEDERAL | Estadual | 3.859.459,40 |
| DF TOTAL | | | | 3.859.459,40 |
| ES | 320000 | ESPIRITO SANTO | Estadual | 6.377.305,73 |
| ES | 320010 | AFONSO CLAUDIO | Municipal | 44.486,22 |
| ES | 320020 | ALEGRE | Municipal | 51.075,00 |
| ES | 320040 | ANCHIETA | Municipal | 30.545,80 |
| ES | 320060 | ARACRUZ | Municipal | 135.298,63 |
| ES | 320090 | BARRA DE SAO FRANCISCO | Municipal | 12.153,68 |
| ES | 320100 | BOA ESPERANCA | Municipal | 2.110,92 |
| ES | 320140 | CASTELO | Municipal | 40.794,58 |
| ES | 320150 | COLATINA | Municipal | 378.683,73 |
| ES | 320190 | DOMINGOS MARTINS | Municipal | 169.305,90 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| ES | 320210 | ECOPORANGA | Municipal | 19.882,28 |
| ES | 320245 | IBATIBA | Municipal | 1.602,65 |
| ES | 320280 | ITAPEMIRIM | Municipal | 21.097,06 |
| ES | 320305 | JAGUARE | Municipal | 7.654,57 |
| ES | 320313 | JOAO NEIVA | Municipal | 39.887,11 |
| ES | 320320 | LINHARES | Municipal | 96.742,35 |
| ES | 320340 | MIMOSO DO SUL | Municipal | 46.676,98 |
| ES | 320350 | MONTANHA | Municipal | 275,55 |
| ES | 320370 | MUNIZ FREIRE | Municipal | 848,50 |
| ES | 320380 | MUQUI | Municipal | 4.806,22 |
| ES | 320390 | NOVA VENECIA | Municipal | 56.612,27 |
| ES | 320405 | PEDRO CANARIO | Municipal | 2.832,92 |
| ES | 320410 | PINHEIROS | Municipal | 11.632,06 |
| ES | 320455 | SANTA MARIA DE JETIBA | Municipal | 48.899,92 |
| ES | 320460 | SANTA TERESA | Municipal | 128.526,82 |
| ES | 320470 | SAO GABRIEL DA PALHA | Municipal | 288,16 |
| ES | 320480 | SAO JOSE DO CALCADO | Municipal | 13.959,17 |
| ES | 320500 | SERRA | Municipal | 35.482,24 |
| ES | 320503 | VARGEM ALTA | Municipal | 5.131,15 |
| ES | 320506 | VENDA NOVA DO IMIGRANTE | Municipal | 79.891,99 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | Municipal | 36.529,11 |
| ES | 320530 | VITORIA | Municipal | 30.130,17 |
| ES TOTAL | | | | 7.931.149,46 |
| GO | 520000 | GOIAS | Estadual | 404.597,17 |
| GO | 520025 | AGUAS LINDAS DE GOIAS | Municipal | 61.449,69 |
| GO | 520030 | ALEXANIA | Municipal | 56.825,99 |
| GO | 520080 | ALVORADA DO NORTE | Municipal | 5.506,19 |
| GO | 520085 | AMERICANO DO BRASIL | Municipal | 5.699,19 |
| GO | 520090 | AMORINOPOLIS | Municipal | 2.698,38 |
| GO | 520110 | ANAPOLIS | Municipal | 878.824,03 |
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIANIA | Municipal | 426.860,87 |
| GO | 520150 | APORE | Municipal | 3.616,60 |
| GO | 520170 | ARAGARCAS | Municipal | 37.025,13 |
| GO | 520215 | ARAGUAPAZ | Municipal | 353,18 |
| GO | 520250 | ARUANA | Municipal | 7.609,43 |
| GO | 520320 | BARRO ALTO | Municipal | 23.929,54 |
| GO | 520330 | BELA VISTA DE GOIAS | Municipal | 7.107,96 |
| GO | 520340 | BOM JARDIM DE GOIAS | Municipal | 3.744,36 |
| GO | 520350 | BOM JESUS DE GOIAS | Municipal | 2.610,28 |
| GO | 520380 | BRITANIA | Municipal | 288,16 |
| GO | 520390 | BURITI ALEGRE | Municipal | 288,16 |
| GO | 520393 | BURITI DE GOIAS | Municipal | 1.205,04 |
| GO | 520410 | CACHOEIRA ALTA | Municipal | 4.795,45 |
| GO | 520425 | CACHOEIRA DOURADA | Municipal | 2.820,81 |
| GO | 520430 | CACU | Municipal | 42.812,44 |
| GO | 520440 | CAIAPONIA | Municipal | 13.291,60 |
| GO | 520450 | CALDAS NOVAS | Municipal | 101.206,21 |
| GO | 520470 | CAMPINORTE | Municipal | 4.117,85 |
| GO | 520490 | CAMPOS BELOS | Municipal | 4.181,76 |
| GO | 520510 | CATALAO | Municipal | 122.541,94 |
| GO | 520540 | CERES | Municipal | 118.111,99 |
| GO | 520545 | CEZARINA | Municipal | 11.662,52 |
| GO | 520547 | CHAPADAO DO CEU | Municipal | 15.174,77 |
| GO | 520549 | CIDADE OCIDENTAL | Municipal | 8.917,58 |
| GO | 520570 | CORREGO DO OURO | Municipal | 410,09 |
| GO | 520620 | CRISTALINA | Municipal | 15.272,07 |
| GO | 520640 | CRIXAS | Municipal | 15.967,40 |
| GO | 520670 | DAMIANOPOLIS | Municipal | 650,28 |
| GO | 520740 | EDEIA | Municipal | 11.254,84 |
| GO | 520760 | FAZENDA NOVA | Municipal | 288,16 |
| GO | 520780 | FIRMINOPOLIS | Municipal | 6.227,91 |
| GO | 520800 | FORMOSA | Municipal | 12.170,02 |
| GO | 520830 | DIVINOPOLIS DE GOIAS | Municipal | 827,59 |
| GO | 520850 | GOIANDIRA | Municipal | 845,66 |
| GO | 520860 | GOIANESIA | Municipal | 74.577,66 |
| GO | 520870 | GOIANIA | Municipal | 8.688.029,66 |
| GO | 520880 | GOIANIRA | Municipal | 5.158,92 |
| GO | 520890 | GOIAS | Municipal | 33.170,88 |
| GO | 520910 | GOIATUBA | Municipal | 41.978,89 |
| GO | 520970 | HIDROLANDIA | Municipal | 28.406,35 |
| GO | 520990 | IACIARA | Municipal | 861,29 |
| GO | 520995 | INDIARA | Municipal | 17.975,89 |
| GO | 521000 | INHUMAS | Municipal | 44.864,50 |
| GO | 521010 | IPAMERI | Municipal | 9.611,87 |
| GO | 521020 | IPORA | Municipal | 53.444,33 |
| GO | 521080 | ITAJA | Municipal | 2.684,23 |
| GO | 521090 | ITAPACI | Municipal | 19.762,69 |
| GO | 521100 | ITAPIRAPUA | Municipal | 698,25 |
| GO | 521120 | ITAPURANGA | Municipal | 70.881,19 |
| GO | 521130 | ITARUMA | Municipal | 11.716,17 |
| GO | 521150 | ITUMBIARA | Municipal | 41.513,22 |
| GO | 521160 | IVOLANDIA | Municipal | 986,40 |
| GO | 521170 | JANDAIA | Municipal | 7.137,04 |
| GO | 521180 | JARAGUA | Municipal | 219,28 |
| GO | 521190 | JATAI | Municipal | 126.544,71 |
| GO | 521200 | JAUPACI | Municipal | 3.802,36 |
| GO | 521210 | JOVIANIA | Municipal | 563,71 |
| GO | 521220 | JUSSARA | Municipal | 11.002,44 |
| GO | 521250 | LUZIANIA | Municipal | 160.449,06 |
| GO | 521295 | MATRINCHA | Municipal | 410,09 |
| GO | 521300 | MAURILANDIA | Municipal | 2.701,74 |
| GO | 521308 | MINACU | Municipal | 34.983,50 |
| GO | 521310 | MINEIROS | Municipal | 87.833,62 |
| GO | 521370 | MONTES CLAROS DE GOIAS | Municipal | 12.288,26 |
| GO | 521375 | MONTIVIDIU | Municipal | 10.492,32 |
| GO | 521380 | MORRINHOS | Municipal | 118.983,54 |
| GO | 521390 | MOSSAMEDES | Municipal | 297,58 |
| GO | 521400 | MOZARLANDIA | Municipal | 4.886,04 |
| GO | 521405 | MUNDO NOVO | Municipal | 6.214,76 |
| GO | 521410 | MUTUNOPOLIS | Municipal | 4.173,19 |
| GO | 521450 | NEROPOLIS | Municipal | 73.243,63 |
| GO | 521460 | NIQUELANDIA | Municipal | 40.059,33 |
| GO | 521483 | NOVA CRIXAS | Municipal | 2.017,09 |
| GO | 521560 | PADRE BERNARDO | Municipal | 10.301,29 |
| GO | 521565 | PALESTINA DE GOIAS | Municipal | 14.116,44 |
| GO | 521640 | PARAUNA | Municipal | 19.132,50 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| GO | 521710 | PIRACANJUBA | Municipal | 23.229,43 |
| GO | 521720 | PIRANHAS | Municipal | 2.126,42 |
| GO | 521740 | PIRES DO RIO | Municipal | 8.855,47 |
| GO | 521760 | PLANALTINA | Municipal | 71.923,69 |
| GO | 521770 | PONTALINA | Municipal | 18.300,76 |
| GO | 521800 | PORANGATU | Municipal | 46.930,29 |
| GO | 521810 | PORTELANDIA | Municipal | 725,57 |
| GO | 521830 | POSSE | Municipal | 12.717,58 |
| GO | 521850 | QUIRINOPOLIS | Municipal | 58.956,87 |
| GO | 521880 | RIO VERDE | Municipal | 257.753,40 |
| GO | 521890 | RUBIATABA | Municipal | 7.371,88 |
| GO | 521900 | SANCLERLANDIA | Municipal | 2.223,14 |
| GO | 521925 | SANTA FE DE GOIAS | Municipal | 2.234,66 |
| GO | 521930 | SANTA HELENA DE GOIAS | Municipal | 66.050,25 |
| GO | 521960 | SANTA TEREZA DE GOIAS | Municipal | 297,58 |
| GO | 522010 | SAO LUIS DE MONTES BELOS | Municipal | 52.525,41 |
| GO | 522020 | SAO MIGUEL DO ARAGUAIA | Municipal | 45.937,79 |
| GO | 522040 | SAO SIMAO | Municipal | 64.339,98 |
| GO | 522045 | SENADOR CANEDO | Municipal | 130.880,70 |
| GO | 522060 | SILVANIA | Municipal | 3.810,40 |
| GO | 522068 | SIMOLANDIA | Municipal | 5.831,69 |
| GO | 522160 | URUACU | Municipal | 61.133,43 |
| GO | 522205 | VICENTINOPOLIS | Municipal | 938,44 |
| GO TOTAL | | | | 13.287.058,99 |
| MA | 210000 | MARANHAO | Estadual | 4.889.854,21 |
| MA | 210005 | ACAILANDIA | Municipal | 164.858,68 |
| MA | 210047 | ALTO ALEGRE DO PINDARE | Municipal | 18.469,57 |
| MA | 210060 | AMARANTE DO MARANHAO | Municipal | 64.386,72 |
| MA | 210070 | ANAJATUBA | Municipal | 1.026,34 |
| MA | 210080 | ANAPURUS | Municipal | 8.008,76 |
| MA | 210087 | ARAGUANA | Municipal | 551,10 |
| MA | 210100 | ARARI | Municipal | 11.465,57 |
| MA | 210110 | AXIXA | Municipal | 362,12 |
| MA | 210120 | BACABAL | Municipal | 141.793,93 |
| MA | 210140 | BALSAS | Municipal | 137.882,12 |
| MA | 210160 | BARRA DO CORDA | Municipal | 147.252,61 |
| MA | 210200 | BOM JARDIM | Municipal | 8.920,41 |
| MA | 210210 | BREJO | Municipal | 10.250,29 |
| MA | 210230 | BURITI BRAVO | Municipal | 13.652,32 |
| MA | 210232 | BURITICUPU | Municipal | 46.914,73 |
| MA | 210240 | CAJAPIO | Municipal | 9.398,48 |
| MA | 210250 | CAJARI | Municipal | 288,16 |
| MA | 210270 | CANTANHEDE | Municipal | 5.022,33 |
| MA | 210280 | CAROLINA | Municipal | 10.637,66 |
| MA | 210300 | CAXIAS | Municipal | 194.818,14 |
| MA | 210320 | CHAPADINHA | Municipal | 71.931,31 |
| MA | 210330 | CODO | Municipal | 111.278,01 |
| MA | 210340 | COELHO NETO | Municipal | 23.038,36 |
| MA | 210350 | COLINAS | Municipal | 85.428,72 |
| MA | 210380 | DOM PEDRO | Municipal | 6.342,38 |
| MA | 210400 | ESPERANTINOPOLIS | Municipal | 19.465,69 |
| MA | 210405 | ESTREITO | Municipal | 15.671,31 |
| MA | 210440 | GONCALVES DIAS | Municipal | 2.900,75 |
| MA | 210450 | GOVERNADOR ARCHER | Municipal | 3.662,82 |
| MA | 210460 | GOVERNADOR EUGENIO BARROS | Municipal | 15.062,79 |
| MA | 210467 | GOVERNADOR NUNES FREIRE | Municipal | 38.217,12 |
| MA | 210480 | GRAJAU | Municipal | 43.337,09 |
| MA | 210490 | GUIMARAES | Municipal | 384,64 |
| MA | 210500 | HUMBERTO DE CAMPOS | Municipal | 275,55 |
| MA | 210510 | ICATU | Municipal | 913,22 |
| MA | 210520 | IGARAPE GRANDE | Municipal | 19.493,87 |
| MA | 210530 | IMPERATRIZ | Municipal | 320.144,75 |
| MA | 210535 | ITAIPAVA DO GRAJAU | Municipal | 4.115,87 |
| MA | 210542 | ITINGA DO MARANHAO | Municipal | 18.364,50 |
| MA | 210547 | JENIPAPO DOS VIEIRAS | Municipal | 7.487,36 |
| MA | 210550 | JOAO LISBOA | Municipal | 5.902,08 |
| MA | 210560 | JOSELANDIA | Municipal | 275,55 |
| MA | 210570 | LAGO DA PEDRA | Municipal | 52.197,25 |
| MA | 210580 | LAGO DO JUNCO | Municipal | 2.662,90 |
| MA | 210600 | LIMA CAMPOS | Municipal | 33.960,60 |
| MA | 210610 | LORETO | Municipal | 1.583,45 |
| MA | 210640 | MATA ROMA | Municipal | 7.922,19 |
| MA | 210650 | MATINHA | Municipal | 18.945,52 |
| MA | 210660 | MATOES | Municipal | 23.747,64 |
| MA | 210675 | MIRANDA DO NORTE | Municipal | 5.680,99 |
| MA | 210735 | NOVA OLINDA DO MARANHAO | Municipal | 3.771,23 |
| MA | 210745 | OLINDA NOVA DO MARANHAO | Municipal | 650,28 |
| MA | 210760 | PALMEIRANDIA | Municipal | 450,02 |
| MA | 210770 | PARAIBANO | Municipal | 698,25 |
| MA | 210800 | PASTOS BONS | Municipal | 6.052,95 |
| MA | 210810 | PAULO RAMOS | Municipal | 24.236,79 |
| MA | 210820 | PEDREIRAS | Municipal | 58.299,13 |
| MA | 210825 | PEDRO DO ROSARIO | Municipal | 269,35 |
| MA | 210830 | PENALVA | Municipal | 4.411,74 |
| MA | 210850 | PINDARE MIRIM | Municipal | 851,86 |
| MA | 210860 | PINHEIRO | Municipal | 56.622,66 |
| MA | 210870 | PIO XII | Municipal | 2.120,53 |
| MA | 210880 | PIRAPEMAS | Municipal | 2.091,06 |
| MA | 210890 | POCAO DE PEDRAS | Municipal | 3.849,68 |
| MA | 210900 | PORTO FRANCO | Municipal | 96.711,20 |
| MA | 210910 | PRESIDENTE DUTRA | Municipal | 78.359,43 |
| MA | 210940 | PRIMEIRA CRUZ | Municipal | 288,16 |
| MA | 210950 | RIACHAO | Municipal | 29.585,43 |
| MA | 210980 | SANTA HELENA | Municipal | 3.029,49 |
| MA | 210990 | SANTA INES | Municipal | 41.125,04 |
| MA | 211000 | SANTA LUZIA | Municipal | 105.996,21 |
| MA | 211010 | SANTA QUITERIA DO MARANHAO | Municipal | 11.993,33 |
| MA | 211020 | SANTA RITA | Municipal | 56.227,44 |
| MA | 211027 | SANTO AMARO DO MARANHAO | Municipal | 288,16 |
| MA | 211030 | SANTO ANTONIO DOS LOPES | Municipal | 26.170,37 |
| MA | 211040 | SAO BENEDITO DO RIO PRETO | Municipal | 288,16 |
| MA | 211050 | SAO BENTO | Municipal | 22.539,04 |
| MA | 211060 | SAO BERNARDO | Municipal | 4.330,05 |
| MA | 211070 | SAO DOMINGOS DO MARANHAO | Municipal | 288,16 |
| MA | 211090 | SAO FRANCISCO DO MARANHAO | Municipal | 1.226,59 |
| MA | 211100 | SAO JOAO BATISTA | Municipal | 1.402,96 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MA | 211102 | SAO JOAO DO CARU | Municipal | 11.503,61 |
| MA | 211107 | SAO JOAO DO SOTER | Municipal | 39.850,36 |
| MA | 211110 | SAO JOAO DOS PATOS | Municipal | 362,12 |
| MA | 211120 | SAO JOSE DE RIBAMAR | Municipal | 165.092,55 |
| MA | 211130 | SAO LUIS | Municipal | 2.951.909,56 |
| MA | 211140 | SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO | Municipal | 2.000,13 |
| MA | 211157 | SAO PEDRO DOS CRENTES | Municipal | 5.033,88 |
| MA | 211170 | SAO VICENTE FERRER | Municipal | 2.797,82 |
| MA | 211180 | SITIO NOVO | Municipal | 16.262,75 |
| MA | 211190 | SUCUPIRA DO NORTE | Municipal | 1.563,50 |
| MA | 211200 | TASSO FRAGOSO | Municipal | 152,81 |
| MA | 211223 | TRIZIDELA DO VALE | Municipal | 4.213,62 |
| MA | 211230 | TUNTUM | Municipal | 57.096,22 |
| MA | 211250 | TUTOIA | Municipal | 7.916,02 |
| MA | 211260 | URBANO SANTOS | Municipal | 410,09 |
| MA | 211270 | VARGEM GRANDE | Municipal | 12.088,27 |
| MA | 211280 | VIANA | Municipal | 24.673,29 |
| MA | 211290 | VITORIA DO MEARIM | Municipal | 288,16 |
| MA | 211300 | VITORINO FREIRE | Municipal | 60.306,57 |
| MA | 211400 | ZE DOCA | Municipal | 11.835,31 |
| MA TOTAL | | | | 10.865.789,89 |
| MG | 310000 | MINAS GERAIS | Estadual | 5.287.353,43 |
| MG | 310090 | AGUAS FORMOSAS | Municipal | 15.125,95 |
| MG | 310120 | AIURUOCA | Municipal | 13.387,17 |
| MG | 310160 | ALFENAS | Municipal | 508.481,17 |
| MG | 310170 | ALMENARA | Municipal | 70.557,39 |
| MG | 310260 | ANDRADAS | Municipal | 38.078,27 |
| MG | 310280 | ANDRELANDIA | Municipal | 11.534,67 |
| MG | 310340 | ARACUAI | Municipal | 53.004,68 |
| MG | 310350 | ARAGUARI | Municipal | 149.585,64 |
| MG | 310400 | ARAXA | Municipal | 150.485,07 |
| MG | 310490 | BAEPENDI | Municipal | 45.117,01 |
| MG | 310540 | BARAO DE COCAIS | Municipal | 15.160,13 |
| MG | 310560 | BARBACENA | Municipal | 206.044,20 |
| MG | 310590 | BARROSO | Municipal | 11.724,77 |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | Municipal | 11.546.688,63 |
| MG | 310650 | BERILO | Municipal | 1.627,74 |
| MG | 310670 | BETIM | Municipal | 358.665,08 |
| MG | 310710 | BOA ESPERANCA | Municipal | 18.893,63 |
| MG | 310730 | BOCAIUVA | Municipal | 44.109,48 |
| MG | 310740 | BOM DESPACHO | Municipal | 136.645,96 |
| MG | 310840 | BOTELHOS | Municipal | 2.484,70 |
| MG | 310860 | BRASILIA DE MINAS | Municipal | 61.579,10 |
| MG | 310900 | BRUMADINHO | Municipal | 20.760,00 |
| MG | 310930 | BURITIS | Municipal | 11.670,30 |
| MG | 311100 | CAMPESTRE | Municipal | 12.214,70 |
| MG | 311120 | CAMPO BELO | Municipal | 112.018,68 |
| MG | 311150 | CAMPOS ALTOS | Municipal | 24.678,17 |
| MG | 311160 | CAMPOS GERAIS | Municipal | 10.980,21 |
| MG | 311300 | CARAI | Municipal | 20.618,40 |
| MG | 311320 | CARANDAI | Municipal | 32.303,11 |
| MG | 311340 | CARATINGA | Municipal | 52.916,89 |
| MG | 311370 | CARLOS CHAGAS | Municipal | 11.517,55 |
| MG | 311430 | CARMO DO PARANAIBA | Municipal | 89.976,99 |
| MG | 311440 | CARMO DO RIO CLARO | Municipal | 7.362,52 |
| MG | 311530 | CATAGUASES | Municipal | 54.600,18 |
| MG | 311550 | CAXAMBU | Municipal | 13.355,66 |
| MG | 311710 | CONCEICAO DA APARECIDA | Municipal | 6.390,39 |
| MG | 311730 | CONCEICAO DAS ALAGOAS | Municipal | 51.453,72 |
| MG | 311800 | CONGONHAS | Municipal | 115.353,22 |
| MG | 311830 | CONSELHEIRO LAFAIETE | Municipal | 195.589,33 |
| MG | 311840 | CONSELHEIRO PENA | Municipal | 31.721,93 |
| MG | 311860 | CONTAGEM | Municipal | 728.440,15 |
| MG | 311880 | CORACAO DE JESUS | Municipal | 119.277,38 |
| MG | 311930 | COROMANDEL | Municipal | 46.912,66 |
| MG | 311940 | CORONEL FABRICIANO | Municipal | 73.665,80 |
| MG | 312080 | CRUZILIA | Municipal | 77.269,94 |
| MG | 312090 | CURVELO | Municipal | 218.324,04 |
| MG | 312160 | DIAMANTINA | Municipal | 123.711,09 |
| MG | 312230 | DIVINOPOLIS | Municipal | 210.711,48 |
| MG | 312430 | ESPINOSA | Municipal | 16.097,59 |
| MG | 312560 | FELISBURGO | Municipal | 2.756,16 |
| MG | 312610 | FORMIGA | Municipal | 5.038,78 |
| MG | 312670 | FRANCISCO SA | Municipal | 79.484,55 |
| MG | 312710 | FRUTAL | Municipal | 49.847,97 |
| MG | 312770 | GOVERNADOR VALADARES | Municipal | 600.900,79 |
| MG | 312780 | GRAO MOGOL | Municipal | 24.867,35 |
| MG | 312800 | GUANHAES | Municipal | 50.917,11 |
| MG | 312870 | GUAXUPE | Municipal | 10.761,90 |
| MG | 312940 | IBERTIOGA | Municipal | 2.865,63 |
| MG | 312950 | IBIA | Municipal | 30.105,29 |
| MG | 312980 | IBIRITE | Municipal | 203.738,52 |
| MG | 313130 | IPATINGA | Municipal | 456.611,67 |
| MG | 313170 | ITABIRA | Municipal | 183.169,42 |
| MG | 313240 | ITAJUBA | Municipal | 249.492,46 |
| MG | 313250 | ITAMARANDIBA | Municipal | 4.876,82 |
| MG | 313270 | ITAMBACURI | Municipal | 113.106,87 |
| MG | 313300 | ITAMONTE | Municipal | 15.403,04 |
| MG | 313310 | ITANHANDU | Municipal | 268.832,62 |
| MG | 313330 | ITAOBIM | Municipal | 9.359,01 |
| MG | 313380 | ITAUNA | Municipal | 180.159,19 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MG | 313420 | ITUIUTABA | Municipal | 94.903,85 |
| MG | 313440 | ITURAMA | Municipal | 59.916,92 |
| MG | 313470 | JACINTO | Municipal | 36.163,98 |
| MG | 313490 | JACUTINGA | Municipal | 8.691,43 |
| MG | 313510 | JANAUBA | Municipal | 59.032,33 |
| MG | 313520 | JANUARIA | Municipal | 2.362,26 |
| MG | 313580 | JEQUITINHONHA | Municipal | 10.320,55 |
| MG | 313600 | JOAIMA | Municipal | 2.601,12 |
| MG | 313620 | JOAO MONLEVADE | Municipal | 180.371,30 |
| MG | 313630 | JOAO PINHEIRO | Municipal | 101.599,56 |
| MG | 313670 | JUIZ DE FORA | Municipal | 2.084.359,66 |
| MG | 313750 | LAGOA FORMOSA | Municipal | 41.043,67 |
| MG | 313760 | LAGOA SANTA | Municipal | 115.823,53 |
| MG | 313820 | LAVRAS | Municipal | 220.310,73 |
| MG | 313860 | LIMA DUARTE | Municipal | 17.834,76 |
| MG | 313900 | MACHADO | Municipal | 17.257,32 |
| MG | 313920 | MALACACHETA | Municipal | 20.658,86 |
| MG | 313930 | MANGA | Municipal | 88.084,89 |
| MG | 313940 | MANHUACU | Municipal | 243.427,90 |
| MG | 313960 | MANTENA | Municipal | 47.411,58 |
| MG | 314110 | MATOZINHOS | Municipal | 90.764,18 |
| MG | 314140 | MEDINA | Municipal | 50.930,67 |
| MG | 314180 | MINAS NOVAS | Municipal | 2.201,49 |
| MG | 314290 | MONTE AZUL | Municipal | 36.156,86 |
| MG | 314310 | MONTE CARMELO | Municipal | 46.383,39 |
| MG | 314330 | MONTES CLAROS | Municipal | 531.873,36 |
| MG | 314430 | NANUQUE | Municipal | 15.890,25 |
| MG | 314520 | NOVA SERRANA | Municipal | 28.960,00 |
| MG | 314530 | NOVO CRUZEIRO | Municipal | 1.404,60 |
| MG | 314590 | OURO BRANCO | Municipal | 22.723,77 |
| MG | 314610 | OURO PRETO | Municipal | 80.067,85 |
| MG | 314630 | PADRE PARAISO | Municipal | 32.673,24 |
| MG | 314700 | PARACATU | Municipal | 142.159,60 |
| MG | 314710 | PARA DE MINAS | Municipal | 165.783,69 |
| MG | 314720 | PARAGUACU | Municipal | 23.616,71 |
| MG | 314760 | PASSA QUATRO | Municipal | 17.955,05 |
| MG | 314800 | PATOS DE MINAS | Municipal | 251.507,93 |
| MG | 314810 | PATROCINIO | Municipal | 206.674,60 |
| MG | 314860 | PECANHA | Municipal | 5.620,14 |
| MG | 314870 | PEDRA AZUL | Municipal | 3.907,84 |
| MG | 314930 | PEDRO LEOPOLDO | Municipal | 71.191,55 |
| MG | 314990 | PERDOES | Municipal | 43.276,58 |
| MG | 315120 | PIRAPORA | Municipal | 211.060,06 |
| MG | 315170 | POCO FUNDO | Municipal | 22.801,24 |
| MG | 315180 | POCOS DE CALDAS | Municipal | 256.858,52 |
| MG | 315210 | PONTE NOVA | Municipal | 168.125,47 |
| MG | 315220 | PORTEIRINHA | Municipal | 59.390,70 |
| MG | 315250 | POUSO ALEGRE | Municipal | 165.349,15 |
| MG | 315260 | POUSO ALTO | Municipal | 925,83 |
| MG | 315400 | RAUL SOARES | Municipal | 44.862,72 |
| MG | 315460 | RIBEIRAO DAS NEVES | Municipal | 191.400,40 |
| MG | 315550 | RIO PARANAIBA | Municipal | 1.476,93 |
| MG | 315670 | SABARA | Municipal | 135.960,90 |
| MG | 315690 | SACRAMENTO | Municipal | 51.570,21 |
| MG | 315700 | SALINAS | Municipal | 138.253,56 |
| MG | 315720 | SANTA BARBARA | Municipal | 59.617,86 |
| MG | 315780 | SANTA LUZIA | Municipal | 136.185,38 |
| MG | 315990 | SANTO ANTONIO DO AMPARO | Municipal | 212.879,63 |
| MG | 316070 | SANTOS DUMONT | Municipal | 44.700,04 |
| MG | 316100 | SAO DOMINGOS DO PRATA | Municipal | 22.845,50 |
| MG | 316210 | SAO GOTARDO | Municipal | 109.324,61 |
| MG | 316250 | SAO JOAO DEL REI | Municipal | 87.984,37 |
| MG | 316270 | SAO JOAO DO PARAISO | Municipal | 2.566,17 |
| MG | 316290 | SAO JOAO NEPOMUCENO | Municipal | 8.500,52 |
| MG | 316370 | SAO LOURENCO | Municipal | 211.476,74 |
| MG | 316470 | SAO SEBASTIAO DO PARAISO | Municipal | 156.475,34 |
| MG | 316720 | SETE LAGOAS | Municipal | 297.354,13 |
| MG | 316800 | TAIOBEIRAS | Municipal | 107.874,44 |
| MG | 316860 | TEOFILO OTONI | Municipal | 323.485,45 |
| MG | 316930 | TRES CORACOES | Municipal | 85.801,25 |
| MG | 316935 | TRES MARIAS | Municipal | 43.601,84 |
| MG | 316940 | TRES PONTAS | Municipal | 93.938,81 |
| MG | 317010 | UBERABA | Municipal | 745.819,69 |
| MG | 317020 | UBERLANDIA | Municipal | 1.464.946,09 |
| MG | 317040 | UNAI | Municipal | 68.549,58 |
| MG | 317052 | URUCUIA | Municipal | 2.506,22 |
| MG | 317070 | VARGINHA | Municipal | 209.934,57 |
| MG | 317080 | VARZEA DA PALMA | Municipal | 28.233,47 |
| MG | 317100 | VAZANTE | Municipal | 70.638,88 |
| MG | 317120 | VESPASIANO | Municipal | 195.030,87 |
| MG | 317130 | VICOSA | Municipal | 200.762,02 |
| MG | 317160 | VIRGEM DA LAPA | Municipal | 860,11 |
| MG | 317180 | VIRGINOPOLIS | Municipal | 4.812,99 |
| MG TOTAL | | | | 35.547.162,93 |
| MS | 500000 | GESTAO ESTADUAL MATO GROSSO DO SUL | Municipal | 625.960,81 |
| MS | 500060 | AMAMBAI | Municipal | 46.738,22 |
| MS | 500100 | APARECIDA DO TABOADO | Municipal | 28.247,89 |
| MS | 500110 | AQUIDAUANA | Municipal | 145.027,40 |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | Municipal | 1.926.472,18 |
| MS | 500290 | CASSILANDIA | Municipal | 46.748,51 |
| MS | 500295 | CHAPADAO DO SUL | Municipal | 47.654,52 |
| MS | 500320 | CORUMBA | Municipal | 153.390,72 |
| MS | 500325 | COSTA RICA | Municipal | 68.482,59 |
| MS | 500330 | COXIM | Municipal | 49.173,37 |
| MS | 500370 | DOURADOS | Municipal | 354.043,82 |
| MS | 500470 | IVINHEMA | Municipal | 84.179,42 |
| MS | 500500 | JARDIM | Municipal | 10.746,94 |
| MS | 500540 | MARACAJU | Municipal | 105.433,29 |
| MS | 500570 | NAVIRAI | Municipal | 34.512,10 |
| MS | 500620 | NOVA ANDRADINA | Municipal | 78.633,44 |
| MS | 500630 | PARANAIBA | Municipal | 108.289,03 |
| MS | 500660 | PONTA PORA | Municipal | 560,29 |
| MS | 500720 | RIO BRILHANTE | Municipal | 70.392,57 |
| MS | 500740 | RIO VERDE DE MATO GROSSO | Municipal | 14.728,92 |
| MS | 500769 | SAO GABRIEL DO OESTE | Municipal | 90.982,97 |
| MS | 500790 | SIDROLANDIA | Municipal | 52.107,57 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MS | 500830 | TRES LAGOAS | Municipal | 332.912,75 |
| MS TOTAL | | | | 4.475.419,33 |
| MT | 510000 | MATO GROSSO | Estadual | 1.431.160,19 |
| MT | 510020 | AGUA BOA | Municipal | 156.403,00 |
| MT | 510030 | ALTO ARAGUAIA | Municipal | 7.075,76 |
| MT | 510080 | APIACAS | Municipal | 1.096,39 |
| MT | 510170 | BARRA DO BUGRES | Municipal | 64.640,77 |
| MT | 510180 | BARRA DO GARCAS | Municipal | 115.249,62 |
| MT | 510190 | BRASNORTE | Municipal | 3.530,85 |
| MT | 510263 | CAMPO NOVO DO PARECIS | Municipal | 42.340,69 |
| MT | 510267 | CAMPO VERDE | Municipal | 35.933,89 |
| MT | 510270 | CANARANA | Municipal | 2.369,95 |
| MT | 510325 | COLNIZA | Municipal | 738,18 |
| MT | 510330 | COMODORO | Municipal | 16.564,99 |
| MT | 510335 | CONFRESA | Municipal | 123.519,82 |
| MT | 510337 | COTRIGUACU | Municipal | 864,47 |
| MT | 510340 | CUIABA | Municipal | 886.421,73 |
| MT | 510350 | DIAMANTINO | Municipal | 46.474,00 |
| MT | 510390 | GENERAL CARNEIRO | Municipal | 1.148,27 |
| MT | 510410 | GUARANTA DO NORTE | Municipal | 32.342,30 |
| MT | 510460 | ITIQUIRA | Municipal | 8.176,46 |
| MT | 510480 | JACIARA | Municipal | 23.628,88 |
| MT | 510510 | JUARA | Municipal | 47.384,20 |
| MT | 510515 | JUINA | Municipal | 53.552,52 |
| MT | 510525 | LUCAS DO RIO VERDE | Municipal | 70.865,62 |
| MT | 510550 | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | Municipal | 32.364,57 |
| MT | 510558 | MARCELANDIA | Municipal | 9.278,07 |
| MT | 510560 | MATUPA | Municipal | 36.383,36 |
| MT | 510562 | MIRASSOL D'OESTE | Municipal | 1.716,33 |
| MT | 510590 | NOBRES | Municipal | 1.436,92 |
| MT | 510600 | NORTELANDIA | Municipal | 1.150,77 |
| MT | 510622 | NOVA MUTUM | Municipal | 50.104,64 |
| MT | 510625 | NOVA XAVANTINA | Municipal | 25.943,04 |
| MT | 510628 | NOVO SAO JOAQUIM | Municipal | 1.611,47 |
| MT | 510630 | PARANATINGA | Municipal | 6.794,42 |
| MT | 510637 | PEDRA PRETA | Municipal | 982,55 |
| MT | 510642 | PEIXOTO DE AZEVEDO | Municipal | 149.290,41 |
| MT | 510650 | POCONE | Municipal | 52.736,22 |
| MT | 510675 | PONTES E LACERDA | Municipal | 85.768,77 |
| MT | 510680 | PORTO DOS GAUCHOS | Municipal | 1.054,28 |
| MT | 510700 | POXOREO | Municipal | 24.816,62 |
| MT | 510704 | PRIMAVERA DO LESTE | Municipal | 123.396,10 |
| MT | 510706 | QUERENCIA | Municipal | 35.146,65 |
| MT | 510718 | RIBEIRAO CASCALHEIRA | Municipal | 2.139,81 |
| MT | 510730 | SAO JOSE DO RIO CLARO | Municipal | 7.455,50 |
| MT | 510760 | RONDONOPOLIS | Municipal | 221.847,88 |
| MT | 510770 | ROSARIO OESTE | Municipal | 275,55 |
| MT | 510785 | SAO FELIX DO ARAGUAIA | Municipal | 29.694,19 |
| MT | 510787 | SAPEZAL | Municipal | 23.501,64 |
| MT | 510790 | SINOP | Municipal | 23.985,20 |
| MT | 510794 | TABAPORA | Municipal | 650,28 |
| MT | 510795 | TANGARA DA SERRA | Municipal | 21.633,67 |
| MT | 510800 | TAPURAH | Municipal | 10.873,40 |
| MT | 510820 | TORIXOREU | Municipal | 410,09 |
| MT | 510840 | VARZEA GRANDE | Municipal | 46.944,60 |
| MT | 510860 | VILA RICA | Municipal | 410,09 |
| MT TOTAL | | | | 4.201.279,65 |
| PA | 150000 | PARA | Estadual | 2.742.918,52 |
| PA | 150010 | ABAETETUBA | Municipal | 74.087,62 |
| PA | 150013 | ABEL FIGUEIREDO | Municipal | 9.357,47 |
| PA | 150020 | ACARA | Municipal | 19.870,41 |
| PA | 150034 | AGUA AZUL DO NORTE | Municipal | 24.495,71 |
| PA | 150050 | ALMEIRIM | Municipal | 12.198,27 |
| PA | 150080 | ANANINDEUA | Municipal | 930.323,75 |
| PA | 150085 | ANAPU | Municipal | 5.447,73 |
| PA | 150095 | AURORA DO PARA | Municipal | 557,50 |
| PA | 150120 | BAIAO | Municipal | 20.491,35 |
| PA | 150130 | BARCARENA | Municipal | 124.717,69 |
| PA | 150140 | BELEM | Municipal | 3.499.357,00 |
| PA | 150157 | BOM JESUS DO TOCANTINS | Municipal | 7.001,60 |
| PA | 150172 | BRASIL NOVO | Municipal | 8.273,85 |
| PA | 150175 | BREJO GRANDE DO ARAGUAIA | Municipal | 1.660,06 |
| PA | 150178 | BREU BRANCO | Municipal | 21.790,78 |
| PA | 150180 | BREVES | Municipal | 10.243,42 |
| PA | 150210 | CAMETA | Municipal | 203.515,91 |
| PA | 150215 | CANAA DOS CARAJAS | Municipal | 47.201,98 |
| PA | 150220 | CAPANEMA | Municipal | 120.327,80 |
| PA | 150230 | CAPITAO POCO | Municipal | 2.348,03 |
| PA | 150240 | CASTANHAL | Municipal | 157.225,52 |
| PA | 150270 | CONCEICAO DO ARAGUAIA | Municipal | 37.697,04 |
| PA | 150276 | CUMARU DO NORTE | Municipal | 11.831,77 |
| PA | 150280 | CURRALINHO | Municipal | 4.155,24 |
| PA | 150293 | DOM ELISEU | Municipal | 37.166,85 |
| PA | 150295 | ELDORADO DOS CARAJAS | Municipal | 20.221,55 |
| PA | 150304 | FLORESTA DO ARAGUAIA | Municipal | 726,71 |
| PA | 150307 | GARRAFAO DO NORTE | Municipal | 288,16 |
| PA | 150309 | GOIANESIA DO PARA | Municipal | 33.665,89 |
| PA | 150310 | GURUPA | Municipal | 1.802,90 |
| PA | 150330 | IGARAPE-MIRI | Municipal | 7.727,55 |
| PA | 150345 | IPIXUNA DO PARA | Municipal | 3.677,98 |
| PA | 150360 | ITAITUBA | Municipal | 159.135,94 |
| PA | 150370 | ITUPIRANGA | Municipal | 47.142,08 |
| PA | 150380 | JACUNDA | Municipal | 68.676,14 |
| PA | 150390 | JURUTI | Municipal | 28.603,85 |
| PA | 150405 | MAE DO RIO | Municipal | 11.474,47 |
| PA | 150420 | MARABA | Municipal | 337.075,96 |
| PA | 150430 | MARACANA | Municipal | 9.597,92 |
| PA | 150445 | MEDICILANDIA | Municipal | 39.603,03 |
| PA | 150460 | MOCAJUBA | Municipal | 7.931,51 |
| PA | 150470 | MOJU | Municipal | 10.985,65 |
| PA | 150480 | MONTE ALEGRE | Municipal | 56.448,39 |
| PA | 150490 | MUANA | Municipal | 15.374,40 |
| PA | 150495 | NOVA ESPERANCA DO PIRIA | Municipal | 2.501,15 |
| PA | 150503 | NOVO PROGRESSO | Municipal | 22.479,38 |
| PA | 150506 | NOVO REPARTIMENTO | Municipal | 42.839,28 |
| PA | 150510 | OBIDOS | Municipal | 11.708,44 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PA | 150530 | ORIXIMINA | Municipal | 89.760,07 |
| PA | 150540 | OUREM | Municipal | 22.379,92 |
| PA | 150543 | OURILANDIA DO NORTE | Municipal | 85.229,59 |
| PA | 150548 | PACAJA | Municipal | 5.358,21 |
| PA | 150549 | PALESTINA DO PARA | Municipal | 1.920,49 |
| PA | 150550 | PARAGOMINAS | Municipal | 114.805,02 |
| PA | 150553 | PARAUAPEBAS | Municipal | 162.587,40 |
| PA | 150565 | PLACAS | Municipal | 4.034,44 |
| PA | 150580 | PORTEL | Municipal | 7.107,70 |
| PA | 150590 | PORTO DE MOZ | Municipal | 5.030,12 |
| PA | 150600 | PRAINHA | Municipal | 25.077,63 |
| PA | 150613 | REDENCAO | Municipal | 60.161,16 |
| PA | 150616 | RIO MARIA | Municipal | 12.909,13 |
| PA | 150619 | RUROPOLIS | Municipal | 34.961,91 |
| PA | 150630 | SALVATERRA | Municipal | 1.543,91 |
| PA | 150658 | SANTA MARIA DAS BARREIRAS | Municipal | 1.127,41 |
| PA | 150660 | SANTA MARIA DO PARA | Municipal | 362,12 |
| PA | 150670 | SANTANA DO ARAGUAIA | Municipal | 33.102,34 |
| PA | 150680 | SANTAREM | Municipal | 148.582,77 |
| PA | 150715 | SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA | Municipal | 4.855,94 |
| PA | 150730 | SAO FELIX DO XINGU | Municipal | 157.965,37 |
| PA | 150745 | SAO GERALDO DO ARAGUAIA | Municipal | 35.231,99 |
| PA | 150747 | SAO JOAO DE PIRABAS | Municipal | 1.316,99 |
| PA | 150750 | SAO JOAO DO ARAGUAIA | Municipal | 288,16 |
| PA | 150760 | SAO MIGUEL DO GUAMA | Municipal | 2.515,58 |
| PA | 150780 | SENADOR JOSE PORFIRIO | Municipal | 2.238,46 |
| PA | 150790 | SOURE | Municipal | 19.619,66 |
| PA | 150797 | TERRA SANTA | Municipal | 5.426,08 |
| PA | 150800 | TOME-ACU | Municipal | 38.279,97 |
| PA | 150805 | TRAIRAO | Municipal | 9.383,64 |
| PA | 150808 | TUCUMA | Municipal | 91.321,21 |
| PA | 150810 | TUCURUI | Municipal | 71.512,00 |
| PA | 150812 | ULIANOPOLIS | Municipal | 5.797,40 |
| PA | 150815 | URUARA | Municipal | 51.294,46 |
| PA | 150820 | VIGIA | Municipal | 36.465,62 |
| PA | 150830 | VISEU | Municipal | 22.985,29 |
| PA | 150835 | VITORIA DO XINGU | Municipal | 21.692,21 |
| PA | 150840 | XINGUARA | Municipal | 52.545,95 |
| PA TOTAL | | | | 10.520.728,51 |
| PB | 250000 | PARAIBA | Estadual | 483.607,14 |
| PB | 250180 | BAYEUX | Municipal | 4.604,84 |
| PB | 250190 | BELEM | Municipal | 61.779,02 |
| PB | 250320 | CABEDELO | Municipal | 37.689,64 |
| PB | 250370 | CAJAZEIRAS | Municipal | 89.038,88 |
| PB | 250400 | CAMPINA GRANDE | Municipal | 861.898,77 |
| PB | 250430 | CATOLE DO ROCHA | Municipal | 20.334,26 |
| PB | 250480 | COREMAS | Municipal | 3.988,14 |
| PB | 250600 | ESPERANCA | Municipal | 24.189,79 |
| PB | 250630 | GUARABIRA | Municipal | 93.814,94 |
| PB | 250680 | INGA | Municipal | 1.036,29 |
| PB | 250690 | ITABAIANA | Municipal | 61.595,93 |
| PB | 250700 | ITAPORANGA | Municipal | 34.904,04 |
| PB | 250750 | JOAO PESSOA | Municipal | 1.875.980,40 |
| PB | 250890 | MAMANGUAPE | Municipal | 2.574,59 |
| PB | 250970 | MONTEIRO | Municipal | 6.824,63 |
| PB | 251080 | PATOS | Municipal | 15.143,46 |
| PB | 251110 | PEDRA LAVRADA | Municipal | 1.588,72 |
| PB | 251130 | PIANCO | Municipal | 32.212,33 |
| PB | 251140 | PICUI | Municipal | 71.180,66 |
| PB | 251210 | POMBAL | Municipal | 18.339,31 |
| PB | 251230 | PRINCESA ISABEL | Municipal | 52.824,90 |
| PB | 251250 | QUEIMADAS | Municipal | 143.693,88 |
| PB | 251340 | SANTA LUZIA | Municipal | 25.067,43 |
| PB | 251370 | SANTA RITA | Municipal | 230.641,59 |
| PB | 251390 | SAO BENTO | Municipal | 49.436,24 |
| PB | 251490 | SAO MAMEDE | Municipal | 13.214,25 |
| PB | 251550 | SERRA BRANCA | Municipal | 18.868,15 |
| PB | 251600 | SOLANEA | Municipal | 30.817,08 |
| PB | 251620 | SOUSA | Municipal | 20.074,06 |
| PB | 251630 | SUME | Municipal | 46.915,22 |
| PB | 251650 | TAPEROA | Municipal | 94.593,65 |
| PB TOTAL | | | | 4.528.472,22 |
| PE | 260000 | PERNAMBUCO | Estadual | 6.462.880,05 |
| PE | 260010 | AFOGADOS DA INGAZEIRA | Municipal | 91.682,87 |
| PE | 260030 | AGRESTINA | Municipal | 121.175,15 |
| PE | 260040 | AGUA PRETA | Municipal | 6.237,17 |
| PE | 260060 | ALAGOINHA | Municipal | 13.962,48 |
| PE | 260110 | ARARIPINA | Municipal | 211.624,31 |
| PE | 260140 | BARREIROS | Municipal | 283.119,00 |
| PE | 260170 | BELO JARDIM | Municipal | 109.177,86 |
| PE | 260190 | BEZERROS | Municipal | 95.778,78 |
| PE | 260210 | BOM CONSELHO | Municipal | 22.702,81 |
| PE | 260230 | BONITO | Municipal | 10.300,42 |
| PE | 260290 | CABO DE SANTO AGOSTINHO | Municipal | 57.267,56 |
| PE | 260300 | CABROBO | Municipal | 17.732,13 |
| PE | 260320 | CAETES | Municipal | 4.983,05 |
| PE | 260370 | CANHOTINHO | Municipal | 13.838,84 |
| PE | 260390 | CARNAIBA | Municipal | 19.424,95 |
| PE | 260400 | CARPINA | Municipal | 10.036,74 |
| PE | 260410 | CARUARU | Municipal | 211.563,33 |
| PE | 260450 | CHA GRANDE | Municipal | 657,83 |
| PE | 260470 | CORRENTES | Municipal | 5.282,40 |
| PE | 260480 | CORTES | Municipal | 31.010,36 |
| PE | 260500 | CUPIRA | Municipal | 7.423,27 |
| PE | 260520 | ESCADA | Municipal | 42.088,16 |
| PE | 260540 | FEIRA NOVA | Municipal | 3.679,77 |
| PE | 260570 | FLORESTA | Municipal | 12.786,79 |
| PE | 260600 | GARANHUNS | Municipal | 360.353,01 |
| PE | 260640 | GRAVATA | Municipal | 22.668,72 |
| PE | 260650 | IATI | Municipal | 5.421,05 |
| PE | 260680 | IGARASSU | Municipal | 28.384,07 |
| PE | 260720 | IPOJUCA | Municipal | 6.359,07 |
| PE | 260790 | JABOATAO DOS GUARARAPES | Municipal | 642.990,01 |
| PE | 260850 | LAGOA DO ITAENGA | Municipal | 4.544,24 |
| PE | 260860 | LAGOA DO OURO | Municipal | 12.905,88 |
| PE | 260900 | MACAPARANA | Municipal | 902,54 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PE | 260960 | OLINDA | Municipal | 184.406,39 |
| PE | 261000 | PALMARES | Municipal | 199.313,92 |
| PE | 261020 | PANELAS | Municipal | 11.461,02 |
| PE | 261040 | PARNAMIRIM | Municipal | 650,28 |
| PE | 261060 | PAUDALHO | Municipal | 5.276,81 |
| PE | 261070 | PAULISTA | Municipal | 2.123,71 |
| PE | 261090 | PESQUEIRA | Municipal | 84.306,63 |
| PE | 261100 | PETROLANDIA | Municipal | 16.887,57 |
| PE | 261110 | PETROLINA | Municipal | 161.937,89 |
| PE | 261130 | POMBOS | Municipal | 2.870,83 |
| PE | 261160 | RECIFE | Municipal | 1.680.669,09 |
| PE | 261170 | RIACHO DAS ALMAS | Municipal | 9.110,39 |
| PE | 261220 | SALGUEIRO | Municipal | 149.855,68 |
| PE | 261250 | SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE | Municipal | 4.886,29 |
| PE | 261260 | SANTA MARIA DA BOA VISTA | Municipal | 8.399,34 |
| PE | 261320 | SAO JOAO | Municipal | 9.881,04 |
| PE | 261330 | SAO JOAQUIM DO MONTE | Municipal | 6.583,32 |
| PE | 261350 | SAO JOSE DO BELMONTE | Municipal | 3.859,26 |
| PE | 261360 | SAO JOSE DO EGITO | Municipal | 41.056,18 |
| PE | 261370 | SAO LOURENCO DA MATA | Municipal | 93.182,65 |
| PE | 261390 | SERRA TALHADA | Municipal | 178.904,40 |
| PE | 261420 | SIRINHAEM | Municipal | 12.158,29 |
| PE | 261450 | SURUBIM | Municipal | 101.809,01 |
| PE | 261485 | TAMANDARE | Municipal | 2.017,13 |
| PE | 261500 | TAQUARITINGA DO NORTE | Municipal | 650,28 |
| PE | 261530 | TIMBAUBA | Municipal | 82.906,20 |
| PE | 261590 | TUPARETAMA | Municipal | 4.624,98 |
| PE | 261600 | VENTUROSA | Municipal | 452,52 |
| PE | 261620 | VERTENTES | Municipal | 55.320,45 |
| PE | 261630 | VICENCIA | Municipal | 288,16 |
| PE | 261640 | VITORIA DE SANTO ANTAO | Municipal | 359.433,11 |
| PE TOTAL | | | | 12.426.227,52 |
| PI | 220000 | PIAUI | Estadual | 902.960,49 |
| PI | 220120 | BARRAS | Municipal | 51.271,66 |
| PI | 220220 | CAMPO MAIOR | Municipal | 173.943,96 |
| PI | 220290 | CORRENTE | Municipal | 38.417,27 |
| PI | 220390 | FLORIANO | Municipal | 168.242,69 |
| PI | 220770 | PARNAIBA | Municipal | 518.294,15 |
| PI | 220780 | PAULISTANA | Municipal | 37.448,33 |
| PI | 220800 | PICOS | Municipal | 150.134,06 |
| PI | 220830 | PIRACURUCA | Municipal | 31.319,05 |
| PI | 220840 | PIRIPIRI | Municipal | 136.406,02 |
| PI | 221000 | SAO JOAO DO PIAUI | Municipal | 26.864,06 |
| PI | 221100 | TERESINA | Municipal | 2.308.185,49 |
| PI TOTAL | | | | 4.543.487,23 |
| PR | 410000 | PARANA | Estadual | 13.238.239,49 |
| PR | 410050 | ALTONIA | Municipal | 30.426,68 |
| PR | 410140 | APUCARANA | Municipal | 202.003,78 |
| PR | 410180 | ARAUCARIA | Municipal | 153.922,46 |
| PR | 410430 | CAMPO MOURAO | Municipal | 231.012,25 |
| PR | 410540 | CHOPINZINHO | Municipal | 33.355,00 |
| PR | 410550 | CIANORTE | Municipal | 345.470,83 |
| PR | 410590 | COLORADO | Municipal | 180.538,74 |
| PR | 410650 | CORONEL VIVIDA | Municipal | 24.043,91 |
| PR | 410660 | CRUZEIRO DO OESTE | Municipal | 35.224,70 |
| PR | 410690 | CURITIBA | Municipal | 7.066.647,90 |
| PR | 410720 | DOIS VIZINHOS | Municipal | 74.242,47 |
| PR | 410830 | FOZ DO IGUACU | Municipal | 285.826,66 |
| PR | 410840 | FRANCISCO BELTRAO | Municipal | 243.208,53 |
| PR | 410860 | GOIOERE | Municipal | 34.404,27 |
| PR | 410880 | GUAIRA | Municipal | 56.295,93 |
| PR | 411060 | IPORA | Municipal | 7.115,33 |
| PR | 411220 | JANIOPOLIS | Municipal | 362,12 |
| PR | 411370 | LONDRINA | Municipal | 1.928.514,40 |
| PR | 411420 | MANDAGUARI | Municipal | 38.737,44 |
| PR | 411440 | MANGUEIRINHA | Municipal | 3.983,23 |
| PR | 411520 | MARINGA | Municipal | 1.787.801,72 |
| PR | 411760 | PALMAS | Municipal | 16.126,41 |
| PR | 411850 | PATO BRANCO | Municipal | 365.138,51 |
| PR | 412380 | SANTA IZABEL DO OESTE | Municipal | 14.595,19 |
| PR | 412535 | SAO JORGE DO PATROCINIO | Municipal | 7.467,22 |
| PR | 412550 | SAO JOSE DOS PINHAIS | Municipal | 253.776,01 |
| PR | 412720 | TERRA BOA | Municipal | 44.149,44 |
| PR | 412800 | UBIRATA | Municipal | 80.034,88 |
| PR | 412810 | UMUARAMA | Municipal | 418.987,23 |
| PR TOTAL | | | | 27.201.652,74 |
| RJ | 330000 | RIO DE JANEIRO | Estadual | 1.516.932,67 |
| RJ | 330010 | ANGRA DOS REIS | Municipal | 255.984,92 |
| RJ | 330015 | APERIBE | Municipal | 28.371,90 |
| RJ | 330020 | ARARUAMA | Municipal | 4.964,90 |
| RJ | 330023 | ARMACAO DE BUZIOS | Municipal | 77.173,47 |
| RJ | 330025 | ARRAIAL DO CABO | Municipal | 36.846,46 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RJ | 330030 | BARRA DO PIRAI | Municipal | 96.734,26 |
| RJ | 330040 | BARRA MANSA | Municipal | 150.727,86 |
| RJ | 330045 | BELFORD ROXO | Municipal | 55.563,88 |
| RJ | 330050 | BOM JARDIM | Municipal | 25.426,46 |
| RJ | 330060 | BOM JESUS DO ITABAPOANA | Municipal | 97.767,16 |
| RJ | 330070 | CABO FRIO | Municipal | 145.169,00 |
| RJ | 330080 | CACHOEIRAS DE MACACU | Municipal | 32.060,71 |
| RJ | 330090 | CAMBUCI | Municipal | 26.004,61 |
| RJ | 330100 | CAMPOS DOS GOYTACAZES | Municipal | 781.740,51 |
| RJ | 330110 | CANTAGALO | Municipal | 32.724,08 |
| RJ | 330120 | CARMO | Municipal | 15.913,60 |
| RJ | 330130 | CASIMIRO DE ABREU | Municipal | 56.147,48 |
| RJ | 330150 | CORDEIRO | Municipal | 9.012,82 |
| RJ | 330160 | DUAS BARRAS | Municipal | 2.050,45 |
| RJ | 330170 | DUQUE DE CAXIAS | Municipal | 1.264.013,06 |
| RJ | 330185 | GUAPIMIRIM | Municipal | 74.489,34 |
| RJ | 330190 | ITABORAI | Municipal | 83.337,26 |
| RJ | 330200 | ITAGUAI | Municipal | 19.523,35 |
| RJ | 330210 | ITAOCARA | Municipal | 39.470,32 |
| RJ | 330220 | ITAPERUNA | Municipal | 308.041,88 |
| RJ | 330225 | ITATIAIA | Municipal | 40.985,39 |
| RJ | 330240 | MACAE | Municipal | 343.639,06 |
| RJ | 330250 | MAGE | Municipal | 59.799,92 |
| RJ | 330260 | MANGARATIBA | Municipal | 55.340,73 |
| RJ | 330270 | MARICA | Municipal | 68.925,77 |
| RJ | 330290 | MIGUEL PEREIRA | Municipal | 89.633,23 |
| RJ | 330300 | MIRACEMA | Municipal | 17.404,04 |
| RJ | 330310 | NATIVIDADE | Municipal | 16.512,51 |
| RJ | 330320 | NILOPOLIS | Municipal | 2.037,13 |
| RJ | 330330 | NITEROI | Municipal | 1.195.643,72 |
| RJ | 330340 | NOVA FRIBURGO | Municipal | 92.642,85 |
| RJ | 330350 | NOVA IGUACU | Municipal | 158.712,42 |
| RJ | 330370 | PARAIBA DO SUL | Municipal | 83.643,32 |
| RJ | 330380 | PARATI | Municipal | 47.508,71 |
| RJ | 330390 | PETROPOLIS | Municipal | 773.170,46 |
| RJ | 330395 | PINHEIRAL | Municipal | 1.189,35 |
| RJ | 330400 | PIRAI | Municipal | 123.093,96 |
| RJ | 330411 | PORTO REAL | Municipal | 32.286,16 |
| RJ | 330412 | QUATIS | Municipal | 18.880,03 |
| RJ | 330414 | QUEIMADOS | Municipal | 1.784,02 |
| RJ | 330415 | QUISSAMA | Municipal | 39.638,90 |
| RJ | 330420 | RESENDE | Municipal | 256.627,71 |
| RJ | 330430 | RIO BONITO | Municipal | 123.266,18 |
| RJ | 330440 | RIO CLARO | Municipal | 12.168,24 |
| RJ | 330452 | RIO DAS OSTRAS | Municipal | 47.505,20 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | Municipal | 7.267.599,49 |
| RJ | 330460 | SANTA MARIA MADALENA | Municipal | 20.352,98 |
| RJ | 330470 | SANTO ANTONIO DE PADUA | Municipal | 31.237,23 |
| RJ | 330480 | SAO FIDELIS | Municipal | 59.975,73 |
| RJ | 330490 | SAO GONCALO | Municipal | 788.710,56 |
| RJ | 330500 | SAO JOAO DA BARRA | Municipal | 39.606,31 |
| RJ | 330510 | SAO JOAO DE MERITI | Municipal | 7.460,18 |
| RJ | 330515 | SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO | Municipal | 8.520,79 |
| RJ | 330520 | SAO PEDRO DA ALDEIA | Municipal | 64.143,62 |
| RJ | 330530 | SAO SEBASTIAO DO ALTO | Municipal | 29.571,56 |
| RJ | 330555 | SEROPEDICA | Municipal | 2.192,78 |
| RJ | 330570 | SUMIDOURO | Municipal | 29.217,30 |
| RJ | 330580 | TERESOPOLIS | Municipal | 482.441,69 |
| RJ | 330590 | TRAJANO DE MORAIS | Municipal | 13.878,83 |
| RJ | 330600 | TRES RIOS | Municipal | 97.060,44 |
| RJ | 330610 | VALENCA | Municipal | 247.777,79 |
| RJ | 330615 | VARRE-SAI | Municipal | 3.016,89 |
| RJ | 330620 | VASSOURAS | Municipal | 179.708,39 |
| RJ | 330630 | VOLTA REDONDA | Municipal | 391.415,92 |
| RJ TOTAL | | | | 18.702.119,87 |
| RN | 240000 | RIO GRANDE DO NORTE | Estadual | 259.878,20 |
| RN | 240020 | ACU | Municipal | 164.455,32 |
| RN | 240050 | ALEXANDRIA | Municipal | 508.532,63 |
| RN | 240060 | ALMINO AFONSO | Municipal | 78.748,39 |
| RN | 240080 | ANGICOS | Municipal | 1.674,09 |
| RN | 240100 | APODI | Municipal | 48.121,46 |
| RN | 240200 | CAICO | Municipal | 189.727,87 |
| RN | 240220 | CANGUARETAMA | Municipal | 40.184,65 |
| RN | 240230 | CARAUBAS | Municipal | 46.278,35 |
| RN | 240240 | CARNAUBA DOS DANTAS | Municipal | 5.758,57 |
| RN | 240270 | CERRO CORA | Municipal | 3.372,73 |
| RN | 240325 | PARNAMIRIM | Municipal | 196.700,79 |
| RN | 240400 | FRUTUOSO GOMES | Municipal | 7.751,31 |
| RN | 240450 | GUAMARE | Municipal | 84.059,95 |
| RN | 240570 | JARDIM DO SERIDO | Municipal | 26.253,60 |
| RN | 240580 | JOAO CAMARA | Municipal | 21.332,37 |
| RN | 240610 | JUCURUTU | Municipal | 27.674,66 |
| RN | 240670 | LAJES | Municipal | 32.858,83 |
| RN | 240710 | MACAIBA | Municipal | 7.322,29 |
| RN | 240720 | MACAU | Municipal | 24.873,28 |
| RN | 240800 | MOSSORO | Municipal | 230.117,42 |
| RN | 240810 | NATAL | Municipal | 1.917.064,93 |
| RN | 240890 | PARELHAS | Municipal | 39.649,00 |
| RN | 240910 | PASSA E FICA | Municipal | 9.931,05 |
| RN | 240930 | PATU | Municipal | 851,86 |
| RN | 240940 | PAU DOS FERROS | Municipal | 165.676,88 |
| RN | 241020 | PORTALEGRE | Municipal | 29.235,28 |
| RN | 241060 | RAFAEL GODEIRO | Municipal | 288,16 |
| RN | 241120 | SANTA CRUZ | Municipal | 165.296,48 |
| RN | 241150 | SANTO ANTONIO | Municipal | 145.829,46 |
| RN | 241200 | SAO GONCALO DO AMARANTE | Municipal | 94.727,27 |
| RN | 241250 | SAO MIGUEL | Municipal | 12.225,71 |
| RN | 241260 | SAO PAULO DO POTENGI | Municipal | 25.400,72 |
| RN | 241410 | TENENTE ANANIAS | Municipal | 103.883,23 |
| RN TOTAL | | | | 4.715.736,78 |
| RO | 110000 | RONDONIA | Estadual | 1.023.544,23 |
| RO | 110001 | ALTA FLORESTA D'OESTE | Municipal | 22.565,58 |
| RO | 110002 | ARIQUEMES | Municipal | 43.241,55 |
| RO | 110004 | CACOAL | Municipal | 12.586,05 |
| RO | 110009 | ESPIGAO D'OESTE | Municipal | 21.947,48 |
| RO | 110010 | GUAJARA-MIRIM | Municipal | 11.338,22 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RO | 110011 | JARU | Municipal | 67.455,72 |
| RO | 110012 | JI-PARANA | Municipal | 190.285,64 |
| RO | 110013 | MACHADINHO D'OESTE | Municipal | 8.265,64 |
| RO | 110014 | NOVA BRASILANDIA D´OESTE | Municipal | 772,21 |
| RO | 110015 | OURO PRETO DO OESTE | Municipal | 53.941,48 |
| RO | 110018 | PIMENTA BUENO | Municipal | 2.683,19 |
| RO | 110020 | PORTO VELHO | Municipal | 191.268,31 |
| RO | 110025 | PRESIDENTE MEDICI | Municipal | 42.404,07 |
| RO | 110028 | ROLIM DE MOURA | Municipal | 12.971,04 |
| RO | 110030 | VILHENA | Municipal | 107.785,16 |
| RO | 110032 | SAO MIGUEL DO GUAPORE | Municipal | 6.096,92 |
| RO | 110140 | MONTE NEGRO | Municipal | 27.592,05 |
| RO | 110150 | SERINGUEIRAS | Municipal | 3.457,63 |
| RO TOTAL | | | | 1.850.202,18 |
| RR | 140000 | RORAIMA | Estadual | 456.523,90 |
| RR | 140010 | BOA VISTA | Municipal | 44.607,10 |
| RR TOTAL | | | | 501.131,00 |
| RS | 430000 | RIO GRANDE DO SUL | Estadual | 11.167.865,64 |
| RS | 430060 | ALVORADA | Municipal | 2.576,92 |
| RS | 430080 | ANTONIO PRADO | Municipal | 20.222,74 |
| RS | 430100 | ARROIO DO MEIO | Municipal | 27.090,59 |
| RS | 430210 | BENTO GONCALVES | Municipal | 150.502,26 |
| RS | 430230 | BOM JESUS | Municipal | 450,02 |
| RS | 430235 | BOM PRINCIPIO | Municipal | 3.207,55 |
| RS | 430245 | BOQUEIRAO DO LEAO | Municipal | 7.102,76 |
| RS | 430300 | CACHOEIRA DO SUL | Municipal | 150.316,34 |
| RS | 430390 | CAMPO BOM | Municipal | 156.334,08 |
| RS | 430420 | CANDELARIA | Municipal | 100.826,73 |
| RS | 430440 | CANELA | Municipal | 58.925,94 |
| RS | 430460 | CANOAS | Municipal | 505.074,63 |
| RS | 430470 | CARAZINHO | Municipal | 125.871,28 |
| RS | 430480 | CARLOS BARBOSA | Municipal | 54.090,62 |
| RS | 430510 | CAXIAS DO SUL | Municipal | 828.587,88 |
| RS | 430680 | ENCANTADO | Municipal | 44.380,57 |
| RS | 430770 | ESTEIO | Municipal | 110.124,75 |
| RS | 430780 | ESTRELA | Municipal | 176.046,39 |
| RS | 430790 | FARROUPILHA | Municipal | 148.994,44 |
| RS | 430810 | FELIZ | Municipal | 19.312,88 |
| RS | 430820 | FLORES DA CUNHA | Municipal | 21.824,15 |
| RS | 430860 | GARIBALDI | Municipal | 76.356,68 |
| RS | 430900 | GIRUA | Municipal | 32.154,82 |
| RS | 430910 | GRAMADO | Municipal | 74.495,12 |
| RS | 430920 | GRAVATAI | Municipal | 306.853,84 |
| RS | 430940 | GUAPORE | Municipal | 38.186,55 |
| RS | 431030 | ILOPOLIS | Municipal | 2.846,01 |
| RS | 431140 | LAJEADO | Municipal | 43.745,52 |
| RS | 431205 | MARQUES DE SOUZA | Municipal | 288,16 |
| RS | 431260 | MUCUM | Municipal | 996,98 |
| RS | 431290 | NOVA BASSANO | Municipal | 11.979,63 |
| RS | 431320 | NOVA PETROPOLIS | Municipal | 42.315,25 |
| RS | 431330 | NOVA PRATA | Municipal | 80.896,91 |
| RS | 431340 | NOVO HAMBURGO | Municipal | 80.587,39 |
| RS | 431390 | PANAMBI | Municipal | 81.416,89 |
| RS | 431400 | PARAI | Municipal | 8.849,34 |
| RS | 431440 | PELOTAS | Municipal | 527.308,16 |
| RS | 431490 | PORTO ALEGRE | Municipal | 8.415.940,34 |
| RS | 431530 | QUARAI | Municipal | 55.537,22 |
| RS | 431570 | RIO PARDO | Municipal | 93.743,78 |
| RS | 431680 | SANTA CRUZ DO SUL | Municipal | 481.098,62 |
| RS | 431710 | SANTANA DO LIVRAMENTO | Municipal | 83.570,05 |
| RS | 431720 | SANTA ROSA | Municipal | 291.088,82 |
| RS | 431800 | SAO BORJA | Municipal | 186.353,33 |
| RS | 431870 | SAO LEOPOLDO | Municipal | 110.698,49 |
| RS | 431900 | SAO MARCOS | Municipal | 18.937,02 |
| RS | 432000 | SAPUCAIA DO SUL | Municipal | 213.632,35 |
| RS | 432040 | SERAFINA CORREA | Municipal | 15.468,93 |
| RS | 432130 | TAQUARI | Municipal | 18.028,68 |
| RS | 432145 | TEUTONIA | Municipal | 191.167,96 |
| RS | 432250 | VACARIA | Municipal | 225.308,98 |
| RS | 432260 | VENANCIO AIRES | Municipal | 146.106,84 |
| RS | 432280 | VERANOPOLIS | Municipal | 72.605,51 |
| RS TOTAL | | | | 25.908.293,33 |
| SC | 420000 | GESTAO ESTADUAL SANTA CATARINA | Estadual | 6.968.185,45 |
| SC | 420200 | BALNEARIO CAMBORIU | Municipal | 179.993,31 |
| SC | 420230 | BIGUACU | Municipal | 202.413,37 |
| SC | 420240 | BLUMENAU | Municipal | 655.520,04 |
| SC | 420290 | BRUSQUE | Municipal | 259.606,18 |
| SC | 420320 | CAMBORIU | Municipal | 127.088,72 |
| SC | 420370 | CANELINHA | Municipal | 362,12 |
| SC | 420380 | CANOINHAS | Municipal | 61.446,94 |
| SC | 420420 | CHAPECO | Municipal | 372.783,23 |
| SC | 420430 | CONCORDIA | Municipal | 193.170,54 |
| SC | 420460 | CRICIUMA | Municipal | 372.866,23 |
| SC | 420500 | DIONISIO CERQUEIRA | Municipal | 18.495,07 |
| SC | 420540 | FLORIANOPOLIS | Municipal | 145.517,79 |
| SC | 420590 | GASPAR | Municipal | 91.052,14 |
| SC | 420650 | GUARAMIRIM | Municipal | 38.122,91 |
| SC | 420750 | INDAIAL | Municipal | 95.601,84 |
| SC | 420820 | ITAJAI | Municipal | 330.088,91 |
| SC | 420830 | ITAPEMA | Municipal | 79.556,72 |
| SC | 420890 | JARAGUA DO SUL | Municipal | 303.112,56 |
| SC | 420900 | JOACABA | Municipal | 1.387,57 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | Municipal | 1.023.759,40 |
| SC | 420930 | LAGES | Municipal | 354.965,71 |
| SC | 420940 | LAGUNA | Municipal | 34.466,46 |
| SC | 420960 | LAURO MULLER | Municipal | 6.477,34 |
| SC | 421000 | LUIZ ALVES | Municipal | 14.838,27 |
| SC | 421030 | MAJOR VIEIRA | Municipal | 24.469,88 |
| SC | 421060 | MASSARANDUBA | Municipal | 113.654,65 |
| SC | 421130 | NAVEGANTES | Municipal | 67.648,77 |
| SC | 421150 | NOVA TRENTO | Municipal | 56.907,00 |
| SC | 421170 | ORLEANS | Municipal | 46.435,18 |
| SC | 421420 | QUILOMBO | Municipal | 31.258,98 |
| SC | 421480 | RIO DO SUL | Municipal | 139.068,40 |
| SC | 421500 | RIO NEGRINHO | Municipal | 50.076,05 |
| SC | 421580 | SAO BENTO DO SUL | Municipal | 68.491,48 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SC | 421620 | SAO FRANCISCO DO SUL | Municipal | 42.344,86 |
| SC | 421630 | SAO JOAO BATISTA | Municipal | 32.835,24 |
| SC | 421635 | SAO JOAO DO ITAPERIU | Municipal | 101,87 |
| SC | 421750 | SEARA | Municipal | 26.502,09 |
| SC | 421830 | TRES BARRAS | Municipal | 22.832,54 |
| SC | 421900 | URUSSANGA | Municipal | 94.818,22 |
| SC TOTAL | | | | 12.748.324,05 |
| SE | 280000 | SERGIPE | Estadual | 820.089,20 |
| SE | 280030 | ARACAJU | Municipal | 2.104.563,50 |
| SE | 280210 | ESTANCIA | Municipal | 63.638,88 |
| SE | 280290 | ITABAIANA | Municipal | 236.078,25 |
| SE | 280480 | NOSSA SENHORA DO SOCORRO | Municipal | 5.582,69 |
| SE TOTAL | | | | 3.229.952,53 |
| SP | 350000 | SÃO PAULO | Estadual | 43.530.163,87 |
| SP | 350010 | ADAMANTINA | Municipal | 35.700,81 |
| SP | 350050 | AGUAS DE LINDOIA | Municipal | 3.087,11 |
| SP | 350070 | AGUDOS | Municipal | 46.631,83 |
| SP | 350160 | AMERICANA | Municipal | 113.125,72 |
| SP | 350190 | AMPARO | Municipal | 56.611,59 |
| SP | 350220 | ANGATUBA | Municipal | 34.282,02 |
| SP | 350270 | APIAI | Municipal | 81.390,77 |
| SP | 350280 | ARACATUBA | Municipal | 19.136,49 |
| SP | 350320 | ARARAQUARA | Municipal | 498.776,17 |
| SP | 350330 | ARARAS | Municipal | 148.641,35 |
| SP | 350340 | AREALVA | Municipal | 4.787,94 |
| SP | 350400 | ASSIS | Municipal | 179.500,41 |
| SP | 350410 | ATIBAIA | Municipal | 61.844,00 |
| SP | 350420 | AURIFLAMA | Municipal | 51.526,20 |
| SP | 350450 | AVARE | Municipal | 199.391,52 |
| SP | 350520 | BARIRI | Municipal | 6.614,55 |
| SP | 350530 | BARRA BONITA | Municipal | 12.015,02 |
| SP | 350550 | BARRETOS | Municipal | 309.022,65 |
| SP | 350570 | BARUERI | Municipal | 803.869,37 |
| SP | 350580 | BASTOS | Municipal | 14.706,93 |
| SP | 350590 | BATATAIS | Municipal | 111.753,22 |
| SP | 350610 | BEBEDOURO | Municipal | 68.431,13 |
| SP | 350630 | BERNARDINO DE CAMPOS | Municipal | 3.024,66 |
| SP | 350635 | BERTIOGA | Municipal | 54.320,72 |
| SP | 350650 | BIRIGUI | Municipal | 50.244,86 |
| SP | 350680 | BOCAINA | Municipal | 498,49 |
| SP | 350700 | BOITUVA | Municipal | 60.177,20 |
| SP | 350740 | BORBOREMA | Municipal | 15.117,92 |
| SP | 350760 | BRAGANCA PAULISTA | Municipal | 151.794,69 |
| SP | 350810 | BURITAMA | Municipal | 97.006,48 |
| SP | 350840 | CABREUVA | Municipal | 4.183,77 |
| SP | 350850 | CACAPAVA | Municipal | 112.909,22 |
| SP | 350880 | CAFELANDIA | Municipal | 13.280,03 |
| SP | 350920 | CAJAMAR | Municipal | 12.440,79 |
| SP | 350930 | CAJOBI | Municipal | 1.404,60 |
| SP | 350940 | CAJURU | Municipal | 68.981,41 |
| SP | 350950 | CAMPINAS | Municipal | 1.475.845,94 |
| SP | 350960 | CAMPO LIMPO PAULISTA | Municipal | 11.825,32 |
| SP | 350970 | CAMPOS DO JORDAO | Municipal | 37.501,63 |
| SP | 351000 | CANDIDO MOTA | Municipal | 35.898,76 |
| SP | 351020 | CAPAO BONITO | Municipal | 86.805,24 |
| SP | 351040 | CAPIVARI | Municipal | 61.750,47 |
| SP | 351050 | CARAGUATATUBA | Municipal | 282.371,42 |
| SP | 351080 | CASA BRANCA | Municipal | 19.343,47 |
| SP | 351110 | CATANDUVA | Municipal | 33.996,20 |
| SP | 351140 | CERQUEIRA CESAR | Municipal | 2.913,31 |
| SP | 351150 | CERQUILHO | Municipal | 37.265,14 |
| SP | 351160 | CESARIO LANGE | Municipal | 28.913,84 |
| SP | 351170 | CHARQUEADA | Municipal | 12.546,45 |
| SP | 351200 | COLINA | Municipal | 16.386,67 |
| SP | 351210 | COLOMBIA | Municipal | 1.500,28 |
| SP | 351220 | CONCHAL | Municipal | 42.244,88 |
| SP | 351280 | COSMOPOLIS | Municipal | 2.498,34 |
| SP | 351300 | COTIA | Municipal | 20.813,60 |
| SP | 351340 | CRUZEIRO | Municipal | 67.818,17 |
| SP | 351350 | CUBATAO | Municipal | 80.399,08 |
| SP | 351360 | CUNHA | Municipal | 54.905,47 |
| SP | 351370 | DESCALVADO | Municipal | 43.265,30 |
| SP | 351380 | DIADEMA | Municipal | 147.433,06 |
| SP | 351410 | DOIS CORREGOS | Municipal | 1.838,48 |
| SP | 351440 | DRACENA | Municipal | 37.728,26 |
| SP | 351450 | DUARTINA | Municipal | 2.107,38 |
| SP | 351500 | EMBU | Municipal | 59.690,00 |
| SP | 351510 | EMBU-GUACU | Municipal | 2.576,92 |
| SP | 351518 | ESPIRITO SANTO DO PINHAL | Municipal | 37.241,76 |
| SP | 351520 | ESTRELA D'OESTE | Municipal | 3.249,90 |
| SP | 351540 | FARTURA | Municipal | 4.508,04 |
| SP | 351620 | FRANCA | Municipal | 16.529,01 |
| SP | 351630 | FRANCISCO MORATO | Municipal | 95.020,29 |
| SP | 351670 | GARCA | Municipal | 54.512,32 |
| SP | 351740 | GUAIRA | Municipal | 73.147,06 |
| SP | 351760 | GUAPIARA | Municipal | 3.551,04 |
| SP | 351770 | GUARA | Municipal | 8.069,19 |
| SP | 351780 | GUARACAI | Municipal | 288,16 |
| SP | 351820 | GUARARAPES | Municipal | 67.092,92 |
| SP | 351830 | GUARAREMA | Municipal | 9.151,70 |
| SP | 351840 | GUARATINGUETA | Municipal | 151.616,78 |
| SP | 351860 | GUARIBA | Municipal | 26.598,72 |
| SP | 351870 | GUARUJA | Municipal | 434.109,22 |
| SP | 351880 | GUARULHOS | Municipal | 592.169,40 |
| SP | 351907 | HORTOLANDIA | Municipal | 82.711,19 |
| SP | 351930 | IBATE | Municipal | 40.629,55 |
| SP | 351940 | IBIRA | Municipal | 752,93 |
| SP | 351960 | IBITINGA | Municipal | 90.085,11 |
| SP | 351970 | IBIUNA | Municipal | 66.324,68 |
| SP | 351990 | IEPE | Municipal | 4.813,74 |
| SP | 352010 | IGARAPAVA | Municipal | 45.963,81 |
| SP | 352040 | ILHABELA | Municipal | 76.648,06 |
| SP | 352050 | INDAIATUBA | Municipal | 407.719,50 |
| SP | 352070 | INDIAPORA | Municipal | 11.206,14 |
| SP | 352090 | IPAUCU | Municipal | 18.493,31 |
| SP | 352130 | IPUA | Municipal | 2.377,42 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SP | 352170 | ITABERA | Municipal | 28.952,03 |
| SP | 352220 | ITAPECERICA DA SERRA | Municipal | 39.592,49 |
| SP | 352230 | ITAPETININGA | Municipal | 192.104,09 |
| SP | 352240 | ITAPEVA | Municipal | 122.780,91 |
| SP | 352260 | ITAPIRA | Municipal | 78.550,83 |
| SP | 352270 | ITAPOLIS | Municipal | 27.672,74 |
| SP | 352280 | ITAPORANGA | Municipal | 23.547,79 |
| SP | 352290 | ITAPUI | Municipal | 5.352,07 |
| SP | 352310 | ITAQUAQUECETUBA | Municipal | 37.068,04 |
| SP | 352320 | ITARARE | Municipal | 35.361,78 |
| SP | 352340 | ITATIBA | Municipal | 77.446,64 |
| SP | 352360 | ITIRAPINA | Municipal | 6.523,62 |
| SP | 352390 | ITU | Municipal | 21.708,66 |
| SP | 352400 | ITUPEVA | Municipal | 15.002,14 |
| SP | 352410 | ITUVERAVA | Municipal | 143.112,31 |
| SP | 352420 | JABORANDI | Municipal | 498,49 |
| SP | 352430 | JABOTICABAL | Municipal | 43.309,95 |
| SP | 352440 | JACAREI | Municipal | 365.331,24 |
| SP | 352470 | JAGUARIUNA | Municipal | 118.661,95 |
| SP | 352530 | JAU | Municipal | 209.148,35 |
| SP | 352590 | JUNDIAI | Municipal | 690.845,41 |
| SP | 352600 | JUNQUEIROPOLIS | Municipal | 29.531,10 |
| SP | 352640 | LARANJAL PAULISTA | Municipal | 29.319,42 |
| SP | 352670 | LEME | Municipal | 165.130,69 |
| SP | 352680 | LENCOIS PAULISTA | Municipal | 83.370,99 |
| SP | 352690 | LIMEIRA | Municipal | 489.701,55 |
| SP | 352710 | LINS | Municipal | 90.228,96 |
| SP | 352720 | LORENA | Municipal | 87.624,12 |
| SP | 352730 | LOUVEIRA | Municipal | 83.088,77 |
| SP | 352800 | MACATUBA | Municipal | 4.668,11 |
| SP | 352850 | MAIRIPORA | Municipal | 27.155,36 |
| SP | 352880 | MARACAI | Municipal | 18.989,78 |
| SP | 352900 | MARILIA | Municipal | 802.149,73 |
| SP | 352940 | MAUA | Municipal | 147.802,40 |
| SP | 352970 | MIGUELOPOLIS | Municipal | 11.734,19 |
| SP | 353030 | MIRASSOL | Municipal | 53.841,60 |
| SP | 353050 | MOCOCA | Municipal | 80.406,61 |
| SP | 353060 | MOJI DAS CRUZES | Municipal | 289.463,96 |
| SP | 353070 | MOJI-GUACU | Municipal | 222.462,66 |
| SP | 353080 | MOJI-MIRIM | Municipal | 67.617,67 |
| SP | 353130 | MONTE ALTO | Municipal | 58.780,36 |
| SP | 353150 | MONTE AZUL PAULISTA | Municipal | 6.767,31 |
| SP | 353180 | MONTE MOR | Municipal | 17.778,44 |
| SP | 353190 | MORRO AGUDO | Municipal | 29.782,95 |
| SP | 353290 | NOVA EUROPA | Municipal | 8.336,02 |
| SP | 353340 | NOVA ODESSA | Municipal | 4.847,19 |
| SP | 353350 | NOVO HORIZONTE | Municipal | 69.228,76 |
| SP | 353390 | OLIMPIA | Municipal | 97.863,02 |
| SP | 353430 | ORLANDIA | Municipal | 13.735,48 |
| SP | 353440 | OSASCO | Municipal | 379.736,58 |
| SP | 353460 | OSVALDO CRUZ | Municipal | 60.985,06 |
| SP | 353470 | OURINHOS | Municipal | 192.171,63 |
| SP | 353475 | OUROESTE | Municipal | 21.177,16 |
| SP | 353490 | PACAEMBU | Municipal | 864,47 |
| SP | 353520 | PALMEIRA D'OESTE | Municipal | 576,31 |
| SP | 353530 | PALMITAL | Municipal | 37.892,49 |
| SP | 353550 | PARAGUACU PAULISTA | Municipal | 46.478,32 |
| SP | 353650 | PAULINIA | Municipal | 139.654,71 |
| SP | 353670 | PEDERNEIRAS | Municipal | 31.074,13 |
| SP | 353710 | PEDREIRA | Municipal | 44.553,83 |
| SP | 353730 | PENAPOLIS | Municipal | 111.840,45 |
| SP | 353740 | PEREIRA BARRETO | Municipal | 43.660,98 |
| SP | 353780 | PIEDADE | Municipal | 80.137,45 |
| SP | 353790 | PILAR DO SUL | Municipal | 5.912,17 |
| SP | 353800 | PINDAMONHANGABA | Municipal | 194.055,71 |
| SP | 353870 | PIRACICABA | Municipal | 532.664,37 |
| SP | 353880 | PIRAJU | Municipal | 28.107,75 |
| SP | 353890 | PIRAJUI | Municipal | 5.979,10 |
| SP | 353900 | PIRANGI | Municipal | 15.948,59 |
| SP | 353930 | PIRASSUNUNGA | Municipal | 37.131,36 |
| SP | 353950 | PITANGUEIRAS | Municipal | 33.758,96 |
| SP | 354000 | POMPEIA | Municipal | 15.266,63 |
| SP | 354020 | PONTAL | Municipal | 83.409,71 |
| SP | 354040 | POPULINA | Municipal | 6.114,32 |
| SP | 354060 | PORTO FELIZ | Municipal | 85.084,71 |
| SP | 354070 | PORTO FERREIRA | Municipal | 59.939,69 |
| SP | 354080 | POTIRENDABA | Municipal | 7.208,55 |
| SP | 354100 | PRAIA GRANDE | Municipal | 189.683,63 |
| SP | 354130 | PRESIDENTE EPITACIO | Municipal | 49.488,82 |
| SP | 354150 | PRESIDENTE VENCESLAU | Municipal | 44.721,90 |
| SP | 354290 | RIBEIRAO BONITO | Municipal | 7.809,52 |
| SP | 354300 | RIBEIRAO BRANCO | Municipal | 3.721,69 |
| SP | 354330 | RIBEIRAO PIRES | Municipal | 23.735,13 |
| SP | 354340 | RIBEIRAO PRETO | Municipal | 704.153,54 |
| SP | 354380 | RINOPOLIS | Municipal | 1.585,80 |
| SP | 354390 | RIO CLARO | Municipal | 205.068,02 |
| SP | 354400 | RIO DAS PEDRAS | Municipal | 39.670,49 |
| SP | 354490 | SALES OLIVEIRA | Municipal | 2.073,18 |
| SP | 354520 | SALTO | Municipal | 160.733,86 |
| SP | 354530 | SALTO DE PIRAPORA | Municipal | 87.501,17 |
| SP | 354540 | SALTO GRANDE | Municipal | 23.909,51 |
| SP | 354560 | SANTA ADELIA | Municipal | 288,16 |
| SP | 354580 | SANTA BARBARA D'OESTE | Municipal | 228.764,12 |
| SP | 354630 | SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS | Municipal | 31.611,90 |
| SP | 354640 | SANTA CRUZ DO RIO PARDO | Municipal | 87.172,00 |
| SP | 354660 | SANTA FE DO SUL | Municipal | 49.802,20 |
| SP | 354680 | SANTA ISABEL | Municipal | 105.861,74 |
| SP | 354750 | SANTA RITA DO PASSA QUATRO | Municipal | 17.016,05 |
| SP | 354760 | SANTA ROSA DE VITERBO | Municipal | 786,64 |
| SP | 354770 | SANTO ANASTACIO | Municipal | 32.074,90 |
| SP | 354780 | SANTO ANDRE | Municipal | 350.917,55 |
| SP | 354850 | SANTOS | Municipal | 368.903,38 |
| SP | 354860 | SAO BENTO DO SAPUCAI | Municipal | 15.357,50 |
| SP | 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | Municipal | 674.375,32 |
| SP | 354880 | SAO CAETANO DO SUL | Municipal | 284.163,25 |
| SP | 354890 | SAO CARLOS | Municipal | 296.498,08 |
| SP | 354910 | SAO JOAO DA BOA VISTA | Municipal | 98.022,68 |
| SP | 354970 | SAO JOSE DO RIO PARDO | Municipal | 131.277,22 |
| SP | 354980 | SAO JOSE DO RIO PRETO | Municipal | 707.971,69 |
| SP | 354990 | SAO JOSE DOS CAMPOS | Municipal | 894.697,61 |
| SP | 355010 | SAO MANUEL | Municipal | 3.969,16 |
| SP | 355020 | SAO MIGUEL ARCANJO | Municipal | 55.797,99 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SP | 355030 | SAO PAULO | Municipal | 12.093.804,07 |
| SP | 355040 | SAO PEDRO | Municipal | 333.711,05 |
| SP | 355060 | SAO ROQUE | Municipal | 26.809,81 |
| SP | 355070 | SAO SEBASTIAO | Municipal | 152.945,27 |
| SP | 355080 | SAO SEBASTIAO DA GRAMA | Municipal | 12.606,76 |
| SP | 355090 | SAO SIMAO | Municipal | 164,36 |
| SP | 355100 | SAO VICENTE | Municipal | 33.461,57 |
| SP | 355150 | SERRANA | Municipal | 203,74 |
| SP | 355160 | SERRA NEGRA | Municipal | 10.741,43 |
| SP | 355170 | SERTAOZINHO | Municipal | 213.970,00 |
| SP | 355210 | SOCORRO | Municipal | 37.916,64 |
| SP | 355220 | SOROCABA | Municipal | 762.326,32 |
| SP | 355230 | SUD MENNUCCI | Municipal | 10.259,39 |
| SP | 355250 | SUZANO | Municipal | 80.402,28 |
| SP | 355260 | TABAPUA | Municipal | 37.833,19 |
| SP | 355270 | TABATINGA | Municipal | 12.707,43 |
| SP | 355280 | TABOAO DA SERRA | Municipal | 21.050,70 |
| SP | 355300 | TAGUAI | Municipal | 900,05 |
| SP | 355330 | TAMBAU | Municipal | 40.396,86 |
| SP | 355360 | TAPIRATIBA | Municipal | 4.257,59 |
| SP | 355370 | TAQUARITINGA | Municipal | 173.023,60 |
| SP | 355380 | TAQUARITUBA | Municipal | 13.517,08 |
| SP | 355400 | TATUI | Municipal | 106.991,06 |
| SP | 355410 | TAUBATE | Municipal | 47.592,96 |
| SP | 355430 | TEODORO SAMPAIO | Municipal | 16.785,00 |
| SP | 355440 | TERRA ROXA | Municipal | 4.551,60 |
| SP | 355450 | TIETE | Municipal | 17.557,42 |
| SP | 355510 | TUPI PAULISTA | Municipal | 4.166,39 |
| SP | 355540 | UBATUBA | Municipal | 41.403,19 |
| SP | 355620 | VALINHOS | Municipal | 102.876,47 |
| SP | 355630 | VALPARAISO | Municipal | 26.080,45 |
| SP | 355640 | VARGEM GRANDE DO SUL | Municipal | 20.132,76 |
| SP | 355670 | VINHEDO | Municipal | 141.772,43 |
| SP | 355680 | VIRADOURO | Municipal | 10.198,53 |
| SP | 355700 | VOTORANTIM | Municipal | 145.699,77 |
| SP TOTAL | | | | 80.582.526,02 |
| TO | 170000 | TOCANTINS | Estadual | 1.182.666,56 |
| TO | 170190 | ARAGUACEMA | Municipal | 650,28 |
| TO | 170210 | ARAGUAINA | Municipal | 19.006,89 |
| TO | 170550 | COLINAS DO TOCANTINS | Municipal | 17.315,98 |
| TO | 170950 | GURUPI | Municipal | 967,77 |
| TO | 171620 | PARANA | Municipal | 16.120,05 |
| TO | 171660 | PEIXE | Municipal | 12.892,59 |
| TO | 171750 | PIUM | Municipal | 1.534,95 |
| TO | 171820 | PORTO NACIONAL | Municipal | 305,61 |
| TO | 172090 | TAGUATINGA | Municipal | 1.976,42 |
| TO | 172100 | PALMAS | Municipal | 27.443,54 |
| TO | 172120 | TOCANTINOPOLIS | Municipal | 9.914,35 |
| TO TOTAL | | | | 1.290.794,99 |
| Total Geral | | | | 336.806.128,20 |

**PORTARIA GM/MS Nº 1.390, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

Descredencia e cancela a homologação de equipes e serviços, no âmbito da Atenção Primária à Saúde, por ocorrência de suspensão total ou do não atendimento aos requisitos para a transferência dos incentivos de custeio federal por 12 (doze) competências consecutivas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Descredenciar e cancelar a homologação de equipes e serviços, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), por ocorrência de suspensão total ou do não atendimento aos requisitos para a transferência dos incentivos de custeio federal por 12 (doze) competências consecutivas, nos termos do § 4º do art. 4º da Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021.

Art. 2º Fica descredenciado, conforme Anexos a esta Portaria, o quantitativo das seguintes equipes e serviços da APS por município e Distrito Federal, em decorrência de suspensão total ou do não atendimento aos requisitos mínimos para a transferência dos incentivos de custeio federal por 12 (doze) competências consecutivas, considerando o período das competências do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022:

I - Equipes de Saúde da Família - eSF, conforme descrito no Anexo I a esta portaria;

II - Equipes de Atenção Primária à Saúde - eAP 20h ou 30h, conforme descrito no Anexo II a esta portaria;

III - Equipes de Saúde Bucal modalidade I e II - eSB 40h, conforme descrito no Anexo III a esta portaria;

IV - Equipes de Consultório na Rua - eCR, conforme descrito no Anexo IV a esta portaria;

V - Unidades Odontológicas Móveis - UOM, conforme descrito no Anexo V a esta portaria.

Art. 3º Ficam canceladas as homologações dos códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe ( INE) e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação, das equipes e serviços da APS descritos, respectivamente, nos Anexos VI e VII a esta Portaria por município e Distrito Federal, por ocorrência de suspensão total ou do não atendimento aos requisitos mínimos para a transferência dos incentivos de custeio federal por 12 (doze) competências consecutivas, considerando o período da competência SCNES fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MEIRELLES FERNANDES PEREIRA

ANEXO I

QUANTIDADE DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DESCREDENCIADAS, POR MUNICÍPIO

| UF | Município | IBGE | Descredenciamento | Credenciado Atual após Descredenciamento |
|---|---|---|---|---|
| AP | MACAPÁ | 160030 | 1 | 61 |
| MG | CHÁCARA | 311590 | 1 | 1 |
| MT | SORRISO | 510792 | 1 | 24 |
| PR | PARANAGUÁ | 411820 | 1 | 30 |
| RS | BAGÉ | 430160 | 1 | 26 |
| RS | PORTO ALEGRE | 431490 | 1 | 254 |
| SP | SÃO PAULO | 355030 | 2 | 1515 |

ANEXO II

QUANTIDADE DE EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (EAP) DESCREDENCIADAS, POR MUNICÍPIO

| UF | Município | IBGE | Descredenciamento | Credenciado Atual após Descredenciamento |
|---|---|---|---|---|
| MA | SÃO LUÍS | 211130 | 5 | 3 |

ANEXO III

QUANTIDADE DE EQUIPES DE SAÚDE BUCAL (ESB) 40 HORAS DESCREDENCIADAS, POR MUNICÍPIO

| UF | Município | IBGE | Descredenciamento | Credenciado Atual após Descredenciamento |
|---|---|---|---|---|
| AL | SÃO SEBASTIÃO | 270880 | 1 | 12 |
| AM | BORBA | 130080 | 1 | 7 |
| BA | MARACÁS | 292050 | 2 | 1 |
| CE | CAMPOS SALES | 230270 | 1 | 4 |
| CE | FORTALEZA | 230440 | 1 | 291 |
| ES | ITAPEMIRIM | 320280 | 1 | 6 |
| GO | ITUMBIARA | 521150 | 3 | 18 |
| MA | BREJO | 210210 | 1 | 6 |
| MA | PRESIDENTE SARNEY | 210927 | 1 | 7 |
| MG | MARIPÁ DE MINAS | 314020 | 1 | 0 |
| PA | ANANINDEUA | 150080 | 2 | 47 |
| PB | SANTA RITA | 251370 | 1 | 34 |
| PE | PETROLINA | 261110 | 1 | 49 |
| PR | CORNÉLIO PROCÓPIO | 410640 | 1 | 7 |
| PR | PALMEIRA | 411770 | 1 | 7 |
| RN | MOSSORÓ | 240800 | 1 | 22 |
| RS | PORTO ALEGRE | 431490 | 2 | 138 |
| RS | SÃO PEDRO DO SUL | 431940 | 2 | 0 |
| SP | CANAS | 350995 | 1 | 0 |
| SP | SÃO BERNARDO DO CAMPO | 354870 | 2 | 108 |
| SP | SÃO PAULO | 355030 | 1 | 525 |
| SP | TATUÍ | 355400 | 1 | 7 |

ANEXO IV

QUANTIDADE DE EQUIPES CONSULTÓRIO NA RUA (ECR) DESCREDENCIADAS, POR MUNICÍPIO

| UF | Município | IBGE | Descredenciamento | Credenciado Atual após Descredenciamento |
|---|---|---|---|---|
| GO | GOIÂNIA | 520870 | 1 | 3 |
| RN | PARNAMIRIM | 240325 | 1 | 0 |

ANEXO V

QUANTIDADE DE UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL DESCREDENCIADA, POR MUNICÍPIO

| UF | Município | IBGE | Descredenciamento | Credenciado Atual após Descredenciamento |
|---|---|---|---|---|
| PI | ASSUNÇÃO DO PIAUÍ | 220105 | 1 | 0 |
| SP | SÃO PAULO | 355030 | 1 | 0 |
| TO | SÃO FÉLIX DO TOCANTINS | 172015 | 1 | 0 |

ANEXO VI

EQUIPES (INE) COM CANCELAMENTO DA HOMOLOGAÇÃO

| UF | MUNICÍPIO | IBGE | INE | TIPO DE EQUIPE |
|---|---|---|---|---|
| AL | MACEIÓ | 270430 | 0001521578 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| AL | SÃO SEBASTIÃO | 270880 | 0001988085 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| AM | BORBA | 130080 | 0001772481 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| AP | MACAPÁ | 160030 | 0000034797 | Equipes de Saúde da Família |
| BA | MARACÁS | 292050 | 0001936484 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| BA | MARACÁS | 292050 | 0001953605 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| CE | CAMPOS SALES | 230270 | 0001874209 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| CE | FORTALEZA | 230440 | 0001798146 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| DF | BRASÍLIA | 530010 | 0000471232 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| DF | BRASÍLIA | 530010 | 0001681559 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| ES | ITAPEMIRIM | 320280 | 0002106604 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| GO | GOIÂNIA | 520870 | 0001648225 | Equipes de Consultório na Rua |
| GO | ITUMBIARA | 521150 | 0001903667 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| GO | ITUMBIARA | 521150 | 0001930249 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| GO | ITUMBIARA | 521150 | 0001930885 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| GO | POSSE | 521830 | 0001637975 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| MA | BREJO | 210210 | 0002059142 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| MA | PRESIDENTE SARNEY | 210927 | 0001752499 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| MA | SÃO LUÍS | 211130 | 0002082233 | Equipe de Atenção Primária |
| MA | SÃO LUÍS | 211130 | 0002082179 | Equipe de Atenção Primária |
| MA | SÃO LUÍS | 211130 | 0002082195 | Equipe de Atenção Primária |
| MA | SÃO LUÍS | 211130 | 0002082217 | Equipe de Atenção Primária |
| MA | SÃO LUÍS | 211130 | 0002082187 | Equipe de Atenção Primária |
| MG | CHÁCARA | 311590 | 0001699776 | Equipes de Saúde da Família |
| MG | MARIPÁ DE MINAS | 314020 | 0001817086 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| MG | SANTA RITA DO SAPUCAÍ | 315960 | 0001583964 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| MS | JARDIM | 500500 | 0001551973 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| MT | SORRISO | 510792 | 0001621629 | Equipes de Saúde da Família |
| PA | ANANINDEUA | 150080 | 0002100886 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| PA | ANANINDEUA | 150080 | 0002004844 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| PB | SANTA RITA | 251370 | 0001770845 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| PE | PETROLINA | 261110 | 0001906275 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| PR | CORNÉLIO PROCÓPIO | 410640 | 0001745379 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| PR | PALMEIRA | 411770 | 0001917544 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| PR | PARANAGUÁ | 411820 | 0000392863 | Equipes de Saúde da Família |
| RN | MOSSORÓ | 240800 | 0001812270 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| RN | NATAL | 240810 | 0001605763 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| RN | PARNAMIRIM | 240325 | 0001625055 | Equipes de Consultório na Rua |
| RS | BAGÉ | 430160 | 0001704435 | Equipes de Saúde da Família |
| RS | CANOAS | 430460 | 0001559761 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| RS | PORTO ALEGRE | 431490 | 0002016516 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| RS | PORTO ALEGRE | 431490 | 0002015560 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| RS | PORTO ALEGRE | 431490 | 0000430404 | Equipes de Saúde da Família |
| RS | SÃO PEDRO DO SUL | 431940 | 0002094533 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| RS | SÃO PEDRO DO SUL | 431940 | 0002094525 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| RS | VENÂNCIO AIRES | 432260 | 0001500066 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| SP | CANAS | 350995 | 0001955179 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| SP | MARTINÓPOLIS | 352920 | 0000338826 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| SP | PRESIDENTE VENCESLAU | 354150 | 0000346608 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| SP | PRESIDENTE VENCESLAU | 354150 | 0000346594 | Equipes de Atenção Primária Prisional |
| SP | SÃO BERNARDO DO CAMPO | 354870 | 0001857525 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SP | SÃO BERNARDO DO CAMPO | 354870 | 0001798332 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| SP | SÃO PAULO | 355030 | 0002099101 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |
| SP | SÃO PAULO | 355030 | 0000356964 | Equipes de Saúde da Família |
| SP | SÃO PAULO | 355030 | 0000360961 | Equipes de Saúde da Família |
| SP | TATUÍ | 355400 | 0002025671 | Equipes de Saúde Bucal 40 horas |

ANEXO VII

SERVIÇOS (CNES) COM CANCELAMENTO DA HOMOLOGAÇÃO

| UF | MUNICÍPIO | IBGE | NES | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| PI | ASSUNÇÃO DO PIAUÍ | 220105 | 7080956 | Unidade Odontológica Móvel |
| SP | SÃO PAULO | 355030 | 9106308 | Unidade Odontológica Móvel |
| TO | SÃO FÉLIX DO TOCANTINS | 172015 | 7156456 | Unidade Odontológica Móvel |

## SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

### PORTARIA GAB/SAPS Nº 25, DE 2 DE JUNHO DE 2022

Prorroga o prazo para os municípios regularizarem as situações que ensejam o cancelamento da habilitação ao recebimento do incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas aos programas de formação profissional, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto n° 9.795, de 17 de maio de 2019, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo para os municípios regularizarem as situações que ensejam o cancelamento da habilitação ao recebimento do incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas aos programas de formação profissional, no âmbito da Atenção Primária à Saúde, de que trata a Seção XI do Capítulo II do Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica prorrogado até a competência do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - SCNES junho do ano de 2022, o prazo para os municípios regularizarem as situações que ensejam no cancelamento da habilitação ao recebimento do incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Art. 3º A prorrogação do prazo de que trata o art. 2º, se aplica somente aos municípios habilitados nas seguintes Portarias:

I - Portaria GM/MS nº 1.739, de 10 de julho de 2020, que habilita municípios a receber incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde;

II - Portaria GM/MS nº 2.068, de 11 de agosto de 2020, que habilita municípios a receberem incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde;

III- Portaria GM/MS nº 3.484, de 17 de dezembro de 2020, que habilita municípios a receberem incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde; e

IV - Portaria SAPS/MS nº 56, de 9 de agosto de 2021, que habilita municípios a receberem incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

## SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

### PORTARIA Nº 5, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Divulga o resultado final da seleção de projetos para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde: Gestão e Assistência - 2022/2023), nos termos do Edital nº 1/2022, publicado no Diário Oficial da União, no dia 11 de janeiro de 2022.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 140, de 15 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 16 de fevereiro de 2022, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 421, de 3 de março de 2010, da Portaria Interministerial nº 422, de 3 de março de 2010, no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, e do Edital nº 1/2022, publicado no Diário Oficial da União, no dia 11 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado final da seleção de projetos para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde: Gestão e Assistência - 2022/2023), igualmente disponível no endereço virtual www.gov.br/saude/pet-saude, conforme análise da Comissão Técnica, em observância aos critérios e nos termos do Edital nº 1/2022, publicado no Diário Oficial da União, no dia 11 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO ANGOTTI NETO

ANEXO

RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE (PET-SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA - 2022/2023)

| CLASSIFICAÇÃO | NOME DO PROJETO | INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR | SECRETARIA DE SAÚDE |
|---|---|---|---|
| 1º | PET- SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA - ARAGUAIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - CAMPUS DE PONTAL DO ARAGUAIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTAL DO ARAGUAIA |
| 2º | PET-SAÚDE GOVERNADOR VALADARES: AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO E DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE NA MACRORREGIÃO DE LESTE DE MINAS GERAIS | UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - CAMPUS DE GOVERNADOR VALADARES | SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS |
| 3º | FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PELO TRABALHO NA GESTÃO E ASSISTÊNCIA NA INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE, REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE E COMUNIDADE | UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - CAMPUS DE BOTUCATU | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOTUCATU |
| 4º | PROJETO PET 2022: GESTÃO DA REDE ASSISTENCIAL E PRÁTICAS DE CUIDADO INTEGRADAS NAS LINHAS DE CUIDADOS PARA CONDIÇÕES CRÔNICAS E DEFICIÊNCIAS | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - CAMPUS DE SANTA CRUZ | SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE (V REGIONAL URSAP) |
| 5º | PET SAÚDE-GESTÃO E ASSISTÊNCIA -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOBRAL-UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ(SOBRAL) | UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ E UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOBRAL |
| 6º | FORMAÇÃO ACADÊMICA EM CENÁRIOS DE GESTÃO E ASSISTÊNCIA EM SAÚDE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CAMPUS DE BAURU E CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BORACEIA E SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO |
| 7º | APRENDENDO CONJUNTAMENTE A CUIDAR DE PESSOAS COM COVID - 19 E COVID LONGA NO ÂMBITO INDIVIDUAL E COLETIVO | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CAMPUS DE RIBEIRÃO PRETO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO |
| 8º | PET SAUDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA: VIVENCIANDO, APRENDENDO E CUIDANDO! | UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA |
| 9º | PET-SAÚDE UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: EXERCITANDO A INDISSOSSIABILIDADE DA GESTÃO E DA ASSISTÊNCIA EM CAMPO GRANDE-MS | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE |
| 10º | A GESTÃO INTEGRADA A ASSISTÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - CAMPUS DE SANTARÉM | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTARÉM |
| 11º | FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO- COMUNIDADE ENTRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI E A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS DE TERESINA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA |
| 12º | PET GESTÃO E ASSISTÊNCIA CAV/UFPE | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - CAMPUS DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LIMOEIRO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO |
| 13º | SAUDE MATERNO-INFANTIL E POS-COVID: GESTÃO E ASSISTÊNCIA - UNIVALI/SMS/ITAJAÍ-SC | UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ |
| 14º | EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE NO ÂMBITO DAS CONDIÇÕES CRÔNICAS | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE - CAMPUS GUARAPUAVA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAPUAVA |
| 15º | OS CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL INFANTIL PÓS-PANDEMIA: FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA GESTÃO, REDE DE APOIO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE | CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA - CAMPUS DE ITAPIPOCA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIPOCA |
| 16º | CONSOLIDANDO A INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE: A CONTINUIDADE DA PARCERIA INTERINSTITUCIONAL ENTRE SECRETARIA DE SAÚDE DE CHAPECÓ-SC, UFFS, UDESC, E UNOESC | UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA E UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ |
| 17º | QUALIFICANDO A GESTÃO E ASSISTÊNCIA NO SUS: AÇÕES DO PET-SAÚDE EM SÃO CRISTÓVÃO/SE | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CRISTÓVÃO |
| 18º | PRODUÇÃO DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS INTEGRADOS A PARTIR DO CUIDADO E DOS ARRANJOS ORGANIZACIONAIS NA ATENÇÃO DOMICILIAR | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITORIA DA CONQUISTA |
| 19º | REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - CAMPUS DE VITÓRIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA |
| 20º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA - UFPR/SESA-PR/SMSPIRAQUARA-PR | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA E SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ |
| 21º | EDUCAÇÃO PELO TRABALHO NA GESTÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE FRENTE AOS DESAFIOS EMERGENTES A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID-19 | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - CAMPUS DE RECIFE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RECIFE |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 22º | ITINERÁRIOS DA SAÚDE DA MULHER E ACOLHIMENTO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - CAMPUS DE CARUARU E CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU |
| 23º | GESTÃO E EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DE COVID-19 | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARINGÁ |
| 24º | PET-SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA 2022 - UNIMONTES/SMS MONTES CLAROS | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTES CLAROS |
| 25º | REABILITAÇÃO E CUIDADOS PÓS-COVID-19: FORTALECENDO A SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA NA REDE DE SAÚDE DO RECIFE/PE | FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RECIFE |
| 26º | PET SAÚDE - GESTÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE | UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - CAMPUS DE SEROPÉDICA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEROPÉDICA |
| 27º | PET-SAÚDE/GESTÃO-ASSISTÊNCIA UFCG-SMS CAMPINA GRANDE | UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - CAMPUS DE CAMPINA GRANDE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE |
| 28º | POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID 19 NOS NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE DA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO | FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA SANTA CASA SÃO PAULO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO |
| 29º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA UEMS/UCDB: PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NO ENFRENTAMENTO À COVID-19 | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL E UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE |
| 30º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA: UMA FORMAÇÃO VIVA EM ATO | UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO FUNDO |
| 31º | TECENDO AS LINHAS DE CUIDADO EM UM CENÁRIO AMAZÔNICO: SUBSÍDIOS PARA MELHORIA DA ASSISTÊNCIA, GESTÃO E INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM |
| 32º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA / UFPB / SMS-JP | UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOÃO PESSOA |
| 33º | SUSTENTAR A REDE DE ATENÇÃO E A FORMAÇÃO COM A INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE | UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE UBERABA |
| 34º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA SMS/UNINTA CENTRO UNIVERSITÁRIO | CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA - CAMPUS DE SOBRAL | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOBRAL |
| 35º | PET GESTÃO EM SAÚDE E ASSISTÊNCIA À SAÚDE UCS E SMS CAXIAS DO SUL-RS | UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXIAS DO SUL |
| 36º | PET-SAÚDE NO VALE DO SÃO FRANCISCO: NORTEANDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DA REGIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO EM SAÚDE | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CAMPUS PETROLINA | SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE LAGOA GRANDE, DE JUAZEIRO E DE PETROLINA |
| 37º | (TRANS)FORMANDO PARA CUIDAR: ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E PRODUÇÃO DE CUIDADO INTEGRAL PARA PESSOAS COM DIABETES MELLITUS | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA |
| 38º | PROMOÇÃO DA SAÚDE E GESTÃO DO CUIDADO A PARTIR DE FATORES CONDICIONANTES DO PROCESSO SAÚDE ADOECIMENTO NA INTEGRAÇÃO ENSINO/SERVIÇO E COMUNIDADE | PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE |
| 39º | PET-SAÚDE-2022/2023 - SANTA CRUZ DO SUL - RS | UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ DO SUL |
| 40º | ATENÇÃO À SAÚDE DAS PESSOAS COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA (HAS) E DIABETES MELLITUS (DM) NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE | ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA |
| 41º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA - CUIDADO E FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO-CAMPUS BAIXADA SANTISTA/ MUNICÍPIO DE SANTOS / MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - CAMPUS BAIXADA SANTISTA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE |
| 42º | PROJETO PET SAÚDE PARCERIA UFMA E SEMUS PINHEIRO | UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS DE PINHEIRO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO |
| 43º | PET GESTÃO E ASSISTÊNCIA DA BAHIANA/SMS/SESAB | ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALVADOR |
| 44º | CENTRO ITINERANTE DE CUIDADOS INTEGRAIS NO AGRESTE ALAGOANO: SAÚDE EM MOVIMENTO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS DE ARAPIRACA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAPIRACA |
| 45º | ANÁLISE DO IMPACTO DA CAPACIDADE FUNCIONAL, COMPOSIÇÃO CORPORAL, FUNÇÃO PULMONAR E MANIFESTAÇÃO DE TRANSTORNOS AFETIVOS NA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES PÓS COVID-19 | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - CAMPUS DE DIVINÓPOLIS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS |
| 46º | CONSTRUINDO PONTES DIALÓGICAS ENTRE ENSINO, SERVIÇO E COMUNIDADE: A PRÁXIS DA GESTÃO E DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, PARANÁ | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATO BRANCO |
| 47º | PET SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA - SMS/CESMAC | CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACEIÓ |
| 48º | PROJETO PET SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA NA TERRITORIALIDADE TRANSFRONTEIRIÇA | UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU |
| 49º | GESTÃO DA POLÍTICA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM BELO HORIZONTE - SMSA-BH/UFMG/PUCMG | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS E PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE |
| 50º | PROJETO PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA - SMS GOIÂNIA PUC GOIÁS | PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA |
| 51º | INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE NA GESTÃO E NA ASSISTÊNCIA DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA IDOSA - COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - CAMPUS SÃO PAULO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO |
| 52º | GESTÃO EM SAÚDE E A ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SUAS INTERFACES | UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANAUS |
| 53º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA: FORTALECIMENTO DO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE MACAÉ-RJ EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - CAMPUS DE MACAÉ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAÉ |
| 54º | PROJETO PET-SAÚDE GESTÃO/ASSISTÊNCIA PARNAÍBA -PI | UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAIBA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARNAÍBA |
| 55º | PROJETO DAS FACULDADES DE SAÚDE E MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2022/23 | UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA | SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL |
| 56º | INTEGRA RECÔNCAVO: FORMAÇÃO, GESTÃO E ASSISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS |
| 57º | PET SAÚDE CATALÃO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO |
| 58º | ATUAÇÃO NA GESTÃO E ASSISTÊNCIA PARA A QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE NA REGIÃO DE CEILÂNDIA | ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - CAMPUS CEILÂNDIA | SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL |
| 59º | REDE DE ATENÇÃO EM SAÚDE/ PROJETO PET-SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS |
| 60º | REORIENTAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA GESTÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE DIADEMA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - CAMPUS DE DIADEMA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIADEMA |
| 61º | PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO CONTEXTO DA SÍFILIS E DE OUTRAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS | PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS - CAMPUS DE POÇOS DE CALDAS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POÇOS DE CALDAS |
| 62º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA UESB E SMS/JEQUIÉ | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS DE JEQUIÉ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JEQUIÉ |
| 63º | A INTEGRAÇÃO ENSINO, SERVIÇO E COMUNIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA FORTALECER AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE MATERNO INFANTIL NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DE DIAMANTINA | UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - CAMPUS DE DIAMANTINA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINA |
| 64º | EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA PRÁTICA DA ARTICULAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO SUS | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL E UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS |
| 65º | PET SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA IFRJ/SMS-RJ: AÇÕES ESTRUTURANTES DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NA ÁREA PROGRAMÁTICA 5.1 | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO |
| 66º | ENLACES AMPLIADOS DA FORMAÇÃO E TRABALHO EM SAÚDE NA GESTÃO E ASSISTÊNCIA - CONSTRUINDO FLUXOS COMPARTILHADOS | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMEIRA DA MISSÕES |
| 67º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA COLABORATIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS | UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO -CAMPUS DE SÃO LUÍS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS |
| 68º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA UNIGRAN CAPITAL PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 | CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE |
| 69º | QUALIFICAÇÃO NA TRANSIÇÃO DO CUIDADO E DESOSPITALIZAÇÃO SEGURA | CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE |
| 70º | PET-SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA DA RAPS - DRSIII, SMS SÃO CARLOS, USFCAR | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS E SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO |
| 71º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA: ATENÇÃO, GESTÃO E EDUCAÇÃO NO SUS DO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE | UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI E INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS DE IGUATU | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGUATU |
| 72º | PET-SAÚDE UNIFESO/TERESÓPOLIS - A INTEGRAÇÃO ENSINO-TRABALHO-COMUNIDADE ATUANDO NA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO E DA ASSISTÊNCIA | CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESÓPOLIS |
| 73º | PET- SAÚDE: CONSTRUINDO E RECONSTRUINDO SABERES PARA A INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, MT | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RONDONÓPOLIS |
| 74º | UFCG/CES - CUITÉ - INTEGRAÇÃO ENSINO, SERVIÇO E COMUNIDADE NO CURIMATAÚ PARAIBANO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - CAMPUS DE CUITÉ | SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE CUITÉ, DE NOVA FLORESTA E SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DA PARAÍBA |
| 75º | PROJETO PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA SMS SOBRAL/FACULDADE LUCIANO FEIJÃO | FACULDADE LUCIANO FEIJÃO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOBRAL |
| 76º | PROJETO ARARAQUARA - SMS/UNESP/UNIARA | UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - CAMPUS DE ARARAQUARA E UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARAQUARA |
| 77º | INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE PARA A QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO E ASSISTÊNCIA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA ATENÇÃO À SÍFILIS ADQUIRIDA E GESTACIONAL | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE |
| 78º | GESTÃO E ASSISTÊNCIA DA SAÚDE MENTAL: ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE PELA INTERAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE | UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE |
| 79º | TEAR DO CUIDADO: TECENDO AS LINHAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOENÇAS CRÔNICAS À PARTIR DO OLHAR DOS MAIS VULNERABILIZADOS, EM MOSSORÓ/RN | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO E FACULDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO NORTE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOSSORÓ |
| 80º | MONITORAMENTO DOS CASOS DE COVID-19 ENTRE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NA BAHIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALVADOR E SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA |
| 81º | A INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BELÉM | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - CAMPUS DE BELÉM | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 82º | FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE GESTÃO E ASSISTÊNCIA NOS NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE MUDANÇAS CURRICULARES ALINHADAS ÀS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO |
| 83º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA (SESMA/CESUPA) | CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM |
| 84º | PET-SAÚDE UNIFOR | UNIVERSIDADE DE FORTALEZA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA |
| 85º | DESAFIOS DA GESTÃO, CUIDADO E FORMAÇÃO A PARTIR DO TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 | UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DE JANEIRO |
| 86º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA (UNI-FACEF) | CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRANCA |
| 87º | GESTÃO DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DA REDE DE ATENÇÃO MATERNO INFANTIL NA REGIÃO NORTE DO ES | UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - CAMPUS DE SÃO MATEUS | SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO |
| 88º | PET SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA SMS GOIÂNIA E UFG | UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA |
| 89º | FORMAÇÃO, GESTÃO E ASSISTÊNCIA NA REDE DE ATENÇÃO A DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT) EM CUIABÁ | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - CAMPUS DE CUIABÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ |
| 90º | SAÚDE EM AÇÃO: FOCO NA GESTÃO E ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS EM TEIXEIRA DE FREITAS-BA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRA DE FREITAS |
| 91º | SAÚDE PRESENTE: DA GESTAÇÃO À INFÂNCIA | CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIACICA |
| 92º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI/SEDE | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - CAMPUS DE SÃO JOÃO DEL REI | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DEL REI |
| 93º | GESTÃO-ASSISTÊNCIA - QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE COMO PRIORIDADE | UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAGANÇA PAULISTA |
| 94º | VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS NA REALIDADE DA GESTÃO E DA ASSISTÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE DE CRICIÚMA - SC | UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRICIÚMA |
| 95º | ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO E DA ASSISTÊNCIA NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CHAPECÓ/SC | UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ |
| 96º | PROJETO PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA UECE/SESA/SMSF | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA E SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ |
| 97º | AÇÃO EM REDE: CAMINHOS PARA A ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO MUNICÍPIO DE NATAL | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - CAMPUS DE NATAL | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NATAL E SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE |
| 98º | INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE: DESENVOLVENDO AÇÕES INTERPROFISSIONAIS NA PANDEMIA DA COVID-19 | UNIVERSIDADE FRANCISCANA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA |
| 99º | PET SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS DE MACEIÓ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACEIÓ |
| 100º | PET -SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA UEFS | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA DE SANTANA |
| 101º | INICIATIVAS DE ATENÇÃO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE VOLTADAS PARA A PANDEMIA DA COVID-19 NO RECIFE | UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - CAMPUS DE RECIFE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RECIFE |
| 102º | PET-SAÚDE URI E SMS SANTO ANGELO | UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ÂNGELO |
| 103º | PET-SAÚDE - GESTÃO E ASSISTÊNCIA NITERÓI | UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - CAMPUS DE NITERÓI | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI |
| 104º | PET-SAÚDE SMS VALENÇA/UNIFAA | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VALENÇA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALENÇA |
| 105º | PET-SAÚDE E CONDIÇÃO PÓS-COVID-19: GESTÃO, ASSISTÊNCIA E FORMAÇÃO NA REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC | UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BLUMENAU |
| 106º | PET-SAÚDE - GESTÃO E ASSISTÊNCIA: FORTALECIMENTO DA REDE E NOVAS DEMANDAS DO SUS | UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO | SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE OURO PRETO E DE MARIANA |
| 107º | INTERPROFISSIONALIDADE NA GESTÃO E ASSISTÊNCIA EM SAÚDE: PROPOSTA PARA O FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NO CARIRI CEARENSE | UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CAMPUS DE CRATO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRATO |
| 108º | PET SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA UNIFOA/SMS - PINHEIRAL E VOLTA REDONDA - RJ | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA | SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE VOLTA REDONDA E DE PINHEIRAL |
| 109º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA: SAÚDE MENTAL E PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES | UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - CAMPUS DE JUIZ DE FORA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUIZ DE FORA |
| 110º | PET SAUDE UNIFAP | UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAPÁ |
| 111º | MONITORAMENTO EM SAÚDE EM JATAÍ-GO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JATAÍ |
| 112º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA: REDE DE ATENÇÃO MATERNO-INFANTIL DE GOVERNADOR VALADARES-MG | UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR VALADARES |
| 113º | QUALIFICAÇÃO DO CUIDADO À SÍFILIS CONGÊNITA NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO NA PERSPECTIVA DOS ATORES DA INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE | UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - CAMPUS DE SÃO LEOPOLDO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO |
| 114º | ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO INTERSETORIAL E INTERPROFISSIONAL NO MONITORAMENTO DE PACIENTES PÓS-COVID 19, NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE | UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO E UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMARAGIBE |
| 115º | COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO CONTEXTO DOS TERRITÓRIOS: RESSIGNIFICANDO A APRENDIZAGEM COLABORATIVA E SIGNIFICATIVA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIÇOSA |
| 116º | QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE MULHERES, CRIANÇAS E PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS: INDICADORES DE SAÚDE COMO ANALISADORES E AGENCIADORES DE MUDANÇAS NA GESTÃO DO CUIDADO EM SAÚDE | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE |
| 117º | PET SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA NO CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO-TRANSMISSIVEIS | UNIVERSIDADE FEEVALE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HAMBURGO |
| 118º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA | UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - CAMPUS DE NOVA FRIBURGO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO |
| 119º | PET-SAÚDE 2022/2023: FORTALECENDO A INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NA PUC MINAS E NO SUS EM BETIM | PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS - CAMPUS DE BETIM | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BETIM |
| 120º | PET/SAÚDE - ASSISTÊNCIA E GESTÃO UNEMAT | UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - CAMPUS DE CÁCERES | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES |
| 121º | GESTÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO E SUA INTERFACE COM A QUALIFICAÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE | PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO |
| 122º | ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA SAÚDE DO TRABALHADOR | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - CAMPUS URUGUAIANA | SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE ALEGRETE E DE URUGUAIANA |
| 123º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA- UFT/SMS-2022-2023 | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRACEMA DO TOCANTINS |
| 124º | REDE EDUCADORA PARA O FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL COLABORATIVA E DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CAMPUS DE SÃO PAULO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO |
| 125º | PET-SAÚDE: TRANSFORMANDO SABERES E PRÁTICAS DO SUS A PARTIR DA INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE | UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUARI |
| 126º | PET SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA - INTEGRAÇÃO E INTERPROFISSIONALIDADE PARA O BEM DA COMUNIDADE - UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ (UNIVÁS) | UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ | SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE CONGONHAL E DE POUSO ALEGRE |
| 127º | PROJETO PET -SAÚDE UNIFAL - MG | UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALFENAS |
| 128º | PET INTERSUS-PEL: INTERAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE COM AÇÕES DE GESTÃO E ASSISTÊNCIA EM PELOTAS | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS |
| 129º | PET - SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BRANCO |
| 130º | PET-SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA EM TUCURUÍ | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - CAMPUS DE TUCURUÍ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUCURUÍ |
| 131º | PET SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA UFRJ/SMS-RJ | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - CAMPUS DE RIO DE JANEIRO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO |
| 132º | PET-SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE PETROLINA, PERNAMBUCO | UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - CAMPUS DE PETROLINA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA E SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO |
| 133º | RECONSTRUÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DA TUBERCULOSE NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE POR MEIO DOS ATORES DA INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE | UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - CAMPUS DE PORTO ALEGRE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE |
| 134º | ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE AGRAVOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - ABORDAGEM INTERPROFISSIONAL NA RESSIGNIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO-PR | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - CAMPUS DE JACAREZINHO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACAREZINHO |
| 135º | PET SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ E SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE CURITIBA | PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBA |
| 136º | PET SAÚDE GESTÃO E ASSISTÊNCIA PICOS-PI | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS DE PICOS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PICOS |
| 137º | PET-SAÚDE UNICENTRO IRATI | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE - CAMPUS IRATI | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE REBOUÇAS E SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ |
| 138º | PROJETO PET SAÚDE UNEB E SMS DE SALVADOR - GESTÃO & ASSISTÊNCIA EM SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID19 | UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALVADOR |
| 139º | PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE PET- SAÚDE/ GESTÃO E ASSISTÊNCIA 2022 - 2023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE/ UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA | UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE |
| 140º | COMUNIDADE, DISCENTES, DOCENTES, GESTORES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE: POTÊNCIA PARA TRANSFORMAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE "NO E PELO" TRABALHO. | UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANÁPOLIS |
| 141º | PET-SAÚDE: GESTÃO E ASSISTÊNCIA: COMO FUNDAMENTO DE MUDANÇA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E DE PRODUÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE. | CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE QUIXADÁ | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUIXADÁ |
| 142º | PROJETO PET-GESTÃO/ASSISTÊNCIA EM SAÚDE UFOB/SMS BARREIRAS | UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIRAS |

## AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

### RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.742, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora ORALCLASS ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem inciso II do art. 42 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 21, de 31 de janeiro de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 06 de junho de 2022, considerando as anormalidades administrativas graves de natureza assistencial que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.038786/2020-86, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora ORALCLASS ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA., registro ANS 40247-8 e CNPJ nº 00.303.696/0001-00, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa - RN nº 112, de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora ORALCLASS ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA. com base no art. 9º, § 4º, da Lei nº 9.656, de 1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

### 2ª DIRETORIA

### GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

### RESOLUÇÃO-RE Nº 1.870, DE 8 DE JUNHO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

---

WCT Serviços de Pesquisa Clínica LTDA. - 11.334.242/0001-38
Trappsol Cyclo (Hidroxipropil-beta-ciclodextrina)
49/2022
25351.176556/2022-31 1083921/22-6
10751 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Sintético
25351.500197/2022-47 2477675/22-1
10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos
RESOLUTION LATIN AMERICA PESQUISA CLÍNICA LTDA - 14.946.877/0001-84
Cosibelimabe
50/2022
25351.758777/2021-41 2736893/21-9
10755 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Produtos Biológicos
25351.829904/2021-01 2924891/21-4
10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.072.393/0001-33
Vacina BNT162
59/2020
25351.601339/2021-10 2672079/22-5
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
25351.014247/2021-97 4227263/22-7
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA - 56.998.982/0001-07
BMS-986298
36/2016
25351.007276/2021-01 0422229/22-6
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. - 15.800.545/0001-50
Upadacitinibe
102/2016
25351.125948/2022-31 0812428/22-1
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
PAREXEL International Pesquisas Clínicas Ltda. - 04.611.797/0001-14
AZD7442
35/2021
25351.268005/2022-01 1520424/22-3
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLÍNICA LTDA - 00.251.699/0001-62
Sotrovimabe
99/2020
25351.162326/2020-22 1156521/22-7
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
25351.162326/2020-22 4206538/22-1
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
QUINTILES BRASIL LTDA - 02.529.870/0001-88
Enpatoran
58/2020
25351.054871/2022-16 0422223/22-7
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - 03.560.974/0001-18
MK-7684A
112/2021
25351.068410/2022-12 0492371/22-5
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos

### RESOLUÇÃO-RE Nº 1.871, DE 8 DE JUNHO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação das petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos por decurso de prazo (art. 36, Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 09/2015 e art. 36-A, Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 573/2021), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE/DI
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

---

ELI LILLY DO BRASIL LTDA - 43.940.618/0001-44
Abemaciclibe
131/2015
25351.110514/2022-37 0716979/22-5
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - 33.247.743/0001-10
Niraparibe
110/2020
25351.930201/2020-36 0540127/22-5
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

### RESOLUÇÃO-RE Nº 1.872, DE 8 DE JUNHO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento a pedido das petições/processos relacionados à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

| Razão Social - CNPJ | Nº de Processo | Expediente da petição/Processo | Expediente do Pedido de Cancelamento | Assunto |
|---|---|---|---|---|
| 00.251.699/0001-62 | 25351.862448/2018-06 | 1218006/18-8 | **2672964/22-0** | 10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento |
| 43.940.618/0001-44 | 25351.667122/2020-83 | 4434243/20-8 | **2675767/22-1** | 10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos |
| 08.190.722/0001-68 | 25351.357382/2021-24 | 3733831/21-5 | **2687182/22-2** | 10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos |
| 51.780.468/0001-87 | 25351.610257/2015-17 | 0874994/15-9 | **2686627/22-1** | 10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético |
| 00.251.699/0001-62 | 25351.010735/2022-14 | 0092884/22-4 | **4222598/22-4** | 10755 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Produtos Biológicos |
| 02.529.870/0001-88 | 25351.568863/2021-63 | 4141612/21-1 | 4219961/22-4 | 10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos |

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.887, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO
---
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. - 61.082.426/0002-07
Dipirona sódica + cloridrato de prometazina
51/2022
25351.462948/2020-58 1641059/20-9
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético
25351.828442/2020-16 2762836/20-1
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Apalutamida
155/2015
25351.057844/2019-91 0778774/22-0
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
DAIICHI SANKYO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA - 60.874.187/0001-84
Datopotamabe deruxtecano
124/2021
25351.322770/2021-94 1186859/22-7
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLÍNICA LTDA - 00.251.699/0001-62
EDP-938
90/2021
25351.618938/2020-83 1186735/22-3
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
Crizanlizumabe
31/2019
25351.557288/2019-59 0565263/22-4
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - 03.560.974/0001-18
Vacina conjugada pneumocócica 15-valente
36/2019
25351.699526/2018-11 4386580/20-1
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - 33.247.743/0001-10
Belantamabe mafodotina
39/2020
25351.252998/2022-91 1436948/22-6
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
MEDPACE DO BRASIL PESQUISA CLÍNICA LTDA - 07.437.322/0001-41
KRT-232
77/2021
25351.451471/2021-66 0565261/22-8
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
DAIICHI SANKYO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA - 60.874.187/0001-84
Trastuzumabe deruxtecana
27/2019
25351.646506/2018-48 4356598/21-1
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

## 4ª DIRETORIA

## GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.886, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: QUIMICA JVC LTDA - CNPJ: 96.792.809/0001-72
Produto - (Lote): JVC SABONETE ANTISSÉPTICO COM TRICLOSAN(TODOS);JVC SKIN CARE SABONETE LÍQUIDO GLICERINADO PARA AS MÃOS E CORPO(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4264791/22-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando fabricação de produtos cosméticos sem possuir Autorização de Funcionamento, infringindo Art. 2º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.
2. Empresa: QUIMICA JVC LTDA - CNPJ: 96.792.809/0001-72
Produto - (Lote): JVC ENZIDET ECO PLUS 7E(TODOS);JVC ENZIDET 3E(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4264753/22-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que a empresa não mantem condições de estocagem exigida para matérias-primas e não possui capacidade analítica para liberação de produtos enzimáticos infringindo Item 15.3 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 47, de 25 de outubro de 2013, e Art. 23 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 703, de 16 de maio de 2022.
3. Empresa: QUIMICA JVC LTDA - CNPJ: 96.792.809/0001-72
Produto - (Lote): JVC 2055(TODOS);JVC 2006(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4264817/22-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando fabricação de produtos com fórmula distinta da aprovada e por indicação de uso não permitido em rotulagem, infringindo Art. 13 e Art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

# Ministério do Trabalho e Previdência

## SECRETARIA DE TRABALHO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

**DESPACHO DE 9 DE JUNHO DE 2022**

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "C" e "D", Anexo IX, da Portaria MTE nº 1153/17, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Conheço e nego provimento ao recurso.

Mantenho a interdição, nos termos da fundamentação apresentada nos documentos SEI N° 25521734, 25455607 e 25319813.

| Nº | Processo | Termo de Interdição | Empresa | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 13621.109950/2022-57 | 4.058.069-5 | MATEUS SUPERMERCADOS LTDA. | MA |

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

## SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

**DESPACHOS DE 8 DE JUNHO DE 2022**

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1267 (SEI 25458939), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE PEDRO II - PI, CNPJ 06.734.669/0001-93, Processo 19964.104678/2022-14, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos e ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois módulos rurais, no município de PEDRO II-PI, nos termo do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial no município de Pedro II, Estado do Piauí, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1268 (SEI 25459825), resolve: DEFERIR o registro sindical ao STTRB - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BURITIRAMA - BAHIA, CNPJ 00.981.850/0001-18, Processo19964.104112/2022-92, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial no município de Buritirama, Estado da Bahia, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1263 (25456570), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BASICA DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO ACRE - SINPROAC, CNPJ 45.746.320/0001-23, processo n° 14022.146100/2022-51, para representar a Categoria Profissional dos professores da Educação Básica da Rede Pública de Ensino, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Acre, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SINTEAC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre, CNPJ 04.125.191/0001-79, Processo 24000.002783/90-54 ; excluindo a Categoria dos professores da Educação Básica da Rede Pública de Ensino, do Estado do Acre B) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria excluindo a Categoria dos professores da Educação Básica da Rede Pública de Ensino, do Estado do Acre, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1269 (SEI25468392), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CARRAPATEIRA PB, CNPJ 02.111.088/0001-44, Processo 19964.104781/2022-64, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os(as) que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ativos e aposentados no Município de Carrapateira/PB, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971.No caso de ser proprietário, como se refere o parágrafo anterior, a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município e deverá trabalhar em regime de economia familiar, sem empregado permanente, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Carrapateira, no Estado da Paraíba/PB, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1259 (24001552), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SISMMA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maximiliano de Almeida, CNPJ nº 09.179.080/0001-69, Processo 19964.104517/2022-21 (SC21816), para representar a Categoria Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Municipais ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive os professores as rede municipal de ensino, do município de Maximiliano de Almeida, Rio Grande do Sul, com abrangência municipal e base territorial Maximiliano de Almeida no Estado do Grande do Sul, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SSINAPERS - Sind Servidores Publicos Aposentados/Pensionistas do RS, CNPJ 95.156.956/0001-93, Processo 24400.002400/90-53; excluindo a Categoria Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Municipais ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive os professores da rede municipal de ensino, com abrangência municipal e base territorial Maximiliano de Almeida no Estado do Grande do Sul; B) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, excluindo a Categoria Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Municipais ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive os professores da rede municipal de ensino, com abrangência municipal e base territorial Maximiliano de Almeida no Estado do Grande do Sul, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1216 (SEI 25253304), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106715/2022-

29, de interesse do SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE VIDROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SINDIVIDROS-ES, CNPJ 18.788.643/0001-07, para representação da categoria Econômica das indústrias de beneficiamento e transformação de vidros planos, de segurança, fabricação de embalagens de vidro, fabricação de artigos de vidro para decoração, lapidação, verificação e trabalhos em vidros e cristal, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Espírito Santo, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1241 (25382610), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106943/2022-07, de interesse do SINDICATO REGIONAL DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE E AGENTES DE COMBATES ÀS ENDEMIAS - REGIONAL XIV, CNPJ 27.006.653/0001-34, para representação da categoria dos Agentes comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias nos Municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá abrangendo todos aqueles trabalhadores empregados, contratados sob qualquer forma ou regime que prestam serviços à Secretaria Municipal de Saúde deste Municípios, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá no Estado do Ceará, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1244 (SEI nº 25400612), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106989/2022-18, de interesse do STTR - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CERRO AZUL, CNPJ nº 01.359.583/0001-04, para representação da Categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam atividades rurais, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto-Lei nº 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Cerro Azul no Estado do Paraná, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1248 (SEI 25417394), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106890/2022-16, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE PEDRO REGIS/PB, CNPJ 01.957.099/0001-87, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os(as) que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ativos e aposentados no Município de Pedro Régis/PB, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971. No caso de ser proprietário, como se refere o parágrafo anterior, a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município e deverá trabalhar em regime de economia familiar sem empregado permanente, com abrangência Municipal e base territorial no município de Pedro Régis, no Estado da Paraíba, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1249 (SEI 25418700), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.107011/2022-73, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FEIRA DA MATA - BAHIA - SINDSFEM - BA, CNPJ 28.438.754/0001-47, para representação da categoria dos Servidores públicos municipais, ativos e aposentados. Excetuando-se, os Agentes Comunitários de Saúde ACS, com abrangência municipal e base territorial no município de Feira da Mata, do Estado da Bahia, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1256 (25439493), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.107051/2022-15, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORES FAMILIARES RURAIS DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ, CNPJ 09.159.831/0001-85, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais Agricultores e Agricultoras Familiares os (as)que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, em áreas que não excedam a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município, individualmente ou em regime de economia familiar sem empregado permanente, ativos e aposentados no Município de São Vicente do Seridó/PB, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, com abrangência municipal e base territorial no município de São Vicente do Seridó, no Estado da Paraíba, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1255 (2543407825434078), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106952/2022-90, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Serra Grande/PB, CNPJ n. º 24.233.843/0001-04, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os (as) que, individualmente ou em regime de economia familiar, ativos e aposentados no município de Serra Grande-PB, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971. No caso de ser proprietário, como se refere o parágrafo anterior, a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município e trabalhar em regime de economia familiar, sem empregado permanente, com abrangência Municipal e base territorial no município de Serra Grande, no Estado da Paraíba, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1213 (SEI25224745), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical nº 19964.106675/2022-15, de interesse do SINDIPROMO - SINDICATO DAS EMPRESAS DE PROMOÇÃO DE VENDAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ 45.280.586/0001-23, visto a irregularidade de documentação não passíveis de saneamento, nos termos do art. 253, inciso I, da Portaria/MTP n.º 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1219 (SEI 25263439), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106721/2022-86, de interesse do SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE DUQUE DE CAXIAS E SÃO JOÃO DE MERETI DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 29.392.107/0001-04, tendo em vista irregularidade de documentação não passíveis de saneamento, não caracterização de categoria pleiteada, bem como a coincidência total de categoria e conflito de sede com sindicatos registrados no CNES, nos termos do artigo 253, incisos I, II, III e IV, todos da Portaria/MTP nº 671 de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1169 (SEI25089354), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106448/2022-90, de interesse do SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE CEARÁ, CNPJ 22.731.756/0001-43, tendo em vista a não caracterização de categoria, nos termos do art. 253, inciso II, da Portaria/MTP n.º 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1237 (SEI 25367824), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 13040.101394/2022-10, de interesse do SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIPOSTOS, CNPJ 27.432.889/0001-32, visto a insuficiência e irregularidade de documentação não passíveis de saneamento, nos termos do artigo 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1245 (25404775), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º SC 21683, processo 13040-101301/2022-49, de interesse do Sindicato dos Peritos oficiais do Estado do Espírito Santo - SINDIPERITOS/ES, CNPJ 31.576.605/0001-01, tendo em vista a irregularidade de documentação não passíveis de saneamento, nos termos do art. 253. inciso I, da Portaria MTP 671/ de 08/11/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1253 (SEI 25430148), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.107050/2022-71, de interesse do SINDIBEL - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte, CNPJ 22.590.285/0001-09, tendo em vista irregularidade, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e suas alterações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1252 (SEI25423685), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.107006/2022-61, de interesse do SINDESAÚDE - SINDICATO DE ENFERMAGEM E TRABALHADORES DE SAÚDE DO AMAPÁ, CNPJ 00.844.459/0001-71, tendo em vista a não caracterização da categoria, nos termos do art. 253, inciso II, da Portaria/MTP nº 671/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

**DESPACHOS DE 8 DE JUNHO DE 2022-CSU**

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1382 (SEI nº 24650623), resolve decidir pela: IMPROCEDÊNCIA do pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47998.003198/2015-56, de interesse de TOYOTA MATERIAL HANDLING MERCOSUR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 06.053.214/0008-89, nos termos do parágrafo único, do art. 6º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 855 (SEI nº 24254103), resolve decidir pela: IMPROCEDÊNCIA do pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46473.002081/2017-73, de interesse de MARIA FÁTIMA SANTOS ORTIZ, CPF 015.346.278-71, nos termos do parágrafo único, do art. 6º, da Portaria 5.570/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

**DESPACHOS DE 9 DE JUNHO DE 2022-CSU**

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2073 (SEI nº 25456645), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.015377/2017-65, de interesse da TECHNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA, CNPJ 50.737.766/0001-21, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2050 (SEI nº 25376852), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.004947/2017-91, de interesse do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO LAZULI, CNPJ 07.710.769/0001-42, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1882 (SEI nº 25007568), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 10260.105389/2021-12, de interesse de MULTI-HIDRO IND E COM DE TUBOS, VÁLVULAS E CONEXÕES LTDA, CNPJ 00.639.844/0003-49, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2054 (SEI nº 25382314), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46267.000552/2015-82, de interesse de RAFARILLO INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA, CNPJ 65.573.776/0001-461, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2046 (SEI nº 25364121), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 47742.000170/2007-59, de interesse de ACS - Algar Call Center Service SA, CNPJ nº 21.246.699/0001-44, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2043 (SEI nº 25361131), resolve: EXTINGUIR o processo nº 46219.014732/2017-89, pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, de interesse de MUNICÍPIO DE BEBEDOURO, CNPJ 45.709.920/0001-11, diante de fato superveniente, representado pelo CNPJ baixado da empresa, nos termos art. 52 da Lei n. 9.784/99.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2053 (SEI nº 25380519), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 13068.102512/2019-95, de interesse de SILVA E SANTICIOLI LTDA-EPP, CNPJ 13.041.878/0001-17, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2045 (SEI nº 25362191), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.019984/2016-13, de interesse de CONJUNTO CONDOMINIAL GARAVELO, CNPJ 067.000.208/0001-81, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2055 (SEI nº 25384868), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.012557/2017-95, de interesse de CONDOMÍNIO EDIFÍCIO NOVO SÃO PAULO, CNPJ 53.816.823/0001-56, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2056 (SEI nº 25395134), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46312.001684/2018-81, de interesse de MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS, CPF nº 102.174.668-18, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2059 (SEI nº 25402196), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46211.003618/2019-65, de interesse de ITA INSTALADORA TECNOLOGIA EM ALARMES LTDA, CNPJ nº 04.330.324/0001-49, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2060 (SEI nº 25402207), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.011097/2018-69, de interesse de JOSE ALVARO BRITO GRANADO, CPF nº 062.140.818-21, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2061 (SEI nº 25403451), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46213.018993/2018-17, de interesse de LEAL LOGISTICA E ENTREGA RAPIDA LTDA, CNPJ 19.693.047/0001-06, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2063 (SEI nº 25403679), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46206.002344/2018-85, de interesse do SINDICATO TRAB ENT RECREATIVAS ASSIST LAZER E DESPORTOS, CNPJ 00.395.419/0001-90, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista no art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2062 (SEI nº 25403533), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46237.000008/2019-11, de interesse do BIGCARD ASSESSORIA DE COBRANÇA LTDA, CNPJ 25.118.081/0001-50, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2064 (SEI nº 25404320), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46261.006350/2017-66, de interesse de LAR DAS MOCAS CEGAS, CNPJ 58.198.227/0001-73, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2067 (SEI nº 25413493), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.005660/2019-19, de interesse de TELEFÔNICA BRASIL S/A (sucessora por incorporação da GLOBAL VILLAGE TELECOM S/A - CNPJ 03.420.926/0001-24), CNPJ 02.558.157/0001-62, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2071 (SEI nº 25452854), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46303.001306/2017-26, de interesse do CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES GUOLLO LTDA ME, CNPJ 02.485.813/0001-44, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2044 (SEI nº 25361482), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.020154/2016-39, de interesse de CONDOMÍNIO JARDINS DO PORTAL, CNPJ 07.929.351/0001-20, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2076 (SEI nº 25461817), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46260.003852/2014-01, de interesse de JOSEFA JUDITE DA ROCHA RIBEIRÃO PRETO - EPP, CNPJ 02.796.513/0001-86, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2077 (SEI nº 25464692), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.009856/2017-11, de interesse de MUNDIAL ASSESSORIA PLENA EM COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ 82.514.365/0001-07, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2082 (SEI nº 25489339), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 19964.107177/2022-90, de interesse de PAPAIZ-UDINESE METAIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 61.553.301/0001-37, diante da prescrição da pretensão da restituição da CSU, nos termos do art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2083 (SEI nº 25492640), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46425.000603/2017-78, de interesse de MTX UNIFORMES LTDA EPP, CNPJ nº 06.167.354/0001-01, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 365 (SEI nº 23479245), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46206.004671/2015-29, de interesse do M. ZANIRATTO COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE VESTUÁRIO LTDA, CNPJ 08.489.913/0001-25, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2087 (SEI nº 25524285), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46215.003041/2019-51, de interesse de DIRIJA NITERÓI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ 03.850.067/0001-03, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1838 (SEI nº 24953391), resolve decidir pela: IMPROCEDÊNCIA do pedido de repasse de cota-parte da Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46000.009150/2017-36, de interesse da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos, Material Elétrico, Eletrônico e Implementação Agrícola do Estado RS, CNPJ 08.610.653/0001-02, nos termos do parágrafo único, do art. 9º, da Portaria 5.570/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

## SECRETARIA EXECUTIVA

### PORTARIA MTP Nº 1.625, DE 9 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o art. 22 da Portaria MTP nº 158, de 1º de setembro de 2021, publicada no DOU de 2 de setembro de 2021, seção 1, página 152 - Processo nº 10128.106576/2022-11, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de junho de 2022, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,001663 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de maio de 2022;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,004968 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de maio de 2022 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,001663 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de maio de 2022; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,004500.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de junho de 2022, serão efetuadas mediante a aplicação do índice de 1,004500.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/legislacao/indices-de-atualizacao-e-valores-medios-dos-beneficios.

Art. 6º O Ministério do Trabalho e Previdência, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SILVA DALCOLMO

# Ministério do Turismo

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA MTUR Nº 31, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Permuta e aloca cargos em comissão do Grupo-DAS e funções comissionadas-FCPE da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo, aprovada pelo Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam efetivadas as seguintes permutas na estrutura de cargos em comissão e das funções comissionadas deste Ministério:

I - uma função comissionada, código FCPE 102.2, Assistente da Assessoria Especial de Comunicação Social, pelo cargo em comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superior, código DAS 102.2, Assistente da Assessoria Especial de Relações Internacionais; e

II - uma função comissionada, código FCPE 101.3, Coordenador da Coordenação de Análise de Assuntos Técnicos para o Turismo da Coordenação-Geral de Acompanhamento de Assuntos Técnicos e Normativos, da Assessoria Especial de Assuntos Técnicos e Normativos, pelo cargo em comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superior, código DAS 101.3, Coordenador da Coordenação de Administração de Material e Patrimônio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva.

Art. 2º Fica efetivada a alocação de um cargo em comissão de Direção e Assessoramento Superior, código DAS 102.3, Assessor Técnico da Assessoria Especial de Assuntos Técnicos e Normativos para o Gabinete do Ministro de Estado do Turismo.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MTur n° 35, de 21 de outubro de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 17 de junho de 2022.

CARLOS ALBERTO GOMES DE BRITO

## SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

## SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

### PORTARIA Nº 330, DE 9 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
210922 - EU, ANDROIDE - Clássicos Sci-Fi no Teatro
TEXTO INTERMIDIA ASSESSORIA DE COMUNICACAO E PRODUCAO CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.375.875/0001-30
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210740 - Os Filhos Dormiram
COLOMBO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.148.240/0001-51
Cidade: Fazenda Rio Grande - PR;
Prazo de Captação: 07/06/2022 à 31/12/2022

193960 - Sonho de Herói
Cult Cultura Marketing Ltda
CNPJ/CPF: 11.365.593/0001-06
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/06/2022

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
201661 - Rio das Ostras Jazz & Blues Festival
Azul Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 05.466.510/0001-72
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/07/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )
203781 - Arte de Urbana em Duas Rodas (nome provisório)
instituto unimed Fortaleza de cidadania, ciencia, cultura e esporte
CNPJ/CPF: 13.644.727/0001-53
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )
201723 - Reforma e Requalificação da Estação Ferroviária de Souza Aguiar
INSTITUTO SERRA VERDE
CNPJ/CPF: 32.216.860/0001-53
Cidade: Santos Dumont - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

**PORTARIA Nº 331, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º - Homologar a(s) alteração(ões) da(as) razão(ões) social(ais) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC 210429 - Bem Viver, publicado na portaria n.º 0586/21 de 21/10/2021, no D.O.U de 22/10/2021:

Onde se lê: Centro Comunitário Elizangela Barros

Leia-se: Centro de Referência de Programas Sociais

Art. 2º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC 204653 - Projeto "Caminhando no Tempo - Vinicius de Moraes", publicado na portaria n.º 0761 de 24/12/2020, no D.O.U de 28/12/2020:

Onde se lê: VM Empreendimentos Artísticas e Culturais Ltda.

Leia-se: Das Lima Produção e Promoção de Eventos LTDA -ME

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

# Ministério Público da União

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
## PROCURADORIA-GERAL
## CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
## 3ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

**PAUTA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA**
**A SER REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022**

Hora: 09:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Feitos com Pedido de Vista

Processo PA-MED-001959.2021.10.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: REQUERIDO: EMBAIXADA DO PERU, REQUERENTE: SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMBAIXADAS, CONSULADOS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMPREGADOS QUE LABORAM PARA ESTADO ESTRANGEIRO OU PARA MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO ESTRANGEIRO NO BRASIL - SINDNAÇÕES - Relator: Dr. Marcelo Brandão de Morais Cunha.

Processo NF-000142.2022.06.000/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CARPINA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Relator: Dr. Ricardo Nino Ballarini.

II - Recursos administrativos

Processo NF-000648.2021.23.000/7 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-002182.2022.02.000/6 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: CINEMARK BRASIL SA, NOTICIANTE: MARCONE CAMARGO DE SOUZA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000179.2022.18.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: B.D.F ENGENHARIA LTDA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000052.2022.15.005/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

Processo IC-000307.2021.04.000/8 - Assunto: 4.CONAP, 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. , NOTICIANTE: SINDPPD/RS - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-001621.2022.02.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: RR GUTIERREZ PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (OLLIBONE PNEUS) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000232.2022.02.001/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: ZANC TELEATENDIMENTO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO LTDA. - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000222.2022.05.006/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 13 REGIAO- CREF13/BA , NOTICIADO: DEBORA NASCIMENTO CAVALCANTE EIRELI - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000225.2022.05.006/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ACADEMIA MARX2FITNESS LTDA, NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 13 REGIAO- CREF13/BA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000231.2022.05.006/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 13 REGIAO- CREF13/BA , NOTICIADO: SUPREME SUPERMERCADO E ACADEMIA FITNESSLTDA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo PP-000659.2022.10.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: SINDICATO DOS TECNOLOGOS DO DISTRITO FEDERAL - SINDTECNO-DF - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-001581.2022.15.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: EDUARDO APARECIDO DA SILVA, NOTICIADO: SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE ATIBAIA E REGIAO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000054.2022.15.008/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CARLOS AUGUSTO SANTOS MACHADO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE RIBEIRÃO BRANCO E GUAPIARA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-001342.2022.15.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICIPIO DE SOCORRO (CENTRO DE SAÚDE PROF FELLÍCIO VITTA JÚNIOR), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Marcelo Brandão de Morais Cunha.

Processo NF-000558.2022.07.000/9 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: DENTISTA DO POVO LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS DO ESTADO DO CEARÁ - SINDIODONTO - Relator: Dr. Ricardo Nino Ballarini.

Processo NF-000266.2022.17.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Relator: Dr. Ricardo Nino Ballarini.

III - Declínios de atribuições

Processo IC-000107.2019.21.002/3 - Assunto: 3.CONAFRET, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RN (PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA), INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE), INQUIRIDO: R L DA SILVA ROSAS - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000486.2022.13.000/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA ZONA DA MATA NORTE DA PARAIBA - COOPERNORTE- PB, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO/PB - OUVIDORIA MPPB - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000635.2022.20.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000007.2022.15.005/9 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, NOTICIADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

Processo IC-002434.2020.09.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: HOSPITAL DE CLÍNICAS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000028.2022.08.002/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: ALEXANDRE FRANÇA SIQUEIRA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TUCURUÍ - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000160.2022.14.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DE RONDÔNIA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SEDAM/RO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo PP-000185.2022.09.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INVESTIGADO: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ - Relator: Dr. Marcelo Brandão de Morais Cunha.

IV - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-004978.2011.01.000/1, IC-001094.2015.01.004/2, IC-003595.2016.01.000/0, IC-002154.2017.01.000/3, IC-002966.2017.01.000/9, IC-002042.2018.01.000/0, IC-001655.2019.01.000/0, IC-000653.2020.01.000/5, IC-002152.2020.01.000/2, IC-007375.2020.01.000/7, IC-007731.2020.01.000/9, IC-000140.2020.01.005/2, IC-000219.2020.01.006/7, IC-000370.2020.01.006/1, IC-000635.2020.01.006/9, IC-000307.2021.01.000/2, IC-000554.2021.01.000/6, PP-001956.2021.01.000/6, IC-002608.2021.01.000/1, PP-003726.2021.01.000/9, PP-003917.2021.01.000/2, IC-004413.2021.01.000/2, IC-000422.2021.01.004/7, IC-000730.2021.01.004/6, PP-000528.2021.01.005/4, PP-000425.2022.01.000/5, PP-000621.2022.01.000/6, NF-001651.2022.01.000/9, NF-000202.2022.01.001/6, NF-000003.2022.01.003/1, NF-000163.2022.01.005/1, IC-000036.2022.01.006/1, PP-000049.2022.01.006/1, IC-001082.2017.01.004/9, IC-000003.2019.01.001/2, IC-000100.2019.01.002/1, IC-004406.2020.01.000/0, IC-000442.2021.01.004/1, IC-000112.2021.01.007/8, NF-000094.2022.01.003/0, PP-000033.2022.01.006/0, IC-000129.2014.01.004/1, IC-000223.2015.01.005/5, IC-000111.2020.01.000/2, IC-005669.2020.01.000/8, IC-008050.2020.01.000/3, IC-008308.2020.01.000/7, IC-000101.2020.01.002/7, IC-000169.2020.01.002/1, IC-000936.2020.01.004/8, IC-000701.2021.01.000/7, IC-001783.2021.01.000/4, NF-001947.2021.01.000/5, IC-003903.2021.01.000/4, PP-004408.2021.01.000/3, PP-000537.2021.01.005/5, NF-001530.2022.01.000/3, NF-001669.2022.01.000/9, IC-000017.2022.01.002/5, PP-000027.2022.01.006/0, NF-000248.2022.01.006/8, IC-000030.2022.01.008/1, IC-000280.2018.01.002/5, IC-003502.2019.01.000/1, IC-004985.2019.01.000/6, IC-006621.2019.01.000/0, IC-005221.2020.01.000/0, IC-007597.2020.01.000/5, IC-000016.2020.01.003/2, IC-001031.2020.01.004/1, IC-000415.2020.01.006/8, IC-000640.2020.01.006/4, IC-000858.2020.01.006/9, IC-000940.2020.01.006/9, IC-001304.2020.01.006/7, IC-000015.2021.01.000/3, IC-001103.2021.01.000/0, PP-001622.2021.01.000/3, IC-001998.2021.01.000/2, PP-003139.2021.01.000/8, IC-000628.2021.01.004/1, IC-000145.2021.01.006/8, IC-000171.2021.01.006/4, PP-000151.2021.01.007/0, NF-001433.2022.01.000/2, NF-001539.2022.01.000/2, NF-000113.2022.01.001/1, NF-000188.2022.01.001/4, IC-000006.2022.01.002/3, NF-000092.2022.01.002/4, IC-005443.2017.01.000/8, IC-006626.2020.01.000/4, IC-000157.2020.01.002/1, IC-001267.2020.01.006/4, PP-003364.2021.01.000/4, NF-000428.2021.01.001/2, PP-000678.2021.01.004/8, PP-000567.2022.01.000/5, NF-000895.2022.01.000/9, NF-000095.2022.01.003/8 - PRT 2ª Região-SP - IC-002869.2013.02.000/1, IC-000312.2017.02.005/7, IC-003746.2018.02.000/2, IC-004518.2018.02.000/8, IC-003142.2019.02.000/9, IC-006028.2019.02.000/6, IC-007006.2019.02.000/0, IC-000656.2019.02.002/9, IC-001132.2020.02.000/2, IC-001596.2020.02.000/1, IC-004290.2020.02.000/1, IC-006146.2020.02.000/1, IC-006584.2020.02.000/5, IC-000191.2020.02.004/6, IC-000265.2020.02.004/8, IC-000151.2021.02.000/6, IC-000917.2021.02.000/0, IC-001685.2021.02.000/9, IC-003279.2021.02.000/1, PP-003898.2021.02.000/2, IC-004500.2021.02.000/8, PP-005025.2021.02.000/0, IC-005438.2021.02.000/1, NF-006368.2021.02.000/1, IC-000058.2021.02.001/2, IC-000335.2021.02.003/6, PP-000071.2022.02.000/0, IC-000427.2022.02.000/0, NF-001224.2022.02.000/8, IC-001254.2022.02.000/7, PP-001343.2022.02.000/2, NF-001619.2022.02.000/8, PP-001750.2022.02.000/1, NF-001862.2022.02.000/6, NF-001926.2022.02.000/0, NF-002097.2022.02.000/2, NF-002148.2022.02.000/3, NF-002186.2022.02.000/8, NF-002227.2022.02.000/2, NF-002290.2022.02.000/9, NF-002335.2022.02.000/5, NF-000326.2022.02.002/7, PP-000174.2022.02.003/5, IC-003642.2019.02.000/5, IC-003082.2020.02.000/3, IC-000129.2020.02.002/4, PP-004639.2021.02.000/3, IC-005174.2021.02.000/3, IC-

005839.2021.02.000/6, PP-000195.2022.02.000/3, NF-001130.2022.02.000/5, NF-001324.2022.02.000/5, NF-001851.2022.02.000/4, NF-001923.2022.02.000/3, NF-002214.2022.02.000/0, NF-002267.2022.02.000/8, NF-002304.2022.02.000/0, NF-002462.2022.02.000/5, NF-002479.2022.02.000/0, NF-002654.2022.02.000/4, NF-002773.2022.02.000/9, IC-000057.2022.02.001/9, NF-000156.2022.02.002/2, IC-003235.2019.02.000/6, IC-006905.2019.02.000/2, IC-006447.2020.02.000/9, IC-000692.2020.02.001/0, IC-002489.2021.02.000/4, IC-004795.2021.02.000/7, IC-000852.2021.02.002/1, IC-000032.2021.02.003/6, NF-000400.2021.02.005/2, IC-000276.2022.02.000/3, NF-001700.2022.02.000/0, NF-001859.2022.02.000/8, IC-002042.2022.02.000/3, NF-002175.2022.02.000/6, NF-002252.2022.02.000/4, NF-002395.2022.02.000/3, NF-002657.2022.02.000/0, NF-000256.2022.02.001/0, NF-000070.2022.02.003/8, NF-000131.2022.02.004/8, IC-005252.2018.02.000/7, IC-008038.2018.02.000/7, IC-008071.2018.02.000/4, IC-007113.2019.02.000/8, IC-003481.2020.02.000/7, IC-001303.2021.02.000/5, NF-006413.2021.02.000/0, PP-006735.2021.02.000/5, IC-000151.2021.02.001/7, NF-000811.2021.02.001/5, IC-000601.2021.02.002/2, NF-000119.2022.02.000/0, NF-000193.2022.02.000/0, PP-000387.2022.02.000/5, NF-000456.2022.02.000/5, NF-000530.2022.02.000/0, PP-000703.2022.02.000/4, NF-001067.2022.02.000/5, NF-001074.2022.02.000/5, NF-001533.2022.02.000/0, NF-001802.2022.02.000/8, NF-002016.2022.02.000/6, NF-002114.2022.02.000/2, NF-002338.2022.02.000/1, NF-002582.2022.02.000/5, PP-000183.2022.02.001/4, NF-000144.2022.02.002/2, NF-000172.2022.02.003/2, NF-000132.2022.02.005/5, IC-000484.2021.02.000/1, NF-006553.2021.02.000/2, IC-006607.2021.02.000/0, IC-000196.2021.02.004/0, PP-000061.2022.02.000/1, PP-000247.2022.02.000/8, NF-001126.2022.02.000/1, NF-002238.2022.02.000/4, NF-002313.2022.02.000/1, NF-002382.2022.02.000/0, NF-000033.2022.02.002/5, NF-000152.2022.02.003/8, IC-000079.2022.02.004/5 - PRT 3ª Região-MG - ICP-000148.2005.03.001/0, IC-000287.2014.03.005/7, IC-002510.2017.03.000/7, IC-004724.2018.03.000/8, IC-001694.2019.03.000/2, IC-000017.2019.03.005/7, IC-000539.2019.03.007/1, IC-003518.2020.03.000/9, IC-004157.2020.03.000/8, IC-004438.2020.03.000/2, IC-004814.2020.03.000/7, IC-000387.2020.03.003/4, IC-000176.2020.03.006/7, IC-003817.2021.03.000/7, PP-000599.2021.03.001/1, NF-000752.2021.03.001/4, NF-000774.2021.03.001/1, PP-000301.2021.03.003/0, NF-000374.2022.03.000/0, NF-000696.2022.03.000/2, NF-001760.2022.03.000/9, NF-000199.2022.03.001/1, NF-000249.2022.03.001/3, NF-000071.2022.03.002/6, NF-000067.2022.03.003/3, NF-000079.2022.03.003/6, NF-000063.2022.03.008/3, PP-000517.2020.03.002/9, IC-000032.2021.03.000/3, IC-000606.2021.03.000/4, PP-003830.2021.03.000/1, IC-000280.2021.03.001/2, IC-000525.2021.03.001/5, PP-000228.2021.03.007/5, NF-000224.2021.03.008/0, NF-000095.2022.03.010/0, NF-000097.2022.03.010/4, NF-000115.2022.03.010/8, IC-000072.2019.03.002/4, IC-001045.2020.03.000/9, PP-000506.2022.03.000/9, NF-000143.2022.03.001/7, IC-000019.2018.03.007/1, IC-003667.2020.03.000/2, IC-000354.2020.03.003/3, IC-001495.2021.03.000/1, PP-002910.2021.03.000/8, IC-003686.2021.03.000/1, IC-000179.2021.03.001/4, IC-000401.2021.03.001/7, IC-000028.2021.03.003/4, IC-000253.2021.03.005/3, IC-000254.2021.03.006/0, IC-000145.2021.03.007/2, NF-000619.2022.03.000/3, NF-001171.2022.03.000/7, NF-000137.2022.03.010/5, IC-000036.2018.03.001/5, IC-003641.2021.03.000/9, IC-000745.2021.03.001/6, NF-000628.2022.03.000/4, NF-000741.2022.03.000/2, PP-000793.2022.03.000/1, NF-000045.2022.03.002/0 - PRT 4ª Região-RS - IC-001238.2014.04.000/9, IC-004151.2018.04.000/8, IC-000065.2019.04.000/3, IC-000985.2019.04.000/7, IC-003532.2019.04.000/2, IC-000111.2019.04.007/2, IC-003285.2020.04.000/6, IC-000464.2020.04.004/7, IC-000497.2020.04.004/2, IC-000395.2020.04.008/5, PP-001643.2021.04.000/3, IC-001937.2021.04.000/0, PP-002199.2021.04.000/0, PP-002224.2021.04.000/5, IC-002349.2021.04.000/3, IC-000180.2021.04.001/6, PP-000345.2021.04.004/3, IC-000053.2021.04.005/9, IC-000079.2021.04.006/1, PP-000225.2022.04.000/0, NF-000809.2022.04.000/4, NF-000843.2022.04.000/5, NF-001183.2022.04.000/5, IC-000095.2022.04.001/2, IC-000017.2022.04.004/0, NF-000076.2022.04.004/1, NF-000045.2022.04.007/2, IC-003512.2020.04.000/6, IC-000254.2020.04.001/9, IC-000426.2020.04.008/9, PP-002492.2021.04.000/3, IC-000172.2021.04.001/1, NF-000307.2021.04.004/1, NF-000180.2022.04.000/4, NF-000140.2022.04.002/1, IC-000543.2013.04.006/5, IC-002399.2018.04.000/4, IC-002421.2018.04.000/3, IC-000565.2020.04.000/9, IC-002896.2020.04.000/2, IC-003279.2020.04.000/0, IC-000199.2020.04.004/6, IC-001551.2021.04.000/2, IC-002803.2021.04.000/0, PP-000324.2021.04.004/2, NF-000825.2022.04.000/3, NF-000980.2022.04.000/0, IC-000018.2016.04.000/3, IC-000177.2018.04.008/0, IC-000096.2019.04.004/9, IC-002842.2020.04.000/0, IC-000262.2020.04.004/2, IC-000368.2020.04.004/9, IC-001963.2021.04.000/8, NF-002490.2021.04.000/2, IC-000067.2022.04.000/7, NF-000090.2022.04.000/4, PP-000419.2022.04.000/9, NF-000141.2022.04.001/0, IC-002190.2018.04.000/0, IC-001654.2020.04.000/4, IC-000790.2021.04.000/8, IC-001548.2021.04.000/4, PP-002225.2021.04.000/0, IC-002261.2021.04.000/4, PP-000564.2022.04.000/8 - PRT 5ª Região-BA - IC-000252.2017.05.003/1, IC-000396.2018.05.006/0, IC-000230.2020.05.000/6, IC-000970.2020.05.000/2, IC-000974.2021.05.000/0, IC-001660.2021.05.000/1, PP-001857.2021.05.000/8, PP-001965.2021.05.000/0, IC-000027.2022.05.000/0, NF-000233.2022.05.000/0, NF-000678.2022.05.000/4, NF-000824.2022.05.000/9, NF-000031.2022.05.005/4, NF-000015.2022.05.006/9, IC-000185.2016.05.000/9, IC-001332.2018.05.000/1, PP-002082.2019.05.000/1, IC-001829.2021.05.000/0, IC-000134.2021.05.006/1, IC-000229.2022.05.000/1, NF-000607.2022.05.000/7, IC-001841.2019.05.000/0, IC-002286.2020.05.000/4, IC-001485.2021.05.000/7, NF-000131.2022.05.006/5, NF-000019.2022.05.007/0, IC-002733.2020.05.000/2, IC-000175.2020.05.003/1, IC-001432.2021.05.000/9, IC-002110.2021.05.000/1, NF-000553.2022.05.000/0, NF-000572.2022.05.000/8, NF-000752.2022.05.000/0, NF-000122.2022.05.006/4, IC-000495.2021.05.000/0, IC-000038.2021.05.005/1, NF-000203.2022.05.006/4 - PRT 6ª Região-PE - IC-000898.2019.06.000/2, IC-000149.2019.06.001/6, IC-001334.2021.06.000/3, IC-002026.2021.06.000/4, IC-002522.2021.06.000/9, PP-000261.2022.06.000/1, NF-000836.2022.06.000/0, NF-000862.2022.06.000/7, NF-000149.2022.06.002/1, NF-000240.2022.06.002/2, IC-001331.2021.06.000/7, NF-000852.2022.06.000/0, NF-000166.2022.06.002/7, NF-000170.2022.06.002/6, NF-000214.2022.06.002/6, IC-002303.2019.06.000/9, IC-002558.2021.06.000/0, IC-000114.2021.06.002/5, PP-000607.2022.06.000/9, NF-000769.2022.06.000/3, IC-003121.2020.06.000/0, IC-003123.2020.06.000/1, PP-000198.2022.06.000/0, PP-000237.2022.06.000/8, IC-000468.2022.06.000/2, NF-000846.2022.06.000/8, NF-000859.2022.06.000/4, NF-000869.2022.06.000/1, NF-000875.2022.06.000/3, NF-000857.2022.06.000/1 - PRT 7ª Região-CE - IC-002201.2017.07.000/9, IC-002514.2017.07.000/3, IC-000071.2018.07.001/5, IC-001797.2019.07.000/0, IC-001282.2020.07.000/6, PP-001063.2021.07.000/7, NF-001783.2021.07.000/0, NF-001839.2021.07.000/9, NF-001864.2021.07.000/0, IC-000093.2021.07.002/4, NF-000001.2022.07.000/9, NF-000015.2022.07.000/3, PP-000097.2022.07.000/7, PP-000219.2022.07.000/1, NF-000688.2022.07.000/9, NF-000734.2022.07.000/5, NF-000781.2022.07.000/9, NF-000892.2022.07.000/4, NF-001023.2022.07.000/3, IC-000017.2021.07.000/8, NF-001468.2021.07.000/3, PP-001946.2021.07.000/6, IC-001621.2017.07.000/2, IC-001747.2019.07.000/8, IC-000984.2020.07.000/2, IC-001579.2020.07.000/0, NF-001944.2021.07.000/4, PP-001955.2021.07.000/7, NF-000780.2022.07.000/2, IC-001515.2017.07.000/0, IC-001460.2018.07.000/0, IC-001580.2019.07.000/0, IC-000018.2019.07.002/0, IC-000228.2021.07.000/0, IC-000338.2021.07.000/1, IC-000697.2021.07.000/7, IC-000963.2021.07.000/4, PP-001492.2021.07.000/0, NF-001694.2021.07.000/4, NF-000234.2021.07.002/8, NF-000274.2022.07.000/0, NF-000286.2022.07.000/3, NF-000367.2022.07.000/3, PP-000477.2022.07.000/5, NF-000498.2022.07.000/0, NF-000682.2022.07.000/7, NF-000795.2022.07.000/5, NF-000807.2022.07.000/7, NF-000839.2022.07.000/5, NF-000880.2022.07.000/0, NF-000971.2022.07.000/1, IC-000764.2018.07.000/0, IC-002019.2020.07.000/3, IC-001197.2021.07.000/5 - PRT 8ª Região-PA - IC-000148.2005.08.001/0, IC-001005.2019.08.000/1, IC-001683.2020.08.000/1, IC-000038.2020.08.003/2, IC-000340.2021.08.000/0, IC-001222.2021.08.000/0, NF-001569.2021.08.000/6, IC-001657.2021.08.000/6, IC-000034.2021.08.001/3, IC-000102.2022.08.000/0, PP-000478.2022.08.000/3, NF-000663.2022.08.000/0, IC-000301.2018.08.003/5, IC-001639.2020.08.000/2, IC-000815.2021.08.000/0, NF-001499.2021.08.000/8, IC-000189.2022.08.000/2, NF-000316.2022.08.000/9, NF-000054.2022.08.001/3, NF-000067.2022.08.001/3, IC-001381.2021.08.000/0, IC-000063.2022.08.000/2, IC-000069.2019.08.001/9, IC-000526.2021.08.000/0, IC-000971.2021.08.000/7, IC-000082.2021.08.001/0, NF-000689.2022.08.000/3, NF-000030.2022.08.001/8, IC-000059.2018.08.001/9, IC-000141.2021.08.000/0, NF-000121.2022.08.002/0 - PRT 9ª Região-PR - IC-002413.2019.09.000/5, IC-000373.2019.09.001/1, IC-001681.2020.09.000/1, IC-003095.2020.09.000/2, IC-000224.2020.09.006/7, IC-000194.2021.09.000/7, IC-000747.2021.09.000/9, IC-001009.2021.09.000/2, IC-001960.2021.09.000/7, PP-002332.2021.09.000/3, PP-002544.2021.09.000/5, PP-000131.2021.09.003/7, IC-000094.2021.09.004/0, IC-000137.2021.09.004/6, PP-000290.2021.09.004/3, PP-000319.2021.09.004/0, IC-000029.2021.09.006/3, IC-000197.2021.09.009/4, IC-000222.2021.09.010/2, PP-000081.2022.09.000/7, PP-000084.2022.09.000/9, PP-000104.2022.09.000/4, PP-000106.2022.09.000/7, NF-000112.2022.09.000/9, PP-000121.2022.09.000/0, PP-000124.2022.09.000/9, PP-000131.2022.09.000/7, NF-000145.2022.09.000/0, PP-000146.2022.09.000/6, PP-000151.2022.09.000/1, PP-000153.2022.09.000/4, PP-000155.2022.09.000/7, NF-000327.2022.09.000/4, NF-000902.2022.09.000/7, NF-001052.2022.09.000/8, NF-000013.2022.09.007/7, NF-000074.2022.09.008/5, NF-000089.2022.09.010/7, IC-002126.2019.09.000/6, IC-000190.2020.09.005/3, PP-001542.2021.09.000/6, NF-002435.2021.09.000/7, IC-000276.2021.09.008/0, PP-000353.2022.09.000/0, PP-000678.2022.09.000/1, NF-000104.2022.09.006/0, IC-000707.2021.09.000/0, PP-001163.2021.09.000/5, IC-001515.2021.09.000/3, PP-000099.2022.09.000/3, PP-000107.2022.09.000/3, PP-000109.2022.09.000/6, PP-000135.2022.09.000/2, PP-000143.2022.09.000/7, NF-000703.2022.09.000/7, IC-000035.2022.09.007/8, IC-000168.2020.09.000/8, IC-002438.2020.09.000/1, IC-002718.2020.09.000/0, IC-000085.2020.09.006/0, IC-000270.2020.09.007/9, IC-000022.2020.09.008/2, IC-000749.2021.09.000/1, IC-001198.2021.09.000/1, PP-002088.2021.09.000/6, NF-002159.2021.09.000/0, IC-000114.2021.09.007/5, NF-000260.2021.09.007/4, NF-000083.2022.09.000/1, NF-000123.2022.09.000/2, PP-000129.2022.09.000/0, PP-000140.2022.09.000/8, IC-001085.2019.09.000/3, IC-002020.2020.09.000/2, IC-002363.2020.09.000/6, IC-000021.2020.09.007/3, IC-001201.2021.09.000/3, PP-001991.2021.09.000/1, PP-000113.2022.09.000/5, NF-000360.2022.09.000/9 - PRT 10ª Região-DF - IC-002874.2017.10.000/7, IC-000844.2018.10.000/9, IC-002506.2020.10.000/1, IC-000867.2021.10.000/7, IC-001969.2021.10.000/9, PP-002003.2021.10.000/0, IC-002225.2021.10.000/9, PP-000242.2021.10.001/0, IC-000081.2022.10.000/5, IC-000226.2022.10.000/5, NF-000752.2022.10.000/2, NF-000870.2022.10.000/2, NF-000127.2022.10.001/1, IC-000800.2021.10.000/9, IC-003117.2020.10.000/2, IC-001093.2021.10.000/0, NF-000230.2021.10.001/0, NF-000252.2022.10.000/1, PP-000325.2022.10.000/7, PP-000361.2022.10.000/0, NF-000546.2022.10.000/4, NF-000896.2022.10.000/5, IC-000416.2019.10.000/0, IC-001199.2020.10.000/8, IC-001870.2020.10.000/7, IC-002676.2020.10.000/3, IC-000121.2020.10.001/8, IC-000240.2020.10.001/4, IC-000649.2021.10.000/9, IC-000879.2021.10.000/7, NF-000485.2022.10.000/9, IC-002059.2016.10.000/1, IC-001231.2021.10.000/5 - PRT 11ª Região-AM - IC-000061.2021.11.000/7, IC-000099.2021.11.000/0, NF-000156.2022.11.000/0, IC-001007.2015.11.000/7, IC-000133.2021.11.001/1, NF-000275.2022.11.000/6, NF-000280.2022.11.000/1 - PRT 12ª Região-SC - IC-000085.2015.12.003/6, IC-000825.2017.12.000/0, IC-000164.2021.12.000/2, IC-000398.2021.12.000/6, IC-000820.2021.12.000/5, NF-000175.2022.12.001/7, NF-000180.2022.12.001/2, NF-000469.2022.12.000/1, NF-000520.2022.12.000/3, NF-000125.2022.12.002/9, NF-000093.2022.12.004/5, IC-000285.2017.12.005/5, PP-000982.2021.12.000/0, NF-001099.2021.12.000/9, IC-000092.2021.12.004/4, NF-000252.2022.12.000/3, IC-000905.2020.12.000/8 - PRT 13ª Região-PB - IC-000110.2021.13.001/0, IC-000351.2021.13.001/1, PP-000032.2022.13.000/7, PP-000145.2022.13.000/8, NF-000383.2022.13.000/0, IC-000807.2021.13.000/6, IC-000077.2021.13.001/3, IC-000373.2020.13.001/6, NF-000190.2022.13.001/0, IC-000327.2020.13.000/7, IC-001574.2020.13.000/1, IC-000330.2020.13.001/8, IC-001217.2021.13.000/0, NF-000400.2022.13.000/1, NF-000429.2022.13.000/3, IC-000187.2022.13.000/0 - PRT 14ª Região-RO - IC-000085.2021.14.000/8, IC-000186.2021.14.000/1, NF-000185.2022.14.000/8, IC-000338.2019.14.000/2, IC-000303.2021.14.000/0 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-004240.2019.15.000/3, IC-000227.2019.15.004/4, IC-001332.2020.15.000/7, PP-003216.2021.15.000/7, IC-003431.2021.15.000/7, PP-000348.2021.15.002/9, IC-000364.2021.15.003/6, PP-000424.2021.15.003/5, IC-000139.2021.15.004/8, IC-000497.2021.15.006/0, NF-000279.2022.15.000/5, NF-000541.2022.15.000/7, NF-000764.2022.15.000/7, PP-000197.2022.15.001/7, NF-000231.2022.15.002/1, NF-000253.2022.15.002/9, PP-000091.2022.15.003/5, NF-000160.2022.15.003/7, NF-000157.2022.15.005/0, NF-000160.2022.15.005/3, IC-000351.2020.15.002/9, IC-000045.2020.15.004/7, IC-001009.2021.15.000/6, PP-000494.2021.15.003/6, PP-000071.2022.15.000/6, NF-000527.2022.15.000/0, NF-000123.2022.15.002/9, IC-002421.2020.15.000/0, IC-000474.2021.15.001/5, IC-000174.2021.15.002/9, NF-000763.2021.15.002/4, IC-000411.2021.15.008/0, PP-000559.2022.15.000/5, PA-MED-001429.2022.15.000/0, NF-000202.2022.15.007/7, IC-002926.2019.15.000/8, IC-003556.2020.15.000/2, IC-000292.2020.15.002/6, PP-000609.2021.15.002/0, PP-000640.2021.15.002/2, IC-000452.2021.15.008/5, PP-000228.2022.15.000/2, NF-000212.2022.15.002/3, IC-000016.2022.15.003/6, PP-000005.2022.15.007/6, IC-000579.2020.15.006/3, PP-000657.2021.15.006/7, NF-001406.2022.15.000/0, NF-000172.2022.15.003/7, NF-000175.2022.15.003/6, NF-000183.2022.15.003/0, PP-000051.2022.15.005/4 - PRT 16ª Região-MA - PP-001157.2021.16.000/2, IC-000019.2021.16.001/4, NF-000111.2022.16.000/3, NF-000352.2022.16.000/5, NF-000094.2022.16.001/7, IC-000051.2020.16.002/6, IC-000336.2019.16.001/0 - PRT 17ª Região-ES - IC-001549.2020.17.000/2, IC-000296.2021.17.000/0, IC-000501.2021.17.000/7, PP-001322.2021.17.000/9, NF-000283.2022.17.000/6, NF-000318.2022.17.000/5, NF-000062.2022.17.002/0, NF-000370.2022.17.000/8, IC-000012.2022.17.001/9, IC-000754.2018.17.000/4, IC-000326.2021.17.000/7, PP-001435.2021.17.000/9, NF-000415.2022.17.000/4, IC-000842.2020.17.000/4, NF-000435.2022.17.000/9, NF-000494.2022.17.000/6, IC-000845.2019.17.000/4, IC-000214.2020.17.000/6, IC-000788.2020.17.000/3, IC-000039.2021.17.002/3 - PRT 18ª Região-GO - IC-000835.2020.18.000/7, IC-001232.2021.18.000/6, NF-001237.2021.18.000/3, NF-000544.2022.18.000/9, NF-000725.2022.18.000/7, IC-000725.2017.18.000/7, IC-000381.2020.18.000/7, PP-001169.2021.18.000/6, NF-000583.2022.18.000/1, NF-000618.2022.18.000/0, IC-001388.2020.18.000/6, NF-001453.2021.18.000/9, IC-000308.2021.18.002/2, IC-001315.2017.18.000/5, IC-000093.2021.18.000/9, NF-000208.2022.18.000/0, NF-000459.2022.18.000/0, NF-000569.2022.18.000/5, IC-002023.2020.18.000/7 - PRT 19ª Região-AL - IC-001749.2019.19.000/7, IC-001812.2019.19.000/7, IC-000356.2021.19.000/0, NF-000424.2022.19.000/7, NF-000552.2022.19.000/4, IC-000502.2021.19.000/5, IC-000390.2021.19.000/1, IC-001217.2021.19.000/9, PP-000309.2021.19.001/1, NF-000126.2022.19.001/3, IC-000380.2021.19.000/4, NF-000614.2022.19.000/6, PP-000331.2021.19.001/2 - PRT 20ª Região-SE - IC-000774.2021.20.000/9, PP-001247.2021.20.000/5, PP-001671.2021.20.000/0, NF-000662.2022.20.000/3, IC-000036.2020.20.001/7, IC-000765.2021.20.000/8, IC-001369.2020.20.000/4, IC-001334.2021.20.000/0, NF-000436.2022.20.000/0, IC-000971.2020.20.000/3, IC-001368.2020.20.000/9, IC-001728.2021.20.000/4, NF-000604.2022.20.000/2, NF-000660.2022.20.000/0, NF-000661.2022.20.000/7, IC-001315.2020.20.000/0 - PRT 21ª Região-RN - IC-000865.2013.21.000/9, IC-000806.2017.21.000/2, IC-000105.2019.21.001/2, IC-000919.2020.21.000/1, IC-001191.2020.21.000/3, IC-000546.2021.21.000/4, PP-000729.2021.21.000/5, IC-000801.2021.21.000/8, NF-001322.2021.21.000/0, PP-000116.2021.21.001/8, NF-000506.2022.21.000/8, NF-000098.2022.21.001/0, IC-000768.2019.21.000/6, PP-000933.2021.21.000/0, IC-001033.2018.21.000/0, IC-001583.2020.21.000/7, IC-000447.2021.21.000/2, IC-000023.2021.21.001/2, NF-000493.2022.21.000/6, IC-001827.2017.21.000/2, IC-000279.2017.21.002/0, IC-001339.2018.21.000/5, IC-000490.2020.21.000/1, IC-000948.2021.21.000/0, IC-000101.2022.21.000/3, PP-000022.2022.21.001/9, IC-000007.2020.21.000/3, IC-001161.2020.21.000/4 - PRT 22ª Região-PI - IC-001548.2019.22.000/0, IC-001060.2020.22.000/0, IC-001029.2021.22.000/5, PP-000185.2022.22.000/8, IC-000200.2022.22.000/6, NF-000417.2022.22.000/4, NF-000432.2022.22.000/7, NF-000441.2022.22.000/8, NF-000443.2022.22.000/0, NF-000445.2022.22.000/3, NF-000489.2022.22.000/8, NF-000195.2022.22.000/5, IC-000344.2022.22.000/9, NF-

000347.2022.22.000/8, NF-000456.2022.22.000/7, NF-000024.2022.22.002/6, NF-000027.2022.22.002/8, IC-000362.2021.22.000/8, NF-000439.2022.22.000/1, IC-001399.2019.22.000/3, IC-000014.2021.22.002/4, IC-000076.2022.22.000/0, IC-000256.2022.22.000/0, NF-000440.2022.22.000/1, NF-000442.2022.22.000/4, NF-000444.2022.22.000/7 - PRT 23ª Região-MT - IC-000086.2020.23.002/4, IC-000442.2021.23.000/2, NF-000695.2021.23.000/4, IC-000284.2021.23.001/6, NF-000263.2022.23.000/0, NF-000063.2022.23.003/4, IC-000044.2020.23.000/5, IC-000255.2021.23.001/0, NF-000195.2022.23.000/6, NF-000091.2022.23.001/2, IC-000271.2018.23.001/5, IC-000375.2021.23.000/5, IC-000565.2021.23.000/4, NF-000215.2022.23.000/6, NF-000241.2022.23.000/2, NF-000173.2021.23.004/9, NF-000136.2022.23.000/9, NF-000139.2022.23.000/8, NF-000188.2022.23.000/8, NF-000206.2022.23.000/5, NF-000267.2022.23.000/5, IC-000546.2018.23.001/0, NF-000129.2022.23.000/0, NF-000153.2022.23.000/4, NF-000088.2022.23.003/7 - PRT 24ª Região-MS - IC-000665.2021.24.000/3, NF-000271.2022.24.000/5, NF-000282.2022.24.000/9, NF-000067.2022.24.001/3, NF-000062.2022.24.001/7, IC-000153.2020.24.002/6, NF-000304.2022.24.000/1, IC-000191.2020.24.000/6, IC-000831.2021.24.000/2, PP-000960.2021.24.000/6.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

SANDRA LIA SIMÓN
Coordenadora da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

# Poder Judiciário

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

### PORTARIA Nº 313, DE 8 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre o valor mensal do auxílio-saúde no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo SEI n. 0000554-44.2019.4.90.8000, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 41 da Resolução CJF n. 2, de 20 de fevereiro de 2008, com a redação dada pela Resolução CJF n. 316, de 24 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º O valor mensal per capita do auxílio-saúde no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus será de R$ 546,00 (quinhentos e quarenta e seis reais).

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 45, de 2 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2022, Seção 1, p. 177.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 1º de julho de 2022.

Min. HUMBERTO MARTINS

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

### PAUTA DE JULGAMENTOS

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 3.820/60, determina a inclusão dos seguintes processos para julgamento na sessão plenária dos dias 28 e 29 de junho de 2022, ou em sessões ulteriores, de 9:00 às 19:00 horas, a realizar-se à sede desta Autarquia Federal, sito à SHIS QI 15 Lote "L" Lago Sul - Brasília/DF, intimando as partes e os advogados legalmente constituídos nos autos que, quando for o caso, poderão promover sustentação oral, na forma regimental:

Processo Administrativo Ético Disciplinar nº CFF: 0696/2022. Recorrente: Morgana Santos Martins. Advogada: Jordana Santos Martins. OAB/GO nº 49.183. Recorrido: CRF-GO. Relator: Conselheiro Federal Adônis Motta Cavalcante.

Processo Administrativo Ético Disciplinar nº CFF: 0923/2022. Recorrente: Christiane Monick Schiochet Betoni. Advogadas: Daniela Caetano de Brito - OAB/MT nº 9.880 e Laura Renata Cardoso Araújo - OAB/MT nº 29.527/0. Recorrido: CRF-MT. Relator: Conselheiro Federal Gedayas Medeiros Pedro.

Processo Administrativo Nº CFF: 0687/2022. Recorrente: Caio Brito Moreira. Advogado: Pedro Augusto Fondelo Silva - OAB/SP nº 382.614. Recorrido: CRF-SP. Relatora: Conselheira Federal Isabela de Oliveira Sobrinho.

Processo Administrativo Nº CFF: 0693/2022. Recorrente: Caio Brito Moreira. Advogado: Pedro Augusto Fondelo Silva - OAB/SP nº 382.614. Recorrido: CRF-SP. Relatora: Conselheira Federal Isabela de Oliveira Sobrinho.

Processo Administrativo Ético Disciplinar nº CFF: 1279/2022. Recorrente: Fabiana de Fátima Silveira de Carvalho. Advogada: Vanessa Padilha Aroni - OAB/SP nº 202.007. Recorrido: CRF-SP. Relator: Conselheiro Federal Jardel Teixeira de Moura.

Processo Administrativo Ético Disciplinar nº CFF: 1280/2022. Recorrente: Patrícia de Oliveira Silva. Advogada: Vanessa Padilha Aroni - OAB/SP nº 202.007. Recorrido: CRF-SP. Relator: Conselheiro Federal Jardel Teixeira de Moura.

Processo Administrativo Ético Disciplinar nº CFF: 0920/2022. Recorrente: Maria Euripa Pereira. Advogada: Uilzânia S. Castanon Salustiano-OAB/MT nº 16.090-0. Recorrido: CRF-MT. Relatora: Conselheira Federal Marcia Regina Cardeal Gutierez Saldanha.

Em 6 de abril de 2022
WALTER DA SILVA JORGE JOÃO

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

### ACÓRDÃOS DE 9 DE JUNHO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 119/2022 (PAe 000119.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012549/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 31 de março de 2022. (data do julgamento) JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Presidente da Sessão; NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 126/2022 (PAe 000126.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 000089/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 31 de março de 2022. (data do julgamento) JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Presidente da Sessão; LUIS GUILHERME TEIXEIRA DOS SANTOS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 130/2022 (PAe 000130.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000009/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 80 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 31 de março de 2022. (data do julgamento) NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Presidente da Sessão; ANNELISE MOTA DE ALENCAR MENEGUESSO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 146/2022 (PAe 000146.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000123/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 14 e 115 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14 e 114 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 31 de março de 2022. (data do julgamento) NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Presidente da Sessão; JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 082/2022 (PAe 000082.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013260/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de abril de 2022. (data do julgamento) ADRIANO SERGIO FREIRE MEIRA, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 104/2022 (PAe 000104.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012203/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes/denunciados. Com relação ao 1º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18). Com relação ao 2º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada infração aos artigos 1º (negligência), 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18). Com relação ao 3º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada infração aos artigos 1º (negligência), 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 1º de abril de 2022. (data do julgamento) NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Presidente da Sessão; LUIS GUILHERME TEIXEIRA DOS SANTOS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 129/2022 (PAe 000129.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (PEP nº 059452/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 23 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 23 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 1º de abril de 2022. (data do julgamento) LUIS GUILHERME TEIXEIRA DOS SANTOS, Presidente da Sessão; ANNELISE MOTA DE ALENCAR MENEGUESSO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 134/2022 (PAe 000134.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000104/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante. Por unanimidade foi declarada a culpabilidade do apelado/denunciado e reformada a decisão do Conselho de origem, que havia determinada sua absolvição, para lhe aplicar a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1º (negligência) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 1º de abril de 2022. (data do julgamento) JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Presidente da Sessão; NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 161/2022 (PAe 000161.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000075/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 18 (c/c Resolução CFM no 1.974/2011) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de abril de 2022. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 162/2022 (PAe 000162.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (PEP nº 000007/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante. Por unanimidade foram confirmadas as culpabilidades dos apelados/denunciados, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que os absolveu, para aplicar-lhes a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 23 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 23 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 166/2022 (PAe 000166.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000121/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na alínea "d", para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 17 e 115 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 17 e 114 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ADRIANO SERGIO FREIRE MEIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 195/2022 (PAe 000195.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (PEP nº 000040/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante. Por unanimidade foi confirmada a culpabilidade do apelado/denunciado e reformada a decisão do Conselho de origem, que o absolveu, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 5º, 34, 36, 37 e 60 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 5º, 34, 36, 37 e 60 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ, Presidente da Sessão; JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 179/2022 (PAe 000179.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (PEP nº 000088/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1º (nas vertentes imperícia e imprudência) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 5 de maio de 2022. (data do julgamento) TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; SERGIO TAMURA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 191/2022 (PAe 000191.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (PEP nº 000004/2021) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade, foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b", para lhe aplicar a "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 18 (c/c Resolução CFM nº 1.974/2011, artigo 7°) e 114 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 5 de maio de 2022. (data do julgamento) NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Presidente da Sessão; ANNELISE MOTA DE ALENCAR MENEGUESSO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 194/2022 (PAe 000194.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí (PEP nº 000008/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 05 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 87, § 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 87, § 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 6 de maio de 2022. (data do julgamento) VENANCIO GUMES LOPES, Presidente da Sessão; EDSON YUZUR YASOJIMA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 198/2022 (PAe 000198.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012348/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 5 de maio de 2022. (data do julgamento) ARMANDO BOCCHI BARLEM, Presidente da Sessão; MARIA INÊS DE MIRANDA LIMA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 199/2022 (PAe 000199.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012389/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelos apelantes/denunciados. Com relação à 1ª apelante/denunciada, por unanimidade, não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09). Com relação ao 2º apelante/denunciado, por unanimidade, não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), tudo nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 6 de maio de 2022. (data do julgamento)TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; MAÍRA PEREIRA DANTAS, Relatora.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

### RESOLUÇÃO CRCCE Nº 771, DE 25 DE MAIO DE 2022

Altera a RESOLUÇÃO CRCCE Nº 0691/2018 que dispõe acerca do Credenciamento de Profissionais para Contratações como Instrutores para os eventos realizados pelo Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, no desenvolvimento do Programa de Educação Continuada e Fiscalização Preventiva, e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos valores utilizados para contratação de instrutores; CONSIDERANDO que os valores dos honorários de instrutores do CRCCE não sofreu atualização nos últimos 05 (cinco) anos; resolve:

Art. 1º - Revogar o art. 4º da Resolução CRCCE nº 0691/2018.

Art. 2º - Alterar o parágrafo único, do art. 6º, da Resolução CRCCE nº 0691/2018, que passará a vigorar com a seguinte redação: Art. 6º (...) PARÁGRAFO ÚNICO - Quando o evento for realizado fora do local de residência do instrutor e a viagem não for realizada em veículo do CRCCE, os honorários previstos nas Tabelas do ANEXO II serão acrescidos de R$ 1,70 (um real e setenta centavos) por quilômetro de distância entre o domicílio do instrutor e o local do evento.

Art. 3º - Alterar o Anexo II, da Resolução CRCCE nº 0691/2018, que passam a vigorar de acordo com o anexo desta Resolução. Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação. ANEXO II - RESOLUÇÃO Nº 691/2018. FORMAÇÃO DO INSTRUTOR - VALOR DA HORA-AULA. Tabela I - Eventos realizados em Fortaleza. FORMAÇÃO - VALOR ( R$): Graduado - 96,00; Especialista - 120,00; Mestre - 144,00; Doutor - 168,00. Tabela II - Eventos realizados em local distante do domicílio do Instrutor em até 120 km. FORMAÇÃO - VALOR (R$): Graduado - 120,00; Especialista - 150,00; Mestre - 180,00; Doutor - 210,00. Tabela III - Eventos realizados em local distante do domicílio do Instrutor em mais de 120 km. FORMAÇÃO - VALOR (R$): Graduado - 144,00; Especialista - 180,00; Mestre - 216,00; Doutor - 252,00.

FELLIPE MATOS GUERRA
Presidente do Conselho

### RESOLUÇÃO CRCCE Nº 774, DE 25 DE MAIO DE 2022

Altera a RESOLUÇÃO CRCCE Nº 0565/2011, que aprovou o Regulamento do Plano de Carreira, Cargos e Salários do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará e deu outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a necessidade de reestruturar o quadro de cargos comissionados estipulados através da Resolução CRCCE nº 0565/2011, que instituiu o PCCS do CRCCE; CONSIDERANDO que o controle interno para o CRCCE permite adotar medidas junto as suas unidades administrativas, propondo medidas preventivas e corretivas quando os mesmos se revelarem vulneráveis, ineficientes ou antieconômicos; CONSIDERANDO a necessidade de rever as atribuições de cargos como assessor de imprensa e assessor de comunicação, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CRCCE nº 0565/2011, que instituiu o PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, passando o caput e os §§ 1º e 2º, do art. 8º, a vigorar com a seguinte redação: (...) Art. 8º Cargos comissionados são aqueles exercidos por profissionais com vínculo empregatício com o CRC, admitidos por meio de concurso público ou nomeados apenas para o exercício do cargo comissionado, sem necessidade de concurso público, admitidos por livre contratação e exoneração. Seu contrato segue regras específicas, estabelecidas na legislação correspondente. Incluem-se nesta Categoria os cargos de Superintendente Executivo, Assessor da Presidência, Assessor de Imprensa, Assessor de Comunicação, Assessor de Controle Interno e Coordenador. Estes profissionais são nomeados pela Presidência e exercem as atividades correspondentes por tempo indeterminado, segundo a conveniência da instituição. § 1º A Presidência do CRCCE poderá nomear profissionais sem necessidade de aprovação em concurso público até o limite de 50% do total de cargos destinados à Superintendência Executiva, Assessoria da Presidência, Assessoria de Imprensa, Assessoria de Comunicação, Assessor de Controle Interno e Coordenadoria. § 2º Poderão ser nomeados até 2 (dois) Assessores da Imprensa, sendo um Assessor de Nível 1 e um Assessor de Nível 2. (...) Art. 14 (...) II. REQUISITOS ESPECÍFICOS: CARGO; REQUISITOS ESPECÍFICOS: Auxiliar de Serviços Gerais Ensino fundamental completo. Auxiliar Administrativo; Ensino médio completo. Para atuação na área de tecnologia é desejável cursos e conhecimentos específicos em áreas tais como: informática, processamento de dados, programação e editoração eletrônica, entre outros. Assistente Administrativo; Ensino médio completo. Secretário Executivo; Curso superior completo em Secretariado Executivo e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional ou em órgão equivalente. Assessor Jurídico Curso superior completo em Direito e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional. Desejável Pós-graduação. Contador; Curso superior completo em Ciências Contábeis e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional. Desejável Pós-graduação. Fiscal; Curso superior completo em Ciências Contábeis e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional. Desejável Pós-graduação. Desejável Carteira Nacional de Habilitação. Superintendente Executivo; Curso superior completo. Desejável Pós-graduação. Assessor da Presidência; Ensino superior completo. Desejável Pós-graduação. Assessor de Imprensa; Curso superior completo. Desejável Pós-graduação. Assessor de Comunicação; Curso médio completo. Desejável Curso Superior completo. Assessor de Controle Interno; Curso médio completo. Desejável Curso Superior completo. Coordenador; Curso médio completo. Desejável Curso Superior completo. Gerente; Ensino médio completo. Desejável Curso Superior completo.

Procurador Jurídico; Curso superior completo em Direito e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional. Desejável Pós-graduação.

Art. 2º Os Apêndices 2 e 9, da Resolução CRCCE nº 0565/2011 passam a vigorar com alterações parciais em sua redação, nos termos dos anexos desta Resolução.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação. APÊNDICE 2 VALORES DAS REMUNERAÇÕES E DAS GRATIFICAÇÕES INERENTES AO EXERCÍCIO DOS CARGOS COMISSIONADOS CARGO COMISSIONADO NOME DO CARGO REMUNERAÇÃO (em Reais) OPÇÃO AO FUNCIONÁRIO COM CARGO EFETIVO GRATIFICAÇÃO ATRIBUÍDA AO CARGO Superintendente Executivo 7.772,53 Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução. 3.118,74; Coordenador 5.052,15 Salário base do cargo efetivo, acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução. 1.559,37; Assessor da Presidência 5.052,15 Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução 1.559,37; Assessor de Imprensa - N1 3.031,29 Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução 623,73; Assessor de Imprensa - N2 2.313,67 Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução 623,73; Assessor de Comunicação 2.728,16 Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução 623,73; Assessor de Controle Interno 3.031,29 Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução 623,73. APÊNDICE 9 ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS Assessor de Imprensa - N1 1. Assessorar a Presidência do Conselho na implantação de projetos de comunicação institucional; 2. Estimular permanentemente ideias e práticas inovadoras relacionadas com veículos de comunicação externa; 3.Sugerir a pauta dos veículos de comunicação interna e externa do conselho, nos meios impressos, digital e eletrônico, a fim de manter aberto o canal de comunicação entre o Conselho e seus diferentes públicos - colaboradores, profissionais da contabilidade e sociedade em geral; 4. Distribuir as pautas entre os jornalistas, realizar, orientar e conduzir o desenvolvimento das entrevistas e pesquisas para as matérias dos diferentes veículos; 5. Divulgar o CRCCE e ações realizadas junto aos diversos veículos de comunicação, manter contato com jornalistas de diferentes veículos de imprensa, agendar e acompanhar entrevistas dos dirigentes do órgão, tendo por objetivo o esclarecimento da sociedade a respeito da atuação do Conselho e outros assuntos ligado a sua área de atuação; 6.Manter mailing atualizado dos veículos de imprensa de interesse do CRCCE, a fim de manter um canal aberto e eficiente com os diferentes veículos. 7. Realizar despachos com a Presidência do CRCCE; 8. Zelar pelo mobiliário e equipamentos de sua área, bem como pela eficiência no uso dos recursos disponíveis; 9. Alimentar e manter atualizados os dados, sob sua responsabilidade, nos sistemas de tecnologia da informação disponibilizados para a operacionalização do CRCCE. Assessor de Imprensa - N2 1. Substituir as Assessoria de Imprensa - N1 em suas ausências; 2. Contribuir na implantação de projetos de comunicação institucional; 3. Produzir os textos das matérias e das mídias sociais, de forma a tornar possível a abordagem correta e precisa dos temas de interesse dos diferentes públicos com os quais o CRCCE se comunica; 4. Elaborar press releases a respeito de ações do CRCCE; 5. Ler, diariamente, nos meios de comunicação, a respeito de assuntos de interesse do universo de atuação do Conselho, com a finalidade de manter atualizada Conselho Diretor e a Superintendência Executiva e adotar as ações necessárias, quando detectados assuntos que atingem diretamente o órgão; 6. Realizar a cobertura dos eventos institucionais, através de entrevistas e produção de conteúdo; 7. Auxiliar no gerenciamento das mídias sociais; 8. Coletar e apurar informações para a produção de textos das matérias e das mídias sociais; 9. Zelar pelo mobiliário e equipamentos de sua área, bem como pela eficiência no uso dos recursos disponíveis; 10. Alimentar e manter atualizados os dados, sob sua responsabilidade, nos sistemas de tecnologia da informação disponibilizados para a operacionalização do CRCCE. 11. Executar outras atividades correlatas, por solicitação de seu gestor imediato. Assessor de Comunicação 1. Assessorar a Presidência do Conselho na implantação de projetos de comunicação institucional, junto com a Assessoria de Imprensa; 2. Elaborar o orçamento anual da Assessoria de Comunicação dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho e submetê-lo à deliberação da Presidência, de forma a manter os valores reais de acordo com os orçados, solicitando quando necessária verba complementar; 3. Acompanhar projetos gráficos de design, layouts e identidades visuais do CRCCE; 4. Executar processos de tratamento de audio visual; 5. Conhecer e operar sistemas internos relativos à sua área de atuação; 6. Realizar programação visual gráfica e editar textos e imagens; 7. Trabalhar seguindo as normas de segurança, higiene e qualidade e preservação ambiental; 8. Executar correções ou alterações, visando atender às especificações técnicas para fins de publicação; 9. Gerenciar as transmissões on line dos eventos institucionais; 10. Realizar o registro audio visual das ações do CRCCE; 11. Gerenciar as mídias sociais; 12. Manter-se atualizado em relação às tendências e às inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento; 13. Realizar despachos com a Presidência do CRCCE; Assessor de Controle Interno 1. Avaliar os controles internos adotados pelas unidades administrativas do CRCCE e propor medidas preventivas e corretivas quando os mesmos se revelarem vulneráveis, ineficientes ou antieconômicos; 2. Propor normatização, sistematização e elaboração de manuais e fluxos processuais para padronização de procedimentos de controle pelas unidades administrativas do CRCCE; 3. Analisar sobre os aspectos contábeis, orçamentário, financeiro e patrimonial os documentos que compõem as prestações de contas mensais e anual; 4. Orientar os dirigentes das unidades administrativas do CRCCE no desenvolvimento, na implantação e na correção dos controles internos, monitorando o funcionamento dos mesmos; 5. Zelar pela qualidade e pela independência funcional das suas atividades, observando o princípio da segregação de funções; 6. Elaborar e submeter à Câmara de Controle Interno o plano anual de auditoria interna para aprovação; 7. Elaborar e encaminhar à Câmara de Controle Interno o relatório de execução do plano anual de auditoria interna; 8. Realizar auditorias internas, fiscalizações e monitoramentos nas unidades administrativas do CRC-CE, com ênfase na legalidade, economicidade, eficiência e eficácia; 9. Monitorar o cumprimento das recomendações e determinações realizadas com base nas recomendações constantes nos relatórios de auditoria interna; 10. Realizar auditorias não previstas no plano anual de auditoria interna, e outras atividades inerentes ao controle interno quando solicitadas pelo Vice Presidente de Controle Interno; 11. Assessorar a Câmara de Controle Interno no exercício de suas funções.

FELLIPE MATOS GUERRA
Presidente do Conselho

## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO

### RESOLUÇÃO CREF2/RS Nº 183, DE 22 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre o pagamento do defensor dativo nomeado nos processos da Comissão de Ética Profissional.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o Inciso IX do art. 40, resolve:

Art. 1º Será devido o pagamento correspondente ao valor de um Auxílio Representação atribuível aos demais representantes, referente ao ano vigente ao defensor dativo nomeado pela Comissão de Ética Profissional, por comparecimento em audiência.

Parágrafo único. Para nomeação como Defensor Dativo, o Profissional de Educação Física deverá estar em situação regular perante o CREF2/RS.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta da dotação orçamentária 6.2.2.1.1.01.04.03.007 AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO.

Art. 3º Os casos omissos serão deliberados pela Diretoria do CREF2/RS ad referendum do Plenário do CREF2/RS.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

ALESSANDRO DE AZAMBUJA GAMBOA

### RESOLUÇÃO CREF2/RS Nº 184, DE 22 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a alteração da Resolução 165/2019 que dispõe sobre normas, pagamento e concessão de Auxílio Representação do CREF2/RS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve:

Art. 1º A Resolução CREF2/RS nº 165, de 25 de outubro de 2019, que dispõe sobre normas, pagamento e concessão de Auxílio Representação do CREF2/RS, passa a vigorar com a seguinte redação, com acréscimos, alterações e revogações: (...)

Art. 2º Fica fixado o valor do Auxilio Representação em razão do cargo, emprego e função, ficando o seu pagamento limitado a, no máximo, 20 (vinte) auxilies representação por mês à Presidência, e no máximo, 15 (quinze) auxilies representação por mês, aos Conselheiros: (...)

§ 3º Em caso de demandas excepcionais inadiáveis, desde que de forma expressamente temporária, justificado e fundamentado pela Diretoria do CREF2/RS, o Presidente e/ou Conselheiros poderão exceder o limite de auxílios representação previsto no caput deste artigo em, no máximo, 5 (cinco) convocações.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO DE AZAMBUJA GAMBOA

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO Nº 36, DE 28 DE ABRIL DE 2022

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Espírito Santo, no uso da competência consignada no inciso VI, do art. 15, da Lei n°. 5.905, de 12 de julho de 1973, e, tendo em vista o Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, conforme Resolução Cofen nº. 421/2012, de 15 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares no valor total de R$ 394.603,05 (trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos e três reais e cinco centavos).

Art. 2º Os recursos existentes disponíveis para ocorrer a cobertura dos créditos são os provenientes de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial dos Exercícios Anteriores, no valor de R$ 394.603,05 (trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos e três reais e cinco centavos), nos termos preceituados no artigo 43, §1º, inciso I da Lei nº. 4.320/1964.

Art. 3º O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações apresentadas, passará a ser de R$ 11.415.967,21 (onze milhões, quatrocentos e quinze mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte e um centavos).

Art. 4º A despesa realizada passará a vigorar de acordo com as seguintes classificações: I - Pessoal e Encargos Sociais R$ 4.710.035,24; II - Outras Despesas Correntes R$ 6.379.182,55; III - Despesas Correntes: R$ 11.089.217,79; IV - Investimentos R$ 326.749,42; V - Inversões Financeiras R$ 0,00; VI - Amortização da Dívida R$ 0,00; VII - Despesas de Capital: R$ 326.749,42; VIII - Reserva de Contingência: R$ 0,00; e IX - Crédito Disponível: R$ 11.415.967,21.

Art. 5º Esta decisão produzirá seus efeitos na data de sua publicação, após ser submetida à homologação do Conselho Federal de Enfermagem, revogando a Decisão Coren/ES nº 035/2022.

ANDRESSA BARCELLOS DE OLIVEIRA
Conselheira Presidente

DOUGLAS LIRIO RODRIGUES
Conselheiro Tesoureiro

## CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

### RESOLUÇÃO Nº 11, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CORE/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "a" art. 17 da Lei nº 4.886/65, na alínea "d" do art. 26 do Regimento Interno, resolve:

1º. Extinção do CNPJ da FILIAL do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.896.068/0002-09, pelo encerramento da liquidação voluntária.

2º Esta resolução entra em vigor nesta data.

JOÃO PEDRO DA SILVA ROSA

### RESOLUÇÃO Nº 12, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CORE/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "a" art. 17 da Lei nº 4.886/65, na alínea "d" do art. 26 do Regimento Interno, resolve:

1º. Extinção do CNPJ da FILIAL do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.896.068/0003-90, pelo encerramento da liquidação voluntária.

2º Esta resolução entra em vigor nesta data.

JOÃO PEDRO DA SILVA ROSA